



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1705

Quarta-feira - 18 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Imbituba	279	Schroeder.....	615
Anchieta	19	Indaial.....	288	Serra Alta	629
Antônio Carlos	19	Ipumirim	322	Sombrio.....	632
Ascurra.....	28	Irineópolis	328	Tigrinhos	632
Atalanta.....	33	Itá	330	Timbé do Sul	635
Balneário Rincão	34	Itaiópolis	331	Timbó	636
Bela Vista do Toldo.....	35	Itapoá	331	Treze Tílias	640
Benedito Novo	35	Jacinto Machado	340	Trombudo Central.....	703
Biguaçu	36	Joaçaba.....	341	Tunápolis.....	704
Blumenau	43	Lages	352	Videira.....	707
Bom Jesus do Oeste	60	Lauro Muller	354	Vitor Meireles.....	716
Bom Retiro	77	Lindóia do Sul	354	Xavantina	717
Botuvera.....	103	Luzerna	355	Xaxim.....	729
Braço do Trombudo.....	103	Macieira.....	364		
Brusque.....	104	Mafra	365	Associações	
Caçador.....	112	Maracajá	378	AMESC	733
Camboriú.....	117	Massaranduba.....	379	AMOSC.....	733
Campo Alegre	118	Meleiro	379	FECAM	733
Campos Novos	127	Modelo	382		
Canoinhas.....	142	Monte Carlo	382	Consórcios	
Capinzal	145	Morro da Fumaça	383	ARIS	734
Caxambu do Sul.....	151	Navegantes.....	384	CIMCATARINA.....	734
Celso Ramos.....	152	Nova Trento	388	CIMVI.....	734
Chapadão do Lageado	173	Novo Horizonte	403	CIS Nordeste	735
Concórdia	180	Orleans	404		
Cordilheira Alta	204	Ouro Verde.....	407		
Coronel Freitas.....	205	Palhoça	408		
Coronel Martins.....	206	Palmitos	421		
Correia Pinto.....	207	Papanduva.....	424		
Corupá	208	Passo de Torres.....	426		
Curitibanos	209	Passos Maia	430		
Dionísio Cerqueira	210	Paulo Lopes	431		
Doutor Pedrinho.....	213	Penha.....	432		
Eral Velho	215	Peritiba.....	433		
Forquilha.....	216	Pinheiro Preto	435		
Fraiburgo.....	217	Pomerode.....	436		
Frei Rogério	234	Ponte Serrada	436		
Galvão.....	236	Porto União.....	438		
Garopaba.....	242	Rio do Sul.....	438		
Garuva	257	Salto Veloso	548		
Gaspar	259	Santa Terezinha do Progresso	551		
Governador Celso Ramos	260	São Bento do Sul.....	551		
Grão Pará	268	São Domingos.....	559		
Guaraciaba	269	São João do Sul	560		
Guaramirim.....	271	São Joaquim	604		
Guarujá do Sul.....	273	São José.....	604		
Herval d'Oeste	274	São José do Cedro.....	612		
Ibiam	276	São Lourenço do Oeste.....	613		
Imarui	277	São Miguel do Oeste.....	614		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Clarice Aparecida de Oliveira, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Merendeira para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter temporário.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 16 de março de 2015

Novelli Sganzerla
Prefeito

Clarice Aparecida de Oliveira
Recebido em ____/____/____.

PORTARIA 120/2015

PORTARIA Nº 120/2015 de 11 de março de 2015

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido do cargo de Professor Educação Infantil, a servidora, Luiza Pereira Duarte, brasileira, inscrita sob CPF o nº 071.114.299-82, a partir de 06/03/2015, conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/03/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 121/2015

PORTARIA Nº 121/2015 de 12 de março de 2015

“NOMEAR PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em caráter efetivo de Operador de Máquinas, o servidor Robson Drun, inscrito no CPF sob o nº 062.007.989-40 a partir de 12/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 122/2015

PORTARIA Nº 122/2015 de 12 de março de 2015

“NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO E MATERIAIS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Departamento de Patrimonio e Materiais, a servidora, VERA LUCIA DAROS BALESTRIN, inscrita no CPF sob o nº 027.692.789-32 a partir de 03/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/03/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 123/2015

PORTARIA Nº 123/2015 de 12 de março de 2015

“NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Departamento de Serviços Gerais, a servidora, SANDRA MARIA CELSO ZANINI, inscrita no CPF sob o nº 034.461.039-02 a partir de 04/03/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/03/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de março de 2015
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 124/2015

PORTARIA Nº 124/2015 de 16 de março de 2015

"CONVOCA DAS FÉRIAS O FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias o funcionário VANIR PUTTON, inscrito sob CPF nº 461.147.699-53, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, para voltar ao trabalho na data de 16/03/2015 período 14/15, restando 15 dias das férias para o funcionário gozar em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 125/2015

PORTARIA Nº 125/2015 de 16 de março de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VALDERLEA AP PRESTES PEREIRA, inscrita sob CPF nº 494.802.869-04, funcionária no cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 16/03/2015 a 30/03/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 126/2015

PORTARIA Nº 126/2015 de 16 de março de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito sob CPF nº 732.314.449-34, funcionário no cargo efetivo de Agente Operacional, a partir de 16/03/2015 a 14/04/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de março de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO - POR FUNÇÃO - DESPESA EMPENHADA 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	39.153,99
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	38.816,26
		Legislativa	38.816,26
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	337,73
		Legislativa	337,73
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	122.905,85	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	107.551,32
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRI	30,00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.153,99
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.943,45	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	37.624,42
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	39.153,99	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	30.772,91
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	37.624,42		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	39.153,99		
		SALDOS ATUAIS	43.860,04
		BANCO C/ MOVIMENTO	43.860,04
TOTAL	190.565,35	TOTAL	190.565,35

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - ANEXO TC 08

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Janeiro

Página 1 de 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE		Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
Códigos	Especificações		Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
01.01.01	Ação Legislativa		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
01.01.01.031	Ação Legislativa		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
01.01.01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
01.031.0001.2.001	DESENV. DE ATIVIDADES P/ MANUT. DO TRABALHO LEGISLATIVO		811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	565.339,80	0,00	0,00	565.339,80	35.293,66	35.293,66	530.046,14
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					29.065,63	29.065,63	
3.1.90.11.01.00.00	0000						29.065,63	29.065,63	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					6.228,03	6.228,03	
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					6.228,03	6.228,03	
3.1.91.00.00.00.00	Contribuições Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000					337,73	337,73	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	337,73	337,73	2.662,27
3.1.91.13.99.00.00	Otras Obrigações Patronais	0000					337,73	337,73	
3.3.50.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000					0,00	0,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	3.522,60	3.522,60	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000	237.474,20	0,00	0,00	237.474,20	2.985,19	2.985,19	233.951,60
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	0000					1.315,07	1.315,07	
3.3.90.39.58.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					629,32	629,32	
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	0000					40,80	40,80	
3.3.90.39.99.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					1.000,00	1.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0000					537,41	537,41	
3.3.90.46.01.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0000					537,41	537,41	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0000	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00
Total por Entidade :			811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01
Total Geral :			811.914,00	0,00	0,00	811.914,00	39.153,99	39.153,99	772.760,01

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA - MÊS DE JANEIRO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Janeiro

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data : 31/01/2015

Conta	Especificação	Saldo Exerc. Anterior	Retenção Acum. Mês Anterior	Pagamento Acum. Mês Anterior	Saldo Mês Anterior	Retenção no Mês	Pagamento no Mês	Saldo Atual
95513	INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.898,98	0,00	2.898,98 C
95519	ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	15,00 C
95521	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	186,36	0,00	186,36 C
95523	ASSISTÊNCIA A SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	337,73	0,00	337,73 C
99934	CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	0,00	0,00	0,00	3.153,24	0,00	3.153,24 C
99937	I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	352,14	0,00	352,14 C
TOTAL :		0,00	0,00	0,00	0,00	6.943,45	0,00	6.943,45 C

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DO SALDO DE CAIXA - ANEXO TC 04**Santa Catarina**

Mês de Janeiro de 2015

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Janeiro do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade☐ B - Irregularidades apuradas☐ Falta de numerário☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Janeiro o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

ODIN G.M.C.ROCHA
TESOUREIRO CPF Nº 01510130985

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS REPASSES RECEBIDOS 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Página: 1/1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos
Período de 01/01/2015 a 31/01/2015

Data	Entidade Repassadora	Valor	Finalidade	Fundamento Legal
20/01/2015	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO O	67.659,50	Lançamento contábil 2 ref VALOR REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA	

Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada) 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Página 1 / 1

[illegible]

AGUADOCE. 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO	NILZA APARECIDA MENDES
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04	CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS BANCO - ANEXO TC 02**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO				0,00			43.860,04
1	1	207	79170 - BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	0,00	67.659,50	23.799,46	43.860,04
Total da Entidade:				0,00	67.659,50	23.799,46	43.860,04
Totais:				0,00	67.659,50	23.799,46	43.860,04

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo do Resultado da Disponibilidade por Fonte de Recurso

Betha Sistemas

Exercício de 2015

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disponível (a)	Comprometido (b)	Superávit/Déficit c = (a - b)
00.01.0000.0000000 - (Esp. TCE: 00) - Recursos Ordinários	43.860,04	15.354,53	28.505,51
TOTAL	43.860,04	15.354,53	28.505,51

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO - ANEXO TC 06 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

JANEIRO 2015

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
 Balancete do Razão

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Janeiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	48.262,65	0,00	67.659,50	67.659,50	91.652,30
	0,00	0,00	24.269,85	24.269,85	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	30.772,91	30.772,91	0,00
	48.262,65	0,00	46.127,44	46.127,44	63.617,18
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	0,00	39.624,38	39.624,38	39.624,38
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	67.659,50	67.659,50	67.659,50
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	811.914,00	811.914,00	811.914,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00	146.705,31	146.705,31	0,00
	0,00	0,00	958.619,31	958.619,31	811.914,00
CONTROLES DEVEDORES	0,00	0,00	67.659,50	67.659,50	67.659,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	0,00	109.080,89	109.080,89	0,00
	0,00	0,00	176.740,39	176.740,39	67.659,50
Totais	48.262,65	0,00	1.273.416,49	1.273.416,49	1.010.850,18
	48.262,65	0,00	1.273.416,49	1.273.416,49	1.010.850,18

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
 PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Janeiro

Órgão	Descrição	Empenhado no Mês	Empenhado no Ano	Pago no Mês	Pago no Ano
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE					
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA	35.631,39	35.631,39	29.065,63	29.065,63
	Total da Entidade:	35.631,39	35.631,39	29.065,63	29.065,63
	Total Geral :	35.631,39	35.631,39	29.065,63	29.065,63

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2015

Mês: Janeiro

Mes	COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO			COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor			
Janeyro		39.153,99	39.153,99 D	43.860,04	15.354,53	28.505,51 S
Fevereiro						
Marco						
Abril						
Maio						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
TOTAL	0,00	39.153,99	39.153,99 D	43.860,04	15.354,53	28.505,51 S

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

QUADRO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria

Mês/Ano : Janeiro/2015

Administração Direta

Débito			Crédito		
Receita Extra-Orçamentaria			Despesa Orçamentária:		
No Mês:	74.602,95		No Mês	30.772,91	
Até o Mês:		74.602,95	Até o Mês		30.772,91
Total do Mês	74.602,95				
Total:		74.602,95	Despesa Extra Orçamentária:		
			No Mês		
			Até o Mês		
			Total do Mês	30.772,91	
Créditos Adicionais - No Exercício			Movimento de Banco (Disponível)		
Título	Aprovado	Dispendido	Título	Débito	Crédito
Suplementares:	811.914,00	0,00	Saldo do Mês Anterior :	0,00	
Especiais:	-	0,00	Retirado no Mês :		30.772,91
Extraordinários:	-	0,00	Depósitos do Mês :	74.602,95	
Diferença (a - d) :		811.914,00	Saldo :		43.860,04
			Total:	74.602,95	74.632,95

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24
Total da Entidade:	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24
TOTAL DA DESPESA :	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24

AGUA DOCE, 31/01/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

TERMO GERAL DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2015**Santa Catarina**
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Betha Sistemas

Ano de 2015

Ao(s) Trinta e Um dias do mês de Dezembro de 2015, a(o) CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

Código	Conta	Título da Conta	Fonte	Agência	Banco	Saldo Ant.	Débitos	Créditos	Saldo Atu.
Outros									
99906	79170	BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	0000	207	BANCO DO BRASIL	0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63
Total Outros:						0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63
TOTAL GERAL:						0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 40.253,63 (quarenta mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) , que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

Resumo das Fontes de Recurso

Aplicação	Valor Estimado
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE	
0000 Recursos Ordinários	40.253,63
Total da Entidade:	40.253,63
Total da Geral:	40.253,63

Anchieta**PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO FMS N. 008-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 008/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para Aquisição de Materiais de higiene e limpeza para uso na USB do centro e da Linha João Café Filho, pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 15:00 horas do dia 08/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 17 de março de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

Antônio Carlos**PREFEITURA****36º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014**

36º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 18/03/2015 a 17/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
08º	DIEGO BARRETO BORGES	1742

Cargo: AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
15º	CLAITON JEOSAN NICOLAU DE PINA	0245
16º	HELENA GELSLEICHTER KOERICH	1288

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 016/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 016/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 011/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Aquisição parcelada de concreto usinado do tipo FCK 25 convencional para uso da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos na manutenção e reparo nas estradas vicinais do município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de abril 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 017/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 017/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 012/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Aquisição parcelada de peças novas e originais para uso na manutenção do maquinário da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos do município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de abril 2015 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de março de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 017/2015

DECRETO Nº 000017/15 de 11 de Março de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 80.497,80 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.876,20

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.484,32

11.01.10.301.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.076,48

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.265,01

11.01.10.305.0007.2.032-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.699,99

11.01.10.304.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.224,25

11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.218,20

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.653,35

11.01.10.305.0007.2.032-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 80.497,80

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Março de 2015

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 018/2015

DECRETO N° 018/2015

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.466/2014 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 132.010,00, (cento trinta e dois mil e dez reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o 1º bimestre de 2015 em anexo a este Decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA **FONTE 0.1.16.000000 - Infra-Estrutura em Transporte - R\$ 90,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0006.2019	Manutenção de Equipamentos e Serviços Públicos	90,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	90,00

 FONTE 0.1.17.000000 - Iluminação Pública - R\$ 21.990,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.452.0006.2018	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	21.990,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	21.990,00

 FONTE 0.1.54.000000 - Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Militar - R\$ 330,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços de Trânsito	330,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	330,00

 FONTE 0.1.55.000000 - Melhoria do Trânsito - Parte Polícia Civil - R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços de Trânsito	400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	400,00

 FONTE 0.1.56.000000 - Melhoria do Trânsito - Parte Prefeitura - R\$ 160,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0006.2017	Manutenção dos Serviços de Trânsito	160,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	160,00

 FONTE 0.1.24.000016 - Pavimentação de Ruas - R\$ 50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.15.451.0006.1008	Pavimentação de Vias	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

 FONTE 0.1.52.000048 - Fundo Social - R\$ 970,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

0501.08.244.0008.2014	Manutenção de Ações da Assistência Social	970,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	970,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000032 - ASPS/PAB - R\$ 1.340,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2026	Manutenção da Unidade de Saúde	1.340,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.340,00

FONTE 0.2.64.000036 - ASPS/PACS - R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2028	Ações de Com Agentes Comunitários de Saúde	8.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00

FONTE 0.2.64.000037 - ASPS/PSF - R\$ 9.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família - PSF	9.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.300,00

FONTE 0.2.64.000038 - ASPS/Saúde Bucal - R\$ 230,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2029	Saúde Bucal	230,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	230,00

FONTE 0.2.64.000076 - ASPS/PMAQ - R\$ 28.270,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2027	Ações de Saúde da Família	28.270,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	28.270,00

FONTE 0.2.66.000033 - ASPS/ Vigilância Sanitária - R\$ 630,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.304.0007.2031	Ações de Vigilância Sanitária	630,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	630,00

FONTE 0.2.64.000039 - ASPS/PSF Estadual - R\$ 9.850,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2029	Ações de Saúde da Família - PSF	9.850,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.850,00

FONTE 0.2.67.000034 - ASPS/ Farmácia Básica - R\$ 100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100,00

FONTE 0.2.67.000040 - ASPS/ Farmácia Básica Estadual - R\$ 350,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0007.2030	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	350,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	350,00

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 17 de Março de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 171/2015

PORTARIA Nº 171/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, FERNANDA APARECIDA PEPPLER SIMONES, do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 18 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de março de 2015.

PORTARIA N 172/2015

PORTARIA Nº 172/2015.
Nomeia cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, JOSE ROBERTO DE AMORIM, para o Cargo Comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a partir de 12 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de março de 2015.

PORTARIA N 173/2015

PORTARIA Nº 173/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2015,

Considerando que temos uma servidora de Licença Maternidade e Férias, no cargo de Agente Comunitario de Saude,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MAURINA LEITE SCHMITT, pra o Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 18 de março de 2015 a 16 de outubro de 2015, em substituição a LEONICE MARTENDAL SCHMITT, de Licença Maternidade e Férias.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de março de 2015.

REFERÊNCIA 1º BIMESTRE DE 2015
REFERÊNCIA 1º BIMESTRE DE 2015

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

1.000,00

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO											
REFERÊNCIA 1º BIMESTRE DE 2015											
Código	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ATÉ O BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA			
		PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	PREVISTA	REALIZADA	DIFERENÇA	
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA										
	RECEITAS PRIMÁRIAS										
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	-	-	-	1.835,00	2.029,14	194,14	1.835,00	2.029,14	194,14	
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/IMDEB - Mínimo de 25%	-	-	-	245,00	284,17	39,17	245,00	284,17	39,17	
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ASPS – Mínimo de 15%	-	-	-	690,00	776,47	86,47	690,00	776,47	86,47	
0.1.17.000000	Iluminação Pública	-	-	-	57,00	35,01	(21,99)	57,00	35,01	(21,99)	
0.1.16.000000	Infra-Estrutura em Transporte	-	-	-	0,20	0,11	(0,09)	0,20	0,11	(0,09)	
0.1.58.000000	MDEB	-	-	-	55,00	99,84	44,84	55,00	99,84	44,84	
0.1.59.000000	Manutenção de Escolas	-	-	-	-	1,17	1,17	-	1,17	1,17	
0.1.60.000000	Merenda Escolar – Ensino Fundamental	-	-	-	-	9,09	9,09	-	9,09	9,09	
0.1.61.000000	Manutenção do Transporte Escolar	-	-	-	-	12,48	12,48	-	12,48	12,48	
0.1.62.000000	Outras Transf. FNDE	-	-	-	-	1,63	1,63	-	1,63	1,63	
0.1.18.000000	Remuneração Profis. Magistério – Mínimo 60%	-	-	-	287,00	298,62	11,62	287,00	298,62	11,62	
0.1.19.000000	Manut. Desenv. Ensino Básico – Máximo 40%	-	-	-	191,00	197,73	6,73	191,00	197,73	6,73	
0.1.52.000049	FNAS - FEAS	-	-	-	-	0,01	0,01	-	0,01	0,01	
0.1.52.000048	FNAS - Fundo Social	-	-	-	1,00	0,03	(0,97)	1,00	0,03	(0,97)	
0.1.54.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Militar	-	-	-	2,00	1,67	(0,33)	2,00	1,67	(0,33)	
0.1.55.000000	Melhoria do Trânsito – Parte Polícia Civil	-	-	-	2,00	1,60	(0,40)	2,00	1,60	(0,40)	
0.1.56.000000	Melhoria do Trânsito - Parte PMAC	-	-	-	2,00	1,84	(0,16)	2,00	1,84	(0,16)	
0.1.63.000000	Manutenção do FNAS Bolsa Família	-	-	-	1,00	1,41	0,41	1,00	1,41	0,41	
0.1.08.000005	Manut. Transp. Escolar – Ensino Fundamental	-	-	-	-	0,01	0,01	-	0,01	0,01	
0.1.08.000006	Manut Transporte Escolar – Segundo Grau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.22.000071	Ampliação da Rede Ensino Infantil	-	-	-	-	2,75	2,75	-	2,75	2,75	
0.1.22.000072	Aquisição de Veículo Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000015	Implantação do Sistema de Esgoto	-	-	-	50,00	-	(50,00)	50,00	-	(50,00)	
0.1.24.000016	Pavimentação de Ruas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000069	Ministério da Integração - Defesa Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000088	Preserv. e Desenvolv. Patrimônio Histórico - Fed	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000019	Equipamentos e Implementos Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.24.000087	Reforma e Revitalização do Centro Cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.05.000023	Pavimentação de Ruas - SDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0.1.05.000025	Construção de Pontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Antônio Carlos, 16 de Março de 2016.

CARLICE B. SCHMITZ
Contadora

Ascurra

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO 002/2014

ATO 010/PMA/ED002/2014/ADM

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL
DO EDITAL Nº 002/2014 DA ADM

O PREFEITO MUNICIPAL do município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de Concurso e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1.A Classificação Final já considerando os recursos e os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato, em ordem alfabética de cargos.

2.A homologação do resultado final será realizada através de decreto municipal.

Ascurra, 16 de Março de 2015

Prefeito Municipal
MOACIR POLIDORO

ANEXO I CLASSIFICAÇÃO FINAL

Agente de Combate à Endemias Ensino Fundamental											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	1	46656	Alexandre Bassani	20/12/1994	10	2,50	14	7,00	24	9,50	Aprovado
2	3	50370	Diogo Pessotti	19/10/1986	10	2,50	12	6,00	22	8,50	Aprovado
3	4	47913	Giorgia Antonieli Poffo	20/07/1990	10	2,50	12	6,00	22	8,50	Aprovado
4	7	50699	Jacqueline Patricia Kannenberg Ermonge	17/09/1991	10	2,50	12	6,00	22	8,50	Aprovado
5	9	46663	Patrick Alycson Soares	08/08/1991	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
6	2	51072	Diego Giovam Zimath	05/07/1982	10	2,50	8	4,00	18	6,50	Aprovado
7	8	46739	Luciano Schmeier	04/03/1986	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
Agente Operacional Ensino Fundamental											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	10	50378	Fabiano Aloisio	10/12/1977	10	2,50	15	7,50	25	10,00	Aprovado
2	11	48044	Jorge Luiz Pessotti	09/06/1983	8	2,00	12	6,00	20	8,00	Aprovado
3	15	46712	Vicente Pereira Junior	10/02/1992	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado
4	14	50698	Thiago Erminio Debarba	08/04/1988	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
5	12	51107	Jose Denival De Jesus	09/01/1971	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado

Assistente Social Ensino Superior													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Títulos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	23	49259	Vanessa Munique Fava	31/03/1978	6	1,20	20	5,60	26	6,80	0,00	6,80	Aprovado
2	18	51304	Ivana Dorlete Dallabona	04/01/1975	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
3	19	47931	Mirian Teresinha Nunes	27/08/1973	6	1,20	18	5,04	24	6,24	0,00	6,24	Aprovado
4	20	49533	Roxana Vehrmeister	22/06/1988	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,00	6,16	Aprovado
5	17	48658	Geisebel Cristine Patricio	29/10/1970	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
6	21	51033	Silvia Lemos Da Cruz	14/03/1979	5	1,00	15	4,20	20	5,20	0,00	5,20	Aprovado

Atendente de Educação Infantil Ensino Médio											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	41	51366	Jeaque Fernando Ladewig	12/05/1967	9	1,80	21	5,88	30	7,68	Aprovado
2	32	50839	Camila Martins Klug	26/09/1996	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
3	70	48923	Zuleide Aparecida Pereira	19/06/1984	8	1,60	21	5,88	29	7,48	Aprovado
4	67	46927	Vanessa Tomio	30/07/1987	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
5	50	46942	Luiza Carolina Felippi	04/03/1995	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
6	25	47373	Ana Leticia Peretto Alves Velho	30/08/1988	6	1,20	22	6,16	28	7,36	Aprovado
7	55	51211	Marileia Trento	30/10/1995	6	1,20	22	6,16	28	7,36	Aprovado
8	34	48063	Caroline Correa De Negredo	27/12/1985	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
9	59	48039	Priscila Caroline Dalpiaz	19/03/1996	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado
10	29	48953	Ariane De Fatima Botelho Da Silva	28/09/1988	9	1,80	19	5,32	28	7,12	Aprovado
11	38	48367	Eliane Nascimento Delabeneta	01/08/1987	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
12	68	47649	Vania Duarte Mariano	22/12/1992	10	2,00	18	5,04	28	7,04	Aprovado
13	64	48931	Scheila Prade	12/05/1986	11	2,20	17	4,76	28	6,96	Aprovado
14	28	46756	Araceli Siveira Fischer	11/12/1980	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
15	45	51368	Joice Schell	15/06/1983	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
16	60	49327	Raquel Volpi	30/09/1993	9	1,80	18	5,04	27	6,84	Aprovado
17	47	48197	Leandresa Raulino	12/06/1995	7	1,40	19	5,32	26	6,72	Aprovado
18	24	46934	Alice Cristina Dos Santos	09/10/1994	8	1,60	18	5,04	26	6,64	Aprovado
19	56	49514	Marines Da Silva	22/05/1984	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
20	31	50691	Brunela Pinheiro	12/02/2012	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
21	49	48498	Luana Aparecida Manfrini	25/03/1993	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
22	36	46881	Daiana Heuer Correa Lottin	02/04/1994	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
23	27	47557	Andreza Terezinha Borgonha	30/09/1994	11	2,20	15	4,20	26	6,40	Aprovado
24	63	49145	Sabrina Bissoni	26/03/1997	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
25	58	50836	Noemia Alves	01/04/1983	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
26	30	47434	Bruna Daiana Baugaertener	15/02/1993	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
27	40	47988	Isabela Vicente	10/04/1994	4	0,80	19	5,32	23	6,12	Aprovado
28	42	48186	Jessica Ribeiro	06/01/1991	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
29	44	47734	Joice Quiteria Trindade	16/03/1997	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
30	54	48930	Mara Cristina Roedel Cestari	18/09/1980	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
31	69	48061	Veronica Prochnow	25/02/1951	9	1,80	15	4,20	24	6,00	Aprovado
32	48	47365	Lourdes De Souza Rosa	18/03/1994	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
33	51	50960	Luziana Da Silva	15/11/1991	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
34	57	47874	Nilva Stedile	05/04/1969	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
35	43	48194	Joelma Schlichting Hames	24/04/1976	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
36	65	48513	Sharlene De Matos	22/07/1983	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
37	53	49665	Mailyne Helena Tambosi	26/10/1984	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
38	61	48346	Rosana Maria Moretto Girardi	01/01/1974	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
39	52	47894	Magda Stupp Machado Ribeiro	07/08/1989	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
40	35	47020	Claucyane Claudino Flait	21/09/1995	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
41	62	47416	Rosane Dos Santos De Moura	18/02/1984	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
42	33	46816	Carla Sabrina Blaesing Ribeiro	14/01/1996	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
Auxiliar de Educação Ensino Médio											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	75	50468	Thiago Wanderweger	01/01/1990	13	2,60	20	5,60	33	8,20	Aprovado
2	71	51272	Ana Lidia Bordin Bonessi	03/03/1995	5	1,00	22	6,16	27	7,16	Aprovado
3	73	50328	Elaine Fermiano	15/07/1976	8	1,60	17	4,76	25	6,36	Aprovado

Auxiliar de Serviços Gerais Ensino Fundamental											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	77	47949	Bernardete Moser	08/08/1953	9	2,25	13	6,50	22	8,75	Aprovado
2	96	48841	Sonia Aparecida Dos Santos Damas	29/08/1988	8	2,00	13	6,50	21	8,50	Aprovado
3	95	46714	Silvania Faust Bonacolsi	05/11/1984	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
4	86	47033	Mara Goncalves De Araujo	15/04/1988	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
5	82	49753	Josana Marli Ce Carvalho	13/06/1993	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
6	85	47575	Lucimar Viviani Manfrini	04/07/1973	10	2,50	10	5,00	20	7,50	Aprovado
7	97	46648	Tayne Viviane Pereira	22/12/1996	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado
8	80	48829	Isabel Maria Crespi	09/05/1966	6	1,50	11	5,50	17	7,00	Aprovado
9	83	47885	Juliane Martins Lehmann	25/11/1984	3	0,75	12	6,00	15	6,75	Aprovado
10	76	51334	Adriana De Fatima Godinho Araujo Fusinato	18/09/1980	5	1,25	11	5,50	16	6,75	Aprovado
11	91	46892	Rita Lenir Vicente Cardozo	21/05/1968	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
12	87	48288	Marcia Dias	03/11/1986	4	1,00	11	5,50	15	6,50	Aprovado
13	92	46708	Rosangela Sibirino	12/06/1982	6	1,50	10	5,00	16	6,50	Aprovado
14	89	48190	Marli Aparecida Cardoso Machado	01/10/1973	4	1,00	10	5,00	14	6,00	Aprovado
15	79	47347	Eliane De Oliveira	26/09/1965	4	1,00	9	4,50	13	5,50	Aprovado
16	84	48055	Laureci Edinha	14/11/1974	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
17	81	51331	Isabel Moreira Hasse	09/05/1958	6	1,50	7	3,50	13	5,00	Aprovado

Médico Clínico Geral Ensino Superior														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova			Situação	
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			Títulos	Nota Final		
1	98	48408	Luis Carlos Villagran Peres	19/11/1951	8	1,60	19	5,32	27	6,92	0,00	6,92	Aprovado	
Médico Pediatra Ensino Superior														
Nenhum candidato inscrito neste cargo...														
Psicólogo Ensino Superior														
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova			Situação	
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			Títulos	Nota Final		
1	108	50276	Jussara Spolaor	02/07/1982	8	1,60	15	4,20	23	5,80	1,00	6,80	Aprovado	
2	119	49069	Zuleica Maria Gadotti Melato	20/05/1965	10	2,00	15	4,20	25	6,20	0,50	6,70	Aprovado	
3	101	48489	Daiana Cristina Rauber	14/10/1993	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado	
4	117	46973	Vanessa Possamai	05/02/1985	7	1,40	13	3,64	20	5,04	0,50	5,54	Aprovado	

Técnico de Enfermagem Ensino Médio											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Prova	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	127	48086	Wilson Carlos Da Silva	22/11/1988	12	2,40	16	4,48	28	6,88	Aprovado
2	125	47126	Luciana Bridarolli	10/11/1981	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
3	123	47875	Gilmar Alves Trindade Filho	21/06/1991	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
4	126	47111	Roseli Bonacolsi	26/11/1990	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado

CLASSIFICAÇÃO FINAL EMPREGO PÚBLICO 003/2014

ATO 011/PMA/ED003/2014/EP

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO EDITAL Nº 003/2014 EMPREGO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de Concurso e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1.A Classificação Final já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato, em ordem alfabética de cargos.

2.A homologação do resultado final será realizada através de decreto municipal.

Ascurra, 16 de Março de 2015

Prefeito Municipal

MOACIR POLIDORO

ANEXO I**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Agente Comunitário de Saúde PSF Ensino Fundamental Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	11	47982	Laisa Caroline Cordeiro	29/08/1993	9	2,25	14	7,00	23	9,25	Aprovado
2	19	47983	Rubens Vieira Neto	15/03/1994	10	2,50	13	6,50	23	9,00	Aprovado
3	17	48833	Osmar Pinho	05/08/1969	10	2,50	12	6,00	22	8,50	Aprovado
4	8	51156	David Lima Da Silva Stedile	29/04/1993	7	1,75	13	6,50	20	8,25	Aprovado
5	7	49345	Cleide Da Costa	10/08/1981	9	2,25	12	6,00	21	8,25	Aprovado
6	2	48161	Ana Caroline Rohleder	09/04/1990	9	2,25	11	5,50	20	7,75	Aprovado
7	1	47380	Adulce Maria Moser	20/05/1954	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
8	16	48458	Marcilene Pinheiro	24/02/1985	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
9	12	48109	Larissa Bertoldi De Oliveira	03/05/1996	8	2,00	11	5,50	19	7,50	Aprovado
10	4	50975	Ario Sergio Sestari	12/11/1967	10	2,50	10	5,00	20	7,50	Aprovado
11	21	48690	Thiago Bonatti	27/03/1988	10	2,50	10	5,00	20	7,50	Aprovado
12	3	51300	Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski	30/05/1980	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
13	9	51288	Denilson Zancanaro	18/03/1981	7	1,75	11	5,50	18	7,25	Aprovado
14	20	49575	Suzana Paul	10/10/1983	9	2,25	10	5,00	19	7,25	Aprovado
15	18	48266	Rosiane Miranda Peres	20/09/1983	7	1,75	10	5,00	17	6,75	Aprovado
16	15	46692	Luciene Aparecida Bagattoli	10/10/1973	9	2,25	9	4,50	18	6,75	Aprovado
17	22	51318	Wendel De Albuquerque	02/03/1986	9	2,25	8	4,00	17	6,25	Aprovado
Assistente Social Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	23	48251	Ester De Oliveira	21/01/1983	6	1,20	22	6,16	28	7,36	Aprovado
2	24	51111	Joana Sawa	10/11/1972	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
3	25	49010	Kariny Roussenq Inacio	21/11/1992	9	1,80	14	3,92	23	5,72	Aprovado
Auxiliar de Enfermagem PSF Ensino Fundamental Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	27	49202	Ane Marjorie Pessotti	01/11/1986	10	2,50	13	6,50	23	9,00	Aprovado
2	31	49511	Vera Lucia Pavanati Viana	15/06/1962	5	1,25	10	5,00	15	6,25	Aprovado
3	29	50327	Marcia Pobenga	01/06/1971	9	2,25	7	3,50	16	5,75	Aprovado

4	28	48916	Fatima Aparecida De Liz	14/03/1966	6	1,50	8	4,00	14	5,50	Aprovado
Farmacêutico Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	32	46621	Alline Souza Augusto	29/08/1989	10	2,00	13	3,64	23	5,64	Aprovado
2	37	49392	Samuel Mendes De Cordova	05/05/1988	9	1,80	12	3,36	21	5,16	Aprovado
Psicólogo Ensino Superior Completo											
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Final	Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	41	46675	Saulo Roveres Knoblauch Da Silva	02/02/1985	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 004/2014

ATO 008/PMA/ED004/2014/PS

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO EDITAL Nº 004/2014 PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Comissão de Concurso e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1.A Classificação Final já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato, em ordem alfabética de cargos.

2.A homologação do resultado final será realizada através de decreto municipal.

Ascurra, 16 de Março de 2015

Prefeito Municipal

MOACIR POLIDORO

ANEXO I**CLASSIFICAÇÃO FINAL**

Professor I (habilitado) Ensino Superior													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Escrita			Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	6	49205	Maria Angelita Berri Moser	02/05/1966	5	1,25	13	6,50	18	7,75	0,00	7,75	Aprovado
2	4	50959	Fabiane Moser	01/12/1987	4	1,00	12	6,00	16	7,00	0,50	7,50	Aprovado
3	1	47956	Adriana Dos Santos	22/06/1983	4	1,00	12	6,00	16	7,00	0,00	7,00	Aprovado
4	2	47799	Cinara Machado	10/03/1969	5	1,25	10	5,00	15	6,25	0,00	6,25	Aprovado
5	7	49336	Vania Pessotti Dias	02/09/1976	5	1,25	10	5,00	15	6,25	0,00	6,25	Aprovado
6	3	47837	Elora Testoni Felippi	04/03/1993	6	1,50	9	4,50	15	6,00	0,00	6,00	Aprovado
Professor I (não-habilitado) Ensino Superior													
Seq.	Cont.	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		Total Acertos	Nota Escrita			Situação
					Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	10	47987	Angela Cristina Machado Massmann	13/09/1970	3	0,75	10	5,00	13	5,75	0,00	5,75	Aprovado

Atalanta

PREFEITURA

LEI 1413/2015

LEI Nº 1413/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0040 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto Atividade 2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental.
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas 20.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 8º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 04 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

LEI 1414/2015

LEI Nº 1414/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Contas Despesas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Créditos Adicionais Especiais e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0122 e a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0122; no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - As Contas Despesas acrescidas na ação que trata o artigo 1º, ficam por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 4º - Por conta das inclusões previstas no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0122 e a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0122; no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Créditos Adicionais Especiais, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 - Educação Infantil
Programa: 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto Atividade 2.016 - Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 8º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 04 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

LEI 1415/2015

LEI N.º 1415/2015

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0040.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 04 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

RESULTADO DE RECURSO DO CONCURSO Nº. 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 001/2015

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO TORNA PÚBLICO que encontra-se disponível no site www.concursosss1.com.br e no Mural da Prefeitura EDITAL COM RESULTADO DOS RECURSOS.

Balneário Rincão, 17 de março de 2015.

DECIO GOMES GOES

Prefeito Municipal.

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****PREGÃO 6/2015 - PREF**

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preços do tipo menor preço por item. O objeto é o registro de preços para aquisição parcelada de pedra brita tipo bica corrida, areia tipo média, pedrisco nº1 e pedregulho sujo.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 30/03/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 30/03/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 18 de Março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 24/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVITE nº. 24/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Convite para Compras e Serviços.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 26 de março de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 26 de março de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/ Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu**PREFEITURA****EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.155/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.155/2012

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 128/2012 - FMS

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CONVEM DESTACAR QUE ESTA CONTRATAÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XIII DA LEI 8.666/93.

Fornecedor: FEPESE - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICOS

Valor: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Vigência: 06/03/2015 a 06/11/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

LEI COMPLEMENTAR 077/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 077/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015
ALTERA A CARGA HORÁRIA DOS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS I, II, III, IV, V, AUXILIAR OPERACIONAL, COPEIRA E MERENDEIRA, CONFORME ANEXO I DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL II - ANFC II - ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL I COMPLETO

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterada para 30h (trinta horas) semanais, a carga horária dos Auxiliares de Serviços Gerais I, II, III, IV, V, Auxiliar Operacional, Copeira e Merendeira, constantes no Anexo I do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta, Grupo Ocupacional Operacional II - ANFC II - Atividades de Nível Fundamental I Completo, da Lei Complementar 47 de 22 de dezembro de 2011 - Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de março de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 077/2015, de 12/03/2015
Sancionada em 12/03/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3542/2015

LEI Nº 3542/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO NOS PROCESSOS JUDICIAIS N.º 0005391-57.2009.8.24.0007, 0004065-96.2008.8.24.0007, 2009.003061-5, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal através do Procurador Geral do Município de Biguaçu autorizado a firmar acordo parcial e total nos processos de n.º 0005391-57.2009.8.24.0007, 0004065.2008.8.24.000 e 2009.003061-5.

Art. 2º - O acordo de que trata o art. 1º desta Lei, será firmado com a finalidade de por fim as lides, haja vista que o referido concurso público foi considerado válido, através de sentenças Judiciais nos autos supra identificados.

Art. 3º - Os acordos poderão ser coletivos ou individuais.

Art. 4º - Os acordos feitos a partir desta Lei tratarão exclusivamente para chamada dos candidatos que adquiriram direito por via Judicial.

Art. 5º - Os acordos não poderão tratar de pagamentos ou indenizações pecuniárias.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de Março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3542/2015, de 12/03/2015
Sancionada em 12/03/2015
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PAUTA DE JULGAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SESSÃO DO DIA 02/04/2014 COM INÍCIO ÀS 16:00 HORAS, LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7984/2012
RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7985/2012
RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7986/2012
RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7987/2012

RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

PORTARIA Nº 860/2015

PORTARIA nº 860 de 16 de março de 2015

Nomeia Edenildo Morfim, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Manutenção e Equipamentos Urbanos, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Edenildo Morfim, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Manutenção e Equipamentos Urbanos, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transportes, a contar de 17/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861/2015

PORTARIA nº 861 de 16 de março de 2015

Nomeia Kátia Roussenq Bichels, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Centro de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Kátia Roussenq Bichels, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Centro de Educação Infantil, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862/2015

PORTARIA nº 862 de 16 de março de 2015

Nomeia Leandro Laércio de Souza, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Leandro Laércio de Souza, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Assistência à Saúde, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 12/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863/2015

PORTARIA nº 863 de 16 de março de 2015

Nomeia Gisele Teixeira, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gisele Teixeira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 16/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864/2015

PORTARIA nº 864 de 16 de março de 2015

ERRATA:

Na portaria 482/2015, de admissão do(a) servidor(a) Guilherme Muller Maria, ocorreu um equívoco quanto à jornada de trabalho.

Portaria nº 482 de 20 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERME MULLER MARIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 865/2015

PORTARIA nº 865 de 16 de março de 2015

ERRATA:

Na portaria 496/2015, de admissão do(a) servidor(a) Odair José Fraga, ocorreu um equívoco quanto à jornada de trabalho.

Portaria nº 496 de 20 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ODAIR JOSE FRAGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLES), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ODAIR JOSE FRAGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLES), com jornada de 30 horas semanais, acrescidas de 03 (três) aulas excedentes, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLInger

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 866/2015

PORTARIA nº 866 de 16 de março de 2015

ERRATA:

Na portaria 410/2015, de admissão do(a) servidor(a) Roberto Pereira Nunes, ocorreu um equívoco quanto ao prazo da contratação.

Portaria nº 410 de 20 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROBERTO PEREIRA NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROBERTO PEREIRA NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLInger

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 867/2015

PORTARIA nº 867 de 16 de março de 2015

ERRATA:

Na portaria 575/2015, de admissão do(a) servidor(a) Valéria Romancini, ocorreu um equívoco quanto ao prazo da contratação.

Portaria nº 575 de 20 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALÉRIA ROMANCINI PACHECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALÉRIA ROMANCINI PACHECO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLInger

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 868/2015

PORTARIA nº 868 de 16 de março de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), WILSON GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), WILSON GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/03/2015 a 09/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLInger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 869/2015

PORTARIA nº 869 de 16 de março de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TANIA DE JESUS DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público,

de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TANIA DE JESUS DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/03/2015 a 09/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 870/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 870 de 16 de março de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) RITA DE CÁSSIA MAIKOT SAGÁS, detentor(a) da matrícula 505 e do cargo de provimento efetivo PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) RITA DE CÁSSIA MAIKOT SAGÁS, detentor(a) da matrícula 505 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00004/13-7, da qual se extraiu o período de 04 (quatro) anos, e 05 (cinco) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 871/2015

PORTARIA nº 871 de 16 de março de 2015

Nomeia Lédio Gerhardt, para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Lédio Gerhardt, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 872/2015

PORTARIA nº 872 de 16 de março de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Cimara Terezinha Cassiano do Prado, ocupante do cargo temporário de Escriturário, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Cimara Terezinha Cassiano do Prado, detentor do cargo de provimento temporário de Escriturário, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 10/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 873/2015

PORTARIA nº 873 de 16 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eclair Darlete Constâncio da Silva, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Centro de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eclair Darlete Constâncio da Silva, detentor do cargo de provimento comissionado de Diretor de Centro de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 874/2015

PORTARIA nº 874 de 16 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Gustavo Felipe Borba de Amorim, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Convênios, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gustavo Felipe

Borba de Amorim, detentor do cargo de provimento comissionado de Diretor de Convênios, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 04/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 875/2015

PORTARIA nº 875 de 16 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Maria Bernadete Salazar, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, na Secretaria Municipal de Orçamento Participativo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria Bernadete Salazar, detentor do cargo de provimento comissionado de Secretário Municipal de Orçamento Participativo, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 876/2015

PORTARIA nº 876 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Elis Tatiane Pereira, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Elis Tatiane Pereira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 877/2015

PORTARIA nº 877 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Raquel Barbosa Elizabete, ocupante do cargo temporário de Técnico em Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Raquel Barbosa Elizabete, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 878/2015

PORTARIA nº 878 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Silmara Farias Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Silmara Farias Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 879/2015

PORTARIA nº 879 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Fernanda Dominiciano da Rosa, ocupante do cargo temporário de Professor III (Ciências), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Fernanda Dominiciano da Rosa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Ciências), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 881/2015

PORTARIA nº 881 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Cláudia Ismenia de Arruda Monico, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Cláudia Ismenia de Arruda Monico, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 882/2015

PORTARIA nº 882 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Juliana Fernandes Dutra, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Juliana Fernandes Dutra, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 883/2015

PORTARIA nº 883 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Alexsandro Maquel Lopes, ocupante do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Alexsandro Maquel Lopes, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 884/2015

PORTARIA nº 884 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Belonice Mezeco, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Belonice Mezeco, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 885/2015

PORTARIA nº 885 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Suzana Soares, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Suzana Soares, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 886/2015

PORTARIA nº 886 de 17 de março de 2015
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Karoliny Ballmann de Souza, ocupante do cargo temporário de Telefonista, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Karoliny Ballmann

de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Telefonista, com jornada de 30 horas semanais, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 13/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 887/2015

PORTARIA nº 887 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Josiane da Rocha, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Josiane da Rocha, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 888/2015

PORTARIA nº 888 de 17 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Amauri dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Vigia, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Amauri dos Santos, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 9945, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 17 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 889/2015

PORTARIA nº 889 de 17 de março de 2015

Susta a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Karine Patrícia Stulp Cardoso, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Sustar a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Karine Patrícia Stulp Cardoso, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 9843 a contar de 01/04/2015.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2699/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/04/2015.

Biguaçu, 16 de março de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.573/2015**

DECRETO Nº 10.573, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município no valor de R\$ 988.499,00 (novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0403 - Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 - Manut. Ativ. Contencioso judicial

Modalidade 3.3.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 1.092,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0709 - Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 - Manut. Ativ. Infraest. Tecnológica

Modalidade 3.3.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 66.006,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 - Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 - Manut. Ativ. Administrativas Secom

Modalidade 3.3.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 1.683,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 - Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 - Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 4.4.90 (128) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (183) Aplicações Diretas R\$ 798.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 - Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 634,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 - Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 - Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.3.90 (413) Aplicações Diretas R\$ 1.669,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 - Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 - Manut. Ativ. Administr. Seplan

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 933,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Desenv. Projetos

Modalidade 3.3.90 (486) Aplicações Diretas R\$ 96,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinal. Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 - Man. Ativ. Ilum. Púb. Sin. Viária

Modalidade 4.4.90 (525) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 - Manut. Ativ. Adm. Sector

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 13.386,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares aberto no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0403 - Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 - manut. Ativ. Contencioso judicial

Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 1.092,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0709 - Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 - Man. Ativ. Infraestrutura Tecnológica

Modalidade 3.1.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 66.006,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 - Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 - Manut. Ativ. Administrativas Secom

Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 1.683,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 - Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 - Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (126) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 798.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 - Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 634,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1204 - Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 - Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 1.669,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1301 - Administrativo do Gabinete
Atividade13.01.04.122.0002.2064 - Manut. Ativ. Adm. Seplan
Modalidade 3.1.90 (459) Aplicações DiretasR\$ 933,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Atividade13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Desenv. Projetos
Modalidade 3.1.90 (485) Aplicações DiretasR\$ 96,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1404 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinal. Viária
Atividade14.04.15.452.0005.2278 - Man. Ativ. Ilum. Púb. Sin. Viária
Modalidade 3.3.90 (521) Aplicações DiretasR\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 - Administrativo do Gabinete
Atividade16.01.23.695.0008.2098 - Manut. Ativ. Adm. Sector
Modalidade 3.1.90 (605) Aplicações DiretasR\$ 13.386,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.577/2015

DECRETO Nº 10.577, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I e II deste Decreto no valor de R\$ 311.431,75 (trezentos e onze mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento, abaixo discriminadas:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1102 - Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto11.02.15.451.0006.1071 - Prol. R. Humberto de Campos - Prog. Mob. Sust. Bnau
Modalidade4.4.90 (645) Aplicações DiretasR\$ 211.114,37
Fonte de Recursos 0386.00000
Projeto11.02.15.451.0006.1103 - Const. Term. Int. Norte e Oeste Prog. Mob. Sust. Bnau
Modalidade4.4.90 (647) Aplicações DiretasR\$ 532,17
Fonte de Recursos 0386.00000

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 - Fundo Municipal de Saúde
Atividade31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. Assist. e Gestão

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações DiretasR\$ 11.868,65
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade31.01.10.301.0009.2168 - Pab Fixo - Piso de Assist. Básica
Modalidade3.3.90 (14) Aplicações DiretasR\$ 19.678,45
Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade31.01.10.302.0009.2200 - Hospital Santa Isabel
Modalidade3.3.90 (84) Aplicações DiretasR\$ 65.179,81
Fonte de Recursos 0267.00065
Atividade31.01.10.304.0009.2191 - Vigilância Sanitária
Modalidade3.3.90 (91) Aplicações DiretasR\$ 3.058,30
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de fevereiro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.577/2015 - ANEXO I

CREDOR:	CONSÓRCIO SUPERVISÃO BID
DOCUMENTO	MEDIÇÃO Nº. 378/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Supervisão da Rua Humberto de Campos – BID, relativo ao período de 03/04 a 31/12/2014.
DOTAÇÃO:	645
VALOR:	21.046,37

CREDOR:	SETEP CONSTRUÇÕES LTDA
DOCUMENTO	MEDIÇÃO Nº. 379/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente Execução Prolongamento Rua Humberto de Campos – BID, relativo ao período de 03/04 a 31/12/2014.
DOTAÇÃO:	645
VALOR:	190.068,00

CREDOR:	CONSÓRCIO COBA-LOGITANS-COBA BR.
DOCUMENTO	MEDIÇÃO Nº. 374/2014
DATA:	31/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente reajuste de valores relativo aos Projetos de Engenharia Para Terminais Norte e Oeste – BID, período de 17/09 a 16/10/2014.
DOTAÇÃO:	647
VALOR:	532,17

TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 211.646,54 (duzentos e onze mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).
--------------------------	---

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.
PAULO FRANÇA
Secretário Municipal de Obras

DECRETO Nº 10.577/2015 - ANEXO II
ANEXO II

CREDOR:	ORCALI – SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
DOCUMENTO	NF Nº 035652
DATA:	23/01/2015
ORIGEM DA DESPESA:	COMPLEMENTO A NOTA DE EMPENHO Nº 2014/6083 - SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DAS UNIDADES DE SAÚDE – ESF'S, AG'S E BANCO DE LEITE – PERÍODO 12/2014
DOTAÇÃO:	14
VALOR:	R\$ 19.678,45
CREDOR:	ORCALI – SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
DOCUMENTO	NF Nº 035650
DATA:	23/01/2015
ORIGEM DA DESPESA:	COMPLEMENTO A NOTA DE EMPENHO Nº 2014/5757 - SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA – PERÍODO 12/2014
DOTAÇÃO:	91
VALOR:	R\$ 3.058,30
CREDOR:	ORCALI – SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
DOCUMENTO	NF Nº 035654
DATA:	23/01/2015
ORIGEM DA DESPESA:	COMPLEMENTO A NOTA DE EMPENHO Nº 2014/5958 - SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA CENTRAL DE AMBULÂNCIA, CENTRO DE SAÚDE ROSANIA MACHADO PEREIRA, NIAF, POLICLÍNICA, SETOR DE ALMOXARIFADO, PRÉDIO SEMUS E BASES DO SAMU – GARCIA E VILA NOVA – PERÍODO 12/2014
DOTAÇÃO:	10
VALOR:	R\$ 11.868,65
CREDOR:	SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA
DOCUMENTO	AIH
DATA:	22/01/2015
ORIGEM DA DESPESA:	REFERENTE FAEC MÉDIA COMPLEXIDADE – CIRURGIA OROFACIAL COMPETÊNCIA DEZ/2014
DOTAÇÃO:	84
VALOR:	R\$ 341,30
CREDOR:	SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA
DOCUMENTO	AIH
DATA:	18/12/2014
ORIGEM DA DESPESA:	REFERENTE FAEC MÉDIA COMPLEXIDADE – CIRURGIAS ELETIVAS – COMPONENTE III - COMPETÊNCIA NOVEMBRO E DEZEMBRO/2014
DOTAÇÃO:	84
VALOR:	R\$ 64.838,51
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 99.785,21 (Noventa e Nove Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Vinte e Um Centavos)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 18.536/2015

PORTARIA Nº 18.536, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA O PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUZANA ZOLNOWSKI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, combinado com a Lei nº 4.432/94 e alterações posteriores, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 172/2015, de 03/03/2015, resolve:

DISPENSAR o pagamento da gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, na função de Coordenador do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas da servidora pública municipal:

SUZANA ZOLNOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, concedida através da Portaria nº 15.699, de 26/04/2012, a contar de 12 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.537/2015

PORTARIA Nº 18.537, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA MEMBRO PARA CONSTITUIR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO - CASEP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 8º, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, resolve:

1. DESIGNAR, para constituir a Comissão de Avaliação de Servidor em Estágio Probatório - CASEP, instituída pela Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, e com as atribuições nela previstas:

MARINA KEIKO MURAKAMI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, a contar de 09 de março de 2015.

2. CONCEDER, a servidora indicada nesta Portaria, Gratificação Especial equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do Padrão "A" de Vencimento, da Faixa I, jornada de 40 horas semanais, da Categoria "7", do Quadro Permanente de Pessoal constante do Anexo I da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, a contar da data da respectiva designação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.538/2015

PORTARIA Nº 18.538, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA MARINA KEIKO MURAKAMI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal MARINA KEIKO MURAKAMI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, da função gratificada de confiança de Assessor de Cargos e Remunerações, FGC-30%, concedida pela Portaria nº 16.869, de 12/04/2013, no dia 08 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.543/2015

PORTARIA Nº 18.543, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e conforme os Memorandos - GAPREF nº 028/2015 e 030/2015, datados de 12/03/2015 e de acordo com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR

ADAIR TELLES DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Central Semafórica, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, a contar de 12 de março de 2015;

JEAN ALMIR NASCIMENTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Público, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 09 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.544/2015

PORTARIA Nº 18.544 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA GABRIELA KIELING DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009 e alterações posteriores, e conforme Memorando Gapref nº 029/2015, resolve:

EXONERAR

GABRIELA KIELING DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo-Financeiro, símbolo CC-3, na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, nomeada pela Portaria nº 17.083, de 08 de julho de 2013, a contar de 04 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.546/2015

PORTARIA Nº 18.546, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS SELL PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO ESCOLAR DO CEI "EMÍLIA PISKE".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 102/2015, de 10/03/2015, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DESIGNAR,

a contar de 19 de fevereiro de 2015, o servidor público municipal MARCOS SELL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função de Secretário Escolar do CEI "Emília Piske", concedendo-lhe a gratificação de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.547/2015

PORTARIA Nº 18.547, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KARINA LUIZA LUCKMANN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal KARINA LUIZA LUCKMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 06 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1631/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.548/2015

PORTARIA Nº 18.548, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme Memorando nº 65/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

GIULIANA MORAES MIRANDA, nomeada através da Portaria nº 18.370, de 21 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

SHEILA GARCIA, nomeada através da Portaria nº 18.383, de 28 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

JOSÉ MARCELO SABEL, nomeado através da Portaria nº 18.370, de 21 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista - CNH Categoria C, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2011;

ELIZANGELA FAMANTA NAVARRO, nomeada através da Portaria nº 18.455, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2011;

DIEGO SOTILE GRZYBOVSKI, nomeado através da Portaria nº 18.369, de 21 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CRISTIANE SEIDE, nomeada através da Portaria nº 18.455, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

JULIO CESAR DE SOUZA FILHO, nomeado através da Portaria nº 18.476, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ALEXANDRE GUIDINI CHAVES, nomeado através da Portaria nº 18.476, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARIA IZABEL DIONISIO, nomeada através da Portaria nº 18.406, de 02 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

TACIANE DE LIMA DOS SANTOS MARIANO, nomeada através da Portaria nº 18.406, de 02 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

JOANA CARLA DE NOVAIS, nomeada através da Portaria nº 18.406, de 02 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

IRENE DE MATTOS, nomeada através da Portaria nº 18.476, de 24 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

KELLY LUCIA DOS SANTOS DE SOUSA, nomeada através da Portaria nº 18.383, de 28 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GIULIA SCHIOCHET, nomeada através da Portaria nº 18.412, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ZELIA CRISTINA ARAUJO FERNANDES DE MELLO, nomeada através da Portaria nº 18.413, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAFAELA ZANONI ANDRIONI BUCHINSKI, nomeada através da Portaria nº 18.413, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAISA RODRIGUES WEBER, nomeada através da Portaria nº 18.531, de 09 de março de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CAROLINE GALLI MOREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.456, de 17 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra Adulto, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAFAEL MACHADO MUNIZ, nomeado através da Portaria nº 18.434, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

DANIEL VINICIUS OLIVEIRA KLIEMANN, nomeado através da Portaria nº 18.413, de 05 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

RICARDO HAAS, nomeado através da Portaria nº 18.433, de 10 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de História, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO FINANCIAMENTO Nº 0413.599-65 - CEF

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº. 0413.599-65

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO: Financiamento destinado à compra de máquinas e equipamentos destinados às intervenções em vias públicas, rodovias e estradas no âmbito do programa PROVIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato de financiamento nº. 0413.599-65.

GARANTIAS DO CONTRATO: Fica alterado o subitem 9.1.2.4 da Cláusula Nona - Garantias do Contrato, que passa a vigorar com a seguinte redação: "9.1.2.4 - O TOMADOR compromete-se a entregar à CAIXA documento que comprove o recebimento do BANCO DO DEPOSITÁRIO em acatar a solicitação de bloqueio e resgate ora mencionada, sob pena de não liberação de recursos."

DATA: 06 de março de 2015.

ADITIVOS CONTRATOS 2014 E 2012 - SAMAE

1) 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e APCER BRASIL CERTIFICAÇÃO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço de recertificação e auditorias de manutenção do sistema de qualidade do SAMAE com a finalidade de atestar a conformidade do sistema com os requisitos da Norma NBR 9001:2008 .

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 121, de 11 de dezembro de 2013.

VALOR DO ADITIVO: R\$ 29.957,18 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos)

PRAZO: contrato prorrogado de 14/01/2015 a 13/01/2016

DATA DA ASSINATURA: 14/01/2015.

2) 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2204/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

OBJETO: prestação de serviços de instituição financeira autorizada a proceder a arrecadação de fatura(s) de serviços.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 09-101/14

VALOR DO ADITIVO: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

PRAZO: 01/01/2015 a 10/06/2015.

DATA DA ASSINATURA: 05 /01/ 2015.

3) 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2012

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE

CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: serviços de postagem de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 02/2012

VALOR DO ADITIVO: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

PRAZO: 07/03/2015 a 06/03/2016

DATA DA ASSINATURA: 06 /03/2015.

4) 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2012

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.
OBJETO: serviços de abertura de valas, transporte de material para reaterro e bota-fora, içamento de adutoras, desmonte de rochas, carregamento de material, reaterro e espalhamento de bota-fora.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-001, de 02 de abril de 2012.

ADITIVO DE VALOR: R\$ 634.046,26 (seiscentos e trinta e quatro mil, quarenta e seis reais e vinte e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 09/01/2015.

PORTARIA Nº 29.050/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.050, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GUILHERME RODOLFO CIPRIANI À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal GUILHERME RODOLFO CIPRIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, à Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 10 de março de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/03/001713.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de
Administração

PORTARIA Nº 29.051/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.051, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III DO CURSO DE DIREITO PELA FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU - UNIASSELVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal PATRICIA OLIVEIRA DIONISIO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório de Prática Jurídica III, pela Faculdade Metropolitana de Blumenau - UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 13 de março de 2015 e término previsto para 26 de junho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando

10 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/001658.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de
Administração

PORTARIA Nº 29.052/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.052, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HELENA RAQUEL STENGER DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA III DO CURSO DE DIREITO PELA FACULDADE METROPOLITANA DE BLUMENAU - UNIASSELVI/FAMEBLU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal HELENA RAQUEL STENGER, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório de Prática Jurídica III, pela Faculdade Metropolitana de Blumenau - UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 13 de março de 2015 e término previsto para 26 de junho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 10 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/001665.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de
Administração

PORTARIA Nº 29.053/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.053, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLARISSA HOPPE FERNANDES DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal CLARISSA HOPPE FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Saúde Coletiva, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 06 de março de 2015 e término previsto para 05 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 40 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/001479.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de
Administração

PORTARIA Nº 29.054/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.054, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SERGIO LUIZ ZIMMERMANN DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARDIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal SERGIO LUIZ ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Pós Graduação em Cardiologia, com início em 06 de abril de 2015 e término previsto para 24 de maio de 2015, totalizando 21 dias alternados, em jornada integral de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2015/03/001625.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de

Administração

PORTARIA Nº 29.055/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.055, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
225193	Ana Cíntia Mueller	SEMED	2015/001735	02/03/2015	27/03/2015
696878	Berenice Deucher Rodrigues Lima	SEMED	2015/001817	06/03/2015	18/03/2015
219606	Catia Salete de Oliveira	SEMUS	2015/001420	16/02/2015	27/02/2015
228298	Cristiane Tâmara Reiter da Silva	SEMUS	2015/001493	18/02/2015	04/03/015
191167	Débora Guimarães Pereira Molin	SEMED	2015/001091	05/02/2015	05/04/2015
229975	Elenice Vercka	SEMUS	2015/001686	22/02/2015	07/03/2015
202444	Elisete dos Santos Oliveira	SEMED	2015/001417	18/02/2015	18/04/2015
170755	Giovania Regina da Silva	SEMED	2015/001126	05/02/2015	05/04/2015
690794	Hana Julia Lunelli	SEMED	2015/001806	04/03/2015	13/03/2015
230043	Ivanilde Gloria da Silva	SEMED	2015/001188	11/02/2015	20/02/2015
200204	Ivanir Dolla	SEMUS	2015/000744	03/02/2015	03/04/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de

Administração

EXTRATO Nº 036/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 036/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

AUTOMATOS S/A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO DO SOFTWARE "AUTOMATOS SERVICE MANAGER - ASM", MIGRAÇÃO DE DADOS E TREINAMENTO, PARA USO NA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI, QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E A EMPRESA AUTOMATOS S/A.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 001/2015 e Contrato Nº. 006/2015, de 11 de fevereiro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, vincendas em 10 (dez) e 40 (quarenta) dias após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e, destacado o valor referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser retido pela FURB e repassado à Prefeitura Municipal de Blumenau, através de crédito em conta, agência e banco definidos pela CONTRATADA.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o máximo de 48 (quarenta e oito) meses, através de termo aditivo.

DATA: 16/03/2015

EXTRATO Nº 037/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 037/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

TOKIKO MITSUMOTO EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROSCÓPIOS BIOLÓGICOS BINOCULARES, COM INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA O LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 172/2014 e Contrato Nº. 007/2015, de 24 de fevereiro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) equipamento(s), sua instalação e o treinamento da equipe de operadores, desde que em perfeito funcionamento, aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência a partir do dia de sua celebração até a data final do prazo de garantia concedida aos equipamentos que é o objeto do procedimento licitatório que o originou.

DATA: 16/03/2015

EXTRATO Nº 038/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 038/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ZF ASSISTÊNCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA COMPRA DE EQUIPAMENTOS "SWITCH GIGABIT LAYER 2", COM GARANTIA, PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 177/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 008/2015, firmado em 27 de fevereiro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Equipamentos	Marca	Garantia (em meses)	Preço Unitário
01	33321	24	Peça	EQUIPAMENTOS "SWITCH GIGABIT LAYER 2": SWITCH Gigabit Gerenciável, camada 2 com 24 portas 10/100/1000MBPS e 04 portas 1000 base-T/SFP, 02 portas traseiras do tipo cx4 para empilhamento a 10GB, capacidade de processamento de 88GBPS, suporte a VLAN, QOS, ACL, STP, 802.3u, 802.3ab, 802.3z, 802.1x, 8021q.	D-Link	60	3.930,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso e sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 039/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 039/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA PLOTTER, COM GARANTIA E SUPORTE ON SITE (NO LOCAL), PARA O LABORATÓRIO DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA (LCC) DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 171/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 009/2015, firmado em 27 de fevereiro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do equipamento, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Para o fornecimento do equipamento: a) Para o fornecimento do equipamento: terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro. b) Para prestação dos serviços de garantia: terá início contado a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, com seu encerramento vinculado ao término do prazo de garantia ofertado pelo licitante vencedor, em sua Proposta de Preços.

DATA: 16/03/2015.

EXTRATO Nº 040/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 040/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de materiais de expediente para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 170/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 010/2015, firmado em 11 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	1780	30	Peça	Agenda comum / tipo anual / 1 dia por página / dimensão aproximada de 15cm x 21cm	Frama	7,15	214,50
4	1212	50	Caixa	Alfinete para mural com cabeça plástica colorida / tratamento niquelado / caixa com 50 peças	Jocar	1,08	54,00
5	1124	300	Peça	Apagador para quadro de fórmica branco	Star	1,48	444,00
8	1793	150	Pacote	Bloco de recados autocolante / tamanho 38mm x 51mm / pacote com 4 blocos	Informis	1,54	231,00
12	1197	250	Peça	Borracha para lápis / comum / macia / número 40 / cor branca	Make	0,12	30,00
13	1199	500	Peça	Borracha para lápis em vinil com capa plástica protetora / capaz de apagar totalmente a escrita sem borrar, manchar ou rasgar o papel / tamanho 42mm x 21mm x 11mm	Make	0,38	190,00
14	1781	20	Peça	Caderno universitário de 200 folhas / com espiral e capa dura	Credeal	5,26	105,20
15	1782	40	Peça	Caderno universitário de 96 folhas / com espiral e capa dura	Credeal	3,10	124,00
16	12119	1.800	Peça	Caixa de arquivo morto de papelão / tamanho 13cm x 25cm x 36cm	Delcris	1,10	1.980,00
17	29562	10	Peça	Caixa dupla para correspondência / em acrílico / articulável	Waleu	18,80	188,00

21	12815	50	Peça	Calculadora grande de mesa / com 12 dígitos e visor grande / tamanho aproximado de 17,5cm x 12,5cm / alimentação bateria	Mj	9,00	450,00
33	26652	100	Peça	Caneta para escrever em CD/DVD / ponta de 0,5 a 1,0mm / poderá ser pedido nas cores: vermelha, azul, preta e verde	Jocar	1,04	104,00
35	218	200	Peça	Caneta para retroprojektor / ponta de 2.0 mm / poderá ser pedido nas cores: vermelha, azul, preta e verde	Jocar	1,02	204,00
36	5677	250	Peça	Capa plástica para CD / transparente / quadrada / tamanho aproximado 12cm x 14cm x 0,5cm	Slim	0,90	225,00
38	1583	200	Folha	Cartolina branca / gramatura 120g/m² / tamanho 66cm x 96 cm	Allcart	0,26	52,00
39	26595	1.500	Folha	Cartolina branca / gramatura 180g/m² / tamanho 66cm x 96 cm	Allcart	0,65	975,00
43	1688	500	Folha	Cartolina duplex	Vmp	0,42	210,00
45	1214	120	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 2/0 (pequeno) / caixa com 500g	Rafa	6,90	828,00
46	1215	60	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 6/0 (grande) / caixa com 500g	Rafa	6,90	414,00
50	1239	10	Caixa	Colchete latonado / resistente / número 15	Bacchi	6,80	68,00
53	1216	100	Pacote	Elástico para dinheiro número 18 / pacote com 100g	Red bor	1,30	130,00
54	1292	500	Peça	Envelope branco / gramatura 90g/m² / tamanho aproximado 176mm x 250mm	Ipecol	0,09	45,00
55	14265	1.000	Peça	Envelope branco / gramatura 90g/m² / tamanho aproximado 240mm x 340mm	Ipecol	0,13	130,00
56	1289	300	Peça	Envelope branco / gramatura 90g/m² / tamanho aproximado 310mm x 410mm	Ipecol	0,25	75,00
57	27208	500	Peça	Envelope kraft / gramatura 80g/m² / tamanho aproximado 240mm x 340mm	Ipecol	0,09	45,00
59	1386	50	Peça	Estilete tamanho pequeno / corpo plástico / tipo retrátil / com lâmina estreita de aproximadamente 9mm / com trava	Lyke	0,33	16,50
71	1422	250	Peça	Extrator de grampos tipo espátula / material em aço inoxidável	Cabrink	0,46	115,00
74	1326	300	Peça	Fita adesiva transparente / material plástico / tamanho 12mm x 40m a 12mm x 65m (grande)	FSP	0,44	132,00
76	1343	150	Peça	Fita crepe branca para pintura 38mm x 50m.	Eurocel	5,12	768,00
78	1383	500	Peça	Fita para empacotamento / material plástico transparente / tamanho aproximado 48mm x 50m	FSP	1,73	865,00
79	184	50	Caixa	Giz de cera tipo curto / caixa com 15 cores	Piratininga	1,24	62,00
80	1132	20	Tubo	Grafite 0,5 mm / HB / tubo com 12 unidades	Goller	0,20	4,00
81	1115	100	Tubo	Grafite 0,5mm / 2B / tubo com 12 unidades	Goller	0,25	25,00
82	1119	50	Tubo	Grafite 0,7mm / 2B / tubo com 12 unidades	Goller	0,25	12,50
83	1118	60	Tubo	Grafite 0,7mm / HB / tubo com 12 unidades	Goller	0,20	12,00
84	1420	50	Peça	Grampeador grande / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 20cm / para grampos 26/6 / capacidade 30 folhas	Jocar	7,00	350,00
85	28418	150	Peça	Grampeador médio / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 16cm / para grampos 26/6 / capacidade 25 folhas	Jocar	5,80	870,00
89	1217	500	Caixa	Grampo para grampeador / material metal / tratamento superficial cobreado / tamanho 26/6 / caixa com 5.000 grampos	Jocar	1,82	910,00
90	1264	1.000	Peça	Grampo trilho para pasta suspensa / material plástico flexível	Jocar	0,06	60,00

91	6528	40.000	Peça	Lacre para malote / tamanho 21cm			
95	183	200	Caixa	Lápis de cor / caixa com 12 cores	Make	1,90	380,00
97	205	60	Caixa	Lápis de cor / caixa com 36 cores	Leonora	8,00	480,00
100	1111	50	Peça	Lapiseira 0,5mm com ponteira de metal / prendedor de metal e protetor da borracha de metal	Goller	2,00	100,00
103	1764	30	Peça	Livro ata grande com 50 folhas numeradas / tamanho aproximado 205mm x 300mm	Sd	3,50	105,00
104	1765	80	Peça	Livro protocolo pequeno com 100 folhas / capa dura / tamanho aproximado 148mm x 202mm	Sd	3,45	276,00
105	28343	30	Peça	Livro protocolo pequeno com 50 folhas / capa dura / tamanho aproximado 148mm x 202mm	Sd	3,45	103,50
110	1230	80	Caixa	Massa para modelar / caixa com 12 cores	Make	1,55	124,00
114	1634	800	Metro	Papel auto-adesivo (papel contact) / material plástico / incolor	Informis	1,10	880,00
117	1608	20	Bobina	Papel kraft em bobina / largura 120cm	Safra	55,00	1.100,00
123	1568	300	Resma	Papel sulfite / tamanho A4 (210mm x 297mm) / gramatura 90g/m²	Boreal	10,60	3.180,00
126	13577	300	Peça	Pasta "L" / material plástico / tamanho escritório	Jocar	0,37	111,00
127	1252	900	Peça	Pasta arquivo com grampo trilho plástico	Collorpres	0,88	792,00
128	1248	30	Peça	Pasta A-Z / lombado estreito (lombada 5,5cm) / compressor niquelado / visor plástico na lombada	Marcari	3,50	105,00
129	1249	60	Peça	Pasta A-Z / lombado largo (lombada 8cm) / compressor niquelado / visor plástico na lombada	Marcari	3,50	210,00
130	1285	80	Peça	Pasta catálogo / cor preta com visor / com 100 envelopes plásticos grossos (0,15mm)	Dac	10,30	824,00
131	1245	300	Peça	Pasta catálogo / cor preta com visor / com 50 envelopes plásticos grossos (0,15mm)	Dac	5,95	1.785,00
132	1251	500	Peça	Pasta com abas, elásticos e ilhós (pasta Brasil)	Collorpres	0,78	390,00
133	1342	100	Peça	Pasta plástica com abas e com elástico 20mm / cores diversas	Alaplast	1,70	170,00
134	23902	50	Peça	Pasta plástica com abas e com elástico 40mm / cores diversas	Alaplast	1,95	97,50
137	1284	50	Peça	Pasta plástica sanfonada / com elástico e 12 divisórias / transparente	Dac	6,25	312,50
160	1418	30	Peça	Porta clips/caneta/recado conjugado em acrílico / tamanho médio	Waleu	4,50	135,00
165	18324	50	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 7,5mm x 30cm (bastão fino)	Jocar	2,00	100,00
178	1812	100	Peça	Umedecedor de dedos em pasta / que não manche / embalagem com 12g	Radex	1,34	134,00
180	1267	1.500	Peça	Visor para pasta suspensa de plástico	Dello	0,12	180,00
Valor Total Registrado (em R\$)							27.392,20

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que o(s) mesmo(s) esteja(m) em perfeitas condições de uso e seja(m) aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 041/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 041/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ADL Comercial EIRELI EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de materiais de expediente para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 170/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 011/2015, firmado em 11 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
121	15849	300	Bobina	Papel sulfite / bobina tamanho 914mm x 45m / cilindro interno medindo 5cm / gramatura 75g/m²	Mexpaper	25,30	7.590,00
142	1213	20	Caixa	Percevejos latonados / caixa com 100 percevejos	Jocar	1,10	22,00
Valor Total Registrado (em R\$)							7.612,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que o(s) mesmo(s) esteja(m) em perfeitas condições de uso e seja(m) aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 042/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 042/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Bozzano e Bozzano LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de materiais de expediente para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 170/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 012/2015, firmado em 11 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
31	1089	200	Jogo	Caneta hidrocor / jogo com 12 cores	Leo leo	1,39	278,00
32	219	60	Jogo	Caneta hidrocor / jogo com 24 cores	Leo leo	2,83	169,80
51	25453	60	Jogo	Corretivo em fita / composição: pigmentos e polímeros / atóxico / tamanho aproximado de 4mm x 6m a 4mm x 10m	Jocar	2,44	146,40
88	28430	30	Caixa	Grampo para grampeador / material metal / tratamento galvanizado / tamanho 23/13 / caixa com 1.000 grampos	Jocar	2,26	67,80
98	169	400	Peça	Lápis preto HB / corpo em madeira	Leo leo	0,14	56,00
149	221	200	Peça	Pincel atômico / cor azul	Leo leo	0,57	114,00
150	222	200	Peça	Pincel atômico / cor preto	Leo leo	0,57	114,00
151	223	100	Peça	Pincel atômico / cor verde	Leo leo	0,57	57,00
152	224	150	Peça	Pincel atômico / cor vermelho	Leo leo	0,57	85,50
154	17770	30	Peça	Pincel redondo número 02 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,52	15,60

156	24733	20	Peça	Pincel redondo número 12 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,75	15,00
157	257	30	Peça	Pincel redondo número 14 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,82	24,60
167	1393	50	Peça	Régua de alumínio / tamanho 30cm	Jocar	1,46	73,00
171	1304	150	Peça	Régua plástica transparente / tamanho 30cm	Waleu	0,30	45,00
174	1385	50	Peça	Tesoura bolso/escolar em aço inox / sem ponta / com cabo plástico e rebite reforçado em aço inox / tamanho aproximado 13cm	Leo leo	0,57	28,50
175	1384	300	Peça	Tesoura de uso geral / com lâmina em aço inox e cabo plástico / tamanho aproximado 21cm	Jocar	2,56	768,00
Valor Total Registrado (em R\$)							2.058,20

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que o(s) mesmo(s) esteja(m) em perfeitas condições de uso e seja(m) aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 043/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 043/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ALEXANDRA DOS PASSOS EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de materiais de expediente para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 170/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 013/2015, firmado em 16 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
6	1388	400	Peça	Apontador para lápis / material plástico / com 1 furo	Leo leo	0,08	32,00
9	1788	100	Bloco	Bloco de recados autocolante / tamanho 76mm x 102mm	Jocar	1,14	114,00
25	15319	30	Peça	Caneta fixa para balcão / em alumínio polido / com corrente e suporte	Fixa	11,03	330,90
44	1210	50	Caixa	Clips de plástico número 0	Deli	0,71	35,50
47	1240	30	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 8/0 (extra grande) / caixa com 500g	Jocar	5,50	165,00
49	1221	20	Caixa	Colchete latonado / resistente / número 14	Salenas	5,03	100,60
52	1202	60	Peça	Corretivo líquido para qualquer tipo de escrita / à base d'água / inodoro / atóxico / com boa cobertura / embalagem de 18ml	Delta	0,71	42,60
73	1325	300	Peça	Fita adesiva transparente / material plástico / tamanho 12mm x 30m (pequena)	Make	0,37	111,00
86	1419	150	Peça	Grampeador pequeno / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 12cm / para grampos 26/6 / capacidade 20 folhas	Make	4,79	718,50

87	12819	10	Peça	Grampeador profissional / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / para grampos 23/6 até 23/24 / capacidade 240 folhas	Make	32,87	328,70
96	192	50	Caixa	Lápis de cor / caixa com 24 cores	Make	4,44	222,00
99	1120	200	Peça	Lápis preto número 2 / corpo em madeira	Greecastle	0,17	34,00
102	1785	30	Peça	Livro ata grande com 100 folhas numeradas / tamanho aproximado 205mm x 300mm	São Domingos	4,93	147,90
106	215	600	Peça	Marcador para quadro branco / cor azul	Make	1,00	600,00
107	214	1.000	Peça	Marcador para quadro branco / cor preto	Make	1,00	1.000,00
108	216	300	Peça	Marcador para quadro branco / cor verde	Make	1,00	300,00
109	217	500	Peça	Marcador para quadro branco / cor vermelho	Make	1,00	500,00
120	1704	200	Resma	Papel sulfite (resma) / tamanho A3 (297mm x 420mm) / gramatura 75g/m²	Chamex	30,00	6.000,00
135	29563	60	Peça	Pasta plástica com abas e elástico / tamanho ofício	Alaplast	1,10	66,00
136	28615	60	Peça	Pasta plástica com grampo e sem elástico.	Alaplast	1,10	66,00
138	1278	50	Peça	Pasta plástico polionda 20mm / com abas e elástico	Alaplast	1,49	74,50
139	1277	30	Peça	Pasta plástico polionda 35mm / com abas e elástico	Alaplast	1,80	180,00
140	1268	100	Peça	Pasta plástico polionda 55mm / com abas e elástico	Alaplast	1,80	180,00
143	1421	80	Peça	Perfurador manual de papel / material em metal pintado / capacidade para 12 folhas	Make	3,11	248,80
145	3063	1.200	Peça	Pilha AA alcalina	Maxiprint	0,94	1.128,00
146	3073	2.200	Peça	Pilha AAA alcalina	Maxiprint	0,94	2.068,00
147	3075	50	Peça	Pilha C alcalina / blister com 2 unidades	Maxiprint	6,86	343,00
148	3066	50	Peça	Pilha D alcalina / blister com 2 unidades	Maxiprint	9,06	453,00
153	17768	30	Peça	Pincel redondo número 00 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,49	14,70
155	255	20	Peça	Pincel redondo número 10 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,70	14,00
158	246	20	Peça	Pincel redondo número 16 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leo leo	0,87	17,40
159	1411	100	Peça	Porta canetas em acrílico / tamanho médio	Waleu	3,73	373,00
163	1273	50	Peça	Prancheta portátil / material Eucatex / com prendedor metálico / tamanho ofício	Bacchi	2,07	103,50
168	1314	60	Peça	Régua em acrílico transparente / tamanho 30cm	Waleu	0,33	19,80
172	12091	3.000	Peça	Saco plástico com 4 furos / medidas 24cm x 33cm / grosso com 0,15mm	Piratininga	1,57	78,50
173	410	3.000	Peça	Saco plástico sem furos / medidas 24cm x 33cm / grosso com 0,15mm	dac	0,20	600,00
176	116	50	Jogo	Tinta guache / cores diversas / caixa com 6 cores	Piratininga	1,57	78,50
177	17251	150	Vidro	Tinta guache / cores diversas / vidro com 250ml	Piratininga	1,56	234,00
Valor Total Registrado (em R\$)							17.514,10

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que o(s) mesmo(s) esteja(m) em perfeitas condições de uso e seja(m) aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 044/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 044/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

HOTEL STEINHAUSEN LTDA-EPP

OBJETO: Registro de preços para contratação futura de serviços de hospedagem para a FURB, com café da manhã e acesso à estrutura existente no hotel, no município de Blumenau/SC, para professores, convidados e demais participantes de eventos organizados pela Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 009/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 016/2015, firmado em 13 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição das Acomodações	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	31064	350	Diária	Hospedagem com café da manhã para convidado. Apartamento single (individuais) padrão Econômico. Unidades Habitacionais contendo: - Banheiro privativo com água aquecida; - Cama confortável com colchão tipo Box; - Travesseiros; - Televisão com TV a cabo e controle remoto; - Telefone; - Frigobar; - Ar condicionado; - Acesso à internet rápido e gratuito; - Mesa de trabalho com cadeiras, iluminação própria e pontos de energia; - Armários para guardar roupas e bagagem.	127,00	44.450,00
3	30702	150	Diária	Hospedagem com café da manhã para convidado. Apartamento double (duplo). Unidades Habitacionais contendo: - Banheiro privativo com água aquecida; - Duas camas com colchão tipo Box, de solteiro, confortáveis; - Travesseiros; - Televisão com TV a cabo e controle remoto; - Telefone; - Frigobar; - Ar condicionado; - Acesso à internet rápida e gratuita; - Mesa de trabalho com cadeiras, iluminação própria e pontos de energia livres; - Armários para guardar roupas e bagagem.	170,00	25.500,00
Preço Total Registrado (em R\$)						69.950,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, desde que a entrega da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 045/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 045/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

BLUSITE EIRELI - ME

OBJETO: SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE PORTAL INTERATIVO PARA INTERNET DO PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DE CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FURB E O BNDES, conforme Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 023/2015 e Contrato nº. 018/2015, firmado em 12 de março de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em parcela única, vencida até 10 (dez) dias consecutivos após a execução e entrega dos serviços, através de crédito em conta.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias após a sua assinatura, estando ainda vinculado à entrega do produto que compõem seu objeto.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 046/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 046/2015

PARTES:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
BLUSITE EIRELI - ME

OBJETO: SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE PORTAL INTERATIVO PARA INTERNET DO PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DE CONTRATO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FURB E O BNDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 007/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 021/2015, firmado em 12 de março de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em parcela única, vencida até 10 (dez) dias consecutivos após a execução e entrega dos serviços, através de crédito em conta.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de 45 (quarenta e cinco) dias após a sua assinatura, estando ainda vinculado à entrega do produto que compõem seu objeto.

DATA: 17/03/2015.

EXTRATO Nº 034/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 034/2015

RESCISÃO UNILATERAL

Termo de Contrato nº. 115/2013

PP nº 054/2013

Objeto: Prestação de Serviços de Mão de Obra em Serviços de Manutenção, Serviços Gerais e Jardinagem nos diversos Campi da FURB.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau torna público que, em 17 de março de 2015:

a) Rescindiou o Contrato nº 115/2013, firmado com a empresa Serv Plus Limpeza e Conservação LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.006.622/0001-76, situada na Rua Servas de Maria Reparadora, nº. 61, Barreiros, São José (SC), CEP 88117-610, vencedora da licitação nº. 054/2013, com base no art. 78, I, da Lei Federal 8.666/93 e incisos, sendo que o último dia de prestação de serviços será em 20 de março de 2015;

b) Aplicou penalidade da multa correspondente à R\$ 54.442,68 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos), por dar causa a rescisão,

c) Declarou a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos, com base no art. 87, inciso III da Lei Federal 8.666/93;

d) Estendeu os efeitos da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 2 (dois) anos, a sociedade com o mesmo objeto social, mesmos sócios e mesmo endereço;

e) Reteve os valores ainda devidos à empresa pela prestação dos serviços relativos aos meses de outubro a dezembro de 2014 e janeiro a 20 de março de 2015, para garantir o pagamento dos salários e encargos aos empregados da contratada, além de garantir o pagamento das penalidades de multas, com base no art. 80, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Blumenau, 17 de março de 2015.

Udo Schroeder

Vice-Reitor - FURB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 960/2015

LEI MUNICIPAL Nº 960/15, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ÁREA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída na área do perímetro urbano do município de Bom Jesus do Oeste/SC, a área ideal de 6.000m² (seis mil metros quadrados) da Chácara Rural nº 63, da seção Herval, sob matrícula nº 8.191 R.2, do Ofício de Imóveis da comarca de Pinhalzinho/SC, parte ideal está identificada com as seguintes coordenadas geográficas: "UTM Long. 291242.27 m E Lat> 7046149.49 m S - Geográficas Long. 53º 5' 53,14" O Lat 26º 41' 25,07" S", de propriedade de Norberto Bonni e Marli Schmitt Bonni.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigência na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 17 dias o mês de março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 961/2015

LEI MUNICIPAL Nº 961/15, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A AQUISIÇÃO DE LOTE A SER INCLUIDO NO PERÍMETRO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo do município de Bom Jesus do Oeste/SC, realizar a compra da área ideal de 6.000m² (seis mil metros quadrados) da Chácara Rural nº 63, da seção Herval, sob matrícula nº 8.191 R.2, do Ofício de Imóveis da comarca de Pinhalzinho/SC, parte ideal está identificada com as seguintes coordenadas geográficas: "UTM Long. 291242.27 m E Lat> 7046149.49 m S - Geográficas Long. 53º 5' 53,14" O Lat 26º 41' 25,07" S", de propriedade de Norberto Bonni e Marli Schmitt Bonni, pelo valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento

Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigência na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
aos 17 dias o mês de março de 2015.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

RREO 1º 2015

Página: 1 de 3
17/03/2015 10:36

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015 /Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre		Até o Bimestre			
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.037.958,87	14.037.958,87	2.002.408,00	14,26	2.002.408,00	14,26	12.035.550,87	
Recitas Correntes	11.718.734,71	11.718.734,71	1.849.722,51	15,78	1.849.722,51	15,78	9.869.012,20	
Receita Tributária	604.000,00	604.000,00	60.639,29	10,04	60.639,29	10,04	543.360,71	
Impostos	462.000,00	462.000,00	52.816,74	11,43	52.816,74	11,43	409.183,26	
Taxas	82.000,00	82.000,00	2.341,61	2,86	2.341,61	2,86	79.658,39	
Contribuição de Melhoria	60.000,00	60.000,00	5.480,94	9,13	5.480,94	9,13	54.519,06	
Receita De Contribuições	26.000,00	26.000,00	4.611,41	17,74	4.611,41	17,74	21.388,59	
Contribuições Econômicas	26.000,00	26.000,00	4.611,41	17,74	4.611,41	17,74	21.388,59	
Receita Patrimonial	90.000,00	90.000,00	10.401,89	11,56	10.401,89	11,56	79.598,11	
Receitas De Valores Mobiliários	90.000,00	90.000,00	10.401,89	11,56	10.401,89	11,56	79.598,11	
Receita Agropecuária	45.000,00	45.000,00	7.713,82	17,14	7.713,82	17,14	37.286,18	
Outras Receitas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	7.713,82	17,14	7.713,82	17,14	37.286,18	
Receita De Serviços	201.000,00	201.000,00	15.985,86	7,95	15.985,86	7,95	185.014,14	
Transferências Correntes	10.686.334,71	10.686.334,71	1.744.497,46	16,32	1.744.497,46	16,32	8.941.837,25	
Transferências Intergovernamentais	10.386.360,00	10.386.360,00	1.744.497,46	16,80	1.744.497,46	16,80	8.641.862,54	
Transferências De Convênios	299.974,71	299.974,71	-	-	-	-	299.974,71	
Outras Receitas Correntes	66.400,00	66.400,00	5.872,78	8,84	5.872,78	8,84	60.527,22	
Multas E Juros De Mora	34.020,00	34.020,00	1.736,57	5,10	1.736,57	5,10	32.283,43	
Receita Da Dívida Ativa	32.380,00	32.380,00	4.136,21	12,77	4.136,21	12,77	28.243,79	
Recitas De Capital	2.319.224,16	2.319.224,16	152.685,49	6,58	152.685,49	6,58	2.166.538,67	
Alienação De Bens	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências De Capital	2.319.224,16	2.319.224,16	152.685,49	6,58	152.685,49	6,58	2.166.538,67	
Transferências Intergovernamentais	1.225.325,19	1.225.325,19	152.685,49	12,46	152.685,49	12,46	1.072.639,70	
Transferências de Convênios	1.093.898,97	1.093.898,97	-	-	-	-	1.093.898,97	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	14.037.958,87	14.037.958,87	2.002.408,00	14,26	2.002.408,00	14,26	12.035.550,87	

Página: 2 de 3
17/03/2015 10:36

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
OPERÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	
Mobilária	-	-	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)			2.002.408,00	14,26	2.002.408,00	12.035.550,87	
DÉFICIT(VI)			-	-	-	-	
TOTAL(VII)=(V+VI)			2.002.408,00	14,26	2.002.408,00	12.035.550,87	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	-	-	-	-	396.955,00	-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	396.955,00	-	

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Balanço Orçamentário
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, ART.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (l)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	9.654.057,10	1.624.096,09	1.624.096,09	12.810.817,78	1.558.579,94
Despesas Correntes	10.759.874,71	11.122.061,91	3.337.543,85	3.337.543,85	7.784.518,06	1.399.658,04	1.399.658,04	9.722.403,87	1.334.500,89
Pessoal E Encargos Sociais	5.590.900,00	5.626.548,68	1.114.281,29	1.114.281,29	4.512.267,39	821.097,29	821.097,29	4.805.451,39	816.169,97
Juros E Encargos Da Dívida	80.000,00	80.000,00	3.538,48	3.538,48	76.461,52	3.538,48	3.538,48	76.461,52	3.538,48
Outras Despesas Correntes	5.088.974,71	5.415.513,23	2.219.724,08	2.219.724,08	3.195.789,15	575.022,27	575.022,27	4.840.490,96	514.792,44
Despesas De Capital	3.268.084,16	3.302.851,96	1.443.312,92	1.443.312,92	1.859.539,04	224.438,05	224.438,05	3.078.413,91	224.079,05
Investimentos	2.969.084,16	3.003.851,96	1.387.757,36	1.387.757,36	1.616.094,60	168.882,49	168.882,49	2.834.969,47	168.523,49
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	299.000,00	299.000,00	55.555,56	55.555,56	243.444,44	55.555,56	55.555,56	243.444,44	55.555,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	-	-	10.000,00	-	-	10.000,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	9.654.057,10	1.624.096,09	1.624.096,09	12.810.817,78	1.558.579,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)									
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	9.654.057,10	1.624.096,09	1.624.096,09	12.810.817,78	1.558.579,94
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	378.311,91	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	9.654.057,10	1.624.096,09	2.002.408,00	12.432.505,87	1.558.579,94

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 17/Mar/2015, 10h e 24m.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		R\$ 1,00	
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	(b) (total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre	(d) (Total d)
						(b)	(c) = (a-b)			(e) = (d-e)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	100,00	9.654.057,10	1.624.096,09	1.624.096,09	100,00
Legislativa		540.000,00	540.000,00	86.191,60	86.191,60	1,80	453.808,40	77.978,73	77.978,73	4,80
Ação Legislativa		540.000,00	540.000,00	86.191,60	86.191,60	1,80	453.808,40	77.978,73	77.978,73	4,80
Administração		1.768.000,00	1.769.363,09	451.982,83	451.982,83	9,45	1.317.380,26	235.709,00	235.709,00	14,51
Planejamento e Orçamento		129.000,00	129.000,00	15.222,33	15.222,33	0,32	113.777,67	15.222,33	15.222,33	0,94
Administração Geral		1.230.000,00	1.231.363,09	388.808,71	388.808,71	8,13	842.554,38	172.534,88	172.534,88	10,62
Administração Financeira		219.000,00	219.000,00	30.956,03	30.956,03	0,65	188.043,97	30.956,03	30.956,03	1,91
Controle Interno		71.000,00	71.000,00	8.069,39	8.069,39	0,17	62.930,61	8.069,39	8.069,39	0,50
Administração de Receitas		89.000,00	89.000,00	8.926,37	8.926,37	0,19	80.073,63	8.926,37	8.926,37	0,55
Assistência Comunitária		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública		41.000,00	41.000,00	34,64	34,64	0,00	40.965,36	34,64	34,64	0,00
Policimento		41.000,00	41.000,00	34,64	34,64	0,00	40.965,36	34,64	34,64	0,00
Assistência Social		485.000,00	606.573,32	76.067,59	76.067,59	1,59	530.505,73	49.340,93	49.340,93	3,04
Assistência ao Idoso		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente		133.000,00	135.443,11	22.892,21	22.892,21	0,48	112.550,90	16.757,21	16.757,21	1,03
Assistência Comunitária		342.000,00	461.130,21	53.175,38	53.175,38	1,11	407.954,83	32.583,72	32.583,72	2,01
Saúde		2.632.044,00	2.791.517,64	933.341,60	933.341,60	19,52	1.858.176,04	299.024,04	299.024,04	18,41
Atenção Básica		2.392.044,00	2.481.517,64	734.200,30	734.200,30	15,36	1.747.317,34	270.448,43	270.448,43	16,65
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		130.000,00	200.000,00	189.491,93	189.491,93	3,96	10.508,07	18.926,24	18.926,24	1,17
Vigilância Sanitária		82.000,00	82.000,00	5.937,37	5.937,37	0,12	76.062,63	5.937,37	5.937,37	0,37
Vigilância Epidemiológica		28.000,00	28.000,00	3.712,00	3.712,00	0,08	24.288,00	3.712,00	3.712,00	0,23
Educação		3.352.225,19	3.443.938,26	1.732.070,10	1.732.070,10	36,23	1.711.868,16	433.730,06	433.730,06	26,71
Alimentação e Nutrição		157.000,00	159.731,65	52.838,28	52.838,28	1,11	106.893,37	14.031,97	14.031,97	0,86
Ensino Fundamental		2.790.650,19	2.872.131,61	1.609.397,59	1.609.397,59	33,66	1.262.734,02	363.875,48	363.875,48	22,40
Ensino Superior		11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil		393.575,00	401.075,00	69.834,23	69.834,23	1,46	331.240,77	55.822,61	55.822,61	3,44
Cultura		155.000,00	155.000,00	19.399,58	19.399,58	0,41	135.600,42	11.449,58	11.449,58	0,71

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Difusão Cultural	155.000,00	155.000,00	19.399,58	19.399,58	0,41	135.600,42	11.449,58	11.449,58	0,71	143.550,42	
Urbanismo	1.710.898,97	1.710.898,97	394.536,01	394.536,01	8,25	1.316.362,96	68.832,00	68.832,00	4,24	1.642.066,97	
Infra-Estrutura Urbana	1.297.898,97	1.297.898,97	262.908,63	262.908,63	5,50	1.034.990,34	11.259,15	11.259,15	0,69	1.286.639,82	
Serviços Urbanos	335.000,00	335.000,00	121.252,96	121.252,96	2,54	213.747,04	47.198,43	47.198,43	2,91	287.801,57	
Energia Elétrica	78.000,00	78.000,00	10.374,42	10.374,42	0,22	67.625,58	10.374,42	10.374,42	0,64	67.625,58	
Habitação	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00	
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	
Gestão Ambiental	14.500,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	0,00	0,00	0,00	14.500,00	
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Agricultura	1.065.316,00	1.065.316,00	395.028,95	395.028,95	8,26	670.287,05	166.397,19	166.397,19	10,25	898.918,81	
Promoção da Produção Animal	145.000,00	145.000,00	62.854,89	62.854,89	1,31	82.145,11	16.669,49	16.669,49	1,03	128.330,51	
Extensão Rural	920.316,00	920.316,00	332.174,06	332.174,06	6,95	588.141,94	149.727,70	149.727,70	9,22	770.588,30	
Comunicações	6.000,00	20.000,00	2.890,00	2.890,00	0,06	17.110,00	1.970,62	1.970,62	0,12	18.029,38	
Telecomunicações	6.000,00	20.000,00	2.890,00	2.890,00	0,06	17.110,00	1.970,62	1.970,62	0,12	18.029,38	
Transporte	1.479.974,71	1.488.806,59	528.777,25	528.777,25	11,06	960.029,34	180.773,27	180.773,27	11,13	1.308.033,32	
Transporte Rodoviário	1.479.974,71	1.488.806,59	528.777,25	528.777,25	11,06	960.029,34	180.773,27	180.773,27	11,13	1.308.033,32	
Desporto e Lazer	246.000,00	246.000,00	83.657,05	83.657,05	1,75	162.342,95	21.976,46	21.976,46	1,35	224.023,54	
Desporto Comunitário	246.000,00	246.000,00	83.657,05	83.657,05	1,75	162.342,95	21.976,46	21.976,46	1,35	224.023,54	
Encargos Especiais	499.000,00	499.000,00	76.879,57	76.879,57	1,61	422.120,43	76.879,57	76.879,57	4,73	422.120,43	
Serviço da Dívida Interna	499.000,00	499.000,00	76.879,57	76.879,57	1,61	422.120,43	76.879,57	76.879,57	4,73	422.120,43	
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III)=(I+II)	14.037.958,87	14.434.913,87	4.780.856,77	4.780.856,77	100,00	9.654.057,10	1.624.096,09	1.624.096,09	100,00	12.810.817,78	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 17/Mar/2015, 10h e 37m.

Página: 3 de 3
17/03/2015 10:38

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/Total d)	

R\$ 1,00

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		
					% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	486.260,00	486.260,00	55.529,92		11,42
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	142.440,00	142.440,00	2.692,51		1,89
1.1.1-IPTU	128.000,00	128.000,00	-		-
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	-		-
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	2.359,39		26,22
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	333,12		13,49
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-		-
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	108.000,00	108.000,00	19.834,12		18,36
1.2.1-ITBI	108.000,00	108.000,00	19.834,12		18,36
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-		-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-		-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	17.773,49		13,48
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	17.752,82		14,55
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	20,67		0,70
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	-		-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	-		-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-		-
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	104.000,00	104.000,00	15.229,80		14,64
1.4.1-IRRF	104.000,00	104.000,00	15.229,80		14,64
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-		-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-		-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-		-
1.5.1-ITR	-	-	-		-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-		-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-		-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-		-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-		-

Página: 2 de 7
17/03/2015 10:44

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1-Cota-Parte FPM	10.321.700,00	10.321.700,00	1.832.928,13	17,76
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.615.000,00	6.615.000,00	1.211.141,28	18,31
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.615.000,00	6.615.000,00	1.211.141,28	18,31
2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	-
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	3.437.000,00	3.437.000,00	589.072,89	17,14
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	47.000,00	47.000,00	-	-
2.5-Cota-Parte ITR	64.000,00	64.000,00	10.274,60	16,05
2.6-Cota-Parte IPVA	2.700,00	2.700,00	19,70	0,73
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	156.000,00	156.000,00	22.419,66	14,37
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	-	-	-	-
	10.807.960,00	10.807.960,00	1.888.458,05	17,47

Página: 3 de 7
17/03/2015 10:44

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						
	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
		INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-		
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		1.363.325,19	1.363.325,19	186.729,96		13,70
5.1 - Transferências do Salário-Educação		80.000,00	80.000,00	26.819,30		33,52
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		-	-	-		
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		18.000,00	18.000,00	4.273,81		23,74
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		40.000,00	40.000,00	2.951,36		7,38
5.5 - Outras Transferências do FNDE		1.225.325,19	1.225.325,19	152.685,49		12,46
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		-	-	-		
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		70.000,00	70.000,00	0,35		0,00
6.1 - Transferências de Convênios		69.000,00	69.000,00	-		-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		1.000,00	1.000,00	0,35		0,04
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-		
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-	-	-		
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		1.433.325,19	1.433.325,19	186.730,31		13,03
FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		2.010.340,00	2.010.340,00	366.585,30		18,23
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)		1.269.000,00	1.269.000,00	242.228,19		19,09
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)		687.400,00	687.400,00	117.814,41		17,14
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)		9.400,00	9.400,00	-		-
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)		12.800,00	12.800,00	2.054,93		16,05
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))		540,00	540,00	3,94		0,73
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)		31.200,00	31.200,00	4.483,83		14,37
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		760.000,00	760.000,00	123.486,82		16,25
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		758.000,00	758.000,00	122.999,50		16,23
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		-	-	-		
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		2.000,00	2.000,00	487,32		24,37
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹		-1.252.340,00	-1.252.340,00	-243.585,80		19,45

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00		
DESPESAS DO FUNDEB			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			456.000,00	456.000,00	90.117,83	19,76	90.117,83	19,76
13.1-Com Educação Infantil			-	-	-		-	
13.2-Com Ensino Fundamental			456.000,00	456.000,00	90.117,83	19,76	90.117,83	19,76
14-OUTRAS DESPESAS			304.000,00	315.430,84	177.132,31	56,16	31.523,81	9,99
14.1-Com Educação Infantil			-	-	-		-	
14.2-Com Ensino Fundamental			304.000,00	315.430,84	177.132,31	56,16	31.523,81	9,99
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)			760.000,00	771.430,84	267.250,14	34,64	121.641,64	15,77
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-		
16.1 - FUNDEB 60%						-		
16.2 - FUNDEB 40%						-		
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						11.430,84		
17.1 - FUNDEB 60%						-		
17.2 - FUNDEB 40%						11.430,84		
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						11.430,84		
INDICADORES DO FUNDEB						VALOR		
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						110.210,80		
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL' (13-(16.1+17.1))/(11)x100)%						72,98		
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100)%						16,27		
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						10,75		

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		11.430,84
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²		11.430,84

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.701.990,00	2.701.990,00	472.114,51	17,47

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	393.575,00	393.575,00	69.834,23	17,74	55.822,61	14,18
23.1-Creche	393.575,00	393.575,00	69.834,23	17,74	55.822,61	14,18
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
23.1.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	393.575,00	393.575,00	69.834,23	17,74	55.822,61	14,18
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.375.325,00	1.386.755,84	365.232,92	26,34	175.187,49	12,63
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	760.000,00	771.430,84	267.250,14	34,64	121.641,64	15,77
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	615.325,00	615.325,00	97.982,78	15,92	53.545,85	8,70
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.768.900,00	1.780.330,84	435.067,15	24,44	231.010,10	12,98

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-243.585,80
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	487,32
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	11.430,84
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-231.667,64
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	462.677,74
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	24,50

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	80.000,00	142.501,85	61.516,06	43,17	33.264,77	23,34
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.353.325,19	1.371.105,57	1.189.037,22	86,72	156.127,22	11,39
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.433.325,19	1.513.607,42	1.250.553,28	82,62	189.391,99	12,51
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	3.202.225,19	3.293.938,26	1.685.620,43	51,17	420.402,09	12,76
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015		(g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADAS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		36.930,84
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		122.999,50
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		147.141,64
49.1-Orçamentário do Exercício		121.641,64
49.2-Restos a Pagar		25.500,00
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		487,32
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		13.276,02

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 17/Mar/2015, 10h e 39m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

AIRTON ANTONIO REINEHR	WALTER NAUJORKS	NAIRO CEZAR MORANDINI	JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal	Sec. de Adm e Fazenda	Contador CRC 020101/0-8	Controle Interno

Página: 1 de 3
17/03/2015 10:46

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	486.260,00	486.260,00	55.529,92	11,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	128.000,00	128.000,00	-	-
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	108.000,00	108.000,00	19.834,12	18,36
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	17.752,82	14,55
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	104.000,00	104.000,00	15.229,80	14,64
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	20,67	0,35
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	2.359,39	17,63
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	333,12	6,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.321.700,00	10.321.700,00	1.832.928,13	17,76
Cota-Parte FPM	6.615.000,00	6.615.000,00	1.211.141,28	18,31
Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	19,70	0,73
Cota-Parte IPVA	156.000,00	156.000,00	22.419,66	14,37
Cota-Parte ICMS	3.437.000,00	3.437.000,00	589.072,89	17,14
Cota-Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	10.274,60	16,05
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.000,00	47.000,00	-	-
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.000,00	47.000,00	-	-
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.807.960,00	10.807.960,00	1.888.458,05	17,47

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	861.000,00	861.000,00	92.431,02	10,74
Provenientes da União	745.000,00	745.000,00	87.398,92	11,73
Provenientes dos Estados	106.000,00	106.000,00	3.603,45	3,40
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	10.000,00	10.000,00	1.428,65	14,29
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	861.000,00	861.000,00	92.431,02	10,74

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.496.000,00	2.655.473,64	930.642,60	35,05	286.449,99	10,79
Pessoal e Encargos Sociais	1.387.000,00	1.387.027,69	401.573,52	28,95	198.643,52	14,32
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.109.000,00	1.268.445,95	529.069,08	41,71	87.806,47	6,92
DESPESAS DE CAPITAL	136.044,00	136.044,00	2.699,00	1,98	2.699,00	1,98
Investimentos	136.044,00	136.044,00	2.699,00	1,98	2.699,00	1,98
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.632.044,00	2.791.517,64	933.341,60	33,43	289.148,99	10,36

Página: 2 de 3
17/03/2015 10:46

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	861.000,00	950.473,64	260.878,87	27,95	37.566,12	12,99
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	861.000,00	950.473,64	260.878,87	27,95	37.566,12	12,99
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	861.000,00	950.473,64	260.878,87	27,95	37.566,12	12,99
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.771.044,00	1.841.044,00	672.462,73	72,05	251.582,87	87,01
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						13,32
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) / 100]6						-31.685,83
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total	-		-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-		-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-		-		-	

Página: 3 de 3
17/03/2015 10:46

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.392.044,00	2.481.517,64	734.200,30	78,66	260.573,38	90,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.000,00	200.000,00	189.491,93	20,30	18.926,24	6,55
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	82.000,00	82.000,00	5.937,37	0,64	5.937,37	2,05
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	3.712,00	0,40	3.712,00	1,28
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.632.044,00	2.791.517,64	933.341,60	100,00	289.148,99	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 17/Mar/2015, 10h e 45m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI
Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Controle Interno

Bom Retiro

PREFEITURA

2269.15 - L. HOSPITAL

Lei Nº 2269/15 de 10.03.2015

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um Auxílio Financeiro no valor de R\$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais), mensais no período de Março a dezembro de 2015 ao Hospital Nossa Senhora das Graças.

Parágrafo Único. O Auxílio Financeiro constante deste artigo destina-se prioritariamente ao atendimento de urgência e emergência no sistema de sobreaviso dos médicos, e o saldo restante no custeio e a manutenção administrativa do Hospital.

Art. 2º. A importância relativa ao Auxílio Financeiro será repassado ao Hospital Nossa Senhora das Graças até o dia 12 (doze) de cada mês, devendo a entidade beneficiada prestar contas detalhadamente na forma desta Lei, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento.

Parágrafo Único. Para que a entidade possa receber o Auxílio Financeiro do mês seguinte, deverá ter prestado contas do anterior.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde abaixo especificada:

12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0025.2206 - MANUT. ATEND. MÉDICO/ODONT/HOSP/AMBULATORIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recurso 01.02 00.00 (15% Saúde) do orçamento vigente.

Art. 4º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a contar de 1º de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 2209/14 de 21 de janeiro de 2014, Lei nº 2230/2014 de 04 de junho de 2014 e Lei nº 2241/2014 de 04 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

2270.15 - L. SUPLEMENTAÇÃO CONS. INTERM. SAÚDE.CIS

Lei Nº 2270/15 de 10.03.2015

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.025.2201 - MANUT. DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.71.00 - Transferências a Consórcios

Recurso 01.02 (15% Saúde)

.... R\$ 17.610,44

3.3.71.00 - Transferências a Consórcios

Recurso 01.02 (15% Saúde)

.... R\$ 4.781,76

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.71.00 - Transferências a Consórcios

Recurso 01.02 (15% Saúde)

.... R\$ 308,60

SubTotal R\$ 22.700,80

Total da Suplementação R\$ 22.700,80

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

26.782.050.2038 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários)

R\$ 22.700,80

Total Geral da Anulação R\$

22.700,80

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

2271.15 - L. ABRA

Lei Nº 2271/15 de 10.03.2015

DISPÕE SOBRE REPASSE DE VERBAS PARA A ASSOCIAÇÃO BONRETIRENSE E ACADÊMICA ABRA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES SEM FINS LUCRATIVOS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo autorizado a repassar para Associação Bonretirense e Acadêmica

ABRA, a quantia supra de R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).

Art. 2º. O valor a ser repassado para a Associação mencionada será a título de ajuda de custo, para o pagamento do transporte escolar dos Estudantes de Bom Retiro que cursam as faculdades UNIPLAC e FACVEST, na cidade de Lages/SC.

Art. 3º. Serão repassados mensalmente até o dia 05 (cinco) os valores conforme abaixo especificados:

Mês	Valor - R\$
Fevereiro	7.000,00
Março	10.000,00
Abril	10.000,00
Mai	10.000,00
Junho	10.000,00
Julho	10.000,00
Agosto	10.000,00
Setembro	10.000,00
Outubro	10.000,00
Novembro	10.000,00
Dezembro	5.000,00

Parágrafo Único - Deverá a entidade beneficiada - ABRA - prestar contas do repasse efetuado na forma da Lei, até um dia útil antes do próximo repasse de verbas, sob pena de não lhes ser repassados tais valores referente ao próximo mês.

Art. 4º. O repasse de que trata esta lei será objeto de Convênio entre o Município e a Associação que definirá as responsabilidades de cada órgão.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei, correm por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

04.01 - Secretaria Mun. de Educação, Cultura e Esporte
12.364.0020.2015 - Apoio ao Estudante 2º e 3º grau
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.50.00 - Transferências a Instituição Privadas s/ fins lucrativos
Rec. 01.00 - Recursos Ordinários, do orçamento vigente.

Art. 6º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, entrando em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2215/14 de 26 de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

23.15 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO CONS. INTERM. SAÚDE.CIS

Decreto Nº 23/15 de 10.03.2015

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º Lei Nº 2270/15 de 10 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.025.2201 - MANUT. DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.1.71.00 - Transferências a Consórcios
Recurso 01.02 (15% Saúde)
.... R\$ 17.610,44
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios
Recurso 01.02 (15% Saúde)
.... R\$ 4.781,76
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.71.00 - Transferências a Consórcios
Recurso 01.02 (15% Saúde)
.... R\$ 308,60
SubTotalR\$ 22.700,80
Total da SuplementaçãoR\$ 22.700,80

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.782.050.2038 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.00 (Rec. Ordinários)
R\$ 22.700,80
Total Geral da Anulação R\$ 22.700,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de março de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

256.03.15 - P. EXON. JOSE C. PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 256/15 de 10.03.15

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração ao servidor José Carlos Pereira, do Cargo de Operador de Máquinas - Padrão I - Nível - 05, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 184/2004 de 04.03.2004, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 10 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

257.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 257/15 de 10.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 03 de março com término no dia 16 de março de 2015, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

258.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE C. FILHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 258/15 de 10.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de março de 2015, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambara.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

259.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 259/15 de 11.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 11 e 12 de março de 2015, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

260.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 260/15 de 11.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 11 de março de 2015, a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

261.03.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. MAGDA R. C. MARIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 261/15 de 11.03.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 11 e 12 de março de 2015, a funcionária Magda Regina da Cruz Marian, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

262.03.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CELI ALVES HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 262/15 de 13.03.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de junho de 2015, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

263.03.15 - P. FÉRIAS DIONICIO V. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 263/15 de 16.03.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Dionicio Vidal dos Santos, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 16 de março com término no dia 14 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

264.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MAURICIO J. GOEDERT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 264/15 de 16.03.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 09 de março com término no dia 13 de março de 2015, ao funcionário Mauricio José Goedert, ocupante do cargo de Farmacêutico/Bioquímico - Padrão 1 - Nível 12, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

265.03.15 - P. DES. AG. SAUDE NAMIR AP. ANDRADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 265/15 de 16.03.15

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Namir Aparecida de Andrade, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José, no período de 13 de março com término no dia 15 de junho de 2015, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Celi Alves Hinckel que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

266.03.15 - P. FÉRIAS SANDRA M. ROSSINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 266/15 de 17.03.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Sandra Maria Rossini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 012/2015 de 17 de março de 2015, para gozá-las a partir do dia 17 de março de 2015 com término no dia 15 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

267.03.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA C. PERON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 267/15 de 17.03.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 01 de abril de 2015, Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de março de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA CONCURSO 01.2015

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Concurso Público n.º 01/2015

**CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA****Cargo: Assistente Administrativo**

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	307	CHRISTIANO CELMER BALZ	042.579.199-81	23/04/1982	6	7	3	16	NA	8,00
2	258	CRISTINE MARLA NASATO GRIGOLO	048.399.169-42	25/02/1986	8	6	2	15	NA	7,70
3	54	IREN KAPITULA BOSQUETTI	026.621.259-00	26/12/1980	6	2	3	14	NA	6,40
4	209	ANA PAULA CHINI	055.994.579-58	09/12/1992	5	2	4	14	NA	6,40
5	304	LUCAS DANIEL DE SOUZA	060.994.709-56	10/12/1986	3	6	3	13	NA	6,30
6	88	ANDRESSA POSSENTE BONIN	063.335.609-36	19/02/2015	1	3	5	15	NA	6,30
7	216	DANIELA DOS SANTOS AMADEO	038.153.809-52	20/08/1982	4	4	1	13	NA	5,70
8	204	JOELCIO MENEGAZ	053.935.049-42	03/11/1995	4	4	2	12	NA	5,60
9	282	JORGE MURILO FAUSTINO DA MOTA	549.439.069-15	13/10/1965	3	3	4	12	NA	5,60
10	129	MARIANA RIZZOTTO MARINHO	096.494.459-60	16/01/1996	3	5	2	12	NA	5,60
11	275	BARBARA HASCKEL	089.367.999-24	17/05/1993	3	4	2	12	NA	5,40
12	101	AURELIO CABRAL SILVEIRA	075.513.659-40	21/02/1992	5	2	3	11	NA	5,30
13	225	ELIZABETH NAOMI KOBAYASHI	984.725.850-34	25/04/1981	5	5	4	8	NA	5,20
14	306	KATIA DE ALMEIDA DO NASCIMENTO	052.161.609-30	26/03/1987	2	3	2	12	NA	5,00
NC	127	LETICIA GOEDERT	104.541.589-80	15/03/1998	3	6	2	9	NA	4,90
NC	180	JANAINA PEREIRA RIBEIRO FLORES	053.969.616-19	23/09/1982	5	2	2	10	NA	4,80
NC	29	RENAN ANDRIGO BERNIERI	002.340.070-60	28/12/1983	5	5	3	7	NA	4,70
NC	25	DULCEARA FAUSTINO	694.657.209-25	20/01/1969	3	1	4	10	NA	4,60
NC	9	PAULA ALVES DOS SANTOS DA SILVA	087.212.889-09	16/12/1994	3	2	4	9	NA	4,50
NC	241	BIANCA FONTANA WALTRICK	102.503.759-66	20/10/1994	2	5	2	9	NA	4,50
NC	11	FRANCIELI SCHLEMPER CHINI	079.657.359-03	06/12/1994	1	3	2	10	NA	4,20
NC	49	BRUNO DOS SANTOS	012.266.599-69	08/12/1995	2	4	1	9	NA	4,10
NC	104	VALÉRIA COSTA	100.542.029-73	29/10/1995	2	3	3	8	NA	4,00
NC	228	KELLY APARECIDA ROCHA	089.335.229-21	05/06/1996	-	3	3	9	NA	3,90
NC	124	ODAIR ORACIDES DA SILVA	101.404.999-70	04/11/1995	4	2	3	6	NA	3,60
NC	286	LENNON CESAR FAUSTINO	077.219.449-10	10/09/1991	1	2	2	8	NA	3,40
NC	229	CAROLINA COELHO	104.723.659-16	01/08/1995	3	3	2	6	NA	3,40
NC	182	JANIA PAULO	088.603.399-36	08/09/1992	3	2	1	7	NA	3,30
NC	273	FILIPPE PERES	051.046.089-56	07/06/1993	-	2	4	7	NA	3,30
NC	201	MARIA CELESTE PERON	572.354.819-00	18/07/1966	2	4	4	4	NA	3,20
NC	115	ANDREIA CALDERAN	047.567.509-66	02/06/1983	1	1	3	6	NA	2,80
NC	297	RICARDO MAURICIO SOUZA	025.099.379-10	05/05/1980	1	4	2	4	NA	2,60
NC	8	NADINE DIAS PICKLER	094.838.949-48	02/07/1996	1	1	3	5	NA	2,50
FALTOU	302	EDGAR HUGO GAIESKI	908.048.800-34	11/06/1976	-	-	-	-	NA	-

FALTOU	236	LIDIA MARA HENCKMAIER	047.293.639-57	07/06/1980	-	-	-	-	NA	-
FALTOU	292	TATIANE MARIAN	065.910.169-61	21/01/1987	-	-	-	-	NA	-
FALTOU	199	ELLEN CRIS DA ROSA	086.577.519-25	16/02/1993	-	-	-	-	NA	-
FALTOU	220	MARIA EDUARDA MUNIZ NASCIMENTO	098.304.149-06	25/10/1993	-	-	-	-	NA	-
FALTOU	5	GUILHERME PEREIRA	099.210.749-03	18/08/1995	-	-	-	-	NA	-
FALTOU	154	EMANUEL CLARO SPAVIERI ALVAREZ	104.680.849-40	01/10/1997	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Escriturário

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	187	ALEXSANDER ANTUNES DE SOUZA	070.851.739-04	08/05/1990	6	6	4	14	NA	7,40
2	147	CAROLINE HELLEN ALVES	053.182.299-05	09/09/1993	7	5	3	11	NA	6,30
3	74	SUSANA MASSUQUETTI	062.958.159-28	09/04/1987	3	3	2	14	NA	5,80
FALTOU	130	DANIELA DA CRUZ	092.162.999-08	19/02/1994					NA	-
FALTOU	316	DANIELA EYMAEL KOCHÉ	039.364.469-38	25/10/1981					NA	-
FALTOU	155	MAURICIO TROIANO ROMEIRO JUNIOR	423.679.078-54	22/09/1993					NA	-

Cargo: Farmacêutico / Bioquímico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	206	PATRICIA DA CRUZ	082.799.359-59	15/07/1991	3	4	2	11	NA	5,10
2	103	MAURICIO JOSÉ GOEDERT	057.071.789-29	03/05/1986	3	3	4	10	NA	5,00
NC	198	MALUÁ WELTER	072.261.489-60	02/03/1990	5	2	2	6	NA	3,60
NC	80	FRANCIELY MORETTI	065.985.749-94	09/10/1988	1	2	3	7	NA	3,30
FALTOU	138	GLAUCIA NASCIMENTO DA ROCHA	029.576.319-11	16/01/1980	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Médico Veterinário

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	7	DEISE HEMCKMEIER	057.299.429-07	30/06/1987	5	6	3	15	NA	7,30
2	192	BRUNA PAVEL SOUZA	079.218.199-90	19/09/1994	7	6	2	13	NA	6,90
3	184	FABRICIO LEOCINO DA SILVA	053.747.039-51	25/05/1985	6	6	4	12	NA	6,80
4	299	ANDREIA RODRIGUES LEMES	074.201.779-61	18/04/1989	6	4	3	13	NA	6,50
5	288	FLAVIA SPALDING LESSA GARCIA	017.470.519-00	24/11/1976	3	4	4	12	NA	5,80
6	159	AMARILDO GRIGOLO	867.399.489-68	15/04/1976	5	3	2	12	NA	5,60
7	106	DIOGO SCOTT	075.933.759-43	14/06/1989	3	4	2	11	NA	5,10
8	112	JOHNATAS DA MOTA DE ABREU	051.207.089-00	17/11/1989	1	5	3	11	NA	5,10
9	242	SAMIR MACHADO DA SILVA	063.342.219-30	02/07/1988	4	5	3	9	NA	5,10
10	89	JOSEANE DONINA DERNER	029.425.469-21	10/09/1980	2	4	1	12	NA	5,00
NC	285	JOSÉ GENÉSIO DA SILVA	055.985.849-30	05/06/1986	4	3	2	9	NA	4,50
NC	39	LAYARA GOEDERT FAUSTINO	059.734.509-02	15/08/1988	2	3	4	9	NA	4,50
FALTOU	32	JULIANE SCHARLAU XAVIER	084.914.669-08	28/03/1993	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Professor de Artes - 40 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
NC	105	JACKELINE SANTOS DE ABREU	053.719.259-02	15/03/1987	1	1	2	7	NA	2,90

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	JULIANO DA CRUZ	022.347.279-44	01/01/1977	2	3	2	16	NA	6,20
2	284	DANIEL AUGUSTINHA COPET	009.441.369-07	08/05/1985	5	1	1	14	NA	5,60
NC	79	MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	027.932.209-73	16/07/1982	2	2	1	13	NA	4,90
NC	16	VANDERLEI CORDOVA DE LIZ	083.449.079-00	19/04/1991	1	3	2	12	NA	4,80
NC	246	MARILLIAN FLOR	094.960.969-21	14/06/1994	-	3	3	6	NA	3,00

Cargo: Professor de Educação Infantil - 30 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	93	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	983.888.519-34	23/02/1965	-	3	4	17	NA	6,50
2	149	VALÉRIA MORETTI MASSUCHETTI	069.117.719-86	14/08/1989	4	4	2	15	NA	6,50
3	179	ROSEMARI APARECIDA PÖGGERE	999.663.529-53	05/03/1967	4	3	4	14	NA	6,40
4	77	MAICON DOUGLAS BARTH CHIQUETTI	069.108.359-21	27/01/1990	3	4	4	14	NA	6,40
5	15	IARA DEUCHER	075.829.669-02	02/01/1991	3	3	2	15	NA	6,10
6	19	TAYSE TRENTO SERAFIM GERBER	068.598.439-77	28/11/1990	4	4	3	13	NA	6,10
7	22	FABIANA ANDRIEZA NETO	085.404.109-58	11/05/1992	2	2	2	15	NA	5,90
8	109	PATRICIA MICHELIS HOFFMANN	038.938.569-78	06/01/1980	2	2	2	15	NA	5,70
9	62	LAYS MELO VAZ	088.144.989-03	07/06/1993	2	4	1	14	NA	5,60
10	30	TATIANI DEUCHER BERNIERI	066.680.769-80	20/06/1988	5	1	2	13	NA	5,50
11	6	JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	066.790.769-60	01/03/1989	4	2	2	13	NA	5,50
12	1	DALISE BURATTO VAZ	084.833.189-38	28/07/1992	3	1	4	13	NA	5,50
13	50	ANA CARINA BROERING GORGES	019.323.379-70	26/06/1975	2	4	3	12	NA	5,40
14	153	BRUNO SANGALETTI CARDOSO	061.723.799-92	19/09/1989	2	5	3	11	NA	5,30
15	78	ADRIANA STEINBACH	625.335.689-53	08/07/1968	1	2	2	14	NA	5,20
16	310	ELISA CRISTINA PRADO WOLFF	070.933.859-74	05/02/1990	4	3	4	10	NA	5,20
17	94	IVONETE APARECIDA XAVIER	760.958.279-49	17/11/1974	3	4	4	10	NA	5,20
18	34	MICHELLI PAULA POLMANN	031.321.599-56	21/02/1981	2	3	3	12	NA	5,20
NC	168	FERNANDA ROSA GORGES	024.501.129-36	25/07/1978	3	2	3	11	NA	4,90
NC	48	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	038.022.779-70	03/08/1981	3	3	2	11	NA	4,90
NC	114	VANDERLI KRAUS	057.609.749-71	20/05/1987	5	2	4	9	NA	4,90
NC	69	MARIANA DEUCHER	069.495.569-85	08/10/1989	2	1	3	12	NA	4,80
NC	266	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	062.119.289-98	06/08/1993	2	3	4	10	NA	4,80
NC	18	CRISTIANE APARECIDA CORDOVA	057.397.389-03	25/04/1986	3	3	1	10	NA	4,40
NC	157	MARIZETE APARECIDA BENKE MENA BARRETO	558.308.549-53	21/04/1969	-	2	3	11	NA	4,30
NC	17	GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	066.330.849-60	10/02/1988	2	3	1	10	NA	4,20

NC	90	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	057.553.249-13	22/10/1987	5	2	2	8	NA	4,20
NC	60	ELIANA APARECIDA ALVES	080.090.229-77	16/04/1988	4	2	2	8	NA	4,00
NC	280	ITATIANE OLIVEIRA MACHADO	062.503.079-66	21/08/1986	2	3	3	8	NA	4,00
NC	120	GEAN KARLA MELO VIEIRA	021.545.009-43	04/08/1980	2	3	2	8	NA	3,80
NC	309	MARCELE APARECIDA BECKER LAATSCH	026.572.069-99	20/08/1979	1	1	3	9	NA	3,70
NC	144	JULIANA DEUCHER CARDOSO	080.090.249-10	22/09/1990	1	1	4	6	NA	3,00
NC	247	LUANA DOS SANTOS	091.750.819-03	14/11/1993	-	2	4	6	NA	3,00
FALTOU	38	JULIANA SOUZA CRUZ	058.564.029-79	24/01/1983	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Professor de Ensino Fundamental - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	76	MAERLI MARTINHAGO	088.069.539-07	25/10/1994	4	3	2	14	NA	6,00
2	148	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	059.489.039-07	10/08/1987	3	1	2	14	NA	5,40
3	183	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	066.929.259-16	28/05/1992	2	4	2	12	NA	5,20
NC	139	MARIA APARECIDA DA SILVA SIMIANO	612.626.929-20	05/05/1968	3	1	1	13	NA	4,90
NC	96	HÉLIO TADEU SILVEIRA	551.821.609-25	22/05/1967	1	3	2	12	NA	4,80
NC	37	OSNI BARBOSA	385.986.049-68	06/07/1955	2	4	2	10	NA	4,60
NC	66	TATIANI CASTANHEIRO	045.549.709-57	23/11/1983	2	1	2	10	NA	4,00
NC	20	IDIANARA APARECIDA SERAFIM	047.605.079-06	21/10/1985	2	2	4	8	NA	4,00

Cargo: Professor de Ensino Infantil - 20 horas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	140	LUCRECIA BARBARA HEINZ DA ROSA	636.838.659-20	04/03/1968	4	3	2	12	NA	5,40
NC	59	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA GOEDERT	665.034.779-53	02/08/1965	-	2	3	12	NA	4,60
NC	82	MARIA LUNALVA	694.656.739-00	26/03/1964	2	3	2	10	NA	4,40

Cargo: Psicólogo

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	291	ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	007.793.329-03	20/04/1990	8	4	2	18	NA	8,20
2	224	FABIO LESSA PERES	289.459.438-03	06/03/1979	7	5	5	12	NA	7,00
3	218	VANESSA DE MORAES MUNIZ	077.523.539-30	25/12/1989	5	4	4	14	NA	6,80
4	26	GÉSSICA ROSSINI	077.603.089-22	03/10/1992	3	6	5	12	NA	6,40
5	143	ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES	075.707.019-17	30/08/1989	5	4	3	11	NA	5,70
6	31	MARIANA HEIDERSCHIEDT	054.152.129-22	12/05/1988	3	5	2	11	NA	5,30
7	249	JANAÍNA MIGUELINA SOUZA	062.872.539-67	29/09/1989	2	4	4	10	NA	5,00
NC	261	KARIANE GONÇALVES RAMOS	082.581.759-55	17/12/1991	2	3	4	10	NA	4,80
NC	135	JAMILA KARINE BUSNELLO	068.516.469-19	22/09/1990	3	1	2	10	NA	4,20
NC	14	ALVARO GONÇALVES DE LINS JÚNIOR	039.197.619-28	28/07/1980	2	1	3	10	NA	4,20
NC	56	FERNANDA WERLICH COSTA	054.911.619-26	08/09/1988	3	3	4	7	NA	4,10
NC	44	ALINE ALVES	071.339.099-95	23/05/1989	4	4	3	4	NA	3,40

NC	46	AMANDA GUEDES COSTA	073.428.199-48	14/10/1989	4	3	3	4	NA	3,20
NC	134	WILLIAN RAFAEL DE SOUZA	056.971.729-90	29/11/1984	1	1	3	6	NA	2,80
NC	197	BRUNA NECKEL	071.772.539-12	08/03/1990	3	2	2	2	NA	2,00
FALTOU	281	CATIANE DE OLIVEIRA	053.899.949-73	01/02/1987					NA	-
FALTOU	278	BEATRIZ FUZETO FERREIRA	365.036.368-22	01/10/1989					NA	-

Cargo: Técnico em Contabilidade

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	145	ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA	603.987.879-72	02/11/1968	3	5	4	13	NA	6,30
2	308	MARISTELA JOSIANE LIBIODA	035.341.169-84	25/06/1982	4	5	2	13	NA	6,10
3	257	WALCIONE DIAS GOES	615.975.892-68	22/06/1977	3	4	5	10	NA	5,40
4	58	DOUGLAS SEEMANN	085.812.289-84	24/01/1993	2	6	1	12	NA	5,40
NC	240	CARLOS EDUARDO DE SOUZA	084.994.999-88	20/07/1992	2	3	2	8	NA	3,80
NC	10	SAMARA LOPES	064.346.779-36	08/12/1991	1	4	2	7	NA	3,50
NC	293	CLAULTYON ANDREY FARIAS	020.266.289-63	22/07/1977	1	1	1	6	NA	2,40

Cargo: Motorista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
APP	213	ODIRLEI PEREIRA BRITO	004.180.669-73	04/02/1978	8	6	4	19	-	9,30
APP	97	ACACIO BRANGER	037.486.229-02	17/08/1982	4	6	3	16	-	7,40
APP	255	GILSON LUIZ MACHADO	015.996.519-55	17/02/1976	5	5	3	14	-	6,80
APP	160	ARLINDIO WALTRICH DE SOUZA	025.291.319-10	07/01/1976	3	5	3	13	-	6,10
APP	167	IDEVERT PALHANO	425.278.059-49	08/05/1961	4	4	3	11	-	5,50
APP	219	VOULIR DA SILVA	021.676.159-06	31/05/1977	3	1	3	13	-	5,30
NC	55	ROBERTO CARLOS MARIAN	035.831.159-45	02/09/1981	3	4	4	9	-	4,90
NC	300	ORLANDO SANGALETTI	471.033.109-04	28/04/1962	3	3	4	7	-	4,10
NC	195	CARLOS AFONSO BECKER	032.604.339-02	06/02/1981	3	1	1	6	-	2,80
NC	172	LEOVANDIO LORENZI	808.097.829-87	25/08/1969	1	1	3	3	-	1,90

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
APP	165	BRUNO DEUCHER	092.553.179-03	05/03/1994	6	5	1	15	-	6,90
APP	263	LUCIANO SIMIANO SOARES	067.285.289-62	04/12/1989	6	6	2	13	-	6,70
APP	113	ANDRE LUIZ DA CRUZ	066.038.139-71	23/10/1990	4	6	-	15	-	6,50

Cargo: Operador de Trator Agrícola

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
---------------	-----------	-----------	-----	----	-----------	------------	----------------------	---------------------------	---------------	------------

APP	215	JULIANO BRANGER	042.209.039-50	13/05/1983	3	5	3	16	-	7,00
APP	251	ARNALDO JEAN DO NASCIMENTO	028.628.799-40	11/12/1980	4	7	3	14	-	7,00
APP	186	LINDOMAR PEREIRA	034.842.809-05	22/11/1981	5	4	3	14	-	6,60
APP	177	RICARDO MICHEL DO NASCIMENTO	068.185.419-76	08/11/1990	7	3	3	12	-	6,20
APP	150	OLIMPIO JUNIOR DE ALMEIDA	983.894.169-72	06/06/1973	4	4	4	11	-	5,70
APP	287	EVERTON RAFAEL PEREIRA	042.963.869-80	05/06/1984	1	4	2	14	-	5,60
NC	248	ALTAMIR MORETTI	027.544.259-42	28/01/1971	1	1	3	13	-	4,90

Cargo: Servente

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
APP	35	IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	032.855.419-70	25/08/1982	8	5	4	18	-	8,80
APP	296	JOYCE VIEIRA DA SILVA LEAL	144.823.197-32	09/08/1991	6	5	4	18	-	8,40
APP	276	KAROLIN BARBOSA	075.551.949-37	16/10/1990	7	5	3	15	-	7,50
APP	47	MARCELA URBANO	057.299.419-27	29/11/1984	7	4	5	14	-	7,40
APP	87	VILMAIR FABIANE ROSA SCHWAMBACH	040.845.839-95	04/09/1981	7	5	4	14	-	7,40
APP	142	MARCIA EGER ALEXANDRE	549.440.409-97	07/01/1964	6	4	3	15	-	7,10
APP	271	ANA LUCIA DA SILVA	023.288.979-16	10/09/1977	6	2	3	15	-	6,70
APP	95	NELITA SAITZ MORETTI	035.021.229-54	04/04/1980	5	4	3	13	-	6,30
APP	72	JESSICA DO NASCIMENTO	070.808.459-12	16/04/1991	6	4	3	12	-	6,20
APP	268	LUCILEIA FERREIRA CARVALHO	041.873.159-42	15/05/1983	5	4	2	13	-	6,10
APP	161	ALINE PRANGE	092.066.929-84	07/04/1993	4	4	3	13	-	6,10
APP	303	JANETE MOREIRA DA SILVA OLIVEIRA	919.848.319-68	12/03/1974	5	5	4	10	-	5,80
APP	111	ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	038.669.819-88	01/05/1981	3	4	4	12	-	5,80
APP	235	ANGELA MARIA RIBEIRO XAVIER DE LIS	021.720.259-41	26/01/1978	3	6	2	12	-	5,80
APP	12	SILVANA CRISTINA ALANO	059.105.669-03	30/11/1987	4	4	4	11	-	5,70
APP	207	VANESSA SCOTTI	104.588.979-22	21/08/1996	7	4	2	10	-	5,60
APP	176	PÂMELA DEUCHER STEINBACH	077.002.079-84	01/05/1991	5	3	1	12	-	5,40
APP	193	MARINELI CRUZ	035.516.509-00	22/11/1978	3	4	4	10	-	5,20
APP	295	ELIANE TEREZINHA DE BRIDA	053.602.438-30	14/10/1962	4	3	2	11	-	5,10
APP	188	JANETE APARECIDA ALVES CORREIA	035.010.419-00	18/02/1970	3	3	3	11	-	5,10
APP	232	VALERIA SCOTTI	104.123.219-55	21/08/1996	5	3	2	10	-	5,00
APP	45	ONÉRIA APARECIDA SANTOS ALVES	072.506.669-59	19/10/1970	2	5	3	10	-	5,00
NC	212	ADRIANA SOUZA	045.428.479-93	08/07/1984	4	5	3	8	-	4,80
NC	40	MARLI PRANGER BARBOSA	039.513.879-55	21/06/1960	4	2	2	10	-	4,60
NC	181	ELIANE APARECIDA FERREIRA LOPES	764.696.899-49	26/08/1965	4	4	3	8	-	4,60
NC	256	SCEILA LETICIA MARINHO	083.374.589-17	11/07/1990	3	5	3	8	-	4,60
NC	71	ROSENILDA DE BRITO SANTOS SILVA	038.125.919-60	09/07/1978	4	2	3	9	-	4,50
NC	53	PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SCOTTI	064.772.229-14	06/04/1988	4	5	1	8	-	4,40
NC	100	JANETE MOREIRA PAES	021.743.899-75	09/08/1976	3	3	3	8	-	4,20
NC	107	INES RODRIGUES DOS SANTOS	005.599.449-00	20/11/1974	4	-	2	9	-	3,90
NC	171	ANA PAULA DOS SANTOS	098.251.399-27	23/09/1991	3	3	3	6	-	3,60
NC	170	SANDRA CORREA	042.920.479-52	13/03/1980	-	-	1	10	-	3,20
NC	146	MIGUELINA DOMINGUES FERREIRA CARDOSO	032.368.299-58	29/09/1975	1	1	1	6	-	2,40
NC	102	CLEUZA DA SILVA BONIN	932.439.529-72	06/10/1965	-	-	1	-	-	0,20
NC	108	ERLI DE FATIMA DE LIZ MACEDO	024.360.559-55	03/10/1972	-	-	1	-	-	0,20

Cargo: Trabalhador Braçal

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
APP	259	LEANDRO ALVES	031.319.369-08	09/07/1982	6	6	4	17	-	8,30
APP	211	JOCELINO DA ROSA	051.191.059-20	12/01/1918	4	2	2	15	-	6,10
NC	254	PATRICK VIEIRA PADILHA	048.815.469-37	09/12/1985	3	2	1	11	-	4,50
NC	230	ORACIDES OSNI DA SILVA	636.840.129-04	26/07/1966	-	3	3	7	-	3,30
NC	73	ROGÉRIO NASCIMENTO	422.625.779-00	08/03/1956	1	1	2	4	-	2,00

Cargo: Vigia

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
APP	265	VOLNEI BRANGER	037.320.319-50	11/12/1982	5	6	4	16	-	7,80
APP	312	ALEX DOS SANTOS FRANCISCO	082.726.099-75	08/02/1992	5	6	3	13	-	6,70
APP	189	PAULO FERNANDES KUHIL	932.594.849-49	08/10/1969	3	4	3	10	-	5,00
NC	36	HERONDINO PAULO PEREIRA	568.007.709-49	25/06/1946	-	1	3	1	-	1,10

Legenda:

- NC - NÃO CLASSIFICADO
- DN - DATA DE NASCIMENTO
- NA - NÃO SE APLICA
- APP - APROVADO PARA PROVA PRÁTICA

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROC. SELETIVO 01

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Processo Seletivo n.º 01/2015

**CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA****Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Campo Novo**

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	1	PATRICIA KELLY CORDEIRO APNO	003.906.249-00	26/01/1977	3	2	5	8	NA	7,40

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Costão do Frade

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	19	CARLOS JUNIOR DEUCHER	061.023.549-40	11/07/1987	-	2	5	8	NA	6,50

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Paraíso da Serra

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	32	LILIAN GISELE DE SOUZA	063.337.629-97	08/12/1987	2	3	4	6	NA	6,00
NC	4	ELIETE SEEMANN MARIAN	048.903.099-85	05/12/1983	2	2	1	4	NA	3,70

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Santa Clara

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	33	ROSANA APARECIDA FRANÇA	074.569.409-83	19/12/1991	1	3	3	7	NA	5,95
NC	30	MARLI SCHLEMPER SCHUMACHER	032.242.689-80	20/06/1957	3	1	1	4	NA	3,70
FALTOU	40	DANIELA EYMAEL KOCHÉ	039.364.469-38	25/10/1981	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Agente Comunitário de Saúde: Três Pontas

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
FALTOU	9	JEANE DA ROSA	106.509.009-95	28/10/1996	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
NC	16	MARLENE HINCKEL	694.128.049-20	19/11/1959	-	-	3	7	NA	4,75
NC	18	SÔNIA MARCIA DA SILVA PERES	687.188.029-15	21/05/1966	1	1	1	3	NA	2,55

Cargo: Médico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	JOSÉ ANTONIO DE MELO	250.994.939-04	09/10/1956	3	3	5	6	NA	6,60
2	5	SAULO ETELVINO BESEN	154.937.689-68	07/07/1945	5	3	3	4	NA	5,50

Cargo: Profissional de Enfermagem

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	35	GISELE MOREIRA KRUGER	053.841.739-04	13/08/1985	3	-	4	9	NA	7,05
2	10	TIAGO DOS SANTOS	049.006.679-86	14/06/1984	2	1	4	7	NA	5,95
3	7	TEREZINHA CHINI	764.703.189-91	12/03/1967	2	3	4	5	NA	5,45
4	11	KAROLINE FAUSTINO DA MOTA	084.007.289-98	12/08/1992	2	-	3	7	NA	5,35

Cargo: Técnico Enfermagem Socorrista

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	31	CARLOS LEONARDO SCHULLER	092.715.969-43	17/07/1995	5	4	3	8	NA	8,00
2	37	JOÃO DANIEL CORRÊA	044.550.819-17	31/07/1981	3	3	3	7	NA	6,55
3	21	ELIANE LEANDRO DA SILVA	048.692.789-01	06/05/1983	1	1	5	6	NA	5,40
NC	26	NATALIA HENRIQUE DE OLIVEIRA	053.315.169-47	22/12/1984	2	-	3	6	NA	4,80
NC	29	MARIZA APARECIDA EMERICH	753.574.379-04	17/08/1963	2	1	2	5	NA	4,25

Legenda:

NC - NÃO CLASSIFICADO

DN - DATA DE NASCIMENTO

NA - NÃO SE APLICA

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROC. SELETIVO 02

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Retiro
Processo Seletivo n.º 02/2015

**CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA****Cargo: Professor ACT - Ensino Fundamental - 20 horas (HABILITADO)**

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	71	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	066.929.259-16	28/05/1992	4	2	5	5	NA	6,05
2	15	OSNI BARBOSA	385.986.049-68	06/07/1955	2	1	4	7	NA	5,95
NC	46	VANDERLI KRAUS	057.609.749-71	20/05/1987	-	-	3	5	NA	3,65
FALTOU	52	VANDERLEI CORDOVA DE LIZ	083.449.079-00	19/04/1991	-	-	-	-	NA	-

Cargo: Professor ACT - Ensino Fundamental - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	35	ANA CLÁUDIA FERREIRA CARVALHO	035.061.219-60	17/10/1981	2	-	4	9	NA	6,75
2	26	MORGANA CABRAL GODINHO	064.471.439-51	05/06/1990	2	2	3	6	NA	5,40
NC	25	JACKSON ANTONIO GASPARI	046.499.179-05	12/08/1983	-	1	3	4	NA	3,40
NC	57	SABRINA MARIAN SCHUTZ	093.021.759-44	03/07/1994	-	2	3	2	NA	2,60

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	47	GEAN KARLA MELO VIEIRA	021.545.009-43	04/08/1980	3	1	3	6	NA	5,40
2	67	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	059.489.039-07	10/08/1987	1	2	3	6	NA	5,10

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	54	TAINA FERNANDA DE OLIVEIRA BOELL	073.633.569-20	02/06/1987	4	4	4	8	NA	8,00
2	24	CAMILA LIMA	091.584.189-46	10/08/1993	4	2	4	5	NA	5,75
3	21	MAERLI MARTINHAGO	088.069.539-07	25/10/1994	3	1	3	6	NA	5,40
4	68	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	095.210.769-41	21/04/1995	2	1	3	6	NA	5,10
NC	27	ALAFER SANTELMO DA CRUZ	095.303.149-73	21/10/1996	2	1	3	5	NA	4,55
NC	45	ALESANDRA SEEMANN DA CRUZ	101.573.929-61	05/07/1995	2	2	2	4	NA	4,00

FALTOU	63	FERNANDA DA SILVA	058.997.789-03	08/09/1986	-	-	-	NA	-
--------	----	-------------------	----------------	------------	---	---	---	----	---

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 30 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	10	IARA DEUCHER	075.829.669-02	02/01/1991	3	1	5	9	NA	7,65
2	81	JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	066.790.769-60	01/03/1989	4	3	3	8	NA	7,40
3	12	TATIANI DEUCHER BERNIERI	066.680.769-80	20/06/1988	5	3	3	7	NA	7,15
4	41	IVONETE APARECIDA XAVIER	760.958.279-49	17/11/1974	3	1	4	8	NA	6,80
5	74	DALISE BURATTO VAZ	084.833.189-38	28/07/1992	2	1	5	7	NA	6,25
6	29	MARIANA DEUCHER	069.495.569-85	08/10/1989	3	3	3	6	NA	6,00
7	40	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	983.888.519-34	23/02/1965	4	1	1	7	NA	5,65
NC	43	PATRICIA MICHELS HOFFMANN	038.938.569-78	06/01/1980	2	1	4	5	NA	4,85
NC	23	ELIANA APARECIDA ALVES	080.090.229-77	16/04/1988	3	-	3	4	NA	4,00
NC	16	JULIANA SOUZA CRUZ	058.564.029-79	24/01/1983	1	-	3	5	NA	3,95
NC	39	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	057.553.249-13	22/10/1987	2	2	3	3	NA	3,75
NC	19	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	038.022.779-70	03/08/1981	2	-	3	4	NA	3,70
NC	7	GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	066.330.849-60	10/02/1988	2	1	3	3	NA	3,45

Cargo: Professor ACT Educação Infantil - 30 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	062.119.289-98	06/08/1993	3	1	4	5	NA	5,15
NC	69	SOLANGE SIMIANO DE BRIDA	665.040.409-82	22/08/1968	3	2	3	3	NA	4,05
NC	5	FABIANA DUARTE DA SILVA	039.940.709-02	25/10/1983	2	1	3	4	NA	4,00

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	36	MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	027.932.209-73	16/07/1982	2	2	4	9	NA	7,35
2	4	JULIANO DA CRUZ	022.347.279-44	01/01/1977	4	4	3	7	NA	7,15

Cargo: Professor de Educação Física - 20 horas (NÃO HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	1	PATRICIA MARINHO DA SILVA	066.398.769-57	23/01/1989	3	1	5	5	NA	5,45
NC	70	EVERTON ALEXSANDRO BUENO	047.883.339-37	16/12/1983	3	1	3	4	NA	4,30
NC	79	MARILLIAN FLOR	094.960.969-21	14/06/1994	1	1	4	3	NA	3,45

Cargo: Professor de Jovens e Adultos - 20 horas (HABILITADO)

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	38	SCHIRLEY APARECIDA DA CUNHA CABRAL	024.013.389-77	12/11/1975	3	1	4	7	NA	6,25
NC	66	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	028.627.649-65	24/11/1960	2	1	3	4	NA	4,00

Cargo: Servente

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	14	IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	032.855.419-70	25/08/1982	2	4	4	9	NA	7,95
2	58	JANIA PAULO	088.603.399-36	08/09/1992	3	4	2	9	NA	7,65
3	31	JESSICA DO NASCIMENTO	070.808.459-12	16/04/1991	1	3	3	9	NA	7,05
4	55	ALINE PRANGE	092.066.929-84	07/04/1993	-	4	4	8	NA	6,80
5	18	MARCELA URBANO	057.299.419-27	29/11/1984	2	-	3	9	NA	6,45
6	22	PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SCOTTI	064.772.229-14	06/04/1988	1	4	3	7	NA	6,25
7	56	MARCIA EGER ALEXANDRE	549.440.409-97	07/01/1964	1	2	3	8	NA	6,20
8	73	TANIA MARA HEIDERSCHIED MORETTI	020.233.249-71	02/03/1976	1	1	3	8	NA	5,90
9	42	NELITA SAIITZ MORETTI	035.021.229-54	04/04/1980	1	2	3	7	NA	5,65
10	44	ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	038.669.819-88	01/05/1981	1	1	2	8	NA	5,60
NC	17	MARLI PRANGER BARBOSA	039.513.879-55	21/06/1960	-	1	2	7	NA	4,75
NC	65	ROSEMARY COELHO	080.872.219-07	09/08/1990	1	-	2	7	NA	4,75
FALTOU	33	GRASIELA APARECIDA URBANO	080.501.859-07	08/05/1986	-	-	-	-	NA	-

Legenda:

NC - NÃO CLASSIFICADO

DN - DATA DE NASCIMENTO

NA - NÃO SE APLICA

INSCRITOS DEFINITIVOS CONCURSO 01.2015

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015

Concurso Público para ingresso no quadro permanente da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal e de acordo com as seguintes disposições do Edital de Concurso Público n.º 01/2015

ROL DE INSCRITOS(Homologados)**MÉDICO VETERINÁRIO (PMBR 01/2015)**

Nome	Inscrição	CPF	Situação
AMARILDO GRIGOLO	159	867.399.489-68	Homologado
ANDREIA RODRIGUES LEMES	299	074.201.779-61	Homologado
BRUNA PAVEI SOUZA	192	079.218.199-90	Homologado
DEISE HEMCKMEIER	7	057.299.429-07	Homologado
DIOGO SCOTT	106	075.933.759-43	Homologado
FABRICIO LEOCINO DA SILVA	184	053.747.039-51	Homologado
FLAVIA SPALDING LESSA GARCIA	288	017.470.519-00	Homologado
JOHNATAS DA MOTA DE ABREU	112	051.207.089-00	Homologado
JOSÉ GENÉSIO DA SILVA	285	055.985.849-30	Homologado
JOSEANE DONINA DERNER	89	029.425.469-21	Homologado
JULIANE SCHARLAU XAVIER	32	084.914.669-08	Homologado
LAYARA GOEDERT FAUSTINO	39	059.734.509-02	Homologado
SAMIR MACHADO DA SILVA	242	063.342.219-30	Homologado

FARMACÊUTICO / BIOQUÍMICO (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
FRANCIELY MORETTI	80	065.985.749-94	Homologado
GLAUCIA NASCIMENTO DA ROCHA	138	029.576.319-11	Homologado
MALUÁ WELTER	198	072.261.489-60	Homologado
MAURÍCIO JOSÉ GOEDERT	103	057.071.789-29	Homologado
PATRICIA DA CRUZ	206	082.799.359-59	Homologado

PSICÓLOGO (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ALINE ALVES	44	071.339.099-95	Homologado
ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	291	007.793.329-03	Homologado
ÁLVARO GONÇALVES DE LINS JÚNIOR	14	039.197.619-28	Homologado
AMANDA GUEDES COSTA	46	073.428.199-48	Homologado
ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES	143	075.707.019-17	Homologado
BEATRIZ FUZETO FERREIRA	278	365.036.368-22	Homologado
BRUNA NECKEL	197	071.772.539-12	Homologado
CATIANE DE OLIVEIRA	281	053.899.949-73	Homologado
FABIO LESSA PERES	224	289.459.438-03	Homologado
FERNANDA WERLICH COSTA	56	054.911.619-26	Homologado
GÉSSICA ROSSINI	26	077.603.089-22	Homologado
JAMILA KARINE BUSNELLO	135	068.516.469-19	Homologado
JANAÍNA MIGUELINA SOUZA	249	062.872.539-67	Homologado
KARIANE GONÇALVES RAMOS	261	082.581.759-55	Homologado
MARIANA HEIDERSCHIEDT	31	054.152.129-22	Homologado
VANESSA DE MORAES MUNIZ	218	077.523.539-30	Homologado
WILLIAN RAFAEL DE SOUZA	134	056.971.729-90	Homologado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ADRIANA STEINBACH	78	625.335.689-53	Homologado
ANA CARINA BROERING GORGES	50	019.323.379-70	Homologado
ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	48	038.022.779-70	Homologado
BRUNO SANGALETTI CARDOSO	153	061.723.799-92	Homologado

CRISTIANE APARECIDA CORDOVA	18	057.397.389-03	Homologado
DALISE BURATTO VAZ	1	084.833.189-38	Homologado
ELIANA APARECIDA ALVES	60	080.090.229-77	Homologado
ELISA CRISTINA PRADO WOLFF	310	070.933.859-74	Homologado
FABIANA ANDRIEZA NETO	22	085.404.109-58	Homologado
FERNANDA ROSA GORGES	168	024.501.129-36	Homologado
GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	17	066.330.849-60	Homologado
GEAN KARLA MELO VIEIRA	120	021.545.009-43	Homologado
IARA DEUCHER	15	075.829.669-02	Homologado
ITATIANE OLIVEIRA MACHADO	280	062.503.079-66	Homologado
IVONETE APARECIDA XAVIER	94	760.958.279-49	Homologado
JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	6	066.790.769-60	Homologado
JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	93	983.888.519-34	Homologado
JULIANA DEUCHER CARDOSO	144	080.090.249-10	Homologado
JULIANA SOUZA CRUZ	38	058.564.029-79	Homologado
LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	266	062.119.289-98	Homologado
LAYS MELO VAZ	62	088.144.989-03	Homologado
LUANA DOS SANTOS	247	091.750.819-03	Homologado
LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	90	057.553.249-13	Homologado
MAICON DOUGLAS BARTH CHIQUETTI	77	069.108.359-21	Homologado
MARCELE APARECIDA BECKER LAATSCH	309	026.572.069-99	Homologado
MARIANA DEUCHER	69	069.495.569-85	Homologado
MARIZETE APARECIDA BENKE MENA BARRETO	157	558.308.549-53	Homologado
MICHELLI PAULA POLMANN	34	031.321.599-56	Homologado
PATRICIA MICHELS HOFFMANN	109	038.938.569-78	Homologado
ROSEMARI APARECIDA PÔGGERE	179	999.663.529-53	Homologado
TATIANI DEUCHER BERNIERI	30	066.680.769-80	Homologado
TAYSE TRENTO SERAFIM GERBER	19	068.598.439-77	Homologado
VALÉRIA MORETTI MASSUCHETTI	149	069.117.719-86	Homologado
VANDERLI KRAUS	114	057.609.749-71	Homologado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
DANIEL AUGUSTINHA COPET	284	009.441.369-07	Homologado
JULIANO DA CRUZ	2	022.347.279-44	Homologado
MARILLIAN FLOR	246	094.960.969-21	Homologado
MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	79	027.932.209-73	Homologado
VANDERLEI CÔRDOVA DE LIZ	16	083.449.079-00	Homologado

PROFESSOR DE ARTES - 40 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
JACKELINE SANTOS DE ABREU	105	053.719.259-02	Homologado

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
------	-----------	-----	----------

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - 20 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
HÉLIO TADEU SILVEIRA	96	551.821.609-25	Homologado
IDIANARA APARECIDA SERAFIM	20	047.605.079-06	Homologado
LUCIANA MORETTI HOFFMANN	148	059.489.039-07	Homologado
MAERLI MARTINHAGO	76	088.069.539-07	Homologado
MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	183	066.929.259-16	Homologado
MARIA APARECIDA DA SILVA SIMIANO	139	612.626.929-20	Homologado
OSNI BARBOSA	37	385.986.049-68	Homologado
TATIANI CASTANHEIRO	66	045.549.709-57	Homologado

PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - 20 HORAS (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
LUCRECIA BARBARA HEINZ DA ROSA	140	636.838.659-20	Homologado

MARIA LUNALVA	82	694.656.739-00	Homologado
TEREZINHA APARECIDA PEREIRA GOEDERT	59	665.034.779-53	Homologado

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ANA PAULA CHINI	209	055.994.579-58	Homologado
ANDREIA CALDERAN	115	047.567.509-66	Homologado
ANDRESA POSSENTE BONIN	88	063.335.609-36	Homologado
AURELIO CABRAL SILVEIRA	101	075.513.659-40	Homologado
BARBARA HASCKEL	275	089.367.999-24	Homologado
BIANCA FONTANA WALTRICK	241	102.503.759-66	Homologado
BRUNO DOS SANTOS	49	012.266.599-69	Homologado
CAROLINA COELHO	229	104.723.659-16	Homologado
CHRISTIANO CELMER BALZ	307	042.579.199-81	Homologado
CRISTINE MARLA NASATO GRIGOLO	258	048.399.169-42	Homologado
DANIELA DOS SANTOS AMADEO	216	038.153.809-52	Homologado
DULCEARA FAUSTINO	25	694.657.209-25	Homologado
EDGAR HUGO GAIESKI	302	908.048.800-34	Homologado
ELIZABETH NAOMI KOBAYASHI	225	984.725.850-34	Homologado
ELLEN CRIS DA ROSA	199	086.577.519-25	Homologado
EMANUEL CLARO SPAVIERI ALVAREZ	154	104.680.849-40	Homologado
FILLIPPE PERES	273	051.046.089-56	Homologado
FRANCIELI SCHLEMPER CHINI	11	079.657.359-03	Homologado
GUILHERME PEREIRA	5	099.210.749-03	Homologado
IRES KAPITULA BOSQUETTI	54	026.621.259-00	Homologado
JANAINA PEREIRA RIBEIRO FLORES	180	053.969.616-19	Homologado
JANIA PAULO	182	088.603.399-36	Homologado
JOELCIO MENEGAZ	204	053.935.049-42	Homologado
JORGE MURILO FAUSTINO DA MOTA	282	549.439.069-15	Homologado
KATIA DE ALMEIDA DO NASCIMENTO	306	052.161.609-30	Homologado
KELLY APARECIDA ROCHA	228	089.335.229-21	Homologado
LENNON CESAR FAUSTINO	286	077.219.449-10	Homologado
LETÍCIA GOEDERT	127	104.541.589-80	Homologado
LIDIA MARA HENCKMAIER	236	047.293.639-57	Homologado
LUCAS DANIEL DE SOUZA	304	060.994.709-56	Homologado
MARIA CELESTE PERON	201	572.354.819-00	Homologado
MARIA EDUARDA MUNIZ NASCIMENTO	220	098.304.149-06	Homologado
MARIANA RIZZOTTO MARINHO	129	096.494.459-60	Homologado
NADINE DIAS PICKLER	8	094.838.949-48	Homologado
ODAIR ORACIDES DA SILVA	124	101.404.999-70	Homologado
PAULA ALVES DOS SANTOS DA SILVA	9	087.212.889-09	Homologado
RENAN ANDRIGO BERNIERI	29	002.340.070-60	Homologado
RICARDO MAURICIO SOUZA	297	025.099.379-10	Homologado
TATIANE MARIAN	292	065.910.169-61	Homologado
VALÉRIA COSTA	104	100.542.029-73	Homologado

TÉCNICO EM CONTABILIDADE (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
CARLOS EDUARDO DE SOUZA	240	084.994.999-88	Homologado
CLAULTYON ANDREY FARIAS	293	020.266.289-63	Homologado
DOUGLAS SEEMANN	58	085.812.289-84	Homologado
ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA	145	603.987.879-72	Homologado
MARISTELA JOSIANE LIBIODA	308	035.341.169-84	Homologado
SAMARA LOPES	10	064.346.779-36	Homologado
WALCIONE DIAS GOES	257	615.975.892-68	Homologado

OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ANDRE LUIZ DA CRUZ	113	066.038.139-71	Homologado
BRUNO DEUCHER	165	092.553.179-03	Homologado
LUCIANO SIMIANO SOARES	263	067.285.289-62	Homologado

MOTORISTA (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ACACIO BRANGER	97	037.486.229-02	Homologado
ARLINDIO WALTRICH DE SOUZA	160	025.291.319-10	Homologado
CARLOS AFONSO BECKER	195	032.604.339-02	Homologado
GILSON LUIZ MACHADO	255	015.996.519-55	Homologado
IDEVERT PALHANO	167	425.278.059-49	Homologado
LEOVANDIO LORENZI	172	808.097.829-87	Homologado
ODIRLEI PEREIRA BRITO	213	004.180.669-73	Homologado
ORLANDO SANGALETTI	300	471.033.109-04	Homologado
ROBERTO CARLOS MARIAN	55	035.831.159-45	Homologado
VOULIR DA SILVA	219	021.676.159-06	Homologado

VIGIA (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ALEX DOS SANTOS FRANCISCO	312	082.726.099-75	Homologado
HERONDINO PAULO PEREIRA	36	568.007.709-49	Homologado
PAULO FERNANDES KUHL	189	932.594.849-49	Homologado
VOLNEI BRANGER	265	037.320.319-50	Homologado

ESCRITURÁRIO (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ALEXSANDER ANTUNES DE SOUZA	187	070.851.739-04	Homologado
CAROLINE HELLEN ALVES	147	053.182.299-05	Homologado
DANIELA DA CRUZ	130	092.162.999-08	Homologado
DANIELA EYMAEL KOCHÉ	316	039.364.469-38	Homologado
MAURICIO TROIANO ROMERO JUNIOR	155	423.679.078-54	Homologado
SUSANA MASSUQUETTI	74	062.958.159-28	Homologado

OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ALTAMIR MORETTI	248	027.544.259-42	Homologado
ARNALDO JEAN DO NASCIMENTO	251	028.628.799-40	Homologado
EVERTON RAFAEL PEREIRA	287	042.963.869-80	Homologado
JULIANO BRANGER	215	042.209.039-50	Homologado
LINDOMAR PEREIRA	186	034.842.809-05	Homologado
OLIMPIO JUNIOR DE ALMEIDA	150	983.894.169-72	Homologado
RICARDO MICHEL DO NASCIMENTO	177	068.185.419-76	Homologado

TRABALHADOR BRAÇAL (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
JOCELINO DA ROSA	211	051.191.059-20	Homologado
LEANDRO ALVES	259	031.319.369-08	Homologado
ORACIDES OSNI DA SILVA	230	636.840.129-04	Homologado
PATRICK VIEIRA PADILHA	254	048.815.469-37	Homologado
ROGÉRIO NASCIMENTO	73	422.625.779-00	Homologado

SERVENTE (PMBR 01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ADRIANA SOUZA	212	045.428.479-93	Homologado
ALINE PRANGE	161	092.066.929-84	Homologado
ANA LUCIA DA SILVA	271	023.288.979-16	Homologado
ANA PAULA DOS SANTOS	171	098.251.399-27	Homologado
ANGELA MARIA RIBEIRO XAVIER DE LIS	235	021.720.259-41	Homologado
CLEUZA DA SILVA BONIN	102	932.439.529-72	Homologado
ELIANE APARECIDA FERREIRA LOPES	181	764.696.899-49	Homologado
ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	111	038.669.819-88	Homologado
ELIANE TEREZINHA DE BRIDA	295	053.602.438-30	Homologado
ERLI DE FATIMA DE LIZ MACEDO	108	024.360.559-55	Homologado
INES RODRIGUES DOS SANTOS	107	005.599.449-00	Homologado

IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	35	032.855.419-70	Homologado
JANETE APARECIDA ALVES CORREIA	188	035.010.419-00	Homologado
JANETE MOREIRA DA SILVA OLIVEIRA	303	919.848.319-68	Homologado
JANETE MOREIRA PAES	100	021.743.899-75	Homologado
JESSICA DO NASCIMENTO	72	070.808.459-12	Homologado
JOYCE VIEIRA DA SILVA LEAL	296	144.823.197-32	Homologado
KAROLIN BARBOSA	276	075.551.949-37	Homologado
LUCILEIA FERREIRA CARVALHO	268	041.873.159-42	Homologado
MARCELA URBANO	47	057.299.419-27	Homologado
MARCIA EGER ALEXANDRE	142	549.440.409-97	Homologado
MARINELI CRUZ	193	035.516.509-00	Homologado
MARLI PRANGER BARBOSA	40	039.513.879-55	Homologado
MIGUELINA DOMINGUES FERREIRA CARDOSO	146	032.368.299-58	Homologado
NELITA SALTZ MORETTI	95	035.021.229-54	Homologado
ONÉRIA APARECIDA SANTOS ALVES	45	072.506.669-59	Homologado
PÂMELA DEUCHER STEINBACH	176	077.002.079-84	Homologado
PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SCOTTI	53	064.772.229-14	Homologado
ROSENILDA DE BRITO SANTOS SILVA	71	038.125.919-60	Homologado
SANDRA CORREA	170	042.920.479-52	Homologado
SCHEILA LETICIA MARINHO	256	083.374.589-17	Homologado
SILVANA CRISTINA ALANO	12	059.105.669-03	Homologado
VALERIA SCOTTI	232	104.123.219-55	Homologado
VANESSA SCOTTI	207	104.588.979-22	Homologado
VILMAIR FABIANE ROSA SCHWAMBACH	87	040.845.839-95	Homologado

INSCRITOS PROC. SELETIVO 01.2015

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

PROCESSO SELETIVO N° 01/2015

Edital de Processo Seletivo n° 01/2015 no município de Bom Retiro de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, para o provimento de vagas de diversos cargos/funções e cadastro de reserva, a serem admitidos em caráter temporário para atuar na área da saúde.

ROL DE INSCRITOS(Homologados)**MÉDICO (PMBR S01/2015)**

Nome	Inscrição	CPF	Situação
JOSÉ ANTONIO DE MELO	2	250.994.939-04	Homologado
SAULO ETELVINO BESEN	5	154.937.689-68	Homologado

PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
GISELE MOREIRA KRUGER	35	053.841.739-04	Homologado
KAROLINE FAUSTINO DA MOTA	11	084.007.289-98	Homologado
TEREZINHA CHINI	7	764.703.189-91	Homologado
TIAGO DOS SANTOS	10	049.006.679-86	Homologado

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
MARLENE HINCKEL	16	694.128.049-20	Homologado
SÔNIA MARCIA DA SILVA PERES	18	687.188.029-15	Homologado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: COSTÃO DO FRADE (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
CARLOS JÚNIOR DEUCHER	19	061.023.549-40	Homologado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: TRÊS PONTAS (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
JEANE DA ROSA	9	106.509.009-95	Homologado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: CAMPO NOVO (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
PATRICIA KELLY CORDEIRO APNO	1	003.906.249-00	Homologado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: SANTA CLARA (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
DANIELA EYMAEL KOCHÉ	40	039.364.469-38	Homologado
MARLI SCHLEMPER SCHUMACHER	30	032.242.689-80	Homologado
ROSANA APARECIDA FRANÇA	33	074.569.409-83	Homologado

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: PARAÍSO DA SERRA (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ELIETE SEEMANN MARIAN	4	048.903.099-85	Homologado
LILIAN GISELE DE SOUZA	32	063.337.629-97	Homologado

TÉCNICO ENFERMAGEM SOCORRISTA (PMBR S01/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
CARLOS LEONARDO SCHULLER	31	092.715.969-43	Homologado
ELIANE LEANDRO DA SILVA	21	048.692.789-01	Homologado
JOÃO DANIEL CORRÊA	37	044.550.819-17	Homologado

MARIZA APARECIDA EMERICH	29	753.574.379-04	Homologado
NATALIA HENRIQUE DE OLIVEIRA	26	053.315.169-47	Homologado

INSCRITOS PROC. SELETIVO 02.2015

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

O Prefeito Municipal de BOM RETIRO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica Municipal, na Lei nº. 2019/10 de 04 de março de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, no decreto nº. 107/13 de 15 de outubro de 2013, que regulamenta o processo seletivo simplificado no município de Bom Retiro, e de acordo com o que estabelece o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, torna público que serão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para o provimento de vagas de diversos cargos/funções e cadastro de reserva, a serem admitidos em caráter temporário para atuar na área da educação no período letivo do ano de 2015.

ROL DE INSCRITOS(Homologados)**PROFESSOR ACT - ENSINO FUNDAMENTAL - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)**

Nome	Inscrição	CPF	Situação
MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	71	066.929.259-16	Homologado
OSNI BARBOSA	15	385.986.049-68	Homologado
VANDERLEI CÔRDOVA DE LIZ	52	083.449.079-00	Homologado
VANDERLI KRAUS	46	057.609.749-71	Homologado

PROFESSOR ACT - ENSINO FUNDAMENTAL - 20 HORAS (NÃO HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ANA CLÁUDIA FERREIRA CARVALHO	35	035.061.219-60	Homologado
JACKSON ANTONIO GASPAR	25	046.499.179-05	Homologado
MORGANA CABRAL GODINHO	26	064.471.439-51	Homologado
SABRINA MARIAN SCHUTZ	57	093.021.759-44	Homologado

PROFESSOR ACT EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
GEAN KARLA MELO VIEIRA	47	021.545.009-43	Homologado
LUCIANA MORETTI HOFFMANN	67	059.489.039-07	Homologado

PROFESSOR ACT EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS (NÃO HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ÁLAFER SANTELMO DA CRUZ	27	095.303.149-73	Homologado
ALESANDRA SEEMANN DA CRUZ	45	101.573.929-61	Homologado
ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	68	095.210.769-41	Homologado
CAMILA LIMA	24	091.584.189-46	Homologado
FERNANDA DA SILVA	63	058.997.789-03	Homologado
MAERLI MARTINHAGO	21	088.069.539-07	Homologado
TAINA FERNANDA DE OLIVEIRA BOELL	54	073.633.569-20	Homologado

PROFESSOR ACT EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	19	038.022.779-70	Homologado
DALISE BURATTO VAZ	74	084.833.189-38	Homologado
ELIANA APARECIDA ALVES	23	080.090.229-77	Homologado
GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	7	066.330.849-60	Homologado
IARA DEUCHER	10	075.829.669-02	Homologado
IVONETE APARECIDA XAVIER	41	760.958.279-49	Homologado
JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	81	066.790.769-60	Homologado
JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	40	983.888.519-34	Homologado
JULIANA SOUZA CRUZ	16	058.564.029-79	Homologado
LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	39	057.553.249-13	Homologado
MARIANA DEUCHER	29	069.495.569-85	Homologado
PATRICIA MICHELS HOFFMANN	43	038.938.569-78	Homologado
TATIANI DEUCHER BERNIERI	12	066.680.769-80	Homologado

PROFESSOR ACT EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS (NÃO HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
FABIANA DUARTE DA SILVA	5	039.940.709-02	Homologado
LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	2	062.119.289-98	Homologado
SOLANGE SIMIANO DE BRIDA	69	665.040.409-82	Homologado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
JULIANO DA CRUZ	4	022.347.279-44	Homologado
MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	36	027.932.209-73	Homologado

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS (NÃO HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
EVERTON ALEXSANDRO BUENO	70	047.883.339-37	Homologado
MARILLIAN FLOR	79	094.960.969-21	Homologado
PATRÍCIA MARINHO DA SILVA	1	066.398.769-57	Homologado

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
------	-----------	-----	----------

PROFESSOR ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
------	-----------	-----	----------

PROFESSOR DE JOVENS E ADULTOS - 20 HORAS (HABILITADO) - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	66	028.627.649-65	Homologado
SCHIRLEY APARECIDA DA CUNHA CABRAL	38	024.013.389-77	Homologado

SERVENTE - (PMBR 02/2015)

Nome	Inscrição	CPF	Situação
ALINE PRANGE	55	092.066.929-84	Homologado
ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	44	038.669.819-88	Homologado
GRASIELA APARECIDA URBANO	33	080.501.859-07	Homologado
IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	14	032.855.419-70	Homologado
JANIA PAULO	58	088.603.399-36	Homologado
JESSICA DO NASCIMENTO	31	070.808.459-12	Homologado
MARCELA URBANO	18	057.299.419-27	Homologado
MARCIA EGER ALEXANDRE	56	549.440.409-97	Homologado
MARLI PRANGER BARBOSA	17	039.513.879-55	Homologado
NELITA SALTZ MORETTI	42	035.021.229-54	Homologado
PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SCOTTI	22	064.772.229-14	Homologado
ROSEMARY COELHO	65	080.872.219-07	Homologado
TANIA MARA HEIDESCHIED MORETTI	73	020.233.249-71	Homologado

Botuvera**PREFEITURA****PORTARIA 80/2015**

PORTARIA 80/2015

"Nomeia Membros da Comissão de acompanhamento e avaliação das bolsas de estudo de ensino superior"

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104,II, c da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Nomear os seguintes membros integrantes do funcionalismo público do município de Botuverá, para formar a Comissão de acompanhamento e avaliação da veracidade do que foi demonstrado nas bolsas de estudo de ensino superior do município de Botuverá-SC.

I - Marilene Maurizio Assini

II - Fábio Maestri Bagio

III - Monique Paloschi Paulini

Art 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 11 de março de 2015

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

Braço do Trombudo**PREFEITURA****DECRETO 031**

DECRETO Nº 031/2015.

Anula e Suplementa Dotação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo.

Romildo Teske, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0832/2015 de 13.03.2015, etc...

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), nas seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

2.102 - Manutenção e Assistência ao Menor

(7) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

(8) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 4.000,00

(9) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.3106.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 20.000,00

(10) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

(11) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0077.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 22.000,00

(12) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.3105.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 12.400,00

TOTAL
..... R\$ 64.400,00

Art. 2º - Por conta da anulação do artigo anterior no valor de 64.400,00 (Sessenta e quatro mil e quatrocentos reais), ficam criadas e suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL

02 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

2.111 - Manutenção do Fundo da Infância e do Adolescente

(30) - 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

(31) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 4.000,00

(32) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.3106.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
..... R\$ 20.000,00

(33) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

(34) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0077.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 22.000,00

(35) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.3105.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 12.400,00

TOTAL
..... R\$ 64.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em, 16 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02 2015 - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 12/2015

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015 - DL

OBJETO: Contratação de Serviço de produção e impressão de revista, compreendendo projeto gráfico, redação, edição, diagramação, arte final, impressão e serviços fotográficos.

Valor: R\$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais)

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.

Romildo Teske - Prefeito Municipal em exercício.

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03 2015 - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 13/2015

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 - DL

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Serviço de Ensino Arte, Cultura e Fabricação de Artesanato, para fornecer aula de artesanato, com fornecimento de material.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência: 31/12/2015

Braço do Trombudo, em 16 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.579, DE 16 DE MARÇO DE 2015

DECRETO nº 7.579, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a transferência da Sala n. 07 do Terminal Rodoviário de Passageiros ao Sr. Fábio Gripa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Lei nº 1.535, de 29 de agosto de 1989, que autorizou o Município a vender áreas do Terminal Rodoviário de Passageiros;

Considerando que a alienação foi precedida do necessário processo licitatório - Concorrência Pública, conforme art. 1º da citada lei;

Considerando o recibo de pagamento do valor de CR\$ 481.288,78, em nome de Artuzinho Piepper, referente quitação do valor da Sala nº 07 do Terminal Rodoviário de Passageiros;

Considerando a Cessão de Direito sobre bem Imóvel, na qual Artuzinho Pieper transfere todos os seus direitos reais sobre a sala comercial de nº 07, localizada no 1º andar do Terminal Rodoviário de Passageiros, para o Sr. Fábio Gripa, com reconhecimento de firma no 1º Tabelionato de Notas e Protesto desta comarca,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a transferência da sala nº 07 do Terminal Rodoviário de Passageiros, registrada na matrícula nº 24.410 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, ao Sr. Fábio Gripa, brasileiro, solteiro, gerente comercial, inscrito no C.P.F. nº 019.713.159-07, R.G. Nº 3.446.547.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 001/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE –

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE - Edital nº 001/2015
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, Rogério Ristow, na qualidade de Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faço saber:

Publicado o resultado provisório para todas as funções, que se deu em 10 de março de 2015 e decorrido o prazo recursal constante no item 11.1 do edital, analisado o único recurso interposto, HOMOLOGO em todos os seus termos o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 salientando a objetividade e lisura do citado certame.

Destarte, homologada a relação final dos candidatos aprovados, iniciaremos o processo de convocação dos futuros servidores desta Autarquia, em caráter temporário, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas e a medida das nossas necessidades, conforme item 13.2 do Edital.

Brusque, 13 de março de 2015.
ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente - SAMAE/Brusque

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 062/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 062/2014

ESPÉCIE: fornecimento e instalação elétrica sede administrativa do samae. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Concorrência. PROCESSO LICITATÓRIO: 086/2013. VALOR GLOBAL: R\$ 17.155,85. PRAZO EXECUÇÃO: 60 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 09/03/2015; CONTRATADA: Comercio de Material Elétrico São Jose Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 09 de março de 2015.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015 - IBPLAN

TOMADA DE PREÇOS nº 001/2015 - IBPLAN
Processo Licitatório nº 001/2015 - IBPLAN

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Instituto Brusquense de Planejamento (IBPLAN), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de elaboração de estudo demográfico de projeção da população Brusquense.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 08/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 12/03/2015

LAURECI SERPA JUNIOR
Diretor Presidente

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015 - FMS

PREGÃO nº 001/2015 - FMS
Processo Licitatório nº 002/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição e instalação de películas de proteção solar (autoadesivo e antirrisco) para as edificações/unidades da Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 16/03/2015

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015

PREGÃO nº 007/2015
Processo Licitatório nº 017/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de cortinas (tipo persiana) para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/04/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015

PREGÃO nº 008/2015
Processo Licitatório nº 018/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de pisos laminados, rodapés, mantas acrílicas e perfis para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/04/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

PREGÃO nº 012/2015

Processo Licitatório nº 023/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de roupas de cama e colchões para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015

PREGÃO nº 013/2015

Processo Licitatório nº 027/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de madeiras (diversos tipos e formatos) para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 31/03/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2015

PREGÃO nº 016/2015

Processo Licitatório nº 035/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de pneus para rolo compactador Dynapac CP 224.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 16/03/2015

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015

CONCORRÊNCIA nº 003/2015

Processo Licitatório nº 038/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de digitalização de documentos com certificação (fé pública).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque,

no dia 23/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site www.brusque.sc.gov.br 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2015

PREGÃO nº 018/2015

Processo Licitatório nº 041/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de conchas para escavadeiras (160 LC e Caterpillar 320).

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 01/04/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 16/03/2015

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015

PREGÃO nº 020/2015

Processo Licitatório nº 044/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição e instalação de móveis sob medida para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 31/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 16/03/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015

CONCORRÊNCIA nº 004/2015

Processo Licitatório nº 049/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a contratação de empresa para execução de obras de drenagem de águas pluviais no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site www.brusque.sc.gov.br 16/03/2015

GILMAR VILAMOSKI

Secretário de Obras e Serviços Públicos

LEI Nº 3.842, DE 16 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.842, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Altera a extensão da Rua ADULCIO BOTTAMELLI, denominada pela Lei nº 2818/2004.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 2818, de 15/12/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A artéria a ser denominada possui uma extensão de 695,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros ambos os lados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.843, DE 16 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.843, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA BERNARDO KOHLER, a via identificada como Rua Sem Denominação, transversal da Rua São Pedro, bairro São Pedro, localizada a 300,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Alberto Albrescht.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 135,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.844, DE 16 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.844, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ALMA KLANN, a Rua Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Jacob Schmidt, Bairro Aguas Claras, localizada a 110,00 metros sentido bairro/centro, depois da Rua Ramiro Cabral e Silva.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 80,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metros para o lado direito e 1,00 metro para o lado esquerdo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.845, DE 16 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.845, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ILSO EDSON RADDATZ, a via classificada como Rua BA-018, transversal da Rua Pedro Fantoni, Bairro Bateias, localizada a 600,00 metros do cruzamento das Ruas Edgar Von Buettner e Pedro Fantoni.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 460,00 metros, tendo a pista largura de 7,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 651/2015

PORTARIA Nº 651/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, a(o) servidor(a) CLEIDE TE-REZINHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 26/01/2015 a 25/04/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2007 a 31/01/2012.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/01/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 652/2015

PORTARIA Nº 652/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, a(o) servidor(a) ISALTINA BÁRBARA FUCKNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 26/01/2015 a 25/04/2015, referente ao período aquisitivo de 29/03/2007 a 28/03/2012.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/01/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 653/2015

PORTARIA Nº 653/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) ALÉCIO MAÇANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente aos períodos aquisitivos de 08/02/2010 a 07/02/2014.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 654/2015

PORTARIA Nº 654/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) CAROLINA TESSARO VOGEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 a 07/02/2014.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 655/2015

PORTARIA Nº 655/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) ELIZÂNDRA DE FÁTIMA JARACESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Auxiliar, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 a 07/02/2014.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 657/2015

PORTARIA Nº 657/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) NOELI MATIOLI FISCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2009 a 31/01/2014.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 658/2015

PORTARIA Nº 658/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) ROSANGELA RISTOW PRIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2007 a 31/01/2012.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 659/2015

PORTARIA Nº 659/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) MARLENE DE SOUZA FURTADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 02/03/2008 a 01/03/2013.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 660/2015

PORTARIA Nº 660/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) CLAUDIA APARECIDA FOGAÇA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, no período compreendido entre 23/02/2015 a 23/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2008 a 31/01/2013.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/02/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 661/2015

PORTARIA Nº 661/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) BERNADETE WEGNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 31/01/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 662/2015

PORTARIA Nº 662/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) EGÍDIO PAOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2008 a 31/01/2013.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 663/2015

PORTARIA Nº 663/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) GRACIELA NUNES DUARTE ZIERKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 a 07/02/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 664/2015

PORTARIA Nº 664/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) NEUSA SAPPILLI TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/03/2015 a 30/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 31/01/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 665/2015

PORTARIA Nº 665/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) CELSO HOFFELMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 16/03/2015 a 13/06/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 31/01/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 666/2015

PORTARIA Nº 666/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) LUZIA DE SOUZA ROSSINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/02/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/08/2004 a 31/07/2009.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 667/2015

PORTARIA Nº 667/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio a(o) servidor(a) LUZIA DE SOUZA ROSSINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 03/05/2015 a 31/07/2015, referente ao período aquisitivo de 01/08/2009 a 31/07/2014.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33 - EMPREGO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33, de 13 de Março de 2015.

Convoca aprovado em Concurso Público para o preenchimento dos cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM 01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde Bucal, e dá outras providências

CONVOCA:

O cidadão, a seguir relacionado, aprovado em Concurso Público para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, conforme sequência de classificação:

FISIOTERAPEUTA

Willians Jean Farias

a) O Convocado deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.012

PORTARIA Nº 25.012, de 08 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobre-aviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados juntos a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestados durante o mês de Dezembro de 2014, especificando: código, nome, cargo, valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Gratificação
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	750,00
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	750,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.066

PORTARIA Nº 25.066, de 27 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/12/2014 a 31/12/2014	100,00
12037	Angela Cristinbe Beckert	Agente Comunitária de Saúde	01/12/2014 a 31/12/2014	100,00
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	01/12/2014 a 31/12/2014	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/12/2014 a 31/12/2014	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/12/2014 a 31/12/2014	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.129

PORTARIA Nº 25.129, de 05 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Daniela Susin	Telefonista	14	35	Vaga vinculada a da servidora Mirna Mingotti, Licença Tratamento de Saúde e Licença Prêmio	03/02/2015 a 30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.282

PORTARIA Nº 25.282, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Anelize Ribeiro	Fonaudióloga	37	35	Vaga vinculada a da servidora Rosangela Rodrigues Ferreira Jeronymo, em Licença Prêmio.	11/02/2015 a 09/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.283

PORTARIA Nº 25.283, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF, Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo indeterminado, os cidadãos abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, secretaria, carga horária e período conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	C. H.	A contar de:
Bruna de Araújo Vivan	Médica - ESF	006	40h	12/02/2015
Sullivan Francisco da Silva	Médico - ESF	006	40h	02/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.284

PORTARIA Nº 25.284, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Período da Contratação
Bruna de Araújo Vivan	Médica	39	20h	12/02/2015 a 31/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.286

PORTARIA Nº 25.286, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
João Carlos Souza dos Santos	Médico	33	10h	Vaga vinculada a do servidor Sidnei Roberto Marins – Licença Prêmio	10/02/2015 a 21/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.349

PORTARIA Nº 25.349, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal LUAN FERNANDO VARELLA, matrícula nº 84, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, lotado junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, com efeitos a contar de 27 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2015 - FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 013/2015 cujo objeto é: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE LABORATÓRIOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA; SUB GRUPO 02 - EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA, DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM), DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA , como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 10/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:30 horas do dia 07 (Sete) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual para aquisição de materiais para as Oficinas do CRAS no ano de 2015, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 02/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	500	folha	Papel cartão fosco 50x70, 240 gr amarelo, branco, azul, preto, vermelho.	0,70	350,00
02	100	folha	Papel seda 48x60cm – várias cores lisas	0,15	15,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 365,00	

LOTE 06

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
46	2000	Unidade	Balão de festa nº 08	0,12	248,00
VALOR TOTAL DO LOTE 06				R\$ 248,00	

LOTE 08

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
54	150	Unidade	Tinta para tecido látex PVA a base de agua – 37 ml diversas cores	1,87	280,41
55	150	Unidade	Fios de lã para tricô 40gr, 100% acrílico nº06	2,36	353,57
56	60	Unidade	Agulhas plásticas para tricô nº 05	4,80	287,72
57	60	Unidade	Agulhas plásticas para tricô nº 06	4,80	287,72
58	10	Pacote	Agulhas para máquina de costura Elgin nº 12	6,10	60,96
59	10	Pacote	Agulhas para máquina de costura Elgin nº 14	6,10	60,96
60	10	Pacote	Agulhas para máquina de costura Elgin nº 16	6,10	60,96
61	50	Unidade	Cola instantânea	4,88	243,83
62	25	Unidade	Pistola cola quente tamanho pequeno – bivolt	11,38	284,47
63	25	Unidade	Pistola cola quente tamanho grande - bivolt	16,26	406,39
64	50	Unidade	Tinta spray, fosca 200ml/110gr – verde	7,32	365,75
65	50	Unidade	Tinta spray, fosca 200ml/110gr – vermelho	7,32	365,75
66	50	Unidade	Tinta spray, fosca 200ml/110gr – dourado	7,32	365,75
67	50	Unidade	Tinta spray, fosca 200ml/110gr – prata	7,32	365,75
VALOR TOTAL DO LOTE 08				R\$ 3.790,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual para aquisição de materiais para as Oficinas do CRAS no ano de 2015, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa ARI ANTONIO SOSTER-ASSIS ME, CNPJ: 05.071.057/0001-03, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 02/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 02

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	3	Kg	Lantejoulas tamanho 6mm metalizadas, cores diversas	33,08	99,24
04	3	Kg	Lantejoulas tamanho 8mm metalizadas, cores diverssas	33,08	99,24
05	3	Kg	Lantejoulas tamanho 10mm metalizadas, cores diversas	33,08	99,24
06	3	Kg	Lantejoulas estrelas tamanho 6mm, cores diversas	48,00	144,00
07	3	Kg	Lantejoulas estrelas tamanho 8mm, cores diversas	48,00	144,00
08	50	Metro	Lantejola 640x480 – diversas cores	33,08	1.654,00
09	3	Kg	Lantejoulas estrelas tamanho 10mm, cores diversas	48,00	144,00
10	20	Kg	Gliter PVC 015 pacotes de 500g cada várias cores	58,50	1.170,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 3.553,43	

LOTE 03

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
11	20	Unidade	Cola pano com 100g cada	3,34	66,70
12	1000	Metro	Elástico chato largura de 7mm, nº 12 69% de poliéster	0,36	357,50
13	50	Metro	Tule 1,20 de largura 100% poliéster - rosa	1,69	84,42
14	50	Metro	Tule 1,20 de largura 100% poliéster – branco	1,69	84,42
15	50	Metro	Tule 1,20 de largura 100% poliéster – azul	1,69	84,42
16	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – pret0	1,19	59,59
17	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – roxo	1,19	59,59
18	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – vermelho	1,19	59,59
19	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – laranja	1,19	59,59
20	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – branco	1,19	59,59
21	50	Metro	T.N.T 1,40 de largura, gramatura 45 – azul	1,19	59,59
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$ 1.035,00	

LOTE 07

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
47	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – branca	0,66	32,75
48	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – rosa bebe	0,66	33,00
49	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – azul bebe	0,66	33,00
50	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – amarelo bebe	0,66	33,00
51	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – verde bebe	0,66	33,00
52	50	Metro	Renda inglesa, 5 cm – lilás bebe	0,66	33,00
53	50	Metro	Renda inglesa passa fita algodão 2cm	0,47	23,50
VALOR TOTAL DO LOTE 07				R\$ 221,25	

LOTE 09

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
68	50	Unidade	Cola em bastão – 9g	1,35	67,50
69	100	Metro	Renda de leses de algodão – várias cores	0,66	66,00
70	50	Unidade	Fios para máquinas de costura, 120 g, sintético tipo cone	3,15	157,50
71	50	Unidade	Cola para E.V.A e isopor, 35gr	1,32	66,00
72	50	Caixa	Tachinhas	1,80	90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 09				R\$ 447,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ARI ANTONIO SOSTER-ASSIS ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual para aquisição de materiais para as Oficinas do CRAS no ano de 2015, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP, CNPJ: 20.257.784/0001-45, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 02/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 04

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
22	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - preto	0,07	144,80
23	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - branco	0,07	145,40
24	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - azul	0,07	145,40
25	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - vermelho	0,07	145,40
26	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - verde	0,07	145,40
27	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - amarelo	0,07	145,40
28	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - roxo	0,07	145,40
29	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - rosa	0,07	145,40
30	2000	Metro	Fita de cetim bb 3mm, 100% poliéster - preto	0,07	145,40
31	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - branco	0,09	181,80
32	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - azul	0,09	181,80
33	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - vermelho	0,09	181,80
34	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - verde	0,09	181,80
35	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - amarelo	0,09	181,80
36	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - roxo	0,09	181,80
37	2000	Metro	Fita de cetim bb 7mm, 100% poliéster - rosa	0,09	181,80
38	50	Metro	Fita de cetim em rolo tamanho 3cm – azul, amarelo, verde, branco, marrom, vermelho, rosa, lilás e....	12,12	605,78
39	150	Metro	Fita sinhaninha 5mm – diversas cores	0,09	13,64
VALOR TOTAL DO LOTE 04				R\$ 3.200,00	

LOTE 05

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
40	1000	Unidade	Olhos móveis de 7mm – preto	0,06	64,90
41	1000	Unidade	Olhos móveis de 10mm – preto	0,10	97,30
42	1000	Unidade	Olhos móveis de 2mm – preto	0,03	32,40
43	500	Unidade	Guizo nº 05 - dourado	0,13	64,85
44	500	Unidade	Guizo nº 10 - dourado	0,16	81,10
45	20	Kg	Fibra siliconada para enchimento	12,97	259,46
VALOR TOTAL DO LOTE 05				R\$ 600,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP
Representante legal

ATA PREGÃO 25/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 25/2015)

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 25/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de eletricista (instalação elétrica e manutenção elétrica) para os órgãos e unidades da administração municipal. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA, RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e TECLUZ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDAS. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Rafael Rodrigues Cesconetto, representante da empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, Sr. Carlos Camargo, representante da empresa FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA e Sr. Luis Valmir da Luz representante da empresa TECLUZ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDAS. Todas empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e todas as empresas comprovaram o enquadramento como empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FC INSTALADORA	38,00	38,00	1ª	HABILITADA
RED ENERGY	47,50	47,50	2ª	-----
TECLUZ	49,90	49,90	3ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante FC INSTALADORA ELÉTRICA LTDA foi declarada vencedora com o valor unitário de R\$ 38,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 30/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 30/2015)

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 30/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de tijolo, areia e brita, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidades. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA, EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA e MINERAÇÃO LM LTDA. A empresa AUGUSTIN IRMÃOS E CIA LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Valtívio Neumann, a empresa EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA credenciou como representante na sessão a Sra. Lilian Baumel Maahs e a empresa MINERAÇÃO LM LTDA credenciou como representante na sessão a Sra. Marcia Elisabeth Muhlbauer Andretta. Todas as empresas apresentaram a declaração de cumprimento dos

requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Augustin Irmãos	0,53	0,52	1ª	HABILITADA

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
DESERTO				

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	63,50	62,00	1ª	HABILITADA

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Extração de Areia Fundão	64,00	47,00	1ª	HABILITADA
Mineração LM	60,00	48,00	----	----

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas nos ITENS. Estando de acordo com o exigido no edital, as empresas foram declaradas vencedoras dos respectivos ITENS, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 8.922 DE 17 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.922 DE 17 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.272 de 17 de Março de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 221,60 (duzentos e vinte e um reais, e sessenta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 221,60	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 221,60	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.923 DE 17 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.923 DE 17 DE MARÇO DE 2015
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO
D E CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato Temporário firmado com a Srª. CHRISTINA DE MEDEIROS, Registro no Sistema sob nº 955409, para exercer o cargo público de Médico IV, exercendo a função de Médico Plantonista, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais,

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 38,94 (trinta e seis reais, sessenta e cinco centavos) por hora, além de 50% (cincoenta por cento) = R\$ 19,47 (quatorze reais, sessenta e seis centavos) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, mais 25% de adicional noturno por hora efetiva noturna = R\$ 14,60 (doze reais, oitenta e três centavos), com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, pelo período de 19 de Março de 2015 a 19 de Maio de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.924 DE 17 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.924 DE 17 DE MARÇO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Fica nomeada a Servidora Pública Municipal REGIANE CRISTINA MACHADO HÜBNER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo público de Professor I, Matrícula Funcional nº 000758, Registro no Sistema sob nº 955353, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica na EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental "Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo Gratificação FG-5A, no valor de R\$ 674,44 (seiscentos e setenta e quatro reais, quarenta e quatro centavos) percebendo gratificação mensal, enquanto permanecer na função, a partir de 06 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Fevereiro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.271 DE 17 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.271 DE 17 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA" E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem repassados em 10 (dez) parcelas, à ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA", inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.348.092/0001-11, sita a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 606, Centro, Município de Campo Alegre/SC., objetivando o fortalecimento e a valorização dos produtos relacionados ao Turismo Rural.

Parágrafo único: O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em 10 (dez) parcelas, mensais de igual valor, sendo a primeira parcela no mês de março do corrente ano.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas dos valor recebido de cada parcela, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município Campo Alegre/SC., conforme estabelece o Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

§1º) Os cheques nominais de que trata o caput este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§2º) Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§3º) Os Recursos concedidos de que trata o caput do Artigo 1º desta Lei, poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

GABINETE DO PREFEITO

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação dos Recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro da ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA".

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., no prazo previsto nesta Lei, instruída dos seguintes documentos:

I	Processo de concessão;	
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;	
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;	
IV	Contratos se houver;	
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;	
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;	
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;	
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;	
IX	Relação dos serviços prestados se houver;	
X	Relação dos treinados ou capacitados se houver;	
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;	
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;	
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;	
X	IV Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e	
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.	

Parágrafo Único: A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE "CAMINHOS DA SERRA".

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados as despesas efetuadas com despesas correntes à partir da publicação desta Lei.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária vigente: 11.02.1052.335041.00 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., podendo ser suplementada mediante autorização Legislativa.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.272 DE 17 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.272 DE 17 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 221,60 (duzentos e vinte e um reais, e sessenta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.010 -	Contribuição a CNM, FECAM e Manutenção do CIGA.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 221,60	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito		
02.01 -	Chefia de Gabinete		
04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335041.00.896 -	Contribuições	R\$ 221,60	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 13/2015 PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO Nº 13/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 31 de março de 2015 às 09h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E OUTROS OBJETOS PARA A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 17 de Março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO PP 04/2015 - F.H.J.A.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 27/03/2015 às 09h e 30 min. na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TOALHAS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 08:30 às 12h e das 13:30 às 18:00h diariamente.

Campos Novos, 18 de março de 2015.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Iracema Trucolo Wilpert

Administradora

PORTARIA 02/2015

PORTARIA Nº 02/2015 de 08/01/2015

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VANDERLEIA APARECIDA GRASSMAM DE OLIVEIRA do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de Janeiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 299/15

PORTARIA Nº 299/15 de 23/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GLORIA CAROLINE NERI MANTOVANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GLORIA CAROLINE NERI MANTOVANI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 300/15

PORTARIA Nº 300/15 de 23/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDYNA ANTUNES PEREIRA ZOLDAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EDYNA ANTUNES PEREIRA ZOLDAN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 301/15

PORTARIA Nº 301/15 de 23/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISELE MORESCO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GISELE MORESCO DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 302/15

PORTARIA Nº 302/15 DE 23/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ADRIANA DE ALMEIDA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 303/15

PORTARIA Nº 303/15 DE 23/02/2015

EXONERA MARLENE MARTINSON BERLANDA DO CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CEIM MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar MARLENE MARTINSON BERLANDA do cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CEIM MARILENE RUPP BAGATINI, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 304/15

PORTARIA Nº 304/15 DE 23/02/2015

EXONERA REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA PRÉ ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA do cargo em comissão de SECRETÁRIA DA PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 305/15

PORTARIA Nº 305/15 DE 23/02/2015

EXONERA DAIANE PENSO NEVES DO CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar DAIANE ROBERTA PENSO NEVES do cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 306/15

PORTARIA Nº 306/15 DE 23/02/2015

EXONERA MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDEB E DE ACOMPANHAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN do cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDEB E DE ACOMPANHAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 307/15

PORTARIA Nº 307/15 DE 24/02/2015

NOMEIA MARLENE MARTINSON BERLANDA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MARLENE MARTINSON BERLANDA, para o cargo em comissão de DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA, junto a Secretaria de Educação. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 308/15

PORTARIA Nº 308/15 DE 24/02/2015

NOMEIA REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DE CEIM PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear REJANE DE FATIMA TONHOLI DE LIMA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CEIM PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI, junto a Secretaria de Educação. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 309/15

PORTARIA Nº 309/15 DE 24/02/2015

NOMEIA CLEOCI FRANCIONE DOS PASSOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DO CEIM PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear CLEOCI FRANCIONE DOS PASSOS, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA DO CEIM PROFESSORA MARILENE RUPP BAGATINI, junto a Secretaria de Educação. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 310/15

PORTARIA Nº 310/15 DE 24/02/2015

NOMEIA DAIANE ROBERTA PENSO NEVES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DA PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear DAIANE ROBERTA PENSO NEVES, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA DA PRÉ-ESCOLA A CAMINHO DO FUTURO, junto a Secretaria de Educação. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 311/15

PORTARIA Nº 311/15 DE 24/02/2015

NOMEIA MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear MERCIA REGINA PEGORARO SILVESTRIN, para o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, junto a Secretaria de Educação. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 312/15

PORTARIA Nº 312/15 de 24/02/2015

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NEUSA APARECIDA DE SOUZA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal da servidora NEUSA APARECIDA BECKER, Professora, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de 01 (um) ano, conforme Art. 3º da lei municipal nº 1.475/86. Retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 319/15

PORTARIA Nº 319/15 DE 24/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA DANIELE PESSOLE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DANIELE PESSOLE SOUZA no período de 23/02/2015 a 23/06/2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

Nelson
Prefeito Municipal

PORTARIA 320/15

PORTARIA Nº 320/15 DE 24/02/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANA MERY TEIXEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANA MERY TEIXEIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 322/15

PORTARIA Nº 322/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLAUDIANE GERHARDT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLAUDIANE GERHARDT referente ao período aquisitivo de 19/01/2014 a 18/01/2015 a serem gozadas no período de 05/01/2015 a 03/02/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 323/15

PORTARIA Nº 323/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANE GONÇALVES CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANE GONÇALVES CORREA referente ao período aquisitivo de 19/01/2014 a 18/01/2015 a serem gozadas no período de 19/01/2015 a 17/02/2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 324/15

PORTARIA Nº 324/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILZETE LIMA SOARES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILZETE LIMA SOARES referente ao período aquisitivo de 08/10/2013 a 07/10/2014 a serem gozadas no período de 09/02/2015 a 10/03/2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 325/15

PORTARIA Nº 325/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EMERSON LUIZ CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EMERSON LUIZ CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/01/13 a 01/01/14 a serem gozadas no período de 19/02/15 a 20/03/15.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 326/15

PORTARIA Nº 326/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDINEIA R. SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDINEIA R. SANTOS referente ao período aquisitivo de 14/11/13 a 13/11/14 a serem gozadas no período de 11/02/15 a 12/03/15.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 327/15

PORTARIA Nº 327/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIANE TESSER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIANE TESSER referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/03/15.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 328/15

PORTARIA Nº 328/15 de 24/02/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIANY MACHADO GILIOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIANY MACHADO GILIOLI referente ao período aquisitivo de 19/01/14

a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 329/15

PORTARIA Nº 329/15 de 24/02/2015
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUANA LORENZINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUANA LORENZINI referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 330/15

PORTARIA Nº 330/15 de 24/02/2015
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IDETE DAS GRAÇAS FRACARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IDETE DAS GRAÇAS FRACARO referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/02/15 a serem gozadas no período de 20/01/15 a 18/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 331/15

PORTARIA Nº 331/15 de 24/02/2015
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SIMONE FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SIMONE FERREIRA referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 332/15

PORTARIA Nº 332/15 de 24/02/2015
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCELINA DE FATIMA GERVASIO MARINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCELINA DE FATIMA GERVASIO MARINI referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 341/15

PORTARIA Nº 341/15 DE 24/02/2015
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA SONIA APARECIDA SUTIL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora SONIA APARECIDA SUTIL, cargo de PROFESSORA, no período de 02/02/2015, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município de Campos Novos.
Art. 02º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 342/15

PORTARIA Nº 341/15 DE 24/02/2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA SONIA APARECIDA SUTIL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora LEONICE LIMA LOVATO, cargo de PROFESSORA, no período de 04/02/2015, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município de Campos Novos.

Art. 02º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 343/15

PORTARIA Nº 343/15 de 24/02/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SILVANA MARIA MECABÔ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora SILVANA MARIA MECABÔ, referente ao período aquisitivo de 01/05/1991 a 31/05/1996 a serem gozadas no período de 26/01/2015 a 25/04/2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 345/15

PORTARIA Nº 345/15 DE 24/02/2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A MARILDA BEARZI RAMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora MARILDA BEARZI RAMOS, cargo de PROFESSORA, no período de 02/02/2015, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município de Campos Novos.

Art. 02º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 346/15

PORTARIA Nº 346/15 DE 24/02/2015

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA JOSIANE MARIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora JOSIANE MARIN, cargo de PROFESSORA, no período de 01/02/2015, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município de Campos Novos.

Art. 02º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 347/15

PORTARIA Nº 347/15 DE 24/02/2015

REDUZ CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR MARISTELA MARTENDAL MENEGAZZO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal do servidor MARISTELA MARTENDAL MENEGAZZO, Professora, no período de 04/02/2015 a 12/2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 348/15

PORTARIA Nº 348/15 DE 24/02/2015
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A VERA LUCIA SANTOS BROLEZZI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora VERA LUCIA SANTOS BROLEZZI, cargo de PROFESSORA, no período de 01/02/2015, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município de Campos Novos.

Art. 02º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 349/15

PORTARIA Nº 349/15 DE 24/02/2015
AMPLIA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Ampliar em 40 horas a carga horária semanal da servidora ANA CRISTINA DE OLIVEIRA, Professora, para exercer atividades junto à escola CAIC Prof.ª NAIR DA SILVA GRIS, retroagindo seus efeitos a 01 de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 350/15

PORTARIA Nº 350/15 de 24/02/2015
CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDORA SYLVIA REGINA GRANZOTTO FLÂMIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares a servidora SYLVIA REGINA GRANZOTTO FLÂMIA, cargo de PROFESSORA, no período de 01/02/2015 pelo período de até 02 (dois) anos, conforme Artigo 95 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 351/15

PORTARIA Nº 351/15 de 24/02/2015
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JANDIRA CATARINA VEDDY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio a servidora JANDIRA CATARINA VEDDY, referente ao período aquisitivo de 15/01/1995 a 15/01/2000 a serem gozadas no período de 16/02/2015 a 13/03/2015, permanecendo com 60 (sessenta) dias em haver.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 352/15

PORTARIA Nº 352/15 DE 24/02/2015
AMPLIA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Ampliar em 40 horas ,para o ano de 2015, a carga horária semanal da servidora MILENE BEATRIZ LOPES DE ALMEIDA, Professora, para exercer atividades junto a Escola GEM. André Rebouças. Retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 353/15

PORTARIA Nº 353/15 DE 27/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA DANIELA DALAMICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a DANIELA DALAMICO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 354/15

PORTARIA Nº 354/15 DE 24/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 355/15

PORTARIA Nº 355/15 DE 24/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ELIZETE DA ROSA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ELIZETE DA ROSA BECKER pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 356/15

PORTARIA Nº 356/15 DE 24/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA TANIA APARECIDA SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a TANIA APARECIDA SOUZA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 357/15

PORTARIA Nº 357/15 DE 24/02/2015

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a MARLENE HAHMEYER SOCOLOVSKI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de Fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 358/15

PORTARIA Nº 358/15 DE 24/02/2015
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA
TANIA REGINA CANDEIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a TANIA REGINA CANDEIA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 19 de Fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 359/15

PORTARIA Nº 359/15 DE 24/02/2015
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ANA CAROLINA VIEL MATTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ANA CAROLINA VIEL MATTE no período de 02/02/2015 a 01/06/2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito em Exercício

PORTARIA 360/15

PORTARIA Nº 360/15 DE 24/02/2015
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA ECLAIA MARIA AMALCABURIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ECLEIA MARIA AMALCABURIO no período de 13/01/2015 a 12/05/2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito em Exercício

PORTARIA 361/15

PORTARIA Nº 361/15 DE 24/02/2015
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARINA SCHALY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARINA SCHALY no período de 30/01/2015 a 28/05/2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito em Exercício

PORTARIA 362/15

PORTARIA Nº 362/15 de 24/02/2015
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Função Gratificada - FGR - II - a servidora LUANA DEBASTIANI, junto a Secretaria da Fazenda e Administração. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em, 24 de Fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 370/15

PORTARIA Nº 370/15 DE 27/02/2015
CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) JOCEANE GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor JOCEANE GONÇALVES WALTER, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Educação e Fazenda correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Fevereiro de 2053.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 371/15

PORTARIA Nº 371/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 372/15

PORTARIA Nº 372/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) GRAZIELLI KEMER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora GRAZIELLI KEMER, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Saúde, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 373/15

PORTARIA Nº 373/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) BRUNA ZANDONA MARCON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora BRUNA ZANDONA MARCON, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 374/15

PORTARIA Nº 374/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) SUSANE DIAS DE DEUS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora SUSANE DIAS DE DEUS, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Assistência Social, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/2014 a 28/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 375/15

PORTARIA Nº 375/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) ADAO DOS SANTOS MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ADÃO DOS SANTOS MELO, referente a FGR - I, Junto a Secretaria de obras e Urbanismo, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 376/15

PORTARIA Nº 376/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) MELISSA THAIS GEHRKE GOMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora MELISSA THAIS GEHRKE GOMES, referente a FGR - III, Junto a Secretaria de Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 377/15

PORTARIA Nº 377/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) SANDRA PELENTIR DISSEGNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora SANDRA PELENTIR DISSEGNA, referente a FGR - I, Junto a Secretaria de Obras e Urbanismo, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 378/15

PORTARIA Nº 378/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) EDENILSON PATRICK MORESCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora EDENILSON PATRICK MORESCO, referente a FGR -III, Junto a Secretaria Administração e Fazenda, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 379/15

PORTARIA Nº 379/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) LUANA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LUANA DEBASTIANI, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2014 a 12/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 380/15

PORTARIA Nº 380/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON JOUBERT DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ROBSON JOUBERT DOS SANTOS, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2014 a 12/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 382/15

PORTARIA Nº 382/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ADRIANA HELENA ROSSA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ADRIANA HELENA ROSSA MELO, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 13/01/2014 a 12/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 383/15

PORTARIA Nº 383/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) VIVIANE CRISTINA JUNHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora VIVIANE CRISTINA JUNHO, referente a GFDE Controle Interno, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 384/15

PORTARIA Nº 384/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) JOSSUI HELENA NOGUEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora JOSSUI HELENA NOGUEIRA, referente a FGR - I, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 385/15

PORTARIA Nº 385/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) JANAINA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora JANAINA BUGANÇA CORDEIRO, referente a FGR - III, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 386/15

PORTARIA Nº 386/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) REJANE PAULINA RUPPENTAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora REJANE PAULINA RUPPENTAL, referente a FGR - II, junto a SECRETARIA DE SAUDE correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 387/15

PORTARIA Nº 387/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) CLARICE RODRIGUES ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora CLARICE RODRIGUES ARRUDA, referente a FGR - II, junto a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 388/15

PORTARIA Nº 388/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO (O) A SERVIDOR (A) WILMAR MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora WILMAR MARTINS, referente a FGR - II, Junto a Secretaria de Obras e Urbanismo, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 389/15

PORTARIA Nº 389/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora ANA PAULA BITTENCOURT WALTER, referente a GFDE LICITAÇÃO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 06/02/2014 a 05/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 390/15

PORTARIA Nº 390/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO EDERO LAERCIO GARCIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora FRANCISCO EDERO LAERCIO GARCIA, referente a GFDE TESOUREARIA, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/01/2014 a 31/12/2014, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 391/15

PORTARIA Nº 391/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR FERMINO FRANCISCO DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor FERMINO FRANCISCO DE MATOS, referente a cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 26/02/2014 a 25/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 392/15

PORTARIA Nº 392/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO SERVIDOR JAMES ADALCIO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao servidor JAMES ADALCIO DOS SANTOS referente a cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 12/02/2014 a 11/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 393/15

PORTARIA Nº 393/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) HELENA LUCIA GRANZOTTO DEVILA, referente a Cargo DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/02/2014 a 13/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 394/15

PORTARIA Nº 394/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA HELENA ROSSA MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) ADRIANA HELENA ROSSA MELO, referente a Cargo GERENTE EXECUTIVO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/2014 a 01/03/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 395/15

PORTARIA Nº 395/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) FERNANDA MOCELIN CAMARGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) FERNANDA MOCELIN CAMARGO, referente a Cargo GERENTE EXECUTIVO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/2014 a 31/01/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 396/15

PORTARIA Nº 396/15 DE 27/02/2015

CONCEDE APOSTILAMENTO AO (A) SERVIDOR (A) JOSE MARIA GONÇALVES LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, ao (a) servidor (a) JOSE MARIA GONÇALVES LINS, referente a Cargo COORDENADOR DE ATIVIDADES OPERACIONAIS, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/06/2013 a 09/06/2014, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 06/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA CD LTDA.

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para conserto e manutenção do veículo I/GM/Captiva Sport 2.4(importado) ano 2011, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

VALOR TOTAL R\$ 13.140,00

DATA: 17/03/2015

VIGENCIA: 31/03/2015

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº PMC 02/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 08/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 02/2015
ALTERAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 31/03/2015, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 15h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 23/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/15
HOMOLOGAÇÃO: 17/03/15
CONTRATADO: VILSON JOSE PEREIRA-MEI
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 54,80 (cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)

DATA: 17/03/15
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMDR 01/2015

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMDR 01/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMDR 01/2015
O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/04/2015, às 11h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 08 CONJUNTOS DE PNEUS 275/80 R 22.5 BORRACHUDOS, SENDO CADA CONJUNTO COMPOSTO POR 01 PNEU, 01 CÂMARA E 01 PROTETOR, DESTINADOS AO CAMINHÃO IVECO 230 E Nº 90. Recebimento de propostas até as 10h55min do dia 01/04/2015. Informações (47) 3621-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 01/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 08/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 01/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/04/2015, às 14h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A CASA DOS DIABÉTICOS DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 01/04/2015. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 26/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 44/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 26/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/04/2015, às 09h05min, licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRIVADA ATRAVÉS DE MONITORAMENTO DE ALARME DO PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS, SETOR DE TRANSPORTES E CONSELHO TUTELAR, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I, COM CONTRATAÇÃO DE SEGURO, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO, VEÍCULO AUTOMOTOR TÁTICO-MÓVEL E CENTRO DE OPERAÇÕES. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 06/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 30/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 49/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 30/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/04/2015, às 10h00min, licitação AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS DESTA PREFEITURA. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 01/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	22/2015	Processo Administrativo:	
Licitação.....:	10/2015 - PR	Total dos Itens Vencedores:	28.000,00
Modalidade....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (COM CAPACIDADE DE 9.000, 12.000 E 18.000 Btus), COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	311043086	-	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO COM SUPORTE	-	Unidade: SER		
16335	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	BMR	30.000	0,0000	400,0000	12.000,00	Venceu	1 ****
13084	LEANDRO REI PEREIRA	RP SERVICE	30.000	0,0000	410,0000	12.300,00	Perdeu	2
Item.....: 2	-	311043087	-	INSTALACAO DE AR CONDICIONADO SEM SUPORTE	-	Unidade: SER		
13084	LEANDRO REI PEREIRA	RP SERVICE	50.000	0,0000	320,0000	16.000,00	Venceu	1 ****
16335	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	BMR	50.000	0,0000	328,0000	16.400,00	Perdeu	2

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 54,80

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 39/2015

Licitação.....: 23/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 16555 - PEQUENOS REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICOS - Unidade: hrs

13172	VILSON JOSE PEREIRA-MEI		1,000	0,0000	29,9000	29,90	Venceu	1 ****
16539	ATIVA SERVICE LTDA - ME		1,000	0,0000	30,0000	30,00	Perdeu	2
15841	J LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	30,0000	30,00	Perdeu	3

Item.....: 2 - 16480 - SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS EM CONSTRUÇÃO CIVIL - Unidade: hrs

13172	VILSON JOSE PEREIRA-MEI		1,000	0,0000	24,9000	24,90	Venceu	1 ****
16539	ATIVA SERVICE LTDA - ME		1,000	0,0000	25,0000	25,00	Perdeu	2
15841	J LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	25,0000	25,00	Perdeu	3

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 033/2015

DECRETO Nº 033, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Recebe por doação computadores da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

DECRETA:

Art. 1º Ficam doados os bens móveis especificados no Termo de Doação - Anexo Único do presente Decreto, sem ônus e em caráter definitivo da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.592.369/0001-20 ao Município de Capinzal, destinados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esportes.

Parágrafo único. O valor dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio Público Municipal, foram avaliados por Laudo Técnico, em R\$ 7.150,00 (sete mil, cento e cinquenta reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zóccoli, 155, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, recebe em doação os bens móveis a seguir discriminados, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.592.369/0001-20, neste ato representada pela Sra. Noemia M. Bonamigo Pizzamiglio, destinados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esportes:

CONVÊNIO CIRETRAN			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
13	Microcomputadores Desktop com gabinete, minitorre 3 baias, preto/prata, com 2 portas USB frontais, teclado PS2 e mouse USB – Marca Itautec, Processador Intel Pentium IV – 3.06 Ghz, memória DDR-1 400 PC-3200, IGB, HD de 80GB 5400RPM SATA, com fonte ATX 200w, drive de disquete e drive COMBO, - Leitor e Gravador de CD e leitor de DVD.	550,00	7.150,00
VALOR TOTAL			7.150,00

O Município de Capinzal recebe os bens acima descritos, que se

encontram em bom estado para uso imediato, devidamente conferidos pela Servidora Pública Municipal Ana Paula Franceschi e avaliado, conforme Declaração e Laudo Técnico anexos, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, o qual passam a incorporar ao patrimônio do Município, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinado e datado pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pela representante da UNOESC - Campus Aproximado de Capinzal.

Capinzal, em 12 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA Noemia M. Bonamigo Pizzamiglio
Prefeito Municipal de Capinzal UNOESC - Capinzal

Decreto 035/2015

DECRETO Nº 035, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Convoca a I Conferência Regional de Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e em conjunto com o Conselho Municipal do Idoso, e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no município;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Regional de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 26 de maio de 2015, no Auditório Vitor Almeida da UNOESC Campus de Capinzal, situado a Rodovia SC-467, Loteamento Universitário - Capinzal/SC - CEP 89665-000, no município de Capinzal, sob a coordenação da Comissão Organizadora, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Parágrafo único. Integram a Conferência Regional da Pessoa Idosa os municípios de Capinzal, Ouro e Zortéa.

Art. 2º A Conferência Regional tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersectoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º A Comissão organizadora da Conferência Regional, será composta por:

I - Titulares:

- a) Josimari Dondoni do Amaral - Município de Capinzal;
- b) Lainir Durigon - Município de Ouro;
- c) Juliana Nossowitz - Município de Zortéa.

II - Suplentes:

- a) Elena Casagrande Rech - Município de Capinzal;
- b) Carmem Meneghini - Município de Ouro;
- c) Noemia Pizzamiglio - UNOESC Campus Capinzal.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta dos três municípios e UNOESC Campus de Capinzal, divididos de igual forma.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 17 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

FMS CONTRATO 0007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0007/2015	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: BRUNO M. FAVERO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP	
Valor.....: 63.569,00 (sessenta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0008/2015	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: CENTER NUTRI COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAÇÃO EN	
Valor.....: 47.288,00 (quarenta e sete mil duzentos e oitenta e oito reais)	
Vigência.....: Início: 16/03/2015 Término: 16/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0009/2015	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS H	
Valor.....: 2.730,00 (dois mil setecentos e trinta reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0010/2015	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada....: JACQUES BRIAO MOREIRA - ME	
Valor.....: 11.760,00 (onze mil setecentos e sessenta reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0011/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: MARIOLECI CASAGRANDE & CIA LTDA - EPP	
Valor.....: 1.357,00 (um mil trezentos e cinquenta e sete reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0012/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: P F G COMERCIAL LTDA. - ME	
Valor.....: 74.002,00 (setenta e quatro mil e dois reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0013/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: VENEZA - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LT	
Valor.....: 12.960,00 (doze mil novecentos e sessenta reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0002/2015 Processo_Licitatório.....: 0002 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de leites e fraldas para pacientes com intolerâncias alimentares, dificuldades para deglutição, desnutrição proveniente de problemas de saúde, acamados e pacientes com incontinências urinárias, para distribuição gratuita aos pacientes do município de Capinzal/SC durante o ano de 2015. Com Recursos Próprios e da Atenção Básica.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0014/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MEDICA KUTZKE LT	
Valor.....: 64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0015/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLÍNICA MÉDICA SÃO CARLOS S/S - ME		
Valor.....: 195.360,03 (cento e noventa e cinco mil trezentos e sessenta reais e três centavos)		
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.		
Capinzal, 17 de Março de 2015		

FMS CONTRATO 0016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0016/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLINICA ROCHA S/S LTDA - ME		
Valor.....: 86.040,00 (oitenta e seis mil e quarenta reais)		
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.		
Capinzal, 17 de Março de 2015		

FMS CONTRATO 0017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0017/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLINIMED - CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPL		
Valor.....: 171.630,00 (cento e setenta e um mil seiscentos e trinta reais)		
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.		
Capinzal, 17 de Março de 2015		

FMS CONTRATO 0018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0018/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: ENDOPEDII CLINICA PEDIATRICA SOCIEDADE SIMPLES		
Valor.....: 124.499,97 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)		
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.		
Capinzal, 17 de Março de 2015		

FMS CONTRATO 0019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0019/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: GINECLIN CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA SC L	
Valor.....: 171.689,94 (cento e setenta e um mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0020/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: GYNEMED LTDA	
Valor.....: 63.330,03 (sessenta e três mil trezentos e trinta reais e três centavos)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0021/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: JMS TESTA CLINICA MEDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SI	
Valor.....: 84.600,00 (oitenta e quatro mil e seiscentos reais)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de Profissionais para prestação de serviços nas Áreas Médicas (Clínico Geral, Pediatra, Ortopedista e Ginecologista/Obstetra), nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospital Nossa Senhora das Dores, durante o ano de 2015.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

FMS CONTRATO 0022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0022/2015	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada...: CLINICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA ME	
Valor.....: 298,34 (duzentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos)	
Vigência.....: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015 Processo_Licitatório.....: 0009 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação da empresa CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA ME para realização de consultas médicas especializadas em oftalmologia e teste do olhinho, para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, conforme Edital de Credenciamento 002/2015.	
Capinzal, 17 de Março de 2015	

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0072/2015 DISPENSA PARA LICITAÇÃO 0015/2015

Processo Licitatório Nº 0072/2015

Dispensa de Licitação Nº 0015/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0072/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução do Projeto "Baú de Histórias" através de apresentações artísticas

(encenações) e contação de histórias.

FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	Projeto Baú de Histórias, através de apresentações artísticas (encenações) e contação de histórias.	SESC	798,00	7.980,00
Total						7.980,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC	001
7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 55 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 56 - Manutenção do Ensino Fundamental
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 19 - Transferências do FUNDEB - 40%

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 17 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0073/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0045/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 0073/2015
Pregão Presencial Nº 0045/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de Central Telefônica para uso no Centro Administrativo Prefeito Silvío Santos, com Ramais externos para a Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00, para abertura da Seção às 09:05 do dia 30/03/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvío Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocoli, 155.

No site: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 18 de março de 2015 .
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0075/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0046/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 0075/2015
Pregão Presencial Nº 0046/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso a internet nos locais e velocidades relacionadas, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC, e hospedagem de emails sob o domínio www.capinzal.sc.gov.br, para uso do Poder Executivo de Capinzal/SC e respectivos Fundos Municipais.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00, para abertura da Seção às 14:05 do dia 30/03/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem

entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 18 de março de 2015 .

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

SIMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/09/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/09/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0101/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de uniformes personalizados.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 31 de março de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br, material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 18 de março de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 15/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 15/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 05/2015
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM INFORMÁTICA PARA ATENDIMENTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, A SER PRESTADO JUNTO AO TELE CENTRO LOCALIZADO NO BAIRRO ANTENA NO DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DO PROGRAMA.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 30 de Março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 30 de Março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 17 DE MARÇO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 16/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 16/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 06/2015
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, CONDICIONADORES DE AR E EQUIPAMENTOS PARA AUDIO VIDEO E FOTO.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 30 de Março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 30 de Março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 17 DE MARÇO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 05/2015

Extrato de contrato - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROCESSO: 05/2015 - PREGAO: 05/2015 - REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
VIGENCIA: 13/03/2015 A 13/03/2016
CONTRATADAS:

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015

Extrato de contrato - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROCESSO: 07/2015 - PREGAO: 07/2015 - REGISTRO DE PREÇOS
02/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS
VIGENCIA: 16/03/2015 A 16/03/2016
CONTRATADAS:

PROCESSO: 36/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

O Município de Celso Ramos torna público, o presente Edital para REGISTRO DE PREÇOS de Horas/Homens para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO MECÂNICA e ELÉTRICA e ESPECIALIZADA para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Oficial do Município e Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos necessários para sua execução e eventual fornecimento de peças genuínas sem exclusividade, conforme especificações e delimitações constantes neste Edital, a ser realizado na data de 30/03/2015 às 9:00 horas. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone/fax: (49) 3547 1211, local onde se encontra disponível o Edital na íntegra.

Celso Ramos, 17 de março de 2015.
Ines Terezinha Pegoraro Schons
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 05/2015 - EMPRESAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR									
Fornecedor: 6208 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA									
Data da Homologação: 13/03/2015									
1	388	ACETATO DE HIDROCORTISONA 100MG	Teuto	AMP	100,000	0,0000	3,5600	356,00	Venceu
2	387	ACETATO DE HIDROCORTISONA CREME 1%	União Química	UN	180,000	0,0000	4,7950	863,10	Venceu
8	390	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	Imec	COMP	50,000,000	0,0000	0,0180	900,00	Venceu
37	414	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSP INJ. 600.000 UI	Teuto	AMP	100,000	0,0000	9,4000	940,00	Venceu
38	415	BENZILPENICILINA PROCAINA+BENZILPANICILINA POTASSICA SUSP/IN	Ariston	AMP	60,000	0,0000	3,7000	222,00	Venceu
42	419	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/10ML (BEROTEC)	Hipolabor	FR	600,000	0,0000	1,2800	768,00	Venceu
55	428	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA GOTAS	Prati Donaduzzi	FR	500,000	0,0000	1,9460	973,00	Venceu
62	321	CARVEDILOL 12,5 MG	Torrent	COMP	7,000,000	0,0000	0,1180	826,00	Venceu
63	435	CARVEDILOL 3,125 MG COMP.	Torrent	COMP	7,000,000	0,0000	0,0740	518,00	Venceu
64	436	CARVEDILOL 6,25 MG	Torrent	COMP	4,000,000	0,0000	0,0880	352,00	Venceu
73	326	CETOPROFENO 100MG IV	União Química	AMP	50,000	0,0000	3,3890	169,45	Venceu
80	838	CITALOPRAM 20MG	Torrent	COMP	10,000,000	0,0000	0,1450	1,450,00	Venceu
81	331	CLARITROMICINA 500MG	Pharlab	COMP	630,000	0,0000	0,7350	463,05	Venceu
84	459	CLOR LIDOCAINA E PELITARTARATO EPINEFRINA 2% E 1:200,00 SOL	Hypofarma	AMP	50,000	0,0000	3,3330	166,65	Venceu
87	463	CLORETO DE SODIO SOLUÇÃO NASAL 0,9%	Medquímica	FR	30,000	0,0000	0,7060	21,18	Venceu
91	480	CLORIDRATO BIPERIDENO 4 MG	Abbott	COMP	800,000	0,0000	0,6260	500,80	Venceu
92	941	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SOL. INJ - 20ml SEM VASO	Hipolabor	AMP	50,000	0,0000	1,8640	93,20	Venceu
97	644	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100MG	Baldacci	COMP	6,000,000	0,0000	0,3110	1,866,00	Venceu
102	319	CLORIDRATO DE BUPIVACAINA 0,25% - 2,5MG/ML	Cristalia	AMP	50,000	0,0000	23,6410	1,182,05	Venceu
108	650	CLORIDRATO DE DILTIAZEM 60MG	Teuto	COMP	5,000,000	0,0000	0,1410	705,00	Venceu
109	472	CLORIDRATO DE DOPAMINA 50MG/10ML	Teuto	AMP	50,000	0,0000	1,1000	55,00	Venceu
119	498	CLORIDRATO DE NALOXANA 0,4 MG ML SOL INJ	Hipolabor	AMP	50,000	0,0000	5,4370	271,85	Venceu
129	335	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	Torrent	COMP	30,000,000	0,0000	0,1140	3,420,00	Venceu
131	749	CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG	Torrent	COMP	15,000,000	0,0000	0,5830	8,745,00	Venceu
136	953	COMPLEXO B INJETAVEL	Hypofarma	AMP	100,000	0,0000	0,8330	83,30	Venceu
139	847	DELTAMETRINA SHAMPOO	Santa Terezinha	UN	50,000	0,0000	1,4400	72,00	Venceu
141	706	DEPAKENE SOLUÇÃO ORAL 50MG/ML	Prati Donaduzzi	FR	100,000	0,0000	2,5130	251,30	Venceu
153	518	DIAZEPAN 5MG	Santisa	COMP	20,000,000	0,0000	0,0400	800,00	Venceu
155	520	DICLOFENACO DE SODIO REV 50MG	Vilamed	COMP	30,000,000	0,0000	0,0190	570,00	Venceu
159	339	DIMENDRINATO 50MG+PIRIDOXINA 10MG	União Química	COMP	5,300,000	0,0000	0,1840	975,20	Venceu
173	965	DUTASTERIDA + TANSULOSINA - COMBODART	GlaxoSmithKline	CAPS	1,000,000	0,0000	2,3000	2,300,00	Venceu
183	532	ESTOLATO ERITROMICINA 250 MG ML SUSP ORAL	Prati Donaduzzi	FR	300,000	0,0000	3,3630	1,008,90	Venceu
201	547	GLICAZIDA 30 MG	Torrent	COMP	1,000,000	0,0000	0,5000	500,00	Venceu
204	354	GLICEROL SUPOSITÓRIO 72MG	Belfar	COMP	50,000	0,0000	0,7060	35,30	Venceu
205	705	GLICEROL SUPOSITÓRIO INFANTIL	Belfar	UN	60,000	0,0000	0,7060	42,36	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6208 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA									
210	356	HEMITARTARATO NOREPINEFRINA 2MG - SOL. INJETAVEL	Hipolabor	AMP	60,000	0,0000	5,4370	326,22	Venceu
235	574	MALEATO DE MIDAZOLAN 5MG ML SOL ORAL	Hipolabor	FR	120,000	0,0000	1,3980	167,76	Venceu
253	453	MORFINA injetavel 0,2MG/ML 01ML	Cristalia	AMP	100,000	0,0000	4,9570	495,70	Venceu
259	659	NISTATINA SUSP. ORAL 30ML	Prati Donaduzzi	FR	100,000	0,0000	1,6000	160,00	Venceu
277	597	PARACETAMOL 500MG	Teuto	COMP	87,000,000	0,0000	0,0320	2,784,00	Venceu
282	601	PERMETRINA LOÇÃO 1%	Nativita	FR	10,000	0,0000	1,0870	10,87	Venceu
298	613	SECNIDAZOL 450MG SUSP. ORAL	E.M.S	FR	100,000	0,0000	4,4340	443,40	Venceu
303	619	SUCINATO SODICO DE HIDROCORTIONA 100 MG PO PARA SOL ORAL	Teuto	FR	50,000	0,0000	3,6720	183,60	Venceu
307	624	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG ML SOL INJ	Iscáfama	AMP	100,000	0,0000	0,2970	29,70	Venceu
328	636	VALPROATO DE SODIO/ÁCIDO VALPROICO CR 300MG (TORVAL)	Torrent	COMP	1,000,000	0,0000	0,3680	368,00	Venceu
329	637	VALPROATO DE SODIO/ÁCIDO VALPROICO CR 500MG (TORVAL)	Torrent	COMP	3,000,000	0,0000	0,5500	1,650,00	Venceu
333	967	VANCOMICINA 500 MG INJETVAEL- IV	Ariston	AMP	100,000	0,0000	4,6600	466,00	Venceu
340	954	VITAMINA C INJETAVEL	Teuto	AMP	100,000	0,0000	0,8760	87,60	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			39.638,54	
Nº do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6227 - PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA									
25	405	AMOXILINA 500MG	TEUTO	COMP	11,000,000	0,0000	0,0920	1,012,00	Venceu
30	409	ATENOLOL 50MG	VITAPAN	COMP	30,000,000	0,0000	0,0250	750,00	Venceu
113	494	CLORIDRATO DE LIDOCAINA GEL 2%	PHARLAB	TB	50,000	0,0000	1,2900	64,50	Venceu
132	508	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG	TEUTO	COMP	5,000,000	0,0000	0,0490	245,00	Venceu
146	515	DEXAMETASONA ELIXIR 0,5MG/ML	SOBRAL	FR	300,000	0,0000	1,1070	332,10	Venceu
149	445	DEXAMETASONA XAROPE	SOBRAL	FR	600,000	0,0000	1,1070	664,20	Venceu
150	658	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE	TEUTO	FR	500,000	0,0000	0,8610	430,50	Venceu
157	521	DICLOFENACO SODICO 75MG/3ML	HALEX ISTAR	AMP	150,000	0,0000	0,5540	83,10	Venceu
197	544	FUROSEMIDA 20MG/2ML INJETAVEL	HALEX ISTAR	AMP	70,000	0,0000	0,8360	58,52	Venceu
257	586	NIMESULIDA GOTAS	VITAPAN	FR	1,250,000	0,0000	0,7380	922,50	Venceu
258	587	NISTATINA CREME VAGINAL	TEUTO	TB	100,000	0,0000	2,3370	233,70	Venceu
290	609	PREDNISONA 5MG	VITAPAN	COMP	3,000,000	0,0000	0,0640	192,00	Venceu
324	454	TRAMADOL injetavel 50MG/ML 01ML	HALEX ISTAR	AMP	50,000	0,0000	1,0000	50,00	Venceu
335	639	VARFARINA SODICA 5MG	TEUTO	COMP	2,000,000	0,0000	0,0930	186,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			5.224,12	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6347 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
11	403	ACIDO VALPROICO/SODIO 500MG	BIOLAB	CAPS	10,000,000	0,0000	0,6100	6,100,00	Venceu
51	899	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG	U.QUIMICA	COMP	10,000,000	0,0000	0,2390	2,390,00	Venceu
58	431	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 500mgCaCO3+400UI	NATULAB	COMP	15,000,000	0,0000	0,5200	7,800,00	Venceu
68	942	CEFTRIAXONA SODICA 1GR COM DILUENTE	TEUTO	AMP	100,000	0,0000	7,6900	769,00	Venceu
101	489	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2mg COMP	CRISTALIA	COMP	3,000,000	0,0000	0,1960	588,00	Venceu
215	558	IBUPROFENO SUS ORAL 20 MG/ML	NATULAB	FR	300,000	0,0000	0,9500	285,00	Venceu
221	848	LACTULONA XAROPE	NATURELIFE	UN	100,000	0,0000	6,8000	680,00	Venceu
239	663	MEDROXIPROGESTERONA IM (TRIMESTRAL)	U.QUIMICA	AMP	50,000	0,0000	10,8000	540,00	Venceu
245	579	METILDOPA 500 MG CPR	SANVAL	COMP	6,000,000	0,0000	0,1870	1,122,00	Venceu
302	618	SUCCINATO SODICO DE HIDROCORTISONA 500MG IM/IV	TEUTO	AMP	100,000	0,0000	6,5900	659,00	Venceu
316	633	SULFATO SALBUTAMOL AEROSSOL 100MG	GLENMARK	UN	50,000	0,0000	4,9500	247,50	Venceu
325	378	TRAVATAN SOL. OFTALMICA	E M S	FLS	42,000	0,0000	25,9000	1,087,80	Venceu
					Total do Fornecedor ----->				
					44.742,000				

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015
Fornecedor: 6710 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

4	385	ACETATO DE METROXIPROGESTERONA IM 150mg/ml	UNIAO QUIMICA	AMP	180,000	0,0000	10,5000	1,890,00	Venceu
14	393	ALBENDAZOL MASTIGAVEL 400MG	PRATI D.	COMP	1,000,000	0,0000	1,0000	1,000,00	Venceu
16	311	ALENDRONATO SODIO 10 MG	UCI FARMA	COMP	1,000,000	0,0000	0,1650	165,00	Venceu
41	446	BROMETO IPRATROPIO GOTAS	TEUTO	UN	200,000	0,0000	0,6450	129,00	Venceu
75	441	CLOSTAZOL 100MG	BIOLAB	COMP	1,500,000	0,0000	0,4080	612,00	Venceu
76	999	CLOSTAZOL 50MG	BIOLAB	COMP	1,500,000	0,0000	0,2730	409,50	Venceu
83	456	CLONAZEPAN SOLUÇÃO ORAL 2,5MG/ML	HIPOLABOR	FR	100,000	0,0000	1,5300	153,00	Venceu
89	466	CLORINDANSETONA 4MG COMP OU COMP DISPERSIVEL	BIOLAB	UN	700,000	0,0000	2,1700	1,519,00	Venceu
104	333	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	PRATI D.	COMP	6,000,000	0,0000	0,1400	840,00	Venceu
121	500	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	EUROFARMA	CAPS	5,000,000	0,0000	0,2290	1,145,00	Venceu
135	510	COMPLEXO B	VITAMED	COMP	10,000,000	0,0000	0,0400	400,00	Venceu
140	707	DEPAKENE 250MG	BIOLAB	COMP	1,100,000	0,0000	0,2500	275,00	Venceu
142	512	DEPAKOTE (DIVALPROATO DE SODIO) 500MG	ZYDUS	COMP	6,000,000	0,0000	0,8500	5,100,00	Venceu
151	517	DIAZEPAM 5 MG SOL INJ	SANTISA	AMP	80,000	0,0000	0,8800	70,40	Venceu
158	522	DIGOXINA COMP 0,25MG	PHARLAB	COMP	15,000,000	0,0000	0,0330	495,00	Venceu
186	534	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625MG	MABRA	COMP	800,000	0,0000	0,4700	376,00	Venceu
189	539	FENOBARBITAL SOL ORAL 40 mg/ml	CRISTALIA	FR	100,000	0,0000	3,0800	308,00	Venceu
202	549	GLICAZIDA 80 MG	CIFARMA	COMP	1,500,000	0,0000	0,1000	150,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015									
Forneecedor: 6710 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.									
Licitação: 5/2015 - PR									
Data da Homologação: 13/03/2015									
212	556	HIDROXIDO DE MAGNESIO+HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP ORAL 35,6MG	IFAL	FR	370,000	0,0000	1,5600	577,20	Venceu
227	359	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	MERCK	COMP	5,000,000	0,0000	0,1040	520,00	Venceu
230	568	LORATADINA 10MG	GEOLAB	COMP	10,000,000	0,0000	0,0440	440,00	Venceu
249	384	METRONIDAZOL LIQUIDO 100ML	TEUTO	FR	60,000	0,0000	1,6800	100,80	Venceu
279	598	PASTA D'AGUA (F.N)	SANTA TEREZINHA	FR	12,000	0,0000	2,2000	26,40	Venceu
281	600	PERMETRINA 5% LOÇÃO	IFAL	FR	10,000	0,0000	2,2900	22,90	Venceu
286	606	POLIVITAMINICO	VITAMED	COMP	5,000,000	0,0000	0,0400	200,00	Venceu
332	380	VALSARTANA 80MG	EMS	COMP	6,000,000	0,0000	0,3200	1,920,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					78.212,000			18.844,20	

Nr. do Processo: 5/2015									
Forneecedor: 6799 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
Licitação: 5/2015 - PR									
Data da Homologação: 13/03/2015									
6	309	ACICLOVIR 200MG	PRATI DONADUZZI	COMP	1,000,000	0,0000	0,1050	105,00	Venceu
7	652	ACICLOVIR POMADA	PRATI DONADUZZI	TB	150,000	0,0000	1,6380	245,70	Venceu
15	394	ALBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 40MG/10ML	PRATI DONADUZZI	FR	370,000	0,0000	0,9360	346,32	Venceu
20	396	ALOPURINOL 300MG	PRATI DONADUZZI	COMP	3,000,000	0,0000	0,1070	321,00	Venceu
23	400	AMINOFILINA 200MG	PRATI DONADUZZI	COMP	15,000,000	0,0000	0,0810	1,215,00	Venceu
28	407	AMPICILINA 500MG	HYPERMARCAS PRATI DONADUZZI	COMP	6,000,000	0,0000	0,1280	768,00	Venceu
39	417	BESILATO DE ANLODIPINO 5mg	VITAPAM	COMP	20,000,000	0,0000	0,0220	440,00	Venceu
43	653	BROMOPRIDA 20 MG	PRATI DONADUZZI	COMP	3,000,000	0,0000	0,1020	306,00	Venceu
54	427	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+ DIPIRONA SODICA 10+300MG	BELFAR	COMP	3,000,000	0,0000	0,3240	972,00	Venceu
59	432	CARBONATO DE CALCIO COMP 1250mg (equivalente a 500mg Ca)	VITAMED	COMP	5,000,000	0,0000	0,0520	260,00	Venceu
66	323	CEFALEXINA 500MG	TEUTO	COMP	8,000,000	0,0000	0,1500	1,200,00	Venceu
69	646	CERUMIN GOTAS	NOVARTIS	FR	100,000	0,0000	8,9500	895,00	Venceu
70	648	CETOCONAZOL 20MG CREME DERMATOLOGICO	SOBRAL	TB	100,000	0,0000	1,1570	115,70	Venceu
72	439	CETOCONAZOL XAMPU 2%	NATIVITA	FR	50,000	0,0000	3,5100	175,50	Venceu
86	461	CLOR RANITIDINA 25 MG ML SOL INJ	TEUTO	AMP	80,000	0,0000	0,7020	56,16	Venceu
90	468	CLORI RANITIDINA 15 MG ML XAROPE	NATIVITA	UN	100,000	0,0000	3,6400	364,00	Venceu
93	940	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SOL. INJ 20ml-COM VASO	HYPOFARMA	AMP	50,000	0,0000	3,0600	153,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 52015 Licitação: 52015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6799 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
115	842	Cloridrato de mepivacaína + epinefrina -cx c/ 50 tubos	DLA	CX	2,000	0,0000	52,0800	104,16	Venceu
122	501	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	MEDLEY	CAPS	5,000,000	0,0000	0,3700	1.850,00	Venceu
126	504	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOL.INJETAVEL 25MG/ML	SANVAL	AMP	100,000	0,0000	1,2870	128,70	Venceu
127	478	CLORIDRATO DE PROPANOLOL 10 MG	MEDLEY	COMP	10,000,000	0,0000	0,0440	440,00	Venceu
152	451	DIAZEPAM INJETAVEL 10MG/02ML	SANTISA	AMP	150,000	0,0000	0,5690	85,35	Venceu
154	519	DICLOFENACO DE POTASSIO GOTAS	VITAPAM	FR	500,000	0,0000	1,6900	845,00	Venceu
156	701	DICLOFENACO GEL	SOBRAL	TB	130,000	0,0000	2,4570	319,41	Venceu
162	524	DIMETICONA GOTAS	HIPOLABOR	FR	120,000	0,0000	0,7150	85,80	Venceu
166	526	DIPIRONA SODICA 500MG	CIFARMA	COMP	25,000,000	0,0000	0,0630	1.575,00	Venceu
171	343	DROPOPIZINA XAROPE 3MG/ML 120ML	HYPERMARCAS	FR	150,000	0,0000	2,9700	445,50	Venceu
178	528	ESPINHEIRA SANTA	NATULAB	COMP	1,250,000	0,0000	0,1980	247,50	Venceu
182	531	ESTEARATO DE ERITROMICINA SUSP ORAL 50MG/ML	PRATI	FR	300,000	0,0000	2,4540	736,20	Venceu
184	347	ESTRIOL 1MG - CREME VAGINAL	DONADUZZI	UN	100,000	0,0000	5,7200	572,00	Venceu
193	541	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 2MG/MI IM	HYPERMARCAS	AMP	60,000	0,0000	0,8450	50,70	Venceu
195	543	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA SOL.ORAL 1,34MG /ML	PRATI	FR	80,000	0,0000	4,2900	343,20	Venceu
200	546	GINKGO BILOBA 80MG	PRATI	COMP	32,000,000	0,0000	0,1390	4.448,00	Venceu
206	355	GUACO XAROPE 120ML	DONADUZZI	FR	900,000	0,0000	1,9000	1.710,00	Venceu
217	559	ITRACONAZOL 100MG	NATULAB	CAPS	1,000,000	0,0000	0,4390	439,00	Venceu
218	560	IVERMECTINA 6MG COMP.	VITAPAM	COMP	1,000,000	0,0000	0,2470	247,00	Venceu
219	447	JANUMET 50/850MG	MERCK	UN	1,000,000	0,0000	2,8950	2.895,00	Venceu
222	562	LEVODOPA + CARBIDOPA 250MG+25MG COMP	HYPERMARCAS	COMP	3,000,000	0,0000	0,1490	447,00	Venceu
237	576	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSP	SOBRAL	FR	50,000	0,0000	0,7150	35,75	Venceu
247	581	METRONIDAZOL COMP 250MG	PRATI	COMP	1,000,000	0,0000	0,0710	71,00	Venceu
252	584	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 40 MG	DONADUZZI	COMP	1,000,000	0,0000	0,1220	122,00	Venceu
254	674	NEOMICINA+BACITRACINA POMADA	ZYDUS	TB	600,000	0,0000	0,8550	513,00	Venceu
255	366	NIFEDIPINO 10MG	MULTILAB	CAPS	4,000,000	0,0000	0,0260	104,00	Venceu
256	585	NIMESULIDA 100MG	HYPERMARCAS	COMP	35,000,000	0,0000	0,0400	1.400,00	Venceu
261	589	NITRATO DE MICONAZOL 2% GEL	VITAPAM	COMP	60,000	0,0000	4,0800	244,80	Venceu
263	591	NITRATO DE MICONAZOL LOÇÃO 2%	PRATI	TB	60,000	0,0000	1,5080	90,48	Venceu
293	455	PROMETAZINA Injetavel 50MG/02ML	PRATI	FR	20,000	0,0000	1,2870	25,74	Venceu
297	612	SECNIDAZOL 1000MG	SANVAL	AMP	1,000,000	0,0000	0,3800	380,00	Venceu
304	620	SULFADIAZIDA DE PRATA PASTA 1%	PRATI	COMP	30,000	0,0000	3,0000	90,00	Venceu
305	622	SUL FAMIETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPIRIMA 80MG	DONADUZZI	TB	2,000,000	0,0000	0,0660	132,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6799 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
312	630	SULFATO FERROSO 40MG	PRATI	COMP	3.750,000	0,0000	0,0310	116,25	Venceu
		DONADUZZI							
313	631	SULFATO FERROSO 5MG XAROPE	NATULAB	FR	100,000	0,0000	1,0790	107,90	Venceu
318	635	TARTARATO DE METOPROLOL 100 MG	BIOSINTETICA	CAPS	1.000,000	0,0000	0,3010	301,00	Venceu
319	725	TEGRETOL CR 400MG	NOVARTIS	COMP	500,000	0,0000	1,6600	830,00	Venceu
321	966	TETRACILINA 500 MG	PRATI	COMP	1.000,000	0,0000	0,1390	139,00	Venceu
		DONADUZZI							
Total do Fornecedor ----->					198.012,000			30.655,82	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6867 - ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA									
22	399	AMINOFILINA 100MG	VITAPAN	COMP	15.000,000	0,0000	0,0290	435,00	Venceu
27	740	AMOXILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 50MG-12.5ML SUSPENSÃO ORAL	SANDOZ	FR	500,000	0,0000	6,4600	3.230,00	Venceu
52	425	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/0L IM/IV/SC	TEUTO	AMP	80,000	0,0000	0,9330	74,64	Venceu
65	322	CEFALEXINA 250MG/5ML	TEUTO	FR	200,000	0,0000	2,7600	552,00	Venceu
85	460	CLOR PROMETAZINA 25 MG	TEUTO	COMP	5.000,000	0,0000	0,0690	345,00	Venceu
125	503	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG	TEUTO	COMP	5.000,000	0,0000	0,0690	345,00	Venceu
161	523	DIMETICONA 40MG	BELFAR	COMP	5.000,000	0,0000	0,0600	300,00	Venceu
168	342	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSOD BETAMET. INJ	PHARLAB	AMP	300,000	0,0000	3,0400	912,00	Venceu
181	530	ESTEARATO DE ERITROMICINA CPS OU COMP 500MG	PRATI	COMP	3.500,000	0,0000	0,4100	1.435,00	Venceu
187	349	FENITOINA SÓDICA 100MG	TEUTO	COMP	3.750,000	0,0000	0,0960	360,00	Venceu
242	364	MESILATO DE DOXAZOSINA 4MG	SANDOZ	COMP	7.500,000	0,0000	0,2900	2.175,00	Venceu
250	583	METRONIDAZOL SUSP ORAL 40MG/ML	TEUTO	FR	120,000	0,0000	1,5000	180,00	Venceu
285	604	PIROXICAM 20MG	PRATI	COMP	11.000,000	0,0000	0,0880	968,00	Venceu
330	841	VALSARTANA 160MG	SANDOZ	COMP	1.000,000	0,0000	0,4090	409,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					57.950,000			11.720,64	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6868 - S & R DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E MATERIAIS									
3	386	ACETATO DE METROXIPROGESTERONA 150MG	EMS	COMP	600,000	0,0000	0,9010	540,60	Venceu
12	452	ADRENALINA injetavel 01MG/01ML	HIPOLABOR	AMP	30,000	0,0000	1,2150	36,45	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 52015 Licitação: 52015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6868 - S & R DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E MATERIAIS									
29	408	ATENOLOL 100MG	PRATI	COMP	10,000,000	0,0000			Venceu
31	678	ATORVASTATINA SODICA 10MG	TEUTO	COMP	1,000,000	0,0000	0,0370	370,00	Venceu
36	413	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSP INJ. 1.200.000 UI	TEUTO	AMP	100,000	0,0000	0,4070	407,00	Venceu
50	424	BUTILBROMETO DE ESCOPOLANINA 10mg+DIPIRONA SÓDICA 250mg	HYPERMARCAS	COMP	11,000,000	0,0000	0,1940	2.134,00	Venceu
74	440	CETOPROFENO 100mg/2mg IM	CRISTÁLIA	AMP	50,000	0,0000	1,6550	82,75	Venceu
79	647	CIPROFLOXACINO COLÍRIO	NOVARTIS	UN	100,000	0,0000	16,4100	1.641,00	Venceu
103	490	CLORIDRATO DE CIMETIDINA 150MG/ML/IV/IM	TEUTO	AMP	60,000	0,0000	0,5950	35,70	Venceu
111	346	CLORIDRATO DE EPINEFRINA 1MG/ML - SOL. INJETAVEL	HIPOLABOR	AMP	50,000	0,0000	1,2150	60,75	Venceu
144	837	DEXAMETASONA 4MG INJETAVEL	TEUTO	AMP	100,000	0,0000	0,9490	94,90	Venceu
148	337	DEXAMETASONA OFTÁLMICO 0,1%	UNIÃO QUÍMICA	FR	100,000	0,0000	4,7230	472,30	Venceu
163	340	DIOSMINA+HESPERIDINA 500G (450+50MG)	HYPERMARCAS	COMP	3,000,000	0,0000	0,2390	717,00	Venceu
170	344	DROPOPIZINA XAROPE 1,5 MG/ML 120ML	HYPERMARCAS	FR	150,000	0,0000	2,5650	384,75	Venceu
174	1008	ELIQUIS 5MG	BRISTOL	COMP	1,000,000	0,0000	3,5020	3.502,00	Venceu
175	675	ELOTIN GOTAS	ELOFAR	UN	65,000	0,0000	4,2000	273,00	Venceu
185	533	ESTROGENIO CONJUGADO 0.3 MG COMP	WYETH	COMP	800,000	0,0000	0,6290	503,20	Venceu
194	542	FOSFATO DISSODICO DE DEXAMETASONA 4MG/MI IM/IV	TEUTO	AMP	60,000	0,0000	0,9490	56,94	Venceu
199	448	GASTROGEL COMP	MEDQUÍMICA	COMP	5,000,000	0,0000	0,1180	590,00	Venceu
203	353	GLICEROL ENEMA 120MG/ML	CRISTÁLIA	FR	50,000	0,0000	4,9020	245,10	Venceu
211	382	HEPARINA SODICA 5000 UI/MG 0,25 - SOL. INJETAVEL	CRISTÁLIA	AMP	60,000	0,0000	4,2800	256,80	Venceu
213	357	HIPROMELOSE OFTÁLMICO 0.5% COLÍRIO	ALLERGAN	FR	100,000	0,0000	7,6000	760,00	Venceu
220	1000	LABIRIN 16MG	EUROFARMA	COMP	5,000,000	0,0000	0,3040	1.520,00	Venceu
226	566	LEVONORGESTREL 1.5 MG	HYPERMARCAS	COMP	500,000	0,0000	1,5220	761,00	Venceu
232	677	LOSARTANA POTASSICA+HIDROCLOROTIAZIDA 50/12,5MG	HYPERMARCAS	COMP	1,000,000	0,0000	0,1120	112,00	Venceu
236	575	MEBENDAZOL 100MG	SOBRAL	COMP	1,000,000	0,0000	0,0320	32,00	Venceu
240	1002	MELOXICAM Injetavel IM	EUROFARMA	AMP	150,000	0,0000	2,3030	345,45	Venceu
246	580	METRONIDAZOL 400MG	TEUTO	COMP	1,000,000	0,0000	0,3800	380,00	Venceu
260	588	NISTATINA SUSP ORAL 100.000UI/ML	PRATI	FR	60,000	0,0000	1,6060	96,36	Venceu
262	590	NITRATO DE MICONAZOL CREME 2%	PRATI	TB	60,000	0,0000	1,5660	93,96	Venceu
266	955	NORIPURUM EV INJETAVEL	TAKEDA	AMP	100,000	0,0000	9,7800	978,00	Venceu
269	969	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20MG+HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG	EUROFARMA	UN	1,000,000	0,0000	0,7170	717,00	Venceu
271	683	OLMESARTANA(MEDOXOMILA 40MG+HIDROCLOROTIAZIDA 25MG)	EUROFARMA	COMP	500,000	0,0000	0,8160	408,00	Venceu
272	959	OLMETEC 10+40MG	DAIICHI	COMP	1,000,000	0,0000	1,7220	1.722,00	Venceu
273	704	OLMETEC 12,5+20MG	EUROFARMA	COMP	400,000	0,0000	0,7170	286,80	Venceu
280	654	PENTOXIFILINA 400MG	GERMED	COMP	1,300,000	0,0000	0,3300	429,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6868 - S & R DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS E MATERIAIS									
284	603	PEROXIDO DE BENZOILA GEL 5%	PHARLAB	FR	50,000	0,0000	6,1200	306,00	Venceu
288	607	POLIVITAMINICO PEDIÁTRICO	BAYER	FR	150,000	0,0000	10,8000	1.620,00	Venceu
296	1007	RAMIPRIL 2.5MG	BIOSINTÉTICA	COMP	5,000,000	0,0000	0,5800	2.900,00	Venceu
308	625	SULFATO DE GENTAMICINA COLÍRIO 5ML/ML	ALLERGAN	FR	50,000	0,0000	7,2770	363,85	Venceu
315	632	SULFATO SALBUTAMOL 6MG/ML EQUIVALENTE A 5MG/ML SOL. INALANTE	GLAXO	FR	300,000	0,0000	12,2500	3.675,00	Venceu
317	377	TANDRILAX(PARACETAMOL+CARISOPROL+DICLOI SODICO+CAFEINA)	TEUTO	COMP	15,000,000	0,0000	0,1300	1.950,00	Venceu
320	655	TEOFILINA 200MG	ABBOTT	COMP	6,000,000	0,0000	0,6900	4.140,00	Venceu
322	681	TIBOLONA 2.5MG	HYPERMARCAS	COMP	90,000	0,0000	0,3980	35,82	Venceu
327	370	VALERATO DE ESTRADIOL 1 MG	BAYER	COMP	1,000,000	0,0000	0,9510	951,00	Venceu
334	638	VARFARINA SODICA 1MG	BRISTOL	COMP	1,100,000	0,0000	0,2200	242,00	Venceu
336	960	VECASTEN COMPRIMIDO	MYRALIS	COMP	1,000,000	0,0000	1,9270	1.927,00	Venceu
337	381	VENALOT - CUMARINA + TROXERRUTINA (15MG + 90MG)	CIFARMA	COMP	13,000,000	0,0000	0,1990	2.587,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	89.285,000			
						42.423,48			

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6869 - ANGEOMED COM DE PROD MED HOSP LTDA									
17	840	ALENIA 12+400MCG- FRASCO C/ 60CAPSULAS	BIOSINTÉTICA	FR	100,000	0,0000	66,0000	6.600,00	Venceu
18	686	ALISQUIRENO E ANLODIPINO 300/5MG- RASILEZ AMLO	NOVARTIS	COMP	1,000,000	0,0000	4,1000	4.100,00	Venceu
44	420	BROMOPRIDA GOTAS	MARIOL	FR	300,000	0,0000	0,8350	250,50	Venceu
49	1005	BUPROPIONA 150MG	E M S	COMP	5,000,000	0,0000	0,3290	1.645,00	Venceu
57	430	CARBAMAZEPINA XAROPE 20MG/1ML	MEDLEY	FR	50,000	0,0000	3,9400	197,00	Venceu
82	444	CLONAZEPAM 2 MG	E M S	COMP	22,000,000	0,0000	0,0780	1.716,00	Venceu
88	467	CLORI DE ONDANSETONA 8MG COMP OU COMP DISPERSIVEL	CRISTÁLIA	COMP	700,000	0,0000	3,0900	2.163,00	Venceu
99	483	CLORIDRATO DE AMITIPTILINA 75 MG	E M S	COMP	5,000,000	0,0000	0,1790	895,00	Venceu
106	491	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	5,000,000	0,0000	0,1940	970,00	Venceu
107	492	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	5,000,000	0,0000	0,2130	1.065,00	Venceu
110	336	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	E M S	COMP	1,000,000	0,0000	1,3640	1.364,00	Venceu
118	497	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOL. ORAL 4MG/ML	MARIOL	FR	300,000	0,0000	0,4190	125,70	Venceu
124	334	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	AUROBINDO	COMP	18,000,000	0,0000	0,1500	2.700,00	Venceu
130	839	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG	APSEN	COMP	300,000	0,0000	2,8200	846,00	Venceu
138	511	DECANATO DE HALOPERIDOL SOLUÇÃO INJETAVEL 1ML - 70.52MG/ML	CRISTÁLIA	AMP	50,000	0,0000	6,5320	326,60	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6869 - ANGEOMED COM DE PROD MED HOSP LTDA									
172	379	DUO TRAVATAN (0,04/5MG) SOL. OFTALMICA COM 2,5	ALCON	FR	30,000	0,0000	84,5000	2.535,00	Venceu
177	961	ESCITALOPRAM 10 MG	E M S	COMP	1.000,000	0,0000	0,2700	270,00	Venceu
188	537	FENOBARBITAL 100 MG	CRISTÁLIA	COMP	1.250,000	0,0000	0,1140	142,50	Venceu
196	373	FUMARATO DE QUETIAPINA 50MG- SEROQUEL	ASTRA	COMP	1.200,000	0,0000	5,6850	6.822,00	Venceu
207	550	HALOPERIDOL 1 MG COMPR	CRISTÁLIA	COMP	3.000,000	0,0000	0,0980	294,00	Venceu
209	552	HALOPERIDOL 5 MG	UNIÃO QUÍMICA	COMP	2.000,000	0,0000	0,0710	142,00	Venceu
224	565	LEVOFLOXACINO 500MG	E M S	COMP	1.000,000	0,0000	0,6490	649,00	Venceu
225	645	LEVOMEPRIMAZINA 25MG	CRISTÁLIA	COMP	5.000,000	0,0000	0,2390	1.195,00	Venceu
241	362	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	E M S	COMP	15.000,000	0,0000	0,0700	1.050,00	Venceu
248	582	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10%	TEUTO	TB	120,000	0,0000	2,4000	288,00	Venceu
268	594	OLEO MINERAL 100ML	MARIOL	FR	170,000	0,0000	1,4890	253,13	Venceu
276	369	PANTOPRAZOL 40MG	E M S	COMP	6.250,000	0,0000	0,2330	1.456,25	Venceu
287	605	POLIVITAMINICO 2ML injetavel	HIPOLABOR	AMP	150,000	0,0000	0,8000	120,00	Venceu
299	615	SUCCINATO DE METOPROLOL 50MG	ASTRA	COMP	200,000	0,0000	1,1190	223,80	Venceu
301	616	SUCCINATO METOPROLOL 25 MG	ASTRA	COMP	1.500,000	0,0000	0,6290	943,50	Venceu
310	682	SULFATO DE GLICOSAMINA	E M S	UN	100,000	0,0000	1,2070	120,70	Venceu
Total do Fornecedor ----->					101.770,000			41.468,68	

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6925 - AGLON MEDICAMENTOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA									
169	1001	DOLAMIN 125MG	DOLAMIN-FARMC	COMP	5.000,000	0,0000	0,9000	4.500,00	Venceu
223	561	LEVODOPA E BASERAZIDA 200 E 50 MG	PROLOPA-ROCH	COMP	1.000,000	0,0000	0,8000	800,00	Venceu
270	968	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40MG+ANLODIPINO 5MG- BENICAR ANLO	BENICARANLO-D	COMP	1.000,000	0,0000	1,1700	1.170,00	Venceu
294	376	PROPATILNITRATO 10MG	SUSTRATE-FARA	COMP	6.000,000	0,0000	0,3200	1.920,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					13.000,000			8.390,00	

Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6926 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA									
10	392	ACIDO FOLICO 5MG	HIPOLABOR	COMP	15.000,000	0,0000	0,0220	330,00	Venceu
19	395	ALOPURINOL 100MG	SANVAL	COMP	18.000,000	0,0000	0,0340	612,00	Venceu
21	397	ALPRAZOLAM 0.5 MG	EMS	COMP	30.000,000	0,0000	0,0950	2.850,00	Venceu
26	406	AMOXILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO 500MG	EMS	COMP	10.000,000	0,0000	0,7500	7.500,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 10/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 52015 Licitação: 52015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6926 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA									
32	411	AZITROMICINA 200MG/ML- SUSPENSÃO ORAL	PHARLAB	FR	750,000	0,0000	2,0400	1.530,00	Venceu
33	410	AZITROMICINA 500MG	MEDQUIMICA	COMP	1.000,000	0,0000	0,3190	319,00	Venceu
40	318	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG	ACTAVIS	COMP	5.000,000	0,0000	0,3400	1.700,00	Venceu
53	426	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA SODICA 500MG/ML	HIPOLABOR	AMP	110,000	0,0000	1,4900	163,90	Venceu
56	429	CARBAMAZEPINA 200 mg	TEUTO	COMP	30.000,000	0,0000	0,0690	2.070,00	Venceu
60	433	CARBONATO DE LITIO 300 mg	ACTAVIS	COMP	3.750,000	0,0000	0,0990	371,25	Venceu
77	643	CINARIZINA 25MG	BRAINFARMA	COMP	3.000,000	0,0000	0,0600	180,00	Venceu
78	442	CINARIZINA 75 MG	BRAINFARMA	COMP	20.000,000	0,0000	0,0850	1.700,00	Venceu
95	485	CLORIDRATO DE AMBROXOL XAROPE 15MG/5ML	FARMACE	FR	300,000	0,0000	0,8500	255,00	Venceu
96	486	CLORIDRATO DE AMBROXOL XAROPE 30MG/5ML	FARMACE	FR	400,000	0,0000	0,8900	356,00	Venceu
98	487	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	GEOLAB	COMP	6.000,000	0,0000	0,2200	1.320,00	Venceu
100	488	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG	TEUTO	COMP	5.000,000	0,0000	0,0400	200,00	Venceu
112	493	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	BLISFARMA	CAPS	7.000,000	0,0000	0,0600	420,00	Venceu
114	312	CLORIDRATO DE MEMANTINA 10MG	ACTAVIS	COMP	6.250,000	0,0000	0,2940	1.837,50	Venceu
117	496	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOL.INJETAVEL 5MG/ML	ISOFARMA	AMP	500,000	0,0000	0,2390	119,50	Venceu
123	502	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	HIPOLABOR	CAPS	2.000,000	0,0000	0,1790	358,00	Venceu
128	506	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG	TEUTO	COMP	25.000,000	0,0000	0,0640	1.600,00	Venceu
145	514	DEXAMETASONA CREME 0,1%	TEUTO	TB	450,000	0,0000	0,5800	261,00	Venceu
147	516	DEXAMETASONA ELIXIR 4MG	TEUTO	COMP	600,000	0,0000	0,1050	63,00	Venceu
165	525	DIPIRONA SODICA 1G/2ML IM/IV	TEUTO	AMP	620,000	0,0000	0,5200	322,40	Venceu
167	527	DIPIRONA SODICA SOLUÇÃO ORAL 50MG/ML	FARMACE	FR	500,000	0,0000	0,4300	215,00	Venceu
176	345	ENANTATO DE NORESTITERONA+VALETERATO DE ESTRADIOL	MABRA	AMP	150,000	0,0000	4,8000	720,00	Venceu
179	529	ESPIRINOLACTONA 100 MG	HIPOLABOR	COMP	1.000,000	0,0000	0,2350	235,00	Venceu
180	702	ESPIRINOLACTONA 25MG	ASPEN	COMP	15.000,000	0,0000	0,0890	1.335,00	Venceu
190	540	FLUCONAZOL 150 MG	MEDQUIMICA	COMP	3.000,000	0,0000	0,1800	540,00	Venceu
198	545	FUROSEMIDA 40MG	GEOLAB	COMP	15.000,000	0,0000	0,0320	480,00	Venceu
208	551	HALOPERIDOL 2MG ML SOL ORAL	PRATI	FR	2.500,000	0,0000	2,6000	6.500,00	Venceu
214	557	IBUPROFENO 600MG	TEUTO	COMP	25.000,000	0,0000	0,0710	1.775,00	Venceu
231	569	LORATADINA XAROPE 1MG/ML	MAROL	FR	300,000	0,0000	1,4300	429,00	Venceu
234	570	MALEATO DE DEXCLORFERINAMINA 2MG	GEOLAB	COMP	9.000,000	0,0000	0,0500	450,00	Venceu
244	578	METILDOPA 250 MG	SANVAL	COMP	1.000,000	0,0000	0,1090	109,00	Venceu
264	592	NITROFURANTOINA 100MG	TEUTO	CAPS	500,000	0,0000	0,1260	63,00	Venceu
265	367	NORFLOXACINO 400MG	MEDQUIMICA	COMP	3.750,000	0,0000	0,1320	495,00	Venceu
267	680	OLANZAPINA 5MG	EMS	COMP	1.100,000	0,0000	0,3600	396,00	Venceu
274	310	OMEPRAZOL 20MG	MULTILAB	CAPS	92.000,000	0,0000	0,0390	3.588,00	Venceu
278	737	PARACETAMOL SOLUÇÃO ORAL 10ML	FARMACE	FR	700,000	0,0000	0,4600	322,00	Venceu
289	608	PREDNISONA 20MG	SANVAL	COMP	6.000,000	0,0000	0,1000	600,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 11/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6926 - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA									
306	623	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA SUSP ORAL 40MG+8MG/ML	TEUTO	FR	125,000	0,0000	0,8500	106,25	Venceu
323	685	TRAMADOL 50MG	TEUTO	COMP	1,000,000	0,0000	0,1140	114,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	368.355,000		44.910,80	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6970 - LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS									
35	317	BAMIFILINA 300MG		COMP	1,000,000	0,0000	0,9270	927,00	Venceu
45	998	BUDESONIDA 32MG AEROSOL NASAL		UN	50,000	0,0000	13,5600	678,00	Venceu
46	423	BUDESONIDA 65MG AEROSOL NASAL		UN	50,000	0,0000	20,0000	1,000,00	Venceu
48	422	BUDESONIDA PEDIÁTRICO AEROSOL - 50MCG/DOSE		UN	50,000	0,0000	18,0000	900,00	Venceu
94	363	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG		COMP	1,000,000	0,0000	0,3530	353,00	Venceu
291	1006	PREGABALINA 150MG		COMP	1,000,000	0,0000	1,9000	1,900,00	Venceu
292	971	PREGABALINA 75 MG		COMP	1,000,000	0,0000	1,4000	1,400,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	4,150,000		7.158,00	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6971 - OSNI BOING E CIA LTDA									
5	375	ACETATO DE NORESTISTERONA E ESTRADIOL (0,5 MG + 1MG)(SUPRELE	BIOLAB	COMP	3,700,000	0,0000	0,7200	2.664,00	Venceu
13	1009	Aidê 3 - Suplemento De Vitamina D - 10 MI Gotas	UQ	FR	50,000	0,0000	19,9000	995,00	Venceu
34	656	AZORGA COLIRIO	ALCON	FR	50,000	0,0000	50,0000	2.500,00	Venceu
47	421	BUDESONIDA AEROSOL COM ESPAÇADOR 200MCG/DOSE	ACHE	UN	50,000	0,0000	31,9000	1.595,00	Venceu
105	315	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,150MG	BOEHRINGER	COMP	1,500,000	0,0000	0,2050	307,50	Venceu
134	509	COMBIRON FOLICO (FERROCARBONILA, COMPLEXO B, ACIDO FOLICO)	ACHE	COMP	1,000,000	0,0000	0,4900	490,00	Venceu
137	964	COSOPT- cloridrato dorzolamida 2%+maleato timolol 0,5% - 5ML	EMS	FR	25,000	0,0000	76,9000	1.922,50	Venceu
143	513	DEXALGEM (VIT.B12,DEXAMILASONA,DIPIRONA) INJETAVEL	EUROFARMA	AMP	200,000	0,0000	9,5000	1,900,00	Venceu
164	661	DIOVAN TRIPLIO	NOVARTIS	COMP	750,000	0,0000	1,9000	1,425,00	Venceu
191	703	FLUIR-FUMARATO DE FORMOTEROL 12MG	MANTECORP	CAPS	3,750,000	0,0000	0,7400	2,775,00	Venceu
192	1004	FORFIG 100MG	EUROFARMA	COMP	1,000,000	0,0000	1,4500	1,450,00	Venceu
233	962	LUBRIFICANTE OCULAR 5 ML	ALCON	FR	100,000	0,0000	16,4000	1,640,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/12

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6971 - OSNI BOING E CIA LTDA									
295	372	PROPINATO DE FLUTICASONA AEROSOL 250MCG	BIOSINTETICA	UN	10,000	0,0000	59,6000	596,00	Venceu
300	617	SUCCINATO METOPROLOL 100 MG	BIOSINTETICA	COMP	1,500,000	0,0000	0,5900	885,00	Venceu
326	449	TRAYENTA 5MG	BOHERINGER	COMP	280,000	0,0000	5,4500	1.526,00	Venceu
331	341	VALSARTANA 160MG+BESILATO ANLODIPINO 5MG	NOVARTIS	COMP	700,000	0,0000	2,9000	2.030,00	Venceu
338	726	VILDAGLIPTINA 50mg+ Metformina 1000mg	NOVARTIS	COMP	350,000	0,0000	2,4500	857,50	Venceu
Total do Fornecedor ----->					15,015,000			25.558,50	
Nr. do Processo: 5/2015 Licitação: 5/2015 - PR Data da Homologação: 13/03/2015									
Fornecedor: 6972 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP									
9	391	ACIDO ACETILSALICILICO 500MG	IMEC	COMP	5,000,000	0,0000	0,0290	145,00	Venceu
24	958	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 875/125 MG	EMS	COMP	10,000,000	0,0000	1,3500	13.500,00	Venceu
116	495	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	BELFAR	COMP	5,000,000	0,0000	0,0540	270,00	Venceu
133	642	COLCHICINA 5MG	GEOLAB	COMP	6,000,000	0,0000	0,1650	990,00	Venceu
160	338	DIMENIDRINATO, CLORI. DE PIRIDOXINE, GLICOSE, FRUTOSE INJ	TAKEDA	AMP	180,000	0,0000	2,6800	482,40	Venceu
216	358	ISOFLAVONA 80MG	VITAMED	COMP	8,000,000	0,0000	0,2300	1.840,00	Venceu
228	360	LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG	MERCK	COMP	5,000,000	0,0000	0,1050	525,00	Venceu
229	361	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG	MERCK	COMP	15,000,000	0,0000	0,1100	1.650,00	Venceu
251	365	MONINITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG	ZYDUS	COMP	1,800,000	0,0000	0,0600	108,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					55,980,000			19.510,40	

Celso Ramos, 17 de Março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015 - EMPRESAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR									
Fornecedor: 6044 - METROMED-COM.DE MAT.MEDICO HOSPITALAR LT									
Data da Homologação: 16/03/2015									
1	239	ABACATH Nº 20	Solidor	UN	80,000	0,0000	0,5200	41,60	Venceu
2	240	ABACATH Nº 22	Solidor	UN	80,000	0,0000	0,5200	41,60	Venceu
4	713	ABOCATH Nº 16	Solidor	UN	50,000	0,0000	0,5200	26,00	Venceu
17	193	ALCOOL HOSPITALAR 70% - 1 LITRO	Flops	UN	200,000	0,0000	3,0400	608,00	Venceu
18	245	ALCOOL IODADO 0,1% - 1LT	Vic Pharma	UN	80,000	0,0000	7,1600	572,80	Venceu
19	194	ALGODAO HIDROFILO EM BOLA - PCT 100 GRAMAS	Nayhalys	UN	100,000	0,0000	2,1200	212,00	Venceu
20	992	ALMOTOLIA 125ML	J. Prolab	UN	20,000	0,0000	1,1200	22,40	Venceu
27	1039	ATADURA CREPE 13 FIOS - 8CM X 4,5MT UN	Texcare	UN	500,000	0,0000	0,2200	110,00	Venceu
32	724	AVENTAL MANGA LONGA DESCARTAVEL CX C/10 PACOTES	Sky	CX	5,000	0,0000	11,2200	56,10	Venceu
40	296	CATETER NASAL - TIPO OCULOS/ USO ADULTO	Biosani	UN	300,000	0,0000	0,7200	216,00	Venceu
44	295	COMPRESSA DE GAZE 10 X 10CM C/500 - COM 8 DOBRAS	Hospitex	PCT	600,000	0,0000	13,1000	7.860,00	Venceu
49	299	DETERGENTE ENZIMATICO 1LT	Kelldrin	UN	5,000	0,0000	13,3300	66,65	Venceu
50	246	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA SOLUÇÃO DEGERMANTE 2% -	Vic Pharma	UN	30,000	0,0000	1,5700	47,10	Venceu
52	901	ELETRODO AUTO ADESIVO 5X5 - PACOTE 4 UNIDADES	ISP	PCT	50,000	0,0000	18,7000	935,00	Venceu
54	293	ENVELOPE AUTO - SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO - TAM: 230X350MM	Vedamax	UN	2,000,000	0,0000	0,5200	1.040,00	Venceu
57	201	EQUIPO PARA SORO COM MACROGOTAS LATEX COM ROLDANA ESTERIL	TKL	UN	900,000	0,0000	0,7200	648,00	Venceu
65	990	ESPECULO VAGINAL LUBRIFICADO DESCARTAVEL - TAMANHO G	Adlin	UN	200,000	0,0000	1,2000	240,00	Venceu
71	689	FIO CATHGUT C/AGULHA nº 40	Shalon	CX	3,000	0,0000	68,1400	204,42	Venceu
73	214	FIO DE SUTURA NYLON 3-0 C/ AG - 2 CM	Procare	CX	50,000	0,0000	17,0000	850,00	Venceu
75	690	FIO NYLON C/AGULHA nº 40	Procare	CX	15,000	0,0000	17,0000	255,00	Venceu
82	207	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 030ML	Vagispec	UN	50,000	0,0000	2,9400	147,00	Venceu
86	985	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ML	Biobase	FR	10,000	0,0000	0,6600	6,60	Venceu
87	986	FRASCO P/ NUTRIÇÃO ENTERAL 500 ML	Biobase	FR	10,000	0,0000	0,8400	8,40	Venceu
88	691	GEL PARA ULTRASSON FRASCOS C/ 100GR	Calthec	FR	200,000	0,0000	1,1400	228,00	Venceu
95	223	LUVA CIRURGICA ESTERIL DE LATEX COM TALCO - Nº 7,5	Maxitex	CX	50,000	0,0000	78,0000	3.900,00	Venceu
96	978	LUVA CIRURGICA ESTERIL LATEX COM TALCO N 6,5 CX C/100UN	Maxitex	CX	50,000	0,0000	80,0000	4.000,00	Venceu
102	722	MASCARA DESCARTAVEL CX C/50UN	Talge	CX	10,000	0,0000	3,1000	31,00	Venceu
103	275	MASCARA FACIAL COM TRES CAMADAS DE PROTEÇÃO	Labor Import	CX	20,000	0,0000	4,2300	84,60	Venceu
105	1032	PA ADULTO PARA DESFIBRILADOR - SISTEMA DEA	Samaritan	UN	5,000	0,0000	999,3000	4.996,50	Venceu
122	980	SCALP N 21- CAIXA COM 100UN	Lamedid	CX	80,000	0,0000	13,0700	1.045,60	Venceu
124	1033	SCALP Nº23 - CAIXA COM 100 UND	Lamedid	CX	80,000	0,0000	13,0700	1.045,60	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6044 - METROMED-COM.DE MAT.MEDICO HOSPITALAR LT									
127	219	SERINGA DESC SEM AGULHA COM ROSCA 010ML	SR	UN	3.000,000	0,0000	0,1860	558,00	Venceu
129	220	SERINGA DESC SEM AGULHA SEM ROSCA 005ML	SR	UN	3.000,000	0,0000	0,0840	252,00	Venceu
130	710	SERINGA DESCARTAVEL SEM AGULHA COM ROSCA 3,5ML	SR	UN	2.000,000	0,0000	0,0720	144,00	Venceu
132	221	SONDA CATETER NASAL PARA OXIGENIO Nº 8	Biosani	UN	500,000	0,0000	0,3900	195,00	Venceu
135	695	SONDA FOLEY 2 VIAS nº 16	Solidor	UN	10,000	0,0000	1,7900	17,90	Venceu
136	224	SONDA URETRAL Nº 12	Biosani	UN	50,000	0,0000	0,3800	19,00	Venceu
137	699	SONDA VESICAL DE LIVIO nº10	Biosani	UN	1,000	0,0000	0,3700	0,37	Venceu
138	698	SONDA VESICAL DE LIVIO nº8	Biosani	UN	1,000	0,0000	0,3500	0,35	Venceu
139	229	SORO FISIOLÓGICO 0,9% - 125 ML	Equiplex	UN	700,000	0,0000	1,6800	1.176,00	Venceu
141	225	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	Halex Istar	UN	700,000	0,0000	1,9200	1.344,00	Venceu
144	227	SORO GLICOSADO 5% 250 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	Equiplex	UN	400,000	0,0000	1,8000	720,00	Venceu
145	1036	SORO GLICOSADO 5% COM 500ML UN	Equiplex	UN	400,000	0,0000	1,8000	720,00	Venceu
158	231	VASELINA LIQUIDA - 100ML	Vic Pharma	UN	150,000	0,0000	2,5600	384,00	Venceu
159	230	VASELINA SOLIDA - 100GR	Vic Pharma	UN	50,000	0,0000	3,3600	168,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								35.244,59	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6208 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA									
22	258	ANESTESICO SEM VASO 2%	Cristalia	CX	2,000	0,0000	33,3000	66,60	Venceu
131	283	SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO 5LTS	Ricie-Wirath-Miyut	UN	4,000	0,0000	11,2980	45,19	Venceu
Total do Fornecedor ----->								111,79	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6227 - PROSAUDE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA									
142	226	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML FRASCO SISTEMA FECHADO	HALEX ISTAR	UN	700,000	0,0000	2,3500	1.645,00	Venceu
143	1035	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML UN	HALEX ISTAR	UN	400,000	0,0000	2,5900	1.036,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								2.681,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6381 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA									
34	261	BROCA DIAMANTADA 1012	FAVA	UN	10,000	0,0000	1,0500	10,50	Venceu
35	260	BROCA DIAMANTADA 1014	FAVA	UN	10,000	0,0000	1,0500	10,50	Venceu
36	259	BROCA DIAMANTADA 1016	FAVA	UN	10,000	0,0000	1,0500	10,50	Venceu
42	262	CITODUR - CIMENTO PROVISORIO	CAVITEC	UN	5,000	0,0000	9,8000	49,00	Venceu
63	717	ESPATULA P/ INSERÇÃO DE RESINA COMPOSTA	GOLGRAN	UN	10,000	0,0000	4,5200	45,20	Venceu
68	714	ESPELHOS CLINICOS C/CABO Nº 5	GOLGRAN	UN	10,000	0,0000	2,8900	28,90	Venceu
111	696	PONTEIRA P/LEITROCAL TERIU TIPO ARGOLA	EMAI	UN	5,000	0,0000	18,2900	91,45	Venceu
112	670	PORTA AGULHA MAYO	ABC	UN	8,000	0,0000	13,8800	111,04	Venceu
113	697	REGULADOR DE PRESSÃO COM FLUXOMETRO 0 A 15L/MP	PROTECH	UN	5,000	0,0000	175,0000	875,00	Venceu
147	284	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL	MAX CLEAN	PCT	5,000	0,0000	2,4400	12,20	Venceu
151	672	TESOURA METZEMBAUM 15 CM	GOLGRAN	UN	2,000	0,0000	17,3300	34,66	Venceu
152	983	TESOURA SPENCER 9CM	ABC	UN	5,000	0,0000	13,9900	69,95	Venceu
Total do Fornecedor ----->								1.348,90	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6705 - FUFA - SC DISTRIBUIDORA JOSPTALAR LTDA.									
161	727	CURATIVO A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, ASSOCIADO A ÓLEO	Pielisana Óleo	UN	80,000	0,0000	13,5000	1.080,00	Venceu
162	728	CURATIVO DE HIDROCOLOIDE E ALGINATO DE CALCIO E SODIO	Saf Gel	TB	20,000	0,0000	50,0000	1.000,00	Venceu
163	729	CURATIVO DE HIDROFIBRA 10X10COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE	Aquacel Ag 10x10	CX	10,000	0,0000	523,0000	5.230,00	Venceu
164	730	CURATIVO TRATAMENTO, GEL , OCLUSIVO ESTERIL DEBRIDADOR	DuoDerm Gel	UN	30,000	0,0000	253,0000	7.590,00	Venceu
165	731	CURATIVO TRATAMENTO 10X10,PLACA, INTERATIVO DE FIBRA DE ALG.	Kallostat Fortex	CX	3,000	0,0000	300,0000	900,00	Venceu
166	732	GAZE RAYON COM AGE - 7,5 X 7,5 cm 3ml - CX COM 24	Pielisana Sachet	CX	10,000	0,0000	67,0000	670,00	Venceu
167	733	GAZE RAYON TAMANHO 7,5 X 15 cm COM 5ml DE OLEO	Pielisana Sachet	CX	10,000	0,0000	78,0000	780,00	Venceu
168	734	LANCETA PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL	Accu Chek Safe T Pro	CX	5,000	0,0000	65,0000	325,00	Venceu
169	735	SISTEMA DE TERAPIA DE AR, PARA PREVENÇÃO DAS ÚLCERAS DE PELE	Colchão Bio Air	UN	2,000	0,0000	850,0000	1.700,00	Venceu
170	736	TIRA REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLUCEMIA COMPOSTA POR 6 E	Accu Chek Performa	CX	100,000	0,0000	65,0000	6.500,00	Venceu
171	972	Bandagem de algodão e poliéster com pasta composta	Flexi-Dress	UN	60,000	0,0000	39,0000	2.340,00	Venceu
172	973	Curativo tratamento placa, interativo composto de uma camada	DuoDerm CGF 10x10	CX	30,000	0,0000	98,0000	2.940,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR									
Fornecedor: 6705 - FUFA - SC DISTRIBUIDORA JOSPITALAR LTDA.									
173	974	Curativo tratamento placa, interativo composto Fino	DuoDerm Extra	CX	30,000	0,0000	170,0000	5.100,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			36.155,00	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR									
Fornecedor: 6799 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
7	975	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO 10 ML	ISO FARMA	UN	300,000	0,0000	0,1700	51,00	Venceu
8	250	AGUA DESTILADA PARA INJEÇÃO 5ML	ISO FARMA	UN	300,000	0,0000	0,1780	53,40	Venceu
9	190	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES - 1 LITRO	VIC PHARMA	UN	30,000	0,0000	1,3520	40,56	Venceu
24	307	APLICADOR DESCARTAVEL MICROBRUSH EM POTE	KG	UN	40,000	0,0000	4,9000	196,00	Venceu
33	994	BOLSA COLETORA DE URINA 2.000ML ESTERIL	LABOR	UN	20,000	0,0000	2,0300	40,60	Venceu
37	198	CAMPO DE TECIDO 45 X 50 CM COM FENESTRA REITA	PROTEC	UN	10,000	0,0000	11,8000	118,00	Venceu
39	241	CATETER DUAS VIAS - POLIFIX PARA ABACATH	MEDSONDA	UN	100,000	0,0000	0,4650	46,50	Venceu
70	268	FILME RADIOGRAFICO INFANTIL	PROGARD	CX	1,000	0,0000	103,1000	103,10	Venceu
78	271	FITA MATRIZ 07- EM ROLO	PREVEM	UN	2,000	0,0000	1,0500	2,10	Venceu
79	205	FITA MICROPORE 2.5CM X 10 MTS	CRAL	UN	300,000	0,0000	1,1900	357,00	Venceu
80	1031	FITA MICROPORE 5CM X 10MTS UN	CRAL	UN	300,000	0,0000	2,3900	717,00	Venceu
89	693	GLICOSE HIPERTONICA 50% 10ML	ISO FARMA	UN	20,000	0,0000	0,2340	4,68	Venceu
90	274	HYDRO - C	TECHWE	CX	2,000	0,0000	10,0000	20,00	Venceu
91	300	IONÔMERO DE VIDRO - VIDRION R - EM PÓ 10G	DESTSCARE	UN	25,000	0,0000	9,5500	238,75	Venceu
92	301	IONÔMERO DE VIDRO - VIDRION R - LIQUIDO 8ML	DENTSCARE	UN	25,000	0,0000	6,9000	172,50	Venceu
93	209	LÂMINA PARA MICROSCOPIO LISO 26X76	LABOR	CX	50,000	0,0000	2,0800	104,00	Venceu
104	308	NEBULIZADOR	DARU	UN	5,000	0,0000	114,0000	570,00	Venceu
107	979	PINÇA ANATOMICA 16CM	ABC	UN	10,000	0,0000	5,3800	53,80	Venceu
108	665	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 14 CM	ABC	UN	10,000	0,0000	5,3000	53,00	Venceu
114	277	RESINA COMPOSTA A2 - 3MT	DENTSCARE	UN	10,000	0,0000	9,3600	93,60	Venceu
115	278	RESINA COMPOSTA A3.5 - 3MT	DENTSCARE	UN	5,000	0,0000	9,3800	46,90	Venceu
116	279	RESINA COMPOSTA B2- 3MT	DENTSCARE	UN	5,000	0,0000	9,3600	46,80	Venceu
117	302	RESINA COMPOSTA C2 - 3MT	DENTSCARE	UN	5,000	0,0000	9,3600	46,80	Venceu
118	280	REVELADOR COM 475 ML	CAITHEC	UN	5,000	0,0000	4,3500	21,75	Venceu
119	997	RIFAMICINA 10MG/ML SPRAY 20ML	NATULAB	UN	250,000	0,0000	2,2750	568,75	Venceu
123	1034	SCALP Nº 25 - CAIXA COM 100 UND	LAMEDID	CX	80,000	0,0000	13,0600	1.044,80	Venceu
128	218	SERINGA DESC SEM AGULHA COM RSCA 020ML	DESCARPACK	UN	3,000,000	0,0000	0,2730	819,00	Venceu
133	982	SONDA FOLEY 2 VIAS N14	LABOR	UN	10,000	0,0000	1,7550	17,55	Venceu
134	694	SONDA FOLEY 2 VIAS nº 12	LABOR	UN	10,000	0,0000	1,7550	17,55	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6799 - LA DALLA PORTA JUNIOR									
154	286	TIRA DE LIXA ACABAMENTO EM RESINA	PDX	PCT	10,000	0,0000	5,3500	53,50	Venceu
156	287	UNIDADE RESINA COMPOSTA A1	DENTSCARE	UN	10,000	0,0000	9,1000	91,00	Venceu
157	288	UNIDADE RESINA COMPOSTA A3	DENTSCARE	UN	10,000	0,0000	8,9000	89,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->							4,960,000	5,898,99	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6890 - SILMIES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - E									
41	306	CIMENTO RESINOSO DUAL	FGM	UN	5,000	0,0000	43,6800	218,40	Venceu
53	292	ENVELOPE AUTO - SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO - TAM: 150X250MM	HARBO	UN	4,000,000	0,0000	0,1800	720,00	Venceu
55	977	ENVELOPE AUTO-SELANTE PARA ESTERILIZAÇÃO 90X260MM	HARBO	UN	1,000,000	0,0000	0,1200	120,00	Venceu
58	716	ESCAVADORES ART Nº 1	COOPERFLEX	UN	10,000	0,0000	3,4000	34,00	Venceu
64	715	ESPATULA SIMPLES DE AÇO Nº 36	COOPERFLEX	UN	10,000	0,0000	4,7600	47,60	Venceu
76	204	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19MM X 30 MTS EM ROLO	CIEX	UN	100,000	0,0000	2,0200	202,00	Venceu
83	273	FIXADOR RADIOGRAFICO 475ML	CAITHEC	UN	5,000	0,0000	4,4700	22,35	Venceu
150	673	TESOURA MAYO STILLE RETA	GOLGRAN	UN	3,000	0,0000	16,8600	50,58	Venceu
155	723	TOUCAS DESCARTAVEIS CX C/ 100 UNIDADES	DESCARPACK	CX	5,000	0,0000	4,7800	23,90	Venceu
160	304	VERNIZ FLUORETADO 10 ML	FGM	UN	40,000	0,0000	10,6900	427,60	Venceu
Total do Fornecedor ----->							5,178,000	1,866,43	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6914 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES									
11	976	AGULHA GENGIVAL CURTA 27G CX- COM 100UN	INJEX	CX	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu
12	253	AGULHA GENGIVAL CURTA 30G GENGIVAL	INJEX	CX	5,000	0,0000	16,0000	80,00	Venceu
16	721	ALCOOL GEL EMBALAGEM 500 gramas	CICLO FARMA	UN	80,000	0,0000	3,6800	294,40	Venceu
48	718	DENTIFRICIO FLUORETADO	COLGATE	UN	10,000	0,0000	6,4000	64,00	Venceu
69	267	FILME RADIOGRAFICO ADULTO	KODAK	CX	1,000	0,0000	79,5000	79,50	Venceu
77	270	FITA MATRIZ 0,5 EM ROLO	PREVEN	UN	2,000	0,0000	0,9000	1,80	Venceu
97	211	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL "G"	NUGARD	CX	60,000	0,0000	14,7200	883,20	Venceu
99	996	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL "P"- CAIXA COM 1	NUGARD	CX	60,000	0,0000	14,7200	883,20	Venceu
121	981	SCALP N 19- CAIXA COM 100UN	PHARMATEX	CX	80,000	0,0000	13,0000	1,040,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6914 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES									
125	282	SERINGA ACIDO GEL 37%	CAITHEC	UN	15,000	0,0000	1,1700	17,55	Venceu
126	249	SERINGA DE INSULINA COM AGULHA FIXA - 1ML	EMBRAMAC	UN	1,200,000	0,0000	0,1290	154,80	Venceu
140	711	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1LT	EUROFARMA	UN	500,000	0,0000	3,2300	1.615,00	Venceu
146	712	SORO RING LACTADO 500ML	EUROFARMA	UN	400,000	0,0000	2,4600	984,00	Venceu
148	228	TERMOMETRO CLINICO ANALOGICO	PREMIUM	UN	50,000	0,0000	3,7100	185,50	Venceu
Total do Fornecedor ----->								6.362,95	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6916 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA EPP									
5	687	ABOCATH nº 24	LABOR	UN	80,000	0,0000	0,5500	44,00	Venceu
6	708	AGUA DESTILADA P/AUTOCLAVE 5LTS	CAITHEC	UN	50,000	0,0000	4,9000	245,00	Venceu
10	242	AGULHA DESC ESTERIL 1,20X40	LABOR	CX	40,000	0,0000	4,2500	170,00	Venceu
13	248	AGULHA HIPODERMICA 13 X 4,5	LABOR	CX	40,000	0,0000	4,2000	168,00	Venceu
14	191	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 25 X 7 - CX COM 100	LABOR	CX	150,000	0,0000	4,2000	630,00	Venceu
15	192	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL 25 X 8 - CX COM 100	LABOR	CX	150,000	0,0000	4,0000	600,00	Venceu
21	993	ALMOTOLIA 250ML	JP	UN	20,000	0,0000	1,4000	28,00	Venceu
25	1037	ATADURA CREPE 13 FIOS - 12CM X 4,5MT UN	TEXCARE	UN	500,000	0,0000	0,3400	170,00	Venceu
43	238	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES PAPELÃO 07L	EMBALAIRE	UN	300,000	0,0000	1,6200	486,00	Venceu
47	290	CURATIVO ANTISSEPTICO REDONDO BRANCO	LABOR	CX	50,000	0,0000	5,2000	260,00	Venceu
51	247	DRENO PENROSE EM LATEX NATURAL Nº 1	MAXITEX	UN	20,000	0,0000	1,0000	20,00	Venceu
60	987	ESCOVINHA ESTERIL P/ PREVENTIVO	LABOR	UN	600,000	0,0000	0,2000	120,00	Venceu
62	203	ESPATULA DE AYRES EM MADEIRA	ESTILO	UN	80,000	0,0000	3,7000	296,00	Venceu
67	988	ESPECULO VAGINAL LUBRIFICADO DESCARTAVEL - TAMANHO P	ADLIN	UN	250,000	0,0000	0,8500	212,50	Venceu
72	213	FIO DE SUTURA NYLON 2-0 C/ AG - 2 CM	PROCARE	CX	50,000	0,0000	16,9900	849,50	Venceu
101	692	MALHA TUBULA ORTOPEDICA 15MX10CM	ORTOFEN	UN	5,000	0,0000	5,8500	29,25	Venceu
106	294	PAPEL CREPADO PARA ESTERELIZAÇÃO 30X30 CM	POLAR	UN	200,000	0,0000	45,0000	9.000,00	Venceu
109	669	PINÇA KELLY 16CM CURVA	ABC	UN	10,000	0,0000	10,5000	105,00	Venceu
110	668	PINÇA KELLY 16CM RETA	ABC	UN	10,000	0,0000	10,5000	105,00	Venceu
149	671	TESOURA IRIS RETA	ABC	UN	10,000	0,0000	8,4500	84,50	Venceu
Total do Fornecedor ----->								13.622,75	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6964 - LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI - ME									
3	189	ABAIXADOR DE MADEIRA PARA LINGUA - PCT 100 UN	THEOTO	PCT	300,000	0,0000	2,4300	729,00	Venceu
26	1038	ATADURA CREPE 13 FIOS - 20CM X 4,5MT UN	ANDREONI	UN	500,000	0,0000	0,5500	275,00	Venceu
38	199	CAMPO OPERATORIO 45X50 CM	CLEAN	UN	10,000	0,0000	39,2000	392,00	Venceu
45	200	COMPRESSA DE GAZE TAM 7,5cm x 7,5cm 13 FIOS	MEDPLUS	UN	600,000	0,0000	6,8900	4.134,00	Venceu
61	202	ESPARADRAPO 10CM X 4,5 MTS	MISSNER	UN	300,000	0,0000	3,5000	1.050,00	Venceu
66	989	ESPECULO VAGINAL LUBRIFICADO DESCARTAVEL - TAMANHO M	KOLPLAST	UN	250,000	0,0000	0,9100	227,50	Venceu
94	991	LENÇOL DESCARTAVEL 2.00X0,90G C/ELASTICO	CLEAN	UN	100,000	0,0000	0,8400	84,00	Venceu
98	222	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL "M"	DESCARPACK	CX	60,000	0,0000	14,7000	882,00	Venceu
100	709	LUVAS DE LATEX PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL PP	DESCARPACK	CX	60,000	0,0000	14,7000	882,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			8.655,50	
Nr. do Processo: 7/2015 Licitação: 7/2015 - PR Data da Homologação: 16/03/2015									
Fornecedor: 6973 - VANUSA DIAS EIRELI - EPP									
28	235	ATADURA GESSADA RAPIDA Nº 10	ORTOFEN	UN	100,000	0,0000	0,8700	87,00	Venceu
29	236	ATADURA GESSADA RAPIDA Nº 12	ORTOFEN	UN	100,000	0,0000	1,0400	104,00	Venceu
30	237	ATADURA GESSADA RAPIDA Nº 20	ORTOFEN	UN	100,000	0,0000	2,3300	233,00	Venceu
31	234	ATADURA GESSADA RAPIDA Nº 8	ORTOFEN	UN	100,000	0,0000	0,5500	55,00	Venceu
46	995	CUBA REDONDA P/ASSEPSIA 9X5CM- 240ML	FAVA	UN	8,000	0,0000	9,3800	75,04	Venceu
56	984	EQUIPO P/ ALIMENTAÇÃO ENTERAL	BIOSANI	UN	50,000	0,0000	0,7300	36,50	Venceu
59	305	ESCOVA DENTAL MACIA - PARA USO INFANTIL	DENTAL K	UN	1.500,000	0,0000	0,3200	480,00	Venceu
74	269	FIO DENTAL 50MTT	HILLO	UN	20,000	0,0000	0,9000	18,00	Venceu
81	272	FITA POLIESTER PARA RESINA COMPOSTA	KDENT	CX	5,000	0,0000	1,0400	5,20	Venceu
85	303	FLUOR GEL ACINDULADO 1,23 - 200ml	IODONTOSUL	UN	5,000	0,0000	2,6900	13,45	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/8

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2015			Licitação: 7/2015 - PR		Data da Homologação: 16/03/2015				
Fornecedor: 6973			- VANUSA DIAS EIRELI - EPP						
120	281	ROLETE DE ALGODAO	FAROL	UN	20,000	0,0000	1,2200	24,40	Venceu
Total do Fornecedor					----->	2.008,000		1.131,59	

Celso Ramos, 17 de Março de 2015.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

166.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 166/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 17.02.2013 à 16.02.2014, a CLAUDETE H. ROLING, matriculada sob o nº 1081/02, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 18.03.2015 a 16.04.2015, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 017 DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 017 DE 17.03.2015

Decreta ponto facultativo nas repartições publicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - sc.

- Considerando as Celebrações Pascais próximas vindouras,

- Considerando a economia do erário público,

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no período Vespertino do dia 02 de abril de 2015.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo os serviços considerados emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 17 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 018 DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO Nº 018 DE 17.03.2015

Homologa a Resolução nº.001/2015, do Conselho Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 001/2015, do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, referente a concessão de auxílio mensal de Transporte para o ano letivo de 2015, aos alunos DEBORA CRISTINA VOOS, ANDREI VOSS e ALLAN PADILHA VOSS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 019, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 019, DE 17.03.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 45.745,00 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

06 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas

..... R\$ 14.245,00

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

06 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

118 - Salário Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas

..... R\$ 2.500,00

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação
 06 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 118 - Salário Educação
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas
 R\$ 1.500,00

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 06 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
 R\$ 20.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
 03 - Divisão de Obras
 15 - Urbanismo
 13 - Urbanismo
 451 - Infra Estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações
 R\$ 2.500,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e serviços
 03 - Divisão de Obras
 15 - Urbanismo
 13 - Urbanismo
 451 - Infra Estrutura Urbana
 116 - Transferência de Convênios - Outros
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações
 R\$ 5.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 45.745,00 (quarenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 06 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e Quadras Esportivas
 R\$ 18.245,00

05 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 06 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 110 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
 R\$ 20.000,00

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e serviços

03 - Divisão de Obras
 15 - Urbanismo
 13 - Urbanismo
 451 - Infra Estrutura Urbana
 90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações
 R\$ 7.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 020, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 020, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 129 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 23.833,28 (vinte e três mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), na seguinte dotação:

12 - Gabinete do Prefeito e Vice
 02 - Gabinete do Prefeito e Vice
 04 - Administração
 03 - Gestão Administrativa Superior
 122 - Administração Geral
 129 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro - Exercício Anterior
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1014 - Aquisição de Moveis, Equipamentos e Veículos Gabinete Prefeito R\$ 23.833,28

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 021, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 021, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de

Saúde de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 364 - Atenção Básica - Tesouro - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 6.632,77 (seis mil seiscentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
364 - Atenção Básica - Tesouro - Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 6.632,77

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 022, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 022, DE 17.03.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 4.000,00

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 20.000,00

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família

..... R\$ 140.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 24.000,00

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
101 - Receitas de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2026 - Manutenção/Pessoal do Programa Saúde da Família
..... R\$ 140.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 023, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 023, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal da Saúde de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 22.524,34 (vinte e dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde - Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
R\$ 22.524,34

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março

de 2015.
ORLANDO Paul
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 024, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 024, DE 17.03.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 127 - Superávit Financeiro - Outras Transferência de Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social, crédito adicional suplementar de R\$ 89.593,89 (oitenta e nove mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), na seguinte dotação:

09 - Fundo de Assistência Social
01 - Divisão do Fundo Assistência Social
08 - Assistência Social
10 - Desenvolvimento Social
244 - Assistência Comunitária
127 - Superávit Financeiro Outras - Transf de Recurso do Fundo Nacional de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2029 - Manutenção dos Programas e Ações do Crás
..... R\$ 89.593,89

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.
ORLANDO Paul
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 025, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 025, DE 17.03.2015
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 110 (receitas de impostos e transferência de impostos - outros) no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vi-gente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361- Ensino Fundamental
110 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1030 - Construção Reforma e Ampliação de Escolas, Ginásios e

Quadras Esportivas
..... R\$ 13.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.
ORLANDO Paul
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 026, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 026, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, no Fundo Municipal de Saúde, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 112 - Superávit Financeiro - Vigilância em Saúde - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 36.642,67 (trinta e seis mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e sete centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
305 - Vigilância Epidemiológica
112 - Superávit Financeiro - Vigilância em Saúde - Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2025 - Manutenção/ Pessoal do Sistema de Vigilância Epidemiológica R\$ 36.642,67

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.
ORLANDO Paul
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 027, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 027, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 123 - Recursos Ordinários - Tesouro - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 34.396,00 (trinta e quatro mil trezentos e noventa e seis reais), na seguinte dotação:

09 - Fundo de Assistência Social

03 - Divisão do Fundo da Infância e Adolescência
 14 - Direitos da Cidadania
 10 - Desenvolvimento Social
 243 - Assistência e Criança e ao Adolescente
 123 - Recursos Ordinários - Tesouro - Exercício Anterior
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2012 - Manutenção Pessoal Desenv. Social
 R\$ 34.396,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 028, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 028, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 317 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 14.209,24 (quatorze mil duzentos e nove reais e vinte e quatro centavos), na seguinte dotação:

08 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços
 03 - Divisão de Obras
 15 - Urbanismo
 13 - Urbanismo
 451 - Infra Estrutura Urbana
 317 - - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP - Ex. Anterior
 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2044 - Manutenção E Ampliação Dos Serviços De Iluminação Pública R\$ 14.209,24

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 029, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 029, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal da Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015 do Fundo

Municipal de Saúde, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 112 - Superávit Financeiro - Vigilância em Saúde - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 8.289,37 (oito mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
 01 - Divisão do Fundo de Saúde
 10 - Saúde
 09 - Saúde para Todos
 304 - Vigilância Sanitária
 112 - Superávit Financeiro - Vigilância em Saúde - Exercício Anterior
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 2024 - Manutenção/ Pessoal do Sistema de Vigilância Sanitária R\$ 8.289,37

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 030, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 030, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 301 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 2.867,97 (dois mil oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e sete centavos), na seguinte dotação:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
 01 - Divisão de Ensino
 12 - Educação
 06 - Educação para Todos
 361 - Ensino Fundamental
 301 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação - Exercício Anterior
 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 1030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QUADRAS ESPORTIVAS R\$ 2.867,97

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 031, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 031, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015 do Fundo Municipal de Saúde, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 113 - Recurso Farmácia Básica - Superávit Financeiro - Tesouro - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 6.249,48 (seis mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
113 - Recurso Farmácia Básica - Superávit Financeiro - Tesouro - Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 6.632,77

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 032, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 032, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 318 - Transferência do Fundeb - Superávit Financeiro, crédito adicional suplementar de R\$ 1.643,40 (um mil seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), na seguinte dotação:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
318 Transferência do Fundeb 60% - Exercício Anterior
3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2016 - Manutenção/ Pessoal do Ensino Fundamental
..... R\$ 1.643,40

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 033, DE 17.03.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 033, DE 17.03.2015

Abre crédito adicional suplementar no Fundo Municipal da Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015 do Fundo Municipal de Saúde, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 114 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - Exercício Anterior, crédito adicional suplementar de R\$ 744,97 (setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos), na seguinte dotação:

06 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Divisão do Fundo de Saúde
10 - Saúde
09 - Saúde para Todos
301 - Atenção Básica
114 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde - Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 744,97

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO Paul

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04.2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital o candidato aprovado no Concurso Publico Edital 02/2014, a seguir relacionado, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

Qualquer Dúvida entrar em contato através do telefone (47) 3537 00 72 ou por meio do e-mail: administracao@chapadaodolageado.sc.gov.br

NOME	CARGO
Jair Correia	Operador de Equipamento – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 17 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 30 de março de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto do Veículo Boxer - Placa MFO5547, utilizado no transporte de pacientes pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 30 de março de 2015, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de cestas básicas a serem distribuídas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social às famílias carentes do Município de Chapadão do Lageado, a serem fornecidas pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2015
CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 2/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 25 de março de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é à contratação de serviços técnicos, na área de engenharia civil, para atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com as condições relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 18 de março de 2015.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015-PMC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015 - FMS

OBJETO: aquisição de passagens visando à utilização dos serviços de transporte coletivo regular intermunicipal pelos pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Concórdia (TFD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 31/03/2015.

Abertura: dia 31/03/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 17 de março de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

DECRETO Nº 207/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 207/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor HARRI BOMM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor HARRI BOMM, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 208/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 208/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DAIANE CRISTINA PAGLIARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, nos meses de março a maio de 2015, à servidora DAIANE CRISTINA PAGLIARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 45446-02, 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, equivalente à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2003 a 16 de fevereiro de 2008.

II - 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 209/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 209/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JURACI FUCHINA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora JURACI FUCHINA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 210/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 210/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDILIA MARIA TECCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora EDILIA MARIA TECCHIO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 211/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 211/2015, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Designa ANDREIA RAMOS RIZELO para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013 e no Decreto nº 5.882, de 8 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora ANDREIA RAMOS RIZELO, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, no período de 20 de fevereiro a 31 de julho de 2015, em substituição a senhora FRANCIELE DE ALMEIDA INNING, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 212/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 212/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial, com a incumbência de efetuar a avaliação dos bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Município, para fins locatícios, de aquisição, desapropriação, concessão, cessão, permissão e autorização de uso, doação, venda, permuta e outras formas de alienação.

Parágrafo único. Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 1º de março de 2015:

I - presidente: MARILU MATIELLO;

II - vice-presidente: JAIME SAVOLDI;

III - membros:

a) ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA;

- b) ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA;
- c) CRISTIANO PASTERNAK;
- d) CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;
- e) CRISTINA VALCARENGHI;
- f) DANIELA STRINGHINI;
- g) FERNANDA POZZA ZANOTTI;
- h) GABRIELE SIEGA;
- i) GIULIAN SARTOR SGANZERLA;
- j) JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;
- k) MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;
- l) PATRICIA PAZA;
- m) REGINA APARECIDA FORNARI;
- n) SANDRA MIWA WRONKA VAZ;
- o) TAMYRA HACK.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 213/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 213/2015, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre o desligamento da servidora SILVANA MARIA DE CARLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 16 de fevereiro de 2015, a servidora SILVANA MARIA DE CARLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 92142-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 214/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 214/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.
Nomeia o servidor VANEI LUIZ MELCHIOR para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Transportes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor VANEI LUIZ MELCHIOR, ocupante do cargo de Diretor de Mecânica e Manutenção, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Transportes, no período de 2 a 22 de março de 2015, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 215/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 215/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre o desligamento do servidor JOSE PRAVATO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de março de 2015, o servidor JOSE

PRAVATO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, regime Celetista, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 216/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 216/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Educação - CME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, na forma do art. 12 do Anexo Único do Decreto nº 5.665, de 22 de dezembro de 2011, para integrar 2/3 do Conselho Municipal de Educação - CME, as pessoas abaixo relacionadas, pelo período de 3 (três) anos, a partir de 27 de fevereiro de 2015:

I - representantes dos gestores das instituições de ensino da Rede Pública Municipal:

a) titular: ANDIARA SGARABOTTO;

b) suplentes:

1. PATRICIA BAGGIO HOLZMANN;

2. ELEANDRA ANTONIA PINTRO;

II - representantes dos professores que atuam na Educação Infantil das unidades públicas vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino:

a) titular: MARINES FATIMA COLOMBO;

b) suplentes:

1. ROSANE DICK HERMES;

2. ELISANDRA ZAGONEL MACHADO;

III - representantes dos especialistas da Rede Pública Municipal:

a) titular: LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI;

b) suplentes:

1. FLAVIA PERUZZO SCHWANBELAND;

2. MARISA ADELAIDE LAZZARIN;

IV - representantes das Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos nas licenciaturas:

a) titular: LIANE VIZZOTTO;

b) suplentes:

1. MELIMAR MARQUESI;

2. VIVIANE EINSFELD;

V - representantes dos pais de alunos da Rede Pública Municipal:

a) titular: MARCIA SALETE BOMM LAZZARIN;

b) suplentes:

1. LUIZA SKOWRONSKI;

2. ELISANGELA MANFROI BRUNEIRA;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 217/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 217/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora FRANCIELI VALGOI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora FRANCIELI VALGOI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de dezembro de 2005 a 4 de dezembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 218/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 218/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora CLAUDIANE SUNTI DO PRADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CLAUDIANE SUNTI DO PRADO, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 97756-03, a partir de 2 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 219/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 219/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Designa a servidora ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA para responder pelo cargo de Auditora Interna; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, para responder pelo cargo de Auditora Interna, no período de 16 a 31 de março de 2015, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 220/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 220/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera dispositivos do Decreto nº 823/2013, de 5 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.989, de 17 de setembro de 2008 e no Decreto nº 5.397, de 23 de abril de 2009.
DECRETA :

Art. O art. 1º do Decreto nº 823/2013, de 5 de setembro de 2013 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, passa a vigorar com as alterações introduzidas por este Decreto:

I - o inciso I terá as seguintes alterações:

a) o item 2 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação: "2. suplente: JUCINEI DE CASTILHOS CANDIDO;" (NR)

b) o item 2 da alínea "e" passa a vigorar com a seguinte redação: "2. suplente: RODINEI ZANELLA;" (NR)

c) o item 2 da alínea "f" passa a vigorar com a seguinte redação: "2. suplente: CARLOS FERNANDO COMASSETTO;" (NR)

II - o inciso II terá as seguintes alterações:

a) os itens 1 e 2 da alínea "a" passam a vigorar com a seguinte redação:

"1. LUCIANA DE MOURA GARCEZ - Clube de Mães Flor do Campo;

2. ELDA WAZWLAWICK - Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas - OASE;" (NR)

b) o item 1 da alínea "b" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. ÉLITE SEHN - Clube de Mães Nossa Senhora da Boa Vontada, do Bairro Vista Alegre;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 221/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 221/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dá nova redação ao item 3 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 728/2014, de 29 de setembro de 2014, que designa membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.757, de 8 de março de 2004 e no Regimento Interno do COMSEA, aprovado pelo Decreto nº 4.850, de 6 de julho de 2004 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O item 3 da alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 728/2014, de 29 de setembro de 2014, que designa membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

3. SILVANA ZABLOCKI SALVADORI - Assessoria de Planejamento;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 222/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 222/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 734/2013, de 30 de julho de 2013 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 734/2013, de 30 de julho de 2013 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. efetivo: GRACIELA ROMANI DALPOSSO;

2. suplente: MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

DECRETO Nº 223/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 223/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de efetuar o acompanhamento e recebimento de obras e serviços de engenharia, como: construções, reformas, pavimentação asfáltica e pavimentação com paralelepípedos.

Parágrafo único. Ficam designados, para integrar referida comissão, os seguintes servidores, cuja investidura será de 1 (um) ano, a partir de 5 de março de 2015:

I - CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO;

II - CRISTINA VALCARENGHI;

III - DANIELA STRINGHINI;

IV - FERNANDA POZZA ZANOTTI;

V - GABRIELE SIEGA;

VI - JAIME SAVOLDI;

VII - JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS;

VIII - MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON;

IX - MARCOS ALEXANDRO AIOLFI;

X - MARILU MATIELLO;

XI - PATRICIA PAZA LANÇA;

XII - REGINA APARECIDA FORNARI;

XIII - SANDRA MIWA WRONKA VAZ;

XIV - TAMYRA HACK.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 224/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 224/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia AIRTON DAL BELLO no cargo de Encarregado da Seção de Patrimônio; dá outras providências

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor AIRTON DAL BELLO, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Patrimônio - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2015.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor AIRTON DAL BELLO, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Controle de Veículos - Secretaria Municipal de Administração, a partir de 2 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 225/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 225/2014, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015. Designa PEDRO FUNEZ NETO no cargo de Responsável do Setor de Controle de Veículos; dá outras providências

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor PEDRO FUNEZ NETO, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Controle de Veículos - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2015.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor PEDRO FUNEZ NETO, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Patrimônio - Secretaria Municipal de Administração, a partir de 2 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 226/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 226/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora MADALENA MODOLON FERRI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora desempenha funções de assessoramento no desenvolvimento da educação em tempo integral, junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, no período de 2 de março a 31 de dezembro de 2015, à servidora MADALENA MODOLON FERRI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 17388-01 e 17388-08, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 227/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 227/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VALDENIR BOMBANA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor VALDENIR BOMBANA, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 228/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 228/2015, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NADIR SIRLEI BLOCH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora NADIR SIRLEI BLOCH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de janeiro de 2010 a 10 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 229/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 229/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Constitui e designa Comissões Coordenadora e Técnica para desenvolver estudo e readequação do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Ficam constituídas Comissão Coordenadora e Comissão Técnica com a incumbência de discutir, elaborar, desenvolver e

readequar o Plano Municipal de Educação, alinhando-o ao Plano Nacional de Educação - PNE e Plano Estadual de Educação - PEE.

Art. 2º Ficam designados, para integrar a Comissão Coordenadora:

I - presidente: SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN;

II - vice-presidente: ELISETE MARIA PEDOTT;

III - secretária-geral: MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;

IV - membros:

a) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

b) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

c) MARCIA DE BONA LAZZARI;

d) VANESSA FRIZON.

Art. 3º Ficam designados, para integrar a Comissão Técnica:

I - representantes da Educação Infantil:

a) CLAUDIA WOLFF KAULING GATTI;

b) GRACIELA ROMANI DALPOSSO;

II - representantes do Ensino Fundamental:

a) DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO;

b) MARILICE LORENSI;

III - representantes do Ensino Médio:

a) MIRIAM BOLSI;

b) SILVIA FERNANDA SOUZA DALLA COSTA;

IV - representantes do Ensino Superior:

a) ELISETE MARIA PEDOTT;

b) LIANE VIZZOTTO;

V - representantes da Educação de Jovens e Adultos:

a) EUNICE MEZOMO;

b) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

VI - representantes da Educação no Campo:

a) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

b) VANESSA FRIZON;

VII - representantes da Educação Especial:

a) CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

b) NATALIA SILVEIRA LIMA;

VIII - representantes da Educação à Distância e Tecnologias Educacionais:

a) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

b) NADIA NARDI;

IX - representantes da Formação de Professores e Valorização do Magistério:

a) DILCE LURDES GEHLEN;

b) MARCIA DE BONA LAZZARI;

X - representantes de Financiamento e de Gestão:

a) CARLOS FERNANDO COMASSETTO;

b) ELISETE PELEGRINI.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 230/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 230/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora DERCELI MARIA BISOLO ALLIEVI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais da servidora DERCELI MARIA BISOLO ALLIEVI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, na forma abaixo, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 29 de janeiro de 2015:

I - 975 dias, ou seja: 2 (dois) anos, 8 (oito) meses e 5 (cinco) dias, de tempo de contribuição, relativos à matrícula 92282-00;

II - 1.630 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 5 (cinco) meses e 20 (vinte) dias, de tempo de contribuição, relativos à matrícula 92282-02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 231/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 231/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento do servidor VIVALDINO DE BORTOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de março de 2015, o servidor VIVALDINO DE BORTOLI, ocupante do cargo de Servente Braçal, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 232/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 232/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora NEUSA DALLA LIBERA FRANCISCON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de março de 2015, a servidora NEUSA DALLA LIBERA FRANCISCON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92037-01, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 233/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 233/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA LUCIA GRANDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de março de 2015, a servidora VERA LUCIA GRANDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 21393-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 234/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 234/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARIA ROSARIA FASOLO MARXREITER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de março de 2015, a servidora MARIA ROSARIA FASOLO MARXREITER, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93734-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 235/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 235/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de março de 2015, a servidora CLEIDE BERNARDETE GASPERINI PAVIANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 59633-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 236/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 236/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SOLANGE BENACHIO ROGELIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 4.605 dias, ou seja: 12 (doze) anos, 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SOLANGE BENACHIO ROGELIN, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 237/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 237/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101400-03, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2008 a 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 238/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 238/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento da servidora SOLENI LOURDES ROVANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 4 de março de 2015, a servidora SOLENI LOURDES ROVANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 88366-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 239/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 239/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia CLAUDIA CRISTINA RAUBER no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CLAUDIA CRISTINA RAUBER, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 240/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 240/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de

Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 241/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 241/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 242/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 242/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015. Designa a GIL-SEMARA VALOR no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GILSEMARA VALOR, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 243/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 243/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia MARLON DE LAI DENEGA no cargo de Contador.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, MARLON DE LAI DENEGA, no cargo de Contador, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 244/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 244/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015. Designa ia VALDIR VARELA no cargo de Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, VALDIR VARELA, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 245/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 245/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015. Designa ia ALAN ROBERTO MENEGAT no cargo de Médico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ALAN ROBERTO MENEGAT, no cargo de Médico, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 246/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 246/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015. Designa ia ELISIANE RODRIGUES DA SILVA no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELISIANE RODRIGUES DA SILVA, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 247/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 247/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015. Designa ia SANDRA LUNARDI no cargo de Enfermeiro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SANDRA LUNARDI, no cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista

- GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5.963, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.963, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Complementar nº 155, de 18 de dezembro de 1998, na Lei Complementar nº 247, de 20 de setembro de 2002 e no Contrato de Concessão nº 5/2014, de 13 de janeiro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos), a tarifa das passagens do transporte coletivo no perímetro urbano e de expansão urbana do Município de Concórdia, a partir de 18 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5957

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.957, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.728, de 27 de fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2015Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento3.1.90.00.00.00.00Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos01.180000Transferências do FUNDE-BR\$450.000,00

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.01Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade20.606.0030.2026Ações da Extensão Rural - SEMADRA

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos01.000001Recursos Ordinários - PrefeituraR\$440.000,00

TOTAL ANULADOR\$890.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2013Ações da Administração Escolar - SEMED

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos01.190000Transferências do FUNDE-BR\$450.000,00

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.02Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade20.606.0035.2304Ações da Extensão Rural - FUMDEAGRO

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos01.000001Recursos Ordinários - PrefeituraR\$440.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$890.000,00.

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.01Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade20.606.0030.2026Ações da Extensão Rural

- SEMADRA

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos01.340000Transferências de Convênios - UniãoR\$500.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$500.000,00.

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão04SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária04.02Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade04.122.0012.2045Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$100.000,00

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$30.000,00

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$150.000,00

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2016Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.360000Salário Educação - Superávit do Exercício AnteriorR\$242.435,92

Órgão12ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária12.01Encargos Gerais

Projeto/Atividade28.0846.0058.2043Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.100000Convênio de Trânsito - Militar - Superávit do Exercício AnteriorR\$40.943,21

Fonte de Recursos03.110000Convênio de Trânsito - Civil - Superávit do Exercício AnteriorR\$50.810,88

Órgão13FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária13.01Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade10.301.0061.2102Ações da Atenção Básica - FMS

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.380002Atenção Básica - Superávit do Exercício AnteriorR\$239.325,00

Projeto/Atividade10.303.0062.2103Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.020000Receita de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício AnteriorR\$164.808,61

Fonte de Recursos03.380001Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - Superávit do Exercício AnteriorR\$924,53

Fonte de Recursos03.380003Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Superávit do Exercício AnteriorR\$195.148,09

Projeto/Atividade10.304.0063.2104Ações da Vigilância em Saúde - FMS

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.380004Vigilância em Saúde -

Superávit do Exercício AnteriorR\$161.117,81

Elemento3.3.90.00.00.00.00Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.380004Vigilância em Saúde -

Superávit do Exercício AnteriorR\$500.000,00

Fonte de Recursos06.000000Recursos Ordinários -

Superávit do Exercício AnteriorR\$151.738,30

Projeto/Atividade10.303.0064.2105Assistência Farmacêutica - FMS

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.380005Assistência Farmacêutica Básica -

Superávit do Exercício AnteriorR\$71.377,47

Fonte de Recursos03.380006Medicamentos - de Dispensação Excepcional

Superávit do Exercício AnteriorR\$421,23

Projeto/Atividade10.122.0065.2106Modernização e Organização Administrativa do FMS

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos06.880000Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde -

Superávit do Exercício AnteriorR\$58.323,12

Órgão14FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
 Unidade Orçamentária14.01Fundo Municipal para a Infância e Adolescência

Projeto/Atividade08.243.0066.2152Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício AnteriorR\$21.780,07

Fonte de Recursos06.090000FIA - Imposto de Renda -

Superávit do Exercício AnteriorR\$35.017,38

Fonte de Recursos06.060001FIA - Demais Recursos -

Superávit do Exercício AnteriorR\$5.110,89

Fonte de Recursos06.090000Recursos Ordinários -

Superávit do Exercício AnteriorR\$5.330,08

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício AnteriorR\$43.000,00

Elemento4.4.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício AnteriorR\$32.000,00

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000001Alienação de Bens Destinados a Outros Programas - Superávit do Exercício AnteriorR\$317,89

Órgão17FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária17.01Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade27.0812.0077.2453Ações do desporto Comunitário - FMEC

Elemento4.4.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício AnteriorR\$220.000,00

Órgão18FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária18.01Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade18.0122.0083.1501Modernização e Organização administrativa da FUMDEMA

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários -

Superávit do Exercício AnteriorR\$20.000,00

Projeto/Atividade18.0541.0082.2503Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
Elemento3.3.90.00.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos03.000001Recursos Ordinários - Superávit do Exercício AnteriorR\$100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$2.639.930,48.

Art. 5º Ficam suplementadas, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão16FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária16.01Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade13.0392.0073.2403Ações da Difusão Cultural - FMC
Elemento3.3.90.00.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos01.340000Transferências de Convênios - UniãoR\$55.000,00
Elemento4.4.90.00.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos01.340000Transferências de Convênios - UniãoR\$165.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$220.000,00.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº25/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Presencial nº 25/2015 PMC, veiculado no dia 16 de março de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, pág. 253, Edição nº 1703, onde lê-se: "...ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Transporte"; leia-se: "...VANEI LUIZ MELCHIOR, Secretário Municipal de Transporte, em exercício.

Concórdia, SC, 16 de março de 2015.
VANEI LUIZ MELCHIOR
Secretário Municipal de Transporte, em exercício.

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 12/2015 -PMC

Contrato Nº : 12/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 18/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem pluvial de parte da Rua Rosa Chiossi, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 01/11/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 14.149,52 (Quatorze Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 9/2015 -PMC

Contrato Nº : 09/2015

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ANGELO GILMAR LORENZETTI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 131/2014

Objeto : Aquisição de Hortifrutigranjeiros para o preparo de merenda nas Escolas da Rede Pública Municipal e Centros de Educação Infantil CMEIs deste Município com recursos oriundos dos convênios PNAE/PNAC e recursos próprios, para o exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 05/05/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 25.069,49(vinte e cinco mil e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos)

Dotação : 70 - 06.004.2019.333903007000000.01000001

Dotação : 78 - 06.004.2609.333903007000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 100/2011 -PMC

Contrato Nº : 100/2011/2011

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ENI LIMBERGER

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2011

Objeto : Locação de Imóvel

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 14/03/2016

Assinatura : 11/03/2015

Valor R\$: 26.574,24 (Vinte e Seis Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 67 - 06.004.2018.333903615000000.01010000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2015 -PMC

Contrato Nº : 100/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA MÉDICA PRETTO LTDA

Licitação : Inexigibilidade 16/2015

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 02/03/2015

Valor R\$: 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2015 -PMC

Contrato Nº : 101/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA PSICANALÍTICA JANE MARIA DE MELO BERNARDI EIRELI

Licitação : Inexigibilidade 16/2015

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 02/03/2015

Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2015 -PMC

Contrato Nº : 102/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS

Licitação : Inexigibilidade 16/2015

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 02/03/2015

Valor R\$: 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2015 -PMC

Contrato Nº : 103/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PÁTRIA SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 19/2015

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar administrativo para atuar junto à 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia, a serem pagos com recursos oriundos do convênio 2013TN001988.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 02/03/2016

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 49.200,00 (Quarenta e Nove Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 194 - 12.001.2043.333903979000000.01110000

Dotação : 354 - 12.001.2043.333903979000000.03110000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2015 -PMC

Contrato Nº : 104/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MECANICA MARCIAL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e mão de obra para conserto do motor da retroescavadeira Fiatallis FB 80.3, PMC-269 e conserto da transmissão da pá carregadeira Michigan 55C, PMC-229.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 29/10/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903001000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903039000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2015 -PMC

Contrato Nº : 105/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FDR TERRAPLANAGEM EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 50.400,00 (Cinquenta Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2015 -PMC

Contrato Nº : 106/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 17/2015

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 03/03/2015

Valor R\$: 2.400.000,00 (Dois Milhões, Quatrocentos Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2015 -PMC

Contrato Nº : 107/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE CONCORDIA E REGIAO

Licitação : Inexigibilidade 17/2015

Objeto : Credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 02/03/2015

Valor R\$: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2015 -PMC

Contrato Nº : 108/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : VANDERLEI DEITOS ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 2/2015

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para reforma do Grupo Escolar Municipal Cinquentenário.

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 08/05/2015

Assinatura : 09/03/2015

Valor R\$: 11.547,00 (Onze Mil e Quinhentos e Quarenta e Sete Reais)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905107000000.01360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2015 -PMC

Contrato Nº : 109/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 18/2015

Objeto : Fornecimento de passes para alunos do ensino Médio e Fundamental da rede publica Municipal e Estadual de ensino, conforme Termo de Concessão de Exploração nº 10/2014.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/03/2016

Assinatura : 13/03/2015

Valor R\$: 103.010,25 (Cento e Três Mil, Dez Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Dotação : 336 - 06.002.2016.333903926000000.03360000

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 3/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE

USO GRATUITO Nº 3/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, e a entidade a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 80.639.099/0001-05, com sede neste Município, neste ato representada pelo sua Presidenta, IVANDRA PERACCHI RÜCKERT.

OBJETO: O objeto do presente Termo é a permissão de uso gratuito, a título precário, à PERMISSONÁRIA, das instalações da sala 4 do quiosque situado no Largo Rio Branco, nesta cidade, com área de 25,00m².

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 4 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 4/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE

USO GRATUITO Nº 4/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APACA - CONCÓRDIA TONI GOL, inscrita no CNPJ sob nº 11.599.392/0001-73, com sede em Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu presidente, senhor ITAMAR FORNARI.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, dos equipamentos abaixo relacionados, para serem utilizados pela PERMISSONÁRIA, objetivando o apoio institucional e logístico de 1 (um) Notebook 1550w7, Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, office 2007, Standart Full, série 100474, código patrimonial 58.229

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 5 de março de 2015.

LEI ORDINARIA Nº 4728

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.728, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2015Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento3.1.90.00.00.00.00Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos01.180000Transferências do FUNDEB-R\$450.000,00

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.01Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade20.606.0030.2026Ações da Extensão Rural - SEMADRA

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos01.000001Recursos Ordinários - Prefeitura-R\$440.000,00

TOTAL ANULADOR\$890.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2013Ações da Administração Escolar - SEMED

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos01.190000Transferências do FUNDEB-R\$450.000,00

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.02Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade20.606.0035.2304Ações da Extensão Rural - FUMDEAGRO

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos01.000001Recursos Ordinários - Prefeitura-R\$440.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$890.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do provável excesso de arrecadação, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão07SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,

DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária07.01Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade20.606.0030.2026Ações da Extensão Rural - SEMADRA

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos01.340000Transferências de Convênios - União-R\$500.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR\$500.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão04SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária04.02Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos

Projeto/Atividade04.122.0012.2045Manutenção das Atividades do FMDD

Elemento3.3.50.00.00.00.00Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$100.000,00

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$30.000,00

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.000002Recursos Ordinários - FMDD - Superávit do Exercício AnteriorR\$150.000,00

Órgão06SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária06.02Ensino Fundamental

Projeto/Atividade12.361.0019.2016Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.360000Salário Educação - Superávit do Exercício AnteriorR\$242.435,92

Órgão12ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária12.01Encargos Gerais

Projeto/Atividade28.0846.0058.2043Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.100000Convênio de Trânsito - Militar - Superávit do Exercício AnteriorR\$40.943,21

Fonte de Recursos03.110000Convênio de Trânsito - Civil - Superávit do Exercício AnteriorR\$50.810,88

Órgão13FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária13.01Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade10.301.0061.2102Ações da Atenção Básica - FMS

Elemento4.4.90.00.00.00.00Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.380002Atenção Básica - Superávit do Exercício AnteriorR\$239.325,00

Projeto/Atividade10.303.0062.2103Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento3.3.90.00.00.00.00Outras despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos03.020000Receita de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício AnteriorR\$164.808,61

Fonte de Recursos03.380001Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - Superávit do Exercício AnteriorR\$924,53

Fonte de Recursos03.380003Atenção Média e Alta

Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Superávit do Exercício Anterior R\$195.148,09
 Projeto/Atividade 10.304.0063.2104 Ações da Vigilância em Saúde - FMS
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.380004 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$161.117,81
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.380004 Vigilância em Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$500.000,00
 Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$151.738,30
 Projeto/Atividade 10.303.0064.2105 Assistência Farmacêutica - FMS
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.380005 Assistência Farmacêutica Básica - Superávit do Exercício Anterior R\$71.377,47
 Fonte de Recursos 03.380006 Medicamentos - de Dispensação Excepcional
 Superávit do Exercício Anterior R\$421,23
 Projeto/Atividade 10.122.0065.2106 Modernização e Organização Administrativa do FMS
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 06.880000 Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde - Superávit do Exercício Anterior R\$58.323,12

Órgão 14 FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
 Unidade Orçamentária 14.01 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência
 Projeto/Atividade 08.243.0066.2152 Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente - FIA
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$21.780,07
 Fonte de Recursos 06.090000 FIA - Imposto de Renda - Superávit do Exercício Anterior R\$35.017,38
 Fonte de Recursos 06.060001 FIA - Demais Recursos - Superávit do Exercício Anterior R\$5.110,89
 Fonte de Recursos 06.090000 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$5.330,08
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$43.000,00
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$32.000,00
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.000001 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas - Superávit do Exercício Anterior R\$317,89

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.0812.0077.2453 Ações do desporto Comunitário - FMEC
 Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$220.000,00

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.0122.0083.1501 Modernização e Organização administrativa da FUMDEMA
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$20.000,00
 Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Superávit do Exercício Anterior R\$100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR \$2.639.930,48.

Art. 5º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura
 Projeto/Atividade 13.0392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.340000 Transferências de Convênios - União R\$55.000,00
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.340000 Transferências de Convênios - União R\$165.000,00

TOTAL SUPLEMENTADOR \$220.000,00.

Art. 6º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.675, de 22 de julho de 2014 e 4.722, de 18 de dezembro de 2014, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 JOÃO GIRARDI
 Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
 Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
 Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
 Diretor Administrativo, em exercício

LEI ORDINARIA Nº 4729

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.729, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênios com Entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com o Grupo de Idosos Flores do Campo, inscrito no CNPJ sob nº 80.631.088/0001-89, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Bairro Vista Alegre e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 2º Fica a Fundação Municipal de Cultura - FMC, autorizada a celebrar convênios com as seguintes Entidades:

I - Associação dos Grupos de Teatro de Concórdia, inscrita no CNPJ sob nº 17.000.439/0001-17, objetivando a conjunção de esforços, na forma abaixo:

a) para a realização do Festival de Teatro da Federação Catarinense de Teatro - FECATE, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

b) para a realização do 5º Festival de Teatro Tecendo o Riso, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

II - Associação Italiana-Vêneta de Concórdia inscrita no CNPJ sob nº 72.384.175/0001-50, objetivando a conjunção de esforços para realização do Concerto de Música Clássica com piano e voz, podendo a FMC participar com o valor de R\$ 7.060,00 (sete mil e sessenta reais).

Art. 3º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a celebrar convênio com a Fundação Universidade do Contestado - FUnC, inscrita no CNPJ sob nº 83.395.921/0003-90, objetivando a conjunção de esforços em ações de promoção e prevenção de saúde visando atender e orientar grupos conforme demanda de cada Estratégia Saúde da Família e realizar o diagnóstico situacional dos território das Estratégias Saúde da Família no Município de Concórdia, podendo o FMS participar com o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoJOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de fevereiro de 2015.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício**PORTARIA Nº 44/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 44/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, Grupo Ocupacional Funcional - GF, como Presidente das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares/Sindicâncias, instaurados pelas Portarias nºs. 155/2013, de 11 de novembro de 2013 e alterações, 17/2014, de 27 de janeiro de 2014 e alterações, 25/2014, de 10 de fevereiro de 2014 e alterações, 38/2014, de 21 de fevereiro de 2014 e alteração, 42/2014, de 25 de fevereiro de 2014 e alteração, 52/2014, de 10 de março de 2014 e alteração, 64/2014, de 31 de março de 2014, 66/2014, de 1º de abril de 2014, 74/2014, de 10 de abril de 2014, 86/2014, de 30 de abril de 2014, 99/2014, de 13 de maio de 2014, 100/2014, de 13 de maio de 2014, 110/2014, de 3 de junho de 2014, 113/2014, de 5 de junho de 2014, 125/2014, de 23 de junho de 2014, 143/2014, de 4 de agosto de 2014, 159/2014, de 3 de setembro de 2014, 161/2014, de 8 de setembro de 2014, 175/2014, de 24 de setembro de 2014, 191/2014, de 20 de outubro de 2014, 195/2014, de 27 de outubro de 2014 e 199/2014, de 7 de novembro de 2014.

Art. 2º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 38/2014, de 21 de fevereiro de 2014 e alteração, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor DANIEL AUGUSTO AJALA, ocupante do cargo de Escriturário, Grupo Ocupacional Funcional - GF, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;" (NR)

Art. 3º A alínea "a" do inciso III do art. 2º da Portaria nº 64/2014, de 31 de março de 2014, que instaura Sindicância, a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 3218/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

a) ANDERSON DANIEL MÜLLER, ocupante do cargo de Agente Administrativo;" (NR)

Art. 4º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 74/2014, de 10 de abril de 2014, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras CRISTINA KERBER e SOLANGE BASTOS, ocupantes dos cargos de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II - secretária: RONI FINGER GONÇALVES, ocupante do cargo de Escrevente;" (NR)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 45/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 45/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nos arts. 127-A e 127-B da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, acrescidos pela Lei Complementar nº 463, de 22 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por 1 (um) ano, a partir de 4 de maio de 2015, o prazo da licença para acompanhamento de excepcional, objeto da Portaria nº 114/2014, concedida à servidora MARIA SALETE TROMBETA MAZIERO, ocupante do cargo de Enfermeiro, respeitado o cumprimento de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 46/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 46/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes, na CI SEMUT 23/2015, de 24 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor NERI JOÃO RITTA, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Oficina e Tornearia, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 2 a 16 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 47/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 47/2015, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, na CI Nº 019, de 27 de fevereiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, a partir de 23 de março de 2015, os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - FERNANDO SVILLEN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II - CIRIO ANTONIO SCHIAVINI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Logística Operacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 48/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 48/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	17337-04	ANDREIA RECH GONÇALVES	Professor, código 10.12
2	50016-03	ELIANE SETTE	Professor, código 10.12
3	101940-00	ELENICE DE CARLI FORNARI	Professor, código 10.12
4	91995-00	EURIDES LUIS RUCHS	Professor, código 10.13
5	99023-00	IVANIR MARIA FAZZIONI	Professor, código 10.12
6	91731-01	PATRICIA BAGGIO HOLZMANN	Professor, código 10.12
7	28444-00	RAUL SANTANA	Professor, código 10.12
8	76465-03	SILVANEA FORNER	Professor, código 10.12
9	76465-04	SILVANEA FORNER	Professor, código 10.12
10	41319-01	VANIA BALBINOT BERNARDI	Professor, código 10.12
11	67423-08	VANIA POZZEBON	Professor, código 10.12
12	99953-09	ZULAMAR MARIA COSTA	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 49/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 49/2015, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, na CI SEMUS 129/2015, de 3 de março de 2015.
RESOLVE:

Art. 1º Convocar, os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - CINTIA MARA RAMOS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 17 de março de 2015;

II - ELIANE CAMILLO BONASSI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 6 a 13 de março de 2015;

III - JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, a partir de 23 de março de 2015;

IV - LECI ROMILDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 50/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 50/2015, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI SEMED 488, de 5 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a ampliação da carga horária das servidoras MARILENE PELLIZZARI BISOLLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 40525-00 e MARINES GIRARDI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 5894-00, objeto da Portaria nº 37/2015, de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 5 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 51/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 51/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso I do art. 2º da Portaria nº 156/2013, de 11 de novembro de 2013 e alterações, que instauram Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora MARIA SULLMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I - presidente: MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional Especialista - GE;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 406/2015

RESOLUÇÃO Nº 406, DE 13 DE MARÇO DE 2015.
Concede licença ao Vereador Edilson Massocco.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias ao Vereador Edilson Massocco, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 23 de março de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 13 de março de 2015.

Mauro Mendes

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2015- GABARITO PRELIMINAR

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 002/2015

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2015.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, divulga o gabarito preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 002/2015:

I - GABARITO PRELIMINAR:

Cargo: PROFESSOR DE MÚSICA - Instrumentos e Coral

01)D	14)B
02)D	15)D
03)C	16)A
04)A	17)A
05)A	18)D
06)D	19)A
07)C	20)D
08)C	21)D
09)A	22)D
10)C	23)B
11)D	24)D
12)A	25)B
13)B	

Cargo: PROFESSOR DE DANÇA - Ballet Clássico

01)D	14)B
02)D	15)A
03)C	16)A
04)A	17)A
05)A	18)A
06)C	19)A
07)D	20)C
08)A	21)B
09)B	22)B
10)A	23)B
11)A	24)A
12)D	25)C
13)D	

Cargo: PROFESSOR DE ARTES VISUAIS - Desenho e Pintura

01)D	14)D
02)D	15)D
03)C	16)C
04)A	17)D
05)A	18)B
06)A	19)A
07)A	20)C
08)C	21)A
09)D	22)B
10)C	23)D
11)B	24)C
12)B	25)C
13)A	

Cargo: PROFESSOR ESPORTE - Futsal

01)D	14)A
02)D	15)C
03)C	16)A
04)A	17)D
05)A	18)B
06)B	19)A
07)C	20)C
08)D	21)D
09)B	22)A
10)D	23)B
11)C	24)C
12)D	25)C
13)D	

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 19/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE AVEIA PRETA

Tipo: Menor Preço por item

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 30/03/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 30/03/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 17 de março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO ADENDO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012

ADENDO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012

Objeto: Contratação dos serviços de Transporte Escolar

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC, através de seu Prefeito Municipal MAURI J. ZUCCO TORNA PÚBLICO, que promoveu alterações no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Cláusula Primeira passa a vigorar com a seguinte redação:

TRANSPORTE ESCOLAR "ROTA 10" - LINHA RONCADOR A RONCADOR - Um veículo com capacidade para transportar 25 (vinte e cinco) alunos, com saída da Escola Artur da Costa e Silva no período da manhã passando na comunidade de L^a Roncador nas famílias: Roso, Fachin, Gollo, Zanetti, Soares.L^a Esperancinha nas famílias: Matos, Barenardi, Pit, Pansera.L^a Esperança nas famílias: Zatti, Vial, Bellé, Durante.L^a Barro Preto nas famílias: Danieli, Vedana, Maraschin, Rampi, Nicheli.L^a Cotovelo na família: Ribeiro.Chegando na Escola Artur da Costa e Silva às 7 horas 30 min. Às 11 horas 35 min. começa devolvendo os alunos nos mesmos endereço, no retorno passa recolhendo os alunos do turno vespertino, com chegada na escola as 13:30 hs. O retorno será as 17h35min. Os alunos deverão ser recolhidos ao veículo, para serem conduzidos até suas casas. O transporte Escolar perfaz um total de 91 KM (Noventa e um quilômetros) rodados diariamente.

2 - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 103/2012 e seus Termos Aditivos.

Coronel Freitas-SC, 17 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Transroncador Transportes Coletivos Ltda - ME
Contratada

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 01FMS/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 01 FMS/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGENIO MEDICINAL

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 01FMS/2015

Empresa com preços registrados: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA CHAPECÓ

CNPJ: 00331788/0050-05

Item: 01 e 02

Total: R\$ 111.600,00 (Cento e onze mil e seiscentos reais)

Coronel Freitas (SC), 18 de Março de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 061 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 061 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA À PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando o pedido de exoneração formulado pelo Servidor em 16 de março de 2015, sob o protocolo n. 859;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Angelo Ribeiro dos Santos, ocupante do Cargo de provimento em comissão de Secretário de Transportes, Obras e Serviços, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 16 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 16 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 062 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 062 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

REVOGA DISPOSIÇÃO ESPECÍFICA DE DECRETO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

- Considerando que servidor aposentado, ainda que o ônus seja exclusivo do Erário Municipal, não faz jus ao adicional por tempo de serviço, previsto no artigo 26, da Lei Complementar Municipal n. 034/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a disposição constante do Decreto Municipal n. 049 de 23 de fevereiro de 2015, especificamente em relação ao servidor Pedro João Conte, em razão de sua inatividade.

Art. 2º Permanece incólume o conteúdo do Decreto Municipal n. 049 de 23 de fevereiro de 2015 em relação aos demais servidores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 17 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

LEI Nº 647 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 647 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Fixa a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Coronel Martins no período compreendido de janeiro 2014 a fevereiro 2015 dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara de Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais de Coronel Martins no período compreendido de janeiro 2014 a fevereiro 2015, no percentual de 3,96% (três inteiros e noventa e seis centésimos por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento municipal.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Coronel Martins, 25 de fevereiro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

LEI Nº 648 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 648 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Fixa a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores e da verba indenizatória no período compreendido de janeiro 2014 a fevereiro 2015 dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara de Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores e da verba indenizatória, no período compreendido de janeiro 2014 a fevereiro 2015, no percentual de 3,96% (três inteiros e noventa e seis centésimos por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Coronel Martins, 25 de fevereiro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 11/2015 PMCP**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

TOMADA DE PREÇOS 11/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 11/2015 PMCP, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003690, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 5081/2014. Alterando-se a data de abertura da licitação, onde se lê: "30/03/2015", passa a ser lido: "06/04/2015", mantendo-se o mesmo horário, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 18 de março de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 864/15

DECRETO Nº 864/15

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 01/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR REFERENTE: REGULAMEN-
TAÇÃO DO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO (LEI Nº 2172/2014),
PARA O EXERCÍCIO 2015 E 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item
VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos
serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despe-
sas em todos os órgãos da Administração;

CONSIDERANDO a importância de apoio e fomento da atividade
agrícola no Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei 2172/2014; e

CONSIDERANDO os esforços praticados pelo Conselho Municipal
de Desenvolvimento Rural com vistas a regulamentar o Programa
Porteira Adentro.

DECRETA:

Art. 1.º Fica homologada a Resolução nº 001/2014 do Conselho
Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, em todos os seus
termos.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 16 de dezembro de 2014, revogadas as
disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março
de 2009.

DECRETO Nº 865/15

DECRETO Nº 865/15

AUTORIZA A BANDA RACIONAL DE JOINVILLE, A FAZER USO DO
ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo
com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,
e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar
Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur
Müller, no dia 22 de março de 2015, das 08:00 às 12:00 horas,

para a realização de apresentação cultural, tendo como responsá-
vel o Sr. João Grapper.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segu-
rança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao
local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade do
Sr. João Grapper.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta
em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Cód-
igo de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao
consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao
embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março
de 2009.

DECRETO Nº 866/15

DECRETO Nº 866/15

CRIA E DENOMINA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOM-
PLANDT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo
com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,
e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar
Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Infantil Bomplandt,
localizado na Rua "A" (lateral da Rua Augusto Borchardt) no bairro
Bomplandt, nesta cidade de Corupá - SC, cuja denominação fica
oficializada como "CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BOMPLAN-
DT".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
com efeito retroativo a 11 de outubro de 2014, revogadas as dis-
posições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
16 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março
de 2009.

RESOLUÇÃO 006/2015 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 006/2015

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA NOVA REDAÇÃO

DO PROJETO DE LEI 002/2015 SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR

E A COMISSÃO DE ÉTICA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Primeira Reunião Extraordinária realizada no dia 16 de Março de 2015.

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar as alterações realizadas no Projeto de Lei 002/2015 referente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 16 de Março de 2015.

FELIPE RAFAELLI RODRIGUES

Presidente do CMDCA

Curitibanos**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DE UDO DA POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 31/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 31/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 16 de Março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EDITAL 01 TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL 001/2015

Regulamenta e dá abertura ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, em caráter de urgência, estabelece os prazos e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira - SC, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e regulamentadas pela Lei Municipal 4.245/2013, torna público as diretrizes do processo de eleição EMERGENCIAL dos membros do Conselho Tutelar de Dionísio Cerqueira - SC;

CONSIDERANDO a vigência da Lei 12.696, de 26 julho de 2012;

CONSIDERANDO a expressa previsão do art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Em cada município e em cada região administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto por 5 (cinco) membros [...]";

CONSIDERANDO o pedido interposto ao CMDCA de exoneração do cargo de dois conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que a lista de candidatos eleitos suplentes do último processo eleitoral aptos a assumirem o posto mediante a vacância do cargo de conselheiro tutelar finalizou;

CONSIDERANDO a deliberação do CMDCA, registrada na Ata 002/2015, referente a realização de eleição emergencial para eleição de dois candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares e cinco suplentes para atender as necessidades do Conselho Tutelar;

Diante do exposto, torna público o Edital para Eleições Emergenciais ao Conselho Tutelar de Dionísio Cerqueira - SC;

A divulgação deste e dos demais editais, relativos às etapas do processo de escolha estarão afixados junto ao Mural Público da Prefeitura Municipal, do Fórum de Comarca e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira, assim como serão publicados em jornais de circulação local. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do processo eleitoral.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A eleição do Conselho Tutelar será realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dionísio Cerqueira - SC e fiscalizada pelo Ministério Público;

1.2 O processo de escolha destina-se a preenchimento de vagas remanescentes do cargo de titulares e suplentes dos membros do Conselho Tutelar do município;

1.3 A eleição destina-se para a composição de 02 (duas) vagas para o cargo de conselho tutelar titular e 05 (cinco) vagas para conselheiros tutelares suplentes.

1.4 O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes;

1.5 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

2. DA ELEIÇÃO:

2.1 Os conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município, em eleição presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público. Parágrafo Único: Podem votar os maiores de dezesseis anos, inscritos como eleitores no município e que apresentarem no ato da votação o título de eleitor e documento de identificação com foto.

3. DA COMISSÃO ELEITORAL

3.1 Fica criada a comissão organizadora, formada pelos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente: Taíse Maria Bortoluzzi Piasecki, Juliano Izidoro Velho, Elsa de Paula dos Santos, Jeferson Ávila, e a secretária executiva do conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Jaqueline Lolato.

3.2 Compete à Comissão Eleitoral:

- Dirigir o processo eleitoral
- Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito;
- Publicar a lista dos mesários;
- Receber, processar e julgar impugnações e recursos contra: mesário; registro de candidaturas; propaganda eleitoral; validade de votos e violação de urnas; resultado final da eleição.
- Fiscalizar a elaboração, aplicação e correção da prova aplicada aos candidatos;
- Analisar, homologar e publicar o registro das candidaturas;
- Receber denúncias contra candidatos;
- Publicar o resultado do pleito, abrindo prazo para recurso.

3.3 Não podem atuar como mesários:

- Os candidatos e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- Cônjuge ou companheiro (a) de candidato;
- As pessoas que, notoriamente, estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.4 A comissão Eleitoral nomeará os mesários que atuarão no pleito.

3.5 Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos e na apuração.

3.6 O fiscal indicado representará o candidato em toda a apuração, sendo vedada a presença de pessoas não credenciadas, inclusive candidatos, no recinto destinado à apuração.

3.7 O credenciamento deverá ocorrer até 5 (cinco) dias anteriores à data da votação, mediante indicação dirigido à comissão Eleitoral.

4. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS AO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a vinte e um anos;
- III - residir no Município há mais de dois anos;
- IV - estar no gozo dos direitos políticos;
- V - apresentar diploma de conclusão, no mínimo de curso de segundo grau;
- VI - comprovar por certidões que não tenha sido condenado por infração penal e contravenção;
- VII - experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do Adolescente.
- VIII - apresentar declaração de que possui conhecimento básico de informática.
- IX - Aprovação em prova escrita de caráter eliminatório, sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente e Política de Atendimento da Criança e do Adolescente).

5. DOS IMPEDIMENTOS.

5.1 De acordo com o Art. 140, da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) são impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro Regional ou Distrital.

6. DAS ATRIBUIÇÕES

6.1 Nos termos do artigo 136, da lei 1946, de 04 de novembro de 1992; São atribuições dos membros do Conselho Tutelar.

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

7. DAS VAGAS

São oferecidos 02 (duas) vagas para membros efetivos e 05 (cinco) suplentes permitindo uma única recondução, através de novo processo de escolha.

Parágrafo Único: A recondução, permitida uma única vez, consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, vedada qualquer outra forma de recondução.

8. DA CARGA HORÁRIA

Carga horária de 40 horas semanais, sendo o atendimento ao público de 08h00 às 12horas e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Permanecendo de sobreaviso no período de 24 horas, incluindo finais de semana e feriados.

9. DA REMUNERAÇÃO

O Conselheiro Tutelar a título de remuneração fará jus a um jeton pelo exercício das atribuições inerentes ao referido mandato, no valor de R\$ 1.017,21 mensais, sobre o qual incidirão encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, sendo o valor corrigido mediante índice de reajuste salarial.

§ 1º. A cada nova eleição para o Cargo de Conselheiro Tutelar, servirá como base de cálculo para novo edital, o valor do último vencimento percebido pelo Conselheiro Tutelar;

10. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSCRIÇÃO

10.1 Preenchimento da ficha de inscrição;

10.2 Certificado de antecedentes criminais;

10.3 Cópia da cédula de Identidade e CPF;

10.4 Comprovar ter experiência na área de atendimento ou defesa dos direitos da criança e do Adolescente.

10.5 Cópia do comprovante de residência acompanhada de declaração reconhecida em cartório e que reside no município há pelo menos 02 (dois) anos;

10.6 Cópia do certificado quitação Militar para os candidatos do sexo masculino;

10.7 Cópia do certificado de conclusão de ensino médio;

10.8 Declaração de conhecimento básico em informática;

10.9 Declaração de quitação eleitoral.

11. DAS INSCRIÇÕES

11.1 Local - Secretaria Municipal de Assistência Social. Situado a Rua Prefeito Adelino Mangini, 480, Centro de Dionísio Cerqueira/SC.

11.2 As inscrições acontecerão no período de 31/03/2015 e 01/04/2015.

de março de 2015, no horário de 8hs às 12hs e das 13h00 às 17h00.

Não será efetuada a inscrição na falta de qualquer dos documentos acima listados.

É vedada a entrega dos documentos necessários à inscrição após o encerramento das inscrições.

12. DO PROCESSO SELETIVO

12.1 O processo seletivo constará de duas etapas, a saber:

a) 1º Etapa - Prova escrita objetiva somente classificatória, a ser aplicada no dia 11 de abril de 2015, no período matutino das 8h30hs às 12h, na Escola de Ensino Fundamental Castro Alves de Dionísio Cerqueira. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas com 30 minutos de antecedência portando documento de identidade, caneta esferográfica azul ou preta.

12.2 - A prova escrita constará de 20 questões objetivas, totalizando 100 (cem) pontos, realizadas com base nos conteúdos ligados à infância e adolescência, em especial, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90), sendo que será realizada por empresa terceirizada e fiscalizada pelo CMDCA e Promotoria de Justiça.

12.3 - Os candidatos classificados para a próxima etapa deverão obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos pontos totais da prova escrita.

b) 2º Etapa- Eleição/Votação

12.4 - Na data do dia 13/04/2015 a partir das 10 horas será afixado em mural público o resultado dos candidatos com as inscrições deferidas ou indeferidas e aprovados na prova escrita, aptos a concorrer ao pleito.

12.5 - A inscrição será analisada e deferida após aplicação e resultado da prova, cabendo recursos e impugnações no dia 14 e 15

de abril de 2015, que deverão ser protocolados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;

12.6- Os candidatos aprovados terão seus nomes publicados em edital de homologação até o dia 17 de abril de 2015 e a partir de então estarão aptos a concorrer ao pleito.

13. DO PROCESSO DE ESCOLHA (VOTAÇÃO/ELEIÇÃO)

13.1 O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado no dia 28 de abril de 2015, (terça-feira), no horário compreendido entre as 8hs às 14 horas, tendo como local o Centro de convivência dos idosos de Dionísio Cerqueira/SC;

13.2 Poderão participar da eleição os maiores de dezesesseis anos, inscritos e aptos como eleitores no Município e que apresentarem documento com foto;

13.3 As cédulas serão confeccionadas pela comissão, mediante modelo aprovado Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e promotor de justiça.

13.4 Nas cabines de votação serão fixadas listas de nomes dos candidatos ao Conselho Tutelar;

13.5 A cédula de votação conterá os nomes de todos os candidatos;

13.6 O Conselho de Direitos se utilizará da lista de eleitores municipais disponibilizados pela Justiça Eleitoral;

13.7 O eleitor poderá votar em 01 (um) candidato por meio da marcação de um (X) no campo reservado para a prática do ato;

13.8 Qualquer marcação fora do espaço reservado para a votação, assim como, qualquer outro tipo de sinal, além do citado no item anterior, acarretará nulidade do voto;

13.9 Cada candidato poderá credenciar no máximo 01 (um) fiscal para a eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo CMDCA;

13.10 Não será permitida a presença dos candidatos junto a mesa de Apuração;

13.11 A apuração dos votos dar-se-á após o horário de encerramento das eleições;

13.12 Quanto aos votos em branco e nulo, não serão computados para fins de votos válidos.

14. DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

14.1 Não será tolerado, por parte dos candidatos:

- Promoção de atos que prejudique em a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;
- Promoção de transporte de eleitores, utilizando de veículos públicos ou particulares;
- Promoção de boca de urna, dificultando a decisão do eleitor.

14.2 Será permitido:

- O convencimento do eleitor para que este compareça aos locais de votação e vote, considerado que neste pleito o voto é facultativo;
- A presença do candidato em qualquer entidade da sociedade civil organizada, com a finalidade de fazer a divulgação, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela entidade.

14. 3 A fiscalização de todo o processo eleitoral (inscrição, prova, entrevista, votação e apuração) estará a cargo do Ministério Público.

15. DO RESULTADO, NOMEAÇÃO E POSSE.

15.1 Concluída a apuração dos votos, a presidência do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Edital;

15.2 Havendo empate no numero de votos, será considerado eleito o candidato que tiver maior acerto na prova escrita. Prevalecendo o empate, será considerado eleito o candidato com maior escolaridade, prevalecendo ainda o empate o eleito será o candidato

com maior idade, e caso prevaleça o empate o candidato eleito será conhecido por meio de sorteio realizado no mesmo local da apuração.

15.3 Os 02 (dois) primeiros mais votados serão os titulares do Conselho Tutelar e os 05 (cinco) seguintes serão suplentes.

15.4 Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que contar o maior numero de votos.

15.5 A posse dos eleitos para o Conselho Tutelar dar-se-á imediatamente após a publicação do resultado final, no dia 28 de abril de 2015.

15.6 Os candidatos eleitos terão o mandato até a data de 10 de janeiro de 2016.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento da presente instrução e a aceitação das condições do processo seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

16.2 A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de ordem administrativo Civil ou criminal.

16.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com fiscalização do Ministério Público.

Dionísio Cerqueira/SC, 16 de março de 2015.

Juliano Velho

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO 01 CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO 01/2015

Dispõe sobre a realização da Eleição Emergencial para vagas remanescentes no Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.245/2013 de Dionísio Cerqueira, CONSIDERANDO a Lei 8.069/1990 que em seu artigo 132 prevê: Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros "

CONSIDERANDO o pedido interposto ao CMDCA de exoneração do cargo de dois conselheiros Tutelares;

CONSIDERANDO que a lista de candidatos eleitos suplentes do último processo eleitoral aptos a assumirem o posto mediante a vacância do cargo de conselheiro tutelar finalizou;

CONSIDERANDO a deliberação do CMDCA, registrada na Ata 002/2015, referente a realização de eleição emergencial para eleição de dois candidatos ao cargo de Conselheiros Tutelares e cinco suplentes para atender as necessidades do Conselho Tutelar;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º: Realizar a eleição emergencial para suprir vagas remanescentes do Conselho Tutelar;

Art. 2º: Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 10 de março de 2015.

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA- DC

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 - EPAGRI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2015

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para contratação dos serviços da EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, para o exercício de 2015, na forma abaixo:

DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015, DA DOTAÇÃO, DA IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR, DA RAZÃO DE ESCOLHA, DO VALOR / FORMA DE PAGAMENTO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

1 - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Prestação de serviços ao Município de Doutor Pedrinho - SC pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, objetivando a assistência técnica e extensão rural para o ano de 2015, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente deste procedimento correrá a conta do Orçamento-Programa 2015 do Município de Doutor Pedrinho - SC, na seguinte dotação:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
0701 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO

2026 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

3 - DO PRESTADOR DOS SERVIÇOS:

Nome: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ nº 83.052.191/0038-54

Endereço: Rua Braz Wanka, 238, Vila Nova, CEP 89035-160, Blumenau - SC

Representante legal: Gerente Regional de Blumenau, Marcos Cesar Nouals, CPF nº 563.205.159/53 e RG nº 1.625.085.

04 - DA RAZÃO DA ESCOLHA:

Segundo o art. 2º, Inciso I, da Lei nº 12.188/2010, a Assistência Técnica de Extensão Rural - ATER é serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização de serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Neste aspecto, a EPAGRI é empresa pública estadual constituída com finalidade própria de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, com longa experiência de atendimento aos agricultores e presença no Município com equipe de pessoal técnico, inclusive já apresentando experiência anterior nesta área no próprio Município, de forma que sua contratação possibilitará a continuidade dos serviços até então desenvolvidos.

05 - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

O valor total pela prestação dos serviços para o exercício de 2015 (Março a Dezembro) corresponde a R\$ 20.006,00 (vinte mil e seis reais), com pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais, como

segue:

N º Parcela	Data Vencimento	Valor Total R\$	ISS a reter (3%)	IRRF (1,5)	Valor Líquido R\$
01	30/04/2015	5.006,00	150,18	75,09	4.780,73
02	29/05/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00
03	30/06/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00
04	31/07/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00

Dos valores especificados será descontado o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação municipal, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

06 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor estabelecido para a prestação dos serviços está compatível com os valores cobrados dos demais Municípios da região, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior. Além disso, o custo de manutenção da equipe técnica própria seria bem maior do que este estabelecido para contratação da EPAGRI/SC.

07 - DA PUBLICAÇÃO:

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO

Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC conforme arquivo

Doutor Pedrinho/SC, 17 de Março de 2015.

Mario Benício Viviani Paulo Andrey Vicente Juliana Purim
Presidente Secretário Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2015

PARECER:

Analisado os autos, identifica-se que o objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 24, VIII (para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei) ou XX (na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal), da Lei nº 8.666/93, com as justificativas presentes nos autos, condicionada a aplicação do art. 26 do mesmo diploma legal.

Da mesma forma, tratando-se de relação jurídica que se estenderá por prazo razoável, necessária a formalização de instrumento contratual, sendo que a minuta apresentada atende aos ditames da Lei nº 8.666/93.

Pelo exposto, nosso parecer é pelo enquadramento legal declinado e pela aprovação da minuta contratual a ser firmada.

Doutor Pedrinho, SC, 17 de Março de 2015.

Luiz Claudio Kades

OAB/SC 17692

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 12/2015

DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO:

Diante das informações e/ou justificativas presente nos autos, e na forma da Lei, ratifico o procedimento de dispensa de licitação, autorizando a contratação.

Publique-se.

Doutor Pedrinho, SC, 17 de Março de 2015.
José Arildo de Castilho
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício.

PORTARIA 036/2015

PORTARIA no 036, de 06 de março de 2015.

Prorroga prazo para conclusão da Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº 004/2015.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento no artigo 115, § 7º, c/c artigo 122 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e Considerando-se que a Portaria nº 004, de 16/01/2015, que instaurou Sindicância Administrativa e designou a Comissão Especial para sua condução, foi publicada na página 185 da edição nº 1678 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 05/02/2015; Considerando-se que o prazo inicial dos trabalhos da Comissão Especial designada pela Portaria nº 004/2015 para conduzir o Inquérito Administrativo venceu nesta data (06/03/2015) sem a conclusão da Sindicância, havendo o pedido de prorrogação do prazo formulado pela Comissão Especial;

RESOLVE:

PRORROGAR, em 15 (quinze) dias, o prazo para conclusão da Sindicância Administrativa nº 001/2015, instaurada para apurar a denúncia formulada contra a atuação funcional do servidor NIVALDO PEREIRA.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 06 de março de 2015;
27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício.

REPUBLICAÇÃO - DISPENSA Nº 11/2015

*Repúblicação por incorreção no texto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 11/2015

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para locação parcial de imóvel rural com jazida mineral destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Secretaria de Obras do Município de Doutor Pedrinho - SC, na forma abaixo:

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL A SER LOCADO - OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Locação parcial de um terreno rural situado no lado par da SC-477, distante 2.000 metros da sede do Município, sentido Centro - Capivari, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaiss) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e

outros fins, pelo Município de Doutor Pedrinho, durante os meses de Março a Dezembro de 2015.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente deste processo correrá a conta das dotações específicas do Orçamento-Programa 2015 do Município, com a seguinte descrição:

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS

01 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS

2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

3 - DO PROPRIETÁRIO/LOCADOR:

O imóvel descrito no objeto acima possui cadastrado no INCRA sob CCIR nº 803.170.002.534-0, pertencendo ao Sr. ARCANGELO NONES, portador do CPF no 076.518.059/68, e sua mulher LO-DOVIRGEM J. NONES, brasileiros, casados, residentes na SC-477, Município de Doutor Pedrinho-SC.

04 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA:

O imóvel rural localiza-se no Município de Doutor Pedrinho, entre a área urbana central e os núcleos urbanos de Nova Rodeio e Salto Donner, e dispõe de jazida mineral com material de boa qualidade e quantidade, sem concorrência de outra área disponível e/ou licenciada nesta parte do território municipal.

Deste modo, a localização e característica única do imóvel rural e a qualidade do material existente e disponível, torna-o importante para locação parcial, garantindo o acesso e uso parcial com a cessão e emprego do material para o revestimento primário das estradas não pavimentadas e áreas afins no Município de Doutor Pedrinho, conforme já efetuado com êxito nos exercícios anteriores.

05 - DO PREÇO:

O valor total do contrato, para o exercício de 2015 (Março a Dezembro), corresponde a R\$ 12.810,00 (doze mil e oitocentos e dez reais), pagáveis em 07 (sete) parcelas iguais de R\$ 1.830,00 (hum mil, oitocentos e trinta reais), guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

06 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor pago está compatível com a locação parcial de imóvel rural na região, bem como com a quantidade de material utilizado/extraído pela municipalidade, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior ou mesmo pelos contratos correspondentes mantidos pelas Prefeituras da região.

07 - DA PUBLICAÇÃO:

A presente instrução do processo de Dispensa de Licitação será publicado nos locais de costume e naquele estabelecido na legislação municipal, incluindo

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO

Diário Oficial dos Municípios conforme arquivo.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de Março de 2015.

Mario Benício Viviani Paulo Andrey Vicente Juliana Purim
Presidente Secretário Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 11/2015

DO PARECER:

Analisados os autos, identifica-se que o objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, visto que a locação se destina ao atendimento das finalidades precípuas da administração, com as justificativas presente nos autos, condicionada a

aplicação do art. 26 do mesmo diploma legal.
Da mesma forma, tratando-se de relação jurídica que se estende-
rá por prazo razoável, necessária a formalização de instrumento
contratual, sendo que a minuta apresentada atende aos ditames
da Lei nº 8.666/93.

Pelo exposto, nosso parecer é pelo enquadramento legal declinado
e pela aprovação da minuta contratual a ser firmada.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de Março de 2015.
Luiz Claudio Kades
OAB/SC 17692

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 11/2015

DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO:

Diante das informações e/ou justificativas presente nos autos, e
na forma da Lei, ratifico o procedimento de dispensa de licitação,
autorizando a formalização do contrato de locação parcial e uso
do imóvel.
Publique-se.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de Março de 2015.
José Arildo de Castilho
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício

Erval Velho

PREFEITURA

CONTRATO 0017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 0017/2015

Contratante: Município de Erval Velho

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Execução, pelo sistema de empreitada global (materiais,
serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LI-
GAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE
- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO UR-
BANO DA CIDADE DE ERVAL VELHO / SC

Valor total do Contrato: R\$ 6.803.092,57 (Seis milhões, oitocentos
e três mil e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos)

Vigência: 07/05/2016

Erval Velho/SC, 27 de fevereiro de 2015.
alter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 016/2015

Edital de Pregão Presencial nº 008/2015

Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar para o ano
letivo de 2015.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comer-
cial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia
31 /03/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Muni-
cipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/
SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o
Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às
17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone
(049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no en-
dereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 017/2015

Edital de Pregão Presencial nº 009/2015

Objeto: Contratação de difusão radiofônica semanal.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comer-
cial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia
01/04/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Muni-
cipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/
SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o
Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às
17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone
(049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no en-
dereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 018/2015

Edital de Tomada de Preço nº 003/2015

Objeto: Instalação de Rede de Distribuição de Água Potável na Linha São Roque e Linha São João.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 06/04/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 019/2015

Edital de Tomada de Preço nº 004/2015

Objeto: Pavimentação Asfáltica com CAUQ da Rua Adélia Primo Tessari - Paralela a Rodovia BR 282 - Distrito Industrial de Erval Velho

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 07/04/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 46/PMF/2015

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades dos Programas CRAS e CREAS, durante o exercício corrente, por meio da Secretaria de Assistência Social do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitacoes@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 17 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 048/2015

DECRETO Nº 048, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2276, de 05 de dezembro de 2014 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes FME		
27.812.0026.1.030 – Construção, Ampliação e Reformas de Obras para Práticas Desportivas e de Lazer		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9801 (9)	R\$	243.750,00
Total	R\$	243.750,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão respectivamente à conta do Termo de Compromisso 797157/2013 firmado entre o Ministério dos Esportes, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a Reforma do Estádio Municipal Macieirão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 17 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 049/2015

DECRETO Nº 049, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (12)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem fins Lucrativos 0.1.0200 (11)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 17 DE MARÇO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0822/2015

PORTARIA N.º 0822, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRMA MORAES, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 476.369.719-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0823/2015

PORTARIA N.º 0823, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0824/2015

PORTARIA N.º 0824, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0825/2015

PORTARIA N.º 0825, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARISSE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.866.129-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0826/2015

PORTARIA N.º 0826, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0827/2015

PORTARIA N.º 0827, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0828/2015

PORTARIA N.º 0828, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0829/2015

PORTARIA N.º 0829, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0830/2015

PORTARIA N.º 0830, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.315.349-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0831/2015

PORTARIA N.º 0831, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA APARECIDA OLIVIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 781.785.339-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0832/2015

PORTARIA N.º 0832, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0833/2015

PORTARIA N.º 0833, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LAZZARETTI VACARIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.965.359-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0834/2015

PORTARIA N.º 0834, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 017.490.049-09, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0835/2015

PORTARIA N.º 0835, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FATIMA APARECIDA CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.657.989-86, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0836/2015

PORTARIA N.º 0836, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0837/2015

PORTARIA N.º 0837, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0838/2015

PORTARIA N.º 0838, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0839/2015

PORTARIA N.º 0839, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0840/2015

PORTARIA N.º 0840, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0841/2015

PORTARIA N.º 0841, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0842/2015

PORTARIA N.º 0842, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.316.149-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0843/2015

PORTARIA N.º 0843, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0844/2015

PORTARIA N.º 0844, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0845/2015

PORTARIA N.º 0845, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.749-30, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0846/2015

PORTARIA N.º 0846, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0847/2015

PORTARIA N.º 0847, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0848/2015

PORTARIA N.º 0848, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FÁTIMA PAULINO IESBIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.512.573-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0849/2015

PORTARIA N.º 0849, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAQUELINE LEANDRO GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.654.559-99, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0850/2015

PORTARIA N.º 0850, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.662.439-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0851/2015

PORTARIA N.º 0851, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA RODRIGUES BELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.243.649-45, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0852/2015

PORTARIA N.º 0852, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 023.010.559-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0853/2015

PORTARIA N.º 0853, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.537.759-77, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0854/2015

PORTARIA N.º 0854, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZA APARECIDA DE SOUZA CARVALHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.952.039-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0855/2015

PORTARIA N.º 0855, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0856/2015

PORTARIA N.º 0856, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais,

no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0857/2015

PORTARIA N.º 0857, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EUNICE PEDROZO MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 744.239.249-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0858/2015

PORTARIA N.º 0858, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.019-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0859/2015

PORTARIA N.º 0859, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STAGE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0860/2015

PORTARIA N.º 0860, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.389-43, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0861/2015

PORTARIA N.º 0861, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0862/2015

PORTARIA Nº 0862, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 058/2015, da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TAISE MARTA PAZIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.946.059-42, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, Função Gratificada FGM - NÍVEL 6, 40 horas semanais, ser responsável pelas publicações de procedimentos licitatórios, bem como responsável pelas aberturas de atas das sessões, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 1.739, de 27 de agosto de 2014.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0863/2015

PORTARIA Nº 0863, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 110/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE TERESINHA DUARTE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 674.447.259-34, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 17 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0864/2015

PORTARIA Nº 0864, DE 17 DE MARÇO DE 2015. Designa o Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 56/2015, da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SANDRA CRISTINA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 006.238.049-48, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 23 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0865/2015

PORTARIA N.º 0865, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0866/2015

PORTARIA N.º 0866, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.250.139-08, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0867/2015

PORTARIA N.º 0867, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.327.429-85, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0868/2015

PORTARIA N.º 0868, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.167.669-99, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de março de 2015 até 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de março DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 050/2015

DECRETO Nº 050, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0006, DE 03 DE
MARÇO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0006 de 03 de março de 2015, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 17 DE MARÇO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0006 DE 03 DE MARÇO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Engenheiro Civil - 20hs Quadro: I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 1 Área de Atuação: Geral

Disciplina: Engenheiro Civil - 20hs

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	9	VINÍCIOS FAZOLO	16	0	10	0	NÃO	23/07/1990
2	13	EDUARDO MIOTTO	14	0	10	2	NÃO	23/02/1982
3	23	PATRÍCIA GONÇALVES DA CUNHA	6	0	4	0	NÃO	03/09/1990
4	17	JAN MARCEL GOMES MARTINS	2	0	2	0	NÃO	15/02/1989
5	5	WESLEY DO NASCIMENTO MONTEIRO	0	0	0	0	NÃO	11/04/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0006 DE 03 DE MARÇO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Arquiteto - 20hs** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Arquiteto - 20hs**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	20	RACHEL ZANELLA MACHUCA	14	0	10	2	NÃO	09/01/1986
2	3	SAMANTHA BUSNELLO	13	0	10	1	NÃO	07/11/1986
3	21	FERNANDA FOLCHINI	10	10	0	0	NÃO	16/07/1978
4	25	GREICI LINASSI	8	0	8	0	NÃO	05/07/1986
5	7	JÉSSICA LUANA HARTMANN CANEPPLE	7	0	4	0	NÃO	06/05/1991
6	15	DANIEL CIPOLLI	6	0	6	0	NÃO	07/07/1978
7	1	JÉSSICA FAUSTO SOARES	6	0	6	0	NÃO	28/01/1991
8	11	MARIANA FIGUEIREDO	2	0	2	0	NÃO	05/05/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0006 DE 03 DE MARÇO DE 2015**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Engenheiro Civil - 40hs	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	3	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Engenheiro Civil - 40hs		

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	VINÍCIOS FAZOLO	16	0	10	0	NÃO	23/07/1990
2	14	EDUARDO MIOTTO	14	0	10	2	NÃO	23/02/1982
3	24	PATRICIA GONÇALVES DA CUNHA	6	0	4	0	NÃO	03/09/1990
4	18	JAN MARCEL GOMES MARTINS	2	0	2	0	NÃO	15/02/1989
5	6	WESLEY DO NASCIMENTO MONTEIRO	0	0	0	0	NÃO	11/04/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0006 DE 03 DE MARÇO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Arquiteto - 40hs** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Arquiteto - 40hs**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especialização	Cursos Área	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	19	RACHEL ZANELLA MACHUCA	14	0	10	2	NÃO	09/01/1986
2	4	SAMANTHA BUSNELLO	13	0	10	1	NÃO	07/11/1986
3	22	FERNANDA FOLCHINI	10	10	0	0	NÃO	16/07/1978
4	26	GREICI LINASSI	8	0	8	0	NÃO	05/07/1986
5	8	JÉSSICA LUANA HARTMANN CANEPPPELE	7	0	4	0	NÃO	06/05/1991
6	16	DANIELI CIPOLLI	6	0	6	0	NÃO	07/07/1978
7	2	JÉSSICA FAUSTO SOARES	6	0	6	0	NÃO	28/01/1991
8	12	MARIANA FIGUEIREDO	2	0	2	0	NÃO	05/05/1992

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO Nº 63/2015, PROJETO PRAÇA

CONTRATO Nº 063/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA
SURDI CONSTRUÇÕES LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no CNPJ/MF 01.616.039/0001-09, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente "Contratante", e de outro lado SURDI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rua da Heraclides Vieira Borges, nº 490, Bairro do Bosque, na cidade de Curitiba-SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 11 894 708 0001 5 neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor CIRO FONTAMA SURDI, doravante denominado de contratado, celebram entre si o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. Contratação de serviços de arquitetura e engenharia para elaboração de projetos, incluindo memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro entre outros, para construção/implantação de uma praça de convivência, junto ao passo municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto do presente contrato poderá e deverá ser realizada em instalações da empresa contratada, e ou, se for o caso nas dependências da prefeitura de Frei Rogério.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

3.1. Para execução dos serviços mencionados na cláusula anterior a "Contratante" pagará à "Contratada", a importância de R\$ 8.940,00 (oito mil, novecentos e quarenta reais) que serão pagos em 3 parcelas de, sendo as duas primeiras de 30% cada e a terceira de 40 % que serão pagas de acordo com o andamento dos serviços.

3.2. Não haverá reajuste de preço, durante a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela prestação de serviços do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula anterior.

4.2. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços, objeto do presente contrato, de acordo com a Cláusula Segunda, e demais cláusulas enunciadas.

4.1. O CONTRATADO será responsabilizado civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública, aos equipamentos sob sua responsabilidade ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes com o presente instrumento estão previstas no orçamento com a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1. Órgão 02 - Chefia do Executivo

Unidade 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto Atividade 2.005 - Manutenção da Secretaria de Obras e

Serviços Públicos Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0110
Código Reduzido - 135

CLÁUSULA SEXTA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1 - O presente Contrato está enquadrado dentro do limite de dispensa de Licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, baseados no que dispõe a lei nº 9.648 de 27 de Maio de 1998, publicada no Diário Oficial no dia 28 de Maio de 1998. (limites de Licitações).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A recusa na assinatura do contrato ou a execução parcial ou total do mesmo acarretará nas seguintes penalidades:

7.1.1- Em caso de recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, ou em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.1.2- Em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas no item 7.1.1 acima, multa até 15% (quinze por cento) do valor do contratado, de acordo com a gravidade da infração.

7.2 - Concomitantemente as penalidades pecuniárias previstas nesta Cláusula, poderão ser aplicadas ainda às seguintes sanções:

7.2.1- Advertência;

7.2.2- Suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

7.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

7.2.4- Demais consequências previstas neste contrato e na legislação administrativa e civil aplicável e especialmente as constantes do artigo 87 da lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

8.1.1- Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.2- Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

8.1.3- Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da prestação de serviços nos prazos estipulados;

8.1.4- Paralisação dos serviços, sem causa e prévia comunicação à administração;

8.1.5- Subcontratação total ou parcial do seu objeto;

8.1.6- Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7- Cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotados na forma do inciso 1º do artigo 67 da lei 8.666/93;

8.1.8- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa;

8.1.9- Supressão por parte da Administração, de compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no inciso 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93.

8.1.10- Suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

8.1.11- Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos

pela Administração decorrentes dos serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurando ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

8.1.12- Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.13- Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência à Administração;

8.1.14- Judicialmente, nos termos da legislação.

8.2 - Ficam reconhecidos, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir do dia 17 de março até o dia 31 de dezembro do ano de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DAS PARTES.

10.1 - Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.0078-Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO.

11.1 - Os serviços contratados serão fiscalizados pela CONTRATANTE, Prefeitura Municipal. Sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 -Todos os encargos sociais trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie que venha a ser devido em decorrência do presente contrato, correrão por conta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO.

14.1 - Os serviços ora contratados, pelo seu caráter temporário e específico não gera vínculo empregatício entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO.

15.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba / SC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinada.

Frei Rogério, 16 de março de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Contratante

SURDI CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS

1) 2)

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 25;26;27 E 28/2015

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 25; 26; 27 e 28/2014, provenientes do processo licitatório nº 27/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 19/2014, Registro de Preços Nº 10/2015 firmadas no dia 18/12/2014, com os seguintes fornecedores:

DOEL COMÉRCIO D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, ATA Nº 025/2014

CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME, ATA Nº 026/2014

PEGORARO MÓVEIS E MARMORES LTDA - ME, ATA Nº 027/2014

MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP, ATA Nº 028/2014, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 17 de março de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão serem obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 050 A 075

DECRETO Nº 050/2015

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL RELATIVO AO ANO BASE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, considerando o Código Tributário Municipal, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a prorrogação do vencimento da taxa de localização e permanência para o dia 12/03/2015, para aqueles que já retiraram a taxa com o vencimento para o dia 05/03/2015, e não efetuaram o pagamento poderão retirar a taxa com o vencimento atualizado sem cobrança de adicionais.

Paragrafo único - Posterior a este prazo, as empresas que não efetuarem o pagamento serão devidamente notificadas, como consta na LEI 525/2005.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 051/2015

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE CONTRATO ATUAL, REATIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO EXONERADO EM 19/12/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o pedido formulado pela senhora em questão e a orientação do departamento jurídico do Município de Galvão, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelada a contratação da senhora Marcia Bordignon, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, através do Decreto Municipal nº 030/2015.

Art. 2º. Fica ainda, reativada a contratação efetuada através do Decreto Municipal nº 072/2014 de 01/04/2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até o final da licença maternidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 052/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando a não lavratura do Decreto de exoneração do servidor quando da saída de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, na data de 31/08/1984, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Dorval Tissiani Vivan, ocupante do cargo de operador de maquinas rodoviárias, nomeado através do Decreto Municipal nº 032/1983 de 01/03/1983, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 31 de agosto de 1984.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 06 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 053/2015

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que novos candidatos estão na lista dos aprovados para atuarem junto ao magistério público municipal para o decorrer do exercício 2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a contratação da senhora Tatiane Paris, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, através do Decreto Municipal nº 022/2015 de 06/02/2015, junto a área de educação infantil, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 054/2015

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que novos candidatos estão na lista dos aprovados para atuarem junto ao magistério público municipal para o decorrer do exercício 2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a contratação da senhora Fernanda Rocha, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, através do Decreto Municipal nº 025/2015 de 06/02/2015, junto a área de educação infantil, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 055/2015

DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que novos candidatos estão na lista dos aprovados para atuarem junto ao magistério público municipal para o decorrer do exercício 2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a contratação da senhora Jaqueline Welsh, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, através do Decreto Municipal nº 026/2015 de 06/02/2015, junto a área de educação infantil, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 056/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao

referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Rubieli Aparecida Garbin, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 024/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor, área de Educação Infantil - Maternal I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 057/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Ivone Marta Trento Borges, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 023/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor, área de Educação Infantil - Maternal I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 058/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Joana Ap. de Campos Belle, contratada inicialmente através do Decreto

Municipal nº 027/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor, área de Educação Infantil - Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 059/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Renara Loureiro, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 028/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor, área de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Inglês, com carga horária de 34 (trinta e quatro) horas semanais, com início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 060/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Lidimara Cunico Cenci, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 029/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor com atuação na área do ensino fundamental na matéria de educação física, com carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 061/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO INICIALMENTE CONTRATADO EM CARÁTER EMERGENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da senhora Munique Gallina, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 031/2015 de 06/02/2015, ocupando a partir desta data o cargo de Professor com atuação na área do ensino fundamental nas matérias de matemática e ciências, com carga horária de 34 (trinta e quatro) horas semanais, com início a partir desta data e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 062/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Diana Terezinha Pegorini Bertuzzi, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil - Pré I, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 063/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Rosane Aparecida Bampi Baggi, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil - Maternal II, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 064/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Olivia Tenutti de Oliveira Rossoni, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil- Maternal II, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 065/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER

TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Nerediana Biasin, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil - horário de intervalo, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 066/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Simone Lidia Bebber, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil - Educação física, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 067/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao

referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Eva de Lurdes Inácio Grolli, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 068/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Eliane Tramontin Savio Garbin, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 069/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Grazielle Silveira, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 070/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Raquel Minozzo, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental - artes, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 071/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Clari Bettiato, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental - artes, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 072/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Patrícia Rosana de Campos, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de ensino fundamental - informática, com início no dia 09 de março de 2015 e término previsto para o dia 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 073/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA - PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, a servidora Lorimar Terezinha Zonta, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 90 (trinta) dias, com efeitos a partir do dia 16 de março de 2015 e término previsto para o dia 15 de junho de 2015, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 01/12/2008 até 30/11/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 074/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 002/2014, sendo que a servidora restou aprovada junto ao referido edital. Considerando a Licença concedida para a servidora Lorimar Terezinha Zonta, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Debora Toigo, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuação na área de educação infantil - , com início no dia 16 de março de 2015 e término previsto para o dia 15 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 075/2015

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA NOS REFERIDOS VENCIMENTOS EM RELAÇÃO A COHAB URBANA E RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a legislação em vigor, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinados os vencimentos para cobrança de COHAB urbana e rural para o ano de 2015.

- Serão retomadas as cobranças de COHAB urbana das parcelas referentes ao ano de 2014 e 2015, a partir de 10/04/2015 e assim a cada 30 (trinta) dias até o dia 10/12/2015.

- Retomadas também, as cobranças COHAB rural referentes ao ano de 2014 e 2015, nos vencimentos 30/04/2015, 30/05/2015, 30/06/2015, 30/09/2015, 30/10/2015, 30/11/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 11 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

PROCESSO DE LICITAÇÃO 020/2015**EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 020/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 013/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 30 de março de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SETE APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS QUENTE/FRIO E AQUISIÇÃO DE DUAS CADEIRAS ERGOMÉTRICA COM BASE GIRATORIA EM AÇO PARA SER UTILIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 17 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO FUNSAU 006/2015**EXTRATO DE EDITAL****PROCESSO LICITATÓRIO 006/2015****TOMADA DE PREÇO 002/2015**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 006/2015, Edital de Tomada de Preço 002/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 02 de abril de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação contratação de serviços médicos plantonista, clínico geral, para atendimentos na Unidade Básica de Saúde conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde e descrição no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 17 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Vanderlei Bez Batti

Gestor do Fundo

Garopaba**PREFEITURA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2015****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2015**

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando, que existem serviços especializados e provenientes de programas e convênios, que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho/ACESSUAS foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, com a finalidade de promover acesso aos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Programa a ser implementado em parceria com as secretarias de Assistência Social dos municípios e DF, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações (que institui quadro de funções públicas vinculadas e dá outras providências).

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2.O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3.O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4.No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2.DA INSCRIÇÃO

2.1.As inscrições serão recebidas de 18/03/2015 à 01/04/2015, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Garopaba, situada na Rua GRP 10 n.º 46, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8161, devendo o servidor responsável,

proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2.Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

ASSISTENTE SOCIAL	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas; Certificado de Conclusão do Ensino Médio, devidamente registrado no MEC; Diploma de conclusão de Curso Técnico ou Superior na área de informática, devidamente registrado no MEC; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
EDUCADOR SOCIAL	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Ensino Médio Completo; Curso de Formação na Área de (ou experiência comprovada); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

3.DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1.Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
ASSISTENTE SOCIAL	Habilitação profissional: Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Atribuições: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.	40 horas	R\$ 1.788,57	01
MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA (PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL)	Habilitação profissional: Ensino Médio completo, curso técnico ou superior na área de informática. Atribuições: Ensinar a operação de computador com softwares de uso comum, como Windows, Word e Excel para crianças e adolescentes; proporcionar conhecimento básico sobre digitação e Internet; proporcionar a aprendizagem no campo das tecnologias da informação e comunicação; preparar para o mercado de trabalho ou formação profissional; ampliar o conhecimento a partir do contato com novas tecnologias de informação e comunicação, não só na área específica de informática; promover o cuidado e manutenção dos equipamentos de informática a serviço do Programa de Inclusão Digital.	40 horas	R\$ 1.363,48	01

EDUCADOR SOCIAL - CRAS	Habilitação profissional: Ensino Médio Completo e Curso de Formação na Área (ou experiência comprovada). Atribuições: Prover atenção sócio-assistencial, realizar oficinas sócio-educativas sob orientação do técnico de nível superior responsável pelas ações no território definido no projeto; atuar na mediação dos processos grupais próprios do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertados no CRAS; atuar como referência para as crianças/adolescentes participantes do projeto; organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos programáticos do Serviço; colaborar para o processo de efetivação, execução e avaliação de Plano de Atendimento Individual (PIA); registrar as atividades desenvolvidas semanalmente, através de relatório próprio; participar de reuniões de planejamento e de avaliação do processo de trabalho; participar das atividades e encontros de capacitação da equipe de trabalho responsável pelo Serviço.	40 horas	R\$ 835,94	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Habilitação profissional: Alfabetizado. Atribuições: executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo.	40 horas	R\$ 835,94	01

4.DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1.O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1.Análise dos documentos apresentados.

4.1.2.Entrevista.

4.1.3.Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5.DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1.Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho do cargo ao qual é candidato.

6.DA ENTREVISTA

6.1.A entrevista será realizada com os (as) candidatos(as) selecionados(as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais dos quadros da Prefeitura Municipal de Garopaba.

6.2.Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a).

6.3.A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba (www.garopaba.sc.gov.br).

7.DO DESEMPATE:

7.1.Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. Mais idoso.

8.DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1.Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2.Os candidatos serão contratados em regime administrativo especial, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

8.3.A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a.classificação no processo seletivo simplificado;

b.idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. cédula de Identidade;

d. inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

- e. título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f. certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g. carteira de Trabalho;
- h. prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. certidão de casamento se for casado (a); ou de nascimento;
- j. certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- m. comprovante de residência;
- n. folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- o. uma foto 3X4, de frente e recente;
- p. declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;
- q. declaração de bens;
- r. outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

9.DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1.O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a.pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2.Os candidatos (as) aprovados (as) que virem a ser contratados(as) em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por

escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

10.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1.DOS RECURSOS

10.2.Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.3. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. nº do Processo Seletivo;
- b. cargo a que concorre;
- c. sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. identificação do candidato.

10.4.Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.5.A homologação do resultado final será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

10.6.Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.7.Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivas.

10.8.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO

AVALIAÇÃO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - ACESSUAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	2 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: MONITOR DA OFICINA DE INFORMÁTICA (PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL)

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (cada 2 anos)	3 pontos
Curso Superior na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	2 ponto	2 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Curso de Pós-Graduação na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: EDUCADOR SOCIAL

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (cada 2 anos)	3 pontos
Curso Superior na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	2 ponto	2 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de formação	0,5 ponto (por curso)	1 ponto
Curso de Pós-Graduação na área objeto para a qual está concorrendo, acompanhado do histórico escolar do curso.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL N. 005/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2015

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a implementação de programas e projetos que envolvem profissionais com formações específicas, ainda não contempladas em Concurso Público;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

Considerando a necessidade de reposição de vagas para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e cadastro de reserva, para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba, nos seguintes termos:

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, indicada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e designada pelo Prefeito Municipal.

1.2.A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br, e consistirá na contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3.O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4.O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.5.No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.6.O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público;
- pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente;

2.DA INSCRIÇÃO

2.1As inscrições recebidas de 18/03/2015 à 01/04/2015, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer dos documentos a seguir em vias originais e cópias:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Diploma, conforme formação exigida para o cargo;
- Comprovante de escolaridade, conforme formação exigida para o cargo;
- Registro no órgão de classe de Santa Catarina para atuação;
- Certidão de Regularidade do Registro Profissional, emitida pela Entidade de Classe;
- Comprovante de Residência;
- Comprovantes de títulos;

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentada pelo candidato.

3.DAS VAGAS

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES ATRIBUIÇÕES
-------	---------------	-------	-------------	--

Fonoaudiólogo	40hs	01	R\$ 1.788,57	<p>Habilitação profissional: Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.</p> <p>Atribuições: Desenvolver ações incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidado com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, controle do ruído, com vistas ao auto-cuidado; Desenvolver ações conjuntas com equipes multidisciplinares, visando ao acompanhamento das crianças e adolescentes que apresentam riscos para alterações no desenvolvimento; acolher as crianças e adolescentes que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações e atendimentos. Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência; Realizar ações que facilitam a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.</p>
Merendeira	40hs	04	R\$ 803,82	<p>Habilitação profissional: Alfabetizado</p> <p>Atribuições: Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar.</p>
Servente	40hs	02	R\$ 803,82	<p>Habilitação profissional: Alfabetizado</p> <p>Atribuições: Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprias da escola e serviços gerais de apoio administrativo.</p>
* Professor de Artes	30hs	01	R\$ 1.495,86	<p>Habilitação profissional: Curso Superior Completo com Licenciatura em Artes Plásticas.</p> <p>Atribuições: Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.</p>

* Professor Pedagogia	40hs	01	R\$ 1.994,49	Habilitação profissional: Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia com Habilitação para Educação Infantil e/ou Séries Iniciais Atribuições: Ministrar aulas de currículo de ensino infantil ou séries iniciais de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.
* Professor Pedagogia	20hs	06	R\$ 997,24	Habilitação profissional: Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia com Habilitação para Musicalização Atribuições: Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.
* Professor Pedagogia	20hs	01	R\$ 997,24	Habilitação profissional: Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia com Habilitação para Libras. Atribuições: Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

* Excepcionalmente, na ausência de candidatos com formação específica em sua área de atuação, poderão concorrer à vaga, candidatos portadores de Diploma de nível Superior na área da educação ou portadores de Habilitação no Magistério em nível médio, que possuam

comprovadamente, experiência na área para a qual pleiteiam o cargo.

4.DO PROCESSO SELETIVO

4.1O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

4.2Para contagem de títulos serão considerados válidos os cursos de formação e capacitação, direcionados para área de atuação do cargo ao qual o candidato inscrever-se, ministrados por instituições comprovadamente com registro no Ministério da Educação, ou fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Garopaba,

com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 2 (dois) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo I, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3A Comissão de Avaliação reservar-se-á o direito de não considerar documentos emitidos por instituições desconhecidas, com dados insuficientes ou sem dados suficientes para comprovação.

4.4Entende-se como documentos comprobatórios de títulos os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.5O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, ou declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

4.6A qualquer tempo a Comissão poderá convocar os candidatos inscritos para entrevista, na qual poderão ser solicitadas informações complementares.

5.CLASSIFICAÇÃO

5.1A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos.

5.2Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (um) pontos.

5.3Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

a. maior idade;

6.DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a)classificação no processo seletivo simplificado;

b)idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c)cédula de Identidade;

d)cartão de inscrição no CPF;

e)título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f)certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar;

g)carteira de Trabalho;

h)prova de inscrição no PIS/PASEP;

i)certidão de casamento se for casado (a); ou de nascimento;

j)certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

l)comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

m)registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

n)comprovante de residência;

o)folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

p)uma foto 3X4, de frente e recente;

q)declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

r)declaração de bens;

s)outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

7.DOS RECURSOS

7.1.Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2.Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) nº do Processo Seletivo;

b) cargo a que concorre;

c) sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3.Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1.A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8.2.Os candidatos serão contratados em regime administrativo estatutário, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3.Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.4.Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivas.

8.5.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.
ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 006/2015

FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR e MAGISTÉRIO

Comprovação da formação exigida para o cargo através de Diploma original (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de Especialização	0,5 ponto (por curso)	0,5 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h. * contados no limite de 200 (duzentas) horas	0,5 ponto por curso	2,5 pontos
Declaração de estar cursando PNAIC (Programa Nacional de Avaliação na Idade Certa)	2 pontos	2 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

FUNÇÕES DE NÍVEL ALFABETIZADO

Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	8 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (02 vias protocolo/candidato)

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 006/2015

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Carga horária: () 20 horas () 40 horas

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

-Carteira de Identidade;

-CPF;

-Cópia do Diploma ou Certificado, ou comprovante de escolaridade, conforme formação exigida para o cargo;

-Registro no órgão de classe de Santa Catarina (Professor de Educação Física, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo e outros que necessitem do Registro em Conselho para atuação);

-Comprovante de Residência;

-Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos (se os tiver);

-Comprovantes de títulos.

Garopaba - SC, ____/____/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

ANEXO III

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 006/2015

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: _____

Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Data: ____/____/____

- () Curso de Especialização
() Cursos de Capacitação

Experiência Profissional:

- () ano(s)
() mês(es)
() dia(s)

*Nota da Entrevista (Reservado a Comissão): _____

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2015

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2.O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3.O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4.No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2.DA INSCRIÇÃO

2.1.As inscrições serão recebidas de 18/03/2015 à 01/04/2015, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, situado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2.Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

mecânico	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física CPF; Comprovante de escolaridade Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de residência em nome do candidato, ou acompanhado de declaração do proprietário.
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de residência em nome do candidato, ou acompanhado de declaração do proprietário.
Motorista de Caminhão/ Automóvel E ÔNIBUS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade Ensino Fundamental (1º Grau); CNH profissional categoria "D" Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de residência em nome do candidato, ou acompanhado de declaração do proprietário.
Operador de Equipamentos	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; CNH profissional categoria "D"; Tempo de serviço comprovado (caso possua); Comprovante de residência em nome do candidato, ou acompanhado de declaração do proprietário.

3.DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1.Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
MECÂNICO	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Atribuições: Efetuar manutenção, revisão geral, conservação, recuperação e troca de peças de veículos de transporte, tratores e máquinas, a fim de mantê-los operacionalmente em condições de trabalho.	40 horas	R\$ 1.303,45	01
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	Habilitação profissional: Alfabetizado Atribuições: Executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceiteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.	40 horas	R\$ 835,94	25
Motorista de Caminhão/ Automóvel E ÔNIBUS	Habilitação profissional: Ensino Fundamental (1º Grau) com CNH profissional categoria "D" Atribuições: Dirigir e conservar automóveis, camionetas e caminhões, utilizados no transporte de passageiros e cargas em geral, de acordo com as instruções específicas.	40 horas	R\$ 1.113,66	05
Operador de Equipamentos	Habilitação profissional: Alfabetizado e CNH profissional categoria "D" Atribuições: Operar tratores, carregadeiras, retroescavadeiras e motoniveladoras na abertura, alargamento e conservação de estradas e vias públicas.	40 horas	R\$ 1.303,45	03

4.DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1.O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1.Análise dos documentos apresentados;

4.1.2.A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3.Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5.DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1.Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

6.DA ENTREVISTA

6.1.A entrevista será realizada com os(as) candidatos(as) selecionados(as), através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Prefeitura Municipal. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do(a) candidato(a);

6.2.A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba (www.garopaba.sc.gov.br).

7.DO DESEMPATE:

7.1.Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a.mais idoso.

8.DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1.Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.2.A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a.classificação no processo seletivo simplificado;

b.idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c.cédula de Identidade;

d.inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e.título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f.certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g.carteira de Trabalho;

h.prova de inscrição no PIS/PASEP;

i.certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

j.certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k.comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l.carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", (para os cargos com exigência);

m.registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);

n.comprovante de residência;

o.folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

p.uma foto 3X4, de frente e recente;

q.declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

r.declaração de bens;

s.outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

9.DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

9.1.O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b.por iniciativa do contratado;

c.por conveniência e oportunidade do serviço público;

d.pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

10.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1.DOS RECURSOS

10.1.1.Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2.Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a. nº do Processo Seletivo;

- b .cargo a que concorre;
- c. sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e .identificação do candidato.
- 10.1.3.Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.
- 10.2.A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.
- 10.3.Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo

Simplificado.

10.4.Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5.Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 17 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I

AVALIAÇÃO DO CARGO: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	Até 3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO DO CARGO: Motorista de Caminhão/Automóvel E ÔNIBUS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Entrevista	Até 2 pontos	2 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO DO CARGO: MECANICO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	5 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	2 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Entrevista	2 pontos	2 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO DO CARGO: Operador de Equipamentos

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Escolaridade acima do exigido para o cargo que está concorrendo.	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação	0,5 ponto por curso	1 ponto
Entrevista	Até 2 pontos	2 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL N. 007/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2015.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 006/2015

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível contratação de prestação de serviços de lavação, hora de manutenção mecânica, hora de manutenção elétrica, torno e solda, em veículos e máquinas, para atender as necessidades da Administração Municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 01/04/2015 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 16 de março de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 03/2015

DISTRATO Nº 003/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, a Sra. VIVIANE GERCKER LEANDRO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.354.044, CPF: 049.121.269-00, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 119 - Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nivel II, conforme publicação em Diário Oficial de 10/02/2015, página 186, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 23/01/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 033/2015.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 19 de fevereiro de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Viviana Pinheiro de Andrade
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42 Testemunha	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33 Testemunha

RELAÇÃO DE INSCRITOS EDITAL Nº 002/2015

PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA TESTE SELETIVO ACT – EDITAL 002/2015**

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DISCIPLINA	NÃO HABILITADO NÍVEL I	HABILITADO NÍVEL II	SITUAÇÃO
00001	DEISE CRISTINA DA COSTA	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00002	JOSÉ ALCIR DE ARAÚJO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00003	JULIANE FRANCINE UMLAUF	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00004	LEVY MULLER JUNIOR	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00005	EVANETE MARCELINO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00006	IVONE DARUCESKI	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00007	THAYNA DAYANE RAZINI	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00008	LINDOMAR SILVA DE JESUS	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00009	BRUNA SALES	MATEMÁTICA		X	DEFERIDO
00010	JULIO CESAR MENDES RIBAS	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	DEFERIDO
00011	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	DEFERIDO
00012	LUCILENE DE FÁTIMA MACHADO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00013	SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00014	SCEILA REGINA LINO	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00015	SOLANGE DA GRAÇA NOGUEIRA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00016	JÉSSICA BUENO DA ROSA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00017	MARIA DE FÁTIMA DE LIMA BARRETO	MATEMÁTICA		X	DEFERIDO
00018	DORALICE DE LIMA BARRETO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00019	MARIA MARGARIDA DE SOUZA	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00020	SOLANGE ALVES DOS SANTOS	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00021	LEOMAR FERNANDO DA SILVA	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	DEFERIDO
00022	RENATA VANESSA DE SANTANA	INGLÊS		X	DEFERIDO
00023	ELOÍSA CRISTINA DE SOUZA	ENSINO RELIGIOSO	X	X	INDEFERIDO
00024	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00025	MARI ESTELA JARECKI	ENSINO RELIGIOSO	X		INDEFERIDO
00026	MARCIA ODETE DA SILVA	MATEMÁTICA	X		DEFERIDO
00027	DANIELE DA SILVA DE LIMA	MATEMÁTICA	X		DEFERIDO
00028	ZENILDE STAMM	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	DEFERIDO
00029	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00030	JOSIANE SARAMENTO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00031	LUCIANA CRISTINA BLOCKI DE OLIVEIRA	ENSINO RELIGIOSO	X		INDEFERIDO
00032	GISELY VIEIRA DA CUNHA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00033	RENATA BONTORIN CHAVES	INGLÊS		X	DEFERIDO
00034	JANAYNA DA SILVA RODRIGUES	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		DEFERIDO
00035	MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00036	HENRIQUE OLIVEIRA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00037	ISTELLA BRENDA HEIN HUBNER	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		DEFERIDO
00038	IVANETE DA SILVA LOURENÇO COUTINHO	ENSINO RELIGIOSO		X	INDEFERIDO
00039	SONIA MARA DOS SANTOS CLEMENTE	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00040	HENDRYL ALSENO WASEN	GEOGRAFIA	X		INDEFERIDO
00041	ROSENILDA DO CARMO RODRIGUES	INGLÊS		X	DEFERIDO
00042	CLENIANE DEODORO LEITE AMARAL	SUPERVISÃO ESCOLAR		X	DEFERIDO
00043	MARIA REGINA DA SILVA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00044	JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00045	ANDERSON GONÇALVES LEITE	ENSINO RELIGIOSO	X		DEFERIDO
00046	RODRIGO REINERT	EDUCAÇÃO FÍSICA	X		DEFERIDO
00047	ALBERTO DE MORAES	EDUCAÇÃO FÍSICA		X	DEFERIDO

Adriane Beatriz Moecke Galando
 Presidente da Comissão
 Portaria 035/2015

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de tubos, grelhas, lajotas, tijolos, pavers, meio-fios, calhas, tampões e galeiras. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do dia 06/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 17/03/2014

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

OBJETO: Aquisição de Microchips e Equipamentos para Identificação Eletrônica de Animais. ENVELOPES: até às 09h do dia 30/03/2015. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 17 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DISPENSA Nº 30/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa Nº 30/2015

OBJETO: Aquisição de mobiliário para equipar a Praça dos Esportes e da Cultura a ser inaugurada no dia 18 de março, no bairro Gaspar Mirim. CONTRATADO: NELITA GOMES FARIAS EPP (11.943.540/0001-25). Valor Total Julgado: R\$ 4.010,00 (quatro mil e dez reais). BASE LEGAL: Art. 24, V, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 32/2015

OBJETO: Contratação do Grupo Tholl, para apresentação que realizar-se-á no dia 17 de março de 2015, às 20:00h (com duração de aproximadamente 75 min.), junto ao Ginásio de Esportes Prefeito João dos Santos, em comemoração ao Aniversário de 81 anos de Gaspar. CONTRATADO: OFICINA PERMANENTE DE TECNICAS CIRCENSES-OPTC (06.348.432/0001-74). Valor Total Julgado: R\$ 42.053,00 (quarenta e dois mil e cinquenta e três reais). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 33/2015

OBJETO: Contratação da Banda Pirão Catarina, para apresentação que realizar-se-á no dia 18 de março de 2015, às 18:00h (com duração de aproximadamente 1h30min.), junto ao Ginásio de Esportes Prefeito João dos Santos, em comemoração ao Aniversário de 81 anos de Gaspar. CONTRATADO: GABRIEL RODRIGO DAGNONI (077.277.659-88). Valor Total Julgado: R\$ 1.000,00 (um mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 06 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 34/2015

OBJETO: Contratação de Bini Eventos Culturais Ltda., para apresentação cultural de contação de histórias durante a Tarde Cultural, que realizar-se-á no dia 18 de março de 2015, a partir das 16 horas (com duração de aproximadamente 50 min.), junto ao Ginásio de Esportes Prefeito João dos Santos, em comemoração ao Aniversário de 81 anos de Gaspar. CONTRATADO: BINI EVENTOS CULTURAIS LTDA-ME (15.611.313/0001-53). Valor Total Julgado: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 35/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada, fornecedora de soluções para fundamentar, capacitar e subsidiar o agente público no exercício de suas atribuições, através de produtos e serviços que oferecem suporte, atualização e resolução de problemas em licitações e contratos. CONTRATADO: • ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A (86.781.069/0001-15). Valor Total Julgado: R\$ 9.271,98 (Nove mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos). BASE LEGAL: Art. 25, I e II, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.599, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.599, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E CONSTITUI COMISSÃO PARA REALIZÁ-LA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições em conformidade com o que estabelece a legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de se apurar o responsável e a qualificação do dano decorrente do acidente de trânsito ocorrido em 28 de novembro de 2013, no veículo Fiat Uno, de placas MEX 9775, de propriedade do Município de Gaspar,
RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo de Tomada de Contas Especial com a

finalidade de apurar o responsável e quantificar o dano ao erário decorrente do acidente de trânsito registrado no Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito PMSC, sob o nº 02143-2013-658, ocorrido em 28 de novembro de 2013, no veículo Fiat Uno, de placas MEX 9775, de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Constituir Comissão para Tomada de Contas Especial, formada pelos servidores Dulcinéia Santos, Caroline Wehmuth e Maraiza Zimmermann, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação desta Portaria e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a tomada de contas especial em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº. TC-13/2012, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 6/2015

OBJETO: Contratação de grupo teatral para criação e apresentação de peça teatral com a temática sustentabilidade e saneamento para o Programa Criação 2015.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 16/04/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 16/04/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 16 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 003/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/04/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 06/04/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 17 de Março de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, em cumprimento ao disposto no Artigo 9º, §4º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 14 horas do dia 18 de março de 2015, na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, no auditório da Câmara Municipal, com o objetivo de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras estabelecidas para o 3º QUADRIMESTRE DE 2014.

A sua participação é muito importante.

Governador Celso Ramos, 05 de março de 2015.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 01/2015****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Legislativo nº 001/2015 de 07/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 01/04/2015, as 14:00 horas, no endereço, Avenida Bela Vista nº 956, Calheiros, Governador Celso Ramos - SC, sede da Câmara Municipal a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 001/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Informamos que a integral do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site da Câmara Municipal, www.camara-gcr.sc.gov.br.

Objeto da Licitação

AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO

Governador Celso Ramos, 17 de Março de 2015.

HUGO ALVES FILHO

Pregoeiro

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO ADM. Nº 011/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

REGIMENTO: a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações.

Tipo: "MENOR PREÇO GLOBAL".

Objeto: Aquisição de veículo zero quilômetro, conforme anexos.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Dia: 27/03/2015

Hora: 10:00

Local: Sede do Samae de Governador Celso Ramos

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL.

Dia: Segunda a sexta-feira

Das 08:30 horas às 17:00 horas, na sede do Samae de Gov. Celso Ramos.

Site: www.samaegcr@samaegcr.com.br

ENTREGA DOS ENVELOPES, DO CREDENCIAMENTO

das 08:30 horas as 17:00 hs do dia 17/03/2015 encerrando as 09:45 do dia 27/03/2015 na sede da Samae de Governador Celso Ramos, sito a Avenida Bela Vista, sn, Calheiros - Governador Celso Ramos.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Samae de Governador Celso Ramos na Avenida Bela Vista, sn, Calheiros - Gov. Celso Ramos - SC, ou pelo fone- 48 - 3262.03.86 - e-mail - ailsonporto2012@hotmail.com

O SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, com sede na Avenida Bela Vista, sn, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº 005/2015 de 09/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com adjudicação pelo "MENOR PREÇO GLOBAL", visando à aquisição de um veículo 0 km constante no Anexo I, especificações dos itens. Os envelopes nº 01 - Proposta Comercial, nº 02 - Documentação e o Credenciamento deverão ser entregues até a data e horário abaixo, a saber:

a) Data: 27/03/2015

b) Local: Edifício sede do Samae, sito na Avenida Bela Vista sn- Calheiros - Gov. Celso Ramos/SC.

c) Horário: Até às 09:45 horas

I - DO OBJETO

1.1Aquisição de veículo zero quilômetro 1.4 Flex 4 P, conforme anexo I.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Licitação todos os interessados que atendam as seguintes condições:

a) preencham os requisitos legais para o exercício da atividade objeto do presente certame;

b) apresentem a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo IV.

III - DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTAÇÃO

3.1. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e os dois envelopes deverão ser entregues pessoalmente pelo representante do licitante no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo, todavia, não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso:

a) no Samae, na Avenida Bela Vista snº, Calheiros, Gov. Celso Ramos - SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Samae de Gov. Celso Ramos até a data e hora definido no preâmbulo deste edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (documentação) e, ainda, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Samae, na Avenida Bela Vista snº, Calheiros, Gov. Celso Ramos - SC, CEP - 88.190-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 005/2014.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Presencial nº 005/2014 e o nome e assinatura do responsável, ou conforme modelo Anexo IV.

3.3. Os envelopes deverão estar fechados de forma a não permitir sua violação, com a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

Samae de Gov. Celso Ramos
Pregão Presencial Nº 003/2015
Empresa Proponente:

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

Samae de Gov. Celso Ramos
Pregão Presencial Nº 003/2015
Empresa Proponente:

3.4. Na data, horário e local definido o Pregoeiro vai declarar aberta a sessão e receberá os envelopes contendo a proposta de Preços (envelope 01) e documentos de habilitação (envelope 02), e ainda, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação de que trata o subitem 3.2 deste edital.

3.4.1. A chegada tardia após aberta a sessão IMPEDIRÁ o licitante de participar, desta forma, é recomendável que o representante esteja presente com a devida antecedência.

3.5. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

IV - DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

4.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada;

4.1.2. Excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com quatro casas decimais;

4.2. O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua apresentação.

4.3. O prazo da entrega do produto objeto desta licitação será de 15 (quinze) dias contados da data de emissão da autorização de fornecimento, expedida pelo Samae, PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

4.4. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

4.5. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da legislação em vigor.

4.7. Serão rejeitadas as propostas que:

4.7.1. seja incompleta, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado;

4.7.2. contiver qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

4.8. As propostas deverão ser apresentadas sem emendas ou rasuras, principalmente no que tange a valores e números suscetíveis de gerar dúvidas quanto a sua autenticidade.

4.11. O Samae é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, VII, b, da Constituição

Federal de 1988.

V - DA HABILITAÇÃO

5.1 - No envelope nº 02 - Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

5.1.1. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.1.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;
5.1.1.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

5.1.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

5.1.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

5.1.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

5.1.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5.1.2. Declaração:

5.1.2.1. Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelo próprio licitante (conforme modelo constante do Anexo II, do presente edital).

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

5.1.3.1. Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.1.4. Habilitação Jurídica:

5.1.4.1. Prova de registro Comercial nos casos de empresa individual ou, nos casos de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, ata arquivada da assembléia da eleição de seus administradores. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza semelhante ao objeto de licitação, será dispensada a apresentação do referido documento na fase de habilitação, quando o mesmo tiver sido apresentado no credenciamento.

5.1.5. Qualificação Técnica:

5.1.5.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

5.2. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura de envelopes e julgamento, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo Pregoeiro ou membros da equipe de apoio (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

5.3. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

5.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas

as filiais e matriz.

5.5. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

VI - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES E ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1. A sessão de abertura dos envelopes e julgamento vai ocorrer na Sala de Licitações do Samae de Gov. Celso Ramos - Avenida Bela Vista, sn - Calheiros - Gov. Celso Ramos - SC.

6.2. Para fins de credenciamento junto ao pregoeiro, o representante da licitante deverá estar munido de:

a) documento de identidade;

b) instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida em cartório, com poderes para formular ofertas e lances de preços, negociar preços diretamente com o pregoeiro e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da empresa representada, ou Credenciamento conforme modelo Anexo III;

b.1.) No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social em vigor, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.2.) no caso de sócio da empresa, proprietário, dirigente ou assemblado, deverá apresentar cópia do Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

c) Declaração de que a empresa cumpre os requisitos de habilitação.

d) As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar no credenciamento a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.3. O representante credenciado é o único autorizado a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, respondendo, para todos os efeitos, por seu representado.

6.4. A não apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, entretanto, ficará o suposto representante, impedido de praticar quaisquer atos durante o processo em nome do licitante.

6.5. No decorrer da sessão poderá haver substituição do representante, desde que haja o credenciamento do novo representante na forma do subitem 6.2 deste edital.

6.6. Cada representante credenciado poderá representar apenas um licitante.

6.7. Após o credenciamento serão verificadas as declarações de que trata o subitem 3.2 deste Edital e em seguida, abertos os envelopes contendo a proposta de preços, com a rubrica pelo Pregoeiro e pelos representantes de todos licitantes.

VII - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, DA HABILITAÇÃO E DE EVENTUAIS RECURSOS

7.1. O julgamento das propostas de preços e da habilitação, a classificação final, a adjudicação e o exame preliminar dos recursos caberão ao Pregoeiro designado para este fim.

7.1.1. O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante que, satisfizerem as condições do edital.

7.2. O Pregoeiro abrirá os envelopes da proposta de preços e classificará o licitante com a proposta de menor preço Global, bem como aqueles com preços até 10% superiores àquele de menor preço global para fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.2.1. Nesta etapa, serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências estabelecidas neste edital, porém sem verificação da aceitabilidade do preço.

7.3. Caso não forem verificadas no mínimo 03 propostas de preço nas condições definidas no subitem serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), qualquer que seja o seu valor, para a apresentação de lances.

7.4. Na sequência, terá início à etapa de apresentação de lances verbais, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, iniciando-se por aquele que tiver sido classificado com a maior proposta escrita.

7.4.1. Caso duas ou mais propostas estejam com preços iguais, à ordem para a etapa de lances verbais será definida por sorteio.

7.4.2. Os lances deverão ter valores distintos e decrescentes em relação ao menor lance anteriormente apresentado.

7.4.3. Aquele que renunciar a apresentação de lance na forma do subitem 7.4.2 ficará impedido de participar das próximas rodadas de lances verbais.

7.4.4. Encerrados os lances verbais pelo desinteresse dos licitantes, as ofertas serão ordenadas pelo critério de menor preço.

7.4.5. Não poderá haver desistência dos lances verbais ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no item 17 deste edital.

7.5. Imediatamente após a etapa de lances, ocorrendo à participação de microempresa ou empresa de pequeno porte com entrega do documento previsto no subitem 3.6, o Pregoeiro verificará a ocorrência de eventual empate, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

7.5.1. É considerado empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6. No caso de empate nos termos do subitem 7.5.1, será oportunizado à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.6.1. Verificando-se valores iguais nas propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam enquadradas na situação prevista no subitem 7.5.1, a primeira a apresentar oferta será decidida por sorteio a ser realizado pelo Pregoeiro.

7.6.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte recusar o benefício previsto no subitem 7.6, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.3. Não verificada a hipótese prevista no subitem 7.5 ou não exercido o direito previsto no subitem 7.6, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente vencedora do certame.

7.7. Findos os lances verbais e ordenados os licitantes pelo critério do menor preço Global, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do valor apresentado, decidindo motivadamente a respeito.

7.7.1. Nesta etapa, é facultado ao Pregoeiro negociar o preço ofertado diretamente com o representante, visando a sua redução para compatibilização com o orçamento da Administração.

7.8. Havendo aceitação do menor preço Global, será efetuada a abertura do envelope de habilitação dos licitantes classificados nesta condição para verificação da documentação apresentada e sua conformidade com as exigências do edital.

7.9. Serão inabilitados os licitantes cuja documentação não atender às exigências deste edital.

7.9.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a documentação constante do subitem poderão sanar eventual restrição nos documentos de regularidade fiscal como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

7.10. Caso não for aceita a proposta vencedora ou se o licitante não atender as exigências do edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sem prejuízo do disposto no subitem 7.7.1.

7.11. Ultrapassada a fase de habilitação, será (ao) declarado(s) o(s) vencedor(es) do certame.

7.11.1. No caso de necessidade de apresentação de planilha da composição dos preços, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 24 horas para que o vencedor apresente o documento, devidamente ajustado ao lance vencedor.

7.12. Após declarado o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá, sob pena de preclusão, manifestar imediata, formal e motivadamente sua intenção de recorrer, quando será aberto o prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando desde logo, os demais licitantes intimados para prestar as contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.12.1. A intenção de recurso meramente protelatória, sem plausibilidade, poderá ser rechaçada pelo Pregoeiro, motivando as razões na própria ata.

7.12.2. Os recursos interpostos contra decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

7.13. As razões e contra-razões dos recursos deverão ser dirigidas ao Diretor Geral do Samae, protocolado pelo interessado na sede do Samae - Avenida Bela Vista, sn - Calheiros - Gov. - SC.

7.14. Recebido o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou remeter o processo devidamente informado para a autoridade superior para deliberação.

7.15. O resultado final da licitação será publicado no quadro de avisos existente no mural público desta câmara.

7.16. Após o julgamento definitivo das propostas de preços, de eventuais recursos e classificação final, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório para adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es) e homologação pela autoridade competente.

7.17. Poderá o Pregoeiro, caso julgue conveniente, suspender os trabalhos durante a sessão de abertura dos envelopes e julgamento, devendo neste caso, informar a data e horário de reabertura.

7.18. No caso do adjudicatário decair do direito de executar o objeto licitado, o Samae de Gov. Celso Ramos poderá revogar esta licitação, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.19. Da sessão de abertura dos envelopes e julgamento lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências. A ata deverá ser assinada pelo Pregoeiro e pelos representantes dos licitantes presentes.

7.20. Os envelopes de habilitação dos licitantes perdedores ficarão de posse do Pregoeiro até o adimplemento das obrigações contratuais, quando serão inutilizados.

VIII - DA QUALIDADE

8.1 - Os produtos adquiridos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição constante do Anexo I deste Edital, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se o Samae o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a promover suas substituições sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas.

8.2 - As empresas vencedoras serão responsáveis por seus produtos, valendo para resolução de qualquer dúvida, o Código de Defesa do Consumidor.

IX - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

9.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, neste Pregão e no Contrato.

9.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I - Multa de:

a) 1% (um por cento) do valor da proposta por dia de atraso na entrega das passagens, limitado a 20%.

b) 10% (dez por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora.

9.2.1. As multas deverão ser pagas junto a Tesouraria deste Samae até o dia de pagamento que a contratada tiver direito ou poderá ser cobrada judicialmente após a notificação.

II - Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso do Cadastro Central de Fornecedores do Samae de Gov. Celso Ramos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

9.3 - Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

9.4 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

9.5 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Samae poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

X - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

10.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

10.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será (ão) convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar o Contrato;

XI - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

11.1 - O prazo para entrega do objeto licitado será de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da autorização de fornecimento.

11.2 - Local de entrega: Samae de Gov. Celso Ramos.

XII - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1 - O recebimento do objeto licitado será feito por funcionário designado pelo presidente, sendo o mesmo responsável pelo recebimento e fiscalização objeto.

XIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária: (9) 44.90.52.52

Valor Estimado: O valor estimado para a aquisição do objeto licitado é de R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais).

XIV - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) neste Pregão, observado o que consta neste edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

14.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da autorização de fornecimento;

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser dirigidas por escrito ao Samae de Gov. Celso Ramos, mediante requerimento.

15.1.1 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão ficarão disponíveis para todos os interessados no Samae de Gov. Celso Ramos.

15.2 - Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, salvo disposição em contrário oriunda de Lei Federal ou Medida Provisória.

15.3 - É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.3.1 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4 - A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.5 - Não será permitida a subcontratação do objeto deste Edital.

15.6 - O Samae de Gov. Celso Ramos poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.7 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

15.8 - A Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

15.9 - Cópia deste ato convocatório poderá ser obtida no Samae de Gov. Celso Ramos, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das

08:00 as 18:00 horas.

15.10. No interesse do Samae, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

15.11 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Declaração;

ANEXO III - Modelo de Credenciamento;

ANEXO IV - Modelo de Declaração para Habilitação.

ANEXO V - Minuta do Contrato

15.12. Fica a licitante ciente de que a simples apresentação da documentação e proposta implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

15.13 - Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Setor de Licitações, Avenida Bela Vista sn, Calheiros, Gov. Celso Ramos/SC - CEP: 88.190-000, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08:00 h as 18:00 horas, ou pelo telefone nº (0xx48) 3262-03.86, e-mail Rh@samaegcr.com.br e no site www.samaegcr@samaegcr.com.br

15.14 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação é competente, por força de lei, o Foro da Comarca do Município de Biguaçu, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Gov. Celso Ramos (SC), 18 de Março de 2015.

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL

PREGÃO Nº 003/2015

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Objeto: Aquisição de veículo zero quilômetro, conforme anexo.

Tipo: "MENOR PREÇO GLOBAL".

Descrição: Aquisição de veículo zero quilômetro, ano 2015, modelo 2015, conforme características e especificações mínimas abaixo e demais, constantes no Edital de Pregão Presencial nº 003/2015 e seus anexos.

- * Banco traseiro rebatível
- * Barras longitudinais no teto
- * Bolsa porta-objetos nas portas dianteiras
- * Bolsa porta-revistas no encosto dos bancos dianteiros
- * Brake light
- * Calotas integrais
- * Chave desmodrômica
- * Cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos com regulagem de altura
- * Cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos
- * Computador de Bordo (distância, consumo médio, consumo instantâneo, autonomia, velocidade média e tempo de percurso)
- * Console central com porta-objetos e porta-copos (2 dianteiros e 1 traseiro)
- * Conta giros;
- * Desembaçador do vidro traseiro temporizado
- * direção hidráulica
- * Drive by wire (controle eletrônico da aceleração)
- * Espelho no para-sol lados motorista e passageiro
- * Follow me home
- * Frisos laterais
- * Grade frontal na cor do veículo
- * HSD (High safety drive) - airbag duplo 9motorista e passageiro)

e ABS com EBD

- * Hodômetro digital (total e parcial)
- * limpador e lavador dos vidros dianteiro e traseiro com intermitência
- * luzes de leitura dianteira e traseira
- * Motor 1.4 8v flex
- * Pára-choques na cor do veículo
- * Porta-garrafas nas portas traseiras
- * porta objetos sob o teto
- * Portas laterais traseiras deslizantes lados motorista e passageiro
- * portas traseiras assimétricas
- * Protetor de cárter
- * Relógio digital
- * Retrovisores externos com comando interno mecânico
- * Retrovisores externos na cor do veículo
- * revestimento interno completo das colunas centrais e traseiras
- * Rodas de aço estampado 5.5 x 15" + pneus 185/60 r 15
- * Sistema de gerenciamento elétrico e eletrônico
- * Tomada 12 V
- * Travas elétricas
- * Vidros climatizados verdes
- * Vidros elétricos dianteiros com one-touch (subida e descida) para motorista
- * Válvula antirrefluxo de combustível
- * Branco banchisa
- * Revestimento : malha twiste

OPCIONAIS INCLUIDOS

. Ar-condicionado + Para-brisas degradê

Valor Estimado: O valor estimado para a aquisição do objeto licitado é de R\$ 65.800,00 (Sessenta e cinco mil e oitocentos reais).

O veículo deverá ser entregue na sede do Samae de Governador Celso Ramos, no endereço descrito neste edital.

PREGÃO Nº 003/2014

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____ portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____

DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

Identificação da empresa e assinatura do representante Legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO Nº 003/2014

ANEXO III , MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____

_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Samae de Gov. Celso Ramos-SC, na modalidade PREGÃO nº 003/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de _____

Carimbo e Assinatura do Credenciante com Firma Reconhecida

PREGÃO Nº 003/2014

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____(nome completo), RG nº _____, representante legal da _____(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão nº ____/12, realizado pela Prefeitura Municipal De Areias, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame. Data e assinatura do representante legal

PREGÃO Nº 003/2014

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO 003/2014, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital em epígrafe.

_____, em ____ de ____ de _____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PREGÃO Nº 003/2014

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº 000/0000

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, CONFORME EDITAL DE PREGÃO N.º 003/2014, EM ANEXO.

O Samae de Gov. Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Gov. Celso Ramos, e Estado de Santa Catarina, na Avenida Bela Vista sn.º, Calheiros, inscrito no CNPJ nº 74.047.341.0001-59, neste ato representado por Seu Diretor Sr. ALCIDES PEREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Horacio Fiel, nº 40 Fazenda da Armação em Gov. Celso Ramos - SC, portador da carteira de identidade nº 3091020, e Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 888.637.199-34, que este subscreve, daqui para frente denominada simplesmente CONTRATANTE e do outro lado a empresa ***, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ***, com sede à Rua **, neste ato representa por seu sócio administrador senhor **, inscrito no CPF sob o nº **, e portador da RG sob o nº **, doravante denominada de CONTRATADA, firmam o presente contrato com os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a aquisição de veículo zero quilômetro, conforme anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento

2.1 - O fornecimento dos materiais do presente Contrato será em até 30 (trinta) dias, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xxxxxxxxxx,00 (xxxxxxxxxx reais).

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - A nota fiscal emitida será paga em até 30 dias após sua apresentação na Divisão de Contabilidade, deste Samae.

4.2 - É vedado à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

CLÁUSULA QUINTA - Prazos

5.1 - O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias a partir de sua assinatura, prorrogáveis nas hipóteses legais.

5.2 - O fornecimento do produto será realizado pelo fornecedor, conforme solicitado pela Câmara Municipal de Gov. Celso Ramos.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

(9) 4.4.90.52.52.00.00.00

Valor Estimado: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Gestão Do Contrato

7.1 - A gestão do termo contratual será realizada pelo Samae de Governador Celso Ramos, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O Samae exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

8.2 - A fiscalização do Samae transmitirá por escrito às instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades da Contratante

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;

9.2 - Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público;

9.3 - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;

9.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela Contratada;

9.5 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato;

9.6 - Conferir, vistoriar e aprovar o material entregue pela Contratada;

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da Contratada

10.1 - A empresa vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que a CONTRATADA realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste edital e demais documentos técnicos fornecidos.

10.3 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

10.4 - Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do objeto contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização da CONTRATADA.

10.5 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6 - Entregar todos os materiais, primando pela qualidade dos mesmos, de acordo com as especificações e quantitativos, constantes deste contrato, proposta e do Edital de Pregão n.º 005/2014 e seus anexos;

10.7 - Considerar que as ações de fiscalização da CONTRATANTE não exoneram a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

10.8 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias ao fornecimento dos materiais objeto do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades

11.1 - Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da CONTRATANTE a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto deste contrato;
II. 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora.

11.2 - O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, a CONTRATANTE terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

11.3 - As multas deverão ser pagas junto à Unidade da Contabilidade da CONTRATANTE até o dia de pagamento que a CONTRATADA tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Rescisão

12.1 - A rescisão do presente poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;
b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela contratante, com as consequências previstas na cláusula décima - primeira;
c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo

no processo licitatório, desde que haja conveniência da Contratante;

d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;

e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

g) ficam resguardados os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:

a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com a Contratante e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da Contratante. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 8.666/93 e alterações;
- b) Código de Defesa do Consumidor;
- c) Código Civil;
- d) Código Penal;
- e) Código Processo Civil;
- f) Código Processo Penal;
- g) Legislação trabalhista e previdenciária;
- h) Estatuto da Criança e do adolescente;
- i) E demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA -QUARTA - Foro

14.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, com renúncia expressa a qualquer outro.

14.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gov. Celso Ramos, xx de xxxxxxxx de xxxx.

SAMAE DE GOV CELSO RAMOS
ALCIDES PEREIRA
DIRETOR
CPF

CONTRATADA
nome representante
Cargo
CPF

TESTEMUNHAS
Nome
CPF

Nome
CPF

Grão Pará

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA GRAFIMAC LTDA-2015

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Administração e Fazenda do Município de Grão-Pará, no que tange à impressão dos carnês do IPTU.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Grafimac Ltda

Empenho: 2522

Valor: R\$ 618,95

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N 10-2015 ALTERAÇÃO DA LEI 991-2000

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 10/2015

(De 17 de março de 2015)

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 991, DE 04 DE ABRIL DE 2000, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o § 1º do art. 16 da Lei Municipal nº 991/2000, de 04 de abril de 2000, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 16. [...].

§ 1º - O funcionário poderá ser designado, por ato do Poder Executivo, para ter horário de trabalho reduzido para 05 (cinco), 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, percebendo vencimento proporcional às horas trabalhadas, com mútuo consentimento.

[...]."

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria constante do orçamento municipal para o Exercício de 2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2015.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 17 de março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1993-2015-ALTERA LEI 1.939-2013 (PAC 2)

LEI MUNICIPAL Nº 1.993/2015

(De 17 de março de 2015)

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.939, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013, E dá outras providências”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do Art. 1º da Lei Municipal nº 1.939, de 11 de dezembro de 2013, conforme descrito abaixo.

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte - PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 3ª Etapa, regulamentado pela Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, destinados à execução de obras de pavimentação e qualificação de vias existentes neste Município, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 17 de março de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 17 de março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 03.2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015.

CONTRATO DE RATEIO SISBI/SUASA/POA DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC E O CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS - PARANÁ E SANTA CATARINA - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.821.216/0001-82, com sede na rua Ademar de Barros, 85, neste Município e Estado, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor Roque Luiz Meneghini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 626.965.139-53, residente e domiciliado na rua Olavo Bilac, centro, neste Município e Estado.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS - PARANÁ E SANTA CATARINA - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL,, pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, com sede na Almirante Tamandaré, nº 221, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente Senhor Oli do Nascimento, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.453.500-63, residente e domiciliado na Linha Sagrada Família, município de Princesa- SC.

Das Disposições Gerais

Aplicam-se ao presente Contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005 e suas alterações, Decreto Federal nº 6.017, de 17/01/2007, da Lei Municipal nº 2090, de 03/11/2008 e do Contrato de Programa do Consórcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local - CONSAD.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - O presente Contrato tem por objeto o custeio de despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços do SISBI/SUASA/POA, de 13 de março de 2015 à 30 de junho de 2015.

1.2 - As obrigações de pagamentos de remunerações, cumprimentos dos encargos trabalhistas, previdenciários e a contratação de seguros de vida para os servidores do CONTRATADO disponibilizados ao CONTRATANTE durante o período da prestação de serviços ficam na inteira responsabilidade do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DOS VALORES

2.1 - Este contrato está sujeito a alteração dos valores por meio de termo aditivo quando o Município apresentar novas empresas a serem inspecionadas pelo Serviço de Inspeção do Consórcio, obedecendo a classificação de empreendimentos no que diz respeito ao regulamento de nº 07 e seus anexos (horas necessárias por atividade).

2.2 - Poderá ser reduzido os valores do contrato em caso de cédência de servidor na proporção das horas em serviços de inspeção em unidades de SISBI, ou em outras áreas de atuação. O valor da redução das horas será baseado no custo da hora do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

3.1 - O presente Contrato terá vigência no período de 13 de março

de 2015 à 30 de junho de 2015.

3.2 - As possíveis alterações deste Contrato, nos casos de ajustamento de sua prorrogação de execução física ou financeira ou prazo de vigência, será efetivada por meio de Termo Aditivo provocado pelo CONTRATANTE, mediante apresentação das respectivas justificativas, sendo necessária a concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 - Para a execução do presente Contrato, o CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO até o dia 30 de cada mês os valores abaixo:

Rubrica	Especificação	13 de março de 2015 a 30 de junho de 2015	Mensal (R\$)
3.1.71.70	Aplicações Diretas (salários/encargos)	R\$ 36.258,30	R\$ 10.166,00
3.3.71.70	Aplicações Diretas (outros)	R\$ 3.885,96	R\$ R\$ 1.089,40
	Total	R\$ 40.144,26	R\$ 11.255,40

4.2 - Os recursos financeiros serão depositados até o dia 30 de cada mês, na Conta Corrente nº 5293-0, Agência nº 5237-X, Banco do Brasil, Praça São Miguel do Oeste SC, mediante apresentação do relatório dos serviços prestados.

O não pagamento até a data acima ocasionará a não prestação de serviço no mês seguinte.

4.3 - As despesas do presente Contrato correrão por conta do orçamento corrente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

5.1 - Deverá ser apresentada Prestação de Contas individualizada por repasse de dos recursos financeiros num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados da data do depósito dos recursos em conta corrente bancária, devendo fazer parte, dentre outros, os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- balancete de prestação de contas;
- extrato bancário da conta corrente e da aplicação financeira, caso houver, com a movimentação completa do período;
- recibo;
- Cópia das FAIS para comprovação do serviço prestado;

5.2 - Será considerado responsável pela aplicação, comprovação e encaminhamento de Prestações de Contas dos recursos financeiros recebidos por conta deste Contrato, o Presidente do CONSAD - Ordenador Primário e o Tesoureiro - Ordenador Secundário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.1 - O CONTRATANTE obriga-se:

- a efetuar mensalmente o repasse dos recursos financeiros, nos valores e condições firmadas;
- a cobrar, receber e proceder a baixa das Prestações de Contas com situação regular;
- a não proceder ao repasse de recursos financeiros nos casos de não apresentação de Prestação de Contas; e,
- a fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros de acordo com o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS REGIMES ESPECIAIS DE FISCALIZAÇÃO

E MULTAS:

7.1 - A situação de empresas a serem enquadradas em situação de Regime Especial de Fiscalização (REF) será de responsabilidade integral das mesmas, no que se refere aos custos do regime. O pagamento se dará da seguinte forma: a empresa fará o repasse para o Município e o mesmo para o Consórcio imediatamente após o serviço ter sido prestado.

7.2 - As multas aplicadas as empresas serão de responsabilidade das mesmas. O pagamento será via Consórcio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

8.1 - O CONTRATADO obriga-se:

- a executar o objeto do presente Contrato; e,
- a efetuar a Prestação de Contas dos recursos financeiros recebidos de acordo com o objeto do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A rescisão do presente Contrato poderá ser efetuada a qualquer tempo por mútuo acordo entre as partes, por decisão unilateral do CONTRATANTE, se assim o exigir o interesse público e outras previsões legais.

9.2 - Constitui-se motivo de rescisão do presente Contrato o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas particularmente quando constatado pelo CONTRATANTE a não execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO:

10.1 - As dúvidas que possam advir do presente Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de São Miguel do Oeste SC.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Guaraciaba (SC), em 13 de março de 2015.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Prefeito Municipal

CONTRATADO

CONSAD

Oli do Nascimento

Presidente do CONSAD

Testemunhas:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO 2 CHAMADA MERENDA 03 2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE CHAMADA DE

AMOSTRAS DE

LICITAÇÃO

Edital: Pregão – Registro de Preços - 03/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

2º CHAMADA

Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valores relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produtos no prazo máximo de 2 (dois) dias , ou seja 19 de Março de 2015 até as 16:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :

ITEM 18 CAFÉ TORRADO E MOÍDO, PACOTE COM 500G, GRÃOS TORRADOS E MOÍDOS. CAFÉ TRADICIONAL. DEVE APRESENTAR SELO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DECAFÉ). EMBALAGEM ÍNTEGRA DE ALUMÍNIO A VÁCUO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE EDEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. APÓS SER PREPARADO EM ÁGUA FERVENTE,O CAFÉ DEVE APRESENTAR ODOR MARCANTE, COLORAÇÃO 369020 - 369020 – L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME, 480 UN R\$ 4,97

ITEM 25 CHÁ SABOR CAMOMILA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). NAO DEVAE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA MATE.RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 369020 – L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME 120 UN R\$1,51

ITEM 26 CHÁ SABOR CAPIM-CIDREIRA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 366374 – COMERCIAL STORINNY LTDA ME 120 UN R\$1,69

ITEM 29 CHÁ SABOR MAÇÃ. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15 G) NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 369020 – L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME 140 UN R\$2,16

ITEM 35 EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 340G, DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: TOMATE, AÇUCAR E SAL. EMBALAGEM ÍNTEGRA TIPO LATA COM TAMPA ABRE FÁCIL, A VÁCUO, SEM CONSERVANTES. A EMBALAGEM NÃO DEVE APRESENTAR-SE COM PONTOS DANIFICADOS, AMASSADOS OU ENFERRUJADOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 2920557 – DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME 2.900 UN R\$2,65

ITEM 37 FARINHA DE MANDIOCA. GRUPO FARINHA SECA, SUBGRUPO EXTRA-FINA OU FINA, CLASSE BRANCA, TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 369020 –

L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME 950 KG R\$2,15

ITEM 46 FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, ENRIQUECIDOS COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (PREPARO RÁPIDO). EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES COM. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. 327107 – SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP 6.300 UN R\$ 0,85

ITEM 53 IOGURTE LIGHT, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES (EMBALAGEM 850G), INGREDIENTES: LEITE DESNATADO E OU LEITE DESNATADO RECONSTITUÍDO, PREPARADO DE FRUTAS, EDULCORANTES ARTIFICIAIS, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, CORANTE, CONSERVADOR, ESPESSANTE E FERMENTO LÁCTEO. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/ CREMOSA RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS 327107 – SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP 20 UN R\$7,63

ITEM 72 PÃO DE MINUTO. PÃO PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. NÃO DEVE CONTER LEITE ENTRE OS INGREDIENTES DA RECEITA - PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE= 50 GRAMAS. DEVE APRESENTAR MASSA FRESCA, MACIA E DECOLORAÇÃO CLARA. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO INFORMAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA. RÓTULO INDICANDO: INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. 41882 - JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI 51.000 UN R\$0,33

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433

GUARAMIRIM (SC), 17/03/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº. 81/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 81/2015

Cria e altera dispositivos da Lei Complementar nº 12/2009, de 18 de dezembro de 2009.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o inciso III do artigo 12 da Lei Complementar nº. 12/2009, o qual passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12. [...]"

III - Fiscalizar a gestão do Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor (FMPDC)."

Art. 2º. Fica alterado o parágrafo único do artigo 16 da Lei Complementar nº 12/2009, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 16. [...]"

Parágrafo único. O FMPDC será gerido e gerenciado pelo Diretor do Programa Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, e será destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Defesa do Consumidor, prevista nesta Lei cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON".

Art. 3º. Ficam criados os incisos VI e VII no artigo 17 da Lei Complementar nº 12/2009, os quais terão a seguinte redação:

"Art. 17. [...]"

VI - No treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos na área específica;

VII - Na aquisição de equipamentos destinados ao aperfeiçoamento de serviços de fiscalização e orientação."

Art. 4º. Fica alterado o caput do artigo 19, da Lei Complementar nº. 12/2009, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 19. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, sendo gerido pelo Diretor do Programa Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, com fiscalização do Conselho Municipal."

Art. 5º. Fica alterado o caput do artigo 21, da Lei Complementar nº. 12/2009, o qual passará a ter a seguinte redação:

"Art. 21. Ao Diretor do Programa Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, no exercício da gestão do Fundo, compete administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo, sendo obrigatória a aprovação do CONDECON sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, cabendo-lhe ainda:"

Art. 6º. Fica alterado o § 1º do artigo 35 da Lei Complementar nº. 12/2009, o qual passará a ter a seguinte redação:

"§ 1º As categorias de faturamento e as respectivas bases de cálculo da multa são:

Faturamento em R\$	Base de cálculo em UFM
Até 10.000,00	4,00
De 10.001,00 até 15.000,00	4,5
De 15.001,00 até 22.500,00	5,0
De 22.501,00 até 33.750,00	5,5
De 33.751,000 até 50.625,00	7,0
De 50.626,00 até 75.937,50	8,5
De 75.937,51 até 113.906,25	10,00
De 113.906,26 até 170.859,37	11,00

De 170.859,38 até 256.289,06	12,00
De 256.289,07 até 384.433,59	14,00
De 384.433,60 até 576.650,38	20,00
De 576.650,39 até 864.975,57	28,00
De 864.975,58 até 1.297,37	41,00
De 1.297.463,38 até 1.946.195,05	83,00
De 1.946.195,06 até 2.919.292,58	89,00
De 2.919.292,59 até 4.378.938,87	95,00
De 4.378.938,88 até 6.568.408,31	102,00
De 6.568.408,32 até 9.852.612,46	120,00
De 9.852.612,47 até 14.778.918,69	130,00
De 14.778.918,70 até 22.168.378,04	145,00
De 22.168.378,05 até 33.252.567,07	158,00
De 33.252.567,08 até 49.878.850,60	171,00
De 49.878.850,61 até 74.818.275,91	215,00
De 74.818.275,92 até 112.227.413,86	225,00
De 112.227.413,87 até 168.341.120,80	238,00
De 168.341.120,81 até 252.511.681,20	253,00
De 252.511.681,21 até 378.767.521,80	260,00
De 378.767.521,87 até 568.151.282,70	275,00
De 568.151.282,71 até 852.226.924,05	300,00
De 852.226.924,06 até 1.278.340.386,07	415,00
De 1.278.340.386,08 até 1.917.510.579,10	480,00
De 1.917.510.579,11 até 2.876.265.868,65	520,00
De 2.876.265.868,66 até 4.314.398.802,97	550,00
De 4.314.398.802,98 até 6.471.598.204,45	580,00
De 6.471.598.204,46 até 9.707.397.306,67	615,00
De 9.707.397.306,68 até 14.561.095.960,00	650,00
Mais de 14.561.095.960,00	700,00 até 57.000,00

Art. 7º. Fica alterado o § 3º do artigo 82, da Lei Complementar nº. 12/2009, o qual passará a ter a seguinte redação:

"§ 3º Não comparecendo o reclamado à audiência de conciliação e havendo indícios de infração às normas de defesa do consumidor, a reclamação será encaminhada ao Diretor do PROCON, para as devidas providências."

Art. 8º. As demais disposições da Lei Complementar nº. 12/2009 permanecem inalteradas.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 168/2015

PORTARIA Nº. 168/2015

ANULA Processo Administrativo Disciplinar Instaurado pela Portaria nº. 374/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Anular Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 374/2014, devido ao vício formal insanável apurado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 169/2015

PORTARIA Nº. 169/2015

PRORROGA Sindicância Administrativa Instaurada pela Portaria nº. 33/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o parágrafo único, art. 52 da Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria nº. 33/2015, por mais 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de março de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EDITAL 01/2015 SEC.MUNIC.SAÚDE**

EDITAL 01/2015

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATÓRIO 3º QUADRIMESTRE/2014 - SAÚDE

"Edital de Audiência Pública do Fundo Municipal de Saúde, destinada a apresentação do Relatório Quadrimestral 3º. Quadrimestre - 2014 e Acumulado de Acordo com Lei Federal Complementar Nº. 141, de 13 de Janeiro de 2012".

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul SC torna público a quem de direito e quem mais possa interessar que:

I - Fará realizar Audiência Pública no dia 31 de março de 2015, na sede do Centro dos Idosos de Guarujá do Sul, sita nesta cidade à Rua Ceará n.º 370 Bairro - Centro, com início às 14:00, para apresentação de Relatório Quadrimestral 3º Quadrimestre - 2014 e Acumulado, contendo o demonstrativo do montante e fonte dos recursos aplicados no período, relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde, relatório da execução financeira por bloco de financiamento e rede física, ofertas e produção de serviços públicos de saúde.

II- Durante a Audiência pública, a sociedade civil organizada e demais munícipes, poderão participar, dando idéias e sugestões, de modo a nortear as ações para os períodos seguintes de acordo com a realidade do município, obedecendo as prioridades e dentro de suas necessidades.

Guarujá do Sul - SC, 13 de março de 2015.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Vera Lurdes Segat

Gestora Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO - FMAS 10 E 11

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 10/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: BOSA & BOSA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social), Centro de Convivência do Idosos e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 33.197,92

VIGENCIA: 30/08/2015

Guarujá do Sul, SC, 17 de março de 2015.

Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 11/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.

02/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: SUPERMERCADO E TRANSPORTES GALLERT LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza para atender ao CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social), Centro de Convivência do Idosos e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 23.350,82

VIGENCIA: 30/08/2015

Guarujá do Sul, SC, 17 de março de 2015.

Adelise de Oliveira,

Gestora do FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 008/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 012/2015

Dispensa nº 003/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 008/2015 DE 13/03/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Brandalise & Padilha Assessoria, Consultoria em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho Ltda - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, para a elaboração do PPRA, LTCAT e PCMSO durante o ano de 2015.

VALOR - R\$ 7.600,00 (sete mil seiscentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária nº Lei Orçamentária 3081/2014 de 12/12/2014.

Herval d'Oeste, em 13 de março de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Pela

SIDNEI PADILHA

Contratada

DECRETO Nº 3.401/2015

DECRETO Nº 3.401 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.081 de 12/12/14 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 2.902.877,43 (Dois milhões, novecentos e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e três centavos), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios e recursos de alienação, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0089-32

Valor: R\$ 2.877,43

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 1.052 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 29

Valor: R\$ 2.450.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
 Proj./Atividade: 1.053 - Construção, Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Água Rural
 Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 30
 Valor: R\$ 160.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
 Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
 Proj./Atividade: 2.060 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE
 Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 31
 Valor: R\$ 290.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d Oeste (SC), 17 de março de 2015.
 NELSON GUINDANI
 Prefeito

EDITAL Nº 014/2015/SMECE

EDITAL Nº 014/2015/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 291/2011 de 22 de dezembro de 2011, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;
 Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;
 Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;
 Considerando o esgotamento das listas de aprovados e/ou a inexistência de aprovados no processo seletivo e concurso público originado pelo Edital nº 016/2014/SMECE/SMAMA, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo e Concurso Público referentes ao Edital nº 016/2014/SMECE/SMAMA, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Prefeitura de Herval d'Oeste, Secretaria de Educação, Sala do Setor Pedagógico, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 19 de março de 2015, às 13h30min.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II - DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Segundo Professor de Turma - Educação Especial

Carga Horária	Turno	Atendimento Nº de alunos/ Diagnóstico	Unidade(s) Escolar(es)
20h	Vespertino	03 alunos – Turma 4º ano * TDAH com Dislexia e Sintomas Psiquiátricos; * Sequelas de Meningoencefalite; * TDAH – Agressividade Sintomas Psicóticos.	CME Pequeno Príncipe

III - DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Segundo Professor de Turma - Educação Especial	a) Diploma de Pós-Graduação em Educação Especial, com registro no órgão competente, condicionado a Graduação na mesma área ou em Licenciatura Plena em Pedagogia; b) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial; c) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - com Ênfase em Educação Especial; d) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial; e) Diploma de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;	a) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, a partir da 5ª fase; b) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, contemplando na Grade Curricular disciplina específica de Educação Especial (já cursada), a partir da 5ª fase; c) ser estudante de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, a partir da 5ª fase, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas; d) Magistério Completo em nível de Ensino Médio, com apresentação de diploma, acrescido de Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial totalizando, no mínimo, 80(oitenta) horas;

3.2. Para a comprovação de habilitação os candidatos deverão apresentar os documentos originais, com cópias, as quais serão conferidas no local.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será

dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

V - DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado	Não-Habilitado
40h	Salário Base: R\$ 1.935,26 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 387,05 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.	Salário Base: R\$ 1.598,69 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 319,74 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) Nas demais cargas horárias os vencimentos e benefícios serão proporcionais.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 17 de março de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo LICITATÓRIO Nº 016/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO

EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA

VALOR CONTRATADO

10 PARCELAS DE R\$ 1.500,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CAPUT Artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 17 de março de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

LEI Nº 567/2015

LEI Nº 567/15 DE 16/03/2015

"ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 543/2014 QUE CRIA O PROGRAMA - PASTAGENS DE INVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, Inciso III, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº 543/2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.2º.

I - Para produtor com movimento econômico na venda de Bovino de Corte, ou de Leite e seus derivados, 80 (oitenta) quilos.

II - Suprimido.

Art.4º.

Parágrafo Único: Por ocasião do cadastro, o Produtor deverá comprovar que está em situação regular com suas obrigações Fiscais junto ao órgão fazendário municipal.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se às disposições em contrário."

Art. 2º. Ficam convalidados todos os atos de incentivo à melhoria agrícola, praticados de acordo com a Lei nº 439/2010.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos repristinatório a 27 de março de 2014, revogando-se às disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiam, 16 de março de 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Imarui

PREFEITURA

LEI Nº. 1.853, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.853, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COOPERAÇÃO, NÃO ONEROSO, COM A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ALUSIVAS À FESTA DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cooperação, que entre si celebram o Município de Imaruí e a Organização Não Governamental Mitra Diocesana de Tubarão, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº nº. 86.447.240/0001-54, com sede na Rua Senador Gustavo Richard, nº 90, centro, TUBARÃO-SC, para a realização das atividades alusivas à Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Art. 2º - O presente Acordo de Cooperação, não envolve transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 17 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.854, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.854, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMARUÍ - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autoriza a repassar até R\$24.000,00 (vinte e quatro reais), mediante celebração de convênio a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imaruí - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80987829/0001-69, com sede neste Município de Imaruí/SC.

I - Os valores mencionados no caput deste artigo serão pagos em até dez parcelas, iguais e sucessivas de até R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), a contar da vigência desta Lei.

II - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III - A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados

pela entidade.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura, Secretaria de Administração e Finanças, Projeto Atividade 2.012, conforme segue:

3.3.50.00.00.00.00.00 0200

Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo, em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 17 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.855, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.855, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, À ASSOCIAÇÃO CORAL RAÍZES DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar até R\$21.000,00 (vinte e um reais), mediante celebração de convênio com a Associação Coral Raízes de Imaruí, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.988.207/0001-55, com sede neste Município de Imaruí/SC.

I - Os valores mencionados no caput deste artigo serão pagos em até três parcelas, iguais e sucessivas de até R\$7.000,00 (sete mil e quatrocentos reais), a contar da vigência desta Lei.

II - o repasse será realizado, mediante transferência bancária para a conta corrente de titularidade da instituição beneficiada.

III - A efetividade do repasse financeiro fica condicionada à existência de recursos, consignados no Orçamento Municipal.

Art. 2º. Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear as despesas advindas da manutenção dos serviços prestados pela entidade.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura, Secretaria de Administração e Finanças, Projeto Atividade 2.012, conforme segue:

3.3.50.00.00.00.00.00 0200

Subvenções Sociais

Art. 4º- A entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas legais aplicáveis à matéria, sobretudo, em consonância com as disposições do Decreto municipal nº01/2014;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 17 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.856, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.856, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS COM O MUNICÍPIO DE IMARUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto nos arts. 43, 44 e 45 da Lei Complementar n.026, de 23 de dezembro de 2013, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento de débitos municipais, constituídos até 31 de dezembro de 2014, de natureza tributária ou não, de pessoas físicas e jurídicas, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, e os débitos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento, que poderão ser regularizados mediante pagamento, em até 36 (trinta e seis vezes), do principal monetariamente atualizado.

§1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 05 UFM para pessoa física e 09 UFM para pessoa jurídica.

§2º O parcelamento a que dispõe esta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º - A inadimplência de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas implicará o cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se a inscrição do saldo devedor em dívida ativa, para a imediata cobrança judicial.

Paragrafo único. O atraso quanto ao vencimento no pagamento das parcelas implicará na cobrança de juros e multas moratórias da parcela inadimplida, conforme Legislação Tributária do Município.

Art. 4º - O parcelamento de débitos municipais será administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Setor Tributário, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município, sempre que necessário.

Art. 5º - Os contribuintes que tiverem débitos já parcelados ou reparcelados poderão usufruir dos benefícios desta Lei, em relação ao saldo remanescente, exceto os débitos já parcelados, consolidados e confessados com base na Legislação Municipal.

Art. 6º - Os benefícios concedidos no art. 1º desta Lei não alcançam os créditos da Fazenda Municipal:

I - provenientes de retenção na fonte; e

II - decorrentes de compensação de crédito.

Art. 7º - Os benefícios desta Lei não se aplicam à extinção parcial ou integral do crédito mediante dação em pagamento.

Art. 8º - A opção pelo parcelamento de débitos municipais obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretroatável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei;

II - aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal; e

IV - desistir, no prazo de trinta dias, de quaisquer ações judiciais, tais como: ações declaratórias, anulatórias, mandados de segurança, embargos à execução e exceções de pré-executividade ou processos administrativos, bem como renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se fundam.

Art. 9º - O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de duas parcelas mensais consecutivas ou três alternadas;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no parcelamento de débitos municipais; e

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão descrita no inciso I deste artigo ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da última parcela inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput deste artigo implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária.

§ 4º Os valores adimplidos, quando da rescisão referida no caput deste artigo, obedecerão ao disposto na Legislação Tributária do Município.

Art. 10 - Aos contribuintes que estiverem discutindo questões relativas aos débitos através de processos administrativos protocolizados anteriormente a data da publicação desta Lei, fica resguardado o direito de aderir a este Parcelamento quando da decisão definitiva, desde que o faça no prazo de trinta dias.

Art. 11 - Em caso de comprovada fraude e/ou sonegação fiscal, através de processo regular o contribuinte não fará jus a disposto no caput deste artigo.

Art. 12 - Os casos omissos serão regulamentados por Decreto do Chefe do Poder Executivo municipal.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Imaruí, 17 de março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/GGP Nº 162/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 162, de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Caroline Damázio de Souza	Professora I - 20h	090.800.919-44	13/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 16 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

ATA SESSÃO ORDINÁRIA 021.2015 - CMPC

SESSÃO ORDINÁRIA 021/2015

Local: Sala de Reuniões da Prefeitura (Paço Municipal Prefeito Nelson Souza) - 2º andar, Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro - Imbituba, SC.

Data: 2 de março de 2015

Horário: 19h15

ORDEM DO DIA:

I - discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II - leitura das correspondências recebidas e expedidas;

III - comunicações, consultas e pedidos de esclarecimentos;

IV - ordem do dia:

a) Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Imbituba (SETEC), Paulo Jurchen Sefton apresentará a nova Estrutura Organizacional da SECULT - Superintendência de Cultura;

b) apresentação e aprovação da MINUTA do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS PLENÁRIAS DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL no Conselho Municipal de Política Cultural de Imbituba - CMPC (Biênio 2015/2017);

c) deliberação sobre Projetos Culturais, no âmbito do Edital PROCULT 01/2014, analisados pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura;

d) consulta pública na Internet do Plano Municipal de Cultura, disponibilizada pela Viés Cultural - Museologia e Patrimônio;

e) análise e aprovação dos Relatórios dos Grupos (Carnaval e Fundo Estadual);

f) outras matérias requeridas pelos Conselheiros e aprovadas pelo Pleno.

ABERTURA: iniciada em segunda convocação às 19h30 foi dirigida pelo Presidente do CMPC, Dorvalino Pedro de Mello Filho, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Imbituba. Estiveram presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes: Dorvalino Pedro de Mello Filho, Paulo Jurchen Sefton, Andreza Corrêa Pacheco, Gláucia Maindra da Silva, Cássia Siqueira da Silva, Katiúscia Dier Francisco, Letícia Rios, Paulo César Barcelos, Priscila Gonçalves de Albuquerque. Faltas justificadas: Juliana Resende Dutra. Foram convidados para participar desta Sessão Adilsander Bulso Sampaio, Presidente CMIC; Márcia Aparecida da Silva Luiz, Secretária-Adjunta CMIC; Liliane de Souza Miguel Braun, Membro Titular CMIC; Jonathan Corrêa Silveira, Responsável pelo PROCULT, via SECULT. I – A Vice-Presidente, Cássia Siqueira da Silva solicitou à Presidência a dispensa da leitura da Ata da 20ª Sessão Ordinária, uma vez que todos os Conselheiros já a receberam preteritamente. Todos os presentes aprovaram a dispensa da leitura da Ata e, após, aprovaram por unanimidade a própria ata. Na sequência, o Presidente deu posse aos novos Conselheiros CMPC, representantes do Poder Público: Paulo Jurchen Sefton, dirigente do órgão municipal responsável pela política cultural e Andreza Corrêa Pacheco, pelo Sistema Municipal de Patrimônio Cultural. Anderson Nascimento Guilherme que assumirá a representação do Sistema Municipal de Museus e/ou do Sistema Municipal de Arquivos Públicos não compareceu à Sessão, a Secretária CMPC, Gláucia, justificou que não conseguiu contato com o mesmo. Foi aprovação pelos Conselheiros presentes o

Edital de Eleição do CMPC. Dorvalino comunicou o desligamento da então Conselheira Janira de Oliveira Lisboa Furtado, então representante da Sociedade Civil na categoria Entidades fomentadoras de atividades e/ou pesquisas na área da cultura, e comunicou o aguardo das novas eleições em curso para ocupação da referida vaga. Dorvalino fez uma explanação do percurso da cultura hoje e sua estrutura. Enfatiza que a pendência hoje é referente à elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC). E que a empresa Viés Cultural - Museologia e Patrimônio é quem conduz os trabalhos para elaboração do PMC, com a colaboração da SECULT e CMPC. Dorvalino solicitou a atenção do Secretário Paulo Sefton com o segmento cultural, que é uma base forte para o turismo. Paulo Sefton se apresentou ao Conselho e solicitou a apresentação dos demais também. "A cultura é essencial para o turismo" afirmou o Secretário. Informou que Liliane e Márcia estão a frente da SECULT. Considerou excelente o PROESPORTE e espera o mesmo do PROCULT. Ele propõe de imediato à reabertura do Museu da Baleia Franca. Informa que o Projeto Baleia Franca (PBF) abriu mão do Museu ao SETEC. Comentou sobre a implantação do Pórtico de Informações Turísticas, o prédio é grande e está vazio (localizar-se-á no Posto Graal), onde há uma sala para tal. Esclareceu que a ossada da Baleia Franca está ao relento e que há possibilidade da montagem dos mesmos no Posto Graal. Paulo diz que há 30 mil reais para educação ambiental, verba captada via PBF que fará o repasse ao Museu. Para Paulo a Baleia Franca é a base da Cultura na cidade, pois é base da sua formação. Comentou sobre o sítio depositado na Usina. Agradeceu o trabalho do Conselho e parabenizou. Dorvalino esclareceu que a base do PROESPOTE é o PROCULT. Há 3 meses estamos analisando os projetos CMIC. O Conselheiro Paulo Barcelos (Paulo B.) comentou que o turismo relaciona cultura local a cultura de raiz e citou o Festival de Parintins, assim como a Economia criativa. E enfatizou que o turismo na cidade se ateve ao turismo de hospedagem. A Cultura Açoriana "morreu" hoje no Município. Morreu pois não conseguiu conectar todas as vias. A influência cultural que foi agregada ao passar do tempo precisa ser dialogada. A cultura foi aos poucos sendo colocada para escanteio. Paulo Sefton (Paulo S.) comentou que uma das metas é revitalizar a cultura açoriana. E que enxerga nas Usina o espaço ideal. Complemente que em reunião da SECULT foi pautado o Planejamento do Calendário das Entidades para unificação das ações culturais da cidade e uma visão ampla para o Município. IV – b) Dorvalino solicitou constar na reunião o resumo das deliberações das Conferências de Cultura. Edital de convocação 15/04 às 19h na E.E.B. Henrique Lage. Informa que haverá três Plenárias para representação da sociedade civil para cada segmento. Solicitou forte trabalho na divulgação e aproveitar a oportunidade para discutir a Política Cultural do Município. IV – c) Dorvalino passou à Adilsander, Presidente da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC para que o mesmo apresentasse a análise dos projetos culturais apresentado no âmbito do Edital PROCULT. Adilsander, informou que foram várias reuniões da CMIC e que dos 11 Projetos apresentados somente 3 (três) foram habilitados e aprovados. E apenas dois projetos classificados para obtenção do incentivo fiscal. O Presidente do CMPC colocou em deliberação o Relatório Final da CMIC sobre os Projetos Culturais apresentados no âmbito do PROCULT, o qual recebeu aprovação unânime dos Conselheiros. E seguida solicitou à Secretária Geral do CMPC que providenciasse o Edital para divulgação do Resultado Final do PROCULT, com publicação no órgão oficial, assegurando aos que se sentirem prejudicados, o direito de interpor recurso no prazo legal. Informou, ainda, que o julgamento do recurso será feito pelo Conselho. Disse, ainda, que assim que forem concluídas as etapas do processo de concessão do incentivo fiscal, a SETEC/SECULT poderá lançar um novo Edital com os recursos remanescentes. E com o histórico das demandas apresentar mais disponibilidade para os que mais participam. Paulo B. diz que 11 proponentes foi um número bom para este primeiro Edital. Katuscia questionou por qual motivo o 2º proponente de dança aprovado habilitado não foi contemplado. Dorvalino esclareceu que neste caso apenas o proponente com maior pontuação foi contemplado, pois era uma vaga por categoria. Liliane colocou que não foi um simples processo. Katuscia questionou como será a divulgação do PROCULT junto aos empresários. Paulo B. coloca a fragilidade da imprensa. A falta de coerência na comunicação gera descrédito. Conquistar a confiança da população do município quanto ao incentivo à cultura. Dorvalino solicitou ao Secretário atenção aos pedidos de apoio e que seja passado essa discussão ao Conselho. Paulo B. questionou sobre o novo edital. Em seguida o Presidente CMPC colocou em deliberação o Parecer do Edital de Incentivo à Cultura. Que foi aprovado por unanimidade. Paulo B. sugeriu o tombamento da Baleia Franca como patrimônio material e imaterial. Após Dorvalino comentou sobre o Relatório de Tombamento e a relevante contribuição do Arquiteto Augusto Marques, servidor da Prefeitura de Imbituba. Informa que seria importante a participação do mesmo na elaboração do Projeto de Restauro da Usina, e assim propor a requalificação do mesmo. Paulo B. estimula fazer um projeto para a Usina com como constituído o Gasômetro. Paulo B. questionou o tombamento, Dorvalino e Andreza esclareceram que o tombamento esta em fase de rerratificação. IV – f) A Conselheira Priscila questionou a comercialização do Teatro Usina para realização de eventos, por parte da Companhia Desmontagem Cênica. Dorvalino esclareceu que é necessário verificar o Processo encaminhado pela SECULT à Cia. Desmontagem Cênica. E recomenda à SECULT verificar a cobrança de valor do aluguel para realização de eventos na Usina. Finaliza informando que os Processos referentes ao Edital PROCULT ficam na guarda da Secretária CMPC, Gláucia para os devidos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente informou que estará de férias das suas atividades profissionais no Governo Municipal e que por isso transfere o exercício da presidência para a Vice-Presidente, até seu retorno. Depois, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão às 21h50, determinando que fosse lavrada a presente ata que será por mim e pelo Presidente assinada.

Imbituba/SC, 02 de março de 2015.

Gláucia Maindra da Silva
Secretária-Geral do CMPC

Dorvalino Pedro de Mello Filho
Presidente do CMPC

DECRETO PMI Nº 042, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 042, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo de recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar do exercício de 2015.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 263, § 3º, da Lei Complementar nº. 3.019 de 28 de dezembro de 2006, considerando o prazo para o contribuinte receber o documento de arrecadação municipal em tempo hábil para efetuar o pagamento:

DECRETA:

Art. 1º - Fica PRORROGADO para o dia 11 de maio de 2015 o prazo para pagamento da cota única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliar referente ao exercício de 2015.

Art. 2º - Na opção por pagamento de forma parcelada, os respectivos vencimentos permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

EDITAL DE DIVULGAÇÃO - CMPC - REF. EDITAL SECULT Nº 001.2014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO

Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba

RESULTADO DOS PROJETOS CULTURAIS AVALIADOS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC

Edital SECULT/PROCULT 01/2014

O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC de Imbituba/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em observância ao disposto no art. 43, XVI, da Lei Municipal nº 4.175, de 18 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura, e do art. 44, I, combinado com o art. 15 da Lei Complementar nº 4.276, de 05 de novembro de 2013, que instituiu o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Imbituba - PROCULT, bem como pelo art. 12, V, do Regimento Interno do CMPC estabelecido pela Resolução CMPC/IMB Nº 01, de 5 de junho de 2013, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE DIVULGAÇÃO do Resultado dos Projetos Culturais apresentados no âmbito do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROCULT, avaliados pela COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC, referentes ao Edital SECULT/PROCULT 01/2014.

Art. 1º O Conselho Municipal de Política Cultural, conforme deliberação do seu Plenário na 21ª Sessão Ordinária, de 2 de março de 2015, TORNA PÚBLICO que foi aprovada por unanimidade de seus membros a avaliação dos Projetos Culturais referentes ao Edital SECULT/PROCULT 01/2014, em conformidade com a ANÁLISE CONCLUSIVA da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC, conforme Anexo Único deste Edital.

Art. 2º Os Proponentes Culturais terão o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Edital, para interposição de recurso administrativo ao CMPC, na forma da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, que regula o processo Administrativo no âmbito da Administração Pública no Município de Imbituba.

Parágrafo único. Os Proponentes Culturais têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Imbituba/SC, 9 de março de 2015.

Dorvalino Pedro de Mello Filho

Presidente do CMPC

Gláucia Maindra da Silva

Secretária-Geral do CMPC

ANEXO ÚNICO

PARECER E RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS - EDITAL SECULT/PROCULT 01/2014

1 RELATÓRIO

Esse RELATÓRIO FINAL trata da análise e avaliação dos PROJETOS CULTURAIS e seu respectivo PARECER de CLASSIFICAÇÃO GERAL, apresentados no âmbito do Edital SECULT/PROCULT nº 001/2014, objetivando o apoio e a viabilização de Projeto Cultural, mediante incentivo fiscal, por meio de renúncia fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, no valor de até R\$ 8.399,51 por segmento, conforme quadro descritivo subsequente.

2 QUADRO DE PROJETOS INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO GERAL

PROCULT 2014/2015 – 1º Edital – INSCRITOS						
ÁREA	CLASSIFICAÇÃO GERAL					VALOR ATÉ
	HABILITADO		APROVADO		NOTA DE AVALIAÇÃO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I - áreas técnico-artísticas voltadas à cultura:						
Artes visuais	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Artes digitais	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Design - ISABELLA MELENDRES – 19981/2014		X		X	-----	R\$ 8.399,51

Música - CARLOS FERNANDO DEMÉTRIO – 19850/2014		X		X	-----	R\$ 8.399,51
Música - FRANK CELESTINO DE MELLO – 19851/2014		X		X	-----	
Música - GERALDO FRANCISCO CAVALCANTI – 19402/2014		X		X	-----	
Música - ELIAQUIM COSTA DEMÉTRIO – 19983/2014		X		X	-----	
Música - HERMES FAUSTINO BERNARDES – 19848/2014		X		X	-----	
Teatro	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Dança - MARILEI BATISTA DOS SANTOS – 19743/2014*	X		X		7,63*	R\$ 8.399,51
Dança - ALDENIR ESPÍNDOLA DE SOUZA – 19905/2014	X		X		5,70	
Dança - JOELMA SOARES GUIMARÃES – 19980/2014		X		X	-----	
Circo						R\$ 8.399,51
Audiovisual - KALEBE PAIVA SILVA – 19946/2014	X		X		8,63	R\$ 8.399,51
Literatura, livro e leitura.	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Artesanato	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Arquitetura e urbanismo	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
II - área do patrimônio cultural:						
Culturas afro-brasileiras	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Culturas dos povos indígenas	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Cultura açoriana	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Culturas populares	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Arquivos e museus	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Patrimônio material e imaterial	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Empresas, produtores culturais.	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Instituições culturais não-governamentais	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
III - área de pesquisa cultural:	----	----	----	----	-----	
Antropologia	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Ciências sociais	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Filosofia	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
Literatura	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
História	----	----	----	----	-----	R\$ 8.399,51
IV - Outros segmentos culturais, compreendendo atividades e áreas não previstas nas acima citadas.		X		X	-----	R\$ 8.399,58
KELLEN CRISTINA LIMA – 19794/2014 (Difusão)						
TOTAL						R\$ 209.987,82

*Nota maior absoluta dos projetos aprovados de Dança, portanto projeto APROVADO e CLASSIFICADO.

3 PARECER DA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC

Após várias reuniões documentadas em ata nas quais os conselheiros estiveram presentes em sua grande maioria, foram feitas análises e avaliações dos projetos propostos com base nos referenciais deste referido Edital, onde a COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC deu seu PARECER de APROVAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO GERAL aos proponentes e seus respectivos projetos descritos no quadro abaixo, ficando os demais proponentes desabilitados ou reprovados, conforme os critérios definidos em Edital, estando estes especificados em relatório individual de cada projeto:

PROCULT 2014/2015 – 1º Edital – DESCRIÇÃO DOS APROVADOS						
ÁREA/PROPONENTE	CLASSIFICAÇÃO GERAL					VALOR ATÉ
	HABILITADO		APROVADO		NOTA DE AVALIAÇÃO	
I - áreas técnico-artísticas voltadas à cultura:	SIM	NÃO	SIM	NÃO		
Dança - MARILEI BATISTA DOS SANTOS – 19743/2014	X		X		7,63*	R\$ 8.399,51
Audiovisual - KALEBE PAIVA SILVA – 19946/2014	X		X		8,63	R\$ 8.399,51

*Nota maior absoluta dos projetos aprovados de Dança, portanto projeto APROVADO e CLASSIFICADO.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC informa que se encontram à disposição do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS - CMPC e a quem interessar possa todos os relatórios e as respectivas documentações dos projetos analisados e avaliados para análise e consulta.

Imbituba, 02 de março de 2015.

Adilsander Bulso Sampaio Presidente CMIC	Maristella Matos Vieira Secretária-Geral CMIC
Fabiana de Jesus Vice-Presidente CMIC	Márcia Aparecida da S. Luiz Secretária-Adjunta CMIC
Kleid Valéria de Araújo Speck Membro Titular CMIC	Liliane de Souza Miguel Braun Membro Titular CMIC

PORTARIA PMI/GGP Nº 161/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 161, de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 18/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Tatiane Sá de Souza	Professora II - 20h	045.108.059-93	13/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 16 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 163/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 163, de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MARILENE DE OLIVEIRA ALBINO DE CARVALHO, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 803.116.529-72, admitida em 16 de março de 1994, matrícula nº 367, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2004 a 2009	13.03.2015 a 11.04.2015 15.10.2015 a 13.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 164/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 164, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora TÂMARA MENDES DEMÉTRIO PEREIRA, Professora III - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 198.225.938-80, admitida em 18 de novembro de 2009, matrícula nº 5162, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	10.03.2015 a 07.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 165/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 165, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor CARLOS ROBERTO GONÇALVES, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 416.456.699-04, admitido em 04 de maio de 2009, matrícula nº 4954, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	02.05.2015 a 30.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 166/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 166, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora CRISTIANA FIDELIS, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 000.045.389-78, admitida em 23 de março de 2009, matrícula nº 4836, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	03.03.2015 a 31.05.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 167/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 167, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora MERCEDES CONSTÂNCIA MARTINS, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 289.143.099-91, admitida em 01 de junho de 1994, matrícula nº 397, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	16.03.2015 a 13.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 168/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 168, de 17 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ÁUREA BEATRIS FERNANDES, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 011.837.810-40, admitida em 01 de junho de 2009, matrícula nº 5014, referente ao quinquênio devido, remodelada em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
01.06.2009 a 30.05.2015 (remodelada)	01.07.2015 a 28.09.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito Municipal

(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 20/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 30 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de 2.000 (duas) mil refeições, do tipo buffet livre, para a secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 39/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 30 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da rede municipal de ensino.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO N° 40/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 30 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, a contratação de empresa adequada para fornecimento de alimentação escolar não cotados em processo anterior, para os centros de educação infantil e unidades escolares da rede pública municipal do município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 046/2015

CONTRATO Nº 046/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIOMNIAL EIRELI - EPP, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO -, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIOMNIAL EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.576.552/0001-57, com sede na rua Professor Felício Fuzinato, nº 193, Piso Terreo, bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Lorival Kopsel, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 248.455.409/59, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 027/2015 - Edital de Pregão nº 013/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação dos serviços de agentes de segurança para eventos, para a realização da 45ª FIMI, 47ª Festa do Colono, 9º FICA, Rock no Parque, Réveillon e Eventos Periódicos, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Valor Unit.	Valor Total
01	198	Posto	Postos de trabalho para agentes de segurança desarmada para segurança privada em evento, em turno de 12 horas/dia.	R\$230,00	R\$45.540,00

3.1.1.As especificações dos itens mencionados no quadro acima e locais de execução, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$45.540,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2015:

- 02.10.023.695.002.1806.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a realização total dos serviços e da entrega da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 828-1 - Conta 32973-8

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente contrato é de 09 de março de 2015 até 03 de janeiro de 2016.

8.1.1. O cronograma de execução dos serviços está disposto no Anexo VI do edital mencionado na cláusula primeira.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais

se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 027/2015 - Edital de Pregão nº 013/2015-10430.

9.12. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE.

9.13. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.13.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

- f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;
- h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.
- j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.
Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIOMNIAL EIRELI – EPP Lorival Kopsel Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 047/2015

CONTRATO Nº 047/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E EMPRESA SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, NA FORMA ABAIXO: Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - , pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na Rua Henrique Vigarani, nº 90, bairro da Barra do Rio, na cidade de Itajaí - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jorge Vladimir de Barros, inscrito no CPF nº 266.418.950/68 residente na Rua Dom Bosco, nº 500, Apto 401, bairro Jardim América, cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 028/2015 - Edital de Pregão nº 014/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação de agentes para a realização dos serviços de limpeza/serventes, e controle de estacionamento, para a realização da 45ª FIMI, 47ª Festa do Colono, 9º FICA, Rock no Parque, Réveillon e eventos apoiados pelo Município de Indaial, conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	Valor Unit.	Valor Total
01	80	Posto	Agentes para controle de estacionamento em eventos, em turno de 12 horas/dia.	R\$230,31	R\$20.824,80
02	108	Posto	Servente para limpeza e conservação em eventos, em turno de 12 horas/dia.	R\$240,95	R\$26.022,60

3.1.1. As especificações dos itens mencionados no quadro acima e locais de execução, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$46.847,40 (quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2015:

•02.10.023.695.002.1803.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no 30º (trigésimo) dia após a realização total dos serviços e da entrega da respectiva nota fiscal, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Município de Indaial.

6.2. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 0276-3 - Conta 47.455-X

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de

consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 09 de março de 2015 até 03 de janeiro de 2016.

8.1.1.O cronograma de execução dos serviços está disposto no Anexo VI do edital mencionado na cláusula primeira.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11.Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 028/2015 - Edital de Pregão nº 014/2015-10430.

9.12.Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibí-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE.

9.13.Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.13.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3.Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1.O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2.À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar á CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1.Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5.Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1.O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial -Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES -

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP Jorge Vladimir de Barros Contratada
--	--

--	--

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---	---

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA RAQUEL E FILHOS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RAQUEL E FILHOS SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 10.817.722/0001-97, com sede na rua Germano Niehues, nº 975, Bairro Schreiber, na cidade de Salete - Estado de Santa Catarina, apresentada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Ângela Raquel Niehues, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 594.495.869/34 e Cédula de Identidade nº 1.896.960 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Germano Niehues, nº 975, Bairro Schreiber, na cidade de Salete - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 024/2015 - Edital de Pregão nº 003/2015-19208, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, contratação de serviços especializados em consultoria e assessoria na operacionalização dos programas do Ministério da Saúde, capacitação dos profissionais relacionados aos mesmos, implantação de programas da saúde (NASF e Academia de Saúde), conforme quantitativos e condições do quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unit.	Valor Total
01	80	Hora	Capacitação continuada de Agentes Comunitários de Saúde no âmbito da promoção em saúde pública no SUS.	R\$150,00	R\$12.000,00
02	60	Hora	Capacitação continuada de 02 (dois) técnicos da Secretaria de Saúde em sistemas informatizados disponibilizados pelo Ministério da Saúde.	R\$150,00	R\$9.000,00
03	40	Hora	Assessoria na elaboração do Plano Municipal de Saúde; Plano de Assistência Farmacêutica; Agenda Anual de Saúde; Conferências Municipais de Saúde; Contrato Organizativo de Ação Pública.	R\$150,00	R\$6.000,00
04	20	Hora	Consultoria e Assessoramento na implementação do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF; Academia de Saúde; Programa Saúde na Escola – PSE.	R\$150,00	R\$3.000,00
05	40	Hora	Assessoria ao Departamento de Controle e Avaliação.	R\$150,00	R\$6.000,00

3.1.1. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.2. LOCAL DE ENTREGA:

3.2.1.A realização dos serviços dar-se-á na sede da CONTRATADA, e na Secretaria de Saúde, situada à Rua Leoberto Leal, 155 - Bairro Tapajós - CEP: 89130-000, no município de Indaial/SC, em horário de expediente da Unidade Requisitante, quando necessária a consultoria presencial, e a formação profissional.

3.3.Ocorrendo impedimento, paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais).

4.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e as respectivas para o exercício de 2016:

- 30.01.010.301.030.2441.339035990000.01671002 - ESF-Estado
- 30.01.010.301.030.2441.339035990000.03671002 - ESF-Estado EA
- 30.01.010.301.030.2441.339039990000.01671002 - ESF-Estado
- 30.01.010.301.030.2441.339039990000.03671002 - ESF-Estado EA

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1.Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período (horas utilizadas para cada tipo de atividade), atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.1.1.A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato.

6.1.2.Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

6.2.Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

6.3.Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

6.4.Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente

atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.5.Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.6.O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco Cooperativa 3034
Agência 756
Conta 75230

CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1.REAJUSTE DE PREÇOS:

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

7.1.2.REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 09 de maro de 2015 até 09 de março de 2016.

8.1.1.Os serviços serão iniciados (previsão) no dia 09/03/2015.

8.1.2.O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3.O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto,

conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 024/2015 - Edital de Pregão nº 003/2015-19208.

CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

- a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,
- b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo

em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;

b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos

serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade

Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES -

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 09 de março de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante

RAQUEL E FILHOS SERV. DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA Ângela Raquel Niehues Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E A EMPRESA SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.274.705/0001-22, estabelecida à Rua Manoel Francisco da Costa, nº 4.209, Sala 01, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ivaldo Sacht Júnior, brasileiro, solteiro, produtor de eventos, inscrito no CPF sob nº 019.637.599-15 Cédula de Identidade nº 2.763.758, residente à Rua Manoel Francisco da Costa, 4.281, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a

celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 041/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 006/2015 - 10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Dj Cláudio/Rock no Parque", "Musical JP", "Rogério & Léia", "Chama Gaúcha", "Gustavo e Aldair", "Banda Estrela de Ouro", "Michel da Luz e Banda", "André e Felipe", "Banda San Marino", "Gilberto Show", "Banda Ponto Trinta", "Tropical Band", "Deco Dalponte e Banda Premier", "Raiz e Sertão", "Acústico Trio Roque", "Alex & Willian" e "Rock de Galpão". Os shows serão realizados durante a 45ª FIMI.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total contratado é de R\$112.800,00 (cento e doze mil oitocentos reais), assim composto:

- a) - Dj Cláudio/Rock no Parque com o valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- b) - Musical JP com o valor de R\$4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais);
- c) - Rogério & Léia com o valor de R\$1.000,00 (um mil reais);
- d) - Chama Gaúcha com o valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- e) - Gustavo e Aldair com o valor de R 2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- f) - Banda Estrela de Ouro com o valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
- g) - Michel da Luz e Banda com o valor de R\$6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais);
- h) - André e Felipe com o valor de R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais);
- i) - Banda San Marino com o valor de R\$21.750,00 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais);
- j) - Gilberto Show com o valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- k) - Banda Ponto Trinta com o valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais);
- l) - Tropical Band com o valor de R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais);
- m) - Deco Dalponte e Banda Premier com o valor de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais);
- n) - Raiz e Sertão com o valor de R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais);
- o) - Acústico Trio Roque com o valor de R\$1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais);
- p) - Alex & Willian com o valor de R\$5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais); e,
- q) - Rock de Galpão com o valor de R\$17.000,00 (dezessete mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas em 18 de março de 2015, mediante a apresentação da Nota Fiscal,

devidamente atestada pela Unidade Requerente do Município de Indaial.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

5.2. Os pagamentos se realizarão de acordo com o cronograma físico-financeiro de execução dos serviços, verificada através de medições. A CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos.

5.3. A CONTRATADA apresentará até o 5º (quinto) dia corrido da aprovação da medição, que será mensal, nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários e subtotais do contrato.

5.4. Caso ocorra o atraso de pagamento na data estipulada no item anterior, desde que atendidas às exigências contidas neste instrumento, os valores serão corrigidos a partir da data fixada para pagamento até a data da efetiva liquidação, sendo aplicada à variação da TR (Taxa de Referência) do período, divulgada pelo Banco Central do Brasil, ou na extinção desta será adotado outro índice legal, estabelecido pelo Governo Federal, que vier a substituí-la.

5.5. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópias das guias de pagamento de INSS e FGTS relativas aos funcionários que atuaram na execução do objeto deste contrato.

5.6. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da assinatura do contrato.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato;

6.1.2.1.3. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado; e

6.1.2.1.4. A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO:

7.1. O prazo do presente contrato é de 13 de março de 2015 a 23 de março de 2015.

7.2. As apresentações serão realizadas nos dias 14 e 19 à 22 de março de 2015, conforme cronograma de datas e horários constante na proposta de preços apresentado pela CONTRATADA. As apresentações serão realizadas no Parque Público Municipal Ribeirão das Pedras Jorge Hardt, situada à Rua Ribeirão das Pedras - Bairro Ribeirão das Pedras - CEP: 89130-000, no município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

7.3. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado

período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

- 02.10.023.695.002.1806.339039990000.01000000 - Recurso Próprio.

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Providenciar crachá para todos os funcionários contendo a identificação da empresa de modo legível;

9.9. Providenciar uniforme para todos os funcionários, bem como o material relativo ao E.P.I. necessários para a perfeita realização dos serviços;

9.10. Prestar informações sempre que solicitado pela CONTRATANTE, referentes à regulamentação profissional, piso salarial e demais informações de seus profissionais alocados;

9.11. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.12. Afastar ou substituir por recomendação da CONTRATANTE, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução deste Contrato, por ineficiência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, empregados ou terceiros;

9.13. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos;

9.14. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a

legislação trabalhista;

9.15.Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.16.Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.17.Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 041/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 006/2015 - 10430.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1.Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3.Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1.Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem

interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2.Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5.Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6.Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1.A CONTRATADA será penalizada com multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, quando der causa à rescisão contratual.

12.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

a) - multa de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da realização dos serviços.

b) - multa de 1% (um por cento) quando os serviços não forem realizados conforme o cronograma de realização constante na Cláusula Terceira deste contrato.

12.3. As multas, acumulativamente, não poderão exceder à 10% do valor total do contrato.

12.4. Na hipótese do total das multas ultrapassarem o valor previsto no item anterior, serão dadas, além das mesmas já previstas, as seguintes sanções:

- a) - Suspensão temporária de licitar com a CONTRATANTE, atendido o prazo máximo legal;
- b) - Declaração de inidoneidade.

12.5. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.2. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.3. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 13 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SVI REPRESENTAÇÕES E PRO. DE EVENTOS LTDA Ivaldo Sacht Júnior Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC Nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS - FUMPAV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ

sob nº03.832.009/0001-57, com sede na Rua Joaquim Pintarelli, nº 44, bairro Centro, na cidade de Ascurra - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua Representante Legal, Sra. Christa Gebien Poffo, brasileira, empresária, inscrita no CPF nº 382.178.309/59 e Cédula de Identidade nº 613.831 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Dom Bosco, nº 564, bairro Centro, na cidade de Ascurra - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1.O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 014/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 003/2015-10430.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação em blocos de concreto intertravados da via e passeios da Rua São Jeremias, com extensão de 170,50 metros (início: interseção com a Rod. BR 470 - Estaca 1+5,50 PP; término: defronte, à residência no 195 - estaca 9+16,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1.A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos, memorial descritivo e orçamento da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua São Jeremias - Bairro João Paulo II - CEP: 89130-000, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1.Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2.A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1.Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3.A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4.A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5.A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6.A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7.Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8.A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9.Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1.O prazo de execução das obras é de 16 de março de 2015 até 11 de outubro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1.A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresse da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, às condições de Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Jurídica e Econômico-Financeira, bem como o atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato. A qualificação técnica deverá ser compatível aos serviços/obras que irá executar.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$241.676,17 (duzentos e quarenta e um mil seiscientos e setenta e seis reais e

dezessete centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, sendo que no dia seguinte do término do período, a CONTRATADA apresentará a medição dos serviços realizados no período, juntamente com a cópia dos boletins diários da obra.

8.1.1. A Fiscalização efetuará a conferência das planilhas, efetuando eventuais correções, e atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. No caso de correção da planilha, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de medição devidamente corrigida.

8.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal correspondente aos valores dos serviços executados, conforme planilha aprovada.

8.1.3. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco do Brasil
Agência 1478-8
Conta 5628-6

CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio

econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 23.01.015.451.023.1384.449051980000.01000000 - Recurso Próprio
- 23.01.015.451.023.1384.449051980000.01345466 - União/Pav. Rua São Geremias

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD).

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos

contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2.A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3.À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4.Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato de sabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1.Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2.Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3.A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4.A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1.A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras;

15.1.3. Registro do Cadastro Específico do INSS - CEI, ou o comprovante de sua inexistência, conforme legislação vigente;

15.2.A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

15.3.A Licitante deverá apresentar, no último boletim de medição, um Laudo Técnico de Controle Tecnológico, e apensado a ele virão os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1.São obrigações da CONTRATANTE, sem que a elas se limitem:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1.São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução

anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição;

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior;

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização;

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 014/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 003/2015-10430;

17.1.13. Realizar a guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;

17.1.14. Se necessário, realizar o controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais dos serviços, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos; e,

17.1.15. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais

originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução de modo a prejudicar o andamento normal das obras;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, conforme o caso;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da

estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.4 do presente contrato.

19.2.A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5.Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6.Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1.Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou por atos lesivos à Administração Pública Municipal, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação

de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância da cláusula sexta deste contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "g" e "h", do item 20.1.2.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.1.5. Além das sanções previstas nos itens 20.1.1 à 20.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

20.2.As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, e a legislação correlata.

20.4.O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou à 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, prevalecendo o limite do último.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1.A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3.A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4.A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5.Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, todos os documentos e informações da proposta de preços da CONTRATADA, apresentados no Processo Licitatório nº 014/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 003/2015-10430.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1.As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1.Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- m) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- n) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;
- e,
- o) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade

Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES -

24.1.E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TERRAPLENAGEM POFFO LTDA Christa Gebien Poffo Contratada
---	--

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Licitatório nº 050/2015.

Pregão Presencial nº 002/2015-18201

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de alimentos para o Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial.

Entrega dos envelopes: 30/03/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 30/03/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2014

TERMO ADITIVO 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2014

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 235/2014 - Edital de Pregão nº 087/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1.DYSPEF COM. E REPRES. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.747.714/0001-93, estabelecida à Rua Maringá, nº 533 - Bairro Salto do Norte, no município de Blumenau - Estado de Santa Catarina.

2.DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de óleo lubrificante, hidráulico, motor, graxa e querosene, conforme as especificações constantes no Edital de Pregão no 087/2014-10430.

2.2.Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

3.1.Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

DYSPEF COM. E REPRES. LTDA.								
Sem lote								
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
1	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES À DIESEL COM VISCO-SIDADE 15W40, QUE ATENDA AO NÍVEL DE DESEMPENHO API-4, APRESENTAR FICHA TÉCNICA E HOMOLOGAÇÃO/APROVAÇÃO DE ALGUMA MONTADORA DE VEÍCULOS LEVES OU PESADOS.	LITRO		1.800	R\$ 8,52	R\$ 15.336,00		
Total do Fornecedor:						R\$ 15.336,00		

3.2.Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. AS PARTES:

4.1.Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	DYSPEF COM. E REPRES. LTDA Acir Hermenegildo Rosa Diretor

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 025/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 025/2014

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a, DIOCESE DE BLUMENAU, instituição religiosa, inscrita no CNPJ sob nº 03.925.280/0001-37, estabelecida à Rua XV de Novembro, bairro Centro, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Liris Almir Negherbon, brasileiro, solteiro, religioso, inscrito no CPF sob nº 056.771.149-87 e Cédula de Identidade RG nº 677086-SSP/PR, residente à Rua Franz Volles, nº 1.750, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 005/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1, e terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel com as seguintes características: terreno com área aproximada de 900,00 m2, com área construída de 297,41 m2, estrutura em alvenaria e telhas de cerâmica, contendo 04 salas de aula, WC masculino/feminino, área de varanda coberta, refeitório, cozinha, área de circulação interna e área administrativa, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 20 de janeiro de 2015 até 20 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 2.591,87 (dois mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 31.102,44 (trinta e um mil, cento e dois reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 21 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL DIOCESE DE BLUMENAU
Sérgio Almir dos Santos
Locatário

Liris Almir Negherbon
Locador

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 262/2014 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 262/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, HABITARK ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.269.823/0001-30, com sede na Rua Carla Persuhn, nº 107, sala 01, bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fernando Ricardo dos Reis, brasileiro, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 420.688.789/68 e RG nº 2178.709, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de consultoria e assessoria técnica para a realização da pré-operação e operação da Estação de Tratamento de Esgotos do Bairro das Nações e implantação do laboratório, capacitação de técnicos para a operação da ETE, teste de funcionamento das redes de coleta de esgoto já implantadas, e fiscalização e gestão do contrato de operação de crédito do Município de Indaial e BNDES para este fim, passa a vigorar da seguinte forma:

- CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS -

5.1 Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2014, e as respectivas para o exercício de 2015:

- 22.01.017.512.022.2232.339035010000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2232.339035010000.01245502 - CASAN
- 22.01.017.512.022.2232.339039990000.01000000 - Recurso

Próprio

- 22.01.017.512.022.2232.339039990000.01245502 - CASAN
- 22.01.017.512.022.2232.339039480000.01000000 - Recurso Próprio
- 22.01.017.512.022.2232.339039480000.01245502 - CASAN

*22.01.1336-1645502

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	HABITARK ENGENHARIA LTDA Fernando Ricardo dos Reis Contrato
---	---

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215
Procuradora Geral

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

Janio Vilson de Aviz
Secretário Municipal

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONVÊNIO Nº 003/2015 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 003/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e a, APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.772.294/0001-34, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 443, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Mari Silva Goulart, brasileira, inscrita no CPF sob nº 158.453.378/10 e Cédula

de Identidade nº 3.612.622, residente e domiciliada na Avenida Brasil, 200, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919, de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.098, de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações a cláusula Terceira, item 3.1. do convênio original, que tem como objeto o repasse mensal destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, conforme Lei nº 5.098/2014, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio, de que trata a cláusula primeira, o Conveniente repassará, mensalmente, à Conveniada, o valor de R\$2.700,00 (dois mil, e setecentos reais), para o exercício de 2015, conforme previsto na Lei Municipal nº 5.098/2014, quantia está que será depositada na conta bancária nº 101013-1, Agência 0928-8, Banco do Brasil, aberta especificamente para atender o objeto do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 17 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Conveniente	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL Mari Silva Goulart Conveniada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 130/2014

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 130/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação asfáltica da Rua Conquista, com 10,00 ml de largura, extensão de 883,50 ml, meio-fio 1.758,25 ml, área total de 8.791,25m², passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 31 de março de 2015 a 28 de junho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 13 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 188/2014

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 188/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais para a infraestrutura de pavimentação da Rua Dr. Heinz Wamser, com extensão de 931,00 metros (início na interseção com a Rodovia Augusto Hasse: estaca 0+12,00 PP; término próximo à residência no 894: estaca 47+3,00 PF), passam vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1.O prazo de execução das obras é de 19 de março de 2015 até 17 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original

permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 13 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 273/2012

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO 273/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 79.374.245/0001-39, estabelecida à Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 301, bairro Centro, neste município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Marlen Claudia Tafner, brasileira, inscrita no CPF sob nº 989.186.219-49, e RG nº 2.748.648, residente à Rua Germano Schroeder, nº 134, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial/SC, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, o contrato original, que tem como objeto a locação

de uma sala comercial para o atendimento e realização de exames de ultrassonografia, contendo aproximadamente 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados), incluindo uso comum da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Indaial, sendo recepção, banheiros masculino e feminino, cozinha e estacionamento, passa a vigorar da seguinte forma:

ATAS DE REUNIÕES (04/11/2014 e 23/01/2015):

Considerando a Ata da Reunião da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Indaial, realizada no dia 04 de novembro de 2014, às 19:30 horas, em dependências da respectiva Sede, na qual a voluntária MARLEN CLAUDIA TAFNER, colocou-se à disposição para o cargo de Presidente no biênio 2015/2016. Foi procedida a votação, por unanimidade das voluntárias presentes.

Ademais, a Ata de Reunião datada em 23 de janeiro de 2015, às 15 horas, refere-se a tomada de posse da Diretoria eleita para o biênio 2015/2016, então aprovada na Ata do dia 04/11/2014. Na qual, a Presidente HELGA ITTNER transmitiu o cargo à Presidente Eleita MARLEN CLAUDIA TAFNER. (Conforme Atas em anexos).

Portanto, a nova gestão da Rede Feminina de Combate ao Câncer para o biênio 2015/2016 é:

Presidente: Marlen Claudia Tafner;
1ª Vice-Presidente: Jussaná Nagel;
2ª Vice-Presidente: Maria Teresinha Hardt;
1ª Secretária: Úrsula Maria Kretzer;
2ª Secretária: Marlene Malkowski
1ª Tesoureira: Rosmarie Blemer;
2ª Tesoureira: Jandira de Jesus Cruz;
1ª Protocolo: Sueli Lauth;
2ª Protocolo: Anilse M. Freitas Jacobsen.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER Marlen Claudia Tafner Locador
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍ- PIO Sílmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Ome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Ome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 117/2014

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 117/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, com sede na rua Marques do Herval, nº 638, bairro centro, na cidade de Ibirama - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Deivid Schlichting, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 042.385.889/08 e Cédula de Identidade nº 4.528.749-0 SSP/SC, residente e domiciliado na rua João Weidmann, nº 346, bairro Centro, na cidade de Ibirama, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a construção/execução de a construção de sanitários em alvenaria com área de 43,51 m², e urbanização de praça pública, em terreno com área de 1.295,00 m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1.O prazo de execução das obras é de 21 de março de 2015 até 19 de maio de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRUTORA F&F LTDA Deivid Schlichting Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 007 DO CONTRATO Nº 122/2014

TERMO ADITIVO Nº 007 AO CONTRATO Nº 122/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem de águas pluviais do prolongamento da Rua Dr. Heinz Wanser, com extensão de 184,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 09 de abril de 2015 até 23 de maio de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente

Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA Denilson Hoepers Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 008 DO CONTRATO Nº 087/2013

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 087/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1 do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem

pluvial da Rua Varsóvia, com extensão de 273,50 metros (interseção com a Rua Turim - estaca 0+00 PP) à interseção com a Rua Munique (estaca 13+13,50), obra integrante do sistema mutirão, conforme anexos VI, VII, VIII e IX do Edital de Tomada de Preços nº 006/2013-10430, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 21 de março de 2015 a 18 de junho de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 13 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Sérgio Almir dos Santos Denilson Hoepers
Contratante Contratada

SECRETARIA DE OBRAS PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO
Carlos Henrique Nagel Silmara Fruet
Secretário Municipal OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 107/2014 TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 107/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.971.604/0001-07, com sede na rua Fortaleza, nº 57, frente, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 246.593.129/68 e Cédula de Identidade nº 611.563/2, residente na rua Suíça, nº 123, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma

do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das reformas das Unidades de Saúde (i) Dr. Nilo de Freitas, (ii) Renato Ferreira de Mello, e (iii) Irineu Kienen, compreendendo reforma da cobertura, pintura, recuperação estrutural de alvenarias, substituição de esquadrias, pavimentação interna e externa e instalação de grades de proteção, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1. Fica acrescido da planilha do contrato original os seguintes itens: 2; 2.5; 4; 4.3; 4.7; 6 e 6.6, conforme planilha anexa. Referente a reforma da Unidade de Saúde Irineu Kienen, consoante anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. Diante do acréscimo de alguns itens da planilha original, o valor total do presente contrato é de R\$ 259.977,87 (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 11 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C. LTDA José Carlos Cardoso Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

Ipumirim

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de empresa destinada a manutenção e atualização do Site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a Administração Pública e interesse Público. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/03/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 17, PP 5-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 02/03/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas e outros veículos da frota Municipal, conforme quantidades e características anexadas ao Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Março de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 17/2015, Licitação nº 5/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezesseis dias do mês de março de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membro da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: MARRI LAVAÇÃO LTDA ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª RENATA BARON representante credenciada da empresa MARRI LAVAÇÃO LTDA ME. Sendo que neste ato a empresa supracitada é optante de Micro Empresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da proposta constatou-se que a licitante apresentou a mesma conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços, mantendo os valores da proposta inicial e por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante legal da licitante. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelo representante legal da licitante presente ao final sessão.

LOTE: 1

Participante: 9383 - MARRI LAVAÇÃO LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Lavagem externa de veículo (leves passeio)	SER	200,00		0,0000	10,00	2.000,00
2	Lavagem externa e interna de veículo leves passeio, lavar inclusive porta malas e chassis tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus e aspirador de pó. (completa)	SER	200,00		0,0000	25,00	5.000,00
3	Lavagem externa de veículo Van master, F 1000, camionete Iveco e (simples) ambulância, e Van Besta.	SER	200,00		0,0000	20,00	4.000,00
4	Lavagem externa e interna de veículo Van master, F 1000, (simples) ambulância com esterilização, Besta, inclusive lavar chassis, tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus, e aspirador de pó.(completa)	SER	200,00		0,0000	35,00	7.000,00
5	Lavagem externa de caminhão truque e toco e máquinas pesadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira e lavagem completa com lubrificação da minicarregadeira BOBCAT.	SER	200,00		0,0000	45,00	9.000,00
6	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas peadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira.sem lubrificação.	SER	200,00		0,0000	75,00	15.000,00
7	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira...) (simples) com lubrificação.	SER	200,00		0,0000	95,00	19.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 5/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 17/2015
Data do Processo: 02/03/2015

Folha: 2/2

LOTE: 1**Participante: 9383 - MARRI LAVAÇÃO LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Lubrificação de caminhão truque e toco e de máquinas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira...)	SER	150,00		0,0000	20,00	3.000,00

Total do Participante -----> 64.000,00**Total Geral ----->** 64.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 16 de Março de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 17, PP 5-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 02/03/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2015
b) Licitação Nr.: 5/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 17/03/2015
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas e outros veículos da frota Municipal, conforme quantidades e características anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**MARRI LAVAÇÃO LTDA ME (9383)**

1	Lavagem externa de veículo (leves passeio)	SER	200,00	0,0000	10,00	2.000,00
2	Lavagem externa e interna de veículo leves passeio, lavar inclusive porta malas e chassis tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus e aspirador de pó. (completa)	SER	200,00	0,0000	25,00	5.000,00
3	Lavagem externa de veículo Van master, F 1000, camionete Iveco e (simples) ambulância, e Van Besta.	SER	200,00	0,0000	20,00	4.000,00
4	Lavagem externa e interna de veículo Van master, F 1000, (simples) ambulância com esterilização, Besta, inclusive lavar chassis, tapetes e passar silicone no painel, pretinho nos pneus, e aspirador de pó.(completa)	SER	200,00	0,0000	35,00	7.000,00
5	Lavagem externa de caminhão truque e toco e máquinas pesadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira e lavagem completa com lubrificação da minicarregadeira BOBCAT.	SER	200,00	0,0000	45,00	9.000,00
6	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas peadas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira.sem lubrificação.	SER	200,00	0,0000	75,00	15.000,00
7	Lavagem externa e interna de caminhão truque e toco e de máquinas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira...) (simples) com lubrificação.	SER	200,00	0,0000	95,00	19.000,00

Ipumirim, 17 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 5/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 17/2015
Data do Processo: 02/03/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1****MARRI LAVAÇÃO LTDA ME (9383)**

8 Lubrificação de caminhão truque e toco e de máquinas (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator esteira, carregadeira...)

SER 150,00 0,0000 20,00 3.000,00

Total do Fornecedor: 64.000,00

Total Geral: 64.000,00

Ipumirim, 17 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 21, DL 12-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2015 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 21/2015 Data do Processo: 17/03/2015
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2015
b) Licitação Nr.: 12/2015-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 17/03/2015
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa destinada a manutenção e atualização do Site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a Administração Pública e interesse Público.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

PG COMUNICAÇÃO (9498)

1 atualização do site do Município e veiculação de demais informações pertinentes a Administração Pública e interesse Público.	mês	9,00	0,0000	800,00	7.200,00
--	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 7.200,00**Total Geral: 7.200,00**

Ipumirim, 17 de Março de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2785/ 2015

Decreto nº 2.785/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 35.795,69 (Trinta e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS			
02 – PODER EXECUTIVO			
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social			
4.4.90.00.00.00.00.00.3256 (167)	Aplicações Diretas	R\$ 14.686,39	
4.4.90.00.00.00.00.00.3100 (131)	Aplicações Diretas	R\$ 21.109,30	
T O T A L		R\$ 35.795,69	

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014 nas fontes 256 - Recursos Transferências do Estado e 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

ERRATA DECRETO 2782 2015

ERRATA

O Decreto nº 3.782/2015, de 13 de março de 2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, Edição nº 1703 pág. 433 de 16 de março de 2015, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências, passa a vigorar com o seguinte número:

Decreto nº 2.782/2015

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 16 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2015 - SME

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 20/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS E A EMPRESA MODELO PNEU LTDA.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Modelo Pneus Ltda, estabelecida na Avenida Humberto Alencar Castello Branco, nº 56, Bairro Planalto, Município de Bento Gonçalves, Estado de Rio Grande do Sul, CNPJ 94.510.682/0001-26, pelo seu representante, Sr. Igelso Ludovico Cecon, sob nº de CPF 102.757.970-15 e RG 5019027035, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal

nº 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 47/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 79/2014, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada, fica de comum acordo alterado a quantidade descrita na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 70/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 3.984,00 (Três mil novecentos e oitenta e quatro reais) conforme abaixo discriminado:

Item	Qtde	Unidade	Discriminação	Marca	Valor unitário	Valor total
19	8	Unidade	Pneu 7.50 X 16 – 16 Lonas Borrachudo	PIRELLI AS22 12 LONAS	498,00	3.984,00
TOTAL						3.984,00

CLAUSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus direitos jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 09 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MODELO PNEUS LTDA
IGELSO LUDOVICO CECON

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski
CPF: 066.283.679-08

Nome: Sidnei Wagner
CPF: 302.634.259-91

EXTRATO DO EDITAL Nº 13/2015 - TOMADA Nº 04/2015 - SME

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de abril de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL QUE DOMINE A LÍNGUA POLONESA DEVIDAMENTE COMPROVADA PARA MINISTRAR AULAS DA LINGUA POLONESA PARA NO MÍNIMO 60 (SESSENTA) ALUNOS DO NÚCLEO ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER DA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL, SENDO AS AULAS MINISTRADAS 2 (DUAS) VEZES NO MÊS, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 17:00 HORAS, VISANDO PROMOVER O RESGATE HISTÓRICO". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 17 de março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015 FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015 - FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 31 de março de 2015, para contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias, incluindo serviço de moldagem da prótese, prova e ajustes até a entrega final da prótese. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 31 de março de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC., 17 de março de 2015.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015, DISPENSA Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 002/2015, em prol da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE ITÁ, CNPJ nº. 80.633.993/0001-78, visando locação da praça esportiva para uso das atividades desenvolvidas pela CME, pelo prazo de 300 dias. O valor a ser pago pelo aluguel do espaço é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pagos em dez parcelas iguais de R\$ 800,00 (oitocentos reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso X da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC., 16 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

LEI N. 2375/2015

Lei nº 2375/2015, de 17 de Março de 2015.

"Autoriza a Concessão de Auxílio Financeiro ao Leo Clube Itá e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a conceder auxílio financeiro, mediante celebração de convênio, com o Leo Clube Itá, entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Rua Um, n. 155, Centro Comercial

Azaleia, Sala 03, Centro, neste Município de Itá, inscrita no CNPJ sob nº 12.693.889/0001-19, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem aplicados na realização e participação de eventos e atividades.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, em 17 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2376/2015

Lei nº 2376/2015, de 17 de Março de 2015.

Altera a Lei no 1.753, de 13 de Maio de 2005 e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal no 1.753, de 13 de maio de 2005, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder bolsa de estudo, para custeio de até 70% (setenta por cento) do custo do transporte escolar, aos alunos residentes no Município, que freqüentem cursos de nível superior, pós-graduação, médio e profissionalizante, em outros municípios.

§ 1º A bolsa poderá ser paga ao aluno ou procurador, representantes dos alunos ou responsável pela execução do serviço de transporte."

Art. 2º O artigo da Lei Municipal no 1.753, de 13 de maio de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As regras para acesso à bolsa de estudo de que trata esta Lei serão definidas pelo Poder Executivo Municipal, através de Decreto."

Art. 3º Permanecem em vigor as demais cláusulas e resoluções constantes na Lei no 1.753, 13 de maio de 2005.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento dos exercícios financeiros vigentes em cada exercício.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itá, em 17 de Março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 16/2015

Processo Licitatório nº 20/2015 - Pregão Presencial nº 16/2015 - Objeto: registro de preços para aquisição de café, açúcar, chá, materiais de limpeza e higiene, carga de gás de cozinha, para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 31 de março de 2015, até às 09hs-10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 31 de março de 2015, às 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioipolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 17 de março de 2015. José Heraldo Schritke

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITAÇÃO Nº 06/2015

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 06/2015; Pregão Presencial nº 05/2015; Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza para uso na FHMSA. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 31 de Março de 2015; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 31 de março de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria Municipal da Saúde, Avenida Tancredo Neves, 234, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioipolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1893. Itaiópolis, 17 de março de 2015. Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação Nº 08/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de alimentação necessários para a realização de coffe-break, para os profissionais da Atenção Básica, que estarão participando de reuniões, cursos, oficinas e capacitações, realizadas na Sede do Programa de Educação Permanente em Saúde, através da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Otavio Varvenczack - ME, Valor: R\$ 12.354,60; Giseli Ribas Trierweiler - ME, Valor: R\$ 27.399,60; Vigência: 16 de março de 2016. Itaiópolis, 17/03/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo sétimo dia de março de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, VALERIO PACHECO, nomeados pelo(a) Decreto nº 2388-2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 11/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS DE FUTEBOL 2015, REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME	SUZANE LISSA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Valor Total
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME	R\$ 43.702,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os

representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 17 de março de 2015.

	FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro		VALERIO PACHECO Membro
INOVARE GESTÃO E TREINAMENTO LTDA ME SUZANE LISSA		

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: TECNOTUBOS TECNOLOGIA EM TUBOS DE CONCRETO LTDA, com sede á Estrada da Balsa, nº 1500, Campo do Meio, Campo Largo/PR, CEP: 83.604-140, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.885.679/0001-20, Inscrição Estadual: 90320483-47, representada neste ato por Sócio, o Sr. KENNY WILLIAMS MORES, portador do CNPF/MF nº 065.379.489-40 e do CI.RG nº 8.701.361-8/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 - PROCESSO Nº 20/2015.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de valas e cruzamento, travessias de ruas do município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 124.510,00 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e dez reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 17 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: QUALITUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, com sede á Rodovia dos Minérios - Km 16,1 - s/nº, Centro, Almirante Tamandaré/PR, CEP: 83.513-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.068.549/0001-43, Inscrição Estadual: 90142167-63, representada neste ato por Sócio, o Sr. LUIZ FABIANO GOINSK, portador do CNPF/MF nº 027.671.499-73 e do CI.RG nº 7.157.293-5/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 - PROCESSO Nº 20/2015.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de valas e cruzamento, travessias de ruas do município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 115.120,00 (cento e quinze mil cento e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 17 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ROYER PRÉ-MOLDADOS LTDA - EPP, com sede á Avenida das Industrias, nº 1042, Das Industrias, Balsa Nova/PR, CEP: 83.650.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.574.671/0001-70, Inscrição Estadual: 90639885-00, representada neste ato por Procurador, o Sr. JEAN RODRIGO SCHUH ROYER, portador do CNPF/MF nº 004.866.629-77 e do CI.RG nº 5.303.382-2 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015 - PROCESSO Nº 20/2015.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto armado para manilhamento de valas e cruzamento, travessias de ruas do município, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

VALOR R\$: 88.400,00 (oitenta e oito mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 17 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

RH - PORTARIA Nº 0809/2015

PORTARIA Nº 0809/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 02 de março de 2015 à 31 de março de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) LIZ MARY HENK, matrícula 605476, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0810/2015

PORTARIA Nº 0810/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) VANIA MARIA LENZI LEDOUX, matrícula 603074, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0811/2015

PORTARIA Nº 0811/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

PATRÍCIA MACHADO PEREIRA, matrícula 603252, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0812/2015

PORTARIA Nº 0812/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARIA DE FATIMA COSTA, matrícula 603260, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0813/2015

PORTARIA Nº 0813/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, matrícula 603279, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0814/2015

PORTARIA Nº 0814/2015.

De: 02 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) JOSEANNY DE NAZARÉ PINHEIRO, matrícula 11614323, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0815/2015

PORTARIA Nº 0815/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ANTONIA NERES DO ROSÁRIO, matrícula 604062, ocupante do cargo de COZINHEIRA, para a referência Nível II - I, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0816/2015

PORTARIA Nº 0816/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARGARIDA APARECIDA DA SILVA ESTEVÃO, matrícula 604089, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - N, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0817/2015

PORTARIA Nº 0817/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARI STELA BARTECZKO, matrícula 604704, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível VI - P, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0818/2015

PORTARIA Nº 0818/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSICLEI NUNES BARBOSA SANTOS, matrícula 605689, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0820/2015

PORTARIA Nº 0820/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ELASIO FRISANCO, matrícula 605239, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0821/2015

PORTARIA Nº 0821/2015.

De: 02 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) CLAUDIA REGINA DUTRA DOS SANTOS, matrícula 1246542, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0806/2015

PORTARIA Nº 0806/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) DANIELE SANTOS KUROBA, matrícula 1154362, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0807/2015

PORTARIA Nº 0807/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 02 de março de 2015 à 30 de abril de 2015 (30 dias + 30 de pecúnia), ao(a) servidor(a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 607665, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº0808/2015

PORTARIA Nº 0808/2015.

De: 02 de março de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ZILMA GOMES DA SILVA, matrícula 2747, investido (a) na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 076/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0801/2015

PORTARIA Nº 0801/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) BERNADETE FAGUNDES DE CHAVES, matrícula 617245, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0802/2015

PORTARIA Nº 0802/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) ROBERTO BADY SAAD, matrícula 621633, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0803/2015

PORTARIA Nº 0803/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 21 de março de 2015, ao (a) servidor (a) GIANCARLO FALCHETTI, matrícula 623997, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0804/2015

PORTARIA Nº 0804/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) ELIANA NEHRING SILVEIRA BELO, matrícula 624748, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Procuradoria Jurídica, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0805/2015

PORTARIA Nº 0805/2015

De: 02 de março de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015, ao (a) servidor (a) JOÃO TETAR, matrícula 1024230, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL 017/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 17/2015

ARTE

Class.	Protocolo	Nome	Habilitados
1	01	Silvana Aparecida Prado	Graduada e Pós-graduada

ARTE

Class.	Protocolo	Nome	Estudantes de Arte
1	01	Gabriela Inês Kummer	Estudante 1º período

Itapoá, 16 de março de 2015

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

INDEFERIDOS

PROFESSOR DE ARTE		
Classif.	Nome	Justificativa
Indeferido	Patrícia Soares Vargas	Não apresentou curso ou formação específica na área.
Indeferido	Ingrid Meirjürgen Saad	Não apresentou curso ou formação específica na área.
Indeferido	Eric Boaz Gonsalves	Não apresentou curso ou formação específica na área.

Itapoá, 16 de março de 2015

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL 015/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 15/2015

Supervisão

Class.	Protocolo	Nome
1	01	Silvane Calabaide Koppe
2	02	Lindomar Silva de Jesus
3	03	Erondina da Silva
4	04	Marilete Caye
5	05	Jovana Miranda Ribeiro
6	06	Bruna Najla Feix
7	07	Nilva Ferreira Torres

Itapoá, 13 de março de 2015

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretária de Educação

INDEFERIDOS

Supervisão		
Classif.	Nome	Justificativa
Indeferido	Jean Paolo Braga da Rocha	Não apresentou curso ou formação específica na área.

Itapoá, 13 de março de 2015
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretária de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL Nº 010/2015 - AUX. DE ENFERMAGEM
CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Auxiliar de Enfermagem.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Priscila Alves de Oliveira Lazzaretti Ferreira	88
2º	Noeli Souza da Silva	70
3º	Terezinha do Carmo Alves Czarnecki	66
4º	Janaina Chagas Vieira	64

Itapoá, 16 de Março de 2015.
Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

SECRETARIA DE SAÚDE: CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 DO EDITAL Nº 010/2015
TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 010/2015
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata PRISCILA ALVES DE OLIVEIRA LAZZARETTI FERREIRA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- 1.Cédula de Identidade (RG) ;
- 2.Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- 3.Título de Eleitor;
- 4.Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- 5.Certidão de nascimento ou casamento;
- 6.Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- 7.Uma foto recente ;
- 8.Comprovante de residência;
- 9.Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- 10.Registro no COREN/SC;
- 11.Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- 12.Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- 13.Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- 14.Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- 15.Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- 16.Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- 17.Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- 18.Tipagem sanguínea;
- 19.Laudo médico;
- 20.Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 16 de Março de 2015.

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 042 DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº. 042 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 771 de 12 de março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias nos Projetos/Atividades do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 810.000,00 (Oitocentos e dez mil reais), como segue:

Órgão 05:SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01:DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade 2.011:Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação:3.3.90.00.00.0.0080(40) - Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 100.000,00

Atividade 2.013:Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação:3.1.90.00.00.0.0695(42) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação:3.3.90.00.00.0.0695(45) - Aplicações Diretas....R\$ 150.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 210.000,00

Unidade 03:DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto 1.017:Construção de Equipamentos Esportivos e de Lazer

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.0.0080(56) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 40.000,00

TOTAL: R\$ 350.000,00

Órgão 06:SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade 01:DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto 1.038:Aquisição de Máquinas, Equipamentos Diversos

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.0.0080(61) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 60.000,00

Projeto 1.039:Pav. Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.0.0080(66) - Aplicações Diretas....R\$ 350.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 350.000,00

TOTAL: R\$ 410.000,00

Órgão 07:SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIG. E MEIO AMBIENTE

Unidade 01:DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto 1.049:Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.0.0080(101) - Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 810.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão 08:ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade 01:ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Atividade 2.063:Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação:4.6.90.00.00.0.0080(96) - Aplicações Diretas....R\$ 810.000,00

SUB - TOTAL: R\$ 810.000,00

TOTAL: R\$ 810.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 810.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 13 de março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EDITAL Nº 005/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 005/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I

DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Psicólogo Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
414	34503	2º Ieda Maria Gomes Machado	09/09/1983

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC),
em 13 de março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria,
na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4744 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4744 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 119.790,84 (cento e dezenove mil, setecentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

Órgão: 02 - ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Proj./Atividade: 2.020 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0000 - R\$ 23.090,84

Órgão: 02 - ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 07 - ADMINISTRAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL

Proj./Atividade: 1.018 - Ampliação da Pista do Aeroporto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - R\$ 96.700,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 17 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.743 DE 17 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4.743 DE 17 DE MARÇO de 2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Prefeito em Exercício do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros-FUNREBOM:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 1.007 - AMPLIAÇÃO DO QUARTEL - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 (1)

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, será proveniente da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 2.006 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 (6)

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 17 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - ALTERAÇÕES PLANO DIRETOR

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para Alterações do Plano Diretor, cuja pauta a ser apresentada e apreciada está relatada no Anexo I do presente Edital, conforme estabelece artigo 53, da Lei Complementar 137/2007 - Lei de Zoneamento. A audiência acontecerá no dia 13 de abril de 2015, às 19:00 horas, nas dependências do Ginásio de Esportes do Bairro Flor da Serra.

Terão direito a voto os moradores/proprietários de imóveis localizados no zoneamento atingido que apresentarem documento de identificação acompanhado de comprovante de residência ou documento de propriedade de imóvel.

Joaçaba, 17 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

PAUTA DE PROPOSIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROPOSTAS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROPOSTA Nº 01 - Alteração de Lei de Zoneamento: alteração de zoneamento ZEU-1 para ZR-3 no prolongamento da Rua José Firmo Bernardi (Loteamento Brisas do Vale 2, projetado e aprovado de acordo com as Diretrizes Urbanísticas ZR-3).

PROPOSTA Nº 02 - Alteração de Lei de Zoneamento: alteração de zoneamento ZEU-1 para ZR-3 no prolongamento do Loteamento Brisas do Vale 1.

PROPOSTA Nº 03 - Alteração de Lei de Zoneamento: alteração de zoneamento ZEU-1 para ZEU-2 na área ampliada do Perímetro Urbano, no prolongamento da Rua Celso Brás de Carli até Linha Antinha

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2015-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 06/2015-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), EM PARCELAS MENSAIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES-ENSINO ESPECIAL

MODALIDADE APLICAÇÃO 106 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.00 00

VIGÊNCIA VALIDADE POR 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS E/OU ALTERADO MEDIANTE TERMO ADITIVO

JOAÇABA-SC, 17 DE MARÇO DE 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

MARIA DE LOURDES DE CARVALHO

PRESIDENTE

LEI COMPLEMENTAR Nº 293 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 293 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

APROVA PROGRAMA DE PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE SAÚDE - PAAS, DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica aprovado como Programa a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, o Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde, sob a sigla PAAS, destinado ao atendimento de Urgência em situações onde não há risco de vida, mas que haja necessidade de atendimento imediato.

Parágrafo único - A execução do programa PAAS, encontra-se definido no projeto anexo e parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º O prazo de vigência do programa aprovado por esta Lei Complementar é de 1 (um) ano, considerando-se o programa ainda funciona em caráter experimental.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 16 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PROTOCOLO BÁSICO PARA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE SAÚDE - PAAS

CAPÍTULO I DAS JUSTIFICATIVAS E FINALIDADES

Art. 1º - O presente protocolo passa a ser a referência de conduta individual e coletiva no processo de organização e trabalho do conjunto de profissionais que atuam no âmbito do serviço de assistência a saúde da população de Joaçaba.

Parágrafo único - As regras do presente protocolo passam a fazer parte das disposições legais que regem o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Joaçaba - SC, incluindo as atribuições e responsabilidades dos trabalhadores.

Art. 2º - As normas de organização e condutas estabelecidas seguem o disposto no art. 4º da Lei Federal 8080/90 que estabeleceu a competência do Gestor Municipal para normatizar complementariamente as ações e serviços de saúde e no Decreto Federal 7508/2011 que regulamentou a Lei 8080/90, estabelecendo o princípio de organização da porta de entrada do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

Art. 3º - O Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde, denominado PAAS, terá por finalidade servir como porta de entrada dos usuários do SUS, no nível primário de atenção, fora do período normal de atendimento das Unidades Básicas de Saúde do Município, nos casos considerados de urgência.

§ 1º - O PAAS terá como missão básica oferecer serviços de atenção médica em clínica geral (consultas), para os usuários da Rede de Atenção a Saúde, dentro do critério de demanda livre, salvo situações caracterizadas como de emergência que priorizem o atendimento ao juízo do profissional médico.

§ 2º - O PAAS terá por missão resolver apenas ocorrências que não se caracterizem como de EMERGÊNCIA, ficando sua atividade restrita ao atendimento de avaliação clínica (consulta médica), promovendo as referências eletivas para as UBS/ESF e de U/E para Unidades de Pronto Atendimento de Emergência.

§ 3º - Situações diagnosticadas pelo profissional médico como de Emergência deverão ser encaminhadas para Unidades de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência no Município ou região de referência.

CAPÍTULO II

DA INFRA-ESTRUTURA E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

Art. 4º - As unidades de Pronto Atendimento Ambulatorial em Saúde - PAAS terão seu funcionamento no período das 17h30min às 23h30min, de segunda-feira à sexta-feira na Unidade Central.

Art. 5º - A Equipe de Profissionais do PAAS que composta por:

I - Médico Plantonista;

II - Enfermeiro Plantonista;

III - Técnico de Enfermagem Plantonista;

IV - Demais profissionais necessários.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Saúde deverá garantir a disponibilidade de veículo para transporte dos usuários que ficará à disposição do PAAS sob forma de plantão para transporte de pacientes em casos de emergências ao plantão de referência.

Art. 6º - A Unidade de Pronto Atendimento em Saúde - PAAS, será instalada no Ambiente da Unidade Básica de Saúde, existente na Rede Básica do Município com população referenciada, a critério do Gestor Municipal.

§ 1º - A contratação de profissionais será por meio de processo seletivo, sempre que necessário, sendo que primeiramente será utilizado o processo seletivo vigente do PAAS, com carga horária mínima de contratação de 6 (seis) horas e no máximo de 12 (doze) horas semanais, permitindo um número razoável de profissionais não colocando em risco o funcionamento do Programa por falta de profissionais.

§ 2º. O número de profissionais por cargo serão de no máximo 05 (cinco) .

Art. 7º A Secretaria Municipal de Saúde, deverá garantir a disponibilidade de materiais e instrumentais como segue:

I - materiais e instrumentos:

- a) estetoscópio adulto/infantil;
- b) esfigmomanômetro adulto/infantil;
- c) otoscópio com espéculos adulto e infantil;
- d) oftalmoscópio;
- e) bolsa autoinflável (ambú) adulto/infantil;
- f) óxímetro de pulso;
- g) glicosímetro + fitas e lancetas;
- h) maca com rodas;
- i) cadeira de rodas;

II - medicamentos:

- a) Adrenalina;
- b) Água destilada;
- c) Aminofilina;
- d) Amiodarona;
- e) Amitriptilina;
- f) Atropina;
- g) Bicarbonato de sódio;
- h) Biperideno;
- i) Bricanyl;
- j) Brometo de Ipratrópio;
- k) Bupivacaína;
- l) Captopril;
- m) Carbamazepina;
- n) Carvão ativado;
- o) Cetoprofeno injetável;
- p) Clister Glicerinado;
- q) Clordiazepóxido;
- r) Cloridrato de Clonidina;
- s) Cloridrato de Hidralazina;
- t) Cloreto de potássio;
- u) Cloreto de sódio
- v) Clorpromazina;
- w) Clorafenicol;
- x) Codeína;
- y) Complexo B injetável;
- z) Deslanosídeo;
- aa) Dexametasona;
- bb) Diazepam injetável e via oral;
- cc) Diclofenaco de sódio;
- dd) Digoxina;
- ee) Dipirona;
- ff) Enalapril;
- gg) Escopolamina (hioscina);
- hh) Fenitoína;
- ii) Fenobarbital;
- jj) Fenoterol Bromidrato;
- kk) Flumazenil;
- ll) Furosemida;
- mm) Glicose isotônica;
- nn) Glicose hipertônica;
- oo) Gluconato de Cálcio;
- pp) Haloperidol injetável;
- qq) Hidrocortisona injetável;
- rr) Isossorbida;
- ss) Lidocaína;
- tt) Manitol;
- uu) Meperidina;
- vv) Metildopa;
- ww) Metilergometrina;
- xx) Metilprednisolona;
- yy) Metoclopramida;
- zz) Metropolol;
- aaa) Midazolan;
- bbb) Nifedipina;
- ccc) Nitroprussiato de sódio;
- ddd) Óleo mineral;
- eee) Omeprazol;
- fff) Paracetamol;

ggg)Penicilina (Benzetacil);
 hhh)Prometazina injetável;
 iii)Propranolol;
 jjj)Ranitidina;
 kkk)Ringer Lactato;
 lll)Sais para reidratação oral;
 mmm)Salbutamol;
 nnn)Soro glico-fisiológico;
 ooo)Soro Fisiológico;
 ppp)Soro Glicosado;
 qqq)Sulfadiazina prata;
 rrr)Sulfato de magnésio;
 sss)Tiamina (Vit. B1);
 ttt)Tramadol;
 uuu)Tobramicina Colírio;
 vvv)Verapamil;
 www)Vitamina K.

Parágrafo único - Considerando que o PAAS, tem por finalidade objetiva o atendimento ambulatorial de avaliação clínica, exclusivamente da consulta médica, a Lista de Medicamentos é exemplificativa, ficando a critério do Gestor sua utilização, assim como sua adequação ao juízo local.

Art. 8º - Os usuários deverão estar munidos, para o atendimento, da carteira nacional do SUS e carteira de agendamento da Atenção Básica de origem.

CAPÍTULO III

DAS ROTINAS DE ATENDIMENTO

Art. 9º - O atendimento dos usuários que procurarem os serviços de atendimento ambulatorial (AVALIAÇÃO CLÍNICA) será recebido pela recepção por um profissional da saúde, que deverá indagar a queixa principal, emitir a ficha de recepção e triagem dos sinais vitais, e posterior encaminhamento.

§ 1º - Os casos considerados suspeitos de Emergência, deverão ser comunicados ao profissional médico que a seu juízo determinará o encaminhamento do paciente para Unidades de Pronto Atendimento de Urgência e Emergência e outras providências cabíveis.

§ 2º - Após a recepção inicial os usuários passarão por uma pré-avaliação com o profissional de Enfermagem que fará a classificação de risco conforme critérios do protocolo.

Art. 10 - A avaliação clínica do Profissional Médico, embora dirigida à queixa apresentada, devem observar o princípio da integralidade, sendo o paciente abordado na totalidade e na plenitude de sua condição.

§ 1º - Estabelecido o Diagnóstico Clínico, o profissional médico deverá oferecer ao usuário todos os esclarecimentos relacionados aos passos seguintes do seu tratamento: encaminhamento à sua UBS/ESF de referência com recomendações, utilização dos medicamentos, etc...

§ 2º - A prescrever os medicamentos os profissionais médicos deverão obedecer ao disposto no Protocolo Municipal de Assistência Farmacêutica que restringem a lista de medicamentos do REMUME local, conforme disposto na Lei Federal 12401/2011.

§ 3º - Nos casos dos usuários com Diagnóstico que exijam algum tipo de Apoio Laboratorial, será observado o critério pré-estabelecido dos exames específicos: hemograma, EQU, TAP, CK e CKMB.

§ 4º. Os exames de imagens deverão ser encaminhados para atendimento médico da sua UBS/ESF de referência ou serviço de Emergência de referência, ficando vedado ao Profissional Médico do PAAS a solicitação dos mesmos.

§ 5º Quando um membro da Equipe do PASS, ficar impossibilitado de comparecer ao plantão do PAAS para o qual está escalado, o mesmo deverá comunicar a Secretaria Municipal de Saúde, com pelo menos 24 horas de antecedência e indicar seu substituto, cuja troca de responsabilidade deve ser registrada por escrito, com anuência das duas partes.

§ 6º A equipe do PAAS deverá manter livro de registro das ocorrências, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, cujo guarda ficará sob responsabilidade do profissional de Enfermagem.

§ 7º O controle de horário dos profissionais se dará sob ponto eletrônico, disponibilizado no local do Programa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PROFISSIONAIS QUE IRÃO COMPOR A EQUIPE DO PRONTO ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM SAÚDE - PAAS

Art. 11. São atribuições do Médico Plantonista:

I Prestar atendimento passível de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes, tanto adulto quanto pediátricos, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;

II Atender prioritariamente os pacientes identificados de acordo com o protocolo de acolhimento definidas pelas SMS, realizadas pelo enfermeiro classificador de risco;

III Realizar consultas e exames clínicos, emitir diagnósticos, prescrever tratamentos, orientar pacientes e aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;

IV Encaminhar pacientes de riscos aos serviços de maior complexidade para tratamento e internação hospitalar, caso indicado e investigação diagnóstica;

V Prestar atendimento a pacientes incluindo procedimentos como: suturas, drenagens, passagens de cateteres;

VI Realizar consultas, solicitar exames laboratoriais conforme protocolo, analisar e interpretar seus resultados e realizar eletrocardiograma e interpretá-lo;

VII Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS;

VIII Dar apoio a atendimentos de Urgência e Emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição;

IX Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;

X Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico do Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde - PAAS;

XI Obedecer ao Código de Ética Médica;

XII Executar outras tarefas correlatadas a sua áreas de competência.

Art. 12 - São atribuições do Enfermeiro Plantonista:

I.Realizar classificação de risco em todos os atendimentos;

II.Elaborar escalas de plantão para equipe multidisciplinar;

III.Realizar assistência e procedimentos como: sondagens vesicais, sondagens gástricas, acesso venoso, coleta de sangue para exames de laboratório e outros cuidados diretos da área afim;

IV.Participar das reuniões do Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde - PAAS;

V.Coordenar a equipe e serviços;

VI.Emissão de relatórios e dados estatísticos;

VII.Prestar conta bimestral sobre o atendimento ao Gestor Municipal e Conselho Municipal de Saúde;

VIII.Executar tarefas complementares afins.

Art. 13 - São atribuições do Técnico de Enfermagem Plantonista:

I.Fazer curativos, lavagens estomacais e vesicais, acesso venoso, verificação de pressão, temperatura entre outros serviços de assistência pertinentes a função;

II.Realizar coleta de sangue para realização de exames laboratoriais;

III.Lavar, acondicionar e esterilizar o material, segundo técnicas adequadas;

IV.Realização de eletrocardiograma;

V.Executar outras tarefas afins.

CAPÍTULO V

DAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS DE "URGÊNCIA" E "EMERGÊNCIA"

Art. 14 - Será considerada como de "emergência" qualquer situação que represente risco imediato de vida ou de comprometimento de órgão ou função, exigindo intervenção imediata para que seja preservada a integridade da pessoa afetada.

§ 1º A caracterização de risco imediato é reconhecida ao juízo do Profissional Médico responsável pela avaliação clínica na chegada do paciente e/ou durante a avaliação clínica (consulta).

§ 2º Constatada a situação de risco, a equipe adotará as providências imediatas de transporte para encaminhamento do usuário as Unidades de Pronto Atendimento de Urgência - UPA, ou qualquer outra existente no âmbito do Município ou referência deste.

Art. 15 - Na condição de "urgência" serão enquadradas as situações de risco de comprometimento de órgão ou função, estabelecido com base em critérios clínicos e no modo de apresentação da queixa, que embora não exija interferência imediata, deve ser abordada no prazo máximo de algumas horas, seja por procedimentos de diagnósticos complementares, seja por intervenção terapêutica.

Art. 16 - Como exemplo de situações de Emergência, relacionam-se as seguintes:

- a) Parada Cárdio Respiratória;
- b) Alteração aguda do nível de consciência;
- c) Desconforto respiratório agudo;
- d) Edema agudo de pulmão;
- e) Broncoespasmo grave (definido por presença de pulso paradoxal e pelo volume expiratório forçado no primeiro segundo);
- f) Dor torácica com irradiação cervical e/ou para membro superior esquerdo e associada a vômitos, sudorese abundante, palidez cutânea e hipotermia;
- g) Trauma crânio encefálico;
- h) Intoxicação exógena;
- i) Trauma torácico com ou sem perfuração;
- j) Trauma abdominal com ou sem perfuração;
- k) Trauma ocular;
- l) Elevação da pressão diastólica acima de 120 mmHg associada a evidência de comprometimento cardíaco, neurológico ou renal agudo.
- m) Estado de mal epilético, etc.

Art. 16 - Como exemplos de situações de Urgência, relacionam-se as seguintes:

- a) Cefaleia;
- b) Tontura associada a vômitos incoercíveis;
- c) Sincope - perda de consciência aguda, de rápida duração;
- d) Perda súbita de visão;
- e) Dor torácica - "peito";
- f) Palpitação;
- g) Elevação da pressão arterial diastólica acima de 120 mmHg;
- h) Bronco Espasmo leve ou moderado (ausência de pulso paradoxal);
- i) Dor abdominal com interrupção da eliminação de fezes e flatos por mais de 24 horas;
- j) Cólica Renal;
- k) Cólica Biliar;
- l) Anúria (interrupção da diurese por mais de 24 horas);
- m) Vômitos incoercíveis;
- n) Hiperêmese gravídica;
- o) Trabalho de parto;
- p) Descompensação diabética;
- q) Pielonefrite aguda;
- r) Estado pós convulsivo;
- s) Síndrome de abstinência alcoólica;
- t) Lombalgia com limitação de ambulação;
- u) Perda aguda da força muscular em um membro ou um hemi-corpo;
- v) Fraturas.

§ 1º. Esses exemplos pretendem apenas ilustrar as situações mais frequentes e não esgotam as possibilidades de situações de emergência ou urgência.

§ 2º. Os casos de febre, como sintoma isolado, não significam urgência e/ou emergência, devendo apenas ser considerado como fator agravante em pacientes que apresentem outros sinais e sintomas, como comprometimento importante do estado geral,

alteração do nível de consciência, desconforto respiratório agudo, etc.

§ 3º. Em crianças de até cinco anos de idade a febre pode ocorrer associada a crise convulsiva (convulsão febril), sendo que toda criança dessa faixa etária que apresentar febre deve necessariamente receber medicação antitérmica e/ou banho com água fresca, e aguardar o atendimento no momento oportuno.

§ 4º. Acima dos cinco anos não há associação causal entre febre e convulsão, sendo que o paciente febril deve ser medicado a critério da equipe de saúde.

§ 5º. O protocolo de pré atendimento deverá seguir o seguinte modelo:

Proposta de protocolo de pré-atendimento

Atendimento nº: Data: Hora:

1. Nome:
3. Possui cartão? () sim () não
4. Necessita novo cartão? () sim () não
5. Faz seguimento em algum serviço de saúde?
() sim () não
() SUS () NGA () HOSPITAL DAS CLÍNICAS
() UBS - Qual?
() U.B.D.S. - Qual?
() CONVÊNIO - Qual? () PARTICULAR
6. Nome do médico responsável pelo atendimento:
7. Data do último atendimento:
ONDE?
8. Data do próximo atendimento agendado, se houver:
ONDE?

9. Motivo da presença no dia de hoje:
.....

10. A queixa atual está relacionada ao seguimento realizado?

- () sim () não
11. Encaminhamento dado ao caso:
() atenção básica () pronto atendimento () outro
12. Encaminhamento interno (assinalar):
() agendamento na recepção
() assistente social
() consulta enfermagem
() consulta médica
() curativo
() farmácia
() odontologia
() psicologia
() sala de medicação
() sala de urgência
() saúde do trabalhador
() vacina
() vigilância em saúde (epidemiológica, sanitária, controle de vetores, zoonoses)

CAPITULO VI

DO FINANCIAMENTO

Art. 17 - Os recursos destinados para a implementação do programa serão de origem das Ações de Serviços Públicos de Saúde - ASPS (recurso próprio).

CAPITULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 19 - O Programa durante seu período de vigência, experimentalmente de 06 (seis) meses, será submetido a avaliação pelo Conselho Municipal de Saúde bimestralmente, considerando o número de atendimento, relevância e resolutividade.

Art. 20 - O Programa de Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde - PAAS, abrangerá apenas o Município de Joaçaba por se tratar de ser um Serviço Municipal.

Joaçaba, 05 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Ademir Righi

Secretário Municipal de Saúde

QUADRO DE PESSOAL

Cargo	Carga Horária	Habilitação	Valor da remuneração R\$ (equivalente à 30h/ semanais)
Médico Plantonista	30h	Curso Superior em Medicina com registro no CRM	R\$ 14.400,00
Enfermeira Plantonista	30h	Curso Superior em Enfermagem com registro no COREN	R\$ 2.880,00
Técnico de Enfermagem Plantão	30h	Curso Técnico de Enfermagem com registro no COREN	R\$ 960,00

LEI COMPLEMENTAR Nº 294 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 294 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

“CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica aprovado o “PROGRAMA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO” a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, que visa promover ações e atividades de caráter educativo, informativo e de orientação social, para incentivar e mobilizar os beneficiários dos programas de transferência de renda a acessar os cursos oferecidos pelo Pronatec/Brasil Sem Miséria - BSM, bem como as iniciativas de inclusão produtiva e demais ofertas do município, com intuito de expandir o acesso a direitos, promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

Parágrafo único - A execução do programa ACESSUAS Trabalho, encontra-se definido no projeto anexo e parte integrante da presente Lei.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de recursos oriundos do próprio programa, conforme estabelece a Portaria MDS nº 143/2012, demais legislações do ACESSUAS e recursos do orçamento municipal da Assistência Social.

Art. 3º O prazo de vigência deste programa é determinado de 12 meses.

Parágrafo Único - Poderá ser prorrogado se houver prorrogação do Programa pelo MDS e com orientações nacionais para essa

finalidade.

Art. 4º O quadro de pessoal, vencimentos, carga horária, atribuições e habilitação da equipe que executará o Programa ACESSUAS Trabalho descrito no anexo I.

Parágrafo Único - O município deverá realizar teste seletivo por período determinado, para preencher as vagas, nos termos da LC 97/2005.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 16 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

PROJETO: ACESSUAS TRABALHO

1. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social oferta Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Na Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, oferta os seguintes serviços: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Crianças/Adolescentes e Idosos; Serviço de Atendimento à Domicílio para Pessoas com Deficiência ou Idosas.

Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS, oferta os seguintes serviços: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade possui o Serviço de Acolhimento Institucional é realizado no Abrigo Municipal Frei Bruno, que atende além da demanda do município de Joaçaba, a demanda dos municípios da comarca que possuem convênios.

Os serviços elencados acima visam a prevenção e proteção das famílias e indivíduos, onde o acesso aos direitos sociais é o enfoque principal da assistência, que deve trabalhar interligada com as outras políticas públicas para que o cidadão não tenha seus direitos violados.

É fato de que acesso ao mundo do trabalho diminui a violação de direitos, e uma intervenção Inter setorial articulada entre as políticas comprometidas com a qualidade técnico-profissional, a intermediação pública da mão de obra, a economia solidária o microcrédito produtivo e orientado e o acesso aos direitos sociais torna o cidadão autônomo, responsável pela sua existência não necessitando continuamente da intervenção da política da assistência social para garantir os mínimos necessários para a sobrevivência.

Atualmente os serviços da secretaria já auxiliam os usuários nesse encaminhamento, mas com a implantação do ACESSUAS TRABALHO esse direito será melhor assistido porque haverá uma equipe responsável pela busca ativa das pessoas inseridas no CadÚnico, reconhecendo as capacidades e potencialidades dos usuários, acompanhando-os e integrando-os ao mundo do trabalho.

Em 2013, o município de Joaçaba foi contemplado com recursos do Governo Federal para realizar o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS TRABALHO, que tem por finalidade promover o acesso dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho. Esse programa tem prazo determinado para sua execução: 2013 e 2014. Por isso a unidade gestora

da Assistência Social necessita da aprovação do referido programa que oportunizará a qualificação profissional dos usuários do Sistema Único de Assistência Social incluindo-os no mundo do trabalho para serem protagonistas de suas próprias vidas.

2.JUSTIFICATIVA

O Programa visa ações de articulação e mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social para garantia do direito de cidadania à inclusão no mundo do trabalho, por meio do acesso a cursos de formação e qualificação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.

Para a realização das ações do programa há necessidade de Equipe Técnica com competências específicas, sendo um coordenador e técnicos de nível superior e médio, pois essa equipe deverá conhecer o território, identificar o perfil do usuário e mapear as ofertas e oportunidades para a inserção no mundo do trabalho aquelas pessoas cadastradas no CadÚnico ou que estejam em situação de vulnerabilidade e, articular com outras políticas a superação das vulnerabilidades encontradas.

O Serviço da Equipe de Técnica responsável pela execução do Programa tem atribuições que requerem jornada de trabalho diferenciada, visto que há necessidade de articulação e mobilização dos usuários dos programas de transferência de renda.

Atualmente, no quadro de servidores da Secretaria de Assistência Social não há técnicos suficientes para executar esse Programa e será necessário realização de teste seletivo temporário para contratação dessa equipe técnica.

Importante também destacar que o pagamento da equipe será custeado com recursos do Programa, conforme estabelece a Portaria MDS nº 143/2012 e demais legislações do SUAS. É fato que o maior esforço é sempre em oferecer a melhor e maior quantidade de serviços na área da Assistência Social, visando o atendimento da demanda reprimida em nosso município.

3.OBJETIVOS

3.1Objetivo geral

Garantir oportunidades de qualificação profissional ao alcance dos usuários da Assistência Social, propiciando acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social a cursos profissionalizantes.

3.2Objetivos específicos

a)Articular através de estratégias de mobilização e encaminhamentos, a garantia do direito de cidadania à inclusão no mundo do trabalho, em especial os usuários da Política de Assistência Social em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, cadastrados no CadÚnico;

b)Propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação com renda, por meio de ações de inclusão produtiva;

c)Ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos;

d)Priorizar os usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como público prioritário do ACESSUAS TRABALHO.

4.DO ESPAÇO FÍSICO

O espaço físico destinado ao Programa ACESSUAS-TRABALHO deverá dispor de uma sala para planejamento, elaboração, execução e monitoramento das atividades e um espaço para atendimento ao público. Esse local poderá ser locado para o período da vigência desse programa com recursos do Governo federal.

5.DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos necessários poderão ser locados com os recursos recebidos para a execução do Programa ACESSUAS-TRABALHO, vedando a compra de bem capital com o mesmo. Deverá contar com mesas, cadeiras, armário, telefone e computadores com acesso a internet.

6.DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos descentralizados aos municípios poderão ser utilizados no custeio de despesas correntes exclusivamente conforme estabelece as normativas legais, em especial, as resoluções do CNAS n 33/2011, 13/2012, 18/2012, bem como portaria MDS n 143/2012 e demais legislações do Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

As despesas com materiais permanentes deverão correr por conta de recursos do município.

O custo estimado para a implantação do Programa ACESSUAS-TRABALHO fica assim demonstrado:

Descrição da Despesa	Valor (R\$)
Pagamento de equipe	116.500,00
Mobiliário/investimento	6.500,00
Material de custeio	27.600,00
Total:	150.600,00

O custo estimado para a manutenção mensal do Programa ACESSUAS-TRABALHO é demonstrado:

Descrição da Despesa	Valor (R\$)
Contratação de equipe	6.661,59*
Despesas de custeio	2.300,00
Total:	8.961,59

- O Cálculo de impacto financeiro dará o valor real.

Os recursos financeiros necessários à implantação e manutenção do Programa ACESSUAS-TRABALHO serão elencados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, descritos por dotação própria da Secretaria Municipal de Assistência Social e fiscalizados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). O saldo dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) existente em 31 de dezembro poderá ser reprogramado para o exercício seguinte, desde que o programa tenha sido executado durante o exercício em questão, sendo submetida ao CMAS para apreciação e aprovação.

7.DO PESSOAL, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO.

Função	Habilitação	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração
Coordenador do Programa	Ensino superior completo em Serviço Social, Psicologia, pedagogia ou Gestão Pública. Carteira de habilitação.	01	35 hs	R\$ 2.250,90
Técnico de nível superior	Ensino superior completo em Serviço Social, Psicologia, pedagogia ou Gestão Pública. Carteira de habilitação.	01	35 hs	R\$ 1.636,55
Técnico de nível médio	Ensino Médio Completo, Carteira de Habilitação,	01	35 hs	R\$ 1.121,27

A equipe de referência do Programa ACESSUAS TRABALHO contará com um Coordenador, um Técnico de nível superior e um técnico de nível médio.

As vagas referentes à equipe de trabalho serão preenchidas por servidores temporários, haja vista não se tratar de programa de

caráter permanente, todavia, no interesse da administração, poderão ser ocupados por servidores efetivos.

- São atribuições do Coordenador:

- Coordenar as ações do Programa ACESSUAS TRABALHO no âmbito da gestão municipal;

- Coordenar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pela Equipe de Referência;

- Acompanhar os resultados das metas pactuadas pelo Município;

- Alimentar com informações pertinentes o Sistema de monitoramento do ACESSUAS TRABALHO;

- Prestar conta dos recursos utilizados.

- São atribuições do Técnico (nível superior):

- Elaborar estudo sócio econômico do município;

- Identificar o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO;6

- Identificar as pessoas com deficiências que possam participar dos cursos oferecidos pelo Programa ACESSUAS TRABALHO;

- Participar da elaboração da campanha de mobilização e de divulgação do Programa;

- Organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores, com o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO;

- Disponibilizar à população a lista das unidades ofertantes e relação dos cursos oferecidos pelo Programa ACESSUAS TRABALHO;

- Articular com a rede de educação (EJA) que atua com o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO para matricular os alunos nas unidades ofertantes;

- Identificar famílias com perfil para acesso à renda, com registro específico daquelas em situação de extrema pobreza e incluir no CADÚNICO e no ACESSUAS TRABALHO;

- Registrar informações sobre matrículas efetivadas, encaminhamento e acompanhamento dos educandos;

- Acompanhar o desempenho dos educandos por meio de relatório quinzenal ou mensal;

- Disponibilizar informações sobre permanência, evasão dos educandos e avaliação do Programa ACESSUAS TRABALHO;

- Participar de reuniões periódicas com a equipe de referência da Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou CRAS, para planejamento e avaliação dos resultados do Programa ACESSUAS TRABALHO;

- Identificar situações de vulnerabilidade e risco social e oferta de e/ou encaminhamento para outros serviços, conforme necessidade;

- Articular com a Secretaria Municipal do Trabalho ou SINE a intermediação da mão de obra dos capacitados no ACESSUAS TRABALHO.

- São atribuições dos técnicos de nível médio:

- Apoio à equipe de nível superior nas funções administrativas, na mobilização, no encaminhamento para matrículas dos educandos, no acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos e no encaminhamento para o novo trabalho;

- Apoio na inclusão de novos beneficiários no Cadastro Único;

- Participação de reuniões de planejamento, na Secretaria Municipal de Assistência Social ou CRAS, quando convocado pelo Coordenador do Programa ACESSUAS TRABALHO.

8.DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA

O município aderiu formalmente ao programa ACESSUAS TRABALHO por um ano, podendo ser repactuado por mais um ano.

9.CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Adequações legais	X	X										
2. Organização do quadro de pessoal		X	X	X	X							

3. Adaptação da sala para as atividades do Programa ACESSUAS TRABALHO			X	X	X							
4. Aquisição dos móveis e utensílios necessários			X	X	X							
5. Implantação do sistema de informática					X							
5. Início/execução das atividades						X	X	X	X	X	X	X
6. Controle e avaliação											X	X

CONCLUSÃO

A implantação do Programa ACESSUAS TRABALHO oportunizará o acesso dos usuários da Política de Assistência Social ao direito ao mundo do trabalho, medida que busca proporcionar profissionais capacitados para atender e lidar com as diferenças e especificidades do mundo do trabalho, visando inserir no mercado de trabalho os beneficiados com os programas de transferência de renda, para que se tornem pessoas autônomas financeiramente.

Esse programa vai informar e sensibilizar o público da assistência quanto as vantagens da qualificação profissional e da inserção no mercado de trabalho formal, consequentemente melhorando a qualidade de vida dessa população.

LEI Nº 4.584 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.584 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FREI BRUNO, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA FREI BRUNO, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.506.870/0001-24, com sede na Av. Caetano Natal Branco, nº 1536, no Bairro Frei Bruno, em Joaçaba (SC), visando a utilização por parte da entidade de 576,28 m2 (quinhentos setenta e seis vírgula vinte e oito metros quadrados) de arquibancadas e 701,73 (setecentos e um vírgula setenta e três metros quadrados) de cobertura de arquibancadas, pertencentes ao antigo Estádio Oscar Rodrigues da Nova, no Município de Joaçaba

Parágrafo único - Os bens de que trata o caput deste artigo, terão por finalidade a aplicação pela entidade no uso de acomodação de público em eventos que atendem ao objeto social da entidade.

Art. 2º O prazo de vigência desta Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas de manutenção e conservação do bem móvel, provenientes da execução desta cessão de uso ocorrerão por conta da entidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.585 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.585 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O AUTO MOTO CLUBE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o AUTO MOTO CLUBE JOAÇABA, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o n.º 83.234.153/0001-20, com sede na Estrada Nova Petrópolis, S/N, no Bairro São Braz, em Joaçaba (SC), visando a utilização por parte da entidade de 289,85 m² (duzentos oitenta e nove vírgula oitenta e cinco metros quadrados), de arquibancadas pertencentes ao antigo Estádio Municipal Oscar Rodrigues da Nova, no Município de Joaçaba

Parágrafo único - Os bens de que trata o caput deste artigo, terão por finalidade a aplicação pela entidade no uso de acomodação de público em local de competição.

Art. 2º O prazo de vigência desta Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, se do interesse das partes.

Art. 3º As despesas de manutenção e conservação do bem móvel, provenientes da execução desta cessão de uso ocorrerão por conta da entidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.586 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.586 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros-FUNREBOM:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 1.007 - AMPLIAÇÃO DO QUARTEL - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 (1)

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação

apontada no artigo 1º, será proveniente da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 2.006 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 (6)

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de março de 2015.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.587 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.587 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO § 1º DO ARTIGO 5º, DA LEI Nº 4.499/2014, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI :

Art. 1º Fica revogado o § 1º do Art. 5º da Lei nº 4.499/2014, que dispõe sobre a instituição do Programa Bolsa Atleta.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 16 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

LEI Nº 4.588 DE 16 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 4.588 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPORTE GRATUITO COM A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO MUNICIPAL OU CONTRATADO, PARA A PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTOS E EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba, através do Fundo Municipal de Esportes, autorizado a realizar, gratuitamente, transporte através de ônibus, micro-ônibus e vans de passageiros, pertencentes a frota municipal ou contratados (terceiros), para viagens de integrantes de equipes amadoras de associações/modalidades para participação em treinamentos e competições esportivas oficiais, promovidas pelas Federações esportivas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único: O Programa de Transporte estabelecido por esta Lei atenderá as modalidades praticadas no Município de Joaçaba, com prioridade àquelas em que vem apresentando melhor desempenho técnico em eventos oficiais em anos anteriores e que possua interesse.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro/logístico de transporte, fornecido pelo Município de Joaçaba, por meio do Fundo Municipal de Esportes - FME.

Art. 3º O Programa de Transporte poderá atender as modalidades

solicitantes, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira, além de não coincidir com o Calendário de Eventos da FESPORTE, bem como as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Esportes.

Art. 4º As solicitações de concessão de transporte deverão ser encaminhadas, com antecedência de no mínimo 20 dias, pela associação/modalidade acompanhada de suas justificativas, para a análise da Diretoria de Esportes.

Art. 5º Correrão por conta da Associação solicitante, se for o caso, as despesas de viagem (alimentação e hospedagem), do motorista e despesas com pedágios, se existentes, conforme regulamentação e valores das diárias previstas para os servidores do Município de Joaçaba.

Art. 6º Ocorrendo coincidência de datas solicitadas e impossibilidade de atendimento a todos os solicitantes, o veículo será cedido àquele que houver solicitado primeiro (ordem cronológica de protocolo).

Art. 7º Se por qualquer motivo não houver a possibilidade de atendimento do transporte para o período solicitado, o responsável pela repartição competente deverá comunicar o fato ao solicitante com pelo menos 03 (três) dias de antecedência.

Art. 8º Junto ao pedido deverá o solicitante, anexar o comprovante de que se trata de competição oficial e/ou calendário de treinamento para atendimento do Art. 1º desta Lei.

Art. 9º O atendimento às solicitações não poderão causar prejuízos ou transtornos ao transporte desenvolvido para as atividades da Diretoria de Esportes.

Art. 10 O benefício do transporte à entidade/modalidade poderá ser cancelado pela Diretoria de Esportes em caso de:

I - reincidência de cancelamento de viagem programada, sem apresentar justificativa convincente;

II - não cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

Art. 11 O fornecimento de transporte poderá ocorrer no período de 15 de março a 15 de dezembro de cada exercício.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária do Fundo Municipal de Esportes - FME.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 16 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.589 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.589 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa e posterior alienação de bens patrimoniais situados no Distrito Industrial, pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Joaçaba (SC), a seguir descritos:

- Terreno nº 1 - A - Matrícula nº 27.341 - Área de 6.000,00m² - Valor R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);
- Terreno nº 1 - B - Matrícula nº 27.342 - Área de 4.500,00m² - Valor R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais);
- Terreno nº 1 - C - Matrícula nº 27.343 - Área de 1.877,47m² - Valor R\$ 56.300,00 (cinquenta e seis mil e trezentos reais);

- Terreno nº 1 - D - Matrícula nº 27.344 - Área de 2.048,87m² - Valor R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais);
- Terreno nº 2 - A - Matrícula nº 30.427 - Área de 3.092,40m² - Valor R\$ 92.800,00 (noventa e dois mil e oitocentos reais);

- Terreno nº 2 - B - Matrícula nº 30.428 - Área de 2.233,29m² - Valor R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais);

- Terreno nº 2 - C - Matrícula nº 30.429 - Área de 2.200,00m² - Valor R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais);

- Terreno nº 2 - D - Matrícula nº 30.430 - Área de 2.163,37m² - Valor R\$ 64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais);

- Terreno nº 2 - E - Matrícula nº 30.431 - Área de 2.377,60m² - Valor R\$ 71.300,00 (setenta e um mil e trezentos reais).

Parágrafo único. A alienação de que trata este artigo se dará por meio de Processo Licitatório - Modalidade de Concorrência Pública, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 16 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ORDEM DE SERVIÇO Nº256/2015 - RECEBIDA EM 05/03/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 256/2015

Autorizo por meio desta, a empresa OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ/MF nº 01.627.484/0001-66, a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a ampliação de iluminação pública na Rua Ângelo Sganzerla, bairro Jardim Cidade Alta, no Município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 9/2015/PMJ - Edital CV nº 2/2015/PMJ, homologado em 23/02/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula terceira do Contrato nº 225/2015/PMJ de 23 de fevereiro de 2015. O prazo de início é em até 5 (cinco) dias e a execução é em até 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 23 de fevereiro de 2015.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário Municipal de Infraestrutura

Contratada: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Representante: ROSANA MARIA GALIO POGGERE

Assinatura e carimbo _____

CPF: 018.631.599-67

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEN DE SERVIÇO Nº258/2015 - RECEBIDA EM 16/03/2014

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 258/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40, as obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 84/2014/PMJ - Edital CC nº 11/2014/PMJ, homologado em 22/01/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 6.334.789,57 (seis milhões, trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula quarta do Contrato nº 215/2015/PMJ de 26 de janeiro de 2015. O prazo de início é em até 15 (quinze) dias e a execução é em até 18 (dezoito) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 16 de março de 2015.

Contratante : SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário Municipal de Infraestrutura

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo _____
CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEN DE SERVIÇO Nº259/2015 - RECEBIDA EM 16/03/2015

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 259/2015

Autorizo por meio desta, a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 03.377.072/0001-40, a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção da 1ª Etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 82/2014/PMJ - Edital CC nº 09/2014/PMJ, homologado em 12/02/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 2.266.709,97 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e nove reais e noventa e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula quarta do Contrato nº 229/2015/PMJ de 13 de março de 2015. O prazo de início é em até 15 (quinze) dias e a execução é em até 8 (oito) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço. Joaçaba (SC), 16 de março de 2015.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário Municipal de Infraestrutura

Contratada: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: SIMAR JOSÉ ROSA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 437.061.009-59

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

SIMAE - JOAÇABA**PORTARIA JHL 058/2015**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 058/2015 DE 17/03/2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: Evald Hommerding Junior, Operadora de ETA, P-6, N-3, Ref-J-9, para responder pela Função de Gerente do Setor de Tratamento de Água e Tratamento de Esgoto do SIMAE, no período de 17 a 28 de março de 2015, e que será exercido cumulativamente com as atribuições de seu cargo efetivo, com direito a percepção da Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, por motivo de Licença Prêmio do titular.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 17 de março de 2015, obedecido disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 17 de março de 2015.
Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 56/2015

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 56/2015 de 13.03.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) Em razão do pedido de exoneração da servidora Eliane Aparecida Ceron Vier, a comissão constituída pela portaria JHL 154/2014 de 22/08/2014, passa a ter a seguinte constituição:

Presidente: Patricia Callegari Warken
Vice-Presidente: João Carlos Ungericht
Vogal: Vinicius Vieceli Melo
Vogal: Mônica Saraiva Romani
Suplente: Giane Maria Marquenze Lecher
Suplente: Graciela Pratto Bordin da Rosa

Art.2º) A Comissão ora constituída, concluirá o mandato da Comissão anterior em 23/08/2015.

Art.3º) A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

Art. 4º) No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os instrumentos convocatórios do convite e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Art 5º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 13 de março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 57/2015

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 57/2015 DE 13.03.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º) Em razão do pedido de exoneração da servidora Eliane Aparecida Ceron Vier, a comissão constituída pela portaria JHL 260/14 de 17/12/14, passa a ter a seguinte constituição e prazo:

Pregoeiro Oficial: João Carlos Ungericht
Equipe de Apoio: Graciela Pratto Bordin da Rosa
Mônica Saraiva Romani
Vinicius Viecei Melo
Patrícia Callegari Warken
Giane Maria Marqueze Lecher

Art 2º) A Comissão ora constituída, concluirá o mandato em 90 (noventa) dias.

Art 3º) Na impossibilidade de atuação do pregoeiro oficial, este será substituído pela Servidora Graciela Pratto Bordin da Rosa.

Art 4º) No impedimento do Diretor Presidente ou Adjunto, os Instrumentos convocatórios do leilão e editais serão assinados pelo Presidente da Comissão de Licitações.

Art 5º) A Comissão designada é caracterizada por "múnus público".

Art 6º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 13 de março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 210/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: R.A.M.E PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ n.º 15.699.263/0001-08, com sede a Rua Eurávio Zanoni, 501 - CEP 88514-550 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Comunicação de Utilidade Pública, e Sonorização Interna, no Terminal Rodoviário Dom Honorato Piazzera e Terminal Urbano de Transporte Coletivo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02.3 De Execução: Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 12 (doze) meses.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 11 de Março de 2015

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 110/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0110/2014 PML- 2º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04 com sede a Rua Frei Rogério, 11 CEP 88504-140 - Centro, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Jacir Stringhini, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 6 (seis) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

Lages, 18 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 16/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 16/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ELETRODOMESTICOS LAGES inscrita no CNPJ sob n.º 13.598.570/0001-77, com sede a Av. Dom Pedro II 829 Bairro São Cristóvão - Lages/SC. CEP: 88.509-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 11/2015, correlato ao Pregão nº 10/2015, aberto em 16/03/2015 e homologado em 16/03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição e Instalação de Ar Condicionado Split de 18.000 e 12.000 BTUs Quente e Frio 220V para uso na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Lages, 17 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 CC 03-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA, DE 9.181,98 (NOVE MIL CENTO E OITENTA E UM UNIDADES E NOVENTA E OITO CENTÉSIMOS) DE UNIDADE DE SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - USIP, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PARA EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LAGES.

O Município de Lages, em considerando que o Decreto Municipal nº 14.851 de 10 de março de 2015, estabelece Ponto Facultativo em todas as Secções da Prefeitura, no dia 02/04/2015, presente os efeitos dos princípios básicos da publicidade e da legalidade, com fulcro no disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados, o adiamento do horário de abertura da sessão pública, marcada para às 09:00 horas do dia 02/04/2015, para às 15:30 horas do dia 06/04/2015.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 17 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 4082/2015**

LEI Nº. 4082/2015

17 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES, PENSIONISTAS E AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO, CONFORME PRESCREVE O INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral anual aos servidores ativos, efetivos e comissionados, aos inativos e pensionistas sem paridade, as funções gratificadas e aos agentes políticos do Poder Legislativo de Lages, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda, observado o disposto no §6º do art. 17, art. 18, inciso III do art. 19, e alíneas "a" e "b" do inciso III do art. 20, todos da Lei Complementar federal nº 101 de 04 de maio de 2000, aplicando a variação acumulada do INPC/IBGE, no intervalo de janeiro a dezembro de 2014, no percentual de 6,23% (seis inteiros e vinte e três décimos por cento) a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 2º. A partir da aprovação desta lei, a data base para revisão geral anual será o mês de janeiro de cada exercício.

Art. 3º. Os encargos desta Lei correrão à conta do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Sala das Sessões, 17 de março de 2015.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

Vice-Presidente

Registre-se. Publique-se.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

Vice-Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 PMLM
PROCESSO Nº33/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa para aquisição de Equipamento de Proteção Individual (E.P.I.s), para entrega PARCELADA, para o exercício de 2013, para a manutenção das Secretarias Municipal, Obras e Educação, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 17 de março de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

Lindóia do Sul**PREFEITURA****ADENDO 01/2015 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2015 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso de suas atribuições legais, e diante da necessidade de retificação dos termos do edital, informa a ocorrência de alterações no Edital de Pregão Presencial nº 15/2015, de modo a:

- Alterar especificações técnicas de diversos itens constantes no anexo "D".

- Alterar a data de abertura do certame licitatório para o dia 30 de março de 2015, as 14:00 horas..

Permanecem inalterados todos os demais termos do edital. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço: www.lindoiadosul.sc.gov.br. Demais informações também poderão ser obtidas pelo telefone (0xx49) 3446.1177.

Lindóia do Sul - SC, 17 de março de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO 17/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para seleção da proposta mais vantajosa, para contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria na área cultural e para prestação de serviço de orientação social, com conhecimento e experiência para ministrar aulas de artesanato, as 08:30 horas do dia 31 de março de 2015, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 17 de março de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO PML Nº 066.15

CONTRATO PML Nº 066/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0020/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO PML Nº 0008/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PML Nº 0001/2015

CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO DE PARCELA DE IMÓVEL URBANO DE POSSE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, aqui denominada, simplesmente, MUNICÍPIO; e de outro lado, HEMOSER JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 03.700.209/001-56, neste ato representado pelo Senhor HOTONE DALLACOSTA, brasileiro, maior e capaz, casado, médico, portador de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.418.707 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 750.123.089-72; doravante simplesmente denominada CONCESSIONÁRIA; têm entre si, como justo e contratado, o que se segue:

I) DO OBJETO:

1.1 - Pelo presente instrumento, fica concedido o direito real de uso de parte do imóvel urbano de propriedade do Município, consistente em parte do imóvel situado à Rua São Roque, nº 319, Centro, no município de Luzerna/SC, com cadastro imobiliário sob o nº 01.01.02.012.0399, com Alvará de Licença para Construção autuado sob o nº 0742, em 03 de maio de 2004; com área construída de 391,06 m² (trezentos e noventa um metros quadrados e seis décimos de metro quadrado); pavimento térreo, edificado em alvenaria, com destinação de uso comercial; localizado em terreno com área total de 1.108,00 m² (um mil, cento e oito metros quadrados), com as seguintes características: paredes em alvenaria com revestimento interno em massa acrílica e pintura acrílica e revestimento externo em pintura acrílica, ambos em bom estado de conservação; janelas de vidro temperado 10mm (dez milímetros), com boa abertura para a iluminação interna do ambiente, com funcionamento "de correr", parcialmente danificadas; fachada com fechamento em vidro temperado 10mm (dez milímetros) em toda a sua extensão, com elevação de 3,50 m (três metros e meio) e porta de acesso em vidro temperado 10mm (dez milímetros) com 2,00 m (dois metros) de abertura; piso cerâmico em toda sua área; esquadrias internas de madeira; laje de cobertura com rebaixamento de forro na altura de 3,50 m (três metros e meio), em material PVC; instalações elétricas e hidros sanitárias parcialmente danificadas, demandando intervenção técnica para seu correto uso e funcionamento; área comercial útil de 363,85m² (trezentos e sessenta e três metros quadrados e oitenta e cinco décimos de metro quadrado), dois sanitários, cada um deles com área de 2,80m² (dois metros quadrados e oitenta décimos de metro quadrado); amplo pátio externo para estacionamento, com área de 452,70m² (quatrocentos e cinquenta e dois metros quadrados e setenta décimos de metro quadrado), com pavimento intertravado de concreto (paver), para uso comum com o restante dos ocupantes da edificação; para a CONCESSIONÁRIA, com a finalidade específica de trabalhar primordialmente com o tratamento e/ou recuperação de pessoas enfermas e/ou debilitadas (atividades clínicas de tratamento, recuperação, reabilitação e/ou congêneres), excluindo, portanto, atividades que compreendam simplesmente a realização de consultas ou atividades de diagnóstico ou atividades de análises de qualquer espécie (clínicas, laboratoriais,

de imagem, etc.), em observância com o que preconiza o Plano Diretor, para a respectiva zona, o projeto de empreendimento e proposta apresentada, que passam a fazer parte integrante deste instrumento; conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.327, de 16 de dezembro de 2014 e alterações posteriores, e nos termos do Processo Licitatório PML nº 0003/2015, Concorrência Pública PML nº 0001/2015; e em conformidade com a proposta vencedora deste certame licitatório.

II) DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, CONDIÇÕES E CLÁUSULA DE REVERSÃO:

2.1 - A CONCESSIONÁRIA fica obrigada:

- a) A adimplir ao Município, no primeiro ano de concessão, o importe mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de aluguel;
- b) A adimplir ao Município, a partir do 12º (décimo segundo) mês de concessão, o importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de aluguel, o qual será corrigido anualmente, com base no acumulado do INPC dos 12 (doze) meses antecedentes;
- c) A cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;
- d) Abster-se de ceder, alugar, alienar, permutar e/ou desviar a finalidade do bem concedido, sob pena de reversão do mesmo para o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de indenização;
- e) Sempre permitir aos encarregados da Fiscalização do Município livre acesso, em qualquer época, aos bens objeto deste Contrato, para certificação de sua utilização;
- f) A manter e conservar, às suas custas, o bem objeto da Concorrência;
- g) A fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos que sejam inerentes à relação contratual em tela;
- h) Cumprir a legislação vigente para a instalação de suas atividades, ou para o exercício delas, incluindo todas as providências necessárias à obtenção de alvarás, licenças ou demais exigências legais (incluindo as exigências ambientais);
- i) A pagar todos os tributos ou encargos que incidirem sobre o imóvel (inclusive IPTU) ou as atividades ou serviços desenvolvidos pela beneficiada com a concessão de que trata este contrato;
- j) A responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da relação trabalhista e previdenciária, especialmente aquelas decorrentes do vínculo empregatício que firmar com seus empregados a fim de fornecer os empregos a que estão obrigadas, eximindo o Poder Público Municipal de qualquer responsabilidade, seja solidária ou subsidiária;
- k) A manter, a todo tempo, o número de no mínimo 05 empregos diretos;
- l) A manter, a todo tempo, o faturamento mensal mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- m) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, relação dos empregados e cópia do registro na CTPS e Livro de Funcionários, e documento contábil em que conste o valor do faturamento do mesmo período, com demonstrativo de ambos mês a mês, para que o Município possa conferir o cumprimento da proposta oferecida;
- n) A realizar no mínimo 500 atendimentos mensais, e no mínimo 95% do total de seus atendimentos mensais via SUS;
- o) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, documentação hábil a comprovação do número de atendimentos mensais realizados no interim (ano ou sua fração) antecedente, e o percentual de atendimentos realizados via SUS, com a indicação precisa da espécie de atendimento/serviço prestado, para que o Município possa conferir o cumprimento da proposta ofertada;
- p) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, documentação hábil a comprovação de que continua primordialmente atuado com o tratamento e/ou recuperação de pessoas enfermas e/ou debilitadas (atividades clínicas de tratamento,

recuperação, reabilitação e/ou congêneres), excluindo-se, portanto, atividades que compreendam simplesmente a realização de consultas ou atividades de diagnóstico ou atividades de análises de qualquer espécie (clínicas, laboratoriais, de imagem, etc.);

q) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, documentação hábil a comprovação de toda(s) a(s) atividade(s) econômica(s)/fim/fins do empreendimento;

r) A dar início às atividades/obras de adequação do espaço físico para a instalação do empreendimento em, no máximo, 30 (trinta) dias após a concessão do direito real de uso (assim considerada como sendo a data de assinatura deste contrato);

s) A fornecer ao Município, 40 (quarenta) dias após a concessão do direito real de uso, documentação hábil a comprovação de que deu início às atividades/obras de adequação do espaço físico para a instalação do empreendimento em, no máximo, 30 (trinta) dias após a concessão do direito real de uso (assim considerada como sendo a data de assinatura deste contrato);

t) A dar início às atividades econômicas em, no máximo, 06 (seis) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão (assim considerada como sendo a data de assinatura deste contrato);

u) A fornecer ao Município, 07 (sete) meses após a concessão do direito real de uso, documentação hábil a comprovação de que deu início às atividades econômicas em, no máximo, 06 (seis) meses contados da efetivação da concessão, assim considerada como sendo a outorga do respectivo título de concessão (assim considerada como sendo a data de assinatura deste contrato);

v) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado declaração expressa de que tem ciência que a concessão a ser realizada é precária e poderá ser revogada a qualquer momento, sem qualquer direito de indenização, caso, por qualquer motivo, seja a posse do imóvel, outrora concedida ao Município, reivindicada ou revogada por qualquer meio ou forma;

w) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado declaração expressa de que tem ciência e anui que as adequações e reformas (sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias) realizadas no imóvel passam a integra-lo, renunciando o vencedor do certame ao direito de qualquer indenização ou compensação por sua realização, mesmo após o encerramento da concessão, independentemente da forma ou causa pela qual tenha se dado;

x) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado demonstração da continuidade do enquadramento da(s) atividade(s) fim/fins do empreendimento nos termos do que preconiza o Plano Diretor Municipal vigente como admissível para a respectiva zona, anexando-se à proposta declaração firmada pelo Setor de Planejamento do Município neste sentido;

y) A realizar, ao seu encargo, todas as adequações e reformas (sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias), que sejam identificadas como necessárias para a instalação e funcionamento do empreendimento;

z) A solicitar por escrito e previamente ao Município autorização sempre que necessitar realizar adequações ou reformas (sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias) no imóvel em comento, inclusive no que tange àquelas necessárias ao início de suas atividades, detalhando o que pretende realizar e as razões de sua pretensão, anexando plantas, projetos e as respectivas anotações de responsabilidade técnica, bem como declaração expressa de que tem ciência e anui que as adequações e reformas (sejam elas necessárias, úteis ou voluptuárias) realizadas no imóvel passam a integra-lo, renunciando o vencedor do certame ao direito de qualquer indenização ou compensação por sua realização, mesmo após o encerramento da concessão, independentemente da forma ou causa pela qual tenha se dado;

a.a) A assumir a titularidade e adimplir as despesas decorrentes do consumo de água e energia elétrica do objeto da concessão;

a.b) Deverá tomar todas as providências necessárias para a aprovação de todos os projetos referentes à construção civil e outros necessários para o exercício da atividade proposta junto ao Município, antes do início de qualquer atividade, sob pena de embargo.

a.c) averbar junto à matrícula do imóvel, em virtude deste instrumento e às suas expensas, a concessão do direito real de uso, com a expressa menção da Cláusula de Reversão, no caso de descumprimento de qualquer das obrigações susomencionadas, detalhando-se todas as obrigações que lhe cabem.

a.d) A fornecer ao Município anualmente, no dia dez (10) de fevereiro de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, documentação hábil a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no Processo Licitatório PML nº 0003/2015, Concorrência Pública PML nº 0001/2015, no que se refere à inexistência de dívidas para com a Dívida Ativa da União, os Tributos Federais, as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, o INSS e o FGTS.

2.2 - Se no prazo estabelecido, a contar a partir do período de carência, não for implementado e comprovado o cumprimento dos encargos pela empresa beneficiária, o imóvel concedido reverterá ao Município automaticamente sem necessidade de qualquer procedimento judicial, sem direito a qualquer indenização, ressarcimento, indenização ou pagamento de qualquer valor, seja a qualquer título; após oportunizados e assegurados os direitos contraditórios e ampla defesa em processo administrativo;

2.3 - Caso o imóvel objeto deste contrato reverta ao patrimônio público municipal em virtude do descumprimento de qualquer obrigação prevista no item 2.1, a CONCESSIONÁRIA não terá direito a qualquer indenização ou direito decorrente deste contrato;

2.4 - Além dos encargos previstos no item 2.1, a CONCESSIONÁRIA deverá:

a) arcar com toda e qualquer despesa ou obrigação decorrente deste contrato, incluindo as decorrentes de escrituração, tributos, manutenção, providências para a obtenção de alvarás, licenças ou outras exigências legais (abrangendo as exigências dos órgãos ambientais);

b) durante o prazo de vigência do contrato, manter as condições de habilitação exigidas no Processo Licitatório PML nº 0003/2015, Concorrência Pública PML nº 0001/2015, no que se refere à inexistência de dívidas para com a Dívida Ativa da União, os Tributos Federais, as Fazendas Públicas Estadual e Municipal, o INSS e o FGTS.

2.5 - Com a falência da CONCESSIONÁRIA, reverterá automaticamente ao MUNICÍPIO a posse do imóvel objeto deste contrato.

III) DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

3.1 - O MUNICÍPIO, através das Secretarias Municipais de Planejamento e de Administração e Finanças, deverá:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

b) revogar a concessão, com a reversão do imóvel para o MUNICÍPIO, no descumprimento de qualquer das cláusulas do Edital do Processo Licitatório PML nº 0003/2015, Concorrência Pública PML nº 0001/2015, deste Contrato ou da Proposta apresentada;

c) fiscalizar a utilização do bem doado;

d) esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;

e) fiscalizar e acompanhar os propósitos manifestados pela CONCESSIONÁRIA na proposta apresentada no mencionado certame.

IV) DAS SANÇÕES:

4.1 - A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONCESSIONÁRIA às sanções dispostas na Lei Federal 8.666/93, além do pagamento de multa no montante de sobre o valor do contrato, independentemente de outras sanções, previstas no Edital, que possam ser aplicadas de forma cumulada;

4.2 - Pelo descumprimento das disposições, pela CONCESSIONÁRIA, do Edital, das disposições do presente contrato, ou da legislação vigente, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente com outras previstas na Lei 8.666/93:

a) Advertência expressa;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato [assim

considerado como sendo o valor da parte do imóvel concedida, conforme avaliação em anexo, somado ao valor de 12 (doze) aluguéis vincendos];

i) A identificação, a qualquer tempo, do descumprimento, pela contratada, de qualquer das condições da proposta vencedora implicará na incidência da multa supra prevista, na seguinte forma:

SITUAÇÃO	PERCENTUAL DA MULTA	INCIDÊNCIA
Deixar de assinar o Contrato no prazo previsto.	10%	Por omissão.
Número menor de empregos diretos em relação ao informado na proposta.	10%	Por vaga, por mês.
Faturamento médio mensal inferior ao previsto na proposta.	10%	Por mês.
Número de atendimentos menor que o previsto na proposta.	10%	Para cada 50 (cinquenta) atendimentos ou fração inferior, a menor, por mês.
Percentual de atendimentos via SUS menor que o previsto na proposta.	10%	Para cada 5% (cinco por cento) ou fração inferior de atendimentos a menor, por mês.
Descumprimento de qualquer das demais obrigações previstas no presente instrumento (especialmente aquelas previstas no item 13 supra e em seus desdobramentos) ou no Contrato.	10%	Por item editalício ou contratual ou obrigação descumprida; por mês se a obrigação era mensal ou de interregno inferior a um mês; ou por ano se a obrigação era anual.

ii) Os valores das multas serão aplicados após a tramitação de processo administrativo instaurado especificamente para este fim, onde será oportunizado à parte interessada o pleno exercício dos direitos do contraditório e da ampla defesa;

iii) As multas impostas deverão ser adimplidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua imposição, através de guia de arrecadação gerada pelo Município;

iv) O MUNICÍPIO poderá, em caso de inadimplemento da multa imposta, inscrever o(a) inadimplente em dívida ativa e junto aos órgãos de proteção ao crédito;

c) Impedimento de participar de qualquer processo licitatório efetuado pelo Município de Luzerna/SC, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação;

d) Declaração de inidoneidade;

e) Rescisão do contrato, com reversão do objeto, sem direito a indenização de qualquer valor a qualquer título que seja.

4.3 - As penalidades serão aplicadas somente após devidamente apurados os fatos, encerrado processo administrativo competente, onde será oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

V) DO VALOR DO CONTRATO:

5.1 - Dá-se ao presente contrato o valor de no primeiro ano de concessão, o importe mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de aluguel; a partir do 12º (décimo segundo) mês de concessão,

o importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de aluguel, o qual será corrigido anualmente, com base no acumulado do INPC dos 12 (doze) meses antecedentes;

VI) DA VIGÊNCIA:

6.1 - O presente contrato terá vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura.

VII) DO FORO:

7.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas, das quais 01 (uma) via será entregue à CONCESSIONÁRIA, 01 (uma) via será arquivada junto ao respectivo Processo Licitatório, no Setor de Licitações, 01 (uma) via será arquivada na Assessoria Jurídica em pasta específica para o arquivamento de Contratos e 01 (uma) via será entregue aos Fiscais do Contrato, em comum para o fiel cumprimento de seus encargos.

Luzerna/SC, quarta-feira, 18 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna/SC

Contratante

HEMOSER JOAÇABA LTDA

HOTONE DALLACOSTA

Concessionária

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome Completo:

RG:

CPF:

2ª _____

Nome Completo:

RG:

CPF:

CONTRATO PML Nº 067.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 067/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 009/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Hilário Zen, nº 64, Guarani, no Município de Brusque/SC, CEP 88350-657 inscrita no CNPJ sob o nº 18.342.698/0001-99, neste ato representado por seu administrador LEONILDO VARGAS, brasileiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 2468547 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 803.655.909-91, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 015/2015, Pregão Presencial nº 009/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, para a elaboração de proposta de financiamento para o PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária, conforme especificações constantes no Edital. A contratada fornecerá o assessoramento necessário durante toda a tramitação do projeto até sua aprovação junto ao agente financeiro do BNDES, em conformidade com as especificações no Anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qdade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, para a elaboração de proposta de financiamento para o PMAT - Programa De Modernização Da Administração Tributária.	SER	1	8.050,00	8.050,00

1.2.O FORNECEDOR 1 - GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais);

1.3. O projeto de ações e investimentos em modernização da gestão pública municipal contemplará, primordialmente, a melhoria da eficiência, qualidade e transparência da gestão pública, visando à modernização da administração tributária e a melhoria da qualidade do gasto público, mediante uma gestão eficiente de recursos, em especial por meio do aumento das receitas e da redução do custo unitário dos serviços com administração geral, e ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração municipal, nas áreas e ações descritas a seguir:

a)Administração Tributária: arrecadação, cobranças administrativa e judicial, fiscalização, estudos econômicos e tributários, central de atendimento ao contribuinte.

b)Administração Financeira e Patrimonial: orçamento, execução financeira, contabilidade e dívida pública, auditoria e controle interno, gestão e segurança do patrimônio.

c)Administração Geral: gestão de recursos humanos, licitações e compras, gestão de contratos, protocolo e controle de processos.

1.4. Deverão ser ainda estudadas ações em modernização da gestão municipal vinculadas a uma das três áreas acima enunciadas, dentre outras:

a) Planejamento, organização e gestão;

b) Legislação;

c) Sistemas e tecnologia de informação;

d) Central de atendimento ao cidadão;

e) Cadastros;

f) Georreferenciamento;

g) Relações intra e interinstitucionais; e

h) Integração de informações municipais, tanto na esfera intramunicipal quanto no intercâmbio de informações com os órgãos federais e estaduais.

1.5. Os serviços serão executados em conformidade, com as seguintes etapas:

1ª Etapa: Avaliação de Risco de Crédito do Município, compreendendo o levantamento da situação atual, elaboração e apresentação de diagnóstico dos pontos críticos da gestão municipal.

2ª Etapa: Criação do GEMAT e apresentação do projeto à Instituição;

3ª Etapa: Disponibilização de documentos para protocolo no BNDES;

4ª Etapa: Disponibilização de documentos para protocolo na STN;

5ª Etapa: Concessão e liberação dos recursos.

1.6. A consultoria deverá contemplar SEMPRE orientações inerentes a área, além de orientações específicas e o atendimento de todas as normas legais.

1.7. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.8. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

1.9. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pelo FORNECEDOR, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

1.10. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR;

1.11. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.12. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o FORNECEDOR colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.13. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

1.14. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

1.15. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700) email: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de Autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e

impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à proponente Contratada juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da proponente Contratada.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da proponente Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.7.1. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos

orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços, nos termos que segue, de acordo com o parecer contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Categoria Econômica: 3.3.90.00.00- Outras Despesas Correntes

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade: 0602.04.123.0013.2015 – Manutenção do Departamento de Fazenda

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	LEONILDO VARGAS GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME FORNECEDOR 1
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 008/2015 - CC 001/2015 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE PARTE DO IMÓVEL DE POSSE DO MUNICÍPIO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 008/2015 - PML

Concorrência Pública nº 001/2015 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 008/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Concorrência Pública

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a concessão do direito real de uso de parcela do bem imóvel, de posse do Município, com a finalidade específica do incentivo e estímulo à instalação de empresa/negócio/empreendimento voltado especificamente ao tratamento e/ou a recuperação de pessoas enfermas e/ou debilitadas, em estrito cumprimento à finalidade específica para o qual o Município recebeu o aludido imóvel e atendimento à destinação que lhe vem sendo dada; e com o escopo secundário da geração de emprego e renda, no Município; o que é feito com encargos e cláusula de reversão.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* HEMOSER JOAÇABA LTDA

Luzerna (SC), 16 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

LEI 1355

LEI Nº 1355 de 17 de março de 2015.

“AUTORIZA INSERIR E ALTERAR NA DESCRIÇÃO DOS ITENS I E II - ANEXO 6 DA LEI COMPLEMENTAR 193/2010 DO SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica substituída a seguinte redação, nas atribuições do Diretor Presidente, constantes no item I, do Anexo 6, da Lei Complementar n. 193/2010:

De: “Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo e, nos impedimentos deste, com os responsáveis pelas atividades de Tesouraria, os cheques e ordens de pagamento, emitidos pelo SIMAE”;

Para: “Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo ou com o responsável pelas atividades de Tesouraria a movimentação financeira, os cheques e ordens de pagamento emitidos pelo do SIMAE”.

Art.2º- Fica inserida a seguinte redação, nas atribuições do Diretor Adjunto, constantes item II, do Anexo 6, da Lei Complementar n. 193/2010:

- “Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo ou com o responsável pelas atividades de Tesouraria a movimentação financeira, os cheques e ordens de pagamento emitidos pelo do SIMAE”.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 01 A 13.03.2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/2

Data: 17/03/2015

Hora: 13:59:28

Período: 01/03/2015 - 13/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 02/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.830,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	1,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	4,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.746,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	1,07
Total de recursos recebidos em 02/03/2015:			4.584,14

Recursos recebidos em: 03/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.173,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde	4.1.7.2.1.33.11.30.02.00	12.168,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	4.1.7.2.1.33.11.30.08.00	19.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	782,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde da Família	4.1.7.2.1.33.11.30.01.00	11.130,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Bucal	4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	4.460,00
Total de recursos recebidos em 03/03/2015:			48.713,65

Recursos recebidos em: 04/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	1.452,99
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.878,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.252,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa Farmácia Básica União	4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	2.381,28
Total de recursos recebidos em 04/03/2015:			6.964,99

Recursos recebidos em: 05/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	786,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.179,37
Total de recursos recebidos em 05/03/2015:			1.965,61

Recursos recebidos em: 06/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	505,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	758,50
Total de recursos recebidos em 06/03/2015:			1.264,17

Recursos recebidos em: 09/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	819,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	546,58
Total de recursos recebidos em 09/03/2015:			1.366,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2

Data: 17/03/2015

Hora: 13:59:28

Período: 01/03/2015 - 13/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	55.896,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	11.210,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.560,91
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	134.151,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	6.504,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.841,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	33.537,83
Total de recursos recebidos em 10/03/2015:			262.701,84

Recursos recebidos em: 11/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.211,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.807,88
Total de recursos recebidos em 11/03/2015:			7.019,70

Recursos recebidos em: 12/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	13.671,79
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	20.507,68
Total de recursos recebidos em 12/03/2015:			34.179,47

Recursos recebidos em: 13/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.280,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	30.420,81
Total de recursos recebidos em 13/03/2015:			50.701,35

TOTAL GERAL:	419.461,36
---------------------	-------------------

Luzerna, SC, 17 de março de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0029/2014.

Tomada de Preços nº 0001/2014.

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0035/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Objeto: Execução de obra de construção de pontes sobre os Rios São Pedro e Santo Antônio, através de recursos de convênio do Governo do Estado (FUNDAN), pelo Contrato nº 2014TR001736, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo em anexo ao Edital, em regime de empreitada por preço Global Por Item, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA.

Vigência do Contrato: Fica prorrogado a vigência do contrato original por mais 120 dias, ou seja, até 16 de junho de 2015, de acordo com o novo cronograma físico financeiro aprovado pelo engenheiro responsável.

Valor e pagamento: Conforme contrato original nº 0035/2014

Macieira - SC, 13 de fevereiro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0006/2015.

Pregão Presencial nº 0006/2015

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0014/2015.

ADITIVO Nº 10/2015

ADITIVO DE ACRESCIMO.

Objeto: Prestação de serviços especializados na realização de Concurso Público para admissão de servidores, com atuação nas diversas Secretarias, setores e áreas da Administração Municipal conforme relação de cargos constantes no anexo I do presente contrato.

Contratada: GEORGE DE ALMEIDA ME.

Valor: Fica acrescido ao valor do contrato original o valor de R\$ 1.232,00 (um mil duzentos e trinta e dois reais) pelo acréscimo de cargos, conforme especificado no Termo Aditivo, passando para o valor de R\$ 9.232,00 (nove mil duzentos e trinta e dois reais) o valor total do contrato.

Pagamento e vigência: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0014/2015.

Macieira, 16 de março de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 8/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0037/2014.

Tomada de Preços nº 0003/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0043/2014.

TERMO ADITIVO Nº 8/2015- PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Objeto: Execução de obra de construção de quadra escolar coberta, poliesportiva, com área total de 980,40 m², a ser construída na sede do Município de Macieira, através de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PAC 2, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: CONSEST PRE MOLDADOS LTDA ME.

Vigência do Contrato: Fica prorrogado a vigência do contrato original por mais 120 dias, ou seja, até 06 de julho de 2015, de acordo com o novo cronograma físico financeiro aprovado pelo engenheiro responsável.

Valor e pagamento: Conforme contrato original nº 0043/2014

Macieira - SC, 05 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 9/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0018/2013.

Pregão Presencial nº 0013/2013

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0032/2013.

ADITIVO Nº 9/2015

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REAJUSTE E ACRÉSCIMO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença para uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu anexo I.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA.

Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0032/2013 por mais 12 (doze) meses, ou seja, 1º de abril de 2015 até 1º de abril de 2016, podendo ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato.

Valor: Fica acrescido ao valor do contrato original o valor de R\$ 2.103,00 (dois mil cento e três reais) pela contratação do Sistema Estoque e reajustado em 3,85%, conforme IGP-M acumulado em 12 meses, passando para o valor global do contrato de R\$ 59.565,97 (cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0032/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 13 de fevereiro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 002/2015.

FORNECEDOR: GERAMAC EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ: 11.449.437/0001-23

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra destinados á revisão das 50 horas da Mini Carregadeira Mustang 2041, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 11.873,90 (Onze mil oitocentos e setenta e três reais e noventa centavos).

Mafra, (SC) 17 de março de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4092

LEI MUNICIPAL Nº. 4092

DE 03 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Municipal da Infância e Adolescência do Município de Mafra/SC, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com base na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O Plano Municipal da Infância e Adolescência tem por objetivo assegurar a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município.

Art. 3º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município, far-se-á através de Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Assistência Social e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas, previstas nos arts. 87, 101 e 112, da Lei nº. 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurada absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 4º O Plano representa um importante instrumento de mobilização municipal e suas diretrizes serão transformadas em ações concretas e articuladas de responsabilidade do poder público e dos diversos atores sociais, que renovam o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes do Município.

Art. 5º As prioridades definidas no Plano tende a reconhecer a criança e adolescente como sujeito de direitos e indivíduos em desenvolvimento, assim como considera alguns princípios que nortearão todas as ações desencadeadas, dentre eles:

I - O Reconhecimento da Criança e do Adolescente como Sujeitos de Direitos;

II - Efetivação da Doutrina da Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes do Município;

III - Universalização do acesso ao atendimento conforme as peculiaridades e especificidades de cada criança e adolescente;

IV - Criação de condições para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

V - A Igualdade e Respeito à Diversidade;

VI - A Universalidade dos Direitos e das Políticas;

VII - A Equidade e Justiça;

VIII - A garantia de prioridade absoluta do Estado e sociedade civil;

IX - A Descentralização Político - Administrativa e a Municipalização;

X - A Participação e Controle Social;

XI - Preservação dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 6º O Plano de Ação está alicerçado em três Eixos que sustentam as ações e estabelecem as metas da Gestão 2013-2016 no do Plano Municipal:

I - Eixo 1 - Assegurando o direito à educação para nossas crianças e adolescentes;

II - Eixo 2 - Saúde: Crianças e Adolescente - direitos cobrados, direitos assegurados;

III - Eixo 3 - Assistência Social à crianças e adolescentes;

Art. 7º Para avaliação e acompanhamento das ações, o Plano deverá prever a formação de comissão de acompanhamento e avaliação, por meio de portaria, para cada gestão estabelecida, constituída de vinte e quatro (24) membros sendo doze (12) representantes da sociedade civil e doze (12) representantes do poder público.

§ 1º A comissão tem como objetivo verificar o andamento do programa e a implantação do plano municipal da infância e adolescência no Município, promovendo e fortalecendo o diálogo entre gestão pública e sociedade civil.

§ 2º A execução das ações descritas no plano municipal da infância e adolescência será acompanhada pela comissão, a qual verificará o seu andamento e aplicação, indicando em que medida a gestão está, promovendo as mudanças desejadas na vida das crianças e adolescentes do Município.

Art. 8º A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e financeiros necessários ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano, assegurando a implementação de políticas, programas e projetos para enfrentar os problemas da população infanto-juvenil do Município.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 03 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4090

LEI MUNICIPAL Nº. 4090

DE 03 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 2.156, DE 02 DE JUNHO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

III -

e) Secretaria Municipal de Assistência Social

.....

V -

.....

h) Conselho Municipal de Assistência Social

..... "

Art. 2º O título ☐ DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E AÇÃO SOCIAL ☐, da Seção III, que antecede o art. 23 da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

Art. 3º O art. 23 da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social de Mafra, entre outras atribuições:

I - coordenar e organizar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em âmbito local;

II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;

IV - manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;

V - realizar a gestão integrada de serviços e benefícios;

VI - promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;

VII - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;

VIII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;

IX - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de Direitos a ela vinculados;

X - organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;

XI - gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;

XII - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;

XIII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de Direitos a ela vinculados;

XIV - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;

XV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XVI - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVII - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.

Art. 4º O art. 24 da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. A Secretaria Municipal de Assistência Social dispõe da seguinte estrutura, com as atribuições definidas de acordo com o preceituado em lei que organiza a política municipal de Assistência Social e implementa o SUAS:

I - Departamento de Proteção Social Básica, com a seguinte unidade subordinada:

a) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social I;

b) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social II;

c) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social III; e

d) Coordenadoria do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

II - Departamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade

III - Departamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

IV - Departamento de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal."

Art. 5º Altera o Anexo Único da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997, extinguindo os seguintes cargos:

Símbolo CC-1

01 - Secretário Municipal da Criança e Ação Social

.....

Símbolo CC-2

01 - Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Assistência Social

.....

Símbolo CC-3

01 - Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Ação Social

01 - Chefe de Divisão de Alimentos e Nutrição

01 - Chefe da Divisão da Criança e Adolescente

.....

Símbolo CC-4

01 - Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Acrescido pela Lei nº. 3.208/2007)

.....

Art. 6º Altera o Anexo Único da Lei nº. 2.156, de 02 de junho de 1997, acrescentando os seguintes cargos:

Símbolo CC-1

01 - Secretário Municipal de Assistência Social

.....

Símbolo CC-2

01 - Diretor do Departamento de Proteção Social Básica

01 - Diretor do Departamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade

01 - Diretor do Departamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

01 - Diretor do Departamento de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

.....

Símbolo CC-3

01 - Chefe de Divisão do Centro de Referência de Assistência Social I

01 - Chefe de Divisão do Centro de Referência de Assistência Social II

01 - Chefe de Divisão do Centro de Referência de Assistência

Social III

.....

Símbolo CC-4

01 - Coordenador do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

.....

Art. 7º Revoga-se a Lei Municipal nº. 2.838, de 13 de janeiro de 2004, ficando extinta a Secretaria Municipal Extraordinária do Programa Bolsa Família, sendo incorporada como Departamento do órgão gestor da política de Assistência Social do município, ficando extintos os seguintes cargos:

01 - Secretário Municipal Extraordinário do Programa Bolsa Família - símbolo CC-1

01 - Diretor do Departamento de Coordenação do Programa Bolsa Família - símbolo CC-2

01 - Assistente de Gabinete - Símbolo CC-5

Art. 8º Em decorrência da modificação de que trata o art. 1º, altera-se a nomenclatura da 'Secretaria Municipal da Criança e Ação Social' para 'Secretaria Municipal de Assistência Social', e da nomenclatura 'Conselho Municipal de Ação Social' para 'Conselho Municipal de Assistência Social' em todos os demais dispositivos legais, inseridos na legislação municipal, em especial a Lei nº. 3.967, de 11 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mafra para o Quadriênio 2014/2017.

Art. 9º A presente lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 03 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4093

LEI MUNICIPAL Nº. 4093

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 898, de 30 de novembro de 1976, com sede à rua Florianópolis, nº. 12, bairro Vila Ferroviária, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 83.396.002/0001-79.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mafra - APAE", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, os seguintes valores:

a) R\$ 42.348,95 (quarenta e dois mil reais, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), referente ao projeto "Orquestrando a Cidadania: a inclusão social através da música/segunda edição", a ser pago em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 4.706,95 (quatro mil, setecentos e seis reais e noventa e cinco centavos), e as demais no valor de R\$ 4.705,25 (quatro mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos),

com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

b) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), referente ao projeto "Atendimento Integral a Pessoas com Deficiência Intelectual de 0 a 16 anos", a ser pago em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4094

LEI MUNICIPAL Nº. 4094

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER - ATENA' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação Terapêutica Novo Amanhecer - ATENA, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 3.049, de 07 de abril de 2006, com sede à BR 116 KM 03, s/n, bairro Jardim América, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 05.510.658/0001-67.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Terapêutica Novo Amanhecer - ATENA", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, os seguintes valores:

a) R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referente ao projeto "Acolhimento de Adolescentes com Transtorno por Uso de Substâncias", a ser pago em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

b) R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), referente ao projeto "Geração Atitude", a ser pago em 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada

parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4095

LEI MUNICIPAL Nº. 4095

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação Beneficente Professora Georgete, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 1.714, de 12 de junho de 1991, com sede à Rua Benemérita Bertha Eckel Reitmeyer, n. 260, bairro Vila Nova, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 79.368.858/0001-63.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à " Associação Beneficente Professora Georgete", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 72.860,00 (setenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais), referente ao projeto "Atendimento Integral à Pessoa com Deficiência ", a ser pago em 06 (seis) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 12.144,00 (doze mil, cento e quarenta e quatro reais), e as demais no valor de R\$ 12.143,20 (doze mil, cento e quarenta e três reais e vinte centavos), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4096

LEI MUNICIPAL Nº. 4096

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA MAFRENSE - AACM' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação Amigos da Cultura Mafrense - AACM, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 3.510, de 22 de abril de 2010, com sede à Rua Marechal Deodoro, s/n, bairro Centro, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 08.024.830/0001-60.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Amigos da Cultura Mafrense - AACM ", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 75.020,41 (setenta e cinco mil e vinte reais e quarenta e um centavos), referente ao projeto "Oficinas Culturais 2015", a ser pago em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 8.336,41 (oito mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos), e as demais no valor de R\$ 8.335,50 (oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4097

LEI MUNICIPAL Nº. 4097

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILANOVENSE' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação Comunitária Vilanovense, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 2.369, de 10 de

dezembro de 1999, com sede à Rua Germano Neundorf, n. 416, bairro Vila Nova, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 02.445.059/0001-19.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Comunitária Vilanovense", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 46.590,00 (quarenta e seis mil, quinhentos e noventa reais), referente ao projeto "Musicalização e Canto Coral: inclusão social e cidadania no Bairro Vila Nova Primeira Edição", a ser pago em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais), e as demais no valor de R\$ 5.176,25 (cinco mil, cento e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4098

LEI MUNICIPAL Nº. 4098

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Fundação Universidade Do Contestado - FUNC, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 2.446, de 23 de outubro de 2000, com sede à Avenida Presidente Nereu Ramos, n. 1.071, bairro Jardim do Moinho, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 83.395.921/0001-28.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Fundação Universidade Do Contestado - FUNC", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 57.852,36 (cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), referente ao projeto "UnC em Movimento", a ser pago em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 6.430,36 (seis mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e seis centavos), e as demais no valor de R\$ 6.427,75 (seis mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 11 de março de 2015.

Roberto Agenor SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4099

LEI MUNICIPAL Nº. 4099

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ATRAVÉS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À 'ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO AO MENOR - ABAM' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, autorizado a conceder subvenção social à Associação Beneficente de Amparo ao Menor - ABAM, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº. 2.455, de 11 de novembro de 2000, com sede à Rua Candido de Oliveira, S/N, Centro, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 85.134.104/0001-41.

Art. 2º O Município de Mafra repassará à "Associação Beneficente de Amparo ao Menor - ABAM", conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, o valor de R\$ 23.785,00 (vinte e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais), referente ao projeto "Badminton: a inclusão de um novo esporte em Mafra", a ser pago em 06 (seis) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 11.025,00 (onze mil, vinte e cinco reais), e as demais no valor de R\$ 2.552,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), com a primeira parcela para pagamento até o dia 20 (vinte) de março de 2015 e as demais para o dia 5 (cinco) dos meses subsequentes;

§ 1º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 2º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas subvenções, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafrá, 11 de março de 2015.
Roberto Agenor SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 5000

Lei municipal nº. 5000

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A "SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA DOS OPERÁRIOS MAFRENSES" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafrá, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição Financeira à "Sociedade Esportiva e Recreativa dos Operários Mafrenses", entidade civil de direito privado, com sede a Rua Felipe Schmidt, nº. 1.000, Centro, em Mafrá/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 85.134.419/0001-99.

Art. 2º O Município de Mafrá repassará à "Sociedade Esportiva e Recreativa dos Operários Mafrenses", o valor global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) até 22 de março de 2015 e as demais no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) cada, para os meses subsequentes, finalizando a última parcela até 15 de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;
09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;
041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade;

(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafrá, 11 de março de 2015.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 5001

LEI MUNICIPAL Nº. 5001

DE 11 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO LUIZINHO FUTSAL - ALF.

O Prefeito do Município de Mafrá, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Contribuição Financeira, à Associação Luizinho Futsal - ALF, com sede à Rua Annies Gualberto, nº 637, Vila Ferroviária, Mafrá-SC, inscrita sob o CNPJ nº 12.803.291/0001-35.

Art. 2º O Município de Mafrá repassará à Associação Luizinho Futsal - ALF, o valor global de R\$ 126.500 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), a ser pago em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira de R\$ 12.650,00 (doze mil seiscentos e cinquenta reais) até 22 de março de 2015 e as demais no valor de R\$ 12.650,00 (doze mil seiscentos e cinquenta reais) cada, para os meses subsequentes, finalizando a última parcela até 15 de dezembro de 2015.

§ 1º A liberação da primeira parcela, bem como das demais, ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos pelo Controle Interno do Município, com base na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e na Instrução Normativa NTC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

§ 2º A entidade beneficiada pela presente Lei deverá apresentar à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento e à Câmara de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após a liberação de cada parcela, a respectiva prestação de contas.

§ 3º A não apresentação da prestação de contas no prazo determinado no parágrafo anterior acarretará o impedimento da entidade beneficiada em receber novas contribuições, bem como deverá proceder à devolução dos valores já recebidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

09. Secretaria da Fazenda e Planejamento;
09.01 Secretaria da Fazenda e Planejamento;
041230009.2.018000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade;

(54) 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,
Fonte: 100 Recursos Ordinários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafrá-SC, 11 de março de 2015.
Roberto Agenor SCHOLZE
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº.4091

Lei MUNICIPAL nº.4091

DE 03 DE MARÇO DE 2.015.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****Seção I****Da Definição**

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

Seção II**Dos Usuários**

Art. 2º Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

- I - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;
- II - ciclos de vida;
- III - identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;
- IV - desvantagem pessoal resultante de deficiências;
- V - exclusão pela pobreza;
- VI - falta de acesso às demais políticas públicas;
- VII - uso de substâncias psicoativas;
- VIII - diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;
- IX - inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; e
- X - estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

Seção III**Dos Objetivos**

Art. 3º A Política da Assistência Social tem por objetivos:

- I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes;
 - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
 - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
 - II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; e
 - III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
- Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais,

garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL****Seção I****Dos Princípios**

Art. 4º A Política da Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; e
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II**Das Diretrizes**

Art. 5º A organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;
- III - primazia da responsabilidade do Município na condução da Política Municipal de Assistência Social; e
- IV - centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

CAPÍTULO III**DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 6º Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da Política de Assistência Social.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos,

dirigidos ao público da Política de Assistência Social.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º A gestão das ações na Assistência Social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
 - II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social;
 - III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de Assistência Social;
 - IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
 - V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na Assistência Social;
 - VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
 - VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
- § 1º As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
- § 2º O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.
- § 3º A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 8º A Assistência Social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
 - II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.
- Parágrafo único. A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da Assistência Social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 9º As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de Assistência Social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação:

- § 1º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela Secretaria Municipal que a entidade de Assistência Social integra a rede socioassistencial.
- § 2º Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:
 - I - inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social; e
 - II - integrar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidades.
- § 3º As entidades e organizações de Assistência Social vinculadas ao SUAS poderão celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido cofinanciamento, de serviços, programas, projetos e ações de Assistência Social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§ 4º As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de Assistência Social serão definidas em resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 10. À Secretaria Municipal de Assistência Social compete:

- I - coordenar e organizar o SUAS em âmbito local;
- II - planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- III - organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- IV - manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;
- V - realizar a gestão integrada de serviços e benefícios;
- VI - promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- VII - elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;
- VIII - efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;
- IX - gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de Direitos a ela vinculados;
- X - organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da Assistência Social;
- XI - gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;
- XII - elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XIII - assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de Direitos a ela vinculados;
- XIV - desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de Média e Alta Complexidade, conforme diretrizes do SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;
- XV - desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;
- XVI - desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação; e
- XVII - elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS).

Art. 11. A Secretaria Municipal de Assistência Social é constituída pela seguinte estrutura:

- § 1º Diretamente vinculados a Secretaria Municipal - Gestão Direta:
 - I - Órgão Gestor Municipal de Assistência Social;
 - II - Departamento de Proteção Social Básica, que compreende:
 - a) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social I (CRAS I);
 - b) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social II (CRAS II);
 - c) Divisão do Centro de Referência de Assistência Social III (CRAS III); e
 - d) Coordenadoria do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
 - III - Departamento de Proteção Social Especial de Média Complexidade;
 - IV - Departamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade; e
 - V - Departamento de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- § 2º Os ocupantes dos cargos constantes do parágrafo anterior

deverão ser preferencialmente servidores públicos com nível superior nas áreas previstas na Resolução nº. 17, de 20 de junho de 2011 do CNAS e NOB-RH/SUAS.

§ 3º As atribuições dos ocupantes de todos os cargos estão descritas no Anexo Único desta lei.

§ 4º Órgãos Colegiados vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - o Conselho Municipal do Idoso;

IV - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

VI - o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e

VII - o Conselho Tutelar.

Seção II

Dos Serviços Ofertados

Art. 12. A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e

III - Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 13. A Proteção Social Especial de Média Complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos (PAEFI);

II - Serviço Especializado em Abordagem Social;

III - Serviço de Proteção Social para adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade;

IV - Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; e

V - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Art. 14. A proteção social especial de Alta Complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I - serviço de acolhimento institucional; e

II - serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Art. 15. Os serviços de proteção social básica serão executados obrigatoriamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):

I - serviço de proteção e atendimento integral à família;

II - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; e

III - serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Art. 16. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Mafra, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I - promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações; e

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes

do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 17. Cada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) contará com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB-RH/SUAS e na Resolução nº. 17/2011 do CNAS, composta minimamente pelos seguintes profissionais de referência:

I - 01 (um) coordenador de nível superior nas áreas previstas na NOB/SUAS-RH;

II - 02 (dois) assistentes sociais;

III - 01 (um) psicólogo;

IV - 01 (um) pedagogo;

V - 02 (dois) técnicos de nível médio; e

VI - equipe operacional.

Parágrafo único. Poderão ser vinculadas equipes itinerantes aos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, com devida composição preconizada pela NOB-RH/SUAS.

Art. 18. Os serviços de proteção social de Média Complexidade serão executados e/ou referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Art. 19. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação dos serviços da proteção social especial de Média Complexidade, que se dará por meio das seguintes ações:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais especializados, demais políticas públicas e de garantia de direitos, no âmbito do município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, aos adolescentes, aos homens e às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância na rua e de rua;

IV - auxiliar e acompanhar as crianças e os adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

V - auxiliar e acompanhar os adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto e os adolescentes que se encontram em internamento, bem como suas famílias; e

VI - monitorar e acompanhar os serviços de Média Complexidade oferecidos no município e ou consorciados às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às pessoas com deficiência, dentre outros.

Art. 20. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) contará com uma equipe, conforme previsto na NOB-RH/SUAS e Resolução nº. 17/2011 do CNAS, composta minimamente pelos seguintes profissionais:

II - 01 (um) coordenador de nível superior nas áreas previstas na NOB-RH/SUAS;

II - 02 (dois) assistentes sociais;

III - 02 (dois) psicólogos;

IV - 01 (um) pedagogo;

V - 01 (um) advogado;

VI - 02 (dois) técnicos de nível superior ou médio - abordagem dos usuários; e

VII - equipe operacional.

Art. 21. O serviço de proteção social especial de Alta Complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, conforme citado no art. 14, destinados às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral.

Art. 22. A equipe de referência da proteção social especial de Alta Complexidade, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, para atendimento psicossocial, deverá contar com:

I - 01 (um) coordenador de nível superior nas áreas previstas na

NOB-RH/SUAS;

II - 01 (um) assistente social;

III - 01 (um) psicólogo; e

IV - equipe operacional.

Parágrafo único. A equipe de referência do departamento de proteção social especial de Alta Complexidade referida no artigo anterior, composta por três membros, deverá ser replicada no caso de necessidade, diante de demanda de serviços de acolhimento no município e de monitoramento e avaliação da rede prestadora de serviços estatal e privada.

Art. 23. As equipes de referências para atendimento direto nos serviços de Alta Complexidade, em especial para atendimento de crianças e adolescentes, devem seguir as Orientações Técnicas para Crianças e Adolescentes, além daquelas orientações estabelecidas na NOB-RH/SUAS.

Art. 24. Demais serviços de Alta Complexidade serão implantados no município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio, consórcio público ou regionalizado entre municípios, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Seção III

Dos Benefícios Eventuais

Art. 25. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo Município e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos na Resolução de nº. 02/2012 do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º Será elaborada Lei Municipal específica apresentando os benefícios eventuais, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Seção IV

Dos Programas e Projetos

Art. 26. Os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 27. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e a sua organização social.

Seção V

Do Financiamento

Art. 28. O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município de Mafra, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá participar ativamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do município, garantindo a alocação de recursos necessários para a execução da Política Municipal de Assistência Social.

§ 2º Cabe ao Gestor Municipal da Política de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 3º O financiamento da Assistência Social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos Fundos de Assistência Social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS

Art. 29. Compete à União:

I - responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal de 1988;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;

III - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de Assistência Social em âmbito nacional;

IV - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência; e

V - realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social e assessorar Estados, Distrito Federal e Municípios para seu desenvolvimento.

Art. 30. Compete ao Estado:

I - destinar recursos financeiros ao Município, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social;

II - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;

III - destinar recursos financeiros ao Município, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Assistência Social;

IV - cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de Assistência Social em âmbito regional ou local;

V - atender, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

VI - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;

VII - prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do Estado; e

VIII - realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social e assessorar o Município para seu desenvolvimento.

Art. 31. Compete ao Município:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

III - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - prestar os serviços assistenciais;

V - cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de Assistência Social em âmbito local; e

VI - realizar o monitoramento e a avaliação da Política de

Assistência Social em seu âmbito.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. É condição para os repasses de recursos do Governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

I - do Conselho Municipal de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), com orientação e controle do respectivo Conselho de Assistência Social; e

III - do Plano Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. É também condição para transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 33. Será estipulado um plano de cargos e salários específico na Política da Assistência Social.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Mafra, 03 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS OCUPANTES DOS CARGOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

I - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social

Atribuições: Coordenar os serviços, programas, projetos e benefícios executados através dos Centros de Referência da Assistência Social e órgão gestor da assistência social. Propor ações direcionadas a prevenção de situações de risco para o desenvolvimento de habilidades e competências, e o fortalecimento de vínculos familiares e de convivência comunitários. Propor a criação de serviços, programas e projetos que atendam a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros), fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Propor serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Incluir as pessoas com deficiência em rede de serviços de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas. Gerenciar os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais. Monitorar e avaliar os serviços existentes na área da proteção social básica, além de outras definidas pelo gestor da política de assistência social.

a) Divisão dos Centros de Referência da Assistência Social

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social.

Atribuições: Coordenar as atividades desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); assegurar a execução de serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social. Outras definidas pelo gestor da política de assistência social.

b) Coordenadoria do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Centro de Múltiplo Uso

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social.

Atribuições: Coordenar as atividades desenvolvidas no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, propondo e administrando a utilização do espaço atendendo aos usuários e diretrizes da política da assistência social e afins; organizar documento e arquivos com as informações relativas a ações realizadas no local. Assegurar o funcionamento efetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos conforme a orientação nacional identificando os usuários dos serviços, inserindo-os nas ações específicas; manter os relatórios atualizados e no sistema de informações. Outras definidas pelo gestor da política de assistência social.

II - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social

Atribuições: Coordenar os serviços, programas, projetos e benefícios sociais de proteção social especial executados através do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, de acordo com diretrizes da PNAS. Propor ações direcionadas a situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Criar serviços que atendam a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da violência e exclusão social. Propor serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos vítimas de violência e em situação de risco pessoal e social conforme identificação da situação definida na política de assistência social dos serviços de proteção social especial. Monitorar e avaliar os serviços existentes na rede de proteção social especial, além de outras definidas pelo gestor da política de Assistência Social.

III - DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social

Atribuições: Coordenar o serviço de acolhimento institucional e projetos alusivos a crianças e adolescentes de ambos os sexos sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Guardião da criança e adolescente acolhidos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acompanhar a oferta dos serviços socioassistenciais de Alta Complexidade realizada através da rede de atendimento socioassistencial. Atender situações de emergência ocasionadas por enchentes e inundações, dentre outras situações de calamidade pública. Outras definidas pelo gestor da política de assistência social.

IV - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Habilitação: formação superior na área da equipe de referência da assistência social

Atribuições: Propor e Coordenar os programas, projetos, serviços, e benefícios sociais relativos à política nacional de assistência social especificamente nas áreas do Cadastro Único, Segurança Alimentar e Nutricional, Inclusão Produtiva, Inclusão Digital, zelar pela qualidade e eficiência dos serviços prestados no acolhimento da pessoa para a inscrição no CadÚnico e monitoramentos da continuidade deste cadastro outras definidas pelo gestor da política de assistência social. Outras definidas pelo gestor da política de assistência social.

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 003/2014**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 4049, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 003/2014 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

Comparecer até dia 30.03.2015 (para manifestar interesse pela vaga)

Nome	Cargo
Paula Cristina Witt	Médico ESF
Danivea Boaventura	Técnico em Enfermagem
Taize Cristina de Almeida Davet	Técnico em Enfermagem
João Carlos Reiser	Técnico em Enfermagem
Debora Louise Wichinheski Thomaz Carvalho	Técnico em Enfermagem
Solange Zapora	Técnico em Enfermagem
Renata Bonfim Gaviao Barczak	Técnico em Enfermagem
Ingrid Aparecida Demetrio	Técnico em Enfermagem
Jéssica Yara de Medeiros	Técnico em Enfermagem
Anny Rose Bohnen	Enfermeiro
Haline Giuliane Reckziegel	Enfermeiro
Naiara Machado	Enfermeiro
Alexandre Engel	Enfermeiro
Camila Heiden Glonek Junkes	Enfermeiro
Rayanne Aparecida Hellinger	Enfermeiro
José Clercio Schuda	Enfermeiro
Anne Caroline Caus	Enfermeiro
Juciléia Kucarz Adamcheski	Enfermeiro
Aline Morgana Pures	Enfermeiro
Luciana Negrini	Enfermeiro
Ana Paula da Silva	Enfermeiro
Carla Alexandra Corso da Rosa	Enfermeiro
Cristina Danielski	Enfermeiro
Jessica Seredniski Melnek	Enfermeiro
Carin Janaine Miernitski Fernandes	Enfermeiro
Ana Karina Roik	Enfermeiro
Ana Karoline Nitz	Enfermeiro
Leticia Zardo	Enfermeiro
Bruna Estevam	Cirurgião Dentista
Luciana Zambillo Palma	Cirurgião Dentista
João Dias Sobrinho Filho	Cirurgião Dentista
Carlos Alberto Garcia Junior	Cirurgião Dentista

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e

irretratável do Processo Seletivo nº 003/2014, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 003/2014 desta Municipalidade.

Mafra, 16 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Débora Rosieri Scardanzan Granemann de Souza

Secretária Municipal de Administração

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO, EDITAL Nº 004/2014**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Administração, com fundamento na Lei Ordinária Nº 3475, de 12 de março de 2010, Lei nº 3325 de 07 de julho de 2008 e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 004/2014 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

Comparecer até dia 30.03.2015 (para manifestar interesse pela vaga)

Nome	Cargo
Franciele Wosny	Psicólogo
Rafael Mendonça de Paula	Psicólogo
Karin Elaine Alves	Assistente Social
Susanne Stritzinger de Cassias	Farmacêutico
Tailine Fernandes Ribas	Fisioterapeuta
Andriellen Marciniack	Nutricionista

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 004/2014, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 004/2014 desta Municipalidade.

Mafra, 16 de março de 2015.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Débora Rosieri Scardanzan Granemann de Souza

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 29/2015**

PORTARIA Nº 29/2015, de 17 de março de 2015

Ver. Ednilson Schelbauer, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07, e art. 2º da Lei Municipal nº 4087 de 10.03.2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jefferson Regi, para o cargo em Comissão de Assessor Legislativo, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 17 de março de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

RESOLUÇÃO Nº 06/15, de 17 de março de 2015.

CONSTITUI COMISSÃO PROCESSANTE EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 201/1967 E NA FORMA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO FEDERAL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Processante, com a finalidade de instauração de procedimento administrativo para cassação de mandato (impeachment) do Senhor Prefeito Municipal Roberto Agenor Scholze, conforme denúncia apresentada pelo munícipe e eleitor Ivan Dutra, no dia 16 de março de 2015, pela prática "em tese" de infração político-administrativa, e acatada/recebida por esta Casa de Leis, através de votação nominal, por 08 (oito) votos favoráveis, contra 02 (dois) pelo não recebimento.

Art. 2º A Comissão ficou assim composta:

Presidente : Vereador Hebert Gilso Werka

Relator : Vereador Luis Alfredo Nader

Vogal : Vereadora Marise Valério Bráz de Oliveira

Art. 3º Recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez.

Parágrafo único: Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, no órgão oficial, com intervalo de três dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação.

Art. 4º Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário.

Parágrafo único: Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

Art. 5º O trabalho da Comissão Processante deverá ser concluído dentro de 90 (noventa dias), contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de março de 2015

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 004/2015

DECRETO Nº 04 DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no exercício das funções inerentes a seu cargo, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Concurso Público para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá para provimento de cargos do quadro de pessoal.

Art. 2º Compete à Comissão acompanhar a sua realização, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do concurso público.

Art. 3º Ficam nomeados como membros da Comissão de Concurso Público os seguintes servidores:

- I - Maria Helena Pereira Marques - Matrícula nº 0312;
- II - Marcelo Martinelli - Matrícula nº 0661;
- III - Vilmar Leandro - Matrícula nº 0335;
- IV - Rosa Correa da Silva Martinello - Matrícula nº 0668;

Parágrafo único - A Comissão de Concurso Público terá como relator o servidor Vilmar Leandro e será presidida pela servidora Maria Helena Pereira Marques.

Art. 4º As competências da Comissão do Concurso Público são:
I - fiscalizar a aplicação das provas e rubricar no verso dos gabaritos no final da realização das provas;
II - fiscalizar a correção das provas;
III - acompanhar o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos, com o parecer dos profissionais da empresa contratada;
IV - velar pela preservação do sigilo das provas;
V - analisar e referendar todos os editais do Concurso Público: principalmente em relação à homologação das inscrições e da lista de aprovados na Classificação final do Concurso Público.

Art. 5º O Presidente da Comissão do Concurso Público será responsável em coordenar a comissão, o relator será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e os membros em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público.

Art. 6º Aplicam-se aos membros das comissões e os seus parentes consanguíneos ou por afinidade os motivos de suspeição e de impedimento para a participação no Concurso Público.

Art. 7º Constituem motivo de suspeição ou impedimento:

I - a existência de candidatos funcionalmente vinculados a comissão do Concurso Público ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida.

II - Não poderão participar do Concurso Público, os membros da comissão deste certame e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas objetivas, assim como seus parentes

consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

Art. 8º Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão do Concurso Público, por escrito, até 03 (três) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial.

Art. 9º Os membros da Comissão do Concurso Público, no seu afastamento, serão substituídos pelos suplentes, designados por Decreto específico.

Art. 10 Homologado o Concurso Público, a comissão de que trata este Decreto será extinta automaticamente.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 06 de Janeiro de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

RESULTADO DA HABILITACAO DA LIC 11/2015 TP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracaja

Resultado do julgamento da Habilitação
Licitação nº 11/2015 - Tomada de Preços

Objeto: Execução das obras de construção de Unidade Escolar composta de 06 (seis) salas de aula - Padrão FNDE, localizada na Rua MAR 253 - Encruzo do Barro Vermelho, no município de Maracaja /SC.

Empresas participantes: CAMILO & GHISI LTDA, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, SOLO ENGENHARIA LTDA, CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA BS LTDA ME e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

A Comissão Permanente de Licitação decidiu por unanimidade pela: HABILITAÇÃO das empresas: CAMILO & GHISI LTDA, CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, SOLO ENGENHARIA LTDA, CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, por não apresentarem irregularidades na documentação, estando de acordo com o instrumento convocatório; e INABILITAÇÃO da empresa CONSTRUTORA BS LTDA ME, por: 1) não apresentar comprovação de possuir engenheiro eletricista vinculado a empresa, descumprindo a letra "m" do item 4.1. do instrumento convocatório; 2) por apresentar valores nos cálculos do demonstrativos da capacidade econômica financeiro divergentes dos valores constantes do balanço apresentado. Ficam os interessados intimados da presente decisão para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, interpor recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Maracajá/SC, 17/03/2015
Itaionara Tramontin Recco
Presidente da CPL.

Massaranduba**CÂMARA MUNICIPAL****101/2015**

PORTARIANº 101/2015
DE 11/02/2015

SILVIO MAINKA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba: **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Senhor ELI PAULINO RIEGEL para exercer o cargo efetivo de Procurador Jurídico no quadro de pessoal com carga horária de 10 horas semanais, da Câmara Municipal de Vereadores e Massaranduba, conforme estabelece a Lei Complementar de nº 036/2010 de 21/12/2010 e de acordo com o Concurso Público nº 001/2014.

. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba - SC., 11 Fevereiro de 2015.
SILVIO MAINKA
Presidente

TERMO DE POSSE PARA CARGO EFETIVO**1. TERMO DE POSSE**

Eu, ELI PAULINO RIEGEL, comprometo-me nos Termos do Art. 20 e 22 da Lei Complementar nº 012/2005, a bem cumprir as atribuições, deveres e responsabilidade inerentes ao Cargo efetivo de Procurador Jurídico, conforme Legislação abaixo citada.

	Assinatura do servidor empossado:
11/03/2015	
Data: 11/03/2015	Assinatura e carimbo RH:

2. LEGISLAÇÃO

- Resolução nº 018/2010 de 22/10/2010.
- Lei Complementar de nº 036/2010 de 21/12/2010.
- Portaria nº 097/2015 de 09/02/2015.
- Portaria nº 101/2015 de 11/03/2015.

Massaranduba-SC., 11 de Março de 2015.

De acordo: _____
ELI PAULINO RIEGEL

Meleiro**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL Nº 016/2015**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 016/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE HIGIENE BUCAL PARA MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor: R\$ 37.345,00

Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 017/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 017/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIL PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor: R\$ 11.160,00

Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 018/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 018/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIL PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Valor: R\$ 20.557,20

Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.

Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 019/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 019/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: MEDROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIL PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor: R\$ 2.704,00
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 027/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 027/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ARALUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS EIRELI EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor: R\$ 73.785,90
Vigência: Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 028/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 028/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA NA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL NO PÁTIO E PRÉDIO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SITO A ESTRADA MUNICIPAL MEL 356, BAIRRO JARDIM AMERICA - MELEIRO/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXAS AO PROCESSO.
Valor: R\$ 31.930,83
Vigência: Início: 26/02/2015 Término: 26/04/2015.
Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 029/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 029/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE SAIBRO DE COMPOSIÇÃO DE ARENITO (AREÃO) PARA MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.
Valor: R\$ 27.000,00

Vigência: Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 26 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 030/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 030/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, COM SACAS DE 25 KG, PARA REPAROS EM RUAS DO MUNICÍPIO.
Valor: R\$ 8.400,00
Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 031/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 031/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: TRANSPORTE MELEIRO LTDA ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR E TRANSPORTE EM VIAGENS DE ESTUDO E ATIVIDADES CULTURAIS NO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME TRAJETOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO EDITAL.
Valor: R\$ 31.500,00
Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 032/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: VANDERLEI PAGNAN MEI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR E TRANSPORTE EM VIAGENS DE ESTUDO E ATIVIDADES CULTURAIS NO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME TRAJETOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO EDITAL.
Valor: R\$ 61.200,00
Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 033/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: COMERCIAL CARLESSI LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor: R\$ 62.218,30
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 034/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: M.A.J MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor: R\$ 62.366,70
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 035/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 035/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MELEIRO
Objeto: Divulgação dos Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal, nas 3ª e 5ª feiras, no horário de 11:30 horas às 12:00 horas, no período de Março a Dezembro de 2015.
Valor: R\$ 4.500,00
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 02 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 036/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 036/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: JOSÉ AMBONI PRESA EPP
Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ALIMENTAR DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 816/2000.
Valor: R\$ 20.349,00
Vigência: Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 06 de março de 2015.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 037/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 037/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: LOJAS ADELINO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADOS NOVOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES PARA COLOCAÇÃO EM ESCOLAS E PRÉDIOS MUNICIPAIS.
Valor: R\$ 35.688,00
Vigência: Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015.
Data da assinatura: 06 de março de 2015.

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 0100/2015**

DECRETO Nº 0100/2015 DE 17.03.2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Reforma Administrativa e demais normas legais pertinentes,
Considerando as disposições da Portaria nº 15/2015, de 03 de fevereiro de 2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal que estabelece feriados e pontos facultativos de 2015,
Considerando que Modelo sediará a celebração da quinta-feira Santa com a Missa dos Santos Óleos no dia 02 de abril de 2015, com participação dos municípios da Diocese, a ser realizado na Paróquia São João Bosco, conforme requerido,
Considerando o feriado nacional da Sexta-feira Santa dia 03.04.2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 02 de abril de 2015, Quinta-Feira, nas repartições públicas do município de Modelo/SC.

Parágrafo Único - Não haverá expediente nos Departamentos do município de Modelo/SC, na data mencionada no Art. 1º.

Art. 2º - Não haverá, igualmente, expediente de atendimento ao público nas repartições públicas municipais, em virtude do feriado nacional no dia 03 de abril de 2015 - Sexta-Feira Santa da Paixão de Cristo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 17 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Monte Carlo**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

OBJETO: Para contratação de empresa para fornecimento de 2.200 OVOS DE CHOCOLATE 150 GRAMAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 23/março/2015 até as 14:00 horas do dia 27/março/2015.

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 27/março/2015 às 14:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 17 de março de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 034/2015

DECRETO Nº 034/2015

“NOMEIA A COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com o Plano Diretor do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Plano Municipal da Educação tem por objetivo estabelecer as metas e estratégias educacionais para ao município, em consonância com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação, por um período de 10 (dez) anos.

Art. 2º - Os Integrantes do Plano Municipal da Educação, de que trata o artigo 1º deste Decreto, será composto pelos seguintes representantes:

-Queila de Almeida Simões Zanatta - Coordenadora do PME
-Nelma Silveira de Oliveira Sartor - Suplente de Coordenadora do PME;

-Marcos Silveira de Jesus - Representante titular da equipe técnica do PME
-Priscila Guollo Recco - Representante Suplente da equipe técnica do PME;

-Marinelza Maccari - Representante da Secretaria de Educação e Cultura
-Gabriela Recco - Representante suplente da Secretaria de Educação e Cultura;

-Elaine Cristina Bortolatto Serafin - Representante titular do Conselho Municipal de Educação
-Denize Sartor - Representante suplente do Conselho Municipal de Educação;

-Talita Bortolatto - Representante titular dos gestores municipais
-Rosana de Fátima Coral Marques - Representante suplente dos gestores municipais;

-Jeverson Guollo - Representante titular dos gestores estaduais
-Adriana Barros - Representante suplente dos gestores estaduais;

-Katiane Búrigo - Representante titular da escola particular;

-Nelma Silveira de Oliveira Sartor - Representante titular da Educação de Jovens e Adultos;

-Adriana aparecida Pagnan - Representante titular da Educação Especial
-Cristiane Bortolin Dembosk Fragnani - Representante suplente da Educação Especial;

-Eliane Cardozo Inácio - Representante titular do Fórum Municipal de Educação
-Sinara Napolini - Representante suplente do Fórum de Educação;

-Maria Bortolin - Representante titular da Câmara Municipal de Vereadores;

-Andreia Teixeira - Representante titular do Conselho Tutelar
-Joelma Bortolotto de Jesus - Representante suplente do Conselho Tutelar;

-Andresa Ceni - Representante titular do FUNDEB
-Francine Niero - Representante Suplente do FUNDEB;

-Renata Gabriel Rocha - Representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos de Morro da Fumaça (SINSERP)
-Carla Espíndula - Representante Suplente do Sindicato dos servidores públicos de Morro da Fumaça (SINSERP);

-Araceli Frasson Coimbra - Representante titular da Educação Infantil
-Juliana Cristina Frder - Representante Suplente da Educação Infantil;

-Adriana Baesso da Silva - Representante titular do Ensino Fundamental
-Fabiana Casagrande Rosso - Representante suplente do Ensino Fundamental;

-Gisele Ciseski Salvan - Representante titular do Ensino Médio
-Aparecida Feltrin Martinello Salvan - Representante suplente do representante do Ensino Médio;

-Michel Antônio Maccari - Representante da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça;

-Cristina Pereira Maccari - Representante titular da Secretaria Municipal de Saúde
-Renata Dagostin - Representante Suplente da Secretaria Municipal de Saúde;

-Antônio Ari De Luca - Representante titular da Secretaria de Esporte;

-Marcia Regina Otto Adam - Representante titular do Conselho da Alimentação Escolar
-Rubia Zaccaron Recco Magagnin - Representante suplente do Conselho da Alimentação Escolar;

-Maria Euzélia Marques - Representante titular da Pastoral da Criança
-Albertina Cardoso- Representante Suplente da Pastoral da Criança;

-Valdete Guollo Salvan - Representante titular do Lions Clube;

-Gilberto Madeira - Representantes titular da Associação de moradores;

-Mayara Rufino Colle - Representante titular da assistência Social
-Neize Bertan - Representante Suplente da assistência Social;

-Zenir Bez Fontana - Representante titular da Secretaria da Família;

-Carla Lilian Recco Sartor - Representante titular da Valorização dos profissionais da educação
-Cláudia Espíndula Bitencourt - Representante Suplente da Valorização dos profissionais da educação;

-Mônica Vicentin Marques - Representante dos alunos das escolas municipais;

-Karoline Bortolatto - Representante dos alunos das escolas estaduais;

-Gabriela Rodrigues - Representante dos alunos da EJA
-Solange Aparecida Porto Correa - Suplente dos representantes dos alunos da EJA;

-Murillo Sartor - Representante titular dos universitários
-Paulo Henrique Cechinel - Representante Suplente dos universitários;

-Almo Vilson Valêncio - Representante das APPs das escolas municipais;

-Eliana Bertan - Representante da APP da escola Estadual.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Morro da Fumaça/SC, 17 de Março de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 05/2015. FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL 05/2015. FMS
AO(S) 17 DE MARÇO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: IBV GRAFICA LTDA - ME (2581), GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7999), NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME (13502), BUSINESS EDITORA E PUBLICACAO DE INFORMATIVOS LTDA (14524), GABRIELA FARACO WERNER CORREA 04562695927 (14525). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO: ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES IBV GRAFICA, GRAFICA GUARAMIRIM, NORTE INDUSTRIA, BUSINESS EDITORA, GABRIELA FARACO, GRAFICA M, CYK GRAFICA, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 ME/EPP, ESTAVAM AUSENTES OS REPRESENTANTES DA GRAFICA M, CYK GRAFICA, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI FORNECIDO AOS LICITANTES OS CREDENCIAMENTOS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, APÓS PROCEDEU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, E APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES, PASSADO AOS LICITANTES PARA ASSINATURA, E FINALIZADO EM SEGUIDA SEM MENÇÕES DE RECURSOS, SENDO TODOS HABILITADOS COM EXCEÇÃO DA CYK E GRÁFICA M QUE NÃO GANHARAM NENHUM ITEM. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
JOSEZITE DOS SANTOS -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 17 DE MARÇO DE 2015.

ATA PREGÃO PRESENCIAL 15/2015. PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 15/2015. PMN

AO(S) 16 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP (968), JOÃO PEDRO DA ROCHA - ME (2756), ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA - ME (4365), SONA CONSTRUTORA LTDA - ME (13281), N A J BERTOLDI LTDA - ME (13378), MAURICIO DE LIMA PAVIMENTACAO LTDA - ME (13457), EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA NA CONSTRUCAO CIVIL TAT (13523), D.P. INFRAESTRUTURA E PAVIMENTACAO LTDA - ME (14489), VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - (14518). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES ART. CIM. SANTA TEREZINHA, JOAO PEDRO DA ROCHA, DP INFRAESTRUTURA, NAJ BERTOLDI, EMP.MAO DE OBRA TATHSI, MAURICIO DE LIMA, VANDER INCORPORADORA, SONA, ART. CIM. GASPAR, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E BENEFICIÁRIOS DA LEI 123/2006 ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI FORNECIDO AOS LICITANTES OS CREDENCIAMENTOS PARA VERIFICAÇÃO E ASSINATURA, APÓS PROCEDEU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, E APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES, FOI CONSTATADO A INABILITAÇÃO DO LICITANTE MAURICIO DE LIMA POIS NÃO APRESENTOU A CERTIDÃO DO INSS, PASSANDO SEUS ITENS 1 PARA SONA, 2 PARA SANTA TEREZINHA, 9 PARA SONA EM SEGUI FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO CORRESPONDENTES A ESTES LICITANTES, FOI CONSTATADO QUE OS LICITANTES FORAM HABILITADOS, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE. OBS.: MAURICIO DE LIMA MENCIONOU INTENÇÃO DE RECURSO POR SUA INABILITAÇÃO ASSIM COMO A SONA PELA HABILITAÇÃO DA SANTA TERESINHA EM TER APRESENTADO CONTRATO SOCIAL COM OBJETO DIFERENTE DO CADASTRO CNPJ NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA CORREA -FÉRIAS - PREGOEIRA SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.
FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.
PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.
ADRIANA CORRÊA - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 16 DE MARÇO DE 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 41/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE FLORES, GRAMAS E INSUMOS PARA AS PRAÇAS, ROTULAS E DEMAIS CANTEIROS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 17 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 55/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRACASSADOS DO PP 235/2014). Data da entrega dos envelopes: 30/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 30/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 17 de março de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

DECISÃO - REQUERIMENTO ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA - OBRA DE REMODELAGEM DO PASSEIO PÚBLICO DA AVENIDA JOÃO SACAVEM.

Decisão - Requerimento protocolado pela empresa Engemais Construtora Ltda, referente à obra de Remodelagem do Passeio Público da Avenida João Sacavem.

Referente ao pedido de Reequilíbrio econômico financeiro do contrato nº 96/2012 no valor de R\$ 254.508,80, (cálculo custo mensal de administração da obra); solicitação de pagamento de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 25.377,00; e o pagamento de R\$ 93.569,50 referente à multa e juros por atraso de pagamentos, a Secretaria de Administração informa o seu INDEFERIMENTO.

Departamento de Compras e Licitações/Secretaria de Administração e Logística.

RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

16 de março de 2015

Avaliação do Processo Licitatório

A Comissão de Licitação composta por Ana Lucia Moreira, Jeferson Beloto, Helena dos Santos Soares e Luciane Alles, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 04/2015 - PR.

Metromed – Com. De Mat. Méd. Hospitalares LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
47	Reprovado	Solução não Estéril
56	Reprovado	Amostra enviada de três vias, e látex siliconizada, não atendendo ao edital.
72	Reprovado	Amostra enviada de 12cm, não atendendo ao edital.

J. R. EHLKE & CIA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
68	Aprovado	

COINTER Material Medico Hospitalar LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
01	Aprovado	
11	Reprovado	Produto não Estéril
12	Reprovado	Produto não Estéril
16	Aprovado	
19	Aprovado	
27	Aprovado	
28	Aprovado	
29	Aprovado	
30	Aprovado	
46	Aprovado	
54	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
63	Aprovado	

L. MOHR LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
44	Aprovado	
45	Aprovado	

PLASMEDC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
06	Reprovado	Não Apresentou Amostra
08	Reprovado	Não Apresentou Amostra
09	Reprovado	Não Apresentou Amostra
18	Reprovado	Não Apresentou Amostra

21	Reprovado	Não Apresentou Amostra
22	Reprovado	Não Apresentou Amostra
23	Reprovado	Não Apresentou Amostra
24	Reprovado	Não Apresentou Amostra
33	Reprovado	Não Apresentou Amostra
41	Reprovado	Não Apresentou Amostra
42	Reprovado	Não Apresentou Amostra
64	Reprovado	Não Apresentou Amostra

Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospital		
Item	Avaliação	Descritivo
05	Aprovado	
07	Reprovado	Produto não atende ao edital, metragem estendida menor de 4,5 metros
10	Aprovado	
14	Aprovado	
15	Reprovado	Não Apresentou Amostra
20	Reprovado	Produto não atóxico
37	Aprovado	
38	Aprovado	
39	Aprovado	
40	Aprovado	
50	Aprovado	
51	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
52	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
53	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
55	Reprovado	Amostra látex siliconizada, não atendendo ao edital.
57	Aprovado	
58	Aprovado	
59	Aprovado	
60	Aprovado	
70	Aprovado	

· Ana Lúcia Moreira

· Jeferson Belotto

· Helena dos Santos Soares

· Luciane Alles

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 04/2015**

RESOLUÇÃO Nº04/2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituída a gratificação mensal no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), ao Servidor Efetivo do Poder Legislativo, que permanecer a serviço, fora do respectivo horário de trabalho legalmente fixado, nas sessões da Câmara e oportunidades em que o recinto de reuniões for utilizado nos termos do art. 9º do Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara nomeará o Servidor Efetivo que deverá exercer a função estabelecida no artigo 1º.

Art. 2º A gratificação a que se refere o artigo 1º desta Resolução, não serve de base de cálculo de adicionais por tempo de serviço ou de outras vantagens pecuniárias percebidas pelo servidor e não se incorpora ao vencimento para nenhum efeito.

Art. 3º Fica vedada a percepção da gratificação instituída nesta Resolução, no mesmo mês, por mais de 01 (um) servidor efetivo da Câmara de Vereadores.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Resolução, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução 04/2014.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Câmara Municipal de Navegantes, 10 de março de 2015.

Norma Espíndola (PR)	Alcídio Reis Pera (PSL)
Presidente	Vice-presidente

Donizete José da Silva (PSL)	Alício Jacob Ricobom Filho (PP)
1º Secretário	2º Secretário

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

PROCESSO Nº 024/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015

Aos 17 (dezessete) dias do mês de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de ar-condicionado para o município de Nova Trento, para entrega devidamente instalados, em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital. que integra o presente edital, tipo menor preço por item.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA ME (CNPJ Nº 03.373.103/0001-95)

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total	
01	AR CONDICIONADO SPLIT COM 24.000 BTUS: display com temperatura digital, com controle remoto, só frio instalado, com filtro, direcionadores de ar na vertical e horizontal, na voltagem de 220 V e na cor branca. Deverão ser dotados de filtros que eliminem germes e bactérias e neutralizante de odores desagradáveis. Este filtro deverá ainda ser capaz de capturar partículas de poeira, pêlos e fumaça, garantindo um ambiente sempre aconchegante e saudável.	35	Unid.	2.590,00	90.650,00	
TOTAL					90.650,00	

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 90.650,00

GISIANE MATILDE VIEIRA ME (CNPJ Nº 10.790.021/0001-01)

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total	
02	AR CONDICIONADO SPLIT COM 18.000 BTUS display com temperatura digital, com controle remoto, só frio instalado, com filtro, direcionadores de ar na vertical e horizontal, na voltagem de 220 V e na cor branca. Deverão ser dotados de filtros que eliminem germes e bactérias e neutralizante de odores desagradáveis. Este filtro deverá ainda ser capaz de capturar partículas de poeira, pêlos e fumaça, garantindo um ambiente sempre aconchegante e saudável.	10	Unid.	2.150,00	21.500,00	

03	AR CONDICIONADO SPLIT COM 12.000 BTUS display com temperatura digital, com controle remoto, só frio instalado, com filtro, direcionadores de ar na vertical e horizontal, na voltagem de 220 V e na cor branca. deverão ser dotados de filtros que eliminem germes e bactérias e neutralizante de odores desagradáveis. Este filtro deverá ainda ser capaz de capturar partículas de poeira, pêlos e fumaça, garantindo um ambiente sempre aconchegante e saudável.	15	Unid.	1.450,00	21.750,00	
04	AR CONDICIONADO SPLIT COM 9.000 BTUS display com temperatura digital, com controle remoto, só frio, instalado, com filtro, direcionadores de ar na vertical e horizontal, na voltagem de 220 V e na cor branca. deverão ser dotados de filtros que eliminem germes e bactérias e neutralizante de odores desagradáveis. Este filtro deverá ainda ser capaz de capturar partículas de poeira, pêlos e fumaça, garantindo um ambiente sempre aconchegante e saudável.	10	Unid	1.350,00	13.500,00	

05	CORTINA DE AR com controlador de fluxo de ar através de controle remoto; Captação de Ar frontal; Seu tamanho não poderá ser inferior a 1,20 mt e nem superior a 1,50 mt; consumo não superior a 250 W; vazão de ar não inferior a 1200 m3/h; seu nível de ruído não poderá ser superior a 65 dB. A Cortina de Ar deverá vir acompanhada de controle remoto; conservar a temperatura interna do ambiente, mesmo com a porta aberta, além de afastar insetos, poeira, gases tóxicos, fumaça e odores indesejáveis; seus ventiladores deverão ser eficientes e silenciosos, de modo a proporcionar um melhor funcionamento do equipamento e consequentemente conforto auditivo para seus usuários;	05	Unid.	630,00	3.150,00	
TOTAL					59.900,00	

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento, 17 de março de 2015
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do chamamento público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR DE INGLES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Dimas Hueliton Kniss	20/07/1992	-	-	0,0

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
00	NÃO HOUVE INSCRITOS				

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
00	NÃO HOUVE INSCRITOS				

Com relação ao critério de desempate , proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 12 de março de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO Nº 043/2015

DECRETO nº 043/2015

convoca os CLASSIFICADOS nos CHAMAMENTOS PÚBLICOS 003/2015 e 004/2015 que nominam para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 17 ao dia 19 de março de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 17 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único
(Decreto nº 040/2015)

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Dimas Hueliton Kniss

CARGO: PROFESSOR PARA ATUAR COMO "CONTADOR DE HISTÓRIAS"
EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Patrícia Regina Tell Marchi

DECRETO Nº 044

DECRETO Nº 044 / 2015

Proíbe a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica no percurso do Morro da Cruz, (Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro) na Quinta e Sexta Feira Santa e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento,

Considerando que a subida, a pé, do Morro da Cruz, no período pascal, trata-se de um evento religioso, onde a Paixão e Morte de Jesus Cristo é motivo de concentração, caminhadas, reflexões e orações e vem se constituindo autêntica tradição este evento; cumpre ao Poder Público Municipal envidar os esforços necessários para garantir a integridade física dos penitentes e visitantes que fazem o percurso da subida do Morro da Cruz, tornando-se de interesse público a realização do evento e a manutenção da ordem e tranqüilidade de todos e que o Poder de Polícia " faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da comunidade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p.127), usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XXVII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidos a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica, no trajeto compreendido entre o Posto Repsol (Nova Itália), até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e todas as suas dependências, no dia 02 de abril de 2015 (Quinta Feira Santa), no horário compreendido entre às 18h. desse dia, até às 7 horas do dia 03 de abril de 2015, (Sexta Feira Santa).

Parágrafo Único - Fica proibido também a venda ambulante de bebida alcoólica e a presença de carros com som em alto volume, no trajeto da Rua Santo Inácio, desde o início (Ponte Governador Ivo Silveira), incluindo a Rua Nicolau Bado, até o Auto Posto Nova Trento, Rua Nereu Ramos em toda a sua extensão e parte da Rua dos Imigrantes, até entroncamento com a Rua Cristóvão Gessele, incluindo esta e também as Ruas Pe. Afonso Kurzo, José Erbs e entornos, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, incluindo toda a sua área.

Art. 2º - Serão solicitados o auxílio e o reforço de efetivo da Polícia Militar, para assegurar nos horários determinados no artigo 1º e parágrafo único deste decreto, o seu cumprimento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 319/2015

PORTARIA Nº 319/ 2015

Nomeia

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, através do Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, de acordo com os arts. 11, 15 e 66 da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal (Grupo 1), ALEXANDRA DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 6644, para exercer o cargo de Professor Nível III (Educação Infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 02 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 1/9
 Processo Nº.: 23/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2015

No dia 17 do mês de Março do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2015, Processo Licitatório nº. 23/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O objeto é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS e outros utilizados na Construção Civil destinados aos serviços de manutenção executados pela Prefeitura Municipal e Secretarias, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6128	COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO LTDA.	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44
9476	JMM ELETRICA LTDA -ME	45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121
7298	PAULO ROBERTO MINATTI - ME	122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO LTDA.	83.251.397/0001-11	ONILDO D JUNIOR	671.478.959-91
JMM ELETRICA LTDA -ME	13.226.152/0001-59	JAIR S. BOTTAMEDI	052.038.879-85
PAULO ROBERTO MINATTI - ME	07.215.029/0001-30	PAULO R MINATTI	030.210.649-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 O objeto é o Registro de Preços para a aquisição parcelada de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS e outros utilizados na Construção Civil destinados aos serviços de manutenção executados pela Prefeitura Municipal e Secretarias, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6128 - COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ARAME RECOZIDO N. 18	Kg.	GERDAU	100,000	6,5000	650,00
2	ARAME GALVANIZADO Nº.14	Kg.	GERDAU	40,000	9,5000	380,00
3	ARGAMASSA INT. 20KG	Pc.	INKOR	200,000	5,7500	1.150,00
4	ARGAMASSA EXT. 20KG	Pc.	INKOR	200,000	13,2500	2.650,00
5	BLOCO DE CONCRETO 10X20X40CM	UND	MARCHI	5.000,000	1,4500	7.250,00
6	BOTINA C/ELASTICO	PAR	SAO CRISPIN	40,000	26,0000	1.040,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/9
 Processo Nº.: 23/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

Fornecedor: 6128 - COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CADEADO 20 mm	UND	STAM	15,000	7,5000	112,50
8	CADEADO 25 mm	UND	STAM	15,000	9,5000	142,50
9	CADEADO 30mm	UND	STAM	15,000	10,9000	163,50
10	CADEADO 35 mm	UND	STAM	15,000	12,8000	192,00
11	CADEADO 50 mm	UND	STAM	15,000	21,0000	315,00
12	CAL HIDRATADO - SACO 20KG	Sc.	COLOMBOCA	200,000	6,8000	1.360,00
13	CAL DE PINTURA EXTRA 8 Kg. BRANCO	Sc.	COLOMBOCA	100,000	6,0000	600,00
14	CHAPA DE MADERITE	UND	WEIS	100,000	24,9000	2.490,00
15	CIMENTO EM SACOS 50 KG	UND	VOTORAN	1.200,000	23,0000	27.600,00
16	ESCALA MÉTRICA - 2 M	UND	MAX	10,000	8,8000	88,00
17	ESCOVA AÇO	UND	MAX	30,000	4,9500	148,50
18	FECHADURA P/PORTA - CROMADA	UND	SOPRANO	35,000	31,5000	1.102,50
19	FERRO Ca 50 3/8-12m (10,0mm)	UND	GERDAU	300,000	27,3500	8.205,00
20	FERRO Ca 50 5/16-12m (8,0mm)	UND	GERDAU	300,000	17,8000	5.340,00
21	FERRO Ca 60 4.2-12m (4,2mm)	UND	GERDAU	500,000	4,9000	2.450,00
22	FERRO CA 50 1/4" 12 M (6,3 MM)	UND	GERDAU	200,000	10,9500	2.190,00
23	FITA ZEBRADA PLASTICA 70x200M	UND	PLASTICOR	60,000	8,5800	514,80
24	FIXADOR CAL - 150ML	UND	GLOBOFIX	100,000	0,9600	96,00
25	LIXA P150 - AMARELA	Mt.	NORTON	10,000	2,8800	28,80
26	LIXA P60 - AMARELA	Mt.	NORTON	10,000	3,2800	32,80
27	LIXA D'AGUA	UND	NORTON	30,000	0,9400	28,20
28	LONA PLASTICA PRETA - 100 MICRAS - 6M	UND	LONAX	700,000	3,9000	2.730,00
29	PREGO 17 X 27	Kg.	GERDAU	80,000	6,6000	528,00
30	PREGO 20 x 48	Kg.	GERDAU	80,000	7,7000	616,00
31	PREGO 26x84	Kg.	GERDAU	40,000	9,5000	380,00
32	PREGO 25x72	Kg.	GERDAU	160,000	9,5000	1.520,00
33	PREGO 16 X 24	Kg.	GERDAU	40,000	6,9000	276,00
34	PREGO 18x30	Kg.	GERDAU	60,000	6,6000	396,00
35	SERRINHAS	UND	NICOLSON	20,000	3,0000	60,00
36	TELHA AMIANTO 2,44 X 0,50 - 4MM	UND	IMBRALIT	1.000,000	11,0000	11.000,00
37	TELHA AMIANTO 2,44X1,10-6MM	UND	IMBRALIT	1.000,000	46,1000	46.100,00
38	TELHA PORTUGUESA REDONDA	UND	VENIER	2.000,000	0,7500	1.500,00
39	TIJOLOS MACIÇOS	UND	CERAMICA L/	25.000,000	0,2900	7.250,00
40	TIJOLO 6 FUROS - 9X14X24	UND	COLZANI	12.000,000	0,3900	4.680,00
41	TIJOLO 8 FUROS - 9X19X19	UND	COLZANI	5.000,000	0,3900	1.950,00
42	TIJOLO 8F 11,5X19X19	UND	COLZANI	5.000,000	0,4800	2.400,00
43	TELA ALAMBRADO 15X5x1,27m GALVANIZADA	Mt.	TELAS FRAN.	50,000	17,0000	850,00
44	TELA SEGURANÇA, LARANJA,POLIETILENO 1,20MX50M	RL	NETTEC	8,000	67,0000	536,00

Fornecedor: 7298 - PAULO ROBERTO MINATTI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
122	RASTEL 14 DENTES COM CABO MADEIRA	UND	FAMASTIL	15,000	14,0000	210,00
123	CABO P/PÁ JUNTAR EM MADEIRA	UND	ORION	30,000	5,6100	168,30
124	CABO P/MACHADO/ENXADÃO - MADEIRA	UND	ORION	30,000	6,0000	180,00
125	CABO P/PICARETA - MADEIRA	UND	ORION	30,000	12,0000	360,00
126	CABO P/ENXADA OVAL	UND	ORION	30,000	6,0000	180,00
127	CABO PARA FOICE	UND	ORION	15,000	5,0000	75,00
128	CARRINHOS DE FERRO COM PNEU E CAMARA	UND	FISCHER	30,000	89,0000	2.670,00
129	CAMARA P/PNEU - CARRINHO DE MÃO	UND	FISCHER	30,000	10,0000	300,00
130	ENXADA COM CABO 9"	UND	PANDOLFO	45,000	17,7800	800,10
131	ENXADÃO COM CABO	UND	PANDOLFO	20,000	20,0000	400,00
132	FAÇÃO 40 CM, CABO ALUMINIO	UND	TRAMONTIN/	15,000	13,0000	195,00
133	FOICE C/ CABO	UND	US	15,000	20,0000	300,00
134	MACHADO C/CABO	UND	US	15,000	39,0000	585,00
135	MARRETA COM CABO - 2KG	UND	RIO CLARO	10,000	26,9000	269,00
136	PA DE JUNTAR COM CABO - 8,5"	UND	PANDOLFO	40,000	18,0000	720,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/9
 Processo Nº.: 23/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

Fornecedor: 7298 - PAULO ROBERTO MINATTI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
137	PA DE CORTAR REDONDA C/CABO-10"	UND	PANDOLFO	40,000	18,0000	720,00
138	PA JUNTAR COM BICO REDONDO - C/CABO	UND	PANDOLFO	80,000	18,0000	1.440,00
139	PA DE JUNTAR C/BICO QUADRADO C/CABO	UND	PANDOLFO	80,000	18,0000	1.440,00
140	PICARETA C/CABO	UND	PANDOLFO	30,000	36,0000	1.080,00
141	PNEU P/CARRINHO DE MÃO	UND	FISCHER	20,000	17,0000	340,00
142	REGADOR PLASTICO COM BICO	UND	CIPLA	20,000	11,0000	220,00
143	VASSOURA DE ARAME REGULÁVEL	UND	FAMASTIL	15,000	14,7300	220,95
144	BROXA 800/2	UND	ATLAS	30,000	5,0887	152,66
145	FITA CREPE 25X50	UND	ADERE	100,000	4,0624	406,24
146	MASSA ACRILICA 3,6 LITROS	UND	RESICOLOR	20,000	18,5991	371,98
147	PINCEL 2.1/2"	UND	ATLAS	50,000	4,5029	225,15
148	PINCEL 695 4"	UND	ATLAS	50,000	6,8523	342,62
149	PINCEL 695 3"	UND	ATLAS	50,000	5,8734	293,67
150	ROLO DE ESPUMA REFERENCIA 406/15	UND	ATLAS	50,000	5,4427	272,14
151	SELADOR ACRILICO 18 L	UND	RESICOLOR	50,000	53,8394	2.691,97
152	SELADOR ACRILICO 3,6L	UND	RESICOLOR	50,000	16,6413	832,07
153	SOLVENTE - 5L	UND	RESICOLOR	30,000	39,1559	1.174,68
154	THINER DILUENTE - 5L	UND	GOL	20,000	44,0504	881,01
155	TINTA ACRILICA BRANCO FOSCO 3,6L-PREMIUM	UND	RESICOLOR	50,000	47,9660	2.398,30
156	TINTA ACRILICA BRANCO FOSCO 18L-PREMIUM	UND	RESICOLOR	50,000	215,3575	10.767,88
157	TINTA ESMALTE SINT.BRANCO BRILHANTE 3,6L -PREMIUM	UND	CORAL	50,000	63,6284	3.181,42
158	TINTA ESMALTE AZUL 3,6L - PREMIUM	UND	CORAL	50,000	63,6284	3.181,42
159	TINTA ESMALTE VERDE- 3,6L - PREMIUM	UND	CORAL	50,000	63,6284	3.181,42
160	TINTA ESMALTE VERMELHO - 3,6L - PREMIUM	UND	CORAL	50,000	63,6284	3.181,42
161	TINTA ACRILICO BRANCO FOSCO 18L - STANDER	UND	RESICOLOR	50,000	112,5732	5.628,66
162	TINTA ACRILICO BRANCO FOSCO 3,6L - STANDER	UND	RESICOLOR	20,000	34,2614	685,23
163	TINTA ACRILICO VERMELHO FOSCO 18L - STANDER	UND	RESICOLOR	50,000	112,5732	5.628,66
164	TINTA ACRILICO VERDE FOSCO 18L - STANDER	UND	RESICOLOR	50,000	112,5732	5.628,66
165	TINTA P/PISO 18L -PREMIUM/AMARELO P/MEIO FIO	UND	NOVACOR	50,000	176,2016	8.810,08
166	TINTA P/PISO 18L - PREMIUM-COR CONCRETO	UND	NOVACOR	30,000	176,2016	5.286,05
167	VERNIZ (FILTRO SOLAR) 3,6L - PREMIUM TRANSPARENTE	UND	RESICOLOR	30,000	63,6284	1.908,85
168	MULTIMASSA 340G	UND	RESICOLOR	50,000	18,5991	929,96
169	MASSA CORRIDA PVA SACO 15KG	UND	RESICOLOR	100,000	19,5780	1.957,80

Fornecedor: 9476 - JMM ELETRICA LTDA -ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	ADESIVO 175GR.	UND	TIGRE	25,000	11,1196	277,99
46	ADESIVO EPOXI 100 gr.	UND	HENKEL	25,000	5,0049	125,12
47	BUCHA PLASTICA S-5	UND	CISER	200,000	0,0455	9,10
48	BUCHA PLASTICA s- 6	UND	CISER	300,000	0,0728	21,84
49	BUCHA PLASTICA s - 8	UND	CISER	300,000	0,0728	21,84
50	BOCAL DE PORCELANA E-27	UND	FOXLUX	100,000	2,0020	200,20
51	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO DE 1000 L	UND	BAKOFTEC	15,000	282,0945	4.231,42
52	CURVA 100M - ESGOTO - 90°	UND	KRONA	20,000	6,2789	125,58
53	CURVA 75MM (ESGOTO)- 90°	UND	KRONA	20,000	8,5538	171,08
54	CONECTOR DE PORCELANA 3 POLOS P/FIO 10MM	UND	DECORLUX	20,000	3,0029	60,06
55	DISJUNTOR UNIPOLAR 30 A - NEMA	UND	SOPRANO	25,000	9,0088	225,22
56	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 A - NEMA	UND	SOPRANO	25,000	14,6507	366,27
57	DISJUNTOR UNIPOLAR 50 A - NEMA	UND	SOPRANO	25,000	16,6527	416,32
58	DISJUNTOR UNIPOLAR 10 A - NEMA	UND	SOPRANO	15,000	9,0088	135,13
59	DISJUNTOR DIN 10A	UND	STECK	20,000	6,0059	120,12
60	DISJUNTOR DIN 16A	UND	STECK	20,000	6,0059	120,12
61	DISJUNTOR DIN 20A	UND	STECK	20,000	6,0059	120,12
62	DISJUNTOR DIN 25A	UND	STECK	20,000	6,0059	120,12
63	DISJUNTOR DIN 32A	UND	STECK	20,000	6,0059	120,12
64	DISJUNTOR DIN 40A	UND	STECK	20,000	8,0078	160,16
65	DISJUNTOR DIN 50A	UND	STECK	20,000	8,0078	160,16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/9
 Processo Nº.: 23/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

Fornecedor: 9476 - JMM ELETRICA LTDA -ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
66	FIO FLEXIVEL 4 mm	Mt.	SIL	360,000	1,5470	556,92
67	FIO FLEXIVEL 6 mm	Mt.	SIL	360,000	2,2750	819,00
68	FIO FLEXIVEL 1,5 mm	Mt.	SIL	360,000	0,5915	212,94
69	FIO FLEXIVEL 10 mm	Mt.	SIL	360,000	4,1859	1.506,92
70	FIO FLEXIVEL 2,5 mm	Mt.	SIL	360,000	0,8190	294,84
71	FIO PARALELO 2x2,5	Mt.	PREMIUM	360,000	2,0020	720,72
72	FIO PARALELO 2 x 1,5	Mt.	PREMIUM	300,000	1,2285	368,55
73	FITA ISOLANTE DE 20 Mt.	UND	3M	50,000	4,5954	229,77
74	FITA VEDA-ROSCA 50 Mt.	UND	TIGRE	25,000	8,5538	213,85
75	INTERRUPTOR - CONJ.BRANCO	UND	RADIAL	30,000	5,3689	161,07
76	JOELHO 45° ESGOTO - 150MM	UND	KRONA	50,000	22,2036	1.110,18
77	JOELHO 45 ESGOTO 40	UND	KRONA	70,000	1,0010	70,07
78	JOELHO 90 ESGOTO 75	UND	KRONA	70,000	2,6389	184,72
79	JOELHO 90 ESGOTO 40	UND	KRONA	70,000	0,8918	62,43
80	JOELHO 90 PLASTICO SOLDAVEL 20	UND	KRONA	70,000	0,4095	28,67
81	JOELHO 90 PLASTICO SOLDAVEL 25	UND	KRONA	70,000	0,4459	31,21
82	JOELHO AZUL 90 PLÁSTICO 25x3/4	UND	KRONA	70,000	2,7208	190,46
83	JOELHO ESGOTO 90 100 MM	UND	KRONA	40,000	3,0029	120,12
84	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W	UND	OSRAN	100,000	4,4589	445,89
85	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W	UND	OSRAN	500,000	4,4589	2.229,45
86	LAMPADA KIT FLUORS. ELETR. 20w 220w.	UND	LB	50,000	9,9188	495,94
87	LAMPADA KIT PL 25W	UND	LB	50,000	9,6185	480,93
88	LAMPADA INCANDESCENTE COMUM 60w	UND	PHILIPS	60,000	2,2295	133,77
89	LUVA PLÁSTICA SOLDÁVEL 25	UND	KRONA	250,000	0,5005	125,13
90	LUVA PLÁSTICA SOLDÁVEL 40	UND	KRONA	30,000	2,0020	60,06
91	LUVA PLASTICA SOLDAVEL 50MM	UND	KRONA	60,000	1,9110	114,66
92	MANGUEIRA LISA PRETA1 - 2MM	Mt.	BOSS	1.000,000	1,2285	1.228,50
93	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 AZUL	Mt.	BOSS	300,000	0,4459	133,77
94	MANGUEIRA P/JARDIM 1/2 SILICONE	Mt.	ALUMASA	300,000	1,9110	573,30
95	POSTE DE CONCRETO PADRÃO 7 M.	UND	M. ART. CIME	30,000	202,0161	6.060,48
96	PLACA CEGA 4X2 COM FURO	UND	RADIAL	100,000	1,5015	150,15
97	PLUG MACHO 2P+ T 10A	UND	MECTRONIC	50,000	3,5307	176,54
98	PLUG MACHO 2P+ T 20A	UND	MECTRONIC	50,000	4,5044	225,22
99	PLUG FEMEA 2P+ T 10A	UND	MECTRONIC	50,000	5,0049	250,25
100	PLUG FEMEA 3P 20A	UND	MECTRONIC	50,000	5,5509	277,55
101	REATOR ELETRONICO 1X40/36W ALTO FATOR DE POTENCIA	UND	ECP	60,000	18,6546	1.119,28
102	REATOR ELETRONICO 2X20/18W ALTO FATOR DE POTENCIA	UND	ECP	60,000	21,2026	1.272,16
103	REATOR ELETRONICO 2X40/36W ALTO FATOR DE POTENCIA	UND	ECP	300,000	25,2065	7.561,95
104	SILICONE BISNAGA 50G	UND	TYTAN	20,000	3,8219	76,44
105	TAMPÃO 100MM	UND	KRONA	20,000	3,0029	60,06
106	TAMPÃO 75MM	UND	KRONA	20,000	3,1849	63,70
107	TUBO AGUA SOLDAVEL 20MM	Mt.	KRONA	600,000	1,4469	868,14
108	TUBO AGUA SOLDAVEL 25MM	Mt.	KRONA	600,000	1,7654	1.059,24
109	TUBO ESGOTO 50MM	Mt.	KRONA	600,000	4,1859	2.511,54
110	TUBO ESGOTO 100MM	Mt.	KRONA	600,000	6,0059	3.603,54
111	TUBO ESGOTO 150MM	Mt.	KRONA	300,000	16,3797	4.913,91
112	TUBO ESGOTO 40MM	Mt.	KRONA	600,000	2,4115	1.446,90
113	TUBO ESGOTO 75MM	Mt.	KRONA	80,000	5,9604	476,83
114	TUBO EXTENSIVO C/ROSCA(SIFÃO)	UND	BLUKIT	100,000	6,0059	600,59
115	T PLÁSTICO SOLDAVEL 20	UND	KRONA	25,000	0,5915	14,79
116	T PLÁSTICO SOLDÁVEL 25	UND	KRONA	25,000	0,6734	16,84
117	T ESGOTO 40MM	UND	KRONA	25,000	1,3559	33,90
118	TOMADA 3 PINOS BRANCA	UND	RADIAL	30,000	8,0533	241,60
119	TUBO FERRO GALVANIZADO 6M X2"	UND	MONTANA	20,000	250,2452	5.004,90
120	TUBO DE FERRO GALVANIZADO 6M - MEIA POLEGADA	UND	MONTANA	10,000	70,0686	700,69
121	TUBO FERRO GALVANIZADO 6MX3/4"	UND	MONTANA	10,000	90,0883	900,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/9
Processo Nº.: 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/9
Processo Nº.: 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 7/9
Processo Nº.: 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 8/9
Processo Nº.: 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 9/9
Processo Nº.: 23/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 17 de Março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO

Empresas Participantes:

COMERCIAL DE FERRAGENS DALBOSCO LTDA.

CNPJ: 83.251.397/0001-11 _____

JMM ELETRICA LTDA -ME

CNPJ: 13.226.152/0001-59 _____

PAULO ROBERTO MINATTI - ME

CNPJ: 07.215.029/0001-30 _____

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMDCA Nº 001 E 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato FMDCA Nº.: 001/2015
Contratante.: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE
Contratada...: RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS - ME
Valor : 60.993,00 (sessenta mil novecentos e noventa e três reais)

Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 90.178,10

Objeto : O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "DESPERTAR NOVOS TALENTOS" PARA OS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme Programa e Termo de Referência, anexos deste edital e demais condições estabelecidas no Processo Licitatório FMDCA Nº 001/2015. Item 01- Contratação de Profissional especializado para ministrar aulas para os cursos de: Coral adulto, Coral Infantil, Violino, Violoncelo, flauta, Musicalização nas escolas (incluindo coral de Natal), Banda Fanfarra, Acordeom, Violão, Guitarra, Contrabaixo, Bateria, Percussão, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria. Item 02- Contratação de Profissional especializado para ministrar aulas para o curso de: Dança, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria.

Contrato FMDCA Nº.: 002/2015
Contratante.: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE
Contratada...: JOELSON G.PEREIRA E OUTROS PROFESSORES
Valor : 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 16/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 90.178,10

Objeto : O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "DESPERTAR NOVOS TALENTOS" PARA OS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme Programa e Termo de Referência, anexos deste edital e demais condições estabelecidas no Processo Licitatório FMDCA Nº 001/2015. - Item 03-Contratação de Profissional especializado para ministrar aulas para o curso de Artes Marciais (Karatê), conforme cronograma a ser definido.

Novo Horizonte/SC, em 16 de Março de 2015
Dirceu Mezomo
Gestor FMDCA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMDCA Nº 001-15 PP Nº 001-15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE-FMDCA
EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO FMDCA Nº 001/2015
PREGÃO PRESENCIAL FMDCA Nº 001/2015
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "DESPERTAR NOVOS TALENTOS" PARA OS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme Programa e Termo de Referência Anexos deste edital e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

CONTRATADO: JOELSON G. PEREIRA
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)
CONTRATADO: RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 60.993,00 (sessenta mil novecentos e noventa e três reais)
DATA: 16/03/2015 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 62/2015/PMO - VIAGENS ESPECIAIS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE COLETIVO PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS DOS PROGRAMAS MUNICIPAIS DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Recebimento das Propostas: até o dia 08/04/2015 às 13h 45m.
Abertura das Propostas: dia 08/04/2015, às 14h 00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.
ORLEANS, 17 de Março de 2015.
EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

EDITAL CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº001/2015, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº001/2015, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
SALETE TURAZZI COSTA	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
ANALIA LEONTINA BORGES VELHO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
RONEIDE DE FATIMA BONETTI LAURENTINO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs

CRISTINA GONÇALVES PADILHA ALVES	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
ZELI DALMAGRO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
TANIA MARIA PISONE ZOMER	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
ROSIANE FERNANDES MICHELS	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
INES BELTRAME FURLAN ORBEN	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
SIRLEI GONÇALVES LONGO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
ROMELANIA APARECIDA RABELO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
LUSIANE CROCETTA PIZONI HOFMANN	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs
JOSIANE DA SILVA CELSO	INSTRUTORAS DE TRABALHOS MANUAIS	40hs

Orleans, 17 de março de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

EXTRATOS DE CONTRATOS 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 72/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: PANIFICADORA E CONFEITARIA MAZZUCCO LTDA ME

Valor : 136.033,52 (cento e trinta e seis mil e trinta e três reais e

cinquenta e dois centavos)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (64), 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (154)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE ORLEANS.

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 73/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

Valor : 16.028,00 (dezesesseis mil e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (64), 2.048.3.3.90.00.00.00.00 (154)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LANCHES CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DA PREFEITURA DE ORLEANS.

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 74/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: J.M. ESPORTES LTDA

Valor : 26.736,00 (vinte e seis mil setecentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 120.269,67

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 75/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: WZ MULTIESPORTES LTDA - ME

Valor : 1.720,00 (um mil setecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 120.269,67

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 76/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: CELITO CARLESSI & CIA LTDA EPP

Valor : 4.670,00 (quatro mil seiscentos e setenta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 120.269,67

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 77/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: STAUDT & FRANCESQUETT LTDA - EPP

Valor : 2.015,00 (dois mil e quinze reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 120.269,67

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE ORLEANS

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 78/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ANOAR PROINELLI & CIA LTDA - ME

Valor : 46.530,00 (quarenta e seis mil quinhentos e trinta reais)

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 30/06/2015

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 37/2015

Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (101) Saldo: 1.285.292,01

Objeto : CONSTRUÇÃO DE UMA PASSARELA DE CONCRETO

NA

ESTRADA GERAL RIO NOVO, DE ACORDO COM PROJETO, ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 79/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: TERRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

Valor : 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 42/2015

Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117) Saldo: 237.691,26

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA EM GERAL, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÕES

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 80/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA -EPP

Valor : 32.934,00 (trinta e dois mil novecentos e trinta e quatro reais)

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117),

2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (154)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE

PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Orleans, 17 de Março de 2015

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 81/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada.: ORLEANS INFORMATICA EPP

Valor : 15.545,19 (quinze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos)

Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117),

2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (154)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Orleans, 17 de Março de 2015
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 82/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME
Valor : 4.899,45 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (154)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 17 de Março de 2015
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 83/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA
Valor : 17.051,98 (dezesete mil e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (154)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 17 de Março de 2015
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 84/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
Valor : 9.152,66 (nove mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19), 2.013.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (128), 2.048.3.3.90.00.00.00.00.00 (154)

(154)
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ADMINISTRAÇÃO, INFRA ESTRUTURA, SERVIÇOS URBANOS E CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Orleans, 17 de Março de 2015
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

Contrato Nº.: 85/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: LJ-AUD ESCRITORIO CONTABIL S/C LTDA - ME
Valor : 76.800,00 (setenta e seis mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 13/03/2015 Término: 31/10/2015
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 47/2015
Recursos : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 178.611,30
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA CONTÁBIL PARA A PREFEITURA DE ORLEANS COMPREENDENDO OS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2013 E 2014

Orleans, 17 de Março de 2015
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

EXTRATOS DE HOMOLOGAÇÕES 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/15
CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA - EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO, VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.816,00 (seis mil oitocentos e dezesseis reais)
DATA: 17/03/15 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/15
CONTRATADO: T M SCHLICKMANN & CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO, VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.756,48 (seis mil setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos)
DATA: 17/03/15 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/15
CONTRATADO: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO,

VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.041,60 (sete mil e quarenta e um reais e sessenta centavos)

DATA: 17/03/15 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/15

CONTRATADO: HERCILIO DE MATTIA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO, VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

DATA: 17/03/15 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/15
HOMOLOGAÇÃO: 12/03/15

CONTRATADO: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO, VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

DATA: 17/03/15 - MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES - Prefeito De Orleans.

Ouro Verde

PREFEITURA

EDITAL Nº0015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0015/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS, SENDO: Prédio da Prefeitura Municipal; Creche Municipal Maria José Menezes; Unidade Básica de Saúde; Escola Municipal Benvenuto Tacca; Peti; Cras; Casa da Cidadania/Conselho Tutelar; Biblioteca Municipal João Karpinski do Município de Ouro Verde /SC. Sessão publica Entrega Envelopes: Até as 09h00min 31/03/2015. Obt. informações Secre. Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 18 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0400/2015.

PORTARIA Nº. 0400/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDINEIA FERREIRA CHINI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria de educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Lucia Soares, que se encontra exercendo suas funções junto ao PROCON.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0414/2015.**

PORTARIA Nº. 0414/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA BEZERRA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0419/2015.**

PORTARIA Nº. 0419/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RONIZE DE LIMA M. DA CRUZ PRADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0428/2015.**

PORTARIA Nº. 0428/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MIRIAN PEIXOTO DE LIMA QUEIROZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Paulo Bráulio Goulart da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0434/2015.**

PORTARIA Nº. 0434/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA MADALENA COELHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Manoel da Silva da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0435/2015.

PORTARIA Nº. 0435/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALDINEIA CLEMENCIA FRENANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EI Rincão da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.31/2015, no dia 30 de Março de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº31/2015 tem como objeto a contratação de empresa para locação de estruturas, equipamentos e serviços relacionados ao evento Aniversário do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 17 de Março de 2015. Pregoeiro.

PORTARIA Nº. 0401/2015.

PORTARIA Nº. 0401/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GABRIELA JULIÃO DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Vó Laura, da Secretaria de educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0402/2015.

PORTARIA Nº. 0402/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IVANICIA MARIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0403/2015.

PORTARIA Nº. 0403/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELEN DE OLIVEIRA

PIRES DOS REIS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Bento J. Nascimento, da Secretaria de educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0404/2015.

PORTARIA Nº. 0404/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ISABEL ANA RODRIGUES VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI São Tomé, da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0405/2015.

PORTARIA Nº. 0405/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DORACI MARIA DE JESUS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Adriana Weingartner, da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0406/2015.

PORTARIA Nº. 0406/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TANIA REGINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAIC, da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0407/2015.

PORTARIA Nº. 0407/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MÁRCIA APARECIDA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Albardão da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0408/2015.

PORTARIA Nº. 0408/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALDINEIA BARBOSA DA SILVA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0409/2015.

PORTARIA Nº. 0409/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DE LOURDES VIGANIGO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0410/2015.

PORTARIA Nº. 0410/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RAFAEL DIAS DE

OLIVEIRA ALCANTARA, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/02/2016.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0411/2015.

PORTARIA Nº. 0411/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FABIANA ARALDI, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/01/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0412/2015.

PORTARIA Nº. 0412/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA LUISA CAZULA MILLEO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0413/2015.

PORTARIA Nº. 0413/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINE JOHNSON EVANGELHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0415/2015.

PORTARIA Nº. 0415/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANA BACK LIVRAMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0416/2015.

PORTARIA Nº. 0416/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNA LUIZA SOUZA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Maria, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0417/2015.

PORTARIA Nº. 0417/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DIANA LOPES PACHECO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0418/2015.

PORTARIA Nº. 0418/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GILSEMARA SILVA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0420/2015.

PORTARIA Nº. 0420/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BIANCA REGINA AGUILA SANCHEZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0421/2015.

PORTARIA Nº. 0421/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0422/2015.

PORTARIA Nº. 0422/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOÃO RISDEN DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Vera Lucia Lostada, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0423/2015.

PORTARIA Nº. 0423/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELA DIAS FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Marisa Neusa Rachadel, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0424/2015.

PORTARIA Nº. 0424/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDIA CARDAMONE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Aparecida Dorvalino Prudêncio, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0425/2015.

PORTARIA Nº. 0425/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA JULIA DE SOUZA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Caminho do Saber da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0426/2015.

PORTARIA Nº. 0426/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANALICE BASI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0427/2015.

PORTARIA Nº. 0427/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FABIANA NILCE VIEIRA,

de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Neri Brasiliano Martins da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0429/2015.

PORTARIA Nº. 0429/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KARINE SOUSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0430/2015.

PORTARIA Nº. 0430/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SUELEN BENITES BITENCOURT FERNANDES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Indireta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Elisabete D. Folster, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0431/2015.

PORTARIA Nº. 0431/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LENNIFFER LAYANE MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Najla Carone Guedert da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Danielli Costa, que se encontra exercendo suas funções junto SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0432/2015.

PORTARIA Nº. 0432/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIRLEI FATIMA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rosana Macário, que se encontra exercendo suas funções junto SME.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0433/2015.

PORTARIA Nº. 0433/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IDIANARA FATIMA GALUPO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0436/2015.

PORTARIA Nº. 0436/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCILENE HILARIO ALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Maria Luzia de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0437/2015.

PORTARIA Nº. 0437/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ZILMA SALVELINA DA

SILVEIRA DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do GE Maria Luzia de Souza da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0438/2015.

PORTARIA Nº. 0438/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANA CRISTINA PRIM, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Paulo Bráulio Goulart da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0439/2015.

PORTARIA Nº. 0439/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LIMARA DE JESUS JOSE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Paulo Bráulio Goulart da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0440/2015.

PORTARIA Nº. 0440/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LEONICE MARIA DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/02/2015, face ao término da LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0441/2015.

PORTARIA Nº. 0441/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, RITA DE CASSIA BITENCOURT FORNARI, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/02/2015, face ao término da LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0442/2015.

PORTARIA Nº. 0442/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CAMILA BORGES DE ABREU, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/02/2015, face ao término da LM.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0443/2015.

PORTARIA Nº. 0443/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCIA DIRLEA NOVAKOWSKI WEISS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/02/2015, face ao término da LM.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0444/2015.

PORTARIA Nº. 0444/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, FERNANDA JULIA DOS SANTOS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/02/2015, face ao término da LM.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

RESULTADO PREGÃO 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de condicionadores de ar devidamente instalados para as unidades de Ensino deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 139.300,00 (cento e trinta e nove mil e trezentos reais).

DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 06, totalizando R\$ 228.138,00 (duzentos e vinte e oito mil cento e trinta e oito reais).
COMERCIAL DE ELETRODOMÉSTICOS LAGES LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 03, totalizando R\$ 295.754,00 (duzentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

AKON LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 04, totalizando R\$ 266.624,00 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e vinte e quatro reais).

TECNOPONTO LTDA - EPP ficou classificada em 1º lugar no item 05, totalizando R\$ 877.044,00 (oitocentos e setenta e sete mil e quarenta e quatro reais)

FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI ME ficou classificada em 1º lugar no item 07, totalizando R\$ 138.744,00 (cento e trinta e oito mil setecentos e quarenta e quatro reais).

Palhoça, 17 de março de 2015.

RESULTADO PREGÃO Nº 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender as necessidades de diversos programas da Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

MARCONI KIRCH EPP ficou classificada em 1º lugar nos lotes 03 e 09, totalizando R\$ 15.209,05 (quinze mil duzentos e nove reais e cinco centavos).

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP ficou classificada em 1º

lugar no lote 04, totalizando R\$ 64.390,25 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos).

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 02, 05 e 08, totalizando R\$ 112.686,25 (cento e doze mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

GIZELE REGINA DA SILVA ME ficou classificada em 1º lugar no lote 12, totalizando R\$ 15.592,49 (quinze mil quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e nove centavos).

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 06, 10 e 14, totalizando R\$ 28.593,40 (vinte e oito mil quinhentos e noventa e três reais e quarenta centavos)

PEIXER - COMERCIO, SERVICOS E ALUGUEIS LTDA - ME ficou classificada em 1º lugar no lote 07, totalizando R\$ 1.448,20 (um mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).

DANDARA FREIBERGER - ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 11 e 13, totalizando R\$ 13.425,00 (treze mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Palhoça, 17 de março de 2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIA Nº 007/2015

Extingue aposentadoria por idade em caráter proporcional, concedida ao servidor JOÃO MARIA DA SILVA

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Extinguir a aposentadoria Compulsória em caráter proporcional, concedida ao servidor JOAO MARIA DA SILVA, nos termos da Portaria nº 014/2003, em face do óbito ocorrido em 25/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 25/01/2015.

Palhoça, em 06 de março de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 008/2015

PORTARIA Nº 008/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Leda de Castro.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Leda de Castro, detentora da matrícula funcional nº

800184-02, inscrita no CPF sob o 398.705.459-04 e no PIS/PASEP sob o nº 107.331.537-01, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 12 de março de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 009/2015

PORTARIA Nº 009/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora VALDETE MARIA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

, Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora VALDETE MARIA, detentora da matrícula funcional nº 124602-01, inscrita no CPF sob o 378.225.789-87 e no PIS/PASEP sob o nº 1.055.247.563-4, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2015, condicionada a sua validade

à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 12 de março de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público do servidor CLAUDIONOR NUNES.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, o servidor CLAUDIONOR NUNES, detentor da matrícula funcional nº 500390-01, inscrito no CPF sob o Nº 289.267.739-49 e no PIS/PASEP sob o nº 102.385.407-98, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 12 de março de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIA Nº 011/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora FRIDA MARIA ROSAR THIESEN.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora FRIDA MARIA ROSAR THIESEN, detentora da matrícula funcional nº 127868-01, inscrita no CPF sob o Nº 549.487.549-00 e no PIS/PASEP sob o nº 1.701.829.703-4, lotada na Secretaria de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 12 de março de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA Nº 012/2015

Concede aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º inciso III alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei municipal nº 1.320/01), autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10.887/04, e declara a vacância do cargo público do servidor JOSE PIERRI.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Aposentar, por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal (Redação das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03) e do art. 23 da Lei Municipal nº 1.320/01, o servidor JOSE PIERRI, detentor da matrícula funcional nº 190092-01, inscrito no CPF sob o nº 047.590.369-20 e no PIS/PASEP sob o nº 103.926.769-47, lotado na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 37,14% (trinta e sete vírgula quatorze por cento) da média das contribuições, conforme a metodologia de cálculo disposta nos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/03/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 12 de março de 2015.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 026/15

DECRETO Nº 026/2015. De 06 de março de 2015.	DISPÕE SOBRE APOIO FINANCEIRO A FESTAS TÍPICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, habilitadas as Comunidades a receberem o apoio financeiro no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais), a ser aplicado na divulgação de festas típicas municipais a serem realizadas no ano de 2015, conforme Lei Municipal nº. 3.704 de 16 de outubro de 2013, sendo elas:

Comunidade do Distrito de Santa Lúcia - "Festa do Novilho no Rolete"

Comunidade de Linha do Meio - "Festa do Leitão"

Comunidade de Linha Três Pinheiros - "Festa da Cuca"

Comunidade Evangélica do Centro - "Festa da Colheita"

Comunidade Linha Passarinhos - "Festa do Búfalo"

Comunidade Católica do Centro - "Festa do Colono e Motorista"

Comunidade de Ilha Redonda - "Festa do Meio Frango"

Comunidade de Distrito da Diamantina - "Festa de Kerb"

Comunidade de Linha São Brás - "Festa do Frango e do Peru"

Comunidade Linha Santo Antônio - "Festa da Galinhada"

Comunidade Distrito Sede Oldenburg - "Wurst Fest"

Comunidade Linha Lambari - "Festa do Grenal"

Comunidade Linha Santa Maria Goretti - "Festa de Ovelha"

Comunidade Linha São Gotardo - "Festa do Porco a Paraguaia"

Comunidade Linha Santa Terezinha - "Festa Kerb Fest"

Comunidade Linha Pinhalzinho - "Festa do Cupim"

Comunidade Linha Tirelli - "Festa da Mandioca"

Comunidade Linha Techio - "Festa do Leitão Recheado"

Comunidade Linha Progresso - "Festa Kerb "

DECRETO Nº 026/2015.

De 06 de março de 2015.

Art. 2º As referidas Comunidades deverão apresentar os comprovantes da prestação de serviço de divulgação (nota fiscal/recibo), até uma semana após a realização da festa, para que seja realizado pagamento junto à prestadora do serviço. As notas não poderão: a) exceder o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais); b) estarem em nome da Prefeitura; c) constar a data da festa e, d) a comunidade que realizou.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, em 06 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 027/15

DECRETO Nº 027/2015. De 12 de março de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.837/2015, de 12 de março de 2015.
---	--

DECRETA

Art. 1º Nos termos da Lei Municipal nº 3.837/2015, de 12 de março de 2015, fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 20.505,39 (vinte mil, quinhentos e cinco reais e trinta e nove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 1.020 - Construção de Centros Comunitários

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas (xx)

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Ordinários

R\$ 20.505,39

TOTAL GERAL R\$ 20.505,39

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 20.505,39 (vinte mil, quinhentos e cinco reais e trinta e nove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, na fonte de recursos 0000 - Recursos Ordinários. Demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

DECRETO Nº 027/2015.

De 12 de março de 2015.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 12 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 028/15

	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 028/2015. De 12 de março de 2015.	Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.838/2015, de 12 de março de 2015.

DECRETA

Art. 1º Nos termos da Lei Municipal nº 3.838/2015, de 12 de março de 2015, fica autorizado a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 150.472,52 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2009 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

MODALIDADE: 3.1.90.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 80.000,00
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0015 (xx) R\$ 40.872,56
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Fundeb 40%
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0003 (xx) R\$ 4.066,22
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Salário Educação
TOTAL GERAL R\$ 124.938,78

DECRETO Nº 028/2015.

De 12 de março de 2015.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2012 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Infantil
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 873,89
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate
TOTAL GERAL R\$ 873,89

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2010 - Manutenção das Atividades das Creches Municipais

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 6.131,88
MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0062 (xx) R\$ 16.517,53
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos FNDE
TOTAL GERAL R\$ 22.649,41

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2011 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Fundamental

MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0009 (xx) R\$ 365,04
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Transp. Escolar Estadual
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 365,55
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate.
TOTAL GERAL R\$ 730,59

DECRETO Nº 028/2015.

De 12 de março de 2015.

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ/ATIV: 2014 - Manutenção do Transporte Escolar Ens. Médio
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0005 (xx) R\$ 239,48
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Pnate.
TOTAL GERAL R\$ 239,48

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE: 04.03 - DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR
PROJ/ATIV: 2018 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar
MODALIDADE: 3.3.90.00.00.00.00.03.0004 (xx) R\$ 1.040,37
FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Merenda Escolar
TOTAL GERAL R\$ 1.040,37

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ \$ 150.472,52 (cento e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, conforme valores e fontes de recursos abaixo:

R\$ 120.872,56 (cento e vinte mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0015 - Recursos Vinculados ao Fundeb 40%.

R\$ 1.478,92 (Um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0005 - Recursos Vinculados ao Pnate.

R\$ 4.066,22 (Quatro mil, sessenta e seis reais e vinte e dois centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0003 - Recursos Vinculados ao Salário Educação.

DECRETO Nº 028/2015.

De 12 de março de 2015.

R\$ 365,04 (trezentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0009 - Recursos Vinculados ao Transporte Escolar Estadual.

R\$ 1.040,37 (um mil e quarenta reais e trinta e sete centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0004 - Recursos Vinculados a Merenda Escolar.

R\$ 22.649,41 (Vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 na fonte de recursos 0062 - Recursos Vinculados ao FNDE.

Todos demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 12 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.836/2015

LEI Nº. 3.836/2015. De 12 de março de 2015.	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, o veículo com as seguintes características: I/M.BENZ, modelo Sprinter, tipo furgão, combustível óleo diesel, ano de fabricação 2014, modelo 2014, cor vermelha, chassi nº 8AC906633EE095147, placas QHB1578, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos do FUNREBOM, através do Município de Palmitos, conforme processo licitatório nº 107/2014.

Parágrafo Único. O bem descrito no “caput”, deste artigo destina-se ao serviço de Auto Socorro de Urgência.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 12 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.837/2015

LEI Nº. 3.837/2015. De 12 de março de 2015.	AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de até R\$ 20.505,39 (vinte mil, quinhentos e cinco reais e trinta e nove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE: 08.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

URBANOS

PROJ/ATIV: 1.020 - Construção de Centros Comunitários

MODALIDADE: 4.4.90.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas (xx)

FONTE DE RECURSO: Superávit Recursos Ordinários R\$ 20.505,39

TOTAL GERAL R\$ 20.505,39

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º desta Lei no valor de até R\$ 20.505,39 (vinte mil, quinhentos e cinco reais e trinta e nove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos, na fonte de recursos 0000 - Recursos Ordinários. Demonstrados no Balanço Patrimonial de 2014, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

LEI Nº. 3.837/2015.

De 12 de março de 2015.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 12 de março de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 40/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 07/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRAS DE MELHORIAS JUNTO A C.E.I. BEM-ME-QUER, COMPREENDENDO EXECUÇÃO DE CERCAS, ALAMBRADOS E PORTÕES PARA FECHAMENTO DO TERRENO, PLANTIO DE GRAMA, EXECUÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO, REDE ELÉTRICA SUBTERRÂNEA DE ALIMENTAÇÃO E INSTALAÇÃO INTERNA DA REDE DE CABEAMENTO EXTRUTURADO. Data da entrega dos envelopes: 02/04/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 02/04/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 17 de março de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2015

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 008/2015 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 04/03/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.465.889/0001-57, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação serviços de perfuração, detonação e britagem de rochas em cascalheiras licenciadas pelo município, conforme as especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecer acima identificado;

1.2 - A execução dos serviços licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - O valor global da presente Ata de Registro de Preços é R\$ 1.190.000,00 (um milhão e cento e noventa mil reais), sendo R\$ 952.000,00 (novecentos e cinquenta e dois mil reais) relativos ao item 01 e R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais) relativos ao item 02, objeto do pregão presencia registro de preços 008/2015.

1.3.1 - O valor unitário a ser pago para cada metro cúbico de serviço executado, será de R\$ 23,80 (vinte e três reais e oitenta centavos), para o item 01 e R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos), para o item 02.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Após registrados, os preços manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 008/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

4.1 - Os serviços, objeto deste certame, serão executados nas jazidas licenciadas do Município de Papanduva;

4.2 - Os serviços de perfuração e detonação deverão ser realizados diretamente na cascalheira do indicada pelo município;

4.3 - Para o item 01, além dos serviços de perfuração e detonação a contratada deverá realizar os serviços de britagem, na graduação indicada pelo município, sendo de sua inteira responsabilidade a colocação de equipamentos (britador e escavadeira hidráulica para alimentar o britador);

Parágrafo único: Para o item 01 a quantidade mínima a ser contratada pelo município será de 5.000m³ (cinco mil metros cúbicos);

4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será efetuado da seguinte forma:

a) O primeiro pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a prestação de serviços, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal;

b) O Segundo pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o 1º pagamento;

c) Os pagamentos seguintes serão realizados em até 30 (trinta) dias após a respectiva prestação dos serviços licitados, mediante apresentação de Nota fiscal referente aos respectivos serviços prestados, a qual deve sempre observar o constante no item 5.1, letra "c1" do edital.

4.5 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

4.6 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - DAS ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE EXECUTAR O SERVIÇO.

5.1.1 - Os serviços de perfuração e detonação deverão ser executados em etapas, conforme edital, em uma área a ser previamente delimitada na superfície e na profundidade, até a base da jazida, área esta que forneça um volume de cascalho, conforme o estipulado para a etapa;

5.1.2 - Após a conclusão dos furos, a empresa vencedora solicitará a Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura, que proceda a verificação "in" loco da profundidade e localização dos furos para emitir autorização de detonação;

5.2.3 - Para o item 02 do objeto do edital, após a explosão, os fragmentos de cascalho com dimensão maior que 50 cm (cinquenta centímetros) de diâmetro, deverão ser detonados novamente, por conta e custo da CONTRATADA, afim de conseguir fragmentos de pedra do tamanho ideal para que seja colocado para britagem dos mesmos e no cascalheiro os fragmentos não poderão ter dimensão maior que 30 cm de diâmetro;

5.2.4 - Os serviços de detonação, perfuração e desmonte de rocha, serão quantificados em m³ (metros cúbicos), medidos na rocha "in natura";

5.2.5 - A superfície da jazida, área delimitada para a detonação, será entregue à empresa vencedora, limpa e em condições operacionais;

5.2.6 - A CONTRATADA, será responsável pela Segurança da Pedreira, pessoal e equipamentos da Contratada;

5.2.7 - A Contratada será responsável pelas licenças dos órgãos ambientais para a execução dos serviços.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital do Pregão Presencial nº 008/2015 e seus anexos;

5.4 - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.5 - Pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.6 - Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

5.7 - Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços que estarem em desacordo com as especificações exigidas;

5.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços prestados exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada prestar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste instrumento;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 04 de março de 2015.

_____	- Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____	- Erli Edvina Wunche Bacellar -
Equipe de Apoio	
_____	- Eliton Luis de Souza Prestes -
Equipe de Apoio	
_____	- Sônia Teresinha Mendes Novack
- Equipe de Apoio	
_____	- Extrabrit Mineração Ltda - ME
- Contratada	

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 018/2015

DECRETO Nº. 018, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"EXONERA À PEDIDO ANDRE PORTO SILVEIRA DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado à pedido, Andre Porto Silveira do cargo de Secretário municipal de Agricultura.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02 de março de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC017/2015

DECRETO Nº. 017, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ACORDO COM O EDITAL 001/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com as Leis nº 513 de 25 de agosto de 2005 e 736 e 737 de 29 de abril de 2011.

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado, para que produza efeitos legais e jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, convocado através do Edital nº 001/2015, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Cultural, cuja relação de classificação é a seguinte:

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Juliana de Oliveira Gomes	69
2º	Mári Lucia Santos	92
3º	Eliana Santos da Rosa Lummertz	49
4º	Tuane Aurora Klein	88
5º	Elisandra Lourenço de Souza Siqueira	39

PROFESSOR DE INGLÊS

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Mara Regina Gomes	74
2º	Zanete Indalêncio da Silva	96
3º	Odete Bitencourt	78
4º	Lediane Santos da Rosa	16
5º	Anderson Roberto Alves	11

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Juarez Souza Magnus	75
2º	Rodrigo Joel da Silva	80
3º	Janaina Patrícia Wenzel	63
4º	Laura dos Reis Clezar	83
5º	Simone Machado de Castro	32
6º	Diego Pereira Rampelli	33

PROFESSOR DE ARTES

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Keren Tabordes Viegas Somacal	72
2º	Rubia Justo de Mello	94
3º	Suyen Aparecida Stumpf Barth	95
4º	Monica Leticia Munari	76

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Luana Trisch Hahn	07
2º	Talita Aparecida da Boit Peres	21
3º	Nicole Maria da Mota Santos	46
4º	Mariana Lucas	35
5º	Cristina Vargas de Oliveira	53
6º	Juline Teixeira Magnus	30
7º	Cássia Carlos Pinheiro Mchado	62
8º	Camila Hespanhol Américo Ribeiro	37

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Carine Evaldt da Rosa	03
2º	Rene Freitas Junior	17
3º	Sabrina Machado de Matos	05
4º	Abrão Isaias Dalmagro	70
5º	Adelcio Daitx de Matos	38
6º	Vera Maria Machado Maurer	50
7º	Daniela Gomes Daitx	22
8º	Bevina Borges Cardoso	57
9º	Gilmar Martins da Silva	97

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Geraldo Medeiros de Lima	34
2º	Fernando Jorge Webber Barbosa	84

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Maria Terezinha Fernandes Freitas	44
2º	Maria Ines Silveira Maurer Gomes	45
3º	Luciane Martini	93

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Aurora Fernandes Joaquim	64
2º	Lijeti Roldão Tomasi	86
3º	Carla Franco Faraco	90
4º	Lilian Aurora Fernandes Joaquim	67
5º	Éclair Cardoso de Matos	08
6º	Catia Mengue Valim	23
7º	Rosana da Silva Rodrigues Monteiro	10
8º	Rafaela Oliveira Furtado de Souza	01
9º	Marizete Teixeira Machado	73
10º	Indiamar Aparecida Rittes da Silveira	40
11º	Ana Claudia Soares Cezimbra de Vargas	65
12º	Eleni Oliveira de Matos	04
13º	Edneia Stopassola	48
14º	Karen Rodrigues Miranda da Silva	31
15º	Carolina Cardoso de Freitas	91
16º	Michele de Matos Teixeira	06
17º	Clarice Trischwitt	20
18º	Marina Barros de Brum	41
19º	Fernanda de Mattos	79
20º	Vanessa Cristina dos Santos	25
21º	Rejane Carvalho Fernandes	47
22º	Idianes Ana Vianini	89
23º	Tatiane Nunes da Silva Canalli Barcelos	27
24º	Alexandra de Oliveira Paiva Peres	81
25º	Mariana Bristot Carlos	09
26º	Milena Maicá Aguirre	29
27º	Anelise Silva de Moraes	66

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Eliane Cardoso Pedroso	02
2º	Alessandra Rosa Palharini	43
3º	Carla Regina Alves Rocho	28
4º	Cristiane Scheffer Bauer	26
5º	Cleonice Aguiar Cardoso	19
6º	Mariele Apolinário Daitx	36
7º	Daniela Martins Kjillin	85
8º	Tais da Silva Martins de Mello	58
9º	Hiandra Goulart da Boit	56
10º	Helenice dos Santos Silva	71
11º	Débora Ericksson Colovini	82

GUARDA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Norton Luiz Antunes	98
2º	Paulo Roberto Santos de Melo	52
Desclassificado	Adão Erni Velho Castilhos	77

MOTORISTA

Classificação	Nome	Nº Inscrição
1º	Rene Freitas Neto	61
2º	Tiago de Lima dos Santos	87

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 26 de fevereiro de 2015.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 26 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário M. de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 004/2015/PMPT
Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE PASSO DE TORRES
Valor R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
Vigência: Início 13.02.2015 Término: 31.12.2015
Dotação: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2007 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (12) - Transferência R\$ 33.000,00.
Objeto: Manutenção das atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Passo de Torres.

Passo de Torres, 13 de Fevereiro de 2015.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

PORTARIA 075/2015

PORTARIA Nº 075, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome	Categoria Funcional
01 - Camila Machado da Silva	Agente Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.
Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 076/2015

PORTARIA Nº 076, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 - Josiane de Lima Cardozo Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 077/2015

PORTARIA Nº 077, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 - Mariazinha da Rosa Tecnico Educacional

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 078/2015

PORTARIA Nº 078, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 - Marilda Rodrigues da Silva Ferreira Agente Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 079/2015

PORTARIA Nº 079, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional
01 - Mariley Joaquim Kjillin Servente

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 080/2015

PORTARIA Nº 080, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 - Silvia Maria Andrioli da Silva Agente Administrativo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 081/2015

PORTARIA Nº 081, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal a servidora abaixo relacionada, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 - Queli Peres da Silva Alves Odontologo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 082/2015

PORTARIA Nº 082, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"DECLARA ESTÁVEL O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar estável no Serviço Público Municipal o servidor abaixo relacionado, por ter cumprido satisfatoriamente o Estágio Probatório.

Nome Categoria Funcional

01 - Luiz Fernando Oliveira Bock Motorista de Onibus e Ambulancia

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 083/2015

PORTARIA Nº. 083 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional da Letra "A" para "B", aos servidores públicos Municipais do quadro efetivo de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o "Caput" do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexos II e V, Grupos: I, II e III da referida Lei.

Art. 2º - Os servidores que fazem jus à referida progressão estão relacionados por ordem alfabética, de acordo com o Anexo I desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Anexo I da Portaria Nº 083 de 16 de março de 2015.
Período em referencia 03/2012 à 03/2015.

PROGRESSÃO DA LETRA "A" PARA "B"

- Camila Machado da Silva	
- Josiane de Lima Cardozo	
- Marilda Rodrigues da Silva Ferreira	
- Mariley Joaquim Kjillin	
- Sílvia Maria Andrioli da Silva	
- Queli Peres da Silva Alves	
- Luiz Fernando Oliveira Bock	

Passo de Torres, 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e finanças

PORTARIA 084/2015

PORTARIA Nº 084, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO ESCOLAR, ALANA MACIEL AGUIAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 19 da Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Serviços Administrativo Escolar Alana Maciel Aguiar, do Nível Médio, para o Nível LP - 3 A, conforme Art. 19, da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Bacharel em Administração, na Universidade Luterana do Brasil- ULBRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de março de 2015.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 16 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO Nº 345, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 345, de 13 de março de 2015.

"DETERMINA A REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO OSTENSIVA EM IMÓVEIS PÚBLICOS E PARTICULARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o ofício n. 06.2014.00002924-1-0152/2014/PJ/PON, de lavra do Doutor Marcionei Mendes, Promotor de Justiça, determinado seguinte:

"1) Que implemente, imediatamente, fiscalização das propriedades que estejam realizando obras de construção, reformas ou que de qualquer forma estejam utilizando as calçadas e impedindo a livre circulação de pedestres em geral, devendo enviar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação das medidas adotadas; e

2) Que preste informações sobre se os espaços e prédios públicos municipais atendem às condições mínimas de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296/04, especificando, caso existentes, as barreiras urbanísticas e nas edificações, devendo providenciar as medidas cabíveis para promover a plena acessibilidade, especialmente a previsão em dotação orçamentária, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar do recebimento do ofício, mediante comprovação;"

Considerando o teor do Decreto Federal n. 5.296/04;

Considerando que no Município de Passos Maia - SC nunca foi realizado um trabalho nos moldes solicitados pelo Ministério Público Estadual, ou seja, jamais houve políticas públicas visando à melhoria da acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/04;

DECRETA:

Art. 1º. O Departamento de Engenharia Municipal, deverá realizar um relatório minucioso acerca dos imóveis particulares que estejam realizando obras de construção, reforma ou ampliação, e que encontram-se utilizando, para qualquer fim, os passeios públicos, impossibilitando e/ou dificultando a passagem dos pedestres, cujo relatório deverá mencionar, além da identificação do imóvel e de seu responsável, o procedimento adotado para coibir e/ou penalizar tal situação, nos moldes da legislação de regência;

Art. 2º. Determino, ainda, que o Departamento Municipal de Engenharia exija o integral cumprimento das normas de acessibilidade previstas na Legislação Municipal, ao analisar os projetos de obras de construção, reforma ou ampliação.

Art. 3º. Determino, também, que o Departamento de Engenharia Municipal, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, confeccione um relatório minucioso sobre a atual situação dos prédios públicos municipais, no que diz respeito ao cumprimento das disposições elencadas no Decreto Federal n. 5.296/04, devendo, ainda, esclarecer quais são as medidas necessárias para o efetivo cumprimento do referido decreto, além do prazo mínimo necessário e o valor que custará para os cofres municipais;

Art. 4º. Para o efetivo cumprimento das determinações constantes deste Decreto, os servidores municipais poderão ter acesso livre a todos os prédios públicos municipais, podendo utilizar-se de todas as ferramentas que se fizerem necessárias, além do que deverão dar prioridade em seu labor para o efetivo cumprimento deste

Decreto.

Art. 5º. O presente Decreto terá vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 23 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0024/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0017/2015

REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0017/2015 - Objeto - Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios de cozinha e gás de cozinha, para as secretarias municipais, de forma parcelada, conforme especificações contidas no edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00hs do dia 31 de março de 2015, iniciando-se a seção pública as 14:15hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 13 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2012

Extrato do 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 100/2012, de 17/05/2012 conforme Processo Licitatório 039/2012. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, Objeto: Fica suprimido do objeto originário do contrato o sistema de Gestão Educacional, no valor mensal de R\$ 1.708,86 e anual de R\$ 20.506,32, acrescendo-se em seu lugar o Gestão Educacional via Internet, no valor mensal de R\$ 1.708,86 e total de R\$ 20.506,32. Data da Assinatura: 02/03/2015.

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 – PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015 - PMP
Pregão Presencial nº 07/2015 - PMP Processo Licitatório nº 11/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE BOTIJÃO DE GÁS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC

Assinatura da Ata: 17/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A

Valor R\$ 61.300,00 (sessenta e um mil, trezentos reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site www.penha.sc.gov.br

Mário Guaracy de Souza

E.E Prefeito Municipal

AVISO DL01/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 15/2015 - PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2015 - PMP

Contrato: 31/2015 - PMP

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23, com sede na cidade de São José/SC, na Rua Romeu José Vieira, nº 90, Bloco B, 7º Andar, Nossa Senhora do Rosário.

Objeto: Prestação de serviço Postais e Telemáticos

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas Alterações.
Penha, 12 de março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e

DECRETO 2248

DECRETO Nº 2248/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 2734, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), conforme inciso I, art.11 da Lei Municipal nº 2734 de 10 de dezembro de 2014, para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento Operacional

Funcional: 15.451.0307

Projeto: Pavimentação de Vias

Fonte de Recursos: 0083 - Operações de Crédito

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 00.02.0083 Aplicações diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, art. 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2739, de 02 de março de 2015.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Daniele Schweger de Souza Lunge

Secretária da Administração

DECRETO 2266

DECRETO Nº 2266/ 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2734/2014 DE 10/12/2014.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2734 de 10/12/2014, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000/99 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins LucrativosR\$ 55.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000/101 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 10 de março de 2015.
MARIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO 2272

DECRETO Nº. 2272/2015.

“PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso das atribuições que lhe confere art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista as disposições do art. 451, da Lei Complementar nº 013, de 16 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º No exercício de 2015, os prazos de lançamento dos tributos especificados nos incisos deste artigo ficam prorrogados:

I - A partir do dia 15 de abril de 2014:

a) a taxa de fiscalização para funcionamento de estabelecimento (TFFE), prevista no art. 330 da Lei Complementar nº. 013, de 16 de novembro de 2009;

b) a taxa de vigilância sanitária para funcionamento de estabelecimentos, na hipótese do art. 357, IV, “a” da Lei Complementar 013, de 16 de novembro de 2009.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º ficam prorrogados os prazos de vencimento dos respectivos tributos, a saber:

I - após 15 (quinze) dias da data do lançamento, para os seguintes tributos:

a) taxa de fiscalização para funcionamento de estabelecimento para a hipótese prevista no art. 1º, inciso II, alínea b: e

b) taxa de vigilância sanitária para o funcionamento de estabelecimento para a hipótese prevista no art. 1º, inciso II, alínea c.

Art. 3º Aos contribuintes dos tributos cujos prazos de vencimento estão sujeitos à prorrogação nos termos do art. 2º são asseguradas as condições previstas na legislação para o pagamento à vista ou parcelado, inclusive quanto aos descontos concedidos para cada situação específica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Em 13 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 06/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 06/2015 - Pregão Presencial 03/2015.

Objeto: A aquisição de materiais e equipamentos hospitalares bem como aquisição equipamentos de informática para o Fundo Municipal de Saúde de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 13h:45min do dia 31/03/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h00min do dia 31/03/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC, 17 de Março de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO 16/2015 – INEXIGIBILIDADE 04/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 16/2015 - Inexigibilidade de Licitação 04/2015

Objeto: A contratação da Orquestra Continental, para animação do Baile da Escolha da Rainha/2015 no dia 20 de abril de 2015, no Centro de Formação, com apresentação de 4h30 início às 23h, incluso equipamentos de sonorização e iluminação. Dados do Contrato: Contrato nº 59/2015 / Contratado: ORQUESTRA CONTINENTAL DE SANTA CATARINA LTDA - ME - CNPJ: 14.265.132/0001-50 - Data Valor do Contrato: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais). Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 17/2015 – LEILÃO 01/2015

MUNICÍPIO DE PERITIBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES
PL 17/2015 LEILÃO Nº 01/2015

O Município de Peritiba/SC torna público, que fará realizar no dia 15/04/2015, às 09h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Frei Bonifácio nº. 63, Centro, em Peritiba/SC, Leilão Público pelo maior lance para alienação de BENS DO PATRIMÔNIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTI-ECONÔMICA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM. Cópia do Edital no site do município www.peritiba.sc.gov.br ou pelo e-mail compras@peritiba.sc.gov.br, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3453 1122.

Peritiba/SC, 17 de Março de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 22/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 03/2015, Pregão Presencial nº 02/2015.
Objeto: Contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Peritibense.
Dados do Contrato: Contrato nº 22/2015 FMS
Contratado: ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA ME
CNPJ: 17.650.831/0001-01
Data de vigência: 13/03/2015 até 31/12/2015.
Valor do Contrato: R\$ 12.000,00(Doze mil reais).

Município de Peritiba - SC em 13 de Março de 2015.
ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 56/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Licitação nº 05/2015, Pregão Presencial nº 04/2015
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 120/2014 para mais 90 (noventa dias) corridos.
Dados do Contrato: Contrato nº 56/2015 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 120/2014.
Contratado: OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA - ME.
CNPJ: 10.857.396/0001-41
Data de Vigência: 13/03/2015 até 13/06/2015.

Município de Peritiba - SC em 013 de Março de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 57/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Licitação nº 05/2015, Pregão Presencial nº 04/2015
Objeto: Constitui objeto do presente termo Aditivo contratual, aditar para o período de 16/03/2014 à 14/04/2015 um total de 63h, para inseminação de segunda-feira à sexta-feira das 09:00h às 12:00h.
Dados do Contrato: Contrato nº 57/2015 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 56/2014.
Contratado: SEVERINO VIEIRA.
CPF nº 538.432.319-15
Data de Vigência: 16/03/2015 até 14/04/2015.
Valor do aditivo: R\$ 882,00 (Oitocentos e oitenta e dois reais)

Município de Peritiba - SC em 13 de Março de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 58/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Objeto: Contratação de empresa para conclusão da obra (Mão de Obra) de construção de casa localizada na Rua Jovelino Poletto s/n, centro - Peritiba/SC conforme memorial descritivo e projeto.
Dados do Contrato: Contrato nº 58/2015.
Contratado: ANDRE LUIZ SULZBACH 02984893921.
CNPJ: 19.478.439/0001-52
Data de Vigência: 13/03/2015 até 12/06/2015.
Valor do contrato: R\$ 7.500,00 (Sete mil e Quinhentos reais).

Município de Peritiba - SC em 13 de Março de 2015.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1-2015

RESOLUÇÃO Nº 1-2015
"CRIA FUNÇÕES GRATIFICADAS NO PODER LEGISLATIVO"

Art. 1º A presente resolução cria Funções Gratificadas ao Quadro Efetivo da Câmara Municipal de Peritiba.

Art. 2º Ficam criadas as seguintes Funções Gratificadas (FG):
I - Encarregado de Patrimônio, Gerenciamento de Publicações e Acesso à Informação;
II - Encarregado de Tesouraria e Recursos Humanos;
III - Encarregado da Comissão de Licitações;
IV - Membro da Comissão de Licitações.

Art. 3º As remunerações das funções gratificadas e suas atribuições serão determinadas por Lei Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Peritiba/SC, 16 de março de 2015.
Gilberto Maciel
Presidente da Câmara Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 111, DE 10 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 111, DE 10 DE MARÇO DE 2015
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 02/2015, MODALIDADE CONVITE, E ADJUDICA O OBJETO LICITADO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 002/2015, modalidade CONVITE, e adjudica o objeto licitado, à empresa MECÂNICA ATLAS TLDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.547.601/0001-34, consistente em serviços mecânicos para conserto da caixa de câmbio do veículo Caminhão Caçamba, placa MCA 2514, marca Mercedes Benz, modelo 2423-k, ano 2003, de propriedade do Município, pelo preço global de R\$ 18.456,46 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 113, DE 11 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA AGENTE TEMPORÁRIO PARA A FUNÇÃO DE FARMACÊUTICA DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a Unidade de Saúde está sem profissional farmacêutico responsável pela Farmácia, haja vista pedido de exoneração da servidora efetiva;

Considerando a existência de concurso em andamento para o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, Edital nº 001/2015, cuja prova foi realizada no dia 1º de março de 2015;

Considerando que no último Processo Seletivo Simplificado nº 05/2014 não houve candidatos aprovados, o que levou à contratação emergencial via dispensa de licitação;

Considerando que a Farmácia da Unidade de Saúde não pode funcionar sem responsável técnico;

Considerando tratar-se de serviço imprescindível à saúde pública, o que configura situação de emergência;

Considerando o excepcional interesse público;

Considerando não haver tempo hábil para publicar ato de recrutamento de pessoal (Processo Seletivo);

Considerando o disposto no Parágrafo Único do Art. 3º da Lei Complementar nº 194, de 20 de dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em caráter excepcional e emergencial, TALITA MARIA DA ROSA, brasileira, Farmacêutica, inscrita no Conselho Federal de Farmácia, CRF/SC 12.894, para a função temporária de FARMACÊUTICA, lotada na Unidade Central de Saúde, com início das funções em 11/03/2015 e término em 11/06/2015, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, de segunda à sexta-feira, com vencimento de R\$ 2.263,48 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) mensais.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC 11 de março de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 98, DE 09 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 98, DE 09 DE MARÇO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 012/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado, à empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.198.164/0001-60, consistente na contratação de seguros para veículos e equipamentos da frota municipal, pelo preço total de R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 09 DE MARÇO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 029/2015

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Contrato nº 029/2015

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 029/2015

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Termo do Contrato nº 29/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, estado de Santa Catarina e a empresa AUTO MECÂNICA GERAL LTDA para conserto do veículo MJS 2652 da Secretaria Municipal de Saúde, que tange à vigência:

Onde se lê:

A CONTRATADA obriga-se a fornecer peças e mão de obra para conserto no veículo MJS 2652 da secretaria de Saúde, no valor de R\$ 1.540,00 (um mil quinhentos e quarenta reais)

Leia-se:

A CONTRATADA obriga-se a fornecer peças e mão de obra para conserto no veículo MJS 2652 da secretaria de Saúde, no valor de R\$ 1.840,00 (um mil oitocentos e quarenta reais)

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 17 de Março de 2015

CONTRATANTE

PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA

AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

Pomerode

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 275, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 275, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
ACRESCENTA O INCISO V AO ARTIGO 343, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o inciso V ao artigo nº 343, da Lei Complementar nº 75, de 12 de dezembro de 2001, que passa a ter a seguinte redação:

V- a construção de prédios de entidades hospitalares, sem fins lucrativos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 18 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE POMERODE PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074/2014 CONCORRÊNCIA N.º 002/2014 CONVOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
Pomerode/SC, 17 de Março de 2015.

MUNICÍPIO DE POMERODE
Processo Administrativo n.º 074/2014
Concorrência n.º 002/2014
CONVOCAÇÃO

Em 16/03/2015, sob Protocolo n.º 1278 a Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA apresentou tempestivamente recurso administrativo em face ao julgamento das propostas de preços, sendo desclassificada a proposta apresentada pela Empresa recorrente.

Assim, em conformidade com o disposto no item 17.4 do instrumento convocatório, ficam INTIMADAS as Empresas FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP, FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA, EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, SAL MARKETING E WEB LTDA ME e PENSO COMUNICAÇÃO LTDA, para querendo, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, iniciando a contagem em 19/03/2015 e com término em 25/03/2015, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

Sem mais para o momento.
Comissão Permanente de Licitações

ALCINO SIEWERT
Presidente da Comissão de Licitações

Ponte Serrada

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 027/2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA N.º 002/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Concorrência Pública Para Obras e Serviço de Engenharia objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, pavimentação com blocos de concreto (passeios) e sinalização viária em partes das Ruas Adão Tobias, Filinto Muller, João Bortolaci e Silvana Weiss Romani, localizadas neste município de acordo com o projeto executivo, parte integrante do edital, e com recursos oriundos da proposta transferência nº 6581, Programa de Transferência nº 2013000640- e Convênio 2014TR003536 - Pacto dos Municípios, Unidade Gestora- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios- FUNDAM, e de acordo com as condições estabelecidas no edital.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 23/04/2015.
Abertura: às 08h30min horas do dia 23/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: compras01@gmail.com.

Ponte Serrada, 17 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 334/2015

DECRETO Nº 334, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Ponte Serrada (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os membros a seguir identificados para compor a Comissão de Elaboração/Adequação do Plano Municipal de Educação do Município de Ponte Serrada:

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Maristela Salini Kleimpaul

Suplentes: Tailene Santor da Rosa

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Graziely Melania Acunha

Suplentes: Dilvani Balbinot

Representante do Poder Legislativo

Titular: Crhystian Cagliari

Suplentes: Edivan Antonio Panizzi

Representante dos Professores da Rede Municipal

Titular: Marli Lucia Bazzi Bonatto

Suplentes: Metilde Caricio Formigueri

Representantes dos Professores da Rede Estadual

Titular: Maria Elenice Branco

Suplentes: Edegar Alberto Karch
Representantes da GERED
Titular: Cleusa Brusamarello
Suplente: Jucela Regina Pinotti
Representantes dos Pais
Titular: Sandra Maria Vicensi Guerra
Suplentes: Denise Barbosa
Representantes da Educação Básica Municipal
Titular: Lizete de Martini Fachinello
Suplentes: Iradi Berte Fornari
Representantes das Escolas Básicas Estaduais
Titular: Flavio Alexandre Faggion
Suplentes: Nadia Terezinha Poletto
Representantes da Educação Infantil
Titular: Marly Ana Franzen
Suplentes: Dilce da Silva Cardori
Representantes da Educação Especial
Titular: Rosmeri Aparecida Vicensi
Suplentes: Tanara Fogaça Zatti
Representantes dos Estudantes do Ensino Superior
Titular: Dayane Silva Andrade de Oliveira
Suplentes: Eula Paula da Silva Rodrigues da Cruz
Representantes do Conselho Tutelar
Titular: Denilson Paulo Nardi
Suplentes: Marcelo Sandro Chibicheski
Representantes da Educação de Jovens e Adultos
Titular: Cleonice Máximo de Oliveira Feltrin
Suplentes: Cintia Todescatt Tussi
Art. 2º A atividade de membro da Comissão é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município.
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponte Serrada, 16 de março de 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito

EXTRATO 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 007/2015FMS PREGÃO PRESENCIAL
N.º 006/2015FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a aquisição de forma parcelada de lanches variados, destinados as atividades e programas promovidos pela secretaria municipal de saúde.
Esta licitação destina exclusivamente a participação de micro empresa e empresa de pequeno porte.
Recebimento de Envelopes: até as 13:50MIN do dia 01/04/2015.
Abertura: às 14h00min horas do dia 01/04/2015.
Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br , ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 17 de março de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 028/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a aquisição de forma parcelada de lanches variados, destinados as atividades e programas sociais promovidos pela secretaria municipal de assistência social.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 01/04/2015.
Abertura: às 08h00min horas do dia 01/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br , ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 17 de março de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto União**PREFEITURA****EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO 005/2015-EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 005/2015 - Educação

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 115/2014 - Educação

Partes: Município de Porto União e Pressotto Estruturas e Pré Mol-dados Ltda.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 02 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013, de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre a suspensão, por tempo indeterminado, dos trabalhos da Comissão Especial, instaurada pela Portaria nº 030, de 22 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, por tempo indeterminado, os trabalhos da Comissão Especial instaurada pela Portaria nº 030, de 22 de outubro de 2014, com a finalidade de revisar a Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, que Institui o Regime Jurídico Único para os Servidores Públicos do Município, das Fundações e Autarquias instituídas e mantidas pelo Município, estabelece Diretrizes Gerais para sua implantação, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 028/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 028/2015- Prefeitura

Pregão Presencial 015/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8666/93.

Porto União SC, 17 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****ADELINE SCHAFFER NAU - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 91/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELINE SCHAFFER NAU, portador(a) do CPF nº 046.938.749-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 91/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 91/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADELINE SCHAFFER NAU

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ADRIANA LEICHT PRUST - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LEICHT PRUST, portador(a) do CPF nº 039.889.389-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 183/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 183/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA LEICHT PRUST

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ADRIANA LIGIA DIAS TONON - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LIGIA DIAS TONON, portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ADRIANA LIGIA DIAS TONON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL, portador(a) do CPF nº 437.280.149-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 51/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 51/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALCIRIS DE OLIVEIRA ZABEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ALINE CRISTINA SCOZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALINE CRISTINA SCOZ, portador(a) do CPF nº 069.570.069-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 90/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 90/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTINA SCOZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 020.514.769-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 129/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANA CAROLINA MEES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 98/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA MEES, portador(a) do CPF nº 009.943.479-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 98/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 98/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA CAROLINA MEES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 87/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS, portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a),

celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 87/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 87/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA DIECKMANN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 58/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 58/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 58/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA MARTINS VARELA KUHL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA MARTINS VARELA KUHL, portador(a) do CPF nº 006.984.229-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 222/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 222/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA MARTINS VARELA KUHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA ROSA COSTA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 45/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA ROSA COSTA, portador(a) do CPF nº 048.614.649-94, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 45/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 45/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA ROSA COSTA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANDREZA DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 181/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 181/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANDREZA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANGELA APARECIDA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 69/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA SILVA, portador(a) do CPF nº 045.639.119-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 69/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 69/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANGELA APARECIDA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANTONIA ARAUJO DE LIMA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 96/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 96/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANTONIA ARAUJO DE LIMA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

AUCELY MARIA OTTO ROBERTI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 166/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUCELY MARIA OTTO ROBERTI, portador(a) do CPF nº 518.344.309-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 166/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 166/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

AUCELY MARIA OTTO ROBERTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN, portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 194/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 194/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BERNARDETE CANDIDO NUNES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNARDETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

BERNARDETE CANDIDO NUNES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BIANCA JANINE SCOZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ, portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 123/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

BIANCA JANINE SCOZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 119/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS, portador(a) do CPF nº 009.441.259-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 119/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 119/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA CRISTIANE ALVES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 62/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA CRISTIANE ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA FRANCYELE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 106/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARLA HOEPERS EZIDIO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 83/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA HOEPERS EZIDIO, portador(a) do CPF nº 045.214.439-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 83/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 83/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARLA HOEPERS EZIDIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CAROLINE FRIEDEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 72/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL, portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 72/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 72/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CAROLINE FRIEDEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CINTIA LUSIA BATISTI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 114/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CINTIA SCHREIBER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 243/2015, firmado em 18/02/2015, com término previsto para 18/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA SCHREIBER, portador(a) do CPF nº 034.086.749-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 243/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 243/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/03/2015 e encerrando-se em 20/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 17/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CINTIA SCHREIBER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS, portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 118/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 60/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, portador(a) do CPF nº 674.983.889-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 60/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 60/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CLAUDINEIA TABARELLI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDINEIA TABARELLI, portador(a) do CPF nº 053.747.899-02, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 232/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLAUDINEIA TABARELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES, portador(a) do CPF nº 936.732.809-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CRISTIANE ODERDENGHE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 213/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE ODERDENGHE, portador(a) do CPF nº 038.345.369-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 213/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 213/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CRISTIANE ODERDENGHE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 67/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER, portador(a) do CPF nº 040.772.519-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 67/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 67/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 30/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CRISTIANI BECKER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER, portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 214/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CRISTIANI BECKER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA, portador(a) do CPF nº 042.144.009-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 201/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 201/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DAIANA RAMOS DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA RAMOS DA SILVA, portador(a) do CPF nº 046.711.619-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 191/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 191/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DAIANA RAMOS DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DAIANE GOEDERT DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 64/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE GOEDERT DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 066.195.789-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 64/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 64/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DAIANE GOEDERT DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DALILA STANGE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DALILA STANGE, portador(a) do CPF nº 086.166.419-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 84/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 84/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DALILA STANGE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA, portador(a) do CPF nº 016.914.199-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 179/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 18/03/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DANIELA PAUL PARMA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL PARMA, portador(a) do CPF nº 053.459.459-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 102/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DANIELA PAUL PARMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO, portador(a) do CPF nº 069.218.909-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DANIELE KARINA KREUSCH SCHAPPO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER, portador(a) do CPF nº 009.639.239-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 233/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 233/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DANUBIA GONZAGA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA GONZAGA, portador(a) do CPF nº 007.762.399-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 140/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DANUBIA GONZAGA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA, portador(a) do CPF nº 067.407.349-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 197/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 197/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI ROCHA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DARIANE BECKER DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARIANE BECKER DA SILVA, portador(a) do CPF nº 064.337.789-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DARIANE BECKER DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DEBORA COMIATTO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA COMIATTO, portador(a) do CPF nº 792.102.609-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DEBORA COMIATTO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4569, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4569, de 27 de fevereiro de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 06/2015 - FMS”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 06/2015 - FMS, de 13.02.15, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
Art. 1º-	- MARIA LUCIA ANDRÉ.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
27 de fevereiro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4569/2015

CARTA CONVITE Nº 06/2015 - FMS, de 13.02.15.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL-SC

Empresas Convidadas:

- MARIA LUCIA ANDRÉ;
- ALEXANDRE LAURINDO DA SILVA;
- AUDIMAR SCHLATTER.

Decisão: Pelo critério de menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- MARIA LUCIA ANDRÉ.

DECRETO Nº 4570, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4570, de 27 de fevereiro de 2015.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - SMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.
DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 05/2015 - SMS, de 13.02.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- POSTO CENTRO;
- POSTO R4 LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
27 de fevereiro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul.

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4570/2015

Pregão Presencial nº 05/2015 - SMS, de 13.02.2015.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SC

Participantes:

- POSTO CENTRO;
- POSTO R4 LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- POSTO CENTRO;
- POSTO R4 LTDA.

DECRETO Nº 4571, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4571, de 27 de fevereiro de 2015.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.
DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Eletrônico nº 03/2015-FMS, de 03.02.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME;
- NUTRI SC COMERCIO DE ALI MENTOS LTDA - ME;
- SALVI LOPES & CIA LTDA - ME;
- TREZE COMERCIAL LTDA - ME.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
27 de fevereiro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4571/2015
Pregão Eletrônico nº 03/2015 - FMS, de 03.02.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E COZINHA PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

- TREZE COMERCIAL LTDA - ME;
- SALVI LOPES & CIA LTDA - ME;
- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME;
- VENER PEREIRA DE SOUZA;
- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP (MATRIZ);
- ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO - ME;
- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME;
- DANNA COMERCIAL EIRELI - ME;
- CAURE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME;
- NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME;
- SALVI LOPES & CIA LTDA - ME;
- TREZE COMERCIAL LTDA - ME.

DECRETO Nº 4577, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4577, de 04 de março de 2015.

"RETIFICA ATO DE EXPRESSO NO DECRETO Nº. 2701 DE 25 DE JUNHO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO DA SRA. MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o contido no procedimento denominado "Audiência", parte integrante do processo APE-12/00365256 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que ao analisar o pedido de homologação da aposentadoria da Sra. Maria de Lourdes Tonon Tillmann, determinou a correção do CPF da servidora conforme especificado no item 3.1.2 do relatório DAP - 490/2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica corrigido a partir desta data o Art. 1º do Decreto nº. 2701, de 25/06/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida Aposentadoria por Tempo de Contribuição - Especial de Magistério a Sra. MARIA DE LOURDES TONON TILLMANN, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.039.609-8 e CPF nº 498.410.259-49 domiciliada e residente na Rua Trombudo Central, 400, Bairro Budag, em Rio do Sul/SC, no cargo de Professora, nível 3/C, matrícula nº. 5401/05 com proventos integrais e adicional de 14%, com paridade, a partir de 1º de julho de 2012.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4579, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4579, de 06 de março de 2015.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação nº 022/2015 de 26.02.2015.
	Parágrafo único – CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

06 de março de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4580, DE 06 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 4580, de 06 de março de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
3.3.50.00			
01010000	Recursos Educação	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4581, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4581, de 06 de março de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária n.º 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 361.119,28 (trezentos e sessenta e um mil, cento e dezenove reais e vinte e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA		
2.051	Manutenção do FUNREBOM		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03800022	FUNREBOM – Exercícios Anteriores	R\$	361.119,28
	TOTAL	R\$	361.119,28

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4582, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4582, de 06 de março de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11 da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.04	PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.073	Piso de Alta Complexidade		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos		
01355450	Transferências SUAS - União	R\$	120.000,00
	TOTAL	R\$	120.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.04	PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.073	Piso de Alta Complexidade		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01355450	Transferências SUAS - União	R\$	120.000,00
	TOTAL	R\$	120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4583, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4583, de 06 de março de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 57.491,25 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
-------	---------------------------------------	--	--

50.04	PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.073	Piso de Alta Complexidade		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos		
03355450	Transferências SUAS - União	R\$	57.491,25
	TOTAL	R\$	57.491,25

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4584, DE 09 MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4584, de 09 de março de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Agricultura conforme segue:

O Veículo FIAT (Ducato Mult. Jaedi T) - Cor Branca - Placa MDF 155 - Frota 270 - Chassi nº 93W245H3362007459 - Ano 2006/2006 - Renavam nº 890387737 - Patrimônio nº 9729, da Fundação Municipal de Desporto, pelo prazo determinado entre: 10 de março à 12 de março de 2015. O referido veículo poderá retornar a da Fundação Municipal de Desporto, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4586, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4586, de 11 de março de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Educação o veículo, conforme segue:

O Veículo VW Gol - Placa MIP 4475 - Cor Branca - Frota 350 - Chassi nº 9BWAA05U2CT053031- Ano 2011/2012 - Renavam nº 336982267- Patrimônio nº 19684, da Secretaria Municipal de Agricultura, pelo prazo determinado entre: 10 de Março a 31 de Maio de 2015. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Agricultura, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4587, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4587, de 12 de março de 2015.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.559, de 12 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 819.800,00 (oitocentos e noventa mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	819.800,00
	TOTAL	R\$	819.800,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 819.800,00 (oitocentos e noventa mil e oitocentos reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	409.900,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	409.900,00
	TOTAL	R\$	819.800,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
12 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4588, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4588, de 12 de março de 2015.
"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014 e da Lei nº 5.560, de 12 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.480,00
	TOTAL	R\$	30.480,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transf. a Consórcios Públicos Med. Contr. Rateio		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.480,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.500,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		

4.4.00.00	Investimento		
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.500,00
	TOTAL	R\$	30.480,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
12 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4591, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4591, de 12 de março de 2015.
"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA AGRO REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.201/2005

DECRETO:

Art. 1º - Fica concedido à empresa, AGRO REAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, CNPJ-07.359.609/0001-09, sito a rua Dos Vereadores, s/nº, bairro Itoupava (distante 2700 metros da BR-470, no município de Rio do Sul, com cadastro imobiliário nº 12886, cadastro econômico nº 48701, matrícula no Registro de Imóveis sob nº 4599, com base no deferimento da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do protocolo nº 152231/2015, incentivo econômico com base no §3 do art. 5º,º da Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

- 10horas -máquina.
- 50m3-aterro

Art.2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art.3º -	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
12 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

DECRETO Nº 4594, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4594, de 13 de março de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 258.781,38 (duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.535/2014, visando as suplementações das seguintes dotações orçamentárias:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.127	Programa Brasil Carinhoso		
3.3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03379900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	R\$	58.781,38
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03379900	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	258.781,38

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DIOMIR ODILON GARBIN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 65/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIOMIR ODILON GARBIN, portador(a) do CPF nº 528.673.749-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 65/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 65/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DIOMIR ODILON GARBIN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS, portador(a) do CPF nº 543.186.539-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 192/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 192/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDA TEREZINHA LOSI DE JESUS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDINEIA ROHLING NEUMANN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDINEIA ROHLING NEUMANN, portador(a) do CPF nº 048.941.309-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDINEIA ROHLING NEUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDNA KOCH SCHOWAMBACH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 149/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 149/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDNA KOCH SCHOWAMBACH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDNA SOARES GUTZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA SOARES GUTZ, portador(a) do CPF nº 028.172.109-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 187/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 187/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EDNA SOARES GUTZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EIME DAS GRACAS DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRACAS DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 120/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EIME DAS GRACAS DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ELAINE HAVERROTH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE HAVERROTH, portador(a) do CPF nº 052.371.839-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELAINE HAVERROTH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ELENICE DE JESUS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS, portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 23/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELENICE DE JESUS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 173/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ELIETE LESSA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 235/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 235/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 235/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIETE LESSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 196/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL DOLSAN, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 196/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 196/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

EMANUELLA MURIEL CUNHA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EMANUELLA MURIEL CUNHA, portador(a) do CPF nº 070.901.549-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 210/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

EMANUELLA MURIEL CUNHA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FABIANA THOLL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL, portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 145/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABIANA THOLL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FABRICIA APARECIDA HINCKEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIA APARECIDA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 047.274.769-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 162/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 162/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FABRICIA APARECIDA HINCKEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FERNANDA VIEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FERNANDA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 044.550.679-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 216/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FERNANDA VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.382.499-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 186/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 186/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 008.744.809-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI, portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 110/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GRASIELE MARIA FREITAS KOEPP - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 46/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRASIELE MARIA FREITAS KOEPP, portador(a) do CPF nº 056.599.849-83, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 46/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 46/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 19/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GRASIELE MARIA FREITAS KOEPP
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GRAZIELE CRISTINA GORAL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE CRISTINA GORAL, portador(a) do CPF nº 038.086.059-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 134/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

GRAZIELE CRISTINA GORAL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GRAZIELE INARA CARDOSO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE INARA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 091.394.499-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 150/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

GRAZIELE INARA CARDOSO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA, portador(a) do CPF nº 039.440.049-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 70/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 70/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GREICIELE FABIANA PEREIRA JUSTE DE LARA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GUILHERME PASSERO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 42/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GUILHERME PASSERO, portador(a) do CPF nº 052.647.349-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 42/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 42/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/02/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GUILHERME PASSERO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

HIGO INACIO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 39/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HIGO INACIO, portador(a) do CPF nº 028.814.449-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 39/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 39/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

HIGO INACIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

INARA CRISTINA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 209/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INARA CRISTINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 076.342.639-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 209/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 209/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

INARA CRISTINA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

INES FORNARA DALL OGLIO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) INES FORNARA DALL OGLIO, portador(a) do CPF nº 824.284.099-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 218/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 218/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 04/05/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

INES FORNARA DALL OGLIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

IRIA JANAISA MUTSCHLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 109/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IRIA JANAISA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 070.636.649-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 109/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 109/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IRIA JANAISA MUTSCHLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ISABEL SCHRAMM BRITO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ISABEL SCHRAMM BRITO, portador(a) do CPF nº 569.413.159-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 100/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 22/05/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ISABEL SCHRAMM BRITO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

IVANIO CARLOS DE MEDEIROS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIO CARLOS DE MEDEIROS, portador(a) do CPF nº 014.551.589-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 30/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVANIO CARLOS DE MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

IVONE INES SAWICKI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE INES SAWICKI, portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 80/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVONE INES SAWICKI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

IVONETE DO PRADO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE DO PRADO, portador(a) do CPF nº 128.297.838-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVONETE DO PRADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JAMILE DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 79/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 79/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 79/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JAMILE DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANAINA APARECIDA DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 185/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 185/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANAINA APARECIDA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANAINA APARECIDA MERINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA MERINI, portador(a) do CPF nº 041.879.999-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 159/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 159/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANAINA APARECIDA MERINI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANAINA SENS EICHHOLZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 184/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/02/2015 e encerrando-se em 22/05/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANAINA SENS EICHHOLZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANARA DAIANE BRUSQUE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANARA DAIANE BRUSQUE, portador(a) do CPF nº 065.087.869-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 199/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 199/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANARA DAIANE BRUSQUE
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JANE PEREIRA MAGNANI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI, portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 74/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 74/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANE PEREIRA MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE ANA BUZZI POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 581.736.339-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 160/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANETE SCHUTZ WEISS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE SCHUTZ WEISS, portador(a) do CPF nº 053.652.689-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 152/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANETE SCHUTZ WEISS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANIA CARLA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER, portador(a) do CPF nº 082.144.079-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 156/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 156/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JANINE CLARA MARHOLD FREIBERGER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 082.962.939-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 03/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JAQUELINE JANAINA VARGAS ZUCATELLI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE JANAINA VARGAS ZUCATELLI, portador(a) do CPF nº 055.622.549-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE JANAINA VARGAS ZUCATELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 227/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU, portador(a) do CPF nº 733.734.009-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 227/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 227/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABREU

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JEANE FERREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE FERREIRA, portador(a) do CPF nº 043.207.779-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JEANE FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JERUSA SCHIOCHET - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 77/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUSA SCHIOCHET, portador(a) do CPF nº 004.144.349-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 77/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 77/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JERUSA SCHIOCHET
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JESSICA MARTINS HOLDORF - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, portador(a) do CPF nº 078.803.269-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 158/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 158/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JESSICA MARTINS HOLDORF
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JOANES MONTIBELLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 73/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOANES MONTIBELLER, portador(a) do CPF nº 051.043.229-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 73/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 73/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JOANES MONTIBELLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 180/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 180/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK, portador(a) do CPF nº 040.302.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 147/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JULIANA BLUNING - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA BLUNING, portador(a) do CPF nº 048.271.349-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 95/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA BLUNING
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JULIANA FELICIANO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 182/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA FELICIANO, portador(a) do CPF nº 027.902.199-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 182/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 182/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA FELICIANO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA KURTZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 128/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA KURTZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 234/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JULIANA MAZZINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 78/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MAZZINI, portador(a) do CPF nº 065.841.409-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 78/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 78/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JULIANA MAZZINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JULIANA MORETTI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MORETTI, portador(a) do CPF nº 051.614.689-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 204/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 204/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA MORETTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA NASARIO SPINDOLA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NASARIO SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 007.577.519-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 169/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 169/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JULIANA NASARIO SPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ, portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JUSSIARA HOEGEN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 035.099.009-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 111/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

JUSSIARA HOEGEN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KALLANI DIONA MULLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KALLANI DIONA MULLER, portador(a) do CPF nº 059.849.539-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 172/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KALLANI DIONA MULLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER, portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 137/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KELI CARLA RIBEIRO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 153/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

KELI CARLA RIBEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 36/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH, portador(a) do CPF nº 041.030.269-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 36/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 36/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KELLEN FIGUEIREDO WALTRICH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KETRIN BOSCO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO, portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KETRIN BOSCO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

KÉROLIN DUANE BILK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KÉROLIN DUANE BILK, portador(a) do CPF nº 039.827.239-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 195/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 195/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

KÉROLIN DUANE BILK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LAISE VERSINO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 99/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LAISE VERSINO, portador(a) do CPF nº 069.052.669-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 99/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 99/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LAISE VERSINO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.557

LEI Nº 5.557, de 15 de janeiro de 2015.

“Denomina Cuniberto Guse a rua sem denominação localizada no Bairro Bela Aliança.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica denominada “Cuniberto Guse” a rua sem denominação que inicia na Estrada Blumenau, medindo 47,46 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no Bairro Bela Aliança, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
03 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.559

LEI Nº 5.559, de 12 de março de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 819.800,00 (oitocentos e dezenove mil e oitocentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	819.800,00
	TOTAL	R\$	819.800,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 819.800,00 (oitocentos e dezenove mil e oitocentos reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.029	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	409.900,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01360000	Salário Educação	R\$	409.900,00
	TOTAL	R\$	819.800,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
----------	---

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
12 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.560

LEI Nº 5.560, de 12 de março de 2015.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.480,00
	TOTAL	R\$	30.480,00

Art. 2º-	Em contrapartida a suplementação constante no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância de R\$ 30.480,00 (trinta mil, quatrocentos e oitenta reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	--

06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
06.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO		
2.071	Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - Ciga		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.71.00	Transf. a Consórcios Públicos Med. Contr. Rateio		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	12.480,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	14.500,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.500,00
	TOTAL	R\$	30.480,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
12 de março de 2015
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUCIANA DE MATOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DE MATOS, portador(a) do CPF nº 009.522.329-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 101/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LUCIANA DE MATOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MARA BARBOSA PASSING, portador(a) do CPF nº 006.059.039-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LUCIANA MARA BARBOSA PASSING
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIARA JULIA AVI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIARA JULIA AVI, portador(a) do CPF nº 007.405.149-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 198/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 198/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LUCIARA JULIA AVI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIENE BARTH ERRATH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH, portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 171/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 171/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LUCIENE BARTH ERRATH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MAGALI CRISTINA SCHON - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAGALI CRISTINA SCHON, portador(a) do CPF nº 006.547.999-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MAGALI CRISTINA SCHON
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA, portador(a) do CPF nº 032.455.699-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 40/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 40/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 54/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 864.633.579-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 54/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 54/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 833.570.689-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 175/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 175/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARGARET APARECIDA CARVALHO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARET APARECIDA CARVALHO, portador(a) do CPF nº 579.323.529-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 41/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 41/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARGARET APARECIDA CARVALHO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 007.869.309-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 93/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARIA BERNADETE BACK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 48/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA BERNADETE BACK, portador(a) do CPF nº 725.496.299-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 48/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 48/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA BERNADETE BACK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN, portador(a) do CPF nº 797.597.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 203/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 226/2015, firmado em 05/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 226/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 226/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARILISE SCHWARTZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ, portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 151/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARILISE SCHWARTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARILSE RAMOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILSE RAMOS, portador(a) do CPF nº 037.396.989-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARILSE RAMOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARISTELA COELHO KLAUMANN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISTELA COELHO KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 701.350.889-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 170/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARISTELA COELHO KLAUMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 544.968.610-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 154/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 154/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI, portador(a) do CPF nº 400.253.659-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 61/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLENE TEREZINHA TRIDAPALLI DEMARCHI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLI DE ANDRADE DANKER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI DE ANDRADE DANKER, portador(a) do CPF nº 920.656.949-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 206/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 206/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARLI DE ANDRADE DANKER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLI MAKOSKI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 71/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI MAKOSKI, portador(a) do CPF nº 704.018.610-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 71/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 71/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARLI MAKOSKI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLI TATIANE KANTOVICK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TATIANE KANTOVICK, portador(a) do CPF nº 047.445.329-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARLI TATIANE KANTOVICK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARY LEIDE KAMMER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARY LEIDE KAMMER, portador(a) do CPF nº 036.883.719-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 174/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 174/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARY LEIDE KAMMER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MONIQUE NOVAK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2015, firmado em 13/02/2015, com término previsto para 17/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONIQUE NOVAK, portador(a) do CPF nº 075.114.879-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 16/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MONIQUE NOVAK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

MYRIAN HOLLER KNAESEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL, portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 136/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MYRIAN HOLLER KNAESEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NACA CLAUDINO DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 056.369.549-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 133/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NACA CLAUDINO DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NAIARA DE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIARA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 065.205.809-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 207/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 207/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NAIARA DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NAIR CAMARGO GIEHL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 75/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIR CAMARGO GIEHL, portador(a) do CPF nº 563.158.219-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 75/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 75/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NAIR CAMARGO GIEHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

NATANAEL COSTA SPINDOLA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 68/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NATANAEL COSTA SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 988.587.939-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 68/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 68/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NATANAEL COSTA SPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NEIVA WEISS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 115/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NEIVA WEISS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NOELI STEINHEUSER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI STEINHEUSER, portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

NOELI STEINHEUSER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PATRICIA SOARES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA SOARES, portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 66/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

PATRICIA SOARES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA SOARES, portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 66/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PATRICIA STUPP - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA STUPP, portador(a) do CPF nº 053.473.469-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 113/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PATRICIA STUPP
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 0188/RH

PORTARIA Nº 0188/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal ☐ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 23/02/2015 até 08/05/2015, a servidora municipal MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO CUNHA WEISE, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0189/RH

PORTARIA Nº 0189/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 03/03/2015 até 16/04/2015, a servidora municipal LIGIA HELENA NASCHENVENG MOLINARI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0190/RH

PORTARIA Nº 0190/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 05/03/2015 até 02/06/2015, a servidora municipal SIMONE GAUCHE, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0191/RH

PORTARIA Nº 0191/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 04/03/2015 até 02/05/2015, a servidora municipal FERNANDA KRIESER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de março de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0140/RH

PORTARIA N. 0140/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora CELESTE OELKE SCHAEFER, matrícula n. 107401, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2004 a 2007, com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2015, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0141/RH

PORTARIA N. 0141/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora DILMA MOHR RONCHI, matrícula n. 476601, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de serviços Gerais Feminino, a quarta Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao triênio de 2004 a 2007, com fundamento ao disposto no Art. 35 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010 c/c o Art. 59, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, Art. 6º, § 2º, do Decreto nº 399 de 05 de outubro de 2004.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2015, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0142/RH

PORTARIA N. 0142/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Progressão Funcional, mediante aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação à servidora VIVIANA DE OLIVEIRA BURIGO, matrícula n. 3301403, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento classe "B", com fundamento ao disposto no Art. 12 "A", da Lei Complementar nº 159/2006, que altera o Art. 12, da Lei Complementar nº 075/2001, alterado pelo Art. 9º, da Lei Complementar nº 109/2003 e Decreto nº 446/2004.

Art.2º. Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional serão devidos a partir de 01 de janeiro de 2015, conforme o disposto no Art. 10º do Decreto n.º 446/ 2004.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de fevereiro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0194/RH

PORTARIA N. 0194/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonera, a partir de 02/03/2015, a servidora ROSA FERREIRA DE MATOS, matrícula n. 2024907, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor (40h), da função gratificada de Diretora da Unidade Educacional de Extra Porte - Centro de Educação Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, nos termos do Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0195/RH

PORTARIA N. 0195/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, a partir de 04/03/2015 o servidor MARCELO FRANCISCO SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar na Função de Coordenação de Unidade Educacional de "Extra Porte" da Rede Pública Municipal - Escola Modelo Arvino Walter Gaertner. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 20% do seu vencimento base, nos termos do §7º do Art. 10 da Lei Complementar nº 075, de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0196/RH

PORTARIA N. 0196/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, para a partir de 02/03/2015, a servidora VERA LUCI ROVEDA, matrícula n. 207001, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal - Centro de Educação Infantil Professora Belmarli da Silva. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0197/RH

PORTARIA N. 0197/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Designar, no período de 12/01/2015 a 21/01/2015, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal LUCIMERI BERNARDES DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, para exercer as atribuições do cargo de Guarda Municipal Inspetor do Gabinete do Prefeito, durante o impedimento do titular por motivo de Férias. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Guarda Municipal Inspetor, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0199/RH

PORTARIA N. 0199/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer os procedimentos de Execução Orçamentária para todos os Fundos e Fundações do Município de Rio do Sul, devendo:

- a) Até o dia 10 de cada mês, o Departamento de Contabilidade procederá o encerramento mensal para atender as demandas legais e legislações vigentes;
- b) Para que isso ocorra, todos devem ter concluído o empenhamento, as liquidações e os pagamentos, bem como, as conciliações bancárias do mês anterior até a data citada na alínea anterior.

Parágrafo único - É de responsabilidade de cada Fundo ou Fundação encaminhar à Contabilidade até o último dia útil do mês subsequente ao encerramento o movimento mensal composto por: Balancete Financeiro Resumido, Anexo 2 - Despesa por Categoria Econômica (elemento), Anexo 6 - Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título, Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, Anexo 08 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada e as conciliações bancárias. Estes documentos farão parte do Volume 1 que é obrigatório todos manterem nas suas unidades e devidamente assinado pelos responsáveis (contador e gestor).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dmm

**PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA -
1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 212/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 212/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 212/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA, portador(a) do CPF nº 852.361.879-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 43/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

REGINA DUMKE VERLICK - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

REGINA DUMKE VERLICK
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DE ADITIVO 015/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 015/2015 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 164/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS DA RUA MAFALDA LINGNER PORTO, BAIRRO PROGRESSO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA LZK CONSTRUTORA LTDA.

Aos treze (13) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA., estabelecida na Rod. BR 470,

km 191, Serra Ilhéus, no município de Pouso Redondo/SC, CEP 89.172-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Fernando Lazarek, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 105/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 164, datado de 28 de agosto de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 57 (cinquenta e sete) dias, com o seu término em 11 de abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

LZK CONSTRUTORA LTDA

Fernando Lazarek

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO CONTRATO 019/2015

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 019/2015

Dispensa de Licitações

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Valor: R\$ 24.782,80 (vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos)

Prazo de Execução: 23 de fevereiro de dois mil e quinze à trinta e um de dezembro de dois mil e quinze

Condições de Pagamento: mediante emissão de boleto bancário

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 23 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RITA RASSWEILER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2015, firmado em 19/02/2015, com término previsto para 23/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RITA RASSWEILER, portador(a) do CPF nº 007.474.279-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 244/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 244/2015, iniciando-se a prorrogação em 24/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 20/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

RITA RASSWEILER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROBERTA PATRICIA NEUHAUS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA PATRICIA NEUHAUS, portador(a) do CPF nº 010.159.499-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 103/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROBERTA PATRICIA NEUHAUS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSELETE AURORA MARHOLD - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELETE AURORA MARHOLD, portador(a) do CPF nº 383.844.779-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 193/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSELETE AURORA MARHOLD
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI, portador(a) do CPF nº 687.812.299-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 138/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSELITA MARIA SEBOLD - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELITA MARIA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 163/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSELITA MARIA SEBOLD
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSEMERY LEHMKUL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMERY LEHMKUHL, portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 221/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 30/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSEMERY LEHMKUHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA - 10º TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, firmado em 19/08/2013, com término previsto para 31/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA, portador(a) do CPF nº 062.943.509-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 285/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 285/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSENI APARECIDA GONÇALVES FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSILENE DUMKE PETRI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 76/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSILENE DUMKE PETRI, portador(a) do CPF nº 053.777.089-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 76/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 76/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSILENE DUMKE PETRI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, portador(a) do CPF nº 928.659.849-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 44/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 44/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSINHA SOARES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINHA SOARES, portador(a) do CPF nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 190/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 190/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSINHA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RUBIANA MUTSCHLER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 165/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

RUBIANA MUTSCHLER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SABRINA KNOPF - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA KNOPF, portador(a) do CPF nº 085.776.119-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 188/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 188/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SABRINA KNOPF
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SALETE MACHADO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2015, firmado em 11/02/2015, com término previsto para 11/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETE MACHADO, portador(a) do CPF nº 654.745.039-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 236/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 236/2015, iniciando-se a prorrogação em 12/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 10/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SALETE MACHADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SALETI ALVES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETI ALVES, portador(a) do CPF nº 052.589.249-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 161/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SALETI ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SAMARA NASATO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMARA NASATO, portador(a) do CPF nº 843.799.529-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 86/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 30/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SAMARA NASATO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 189/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR, portador(a) do CPF nº 005.346.739-61, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 189/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 189/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SAMUEL ARBEGAUS JUNIOR
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANDRA MARIA SESTREN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 57/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA MARIA SESTREN, portador(a) do CPF nº 701.346.269-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 57/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 57/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA MARIA SESTREN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SANDRA REGINA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 05/05/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 732.617.699-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 49/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 49/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SANTILIA DOS ANJOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS, portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 116/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SANTILIA DOS ANJOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER, portador(a) do CPF nº 028.364.909-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SCHIRLEY MARILEIA BELL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 53/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHIRLEY MARILEIA BELL, portador(a) do CPF nº 440.170.579-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 53/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 53/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SCHIRLEY MARILEIA BELL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SIDIANE LAURETE KNEIDL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 52/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL, portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 52/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 52/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SIDIANE LAURETE KNEIDL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SILVANA DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 040.500.529-62, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SILVANA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SIMONE APARECIDA MENDES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 92/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE APARECIDA MENDES, portador(a) do CPF nº 072.612.349-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 92/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 92/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SIMONE APARECIDA MENDES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SINTIA LUCIANO RUCKERT - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO RUCKERT, portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 117/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SINTIA LUCIANO RUCKERT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 141/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SONIA PEREIRA SCHIMITT - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA PEREIRA SCHIMITT, portador(a) do CPF nº 896.477.699-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 202/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 202/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SONIA PEREIRA SCHIMITT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SULAMITA BATISTA CORREA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SULAMITA BATISTA CORREA, portador(a) do CPF nº 086.094.239-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 220/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SULAMITA BATISTA CORREA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER, portador(a) do CPF nº 053.732.879-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 178/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TAISE BUSARELLO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE BUSARELLO, portador(a) do CPF nº 010.163.499-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 121/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAISE BUSARELLO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TALITA HARBS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 94/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TALITA HARBS, portador(a) do CPF nº 042.141.039-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 94/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 94/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TALITA HARBS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TANIA REGINA FERREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 55/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TANIA REGINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 963.979.699-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 55/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 55/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TANIA REGINA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 104/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - DIEGO JOSE CAETANO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIEGO JOSE CAETANO com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- GEOGRAFIA, 40 HORAS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - CATIE TEREZINHA CORREA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CATIE TEREZINHA CORREA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - DEISE DE PINHO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DEISE DE PINHO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - MARLIZE SPLITTER

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARLIZE SPLITTER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que

deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - MAYCKA APARECIDA CAETANO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MAYCKA APARECIDA CAETANO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

THAINÁ LUANA DA ROSA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) THAINÁ LUANA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 069.729.459-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 176/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 176/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

THAINÁ LUANA DA ROSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

THIAGO AIRTON PEREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 34/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) THIAGO AIRTON PEREIRA, portador(a) do CPF nº 054.307.079-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 34/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 34/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

THIAGO AIRTON PEREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI, portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 167/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VALQUIRIA CLASEN MOHR - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALQUIRIA CLASEN MOHR, portador(a) do CPF nº 041.392.859-40, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 157/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 157/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VALQUIRIA CLASEN MOHR
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VANESSA DA ROCHA KOFAHL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA DA ROCHA KOFAHL, portador(a) do CPF nº 008.974.759-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 107/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA DA ROCHA KOFAHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VANESSA GUILZ MARCONSINI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA GUILZ MARCONSINI, portador(a) do CPF nº 069.306.689-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 56/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA GUILZ MARCONSINI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 85/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ, portador(a) do CPF nº 047.200.949-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 85/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 85/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 807.878.279-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 459.209.749-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VIVIANE EGER BITTENCOURT - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 82/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE EGER BITTENCOURT, portador(a) do CPF nº 045.001.369-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 82/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 82/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VIVIANE EGER BITTENCOURT
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

VIVIANE HAVEROTH - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2015, firmado em 02/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE HAVEROTH, portador(a) do CPF nº 035.927.799-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 200/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 200/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VIVIANE HAVEROTH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VIVIANE VIEIRA POSSAMAI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 33/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE VIEIRA POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 941.974.409-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 33/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 33/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ZENILDE FRAINER MACHADO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2015, firmado em 04/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZENILDE FRAINER MACHADO, portador(a) do CPF nº 304.504.899-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 224/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 224/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZENILDE FRAINER MACHADO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ZILMA KLOPPPEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPPEL, portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 97/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 97/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 30/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZILMA KLOPPPEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ZONEIDE DE SOUZA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 105/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 105/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 105/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZONEIDE DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO TOMADA DE PREÇO 01/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 06/2015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, por determinação do Sr. Jefferson Alexandre Vieira, Presidente da Câmara, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará TOMADA DE PREÇO, na data de 02 de abril do ano de 2015, às 13h, de interessados em prestar os serviços de geração e transmissão das sessões plenárias da câmara municipal de rio do sul, ordinárias, solenes e ordinárias com solenidade e espaços televisivos do Poder Legislativo, conforme as condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07h30min às 12h00min no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.
JEFFERSON ALEXANDRE VIEIRA
Presidente

PORTARIA Nº 827

PORTARIA Nº 827, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Câmara de Vereadores de Rio do Sul

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Rio do Sul, no período ordinário, compreendido entre 1º de fevereiro e 15 de dezembro de cada ano, terá seu funcionamento da seguinte forma:

I - Segunda-feira, das 7:30 horas às 22 horas, divididos em 3 turnos de trabalho;

II - Terça-feira, das 7:30 horas às 15 horas, divididos em 2 turnos de trabalho;

III - Quarta-feira à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas, em turno único.

§1º A carga horária dos servidores, divididos em turnos de trabalho, será de 30 horas semanais, em períodos diários de 6 horas.

§2º Os turnos de trabalho dos servidores será definida em Portaria específica.

Art. 2º No período de recesso, compreendido entre 16 de dezembro de um ano a 31 de janeiro do ano seguinte, a Câmara terá seu funcionamento em turno único, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:30 horas.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor em 6 de abril do corrente ano.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 715, de 30 de abril de 2013.

Rio do Sul, 17 de março de 2015.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015 FMS**

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015 FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus para a frota da Secretaria de Saúde.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DE PROPOSTAS: 30/03/2015 às 08:30
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 31/03/2015 às 08:30

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações
ÁREA REQUISITANTE: Setor de Transportes

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

186 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas
189 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
195 - Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia- União
202 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas - União
206 - Blmac - Samu - União
236 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica - União
245 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária
251 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids - União
255 - Blvgs - Vigilância Sanitária - União
263 - Blmac - Caps - União

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2015
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 13/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de tubos de concreto.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 30/03/2015 até as 09h00min.

Abertura: 30/03/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de formulários impressos.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 31/03/2015 até as 16h00min.

Abertura: 31/03/2015, às 16h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 15/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de serviço de montagem e desmontagem de pneus, balanceamento, e geometria, bem como itens adjacentes. Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 30/03/2015 até as 14h00min.

Abertura: 30/03/2015, às 14h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de material de limpeza, copa e cozinha.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 31/03/2015 até as 09h00min.

Abertura: 31/03/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 16 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2015

PORTARIA Nº 170/2015

"Nomeia Secretário do Município de Salto Veloso-SC e dá outras providências."

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Lei Complementar 016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, do Quadro de Pessoal do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Secretário de Planejamento, cargo em comissão, nível CC-1, a partir de 16/03/2015, o Sr. PAULO HOFFELDER.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 16 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 171/2015

PORTARIA Nº. 171/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Sr. CLAUDEMIR JOSÉ MOREIRA, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERARIO BRAÇAL - 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, com vencimentos referentes ao código CPE 08, do Anexo II, Tabela II, Grupo IV.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 16 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 172/2015

PORTARIA Nº. 172/2015

"REVOGA PORTARIA Nº 098/2015 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MUNICIPAL"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve:

Artigo 1º. Destitui a Função Gratificada - FG-1 ao servidor PAULO HOFFELDER, em função da revogação da Portaria nº 088/2015, passando a mesma a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 173/2015

PORTARIA Nº. 173/2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91

Resolve:

Artigo 1º. Autoriza a readaptação do servidor municipal JOÃO CARNEIRO, operário braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do

Município, o qual passa a atuar na função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 09 de Março de 2015, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09/03/2015.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LICITAÇÃO N. 001/2015

Extrato de Aviso de Licitação

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Processo Licitatório nº 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL 01/2015

OBJETO:

O objeto da presente licitação é a contratação de serviço especializado na área de informática, para licenciamento de sistemas de gestão pública integrados, não exclusivo, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no ANEXO I, compreendendo os seguintes sistemas e serviços:

1.1- Sistemas

- a) Sistema de Contabilidade pública.
- b) Sistema de Compras e licitações.
- c) Sistema de Folha de Pagamento.
- d) Sistema de Patrimônio Público.
- e) Portal da Transparência.

1.2 - Serviços:

- a) Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos mesmos, durante o período contratual.
- b) Conversão, customização, instalação, treinamento, implantação e treinamento dos usuários, se necessário.
- c) Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação quando solicitado.

PRAZO:

A contratação será de 01 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser renovada em acordo de ambas as partes até o limite conforme determina a Lei de Licitações nº 8.666/93.

VALOR:

Valor máximo mensal: R\$ 1.173,00(um mil cento e setenta e três reais).

DATA DE ABERTURA E CREDENCIAMENTO

A data de abertura e credenciamento será no dia 30/03/2015 até as 16h00min.

EDITAL:

O edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.camarasaltoveloso.sc.gov.br, também junto à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - SC no Endereço: Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, centro, Salto Veloso - SC, ou pelo telefone (49)3536-0035.

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Repr. por VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA N. 002/2015

PORTARIA N. 002 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NOMEIA MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, comissão de licitação, designando para compô-la os seguintes membros:

I. CLAUDEMIR SARTOREL, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF n. 019.003.229-43 e RG n. 2.971.861, residente e domiciliado na Rua Joinville, n. 247, Bairro Escolar, Salto Veloso -SC, o qual atuará presidindo os trabalhos.

II. SILBELI APARECIDA MATOS GANASINI, brasileira, casada, inscrita no CPF n. 715.854.609-82, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária Executiva da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, a qual exercerá os trabalhos de secretária da comissão.

I. GABRIELA BISSANI, brasileira, solteira, inscrita no CPF n. 078.605.259-76, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, residente e domiciliada na Rua Afonso Abatti, Bairro Centro, Salto Veloso - SC, o qual atuará presidindo os trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de março de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Mesa Diretora

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 66/2015 ZENAIDE BRANDT BRAGANHOLI

DECRETO Nº 066/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada em cargo de provimento em comissão, pelo período de cento e vinte dias (120) a seguinte servidora pública municipal:

NOME: ZENAIDE BRANDT BRAGANHOLI

CARGO: CONSELHEIRA TUTELAR

NÍVEL:

CÓDIGO:

LOTAÇÃO: Secretaria de Assistência Social

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 17 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 24/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 08:30 horas do dia 14 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA O ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, MEDICAMENTOS EXCLUSIVOS DE ORDEM JUDICIAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME DESCRIÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 10 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 26/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 9:30 horas do dia 06 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA EQUIPAR UNIDADES DE SAÚDE (ESF E CEM) DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

DECRETO Nº 0886/2015

DECRETO Nº 0886, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

CRIA COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 3º, da Lei nº 3435/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente de Análise de Ressarcimento de Danos Materiais causados pelos entes da Administração Direta que será composta pelos seguintes membros:

I - Ricardo Antonio Homechen: Presidente;

II - Avelino Comim: Secretário;

III - Inês Marilda Rossetto Wagner: Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de passagens (vale transporte) para famílias carentes referenciadas pelos CRAS da Secretaria de Assistência Social, de São Bento do Sul - SC para Canoinhas, Balneário Camboriú, Joinville, Mafra, Caçador, Florianópolis, Monte Castelo, Rio Negrinho, Cascavel, Campo Alegre, Piçarras, Papanduva, Itaiópolis, Joaçaba e Barra Velha pelo período de fevereiro a março de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 18/2015 de 28 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 1.780,37 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a contar de 01/02/2015.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Terreno para Exploração de Pedreira que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Espólio de OSVALDO RUDNICK, neste ato representado por sua inventariante Sra. PAULINA RUDNICK.

DO OBJETO: A LOCADORA, é legítima proprietária de um terreno situado no Bairro Bela Aliança, neste Município de São Bento do Sul, contendo a área total de 114.174,00 m2, conforme escritura pública passada no Tabelião Ernesto Diener Filho - Livro 70 à folhas 161 e registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 1-06.022, e aluga ao LOCATÁRIO parte do imóvel (terreno) onde está localizada a pedreira a ser explorada pelo Município, conforme Dispensa de Licitação nº 47/2015.

DO VALOR: R\$ 10.168,92 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ESPÓLIO DE OSVALDO RUDNICK, como Locadora.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 072/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Espólio de OSVALDO RUDNICK, neste ato representado por sua inventariante Sra. PAULINA RUDNICK.

DO OBJETO: A chamada LOCADORA, proprietária de um terreno com aproximadamente 3.200,00 m2, localizado na Rua Max John, Bairro Bela Aliança, neste Município, registrado sob nº R-1-06.022 no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO, para funcionamento da Usina de Asfalto e Depósito de Materiais, conforme Dispensa de Licitação 48/2015.

DO VALOR: R\$ 7.324,92 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

PAULINA RUDNICK, como Locadora.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel para Abrigar a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. ALCIDES JOSÉ HRUSCHKA.

DO OBJETO: O LOCADOR aluga ao LOCATÁRIO, o Terreno com área de 6.215,50 m2, localizado às margens do Rio São Bento, fazendo frente para a Rodovia SC-301, nº 80, em relação à Rodovia esta em declive, porém em sua maioria é plano e possui forma irregular. Como está localizado nas duas laterais da Rua Expedicionário Oscar Schneider como último terreno, esta Rua está sendo utilizada como pátio, inclusive com portão, (que impede o acesso público) e que aumenta a área disponível para uso, caracterizando um só terreno e, do imóvel, com área de 943,31 m2 das construções, localizado na Rodovia SC-301, nº 200, entre o trevo de Oxford e a ponte do Rio São Bento, Bairro Boehmerwald e cortado pela Rua Expedicionário Oscar Schneider (por ser composto de várias escrituras), conforme matrículas nºs 28.899, livro 2 de 10/03/2003, 4.408, livro 2 de 05/08/1982, 4.422, livro 2 de 05/04/1982, 0.582, livro 2 de 06/12/1976, 4.637, fls 077, livro 3-C de 28/12/1972, 3.822, fls 236, livro 3-B de 05/02/1971 e 3.957, fls 260, livro 3-B de 22/06/1971, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2015 e com término em 31 de dezembro de 2015, data em que o LOCATÁRIO deverá restituir o imóvel locado em perfeitas condições e totalmente desocupado, conforme Dispensa de Licitação nº 49/2015.

DO VALOR: R\$ 118.467,48 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

ALCIDES JOSÉ HRUSCHKA, como Locador.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 078/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 078/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 173/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 26 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 102/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 173/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Pedro Fleischmann, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero - BADESC / CIDADES;

Considerando que a quantidade de chuvas ocorridas nos meses de dezembro/2014 e janeiro /2015 atrasaram a execução da obra; Considerando também a necessidade de revisões no projeto referente às bocas de lobo, onde estão sendo analisadas alternativas para as mesmas terem mais resistência, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e II nos seguintes termos: Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 28 de fevereiro de 2015 e com término em 27 de maio de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 26 de março de 2015 e com término em 25 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 083/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 083/2015

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 103/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 04 de ABRIL de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 26/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 103/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Nossa Senhora das Graças, Bairro Colonial, conforme Memorial Descritivo, Projetos e Contrato de Empréstimo entre Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC/CIDADES nº 2013030601;

Considerando que durante a execução do projeto de pavimentação foi verificada a não necessidade de instalação de 06 (seis) tachões bidirecionais para sinalização horizontal pela falta de local para instalação dos mesmos, faz-se necessário suprimir o referido com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor de R\$ 187,14 (cento e oitenta e sete reais e quatorze centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 03 de março de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 084/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 084/2015

DA ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 367/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. RICARDO ZORZO PAIM, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 344/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 367/2012, que consiste na contratação de profissional para realização de projeto de Licenciamento Ambiental, a fim de obter Licença Ambiental junto ao Órgão Oficial do Estado, FATMA, para abertura de rua sem denominação em área urbana, contendo inclusive projeto de Supressão de Vegetação Nativa com Inventário Florestal;

Considerando que estão sendo avaliadas alternativas ao traçado original para abertura de rua sem denominação, a serem elaboradas pela Prefeitura, de modo a dirimir conflitos entre os proprietários dos terrenos a serem desapropriados para construção da futura via e a Prefeitura, conforme declaração anexa faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 05 de março de 2015 e com término em 02 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 03 de março de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO ZORZO PAIM, como Contratado.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 356/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 356/2014

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 367/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. RICARDO ZORZO PAIM, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 344/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 367/2012, que consiste na contratação de profissional para realização de projeto de Licenciamento Ambiental, a fim de obter Licença Ambiental junto ao Órgão Oficial do Estado, FATMA, para abertura de rua sem denominação em área urbana, contendo inclusive projeto de Supressão de Vegetação Nativa com Inventário Florestal;

Considerando que estão sendo avaliadas alternativas ao traçado original para abertura de rua sem denominação, a serem elaboradas pela Prefeitura, de modo a dirimir conflitos entre os proprietários dos terrenos a serem desapropriados para construção da futura via e a Prefeitura, conforme declaração anexa faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 05 de dezembro de 2014 e com término em 04 de março de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO ZORZO PAIM, como Contratado.

HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INFRA ESTRUTURA URBANÍSTICA JUNTO A ESCADARIA DA IGREJA MATRIS PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA, ETAPAS: INSTALAÇÃO ELÉTRICA E LUMINÁRIAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 323.288-92 COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA A INSTALAÇÃO CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, lotes 1 e 2 para à empresa: RED ENERGY COMERCÍOS E SERVIÇOS LTDA - EPP, TOTALIZANDO EM R\$ 91.571,72.

São Bento do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

JOCELITO PIERIN

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE CAMPO ALEGRE, MAFRA, RIO NEGRINHO E RIO PRETO, PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A

VALOR: R\$ 49.266,90

SÃO BENTO DO SUL, 06 de março de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS □ DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA □ SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 76/2015

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: FORNECIMENTO DE PASSAGENS (VALE TRANSPORTE), PARA AS CIDADES DE CAMPO ALEGRE, MAFRA, RIO NEGRINHO E RIO PRETO, PARA FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015.

II - Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores municipais usuários das mesmas.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única a realizar as linhas de ônibus nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos servidores para os seus locais de residência, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 49.266,90 é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretário Municipal de Administração.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

PORTARIA Nº 8386/2015

PORTARIA Nº 8386, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 499/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao servidor público A. R., matrícula funcional nº 9650, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 499/2015, teria, em tese, ofendido seu chefe imediato, proferido palavras de baixo calão contra a Administração Pública Municipal e estaria agindo com insubordinação, faltando ao trabalho e/ou abandonando seu posto de trabalho durante o expediente sem comunicar à chefia responsável, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se confirmados, infringem as condutas descritas no artigo 131 incisos II, IX, XII, XIII e se enquadram nas condutas descritas no artigo 132 incisos I, V, VI, XV e artigo 143 inciso VII, passíveis de penalidade de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143, todos da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8387/2015

PORTARIA Nº 8387, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 4610/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída a empregada pública D. A., matrícula funcional nº 38627, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4610/2014, teria faltado ao trabalho sem apresentar justificativas por 56 dias úteis no período de fevereiro a novembro de 2014, além de não atingir a meta de visitas domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2014, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se confirmados, se enquadram nas condutas descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 - CLT, artigo 10, inciso IV da Lei nº 11350/2006, passível de penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 143, inciso III, da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8388/2015

PORTARIA Nº 8388, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 5710/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída à empregada pública G. C. I., matrícula funcional nº 39498, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 5710/2014, teria faltado ao trabalho sem apresentar justificativas por 32 dias úteis no período de janeiro a dezembro de 2014, deixado de preencher adequadamente as fichas de acompanhamento das famílias de sua microárea, além de não atingir a meta de visitas domiciliares nos meses

de abril, maio, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro de 2014, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se confirmados, se enquadram nas condutas descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 - CLT, artigo 10, inciso IV da Lei nº 11350/2006, passível de penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 143, inciso III, da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8389/2015

PORTARIA Nº 8389, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - RITO SUMÁRIO E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 150 e 154 da Lei Municipal nº 228/2001, nos termos nos arts. 149, 159 e 160 da mesma Lei, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 873/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - Rito Sumário, a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída ao servidor público J. C. S., matrícula funcional SAMAE nº 434, ocupante do cargo de Leiturista, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 873/2015, não compareceu ao trabalho e não justificou a sua ausência no período de 12 de março a 31 de julho de 2014, ato que, se confirmado, se enquadra na conduta descrita no artigo 143, incisos II - ABANDONO DE CARGO e III - INASSIBUIDADE HABITUAL, da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 144 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 30 (trinta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos legais.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8390/2015

PORTARIA Nº 8390, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 689/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao servidor público J. L. N. J., matrícula funcional Samae nº 414, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 689/2015, teria, em tese, utilizado o veículo público placa MHZ3175 para dirigir-se a estabelecimento de lazer em horário de trabalho, deixando o referido bem público em garantia de pagamento pelos serviços usufruídos no local, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se comprovados, infringem o artigo 131, inciso XVII e se enquadram nas condutas descritas no artigo 132, incisos I, XV, XVII, XVIII e no artigo 143, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis de penalidade de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8391/2015

PORTARIA Nº 8391, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 1222/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas à servidora pública M. E. C. S., matrícula funcional nº 16361, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 1222/2015, teria,

em tese, cobrado valor em espécie para emitir uma certidão gratuita, a qual nem sequer providenciou, além de emitir documento sem valor jurídico quando solicitada certidão comprobatória, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se comprovados, infringem o artigo 131, inciso XIV, alínea "c" e se enquadram nas condutas descritas no artigo 132, incisos X, XIII e XV e no artigo 143, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 228/2001, passíveis de penalidade de advertência, suspensão ou demissão, conforme prevê os artigos 141, 142 e 143.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8392/2015

PORTARIA Nº 8392, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 154, 159 e 160, da Lei nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 4611/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar suposta infração disciplinar atribuída à empregada pública M. G., matrícula funcional nº 38628, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 4611/2014, teria faltado ao trabalho sem apresentar justificativas por 38 dias úteis no período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, deixado de realizar adequadamente o cadastro das famílias e a digitação no e-SUS dos mesmos, além de não atingir a meta de visitas domiciliares nos meses de abril, junho, setembro e outubro de 2014, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, atos que, se confirmados, se enquadram nas condutas descritas no artigo 482, alínea "e", do Decreto Lei nº 5452/1943 - CLT, artigo 10, inciso IV da Lei nº 11350/2006, passível de penalidade de rescisão unilateral do contrato de trabalho e artigo 143, inciso III, da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria,

notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei nº 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8393/2015

PORTARIA Nº 8393, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere os arts. 154, 159 e 160, da Lei Municipal nº 228/2001 e tendo em vista o que conta no Processo Administrativo nº 6862/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar supostas infrações disciplinares atribuídas ao servidor público W. G., matrícula funcional nº 36355, o qual, segundo consta no Processo Administrativo nº 6862/2014, teria, em tese, deixado de comunicar à Secretaria Municipal de Saúde que estava com a sua carteira nacional de habilitação suspensa por 12 meses desde 08 de maio de 2014 e continuado a dirigir os veículos oficiais do Município até 19 de setembro de 2014, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório, ato que, se confirmado, se enquadra na conduta descrita no artigo 143, inciso IV da Lei Municipal nº 228/2001, passível de penalidade de demissão, conforme prevê o artigo 143, além de não ter mais as condições legais exigidas para o exercício do cargo de motorista, por estar com a sua CNH suspensa, estando em processo administrativo de cassação, conforme ofício 325/2014 da 21ª Delegacia Regional de Polícia.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Processante Especial, para dar cumprimento ao disposto no item precedente:

I - Neiva Maria Rosa, professora anos finais, matrícula nº 34320

II - Cleide Regina Pereira, assistente social, matrícula nº 38500

III - Alexandre Vinícius Weiss, advogado, matrícula nº 21321

Suplente - Ingrid Aparecida Stiegler, fiscal da fazenda, matrícula nº 4310

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, o servidor acusado.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei Municipal nº 228/2001, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8394/2015

PORTARIA Nº 8394, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de VALDIVIA DA SILVA, no cargo de Assistente Social, do Concurso Público nº 009/2011, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 1566/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2015

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INFRA ESTRUTURA URBANÍSTICA JUNTO A ESCADARIA DA IGREJA MATRIS PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA, ETAPAS: INSTALAÇÃO ELÉTRICA E LUMINÁRIAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 323.288-92 COM O MINISTÉRIO DO TURISMO E AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA A INSTALAÇÃO CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora a empresa RED ENERGY COMERCÍOS E SERVIÇOS LTDA - EPP

São Bento do Sul 20 de fevereiro de 2015.

JOCELITO PIERIN

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 098 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 098 de 17 de março de 2015.

" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor MAURO BOENO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-03, função de AGENTE DE SERVIÇOS, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 099 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA SAMAE/SBS/ Nº 099 de 17 de março de 2015.
" CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ao servidor JONAS ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 096, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 096, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085/2015, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor MAURO BOENO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Operacionais nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-02, Função de AGENTE DE ÁREA, em conformidade a Lei nº 701, de 24 de outubro de 2003, art. 2º, alterada pela Lei nº 2864, de 23 de agosto de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de março de 2015, revogando-se a portaria nº 087/2013.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 097, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 097, DE 17 DE MARÇO DE 2015.
"RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085/2015, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor JONAS ALVES, Analista de Saneamento II nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-01, Função de Agente de Serviços de responsabilidades alheias ao cargo em conformidade a Lei nº 701, de 24 de outubro de 2003, art. 2º, alterada pela Lei nº 2864, de 23 de agosto de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 01 de março de 2015, revogando-se a portaria nº 024/2014.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 013 04.03.2015 - 0352.422-30-2011

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO/ TERMO DE COMPROMISSO

Mês/Ano: março/2015

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 013/2015 de 04 de março de 2015 (Termo de Compromisso N.0352.422-30/2011).

Descrição: O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a Cláusula Décima Sexta do Anexo ao Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011/MINISTÉRIO DAS CIDADES, de 22/08/2011, realizado segundo os termos do Programa - FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários do Ministério das Cidades, que passa a ter a seguinte redação: A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 22 de dezembro de 2015, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data de vencimento: 22/12/2015

CONCESSÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS

CONCESSÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS.

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), as Licenças Ambientais Prévia - LAP e de Instalação - LAI, para canalização de curso hídrico de baixa vazão para prolongamento da via pública, denominada Rua Nereu Ramos, Centro, município de São Domingos, na extensão de 24 metros.

Válida por 12 (doze Meses).

Condições Específicas:

Devem ser implantadas as medidas de mitigação e compensação ambientais, conforme projeto apresentado.

DEC 1891 DE 09 03 15 TORNA SEM EFEITO DEC 1888 DE 04 03 15 A NOMEAÇÃO ANTONIO BAZI NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DOM JORNAL SITE

DECRETO Nº 1891, DE 09 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 1888, de 04 de março de 2015, o qual nomeou candidato aprovado em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada, Lei Complementar n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada, com base no Edital de Concurso n. 007/2013, no qual homologou o resultado final do Concurso Público n. 001/2013; e:

- Considerando que o candidato nomeado pelo Decreto nº 1888, de 04 de março de 2015, apresentou pedido de desistência conforme protocolo nº 562/2015, de 06/03/2015;

- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 1888, de 04 de março de 2015, que nomeou Antonio Bazi, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pela razão acima exposta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em
data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 478/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 478/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFR2941	54544782E	5010/0	22/11/2014	162 * I
IRL8896	54544882E	5452/2	27/10/2014	181 * VIII
LYY9051	54544884E	5010/0	08/11/2014	162 * I
LYY9051	54544885E	5835/0	08/11/2014	195
LYY9051	54544886E	5118/0	08/11/2014	164 c/c 162 * I
LYY9051	54544887E	6599/2	08/11/2014	230 * V
LYY9051	54544888E	7056/1	08/11/2014	244 * III
MCA0216	54544879E	6653/2	27/10/2014	230 * XI
MCA0216	54544881E	6670/0	27/10/2014	230 * XIII
MDO7685	54544771E	5185/1	23/10/2014	167
MHK4534	54544786E	5967/0	25/11/2014	203 * V
MKP6392	54544785E	6653/1	25/11/2014	230 * XI
MMM4696	54544783E	5460/0	23/11/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 477/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALU5614	54544779E	5185/1	16/11/2014	167
IPE3615	54544775E	5967/0	16/11/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 476/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEF8712	54544772E	5185/1	23/10/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 475/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJJ0893	54544905E	6912/0	29/08/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 474/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKT5210	54544768E	7366/2	30/09/2014	252 * VI
MJB7907	54544876E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MJB7907	54544877E	5738/0	06/10/2014	186 * II
MJY2914	54544915E	6912/0	10/10/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 473/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWW1706	54544910E	5010/0	19/09/2014	162 * I
LWW1706	54544911E	5118/0	19/09/2014	164 c/c 162 * I
LWW1706	54544913E	6599/2	19/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 472/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJC9775	54544908E	5045/0	16/09/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 471/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ITV1290	54544906E	5045/0	13/09/2014	162 * V
MEN1597	54544767E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MIL8721	54544907E	5010/0	13/09/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 470/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTJ6304	54544764E	5452/1	16/08/2014	181 * VIII
ILT5103	54544870E	5010/0	31/08/2014	162 * I
ILT5103	54544871E	6599/2	31/08/2014	230 * V
ILT5103	54544872E	5118/0	31/08/2014	164 c/c 162 * I
LZM2231	54544867E	6599/2	28/08/2014	230 * V
LZM2231	54544868E	5010/0	28/08/2014	162 * I
LZM2231	54544869E	5215/2	28/08/2014	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 469/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFR2941	54544765E	5010/0	04/09/2014	162 * I
LXO6702	54544821E	5010/0	22/08/2014	162 * I
LXO6702	54544822E	6599/2	22/08/2014	230 * V
MDC3367	54544863E	5010/0	16/08/2014	162 * I
MDC3367	54544864E	5118/0	16/08/2014	164 c/c 162 * I
MDC3367	54544865E	5835/0	16/08/2014	195
MDC3367	54544866E	5215/2	16/08/2014	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 468/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYL6745	54544861E	6610/2	04/08/2014	230 * VII
LYV6800	54544763E	7366/2	15/08/2014	252 * VI
MFN7155	55308342D	6599/2	27/08/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 467/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CPR6484	54544903E	6912/0	08/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 466/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CPR6484	54544904E	6610/2	08/08/2014	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 465/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCG1380	54544649E	5010/0	18/07/2014	162 * I
CCG1380	54544650E	5118/0	18/07/2014	164 c/c 162 * I
MIF5406	54544854E	6599/2	20/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 464/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INZ2629	54544741E	5452/2	26/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 463/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGA3590	54544730E	5185/1	24/05/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 462/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILQ5174	55308134D	5010/0	21/06/2014	162 * I
ILQ5174	55308135D	6912/0	21/06/2014	232
MBZ2364	54544762E	5207/0	05/07/2014	169
MIT1453	54544759E	5452/2	30/06/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 461/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILO2998	54544726E	5010/0	11/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
ILO2998	54544727E	5169/1	11/05/2014	R\$ 1.915,38	165
ILO2998	54544728E	5118/0	11/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 460/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKV5579	54544748E	5010/0	17/06/2014	162 * I
IKV5579	54544749E	5118/0	17/06/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 459/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICY3473	54544733E	5118/0	24/05/2014	164 c/c 162 * I
ICY3473	54544734E	5010/0	24/05/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 458/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EPJ1553	54544853E	5045/0	02/07/2014	162 * V
IAW1978	54544851E	5010/0	29/06/2014	162 * I
IAW1978	54544852E	6599/2	29/06/2014	230 * V
IHS7025	54544731E	5207/0	24/05/2014	169
LYK1760	54544746E	5010/0	07/06/2014	162 * I
MFM4476	54544812E	5185/1	02/06/2014	167
MFY7478	54544743E	6610/2	07/06/2014	230 * VII
MJK4056	54544742E	5010/0	07/06/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 457/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFK3108	54544806E	5010/0	30/05/2014	162 * I
MFK3108	54544807E	6599/2	30/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 456/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CZZ8181	54544745E	6912/0	07/06/2014	232
LZG2951	54544737E	6670/0	25/05/2014	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 455/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MNP4648	55308036D	5010/0	03/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MNP4648	55308039D	6580/0	03/04/2014	R\$ 191,53	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 454/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICW7680	54544729E	6670/0	18/05/2014	230 * XIII
LXA9280	54544801E	5010/0	18/05/2014	162 * I
LXA9280	54544802E	5118/0	18/05/2014	164 c/c 162 * I
MDC9725	54544751E	6912/0	22/05/2014	232
MIO4112	54544721E	6912/0	05/05/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 453/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INY0905	54544722E	7030/2	11/05/2014	244 * I
IQS0289	54544723E	5010/0	11/05/2014	162 * I
IQS0289	54544725E	5118/0	11/05/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 452/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHO6034	55308046D	5010/0	07/05/2014	162 * I
CHO6034	55308047D	6599/2	07/05/2014	230 * V
EEP7837	54544738E	6670/0	25/05/2014	230 * XIII
IEJ1430	54544739E	6610/2	25/05/2014	230 * VII
IEJ1430	54544740E	6670/0	25/05/2014	230 * XIII
IKK4278	55308045D	5010/0	03/05/2014	162 * I
MCC6703	54544718E	5010/0	27/04/2014	162 * I
MCC6703	54544719E	6599/2	27/04/2014	230 * V
MEJ8939	54544803E	6599/2	25/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 451/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJL1810	54544713E	5010/0	26/04/2014	162 * I
IJL1810	54544714E	5835/0	26/04/2014	195
IJL1810	54544715E	7030/2	26/04/2014	244 * I
IJL1810	54544716E	6653/1	26/04/2014	230 * XI
MCZ0958	54544717E	5010/0	27/04/2014	162 * I
MCZ0958	54544720E	5169/1	27/04/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 450/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEP3663	55308030D	6599/2	03/05/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJI5178	55308340D	6599/2	19/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 448/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKK4278	54544708E	5010/0	05/04/2014	162 * I
IKK4278	54544709E	5118/0	05/04/2014	164 c/c 162 * I
IKK4278	54544710E	6556/5	05/04/2014	230 * I
IKK4278	54544711E	6653/1	05/04/2014	230 * XI
IKK4278	54544712E	5835/0	05/04/2014	195
IMT5903	54544702E	6556/5	05/04/2014	230 * I
IMT5903	54544703E	5207/0	05/04/2014	169
IRQ0803	54544707E	7056/1	03/04/2014	244 * III
MEJ1591	54544705E	5118/0	05/04/2014	164 c/c 162 * I
MEJ1591	54544706E	5010/0	05/04/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KHT1177	54544630E	5452/2	05/12/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKB5878	55308334D	5940/1	09/02/2014	R\$ 191,53	203 * III
MKB5878	55308335D	5967/0	09/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLO4565	54544676E	5525/0	12/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 445/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAF1313	54544691E	5525/0	16/02/2014	181 * XV
IQB7325	54544670E	5185/1	03/01/2014	167
IQN4183	54544694E	7340/0	25/02/2014	252 * IV
MBE6657	55308336D	6599/2	27/02/2014	230 * V
MBE6657	55308337D	6670/0	27/02/2014	230 * XIII
MBE6657	55308338D	6637/1	27/02/2014	230 * IX
MDC3367	54544695E	5010/0	25/02/2014	162 * I
MDC3367	54544697E	5118/0	25/02/2014	164 c/c 162 * I
MDC3367	54544698E	6653/1	25/02/2014	230 * XI
MEZ7002	54544692E	6556/1	25/02/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 444/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKT1415	54544634E	5452/2	08/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 443/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJO2263	54544680E	5525/0	15/01/2014	181 * XV
MBT2976	55308330D	5010/0	28/01/2014	162 * I
MBT2976	55308332D	6599/2	28/01/2014	230 * V
MIB8461	54544689E	7340/0	28/01/2014	252 * IV
MIG5815	54544684E	5185/1	28/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 442/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEL9857	54544681E	5185/1	15/01/2014	167
ION6213	54544674E	5185/1	06/01/2014	167
IOT4962	54544671E	5525/0	03/01/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 441/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CNN2970	54544677E	5525/0	12/01/2014	181 * XV
ICT7645	54544679E	5525/0	12/01/2014	181 * XV
IKB3196	54544678E	5274/1	12/01/2014	175
IKM9292	54544668E	5185/1	03/01/2014	167
MJB7697	54544673E	5452/1	06/01/2014	181 * VIII
MKT7374	54544669E	5185/1	03/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 440/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIK3652	54544688E	5185/1	28/01/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 439/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IEL2835	54544672E	5452/2	03/01/2014	181 * VIII
ILF4172	54544646E	5010/0	11/01/2014	162 * I
ILF4172	54544647E	5118/0	11/01/2014	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 374 438/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IMK0769	54544663E	5010/0	06/11/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 437/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEQ3185	54544641E	5541/1	11/12/2013	181 * XVII
MFJ4823	54544644E	5541/1	11/12/2013	181 * XVII
MKI4095	54544633E	5452/2	08/12/2013	181 * VIII
MKQ7652	54544635E	5380/0	08/12/2013	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 436/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSW4836	54544631E	5380/0	05/12/2013	181 * I
LYI0351	55308327D	5010/0	01/12/2013	162 * I
LYI0351	55308328D	6599/2	01/12/2013	230 * V
LYI0351	55308329D	5118/0	01/12/2013	164 c/c 162 * I
MIA4442	54544629E	6610/2	02/12/2013	230 * VII
MJS4778	54544636E	5380/0	08/12/2013	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 374 435/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKK4278	54544622E	5010/0	17/11/2013	162 * I
MBD3298	54544626E	6599/2	17/11/2013	230 * V
MBD3298	54544627E	6580/0	17/11/2013	230 * IV
MBD3298	54544628E	5010/0	17/11/2013	162 * I
MDR9658	54544645E	5380/0	05/12/2013	181 * I
MEI1578	54544623E	6599/2	17/11/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 5 DE MARÇO DE 2015

RUDINEI CHARÃO TEIXEIRA

DELEGADO DE POLICIA

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA 40/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição do DOM /SC nº 1703 do dia 16/03/2015 pág. 584
Pregão presencial 14/2015 - Registro de Preço
Processo n.º40/2015 - Contratação de empresa para serviços de
recauchutagem, conserto de pneu, recapagem e vulcanizo para
diversas secretarias.

Onde lê-se:

Tipo: Menor Preço por item

Leia-se:

Tipo: Pelo Menor Preço global por lote

A Comissão

PROCESSO 39/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 39/2015

PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 - REGISTRO DE PREÇO (multien-
tidade)

(cotas reservada de até 25% para Microempresa e Empresas de
Pequeno Porte)

OBJETO: Material para reforma e construção, marcenaria, elétrico
para diversas secretarias.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 31/03/2015 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$: 99.574,53

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expedien-
te ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf.
(49)3233-0411.

São Joaquim, 17 de março de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2015 - PR 147/2014 -
Processo 369/2014 - Fornecedor: GIZELE REGINA DA SILVA - ME.
Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para
eventual aquisição de biscoitos, destinados às formações, cursos
e capacitações dos servidores da rede municipal de ensino de São
José/SC - USJ. Valor Total: R\$23.152,00 - vinte e três mil, cento
e cinquenta e dois reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir
da sua assinatura. Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2015.
Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015 - PR 179/2014 -
Processo 430/2014 - Fornecedor: GRANMEYER MÓVEIS E EQUI-
PAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: Registro de preço
para contratação de empresa para eventual prestação de serviços
de reforma de poltronas dos auditórios das unidades escolares
da rede de ensino municipal de São José/SC, com fornecimento
de materiais. Valor Total: R\$82.500,00 - oitenta e dois mil e qui-
nhentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua
assinatura. Data da assinatura: 12 de fevereiro de 2015. Cláudia
Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2014 - PR 109/2014 -
Processo 281/2014 - Fornecedor: DODOTUR TRANSPORTES E
VIAGENS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de
empresa para eventual prestação de serviços de transportes rodo-
viário destinados as atividades da Fundação Educacional de São
José/SC - USJ. Valor Total: R\$17.076,60 - dezessete mil, setenta e
seis reais e sessenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a
partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de dezembro de
2014. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

DECRETO Nº 4139/2015

DECRETO Nº 4139/2015
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que
lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor MAURI JOÃO DA SILVA, matrícula
nº 2.652, a função gratificada de Chefe de Divisão, nível FG-CH.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4140/2015

DECRETO Nº 4140/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GUSTAVO DE SOUZA do cargo de Assessor II - Administrativo - CCM 2, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4141/2015

DECRETO Nº 4141/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado GUSTAVO DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor Cultural - CCM 7, com lotação na Fundação Municipal de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LEI N.º 5.471 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º, ACRESCEM O ART. 9º- A, ALTERA OS ANEXOS I, II, V E VII, ALTERA E TRANSFORMA EM §1º O PARÁGRAFO ÚNICO E ACRESCEM §2º AO ART. 12 DA LEI Nº. 4.696, DE 15 DE SETEMBRO DE 2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 4.696, de 15 de setembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - A estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José, necessária à execução das atividades técnico-legislativas, administrativas, operacionais e de assessoramento indispensáveis ao pleno exercício das atribuições do Poder Legislativo Municipal, compreende:

I - Gabinete da Presidência;

II - Procuradoria Jurídica;
III - Coordenação Geral;
IV - Diretoria Administrativa;
V - Diretoria Legislativa;
VI - Diretoria Contábil-Financeira;
VII - Controladoria Interna.”

Art. 2º - Acrescenta o artigo 9º-A à Lei nº 4.696, de 15 de setembro de 2008, com a seguinte redação:

“DA COORDENAÇÃO GERAL

Art. 9º- A. A Coordenação geral é órgão de supervisão e coordenação das atividades técnico-legislativas, administrativas e operacionais da Câmara.

§ 1º - Compete à Coordenação Geral:

I - planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades técnico-legislativas, administrativas e operacionais da Câmara Municipal e avaliar seus resultados;

II - propor ao Presidente a edição de regulamentos relativos ao funcionamento dos serviços da Câmara;

III - propor diretrizes relativas ao Planejamento Interno e à Administração da Câmara;

IV - orientar o desdobramento de diretrizes e acompanhar o alcance das metas das unidades subordinadas;

V - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas à gestão administrativa, financeira e de pessoal da Câmara;

VI - planejar, coordenar, dirigir e acompanhar a execução de serviços e obras de engenharia, reforma e conservação da sede da Câmara, executadas direta ou indiretamente, garantindo o acesso e o uso seguro e contínuo das instalações e equipamentos;

VII - assessorar, fornecer subsídios, elaborar relatórios e prestar informações gerenciais destinados à Presidência, em matéria de sua competência;

VIII - exercer outras atividades pertinentes as suas atribuições.

§ 2º - Integram a estrutura da Coordenação Geral as seguintes unidades:

I - Diretoria de Administração;

II - Diretoria Contábil - Financeira;

II - Diretoria Legislativa.

§ 3º- O vencimento do cargo de Coordenador Geral corresponderá ao valor atribuído ao nível CCP-01, acrescido de até 40% sobre o respectivo vencimento a título de representação.

Art. 3º - Altera e transforma em § 1º o parágrafo único e acrescenta § 2º ao art. 12 da Lei nº 4.696, de 15 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº 5.311, de 16 de julho de 2013, passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - -----

§ 1º - A Diretoria de Administração, responsável pela gestão da política de recursos humanos do Poder Legislativo, terá como titular um Diretor de Administração auxiliado pelo Departamento de Recursos Humanos, Departamento de Infraestrutura, Departamento de Patrimônio e Departamento de Marketing e Comunicação.

§ 2º - A estrutura e as competências dos Departamentos que integram as diretorias serão definidas em Resolução.”

Art. 4º - O cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços Gerais que compõe o anexo II da Lei nº 4.696/2008 passa a denominar-se Agente Operacional de Serviços Auxiliares.

Art. 5º - Suprime do anexo I da Lei nº 4.696/2008 as atribuições do Chefe de Departamento de Informática e Telefonia e de Chefe de Transportes, acrescenta as atribuições do Coordenador Geral da Câmara, Chefe de Departamento de Infraestrutura, Chefe do Departamento de Patrimônio, Chefe de Departamento Contábil Financeiro e altera as atribuições do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços Auxiliares.

Art. 6º - Modifica o anexo V da Lei nº. 4.696 de 15 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº. 5.122 de 10 de novembro de 2011, e o anexo VII da Lei nº. 4.696 de 15 de setembro de 2008, alterado pela Lei nº. 5.311 de 16 de julho de 2013.

Art. 7º - Servidor da Prefeitura Municipal de São José, com registro no CRC - Conselho Regional da Contabilidade designado, em caráter excepcional e transitório, para responder pela contabilidade ou colocado à disposição para prestar apoio na execução dos serviços contábeis da Câmara será atribuída gratificação no valor estabelecido no anexo V.

Art.8º - Ficam extintos do quadro da Câmara Municipal 01 cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Informática e Telefonia, nível CCP-03 e 01 cargo de provimento em comissão de Chefe de Transportes, nível CCP-04, passando o anexo I a vigorar com as alterações desta Lei.

Art. 9º - Ficam extintos do quadro da Câmara Municipal 05 (cinco) cargos vagos de Motorista nível ANF, 01 (um) cargo vago de Agente de Serviços Gerais nível ANF, um cargo vago de Porteiro nível ANF e extinto quando vagar 01 (um) cargo de Agente de Serviços Gerais nível ANF.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 16 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANEXO I - DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS
(LEI N. 4.696/2008 - ALTERADO PELA LEI Nº.5.427/2014)

Atividades de Nível Superior

Procurador - Prestar assessoria jurídica à Mesa da Câmara, ao Presidente, aos Vereadores e às Comissões da Câmara em todas as etapas do processo legislativo e nas questões relacionadas aos serviços administrativos internos da Câmara; prestar assessoramento jurídico ao Diretor Geral, e aos servidores em matérias de natureza administrativa e legislativa; representar a Câmara Municipal de Vereadores em qualquer instância judicial, atuando nos feitos em que a mesma seja autora ou ré, assistente ou oponente, ou simplesmente interessada; emitir pareceres, quando solicitado, sobre assuntos de natureza jurídica relacionados à gestão administrativa, especialmente os referentes a interpretação de textos legislativos, aplicação de dispositivos legais e concessão de direitos; elaborar os projetos, decretos e resoluções de iniciativa da Mesa Diretora; orientar as comissões de inquérito e o processo disciplinar; elaborar termos, contratos administrativos e outros similares; acompanhar e emitir pareceres em processos licitatórios da Câmara de Vereadores; exercer controle de constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos; outras atribuições designadas pelo Presidente da Câmara. Registro na entidade de classe.

Contador - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registros e demonstrações contábeis. Registro de atos e fatos contábeis; controlando o ativo permanente;

gerenciando custos, preparando obrigações acessórias, tais como: declarações ao fisco e órgãos competentes, controlando o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborando demonstrações contábeis, realizando auditoria interna e externa atendendo a solicitações de órgãos fiscalizadores, bem como realizando perícia. Registro na entidade de classe.

Analista de Orçamento - Desenvolver e executar atividades de nível superior, de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a análise do Orçamento Municipal, emendas, alteração orçamentária e pareceres contábeis/financeiro das autarquias, fundações municipais, fundos municipais e do município, auxiliando a Presidência e a comissão de Finanças e Orçamento na elaboração de pareceres técnicos nos projetos.

Agente Administrativo - Atividade de nível superior envolvendo o Planejamento, organização e controle as áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementando programas e projetos; elaborando planejamento organizacional promovendo estudos de racionalização e controle do desempenho organizacional. Executar estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, certificado, ou por quaisquer outros atos, de natureza econômica ou financeira, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos, privados ou mistos.

Analista de Tecnologia da Informação - Executar tarefas na área de informática, fazendo levantamentos de rotinas e procedimentos de sistemas informatizados ou em vias de informatização, concebendo, projetando, elaborando e construindo fluxos lógicos de informações e projetos físicos de sistemas, identificando, avaliando e relacionando no mercado de sistemas aplicativos de processamento de dados propondo sua adoção e manutenção, analisando viabilidade de solicitações, elaborando definições técnicas e funcionais de programas e planos de trabalho, codificando e determinando testes necessários aos programas e sistemas, prestando consultoria aos usuários, selecionando novos softwares na área de microinformática bem como criando normas e padrões de uso dos recursos computacionais. Nível de Escolaridade: Nível superior completo na área de informática, ou qualquer outra graduação em 3º grau com especialização em informática, e registro, quando couber, com habilitação legal para o exercício da profissão, na forma da legislação em vigor.

Oficial Legislativo - Atividade de nível superior que envolve redação e digitação de informações, ofícios, correspondências, ordens de serviços, memorandos e portarias; receber e expedir correspondências; organizar índices e manter atualizados os registros necessários, fichários e arquivos de documentação e legislação; registrar e classificar a documentação recebida para arquivamento; anexar, desanexar e desentranhar documentos de projetos; examinar processos relacionados com assuntos gerais da Câmara preparando as informações ou expedientes que se fazem necessários; elaborar a folha de pagamento, apurar a frequência dos servidores e vereadores; executar todas as tarefas pertinentes ao setor de pessoal; gravar, acompanhar as sessões e redigir as atas correspondentes; auxiliar os serviços de contabilidade e tesouraria; e executar outras tarefas afins.

Atividades de Nível Médio e Técnico

Assistente Administrativo Auxiliar - Executar atividades qualificadas de nível médio, envolvendo conhecimentos gerais em atividades relacionadas com a fluência normal dos serviços de ordem administrativa, como: datilografia, digitação, noções de informática, cálculos, serviços de tesouraria, providenciar registros, controles, fichários, lançamentos e levantamentos, além de outras

atividades, sempre sob orientação e supervisão superior.

Técnico em Contabilidade - Registros e relatórios dos atos e fatos contábeis da Câmara de Vereadores. Realizar a conferência da documentação para realização dos respectivos registros. Escrever os atos e fatos contábeis da Câmara Municipal e analisar as respectivas contas. Realizar cálculos contábeis e patrimoniais. Realizar conciliações bancárias. Controlar contas a pagar e contas a receber. Emitir e conferir os boletins de tesouraria. Emitir balanços contábeis. Controlar os inventários de bens patrimoniais e de almoxarifado. Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação. Registro na entidade de classe.

Telefonista - Executar tarefas de complexidade mediana, envolvendo o manuseio, operação de central telefônica, efetuação de ligações e recepção de ligações telefônicas em geral, bem como, o correto manuseio de aparelhos eletrônicos relacionados com a área de comunicações.

Almoxarife - Organizar e executar trabalhos de recebimento, registro e entrega de materiais, ferramentas e equipamentos, responsabilizando-se pela estocagem e inventário dos mesmos, observando normas e instruções de armazenagem bem como níveis satisfatórios de estoques solicitando a reposição dentro das necessidades.

"Agente Operacional de Serviços Auxiliares - Prestar apoio às áreas às atividades relacionadas com as áreas técnico-legislativa, administrativo-operacional relacionadas com a área administrativa, recursos humanos, contabilidade, finanças, suprimento de materiais e serviços, licitações, orçamentos, custos e outros."

DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS

Cargo: Assessor Parlamentar I

Atribuições: assessorar o Vereador no âmbito das Comissões; Assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Realizar pesquisas e estudos, relatórios e demais documentos, quando solicitado; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou tenha interesse o Vereador; Acompanhar e informar ao Vereador sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara de Vereadores; Incubir-se da correspondência recebida e expedida pelo parlamentar; Preparar regularmente sinopse das matérias de interesse do Vereador, publicadas nos principais órgãos da imprensa; Acompanhar e/ou representar o Vereador nas reuniões junto à comunidade. Anotando as reivindicações e encaminhamentos propostos para subsidiar os trabalhos legislativos. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Oficial de Gabinete Parlamentar I

Atribuições: assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou em que tenha o interesse o Vereador; Atender o Vereador em todas as solicitações de cunho político e administrativo; Auxiliar os Assessores Parlamentares nos trabalhos de elaboração de requerimentos, proposições legislativas e outros. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar III

Atribuições: chefiar, sob a orientação e supervisão do respectivo Vereador, as atividades desenvolvidas pelo Gabinete do Vereador; representar o Vereador, quando por este indicado, perante outros órgãos governamentais, diante de entidades da sociedade, em eventos culturais, esportivos e institucionais, no Município ou fora dele; Chefiar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos demais assessores do Vereador; Comandar a promoção de

estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, sugerindo ao Vereador, iniciativas possíveis para a resolução de problemas da comunidade; Emitir pareceres nos processos legislativos quando solicitado pelo Vereador; Mediar parcerias com instituições de ensino, pesquisa e organismos governamentais na busca de subsídios, as proposições legislativas apresentadas pelo Vereador; Chefiar o processo de registro e acompanhamento da

tramitação dos processos originários no Gabinete até sua votação em Plenário; coordenar e controlar a elaboração e o atendimento aos compromissos agendados para o Vereador; promover reuniões com os assessores do gabinete para planejamento e avaliação das atividades, responder pelo Gabinete perante os outros setores da Câmara Municipal; aconselhar técnica e politicamente o Vereador, ao bom desenvolvimento do mandato e ao pleno atendimento das demandas apresentadas pela comunidade; Chefiar a execução de outras atividades a cargo do Gabinete do Vereador. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar II

Atribuições: prestar assessoramento direto ao Vereador no cumprimento do seu mandato parlamentar, especialmente na análise de matérias complexas de produção legislativa ou de fiscalização, no âmbito do Gabinete do Vereador; prestar assessoramento direto ao Vereador na análise e elaboração de minutas ou anteprojatos de Leis, Resolução ou Decretos, no âmbito do Gabinete do Vereador, que exijam alto grau de complexidade; prestar assessoramento imediato ao Vereador no planejamento e elaboração de pareceres, pronunciamentos e instruções; prestar assessoramento imediato ao Vereador na busca de dados, informações e elementos relativos às variáveis que compõem o processo decisório de matérias submetidas à sua apreciação e voto; representar o Vereador, quando for ele indicado, nos eventos que permitam tal procedimento; prestar assessoramento ao Vereador em outras atividades correlatas por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Secretário Parlamentar I

Atribuições: prestar assessoramento direto ao Vereador no cumprimento dos compromissos de seu mandato, cujas atividades sejam de média complexidade; prestar assessoramento ao Vereador na organização de sua agenda de compromissos internos e externos; prestar assessoramento ao Vereador no planejamento, elaboração e encaminhamento de sua comunicação com a população, através de meio impresso ou via correio eletrônico, com a utilização da Internet; prestar assessoramento ao Vereador no recebimento e encaminhamento de autoridades e pessoas em geral, com as quais se relaciona; prestar assessoramento ao Vereador no recebimento e encaminhamento das demandas oriundas de entidades e população em geral; prestar assessoramento ao Vereador em outras atividades correlatas de média complexidade, por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Coordenador Parlamentar II

Atribuições: Prestar assessoramento imediato ao Vereador no cumprimento de seus compromissos políticos e parlamentares em geral, cujas atividades sejam de fácil implementação; prestar assessoramento ao Vereador nos seus contatos externos com a população em geral, através de visitas ou entrega de correspondência; prestar assessoramento ao Vereador no acompanhamento da tramitação de suas solicitações, requerimentos e proposições nas repartições públicas em geral; prestar assessoramento ao Vereador no cumprimento de sua agenda de compromissos externos; prestar assessoramento ao vereador em outras atividades de complexidade de nível simples, por ele designadas. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

Cargo: Coordenador Parlamentar I

Atribuições: Prestar assessoramento imediato ao Vereador no cumprimento de seus compromissos políticas e parlamentares em geral, cujas atividades sejam de fácil implementação; Preparar e expedir a correspondência dos Vereadores; Arquivar a correspondência do Gabinete e organizar fichários e arquivos, mantendo-os organizados; Verificar e acompanhar a tramitação de assunto de interesse do Gabinete, junto a repartições públicas e órgãos da Câmara; Redigir memorandos, cartões e pequenos expedientes exclusivos do gabinete; Organizar a agenda do vereador, marcando audiências, entrevistas, visitas e outros compromissos; Receber e encaminhar partes; Efetuar tarefas de recepção no gabinete parlamentar; realizar serviços externos correspondentes ao exercício do mandato do Vereador; providenciar a circulação de papéis, tanto interna como externamente. Executar atividades externas vinculadas as demandas do gabinete parlamentar.

PROCURADOR GERAL E ADJUNTO

Procurador Geral - Chefe da Procuradoria Jurídica da Câmara, competindo igualmente com o Procurador Adjunto as seguintes atribuições - Prestar assessoria jurídica à Mesa da Câmara, ao Presidente, aos Vereadores e às Comissões da Câmara em todas as etapas do processo legislativo e nas questões relacionadas aos serviços administrativos internos da Câmara; prestar assessoramento jurídico ao Diretor Geral, e aos servidores em matérias de natureza administrativa e legislativa; representar a Câmara Municipal de Vereadores em qualquer instância judicial, atuando nos feitos em que a mesma seja autora ou ré, assistente ou oponente, ou simplesmente interessada; emitir pareceres, quando solicitado, sobre assuntos de natureza

jurídica relacionados à gestão administrativa, especialmente os referentes a interpretação de textos legislativos, aplicação de dispositivos legais e concessão de direitos; elaborar os projetos, decretos e resoluções de iniciativa da Mesa Diretora; orientar as comissões de inquérito e o processo disciplinar; elaborar termos, contratos administrativos e outros similares; acompanhar e emitir pareceres em processos licitatórios da Câmara de Vereadores; exercer controle de constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos; outras atribuições designadas pelo Presidente da Câmara. Requisitos: ser bacharel em Direito regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

DIRETOR DO CONTROLE INTERNO

Atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) n. 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/2001), a Resolução n. TC-16/94 e alterações posteriores, a Lei Federal n.º 8.666/1993 e a legislação local. Analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial (is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de

processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000), observado o art. 5º da Decisão Normativa n. TC-02/2006; fazer a

remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. Deve o controlador interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir nível superior; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições da Câmara de Vereadores; Organizar agenda do Presidente; organizar agenda da Câmara; acompanhar as sessões; realizar, a pedido dos membros da Mesa, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município, e do interesse da Mesa Diretora da Câmara; assessorar os membros da Mesa Diretora na elaboração de relatórios sobre as atividades do Poder Legislativo; desempenhar atividades afins, que lhe sejam determinadas pelos membros da Mesa Diretora. Elaborar e manter atualizado o manual de Cerimonial da Câmara de vereadores

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Elaboração planilhas periódicas de custos dos contratos administrativos vigentes. Apresentar planejamento para aplicação do repasse constitucional enviado pelo Poder Executivo. Acompanhar e auxiliar no encaminhamento do orçamento à Câmara. Emitir Parecer com relação aos encaminhamentos dados ao orçamento. Elaborar relatórios Mensais de resultados alcançados pela Câmara. Controlar, coordenar e assessorar as questões inerentes à gestão do orçamento do Poder Legislativo.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Planejar, coordenar e dirigir as atividades e assessorar o Presidente e Mesa Diretora nos assuntos relacionados à comunicação institucional. Administrar as peças e ações comunicacionais das campanhas de publicidade e propaganda; Auxiliar os departamentos da Câmara no desenvolvimento de estratégias comunicacionais; Acompanhar informações relevantes da Secretaria Legislativa e ações da Presidência; supervisionar a redação de notícias e artigos sobre o Legislativo Josefense para publicação em diversos meios de comunicação; Desenvolvimento e atualização de todo tipo de material áudio-visual de uso interno ou para fins de projetos; Clipagem diária dos meios de comunicação da região. Responsável pela imagem externa da Câmara Municipal de São José, bem como pela administração dos trabalhos da TV Câmara, da comunicação e informação com outros órgãos e instituições e pelas publicações desta Casa Legislativa. Coordenar e supervisionar o processo de suprimento de notícias encaminhadas para

os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal; Controlar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal. Promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal. Garantir cobertura imparcial e democrática de todas as atividades da Casa, inclusive a cobertura jornalística dos pronunciamentos em plenário; Elaborar relatórios, diagnósticos e avaliações específicas, tendentes a qualificar os processos de divulgação institucional da Câmara Municipal; Controlar o processo de difusão e disponibilização das notícias consolidadas ao público e aos órgãos de imprensa interessados, sobre a Câmara Municipal; Assistir aos órgãos do Poder Legislativo, através das diretrizes determinadas pelo Assessor de Imprensa e pelo Assessor de Imprensa Adjunto, das matérias que serão objeto de divulgação pela Câmara Municipal; Chefe de Comunicação: coordenar e supervisionar o processo de suprimento de notícias encaminhadas para os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal; controlar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal; promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal; assistir aos órgãos do Poder Legislativo, acerca das matérias que serão objeto de divulgação pela Câmara Municipal; Gerir e fiscalizar a execução de contrato administrativo, cujo objeto se relacione com as suas funções.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Assessorar a Presidência e a Vice-Presidência em todas as suas atividades; zelar pela ordem no andamento dos trabalhos administrativos dos gabinetes da Presidência e Vice-Presidência. Organizar e manter atualizado o arquivo do Gabinete; atender os municípios; exercer as demais atividades internas e externas que lhe forem atribuídas pelo Presidente. Auxiliar quando necessário os demais departamentos da Câmara na execução de atividades diretamente voltadas a atender as necessidades da Presidência. Preparar documentos que

não se enquadrem na área de atuação de outros departamentos da Câmara. Exercer outras atividades correlatas. Assessorar o presidente através das unidades administrativas que integram o gabinete. Recepcionar as autoridades visitantes. Acompanhar o Presidente, se convocado, em eventos fora da casa legislativa; Participar de eventos de maneira na qual represente o presidente no caso de uma ausência do mesmo; Gerenciar documentos administrativos de interesse direto do Presidente; prestar assessoramento político ao Presidente nas sessões legislativas e nos seus recessos; coordenar e supervisionar a execução dos trabalhos requisitados pela Mesa Diretora; participar das sessões plenárias e reuniões da Mesa Diretora, desenvolvendo as atividades de consultoria que lhe forem requisitadas pelos membros da Mesa; prestar apoio político-parlamentar aos trabalhos desenvolvidos pelos membros da Mesa Diretora, no desempenho de suas atribuições institucionais; Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar se for o caso; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Responder pelo recebimento das proposições em Plenário destinadas às Comissões, para exame e parecer nos prazos regimentais; manter-se permanentemente informado a respeito das atividades desenvolvidas pelas comissões; dirigir os serviços de secretariado das reuniões das comissões relativos a redação, digitação e revisão de atos e demais documentos elaborados, além de providenciar a

gravação das reuniões; organizar e manter arquivo das proposições em tramitação para posterior anexação dos pareceres e demais documentos cabíveis; realizar pesquisas e levantamentos necessários ao exame das matérias a serem analisadas nas Comissões; dirigir as atividades referentes à emissão de pareceres e demais textos legislativos, analisados e elaborados nas Comissões, para sua últimação e expedição; encaminhar à diretoria

de Assuntos Legislativos as matérias, com os respectivos pareceres, que estejam em condições de figurar na ordem do dia ou de ser arquivada; orientar, sempre que solicitado, as Assessorias Parlamentares sobre as proposições a serem protocoladas pelo Vereador, analisando redação e técnica legislativa; exercer outras atividades correlatas; agendar, acompanhar e divulgar as audiências

Públicas realizadas pelas Comissões Permanentes e Temporárias e aquelas solicitadas pela Administração direta ou indireta do Município e por conselhos Municipais quando o tema for pertinente ou de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias da Câmara de Vereadores de São José.

"COORDENADOR GERAL DA CÂMARA

Planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar os serviços da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal e avaliar seus resultados; propor ao Presidente a edição de regulamentos relativos ao funcionamento dos serviços da Câmara; propor diretrizes relativas ao Planejamento Interno e à Administração da Câmara; propor e coordenar a execução das atividades relativas à gestão financeira e de pessoal da Câmara; planejar, propor, supervisionar, coordenar e acompanhar a execução de serviços e obras de engenharia, reforma e conservação da sede da Câmara, garantindo o acesso e o uso seguro e contínuo das instalações e equipamentos; assessorar, fornecer subsídios, elaborar relatórios e prestar informações gerenciais à Presidência, em matéria de sua competência; exercer outras atividades pertinentes as suas atribuições.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

Coordenar, dirigir e avaliar a execução das atividades do Departamento; acompanhar, despachar e emitir opinião sobre contratos, pedidos de informação afetos à área de competência do Departamento; coordenar o desenvolvimento e a execução de projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação; subsidiar os processos de criação e implementação dos sistemas informatizados do Departamento; solicitar capacitação para os servidores do Departamento; supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados no Departamento; supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade; elaborar relatórios das atividades do Departamento, nos prazos e modelos estabelecidos; acompanhar e realizar os serviços administrativos do Departamento; fiscalizar os contratos em execução relacionados com a área de atuação do Departamento; supervisionar a execução das atividades inerentes aos contratos de terceirização; desempenhar outras atribuições correlatas.

CHEFE DE DEPARTAMENTO CONTÁBIL FINANCEIRO

Desenvolver e executar atividades contábeis abrangendo serviços relativos à contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registros e demonstrações contábeis. Registro de atos e fatos contábeis; controlando o ativo permanente; gerenciando custos, preparando obrigações acessórias, tais como: declarações ao fisco e órgãos competentes, controlando o registro dos livros nos órgãos apropriados;

elaborando demonstrações contábeis, atendendo solicitações de órgãos fiscalizadores, quando solicitado, e manter o respectivo registro na entidade de classe.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

Exercer o controle dos materiais e bens patrimoniais de responsabilidade da Câmara; exercer a gerência e acompanhamento dos contratos de aquisição e manutenção de bens patrimoniais; acompanhar a vigência e a execução dos contratos firmados pela Câmara referentes à aquisição e manutenção de bens patrimoniais; definir padrões e especificações dos bens patrimoniais a serem adquiridos, levando em consideração quantidade, qualidade, economicidade e funcionalidade, encaminhando-os à Divisão de Compras para proceder à aquisição; certificar a adequação das amostras dos bens patrimoniais de acordo com os padrões definidos e, tratando-se de material técnico, solicitar parecer técnico à unidade competente; emitir, quando solicitado, parecer técnico para subsidiar a Comissão de Licitação e/ou Divisão de Compras; proceder à incorporação dos bens, após devidamente conferidos; processar o tombamento dos bens móveis, objetivando a identificação dos mesmos e dos responsáveis pela sua guarda e uso; administrar a guarda e a conservação dos bens patrimoniais da Câmara; manter cadastro dos bens móveis, controlar sua movimentação e recomendar os reparos que se façam necessários; proceder à distribuição dos bens patrimoniais às unidades requisitantes e a emissão dos respectivos termos de responsabilidade; controlar o vencimento das garantias dos equipamentos adquiridos, informando tempestivamente ao Diretor de Administração para efeito de manutenção; propor Diretor de Administração a doação de bens patrimoniais obsoletos ou inservíveis e, concluído o processo, promover a respectiva baixa; elaborar e remeter aos Diretores de Administração e de Contabilidade e Finanças relatórios mensais dos bens adquiridos ou doados; manter cadastro dos bens imóveis integrantes do patrimônio da Câmara, com os títulos de propriedade devidamente regularizados junto aos órgãos competentes; apoiar e prestar esclarecimentos necessários ao Controle Interno, quando do inventário anual dos bens patrimoniais da Câmara; desenvolver e executar projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação; subsidiar os processos de criação e implementação dos sistemas informatizados do Departamento; identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados no Departamento; supervisionar a frequência e a escala de férias dos servidores lotados na Diretoria; supervisionar o controle dos materiais e bens patrimoniais sob sua responsabilidade; elaborar e remeter ao Diretor de Administração relatórios das atividades do Departamento nos prazos e modelos estabelecidos em regulamento específico."

ANEXO II - ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DA CÂMARA

(LEI Nº. 4.696/2008 - ALTERADO PELA LEI Nº. 5.172/2011)

	CARGOS EFETIVOS	HABILITAÇÃO	VAGAS
	Agente Administrativo	Nível Superior	01
	Oficial Legislativo	Nível Superior em Direito	04
	Contador	Nível Superior em Ciências Contábeis e inscrito no CRC	01

Grupo ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR			
ANS	Analista de Orçamento	Nível Superior em Ciências Contábeis - Economia ou Administração	01
	Procurador	Nível Superior em Direito e inscrito na OAB	02
	Analista de Tecnologia da Informação	Nível Superior em Ciências da Computação/Tecnologia da Informação	01
Grupo ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO			
ANM	Agente Administrativo Auxiliar	Nível Médio (2º Grau)	04
	Técnico em Contabilidade	Nível Médio em Técnico em Contabilidade e inscrito no CRC	01
	Telefonista	Nível Médio (2º Grau)	03
	Almoxarife	Nível Médio (2º Grau)	01
	Agente Operacional Serviços Auxiliares	Nível Médio (2º Grau)	04
			23
TOTAL DE CARGOS			

ANEXO V - FUNÇÕES GRATIFICADAS

(LEI Nº.4.696/2008 - ALTERADO PELA LEI Nº. 5.122 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011)

FUNÇÃO GRATIFICADA	CÓDIGO	QUANTIDADE	VALOR
Responsável pela Contabilidade	FG1	01	R\$ 2.100,00
Auxiliar de Contabilidade	FG2	01	R\$ 1.500,00
Presidente de Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro	FG3	02	R\$ 1.200,00
Membros de Comissão Permanente de Licitação (2) e Equipe de Apoio do Pregoeiro (2)	FG4	04	R\$ 900,00
			R\$ 850,00
Chefe de Departamento	FG5	01	
			R\$ 650,00
Chefe de Setor	FG6	01	

ANEXO VII - QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA

(LEI Nº 4.696/2008 - ALTERADO PELA LEI Nº. 5.311 DE 16 DE JULHO DE 2013)

	NOMENCLATURAS	Nível	Quantidade	Vencimento
Cargos Co-missionados Privativos da Administração da Câmara	Coordenador Geral	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Procurador Geral	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Diretor de Controle Interno	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Diretor de Administração	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Diretor Contábil-Financeiro	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Chefe de Gabinete da Presidência	CCP-01	01	R\$ 5.943,78
	Procurador Adjunto	CCP-02	01	R\$ 4.692,08
	Assessor da Presidência	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Secretaria da Presidência	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Chefe do Departamento Contábil Financeiro	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Chefe do Departamento de Marketing e Comunicação Social	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Chefe do Departamento de Infraestrutura	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Chefe do Depto de Planejamento e Controle Orçamentário	CCP-03	01	R\$ 3.102,00
	Chefe do Departamento de Patrimônio	CCP-04	01	R\$ 2.492,11
	Coordenador de Atividade Legislativa	CCP-04	05	R\$ 2.492,11
	TOTAL		19	

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 17/03/2015 Processo: 029/2015
--	--

Resultado Tomada de Preços Nº 2/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 029/2015 - Tomada de Preços Nº 2/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MURO, PAVIMENTAÇÃO E PAISAGISMO DO TERRENO DA UBS DE POTECAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo

licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura das propostas fica classificada pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	1	378,0	R\$ 11,86	R\$ 4.483,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	2	22,0	95,94	2.110,68
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	3	2,0	90,00	180,00
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	4	2,8	11,86	33,21
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	1	5	62,0	31,60	1.959,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	1	218,0	30,20	6.584,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	2	453,9	64,61	29.324,54
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	3	585,1	58,59	34.278,08
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	4	296,4	42,99	12.742,24
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	5	100,0	30,71	3.071,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	2	6	7,0	226,89	1.588,23
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	1	1,6	2.156,52	3.407,30
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	2	1,1	2.156,52	2.458,43
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	3	39,3	9,98	392,01
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	4	0,5	2.156,52	1.142,96
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	5	114,7	18,20	2.087,90
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	6	183,6	61,16	11.225,92
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	7	5,3	62,64	332,62
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	8	372,4	3,27	1.217,78
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	3	9	372,4	16,49	6.141,04
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	1	18,4	198,19	3.636,79
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	4	2	8,0	198,19	1.585,52
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	1	26,8	93,58	2.504,20
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	2	183,6	2,72	499,26
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	3	183,6	10,50	1.927,28
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	5	4	40,2	29,01	1.165,62
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	1	12,0	463,13	5.557,56
EMPREITEIRA PAVICON LTDA	6	2	1.453,5	2,34	3.401,17

Valor Total	Valor Total Extenso
-------------	---------------------

R\$ 145.038,73

Cento e quarenta e cinco mil e trinta e oito reais e setenta e três centavos

São José, 17 de março de 2015.

CARLOS A. SCHMIDT

Presidente / CPL

PAULO DUTRA

Membro

KETY SILVA TRIERVEILER

Membro

RAMON DE SOUZA C. MARTINS

Membro

REJANE MAGALI S. MEDEIROS

Membro

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.29/2015

RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº29/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 29/2015, Edital de Pregão Nº 29/2015, Objeto: contratação de seguro para o veículo gm corsa classic, placa mlv-1726, do fundo municipal da assistência social, visando assegurar os usuários, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 30/03/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 30/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.33/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº33/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 33/2015, Edital de Pregão Nº 33/2015, Objeto: registro de preços para locação de hora/máquina com "escavadeira" e "trator de esteira", para uso no programa de desenvolvimento rural e industrial, conforme lei n.4.048/2013, e outros serviços diversos necessários do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 31/03/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 31/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.042, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.042, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 39.993,49 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.			
10.302.4506.2.021			Aplicações	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000		46	Diretas	R\$ 39.993,49

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.044, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.044, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Fixa o valor de locação da Copa, Cozinha, Restaurante, Churrascueira e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação da Copa, Cozinha, Restaurante, Churrascueira e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para a realização de evento a ser promovido no dia 21 de março de 2015, pela empresa Wagner Furlanetto 03075020907, inscrita no CNPJ sob o nº 19.824.258/0001-30, da seguinte forma:

I - em R\$ 653,96 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), correspondente a 7,01 (sete vírgula zero um) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da Copa;

II - em R\$ 653,96 (seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos), correspondente a 7,01 (sete vírgula zero um) UFRM, para a locação da Cozinha;

III - em R\$ 523,36 (quinhentos e vinte e três reais e trinta e seis

centavos) correspondente a 5,61 (cinco vírgula sessenta e um) UFRM, para a locação do Restaurante;

IV - em 392,75 (trezentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 4,21 (quatro vírgula vinte e um) UFRM, para a locação da Churrascueira; e

V - em R\$ 8.504,32 (oito mil, quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos), correspondente a 91,16 (noventa e um vírgula dezesseis) UFRM, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti.

Parágrafo único. O valor total da locação, de que tratam os incisos I a V, será de R\$ 10.728,35 (dez mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), o que corresponde a 115 (cento e quinze) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 694/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 694, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Altera o Decreto Legislativo nº 641, de 09 de setembro de 2009, que dispõe sobre a criação do Programa "Parlamento Jovem" no município de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O caput do art. 4º do Decreto Legislativo nº 641, de 09 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O Parlamento Jovem será constituído por mínimo de nove e máximo de onze vereadores mirins, sendo estudantes com idade entre 12 e 15 anos, devidamente matriculados e com frequência escolar comprovada, obedecendo ao seguinte critério:

.....

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de março de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente

PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIA nº 205, de 16 de março de 2015.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe conferem o artigo 19, inciso II, alínea "b", c/c com o artigo 226, § 1º do Regimento Interno e artigo 44A da Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste, tendo em vista o PARECER PRÉVIO nº 0249/2014 e Relatório nº DMU nº 4940/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

(TCE) sobre as contas do Prefeito Municipal Senhor Geraldino Cardoso, do exercício de 2013 - Processo nº PCP - 14/00097280;

CONSIDERANDO as restrições anotadas pelo Corpo Técnico da DEMU/TCE; e

CONSIDERANDO que o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, que desde já faz parte integrante desta Portaria, decidiu recomendar à Câmara Municipal de São Lourenço do Oeste a APROVAÇÃO das contas do exercício de 2013, do Prefeito Municipal Senhor Geraldino Cardoso;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, nos termos do artigo 44A e seguintes da Lei Orgânica do Município, PROCESSO ADMINISTRATIVO contra o Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste (SC) Senhor Geraldino Cardoso;

Art. 2º Determinar, em cumprimento ao artigo 44A, § 3º da Lei Orgânica do Município, NOTIFIQUE o Senhor Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal, da instauração do Processo Administrativo para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente a defesa por escrito e junte documentos com vistas ao saneamento das restrições apontadas no PARECER do TCE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2015.

Vereador Edu Antonio Borges

Presidente da Câmara Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de profissionais para trabalhar nas oficinas desenvolvidas pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo do Município de São Miguel do Oeste - SC, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 31 de março de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 17 de março de 2015.

JOSÉ ELIAS ARAUJO DO ROSARIO

Presidente da Fundação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para conservação e manutenção do Rolo Compactador Dynapac CA250II ano 2010, n.º 215 e para a caçamba ford cargo 2428E ano 2010, n.º 200, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 31 de março de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 17 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LOSANGELA BELERS, inscrita no CPF sob nº. 010.632240-04, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. EDILAINE APARECIDA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 065.815.789-24, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROMI KLEBBER DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 066.742.819-48, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES, inscrita no CPF sob nº. 747.087.830-00, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELE SOARES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 082.016.049-03, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS, inscrita no CPF sob nº. 034.937.229-23, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - ENS. FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PATRICIA DE LIMA, inscrita no CPF sob nº. 071.884.939-60, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR C - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. THAIS CRISTINA NASCIMENTO, inscrita no CPF sob nº. 079.523.959-98, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GRASIELLE SANTOS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 053.925.449-59, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SANDRA KELLY LINZMEYER, inscrita no CPF sob nº. 003.709.969-84, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de março de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201,

Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ETAPA DE LANCESPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER/SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 04/2015-FMS
PROCESSO Nº. 07/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Para conhecimento dos interessados a ETAPA DE LANCES fica marcada para dia 24 de março de 2015 às 14h15min, da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 04/2015-FMS, Processo nº. 07/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Schroeder, 17 de março de 2015.
Daniela Samulescki
Pregoeira

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 14/2015 - FMS
Processo de licitação nº. 18/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 09/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FÓRMULA CERTA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.285.969/0001-00, estabelecida na Rua Presidente Epitácio Pessoa nº 50, sala 02, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado do Santa Catarina, CEP: 89.251-100.

Objeto: Aquisição de ácido utilizado em procedimentos ginecológicos, usados no tratamento da infecção por HPV, realizados na Unidade Central de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ÁCIDO TRICLO-ROACÉTICO 80% - FRASCO COM 20ML	02	Frasco	32,50	65,00
VALOR R\$ TOTAL					65,00

Valor do contrato: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
Data da Assinatura: 17/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 57/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 57/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 24/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança nº. 2320, Bairro Fundo Canoas, no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de uso veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX CAIXA DE 50 PA-RES - TAMANHO P LÁTEX	15	Unid.	19,638	294,57
02	ALGODÃO PACOTE COM 500G	05	Unid.	11,454	57,27
03	GAZE PACOTE COM 500 UNIDADES	10	Unid.	12,856	128,56
04	LÂMINA DE BISTURI Nº 10 CAIXA COM 100 PEÇAS	01	Unid.	18,831	18,831
05	AGULHA 40X12 CAIXA COM 100 PEÇAS	12	Unid.	5,887	70,64
06	AGULHA 30X8 CAIXA COM 100 PEÇAS	12	Unid.	5,10	61,20

08	SERINGA 10 ML CAIXA COM 100 PEÇAS	12	Unid.	20,90	250,80
09	SERINGA 5ML CAIXA COM 100 PEÇAS	04	Unid.	12,167	48,67
10	SERINGA 3ML COM 100 PEÇAS	02	Unid.	10,303	20,61
11	FIO PARA SUTURA CATEGUT Nº 0 CAIXA COM 24 CROMADO	06	Unid.	97,296	583,78
12	FIO PARA SUTURA NYLON Nº 0 CAIXA COM 24	03	Unid.	36,48	109,44
13	ÁLCOOL 70% FRASCO DE 1L	12	Unid.	3,992	47,90
14	TINTURA DE IODO FRASCO 1L	10	Unid.	18,406	184,06
15	ODO POVIDINE TOPICO FRASCO COM 1L	07	Unid.	16,19	113,33
TOTAL R\$					1.989,66

Valor do contrato: R\$ 1.989,66 (um mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos)

Data da Assinatura: 17/03/2015 - Vigência: 17/03/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 58/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 58/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 18/2015-PMS

Processo nº. 49/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: REGINALDO GONÇALVES LARROZA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.050.768/0001-72, estabelecida na Rua 03 de Outubro 819, Bairro Braço do Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de peças para realização de manutenção do aparelho de ar condicionado para a Procuradoria do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Compressor - Split 9.000 BTUS	01	UNIDADE	338,00	338,00
02	Capacitor de 25 UF	01	UNIDADE	13,00	13,00
TOTAL R\$					351,00

Data da Assinatura: 17/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

Valor total: R\$ 351,00 (trezentos e cinquenta e um reais)

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO CONTRATO Nº 285/2014-PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº. 235/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 105/2014-PMS

Fica a empresa GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 79.935.102/0001-59, estabelecido na Rua Doraci Galloti Kehrig, nº 56, Centro, na Av. das Industriais nº. 330, na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.800-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 285/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 29/15 e nº 32/15 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
32/15	APOSTILA DE JARDIM III CONTENDO 86 PAGINAS - CONF. EDITAL	09/02/15	17/02/15.
29/15	APOSTILA ALEMÃO II CONTENDO 65 PAGINAS - CONF. EDITAL	09/02/15	17/02/15.
29/15	APOSTILA ALEMÃO I CONTENDO 63 PAGINAS - CONF. EDITAL	09/02/15	17/02/15.
29/15	APOSTILA DE ALFABETIZAÇÃO CONTENDO 120 PAGINAS - CONF. EDITAL	09/02/15	17/02/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 17 de março de 2015.

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

A

GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA

CNPJ nº 79.935.102/0001-59

(48) 3443-0160.

PORTARIA Nº. 5.985/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº. 5.985/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a exoneração do cargo comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, da servidora, Sra. Diviê Roberta Welter Carvalho em 1º de março de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Karolline Lins de Carvalho Ananias, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 16 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 33/2015-PMS**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL**

Contrato nº. 33/2015 - PMS
Processo de licitação nº. 19/2015 - PMS
Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 12/2015 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.099.060/0001-78, estabelecida na rua Leopoldo Prust, nº 1131, Braço do Sul, neste Município de cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Ernesto Schneider, inscrito no CPF sob o nº 283.210.229-87, ficam ajustados à rescisão contratual amigável de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 33/2015-PMS, celebrado no dia 06 de março de 2015, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus

Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme Parecer da Procuradoria nº 19/2015-PROJUR e demais anexos.

CLÁUSULA 2.ª - DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

E por estarem justos e acordados, mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 17 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki
CPF Nº. 053.350.739-18
Testemunha 01

Ivandra de Souza
CPF Nº. 047.563.299-00
Testemunha 02

ATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2015-FMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 4/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 16/02/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 4/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico da Farmacêutica Denise Erig Rocha de Souza e da Técnica de Enfermagem Roseane Finta, da Secretaria de Saúde e Assistência Social. De acordo com Parecer técnico foi constatado que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., não apresentou para os itens 12, 14, 20 e 22 Certificado de Registro do Produto, documento exigido no item do edital 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível) Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere.", sendo inabilitada nos itens acima mencionados. Diante do exposto fica marcada a data de 24 de março de 2015, as 14h15min para continuação do processo na etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação da empresa.

Schroeder, 17 de Março de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 13/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 17/03/2015		Válido até: 17/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de uso veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUIVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX CAIXA DE 50 PARES - TAMANHO P LÁTEX	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nugard	0	19,6380	1
2	ALGODÃO PACOTE COM 500G	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Euro Med	0	11,4540	1
3	GAZE PACOTE COM 500 UNIDADES;	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	America	0	12,8560	1
4	LÂMINA DE BISTURI Nº 10 CAIXA COM 100 PEÇAS	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxicor	0	18,8310	1
5	AGULHA 40X12 CAIXA COM 100 PEÇAS,	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Enbramac	0	5,8870	1
6	AGULHA 30X8 CAIXA COM 100 PEÇAS,	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Enbramac	0	5,1000	1
8	SERINGA 10 ML CAIXA COM 100 PEÇAS	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	20,9000	1
9	SERINGA 5ML CAIXA COM 100 PEÇAS	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	12,1670	1
10	SERINGA 3ML COM 100 PEÇAS	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	10,3030	1
11	FIO PARA SUTURA CATEGUT Nº 0 CAIXA COM 24 CROMADO	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Shalon	0	97,2960	1
12	FIO PARA SUTURA NYLON Nº 0 CAIXA COM 24	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solidi	0	36,4800	1
13	ÁLCOOL 70% FRASCO DE 1L,	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Da Ilha	0	3,9920	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 17/03/2015		Válido até: 17/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de uso veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	TINTURA DE IODO FRASCO 1L.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Vic Pharma	0	18,4060	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 17/03/2015		Válido até: 17/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de uso veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	IODO POVIDINE TOPICO FRASCO COM 1L	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Vic Pharma	0	16,1900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 17/03/2015		Válido até: 17/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material para serviço de uso veterinário para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015
PROCESSO Nº 24/2015

(6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Schroeder, 17 de Março de 2015.

DISPENSA 09/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2015 - DL**

Processo Nr.: 18/2015
Data: 17/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FORMULA CERTA FARMACIA DE MANIPULACAO E DROGARIA L
Endereço: R PRESIDENTE EPITACIO PESSOA,50 - SALA 0
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 10.285.969/0001-00

Código: 13035

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de ácido utilizado em procedimentos ginecológicos, usados no tratamento da infecção por HPV, realizados na Unidade Central de Saúde da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	ÁCIDO TRICLOROACÉTICO 80% - FRASCO COM 20ML	FR	32,50	65,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Produto com curto prazo de validade, portanto é solicitado a cada 4 meses. Essencial para remoção das lesões condilomatosas causadas pela infecção por HPV (Papiloma Vírus Humano)

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2015 - DL**

Processo Nr.: 18/2015
Data: 17/03/2015

Folha: 2/2

17/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Março de 2015

Valor da Despesa: 65,00 (sessenta e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 18/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2015 - DL**

Processo Nr.: 49/2015
Data: 17/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: REGINALDO GONCALVES LARROZA 51066831068
Endereço: R 03 DE OUTUBRO, 819
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 17.050.768/0001-72

Código: 13017

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de peças para realização de manutenção do aparelho de ar condicionado para a Procuradoria do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Compressor - Split 9.000 BTUS	UN	338,00	338,00
2	1,00	Capacitor de 25 UF	UN	13,00	13,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a ausência de pregão objetivando a compra de peças de aparelhos de ar condicionado, e que o valor em questão é inferior ao máximo permitido pela lei de licitações, a presente dispensa encontra-se justificada.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 17 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 18/2015 - DL**

Processo Nr.: 49/2015
Data: 17/03/2015

Folha: 2/2

04/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Março de 2015

Valor da Despesa: 351,00 (trezentos e cinquenta e um reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 068/2015

DECRETO Nº068/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015

“Dispõe sobre a nomeação de membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica da Assistência Social e lei Municipal n.º 605/2003 de 06/11/2003,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Representantes Governamentais:

1. Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

Suplente: ADRIANO RIGO

2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: IDINEIA CECATTO

Suplente: EDIONE MARCIA DETONI PANDOLFO

3. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: ALEX CEREZOLLI

Suplente: ÉDISON MARTINS

Representantes Não Governamentais

1. Rotaract Club:

Titular: DANIELA ZANELLA DONIDA

Suplente: CLEUDES PARISOTTO JACOBY

2. Associação de Pais e Professores - E. E. B. M. Celso Ramos

Titular: LEOCIR ANTUNES

Suplente: AILTON SILVEIRA

3. Casa da Cultura:

Titular: VANESSA FICAGNA

Suplente: MAICON CEREZOLLI

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando o decreto nº 068 de 26 de março de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 16 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 069/2015

DECRETO Nº. 069/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

“INSTITUI, E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 001/2015 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº001/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

SALETE CERIZOLLI PRIOR - Presidente

JAQUELINE NOAL DONIDA - Secretária

LIANE TEREZINHA DE ALMEIDA - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 018/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 18/2015	
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
	ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA EPP. O presente contrato tem por objetivo, a contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO para provimento de vagas de cargos temporários para o ano de 2015, englobando todas as fases do processo com a elaboração do edital, aplicação das provas escritas e práticas, processamento da classificação final dos candidatos até a homologação do resultado final e por fim a elaboração do dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame em conformidade com as especificações constantes no Anexo “D” do Edital em epígrafe.
Contratada	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 010/2015 – PMSA, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Objeto.....	

	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação do serviço o valor total preposto de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Valor.....:	O pagamento será efetuado em duas etapas da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a aplicação da prova, e outros 50% (cinquenta por cento) do valor total em até 5 (cinco) dias após a homologação e entrega do relatório final do Processo Seletivo.
	18/03/2015 á 10/11/2015.
	Orçamento vigente 2015:
	05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
	05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
	2.500– Manutenção do Ensino Básico – 33.90.00
Vigência....	10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Dotação.....	2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 33.90.00
SERRA ALTA/SC, 18 de março de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Uniformes Escolares e Agasalhos destinados a distribuição aos alunos que freqüentam a Rede Municipal de Ensino do Município de Serra Alta. Promovendo bem estar e garantindo condições básicas e igualdade nas vestimentas dos alunos, bem como gerando conforto na realização de atividades extras e esportivas.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01 de abril de 2015.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 18 de março de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FMS
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Passagens Terrestres para o transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros destinados a atender as necessidades de pacientes que se encontram em tratamento médico-hospitalar fora do Município de Serra Alta.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 02 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02 de Abril de 2015.
O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 18 de Março de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1019/2015

Lei Municipal nº 1019, de 17 de março 2015.
"ALTERA O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano de Cargos e Funções definidos nesta Lei aplica-se a todos os servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º Fica alterado o caput do art. 15 da Lei Complementar nº 008/2012 que "dispõe sobre a implantação da estrutura organizacional e o plano de cargos e salários dos servidores públicos municipais do poder legislativo municipal de serra alta e dá outras providências" passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 15. O Regime de trabalho dos funcionários públicos municipais do Poder Legislativo é de até quarenta horas semanais, cumpridas em dias e horários próprios, atendendo a necessidade do trabalho, regulamentado por Portaria do Presidente, que poderá alterar a carga horária, com o respectivo aumento ou redução no vencimento e definir os horários de cumprimento.

Art. 3º Fica alterado o anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012, passando a vigorar conforme o anexo I da presente Lei.

Art. 4º Fica alterado o anexo V da Lei Complementar nº 008/2012 no que diz respeito apenas ao cargo de tesoureiro, passando a vigorar conforme o anexo II da presente Lei.

Art. 5º Fica alterado o anexo VI da Lei Complementar nº 008/2012 no que diz respeito apenas ao cargo de assessor jurídico, passando a vigorar conforme o anexo III da presente Lei

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013.

Serra Alta (SC), 17 de março de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

ANEXO I

(Anexo IV da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO
DE SERRA ALTA - SC

TABELA REMUNERATÓRIA

GRUPO	CÓD.	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO R\$	CARGA HORARIA
1. SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01	Auxiliar de serviços gerais	12	R\$ 788,00	20 H/S
	02	Tesoureiro	13	R\$ 1.850,00	20 H/S
	03	Controlador Interno	14	R\$ 700,00	10 H/S
	04	Contador	15	R\$ 1.950,00	20 H/S
	05	Secretário Geral	CC-16	R\$ 1.300,00	20 H/S
2. TÉCNICO CIENTÍFICO	06	Assessor Jurídico	CC-17	R\$ 2.600,00	20 H/S
3. SERVIÇOS OPERACIO- NAIS (SOP)	07	Motorista	18	R\$ 700,00	20 H/S

ANEXO II

(Anexo V da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO
DE SERRA ALTA - SC

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS, CONDIÇÕES PARA INGRESSO, REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

2. TESOUREIRO

- Requisitar da Prefeitura, por intermédio do Presidente da Câmara, o valor necessário para as despesas do Poder Legislativo;
- Efetuar o pagamento da folha bem como o recolhimento dos encargos sociais e judiciais;
- Organizar e realizar o trabalho de tesouraria, bem como a conciliação bancária;
- Manter em dia o documentário sob sua responsabilidade;
- Alimentar o sítio oficial da Câmara Municipal de Vereadores, bem como manter as informações atualizadas principalmente no que diz respeito ao Portal da Transparência;
- Desempenhar outras tarefas determinadas pelo Presidente e Secretário da Câmara.

2.1 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas.

2.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

- Tesoureiro: Curso superior completo.

2.3 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA

Estatutário / 20 horas semanais.

ANEXO III

(Anexo VI da Lei Complementar nº 008/2012)
QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO
DE SERRA ALTA - SC

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS COMISSIONADOS

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS, CONDIÇÕES PARA INGRESSO, REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA

2. ASSESSOR JURÍDICO

- Executar os trabalhos de assessoria jurídica da Câmara;
- elaborar parecer sobre consultas formuladas pelo Presidente, Mesa Diretora, Comissões e Vereadores referentes a assuntos de natureza jurídica e administrativa;
- assistir ao Presidente na celebração de contratos e execução de procedimentos licitatórios;
- revisar os atos emanados pelo Poder Legislativo Municipal, assim como, revisar os atos do Poder Executivo Municipal quando em apreciação pelo Poder Legislativo.
- participar, assessorando, nas Comissões de Inquéritos do Poder Legislativo;
- propor ações ou oferecer defesa, na esfera judicial ou extrajudicial, em qualquer repartição, juízo ou tribunal, em atendimento aos interesses da Câmara de Vereadores;
- elaborar e redigir minutas de Resolução, Contrato, Edital, Portaria e Projetos de Lei de iniciativa do Poder Legislativo;
- emitir parecer, quando solicitado, sobre assuntos legislativos, notadamente, sobre as proposições submetidas à apreciação da Câmara;
- fazer-se presente nas sessões do Poder Legislativo;
- elaborar estudos sobre matérias solicitadas pelo Presidente, Mesa Diretora, Vereadores, pelas Comissões, pelo Contador ou pelo Secretário Geral;
- Auxiliar nos estudos e trabalhos das Comissões Permanentes;
- Representar e assistir a Câmara em juízo e fora dele;
- Prestar informação jurídica aos Vereadores, à Administração e aos Servidores quando solicitado;
- Acompanhar todos os processos licitatórios realizados pela Câmara;
- Acompanhar e orientar os processos seletivos e concursos realizados pela Câmara, elaborando e redigindo os atos que forem de competência do Poder Legislativo;

2.1 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA

Cargo em Comissão / 20 horas semanais.

2.2 CONDIÇÕES DE INGRESSO

Livre nomeação e Exoneração pelo Presidente da Câmara.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 035/2015

DECRETO Nº 035, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 6.816,24 (seis mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.3039 - Aplicações Diretas R\$ 6.816,24

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do superávit financeiro da fonte 3039 (SUS / ESTADO - ATENÇÃO BÁSICA).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 02 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 071/2015

PORTARIA Nº. 071/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. JONAS CLEOMAR GRASS, nomeado através de concurso público para o cargo de Motorista, 40 horas semanais, em 12 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 407/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 072/2015

PORTARIA Nº. 072/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, nomeada através de concurso público para o cargo de Técnico Administrativo Educacional, 20 horas semanais, em 10 de Fevereiro de 2012, cadastrada sob matrícula nº 286/04, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 073/2015

PORTARIA Nº. 073/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. WILLIAN PASQUALOTTO, nomeado através de concurso público para o cargo de Médico Veterinário, 40 horas semanais, em 10 de Fevereiro de 2012, cadastrado sob matrícula nº 417/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 074/2015

PORTARIA Nº. 074/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. JERRY ADRIANI BUTZKE SCHIRMER, nomeada através de concurso público para o cargo de Técnico de Enfermagem, 40 horas semanais, em 10 de Fevereiro de 2012, cadastrada sob matrícula nº 397/01, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 075/2015

PORTARIA Nº. 075/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA, nomeada através de concurso público para o cargo de Enfermeira, 40 horas semanais, em 10 de Fevereiro de 2012, cadastrada sob matrícula nº 398/01, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 076/2015

PORTARIA Nº. 076/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. ELISIANE JANARA NEU, nomeada através de concurso público para o cargo de Técnico em Saúde Bucal, 40 horas semanais, em 10 de Fevereiro de 2012, cadastrada sob matrícula nº 390/02, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 077/2015

PORTARIA Nº. 077/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. MAICON BRUXEL, nomeado através de concurso público para o cargo de Agente de Recursos Humanos, 40 horas semanais, em 01 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 423/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 078/2015

PORTARIA Nº. 078/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. MATHEUS LUIZ CHITOLINA, nomeado através de concurso público para o cargo de Fisioterapeuta, 40 horas semanais, em 01 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 400/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 079/2015

PORTARIA Nº. 079/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. CLAIR JOSÉ BACKES, nomeado através de concurso público para o cargo de Motorista, 40 horas semanais, em 05 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 399/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 080/2015

PORTARIA Nº. 080/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. GILMAR STIELER, nomeado através de concurso público para o cargo de Operador, 40 horas semanais, em 05 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 430/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 081/2015

PORTARIA Nº. 081/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional ao Servidor Público Municipal Sr. ISAIAS PORFIRIO, nomeado através de concurso público para o cargo de Motorista, 40 horas semanais, em 12 de Março de 2012, cadastrado sob matrícula nº 428/01, submetido a estágio probatório e aprovado, passando a ser servidor estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 61/2015

DECRETO Nº 61, DE 16 DE MARÇO DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Débora Cristina de Araújo, CPF nº 066.984.729-13 e RG nº 6.015.196, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 16 de março de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.746/2015

LEI Nº 1.746, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Altera a Lei Municipal nº 1.393/2007 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUN-DEB.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei Municipal nº 1.393 de 20 de março de 2007, embasado na Lei Federal nº 11.494 de 20/06/2007, passa à vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 11 membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 01(um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I) 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de

Educação e

II) 01 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

§ 1º Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

§ 3º Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 4º São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó do Sul, 17 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 01.2015 FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FMMA

Às nove horas e vinte e cinco minutos, do décimo sétimo dia, do mês de março de dois mil e quinze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, o Sr. Ademir Sérgio de Souza Filho, representando a empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, o Sr. Dayron Schlogl, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP, o Sr. José Carlos Cardoso, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preço nº 01/2015 - FMMA.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Verificou-se que as seguintes empresas apresentaram a Certidão expedida pela Junta Comercial, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME e VILSON VANSUITEN ME.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica.

Os representantes presentes solicitaram permissão para se retirar da reunião, antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência destes a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01 2015 FMAS
TICKET VALE COMPRAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE credenciamento Nº 01 2015 - FMAS

OBJETO: credenciamento de supermercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e/ou de limpeza através de ticket vale compras para usuários da Assistência Social.
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante o período de vigência do credenciamento que será de 20/03/2015 a 20/03/2016. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Centra de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no endereço eletrônico: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 17 de Março de 2015.
DEISE A. N. MENDES
Secretária de Assistência Social

**DECISÃO PREGÃO 19.2013 NUTROSUL
DECISÃO**

Assunto: Pregão Presencial nº. 19/2013

Com fundamento nas razões do Parecer Jurídico nº 17/2015 elaborado pela Procuradoria Geral do Município que segue anexo, INDEFIRO o recurso interposto pela empresa NUTROSUL BRASIL IMP. LOGÍSTICA LTDA., mantendo as decisões já proferidas às fls. 486/488 e 533.

Atualize-se o valor das multas a serem recolhidas pela empresa, bem como lance-se o nome da mesma no rol de empresas suspensas para licitar com a municipalidade e demais órgãos descentralizados, pelo período de 24 meses.

Dê-se ciência à recorrente.

Timbó, 13 de março de 2015.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO DE TIMBÓ

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19.2015
PMT - AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de avaliações de imóveis urbanos da Cidade de Timbó, para fins diversos, atendendo as necessidades da Administração Direta e Indireta.
EMPRESA FORNECEDORA: A.G.R Engenharia e Agrimensura Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 16/03/2016

Timbó, 17/03/2015
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.47 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/47

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Plena e total execução (material e mão-de-obra) das obras de pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Bruno Reinicke - extensão do trecho: 257,00m, tudo em conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 14/2015.

VALOR: R\$ 346.004,68 (trezentos e quarenta e seis mil e quatro reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 11/03/2015 à 11/03/2016.

Data da assinatura: 11/03/2015.

Timbó, 17 de março de 2015
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01 2015 FUNDEC
EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES
AO CONJUNTO DE RESGATE VEICULAR EXISTENTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL - FUNDEC

CONTRATADO: SOS SUL RESGATE COM. E SERV. DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.

OBJETO: fornecimento de equipamentos e acessórios complementares ao conjunto de resgate veicular já existente no Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, adquirido no ano de 2007 através de processo licitatório, da marca Weber-Hidraulyk.

VALOR TOTAL: R\$ 44.177,20 (Quarenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais e vinte centavos).

PRAZO DE ENTREGA: 122 (cento e vinte e dois) dias.

Timbó, 16 de março de 2015.
WIEGOLD STARKE
Coordenador da Defesa Civil

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 FRIGORÍFICO
MENESTRINA LTDA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Supermercado Frontal Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 90 pacotes ao item 06 (aveia em flocos finos) .

DATA DA ASSINATURA: 06/03/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 SUPERMERCADO FRONTAL

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Supermercado Frontal Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 90 pacotes ao item 06 (aveia em flocos finos) .

DATA DA ASSINATURA: 06/03/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Frigorífico Menestrina Ltda.

OBJETO: Acréscimo 477 Kg ao item 039 (carne bovina magra de panela).

DATA DA ASSINATURA: 06/03/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 462, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 462, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Fixa o piso salarial profissional aos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art 1º. O salário base do cargo de Agente Comunitário de Saúde, previsto no Anexo I da Lei Complementar n. 339 de 30/11/2007, fica fixado no valor de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) mensais, para um regime de quarenta horas semanais, conforme Lei Federal n. 12.994 de 17/06/2014.

Art. 2º. Fica revogado o art. 8º da Lei Complementar n. 339 de 30/11/2007.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de março de 2015, 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2765, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2765, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção das atividades de entidades deste município.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro no montante total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na proporção de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o exercício 2015, a cada uma das seguintes entidades:

I - Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, CNPJ nº 82.775.115/0001-12, com sede na Rua Geral de Mulde Central s/nº, Bairro Mulde Central, Timbó-SC;

II - Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, CNPJ nº 09.614.570/0001-46, com sede na Rua Pomeranos s/nº, Bairro Pomeranos, Timbó - SC;

III - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro, CNPJ nº 83.793.497/0001-70, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 7155, Bairro das Nações, Timbó - SC;

IV - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, CNPJ nº 83.792.960/0001-69, com sede na Rodovia Municipal TBO-010 - Cedro Margem Esquerda, nº 4406, Bairro das Nações, Timbó - SC;

V - Clube Ginástico Guairacás, CNPJ nº 82.775.099/0001-68, com sede na Rua Germano Brandes Senior, nº 950, Bairro Centro, Timbó-SC;

VI - Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, CNPJ nº 83.146.019/0001-78, com sede na Rua Edmundo Bell, nº 177, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

VII - Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, CNPJ nº 82.776.246/0001-14, com sede na Estrada Geral Mulde Alta, s/nº, Bairro Mulde Alta, Timbó-SC;

VIII - Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, CNPJ nº 86.379.112/0001-10, com sede na Rua Edmundo Bell, s/nº, Bairro Dona Clara, Timbó-SC;

IX - Esporte Clube Água Verde, CNPJ nº 72.557.903/0001-89, com sede na Rua Alwin Schumann, nº 330, Bairro Pomeranos, Timbó -SC;

X - Clube Caça e Tiro Frederico Donner, CNPJ nº 86.379.104/0001-74, com sede na Rua Aristiliano Ramos, nº 1.439, Bairro das Capitais, Timbó-SC.

Parágrafo único. Os valores serão repassados em até 120 dias a contar da entrada em vigência da presente lei, e deverão ser destinados exclusivamente na manutenção das atividades das entidades.

Art. 2º Os presidentes das entidades referendadas no art. 1º desta lei, ficam responsáveis pelos recursos repassados, devendo aplicá-los de conformidade com o estabelecido nesta lei, prestando contas no prazo de 60(sessenta) dias a contar do repasse dos valores, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013 e demais normas aplicáveis a espécie.

Art. 3º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta

de dotação própria do Orçamento-Programa 2015 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº TIMBOPREV-058, DE 11 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-058, DE 11 DE MARÇO DE 2015
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Ivoni Bonanomi Correia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal IVONI BONANOMI CORREIA, brasileira, viúva, nascida em 09 de junho de 1960, portadora do CPF sob nº 460.673.379-91, RG nº 729.055-1, residente na rua Bruno Klug nº 244, Bairro Imigrantes, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Atendente de Serviços Administrativos, Referência Salarial GA-52, matrícula nº 1848.1, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito à paridade remuneratória, com base no art.3º da Emenda Constitucional nº 47/2003, no valor de R\$ 2.774,30 (Dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 009/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
OSMAIR DE CASTILHO
Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº TIMBOPREV-059, DE 16 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-059, DE 16 DE MARÇO DE 2015
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Janete Freygang Mendes.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR JANETE FREYGANG MENDES, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-31, matrícula nº 1841.4.2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 2002.1070.1.00044/14-1, expedida em 06/02/2015, computando-se 3.761 (três mil, setecentos e sessenta e um) dias, ou seja, 10 (dez) anos, 03 (três) meses e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo TIMBOPREV 015/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
OSMAIR DE CASTILHO
Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

PORTARIA Nº 1533, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 1533, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015
Nomeia Servidoras Públicas Municipais para o exercício de cargo efetivo na Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, as servidoras abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 01/2013:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Cargo: Professor		
Ref.Salarial: C-10		
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Gladis Terezinha Longo Boaventura	003.477.499-84	20 h/a
Cleiza Guilande	806.299.629-87	20h/a

Art. 2º CONVOCAR as Servidoras nomeadas para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2013, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foram

nomeados.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12 2014 FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos odontológicos destinados as equipes de saúde bucal e odontologia da Policlínica de referência do Município de Timbó/SC. EMPRESAS FORNECEDORAS: Dental Med Sul Artigos Odontológicos LTDA; Silmes Com. Prod. Odontológicos LTDA ME; Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares LTDA ME; e Dentaria e Distr. Hosp. Porto Alegreense EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 69.663,92 (sessenta e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014

ALFREDO JOAO BERRI

Secretária de Educação

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2014 SAMAE - MATERIAL HIDRÁULICO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Sul Ar e Água Equipamentos LTDA; Hidroluna Materiais para Saneamento LTDA; Corr Plastik Industrial LTDA; Angolini & Angolini LTDA; Doal Plastic Ind. E Com. LTDA; Margem Comércio de Materiais Hidráulicos LTDA EPP; Sanemarck Com. de Mat. Hidráulicos LTDA ME; Esaplast Ind. Com. Materiais Plásticos LTDA EPP; H.D.S. Comercial, Hidráulica e Saneamento LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 138.322,40 (cento e trinta e oito mil trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/06/2015

Timbó, 18/06/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAME

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 1993

DECRETO Nº 1.993/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 52.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

08 - Secretaria de Turismo Industria e Comércio

01- Manutenção do Turismo

Projeto: 2016

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 R\$ 52.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do superávit financeiro do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 09/03/2015

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

LEI 1853

LEI Nº 1.853/2015

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL E REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos Termos do Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a revisão anual dos vencimentos dos servidores pertencentes ao Quadro Geral de Pessoal do Executivo Municipal nos seguintes Termos:

I- A Título de revisão anual, o acumulado do IPCA, no período de 01/12/2013 a 30/11/2014, em 6,37% (seis vírgula trinta e sete por cento) sobre os vencimentos;

II- A Título de reajuste em 0,63% (zero vírgula sessenta e três por cento) sobre os vencimentos

Art. 2º - Fica também autorizado o Poder Executivo Municipal com

base no art. 37, inciso X da Constituição Federal conceder revisão anual, pelo acumulado do IPCA, no período de 01/12/2013 a 30/11/2014, em 6,37% (seis vírgula trinta e sete por cento) aos subsídios dos Agentes Políticos do Município quais sejam; Prefeito, vice-prefeito e Secretários municipais.

Art. 3º - Aos proventos dos inativos, cargos comissionados e as funções de representação serão aplicados os mesmos percentuais constantes do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - A revisão anual de que se trata esta Lei, vigorará a partir de 01 de Março de 2015, e será calculada sobre os vencimentos percebidos no mês de Fevereiro de 2015.

Art. 5º as despesas constantes desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias 10 de março de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR 80/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 80/2014 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014
Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Treze Tílias - SC, que institui o sistema tributário do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS-SC Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal em consonância com o artigo 9º, incisos IV e V da Lei Orgânica Municipal decreta e eu sanciono, nos termos do artigo 73, inciso III da própria Constituição Municipal, a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei Complementar institui o Código Tributário do Município de Treze Tílias, dispõe, regula e disciplina os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e de rendas que constituem a receita do Município em conformidade com:

I - a Constituição Federal da República Federativa do Brasil;

II - o Código Tributário Nacional;

III - as Leis Complementares nacionais, instituidoras de normas gerais de direito tributário;

IV - a Constituição do Estado de Santa Catarina;

V - a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º. O sistema tributário municipal compreende, e, é regido pelo disposto neste Código, leis complementares, leis ordinárias, decretos regulamentares e normas complementares, obedecidos os mandamentos citados nos itens I a V deste artigo.

§ 2º. São normas complementares das leis e dos decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, tais como Portarias, Circulares, Instruções, Avisos de Ordens de Serviço, expedidas pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e/ou pelo Diretor de Administração e Finanças dos Órgãos Administrativos encarregados da aplicação da Lei;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;

III - os convênios celebrados pelo Município com a União, Estado, Distrito Federal ou outros Municípios.

§ 3º. Para sua aplicação a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, que tem seu conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. O presente Código Tributário Municipal é constituído de dois livros com a matéria assim distribuída:

I - LIVRO I: regula a matéria tributária no que compete ao Município e toda regra relativa à receita do Município constituída de tributos e rendas; e

II - LIVRO II: dispõe sobre as normas gerais de direito tributário estabelecidas pela legislação federal aplicáveis aos municípios e as de interesse do Município para aplicação de sua lei tributária e regulamenta o procedimento administrativo fiscal.

LIVRO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º. Esta Lei Complementar dispõe sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, imunidades e a concessão de isenções.

Art. 4º. Aplicam-se às relações entre a Fazenda Pública Municipal e os contribuintes as normas gerais de direito tributário constantes desta Lei Complementar e do Código Tributário Nacional.

Art. 5º. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;

II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Art. 6º. Os tributos integrantes do sistema tributário municipal são impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição social para o custeio do instituto de previdência e assistência social dos servidores públicos municipais.

Art. 7º. Tributo é toda prestação pecuniária, compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

TÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município, e observado o disposto nesta Lei.

Art. 9º. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

§ 1º. A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao Município.

§ 2º. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral do Município.

§ 3º. Não constitui delegação de competência o cometimento, às pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 10. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea "b".

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio e serviços, dos Municípios, dos Estados e da União;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio e serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, declarados de utilidade pública, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§ 1º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos

que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensam da prática de atos previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º. As vedações do inciso VI, "a", e do § 2º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 4º. As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas previstas nos respectivos estatutos ou dos atos constitutivos.

§ 5º. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições não previstos nesta Lei, só poderá ser concedido mediante lei específica municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

§ 6º. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

§ 7º. É vedado ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 8º. A vedação do inciso III, "c", não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano.

§ 9º. A vedação expressa no inciso VI, alínea "c", no que tange exclusivamente às entidades de assistência social com sede no Município, abrange também o patrimônio e os serviços cujo resultado comprovadamente seja aplicado nas finalidades essenciais, desde que, cumulativamente, e enquanto atender aos seguintes requisitos:

I - esteja regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social;

II - esteja regularmente inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social;

III - seja portadora do Certificado de Entidade de Assistência Social;

IV - seja declarada de utilidade pública municipal;

V - seja declarada de utilidade pública federal;

VI - excluam-se deste parágrafo, os hospitais.

Art. 11. O disposto na alínea "c" do inciso VI do artigo 10 é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

IV - não remunerar seus dirigentes por qualquer meio, conforme regulamentação.

Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

TÍTULO III DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 12. São tributos municipais:

I - Impostos:

a) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição (ITBI); e

c) Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

II - Taxas:

a) Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal:

1. Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

2. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

3. Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

4. Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

5. Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

6. Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

7. Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

b) Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

1. Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

III - Contribuição de Melhoria; e

IV - Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública

- COSIP.

Art. 13. Para serviços cuja natureza não comporte a cobrança de taxas serão estabelecidos, pelo Poder Executivo, preços e tarifas públicas, não submetidas à disciplina jurídica dos tributos, conforme disciplinado no Livro II, Título VII.

TÍTULO IV DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 14. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido na lei civil, edificado ou não, situado na zona urbana contínua ou descontínua, urbanizável, localizado na zona urbana do município, observando-se o disposto no artigo 10.

Art. 15. O imposto é anual e na forma da lei civil se transmite aos adquirentes, considerando-se ocorrido o fato gerador, para todos os efeitos legais, em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 16. Para efeito de incidência deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Parágrafo único. Consideram-se também zona urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de glebas ou de loteamentos aprovados órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do caput deste artigo.

Art. 17. O imposto também incide sobre o bem imóvel, ainda que não possua os melhoramentos previstos nos incisos I a V do artigo 16:

I - em áreas inseridas no perímetro urbano do Município, constante da legislação própria, consideradas como urbanizáveis ou de expansão urbana, exceto quando o imóvel seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial;

II - as áreas utilizadas como loteamentos ou condomínios, destinados à habitação, ainda que não aprovados pelo Poder Público;

III - nas áreas utilizadas para atividades industriais, comerciais ou prestacionais, ainda que inseridas na zona rural;

IV - em imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

Parágrafo único. Exceto sítio de recreio, o imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de bem imóvel localizado na zona rural do Município, ainda que possua edificações comerciais, industriais ou residenciais, cuja destinação econômica seja a obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

Art. 18. O imposto não é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal e na obtenção de produção agropastoril e sua transformação.

§ 1º. A não incidência limitar-se-á à área efetivamente utilizada nos fins indicados no caput deste artigo, sendo que a parcela eventualmente não utilizada estará sujeita ao imposto.

§ 2º. Para fruir do benefício previsto neste artigo o contribuinte deverá:

I - requerê-lo junto ao Município na forma regulamentar; e

II - juntar ao requerimento comprovante de:

a) cadastro de produtor rural junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina ou CNPJ; e

b) pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

Art. 19. Todo terreno urbano enquadrado como gleba gozará de desconto no seu valor venal, no que se refere ao lançamento do Imposto Territorial e Predial Urbano.

§ 1º. Para efeito de lançamento do imposto, será atribuído desconto de:

I - 20% (vinte por cento) de desconto para gleba que apresente área de 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

II - 40% (quarenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

III - 60% (sessenta por cento) de desconto para gleba que apresente área igual ou superior a 60.000 m² (sessenta mil metros quadrados);

§ 2º. Incluem-se no benefício do caput as áreas definidas como APP's - Áreas de Preservação Permanente não consolidadas, cujo desconto será regulamentado por Decreto do poder Executivo.

§ 3º. A concessão do desconto de que cuida este artigo de lei dependerá de requerimento formulado, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício e deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - Certidão atualizada do imóvel;

II - Mapa do terreno - levantamento topográfico;

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

§ 4º. Havendo edificação com exploração comercial, industrial ou de prestação de serviços em terrenos com vocação agropecuária, sem delimitação de área dentro do perímetro urbano, o imposto incidirá sobre a edificação e a áreas adjacentes diretamente

utilizadas para os fins de suas atividade, cuja área mínima de terreno a ser tributada não poderá ser inferior a 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Art. 20. Os imóveis utilizados para atividades industriais ou comerciais, mesmo não integrando loteamentos aprovados, serão considerados como pertencentes à zona urbana, para fins de incidência do imposto.

Art. 21. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

Seção II

Do Contribuinte

Art. 22. O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

§ 2º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencentes a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, isenta do imposto ou imune.

Art. 23. Respondem solidariamente pelo imposto, ainda que o imóvel pertença a pessoa isenta ou imune:

I - o justo possuidor;

II - o titular do direito de usufruto, uso ou habitação;

III - os promitentes compradores imitidos na posse;

IV - os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título.

Seção III

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 24. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

Art. 25. O valor venal do imóvel será apurado através da Planta de Valores Genéricos, a ser aprovada pela Câmara Municipal até o final de cada exercício, contendo:

I - os critérios para avaliação dos terrenos e edificações;

II - os valores unitários do metro quadrado de terreno, de acordo com a localização;

III - os valores unitários do metro quadrado de edificação, segundo o tipo e o padrão desta;

§ 1º. A Planta de Valores Genéricos inerente ao cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU encontra-se definida nesta Lei, consoante Tabelas I e II do Anexo I.

§ 2º. Não havendo aumento efetivo de preços da Planta de Valores Genéricos, os valores da Planta então vigente serão atualizados, por ato do Poder Executivo, com base no mesmo índice anual

definido para atualização monetária dos tributos municipais.

Art. 26. Não constitui aumento de tributo a atualização, por índice oficial, do valor monetário da base de cálculo.

Art. 27. Na determinação da base de cálculo, não será considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Art. 28. Para efeitos deste imposto não se considera construído o terreno que contenha:

I - construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;

II - construção em andamento ou paralisada, ainda inabitável;

III - construção em ruínas, em demolição, condenada ou interdita;

IV - construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida.

Parágrafo único. O imposto incidirá sobre as construções concluídas, independentemente da concessão da Certidão de Conclusão de Obra ou Habite-se.

Art. 29. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as alíquotas:

I - imóvel sem edificação: 1,3 % (um vírgula três por cento); e

II - imóvel com edificação: 1 % (um por cento).

Art. 30. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa de desapropriação do imóvel para fins de reforma urbana.

Seção IV Da Inscrição

Art. 31. A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal é obrigatória e far-se-á a pedido ou de ofício, devendo ser promovida, separadamente, para cada bem imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

Parágrafo único. Tratando-se de imóvel sem edificações, sujeita-se a uma só inscrição, requerida, juntamente com a apresentação de planta ou croqui:

I - as glebas sem quaisquer melhoramentos; e

II - as quadras indivisas das áreas arruadas.

Art. 32. O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou sua alteração, em formulário próprio, no qual, sob sua responsabilidade, declarará os elementos e informações exigidos pelo Município, pertinentes ao imóvel, necessários para o lançamento do imposto, nos seguintes prazos e situações:

I - tratando-se de imóvel sem edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra do terreno; e

2 - posse do terreno exercida a justo título.

II - tratando-se de imóvel com edificações:

a) de 30 (trinta) dias, contados da:

1 - convocação eventualmente feita pelo Município; e

2 - conclusão ou ocupação da construção;

b) de 90 (noventa) dias, contados da:

1 - aquisição ou promessa de compra da edificação; e

2 - posse da edificação exercida a justo título.

Art. 33. Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer, até 31 de novembro de cada ano, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, relação dos lotes que tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, apresentando cópia das respectivas matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e seus respectivos endereços para correspondência, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro.

Art. 34. Os responsáveis pelas edificações em condomínio ficam obrigados a fornecer, dentro de 30 (trinta) dias da data da expedição do Habite-se, ao Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal, cópia da instituição e especificação de condomínio inscrita no Registro de Imóveis competente e cópia das matrículas do Registro de Imóveis ou contrato de compra e venda dos imóveis já comercializados e respectivos endereços para correspondência dos adquirentes das unidades autônomas.

Art. 35. O contribuinte omissor será inscrito de ofício, observado o disposto no art. 34, especialmente no que se refere à apresentação da documentação.

Parágrafo único. Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erros ou omissões dolosas, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Seção V Do Lançamento

Art. 36. O imposto será lançado anualmente, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte, observando-se o estado do imóvel na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º. Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o imposto sobre a edificação será lançado a partir do exercício seguinte àquele em que a unidade competente expedir o certificado de regularização pertinente ou àquele em que a mesma seja parcial ou totalmente ocupada ou ainda que esteja em condições de habitabilidade.

§ 2º. Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o imposto sobre as edificações será cancelado a partir do exercício seguinte àquele em que a demolição foi concluída, permanecendo o imposto correspondente ao terreno.

Art. 37. O imposto será lançado em nome do titular sob o qual estiver o imóvel cadastrado.

§ 1º. Na hipótese de condomínio, o imposto poderá ser lançado em nome de um ou de todos os condôminos, exceto quando se tratar de condomínio constituído de unidades autônomas, nos termos da lei civil, caso em que o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos seus respectivos titulares.

§ 2º. Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse do imóvel.

§ 3º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, até que, julgado o inventário, se façam necessárias as modificações.

§ 4º. No caso de imóveis objetos de compromisso de compra e venda, o lançamento poderá ser feito indistintamente em nome do compromitente vendedor ou do compromissário comprador, ou ainda, de ambos, ficando sempre um ou outro solidariamente responsável pelo pagamento do tributo.

§ 5º. Tratando-se de imóvel que seja objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, o lançamento será feito em nome do enfiteuta, do usufrutuário, do fiduciário ou de qualquer outro que tenha direito real sobre o imóvel.

§ 6º. Os loteamentos aprovados e enquadrados na legislação urbanística terão seus lançamentos efetuados por lotes resultantes da subdivisão, independentemente da aceitação, que poderão ser lançados em nome dos compromissários compradores, mediante apresentação do respectivo compromisso.

§ 7º. Para efeito de tributação, somente serão lançados em conjunto ou separados os imóveis que tenham projetos de anexação ou subdivisão aprovados pelo Município.

Art. 38. Nos casos de propriedade em comum, o imposto será lançado em nome de um dos co-proprietários, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo.

Art. 39. O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

§ 1º. Nos casos de loteamentos, desmembramentos, desdobros e outros da espécie, já inscritos no Registro de Imóveis, o lançamento do imposto será individualizado por lote.

§ 2º. Os lançamentos de que trata o § 1º não geram quaisquer direitos relativos ao parcelamento do solo e ao direito de construir, sem o cumprimento da legislação pertinente, tendo mero efeito tributário.

§ 3º. Relativamente a cada unidade imobiliária autônoma, o contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número de inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário Municipal.

Art. 40. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal, o lançamento poderá ser revisto, de ofício, aplicando-se, para revisão, as normas gerais pertinentes.

§ 1º. O pagamento da obrigação tributária objeto de lançamento anterior será considerado como pagamento parcial do total devido pelo contribuinte em consequência de revisão de que trata este artigo.

§ 2º. O lançamento retificador, resultante de revisão, cancela o lançamento anterior.

Art. 41. O imposto será lançado e exigido independentemente da regularidade jurídica do título de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

Art. 42. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto, e constituído o respectivo crédito tributário, com a entrega do documento para pagamento no endereço do imóvel ou com a publicação da notificação em imprensa oficial, prevalecendo o que ocorrer por último.

Art. 43. Será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto e da constituição do respectivo crédito tributário, o contribuinte que retirar o documento para pagamento junto ao próprio Órgão Fazendário do Município, até a data do vencimento.

Seção VI Do Pagamento

Art. 44. A Administração poderá conceder descontos sobre o imposto lançado para ser utilizado pelo contribuinte que optar por pagamento em cota única, desde que efetuado no prazo específico constante da notificação, na forma em que dispuser ato do Poder Executivo.

Art. 45. O recolhimento do imposto será anual e poderá ser pago em cota única até a data do vencimento, com desconto de 10%, ou em três parcelas mensais, na forma, prazos definidos em Calendário Fiscal e condições constantes do regulamento.

§ 1º. No caso de pagamento em parcelas, o intervalo entre o vencimento de uma e outra não será inferior a 30 (trinta) dias, consoante definições regulamentares.

§ 2º. Nenhuma parcela poderá ser paga sem que estejam quitadas todas as anteriores ou então, que haja a adesão a programas parcelamentos de débitos vencidos, calculados e consolidados.

Art. 46. O pagamento do imposto não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

Seção VII Das Isenções

Art. 47. Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os munícipes:

I - idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

II - portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho;

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel no Município;

II - comprove que no imóvel exista somente uma edificação e que esta seja utilizada como residência do proprietário requerente e de sua família;

III - aufera renda mensal familiar de até 2 (dois) salários mínimos;

Art. 48. A concessão da isenção de que cuida a presente Lei Complementar dependerá de requerimento, através de formulário padrão, firmado junto ao protocolo geral do Município, até o dia 15 de fevereiro de cada exercício, no qual o interessado deverá

comprovar que o uso do imóvel é específico da sua família e a renda mensla dela não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos:

§ 1º. Deverá acompanhar o requerimento:

I - certidão de propriedade de bem imóvel atualizada expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias do protocolo do requerimento;

II - carnê do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana em seu nome; e

III - declaração do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS comprovando o recebimento do benefício da aposentadoria ou pensão, com informação do tipo de benefício e valor recebido relativo ao mês anterior ao que corresponder o pedido.

§ 2º. Os portadores de necessidades especiais deverão apresentar atestado médico que comprove a necessidade especial.

§ 3º. O requerente, viúvo ou pensionista, deverá apresentar certidão de óbito, na ausência do formal de partilha e declaração do INSS de que não recebe benefícios, pensão ou aposentadoria do cônjuge e/ou companheiro falecido, sendo que caso receba algum benefício, somado com a sua renda não poderá ultrapassar a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data da apresentação do pedido.

Art. 49. As isenções condicionadas deverão ser instruídas com as provas de cumprimento das exigências necessárias à sua concessão, sob pena de indeferimento de plano, sem apreciação do mérito do pedido, devendo o interessado protocolar o seu requerimento até 10 (dez) dias antes do vencimento da primeira parcela de cada exercício financeiro.

Art. 50. A concessão da isenção não gera direito adquirido e será anulada de ofício sempre que se apure que o contribuinte não satisfazia as condições para a concessão do benefício, cobrando-se a importância equivalente à isenção, atualizada monetariamente, acrescida de multa e juros moratórios, desde as datas originariamente assinaladas para o pagamento do imposto.

Seção VIII Das Imunidades

Art. 51. São imunes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, atendidos os requisitos constitucionais:

I - o patrimônio, a renda ou os serviços dos entes federativos, uns dos outros;

II - os templos de qualquer culto;

III - patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade públicas, observados os requisitos fixados nesta Lei.

IV - as entidades sociais, filantrópicas e fundações beneficentes, declaradas de utilidade pública;

V - livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º. A vedação do inciso I é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, não se aplicam ao patrimônio,

à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 2º. O disposto no inciso I, II, III e IV não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, asseguratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Seção IX Das Obrigações Acessórias

Art. 52. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 53. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos.

Seção X Das Penalidades

Art. 54. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez) Valor de Referência Fiscal - VRF, por documento ou informação;

VI - pelo embarço ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, em cada operação.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS

IMÓVEIS**Seção I****Do Fato Gerador e da Incidência**

Art. 55. O imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis tem como fato gerador:

I - a transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido na lei civil;

II - a transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

Art. 56. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I - a compra e a venda, pura ou condicional, de imóveis e atos equivalentes;

II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis;

III - a dação em pagamento;

IV - a permuta;

V - a arrematação;

VI - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;

VII - a remição, quando não promovida pelo executado;

VIII - o lançamento na partilha em dissolução de sociedade conjugal, acima da respectiva meação ou quinhão;

IX - o uso, o usufruto e a habitação;

X - o mandato em causa própria e seus estabelecimentos, quando esses configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e venda;

XI - todos os demais atos onerosos de transmissão e de direitos reais sobre imóveis;

XII - a cessão de direitos de quaisquer atos relativos aos incisos I ao XI deste artigo.

Seção II**Da Não Incidência**

Art. 57. O imposto não incide sobre a transmissão de bens ou direitos:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

Art. 58. O disposto no artigo 56 não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a venda de propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua

aquisição.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 60% (sessenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas neste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no § 1º deste artigo levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

§ 5º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto após a caracterização da atividade preponderante, respeitados os prazos previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo, exceto quando configurado fraude, dolo ou simulação.

Seção III**Do Contribuinte**

Art. 59. Contribuinte do imposto é:

I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário não for imune ao imposto;

II - o alienante ou cedente do bem ou direito, quando o adquirente ou cessionário for imune ao imposto;

III - cada um dos permutantes, no caso de permuta.

Parágrafo único. Quando um dos permutantes for imune ao imposto, o outro permutante responderá pelo tributo devido em toda a operação.

Art. 60. Respondem solidariamente pelo imposto:

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os notários, registradores, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, nos atos que praticarem ou por eles sejam coniventes, ou ainda pelas omissões em que forem responsáveis, em razão de seu ofício.

Seção IV**Da Base de Cálculo e das Alíquotas**

Art. 61. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos.

Art. 62. O valor venal será apurado mediante avaliação pelo órgão próprio do Município, a qual será realizada em consonância com o valor de mercado dos bens ou direitos na data da apuração do imposto.

§ 1º. Para definição do valor venal, o Município poderá divulgar periodicamente, na imprensa oficial, a respectiva pauta de preços.

§ 2º. Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis,

será considerada como base de cálculo o valor efetivamente pago.

§ 3º. Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

§ 4º. Sem prejuízo do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, prevalecerá, como base de cálculo do imposto, o maior valor dentre:

I - a avaliação realizada pela administração fazendária do Município, direta ou indiretamente;

II - a pauta de preços regularmente divulgada;

III - o constante no contrato ou negócio jurídico equivalente; acrescido das benfeitorias existentes, para os imóveis rurais.

§ 5º. A validade da avaliação persiste por 90 (noventa) dia a partir da data da emissão.

§ 6º. O valor pago a título de imposto é válido por 90 (noventa) dias, contados da data do pagamento.

§ 7º. Caso a escritura pública do imóvel não seja concretizada dentro do período acima determinado, será necessária a realização de nova avaliação e complementação do pagamento o valor do imposto.

Art. 63. Sobre a base de cálculo serão aplicadas as seguintes alíquotas:

I - nas transmissões de imóveis do perímetro urbano, 2,0% (dois por cento);

II - nas transmissões de imóveis da zona rural, 2,0% (dois por cento);

III - nas transmissões inerente a imóveis financiados, a alíquota será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total financiado.

Seção V Do Lançamento

Art. 64. O lançamento do imposto será efetuado pela autoridade competente através da guia de informações para a transmissão apresentada pelo contribuinte ou responsável acerca dos bens ou direitos transmitidos.

Parágrafo único. O preenchimento da guia de informações será de responsabilidade do cartório de notas que realizar a lavratura da escritura, quando estabelecido neste Município, ou do oficial do registro público.

Art. 65. O lançamento será efetuado e revisto de ofício pela autoridade competente nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte ou responsável não apresentar a guia de informações a que se refere o art. 64;

II - quando a guia de transmissão apresentada contiver inexatidão, erro, omissão ou falsidade quanto a quaisquer elementos nela consignados;

III - quando o valor da base de cálculo constante na guia de transmissão for inferior ao determinado pela administração tributária.

Parágrafo único. O contribuinte será considerado regularmente notificado do lançamento do imposto através da devolução da respectiva guia de transmissão ou através dos meios definidos na

legislação própria, nos casos de lançamento de ofício.

Seção VI Do Pagamento

Art. 66. O pagamento do imposto, em parcela única ou parcelado em até 3 (três) vezes, deverá ser feito antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação.

Parágrafo único. Em caso de parcelamento, a lavratura da escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transmissão do Título de Transferência de Cartório de Registro de Imóveis, será possível desde que comprovado o pagamento da primeira parcela e ressalvado o direito da fazenda pública exigir a averbação do parcelamento.

Art. 67. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

Art. 68. O imposto será pago até a data da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular de transmissão dos bens imóveis e direitos a eles relativos, exceto:

I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembleia;

II - na transferência de imóvel de pessoa jurídica para seus sócios, ou acionistas, ou respectivos sucessores, desde que pessoa física, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura da escritura;

III - na arrematação, em leilão ou hasta pública, na adjudicação ou na remição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o respectivo ato ou deferida adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

IV - na acessão física, o recolhimento do imposto será efetuado até a data do pagamento da indenização;

V - nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público; e

VI - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo único. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

Art. 69. Nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da sentença que reconheceu o direito, ainda que exista recurso pendente.

Art. 70. Nas promessas ou compromissos de compra e venda, devidamente averbados no Registro de Imóveis, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do bem imóvel.

§ 1º. Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor total da transação do bem imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor

verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º. Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

Art. 71. O imposto, uma vez pago, só será restituído quando:

I - da não efetivação do ato por força do qual foi pago;

II - da anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

III - da nulidade do ato jurídico; e

IV - da rescisão de contrato e desfazimento da arrematação, com fundamento no Código Civil.

Art. 72. Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrendimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura; e

II - aquele que venha perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda ou retrocessão.

Art. 73. Nenhum ato de transmissão ou cessão de bens imóveis, ou dos direitos reais a eles relativos, ainda que referente a promessas ou compromissos de compra e venda, poderá ser registrado ou averbado em cartório sem a prova do pagamento do imposto, à vista ou parcelado.

Seção VII Das Isenções

Art. 74. São isentos do imposto:

I - a primeira aquisição de imóveis residenciais, decorrentes de projetos sociais administrados ou implantados pelo Poder Público;

II - as transmissões relativas às outorgas, pelo Poder Público, de títulos de propriedade de imóveis residenciais, para os imóveis cujos contribuintes sejam:

a) idosos, aposentados e pensionistas, com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

b) portadores de necessidades especiais incapacitados para o trabalho.

Parágrafo único. As isenções previstas neste artigo somente poderão ser aplicadas quando, cumulativamente, o beneficiário:

I - possua um único imóvel edificado no Município;

II - aufera renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do pedido;

III - que o valor do IPTU incidente sobre o imóvel, sem os descontos legais, seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do Valor de Referência Fiscal - VRF, excetuando-se deste limite os portadores de necessidades especiais que o impossibilite exercer qualquer atividade remunerada.

Seção VIII Das Obrigações Acessórias

Art. 75. O contribuinte é obrigado a apresentar à repartição competente da administração tributária, quando solicitado, os

documentos e informações necessários à apuração do imposto.

Art. 76. Os oficiais registradores dos Cartórios de Registros de Imóveis e seus substitutos, os notários, tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles reativos, bem como suas cessões, ficam obrigados:

I - a exigir o comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo, nos termos da legislação aplicável;

II - a facilitar a fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, dos registros e de outros documentos, bem como de lhe fornecer, quando solicitadas, informações dos atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos;

Seção IX Das Penalidades

Art. 77. O descumprimento das normas pertinentes ao imposto sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - pela prática de qualquer ato de transmissão sem o pagamento do imposto, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor do imposto devido;

II - pela omissão, erro ou falsidade na declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos, assim como pela apresentação de documentos falsos, no todo ou em parte, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 20% (duzentos por cento) do valor do imposto devido;

III - pela falta da transcrição do inteiro teor do pagamento do imposto no instrumento específico, apurada em ação fiscal ou denunciada após seu início, multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido;

IV - pela ausência de apresentação de relatórios mensais obrigatórios, multa equivalente a 20% (vinte por cento) da VFR, por relatório;

V - pela ausência de apresentação de documentos e informações solicitadas, multa equivalente a 10% (dez por cento) da VFR, por documento ou informação;

VI - pelo embaraço ou impedimento da fiscalização, multa equivalente a 100% (cem por cento) da VFR, em cada operação.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 78. O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista do Anexo III desta Lei Complementar, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º. O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º. Ressalvadas as exceções expressas na lista do Anexo III desta Lei Complementar, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual

e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º. O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço;

§ 4º. A incidência do imposto não depende:

I - da denominação dada ao serviço prestado;

II - da existência de estabelecimento fixo;

III - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;

IV - do resultado financeiro obtido;

V - da destinação dos serviços.

Art. 79. O Município neste capítulo do Código Tributário recepciona todo o conjunto de normas pertinentes fixadas pelas leis complementares nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e a 147/2014, decretos, portarias, resoluções e instruções do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional, bem como as que eventualmente as modifiquem, sucedam ou as ampliem e que se apliquem na situação de fato do contribuinte.

§ 1o. Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional passarão a recolher o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza consoante as regras do simples nacional, na condição de empreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação federal.

§ 2o. A não observação das condições que trata o parágrafo anterior, o empreendedor individual deverá cumprir as normas municipais aplicáveis aos demais contribuintes do Imposto de que trata o artigo anterior.

Art. 80. A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

1º. A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, complementando o alcance do direito existente.

§ 2º. A caracterização do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão-somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 3º. Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I - o que vale é a natureza, a "alma" do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II - o que importa é a essência, o "espírito" do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

§ 4º. Os serviços sujeitos à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza constam da Lista de Serviços dispostos pela Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e eventuais

alterações havidas com pertinência:

1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 - Programação.

1.03 - Processamento de dados e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 - (Vetado)

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortopedia.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para

prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 - Engenharia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização,

higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - (Vetado)

7.15 - (Vetado)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10 - Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - (Vetado)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 - Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre

contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 - Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (Vetado)

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização

e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.
29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 - Serviços de meteorologia.
36.01 - Serviços de meteorologia.

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 - Serviços de museologia.
38.01 - Serviços de museologia.

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Seção II

Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 81. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º. Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º. Não se inclui na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

Art. 82. As alíquotas mínima e máxima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, serão, respectivamente, de 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento).

Seção III

Do Contribuinte

Art. 83. O Contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é o prestador do serviço.

Seção IV

Do Local de Recolhimento do Imposto

Art. 84. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 78 desta Lei Complementar;

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item

12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços constante no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 1º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º. No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 85. Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica da atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 2º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§ 3º. São também considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

Seção V

Responsabilidade Tributária

Art. 86. O Município atribuiu, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º. Para efeito do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 87. Além do disposto no § 2º do artigo anterior, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido por esta Lei, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal eletrônica ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;

c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º. Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de 2% (dois por cento).

§ 2º. O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

Art. 88. A retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, por parte do tomador de serviço, deverá ser devidamente comprovada mediante campo específico ou aposição de carimbo com os dizeres "ISSQN Retido na Fonte", por parte do tomador de serviço:

I - havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;

II - não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;

III - não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio

tomador de serviço.

Art. 89. O proprietário da obra é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção e aos serviços de arquitetura e urbanismo.

Art. 90. Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera-se:

I - Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

II - Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III - Trabalho pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

IV - Sociedade Simples de Profissionais - Sociedade civil, de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

V - Trabalhador Avulso - Aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

Art. 91. A pessoa física ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

I - integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II - subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviço.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 92. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

Seção VI

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Trabalho Pessoal do Próprio Contribuinte

Art. 93. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, poderá ser fixo e será determinado em função da natureza do serviço, expresso em percentual sobre o Valor Fiscal de Referência do Município.

Parágrafo único. Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, aquele executado pessoalmente pelo contribuinte, com o auxílio de no máximo dois empregados.

Art. 94. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza incidente sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, será calculado, anualmente, através do percentual aplicado sobre o Valor Fiscal de

Referênciado Município, fixados na lista de serviços constante do Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 95. O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais ou trimestrais, conforme disposto em Regulamento ou Calendário de Obrigações Tributárias e Fiscais.

Art. 96. Na hipótese de serviços prestados sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a atividade tributada com a alíquota mais elevada.

Seção VII

Base de Cálculo dos Serviços Prestados sob a Forma de Pessoa Jurídica

Art. 97. A base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

Art. 98. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, prestado por pessoa jurídica, será calculado, mensalmente, conforme tabela em anexo, pela multiplicação do Preço do Serviço pela Alíquota Correspondente.

Art. 99. Quando os serviços a que se referem os itens 4.01, 4.02, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09 a 4.16, 5.01, 17.01, 17.18, 17.19, 17.20, 17.22, 27.01 e 35.01, da Lista de Serviços constantes do Anexo I desta Lei Complementar, forem prestados por sociedades simples, porém realizados de forma pessoal, estas ficarão sujeitas ao pagamento do imposto na forma dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo único. As sociedades a que se refere este artigo são aquelas formadas por pessoas físicas, devidamente habilitadas para o exercício de todas as atividades consignadas em seus objetos sociais.

Art. 100. As Alíquotas são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

Art. 101. Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre o faturamento.

Art. 102. Preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, com exceção de fornecimento de mercadorias nos casos expressamente previstos nos itens da Lista de Serviços constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

§ 1º. São irredutíveis os valores de quaisquer materiais:

I - cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação Federal, Estadual ou Municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário, bem como das mercadorias

e dos serviços;

II - relativos a obras isentas ou não tributáveis.

§ 2o. Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, tudo o que for recebido em virtude da prestação de serviço, seja a vista ou a prazo.

§ 3o. Constituem parte integrante do preço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade.

Art. 103. Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão-de-obra, encargos sociais e reajustamentos, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

Art. 104. Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.

Art. 105. Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1o. Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2o. Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3o. A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das incorporações imobiliárias.

§ 4o. Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

Art. 106. Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática definida neste artigo.

§ 1o. Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado a ser utilizada na apuração do valor mínimo de mão-de-obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual aplicar-se-á proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais em função de grau mínimo de absorção de

mão-de-obra aplicada em cada tipo de construção, conforme consta do Anexo III desta Lei Complementar, observando-se, ainda, os seguintes critérios:

I - os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra e do grau de absorção de mão-de-obra na sua execução, nunca superior a 30% (trinta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado;

II - em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde à metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido no Anexo III desta Lei Complementar;

III - reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto no Anexo III desta Lei Complementar, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença;

IV - o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base nos dados constantes do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 107. Cada estabelecimento do mesmo contribuinte é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, acréscimos e multas referentes a quaisquer deles.

Art. 108. Os livros fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao Fisco devendo ser conservados, por quem deles tiver feito uso, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito do Fisco de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos prestadores de serviço, de acordo com o disposto no artigo 195 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional e disposições posteriores.

Art. 109. Doravante, no âmbito deste município, fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e o Sistema de Escrita Fiscal Eletrônica.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente por intermédio de sistema informatizado do Município, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços de interesse fazendário em meio exclusivamente digital, com validade jurídica plena garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

Art. 110. Através de regulamento a Fazenda Municipal poderá dispensar a emissão de documentos fiscais para estabelecimentos que utilizem sistemas de controle do seu movimento, capazes de assegurar o seu registro e respectiva autenticidade, de forma satisfatória para os interesses da fiscalização.

§ 1º. Fica vedado o uso de controle físico de notas fiscais no âmbito deste município, cabendo ao Poder Executivo adotar as providências necessárias ao cumprimento desta lei.

§ 2º. Caso expressamente definidos pelo Poder Executivo, os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela

emissão da NF-e, nos termos de eventual regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo, ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

Art. 111. Será adotado a partir da vigência desta Lei o Livro Eletrônico de declaração mensal para lançamentos das bases tributáveis dos serviços prestados e tomados, com fim de apuração do ISSQN mensal do Município.

§ 1º. Considera-se Livro Eletrônico o meio informatizado e disponibilizado ao público pelo Município para escrituração fiscal e declaração mensal do ISSQN decorrente de serviços prestados e tomados, e que sejam de interesse tributário e fiscalizatório do Município.

§ 2º. As obrigações derivadas desta lei poderão se estender a terceiros, ainda que não ostentem a condição de tomador ou prestador de serviços, substituto tributário ou responsável pelo recolhimento de tributo.

Art. 112. O Poder Executivo regulamentará o uso do Livro Eletrônico, com todos os aspectos a ele pertinentes.

Parágrafo único. O prestador ou tomador de serviços, ainda que imune ou isento, o substituto, responsável ou terceiro a que o regulamento imponha obrigações, ficará obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias previstas no decreto regulamentador e na legislação tributária em vigor, sob pena de incidir nas sanções previstas na legislação vigente, notadamente quando:

I - deixar de remeter à Secretaria de Finanças do Município o Livro Eletrônico, no prazo determinado, independente do pagamento do imposto;

II - escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos.

Art. 113. Por ocasião da prestação do serviço deverá ser emitida NFS-e, com as especificações e utilização determinadas por esta Lei e regulamento e deve conter:

I - Razão Social da Empresa e/ou nome da pessoa física;

II - endereço: Rua, Número, Bairro, Estado, CEP;

III - número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e/ou CPF;

IV - número da Inscrição Estadual, se possuir mais de uma atividade econômica;

V - número do Cadastro Mobiliário Municipal;

VI - série, Modelo ou Tipo de Documento;

VII - número do Documento;

VIII - natureza da operação;

IX - data da emissão do documento fiscal;

X - destinatário com as respectivas informações contidas nos incisos I, II, III e IV;

XI - colunas ou espaço para informar a quantidade, tipo, valor unitário e/ou valor total do serviço prestado;

XII - no final do documento fiscal, deverá conter o valor total do serviço prestado e destacar o ISS referente ao serviço.

Parágrafo único. A Administração poderá estabelecer, por Decreto, critérios para empresas que possam vir a utilizar o Cupom Fiscal.

Art. 114. Todo aquele que utilizar serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza deverá exigir o documento fiscal correspondente.

Art. 115. Além da inscrição cadastral e respectivas alterações, o contribuinte fica sujeito à apresentação, na forma e nos prazos regulamentares, de quaisquer declarações exigidas pelo Fisco Municipal.

Art. 116. Consoante Termo de Adesão firmado com a FECAM, o Município instituiu também a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e Conjugada, documento emitido e armazenado eletronicamente pelo sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com o objetivo de registrar as operações sujeitas ao ICMS e ao ISSQN, conforme o Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos Estado firmado entre a própria Secretaria de Estado da Fazenda e a Federação Catarinense de Municípios, sob nº 001/2010.

Art. 117. A possibilidade de adoção do Sistema Eletrônico de Livros e Notas Fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza quando ocorrer operações conjugadas praticadas por contribuintes também sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e que optem por tal Sistema.

Art. 118. Os contribuintes do ICMS que também exerçam atividade sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos do modelo conceitual e do leiaute aprovados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, bem como o tomador ou intermediário, emitente de nota fiscal de prestação de serviços, tributadas ou não, quanto aos fatos geradores ocorridos a partir da vigência desta Lei, em substituição aos livros fiscais previstos na legislação então vigente, ficam obrigados a manter e fazer uso dos livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente, consoante normas a ser estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes poderão utilizar-se da NF-e Conjugada desde que estejam regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário deste Município e solicitem autorização.

Art. 119. A nota fiscal eletrônica conjugada prevista na legislação tributária estadual vigente, é documento de emissão obrigatória no ato da entrega ou término do serviço e conterá as indicações determinadas na aludida legislação.

Art. 120. O recolhimento do ISSQN, referente às NF-e Conjugada, deverá ser feito por meio de documento de arrecadação emitido pelo sistema disponibilizado, ou através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou mesmo de outro que venha a ser adotado pela Fazenda Municipal.

Seção VIII

Do Arbitramento

Art. 121. A autoridade fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I - não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

II - os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não

merecerem fé;

III - o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

IV - existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções ou, mesmo que sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis, exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

V - ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VI - houve flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

VII - tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

VIII - for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

Art. 122. Na hipótese do artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

I - valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

II - ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

III - aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprios correspondente a 10% do valor dos mesmos;

IV - o montante das despesas com água, luz, telefone;

V - impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

VI - outras despesas mensais obrigatórias.

Parágrafo único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

Art. 123. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Art. 124. O arbitramento:

I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação;

V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

Seção IX Da Estimativa

Art. 125. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

I - atividade exercida em caráter provisório;

II - sujeito passivo de rudimentar organização;

III - o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;

IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

Art. 126. A estimativa será apurada tomando-se como base:

I - o preço corrente do serviço, na praça;

II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Art. 127. O regime de estimativa:

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;

II - terá a base de cálculo expressa em VFR - Valor Fiscal de Referência do Município;

III - a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado;

IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;

V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Art. 128. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Art. 129. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

Seção X Da Homologação

Art. 130. A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os auto-lançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Seção XI Do Lançamento

Art. 131. O imposto será lançado:

I - de ofício:

a) uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo;

b) por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício.

II - por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, nos demais casos.

Art. 132. Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;

II - emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

§ 1º. A empresa ao mandar fazer novas impressões de bloco de Notas Fiscais, dependerá de autorização prévia do Poder Executivo.

§ 2º. Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3º. Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos

expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4º. Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

Art. 133. A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 134. A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

Art. 135. Os contribuintes, sujeitos ao regime de estimativa, poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensado da escrituração das notas em livros fiscais.

Art. 136. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

Art. 137. O lançamento do imposto não implica em recolhimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Seção XII Da Arrecadação

Art. 138. O recolhimento será feito diretamente aos cofres da Prefeitura Municipal ou nos bancos autorizados, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. O imposto será recolhido por meio de guias preenchidas pelo próprio contribuinte.

Art. 139. O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN será efetuado nos seguintes prazos:

I - Mensalmente no total de 12 parcelas ou trimestralmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, nos casos do imposto homologado ou por estimativa;

II - Anualmente, no prazo estabelecido no Calendário de Obrigações Tributárias, quando do recolhimento do ISSQN fixo em uma única parcela.

Art. 140. Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido:

I - a vista, no ato da expedição do alvará e aprovação do Projeto;

II - durante a execução da obra, parcelado em até 12 vezes, devidamente corrigido na forma disposta no Código Tributário Municipal, desde que o valor da parcela não seja inferior a 50% (cinqüenta por cento) do Valor Fiscal de Referência - VFR.

§ 1º. O recolhimento do imposto na forma deste artigo deverá ser requerido pelo contribuinte ou responsável, tempestivamente, com sujeição à apreciação e aprovação da autoridade competente.

§ 2º. O recolhimento do imposto, nos termos do inciso II deste artigo, terá o seu valor expresso em números de Valor Fiscal de Referência - VFR, ou outro título que venha substituí-lo, calculado mediante a multiplicação da base de cálculo pela alíquota aplicável.

Art. 141. Somente será concedido Alvará de Habite-se ao proprietário da obra que apresentar a quitação da Fazenda Municipal, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre a obra e sobre os serviços de engenharia, arquitetura e urbanismo a ela relativos, bem como documento, firmado pelo engenheiro responsável pela obra, que comprove o seu término.

Art. 142. A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, ocorre na data da aprovação definitiva do projeto da obra pelo órgão municipal competente independentemente do conhecimento do fato, pelo contribuinte ou responsável.

Art. 143. Quando se tratar de prestação dos serviços descritos no item 7.17 da Lista Anexa, o contrato mantido com o respectivo engenheiro e/ou arquiteto responsável pela fiscalização e execução da obra, deverá estar anexo ao pedido de Licença para Execução de Obras para que o Fisco possa identificar o contribuinte e a respectiva base de cálculo do imposto.

Art. 144. No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrados e recolhidos antecipadamente aos cofres municipais por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM.

Parágrafo único. Na hipótese do parágrafo anterior, quando o contribuinte tiver domicílio tributário e inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas no Município, o recolhimento do imposto poderá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do evento.

Art. 145. Quando o contribuinte pretender comprovar, com documentação hábil e a critério da fazenda municipal, a inexistência de prestação de serviço tributável pelo município, deve realizá-la nos prazos estabelecidos para pagamento do imposto.

Art. 146. Respeitado o disposto no artigo 141 desta Lei Complementar, a prova de quitação total do imposto é indispensável:

I - à expedição de "Habite-se" ou "Auto de Vistoria" e à conservação de obras particulares;

II - ao pagamento de obras e serviços contratadas com o Município.

Parágrafo único. No caso do inciso II deste artigo, quando o vencimento das prestações devidas pelo Município ocorrer antes da data apazada para pagamento do imposto, estará o fisco municipal autorizado a efetuar os pagamentos e reter o valor relativo ao imposto incidente.

Seção XIII

Das Isenções e Imunidades

Art. 147. São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

I - por engraxates, jornaleiros;

II - por associações de classe, conselhos regionais de profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes;

III - de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

IV - por associações desportivas, culturais ou recreativas, sem venda de ingresso;

V - nas obras para construção de moradias executadas pelo proprietário, cujos contribuintes se utilizarem do programa planta padrão, assim consideradas aquelas para construções de até 70 m² (setenta metros quadrados) e que comprovadamente não possuam outro bem imóvel, casa, apartamento ou terreno;

VI - os serviços prestados por entidades beneficentes, fundações, instituições filantrópicas na área da saúde, educação e assistência social.

Art. 148. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no inciso I deste artigo, os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Seção XIV

Da Inscrição

Art. 149. Ficam obrigadas a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes, as pessoas físicas ou jurídicas que:

I - realizem prestações de serviços sujeitos à incidência do imposto;

II - sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso anterior, responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários.

Parágrafo único. A inscrição de que trata este artigo deverá ser feita antes do início das atividades.

Seção XV

Controle e Fiscalização do Imposto

Art. 150. Compete ao órgão fazendário do Município a supervisão e controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Parágrafo único. A fiscalização do imposto é atribuição exclusiva dos agentes do fisco.

Art. 151. Os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, poderão requisitar o auxílio da força pública

estadual sempre que forem vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando for necessária a adoção de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 152. No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive em meios magnéticos.

Parágrafo único. No caso de recusa de apresentação dos livros, documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio do órgão fazendário, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de auto de infração por embaraço a ação fiscal.

Art. 153. Considerar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de prestações de serviços tributáveis na escrita fiscal, desde que lançadas na comercial.

Art. 154. Presumir-se-á prestação de serviço tributável não registrada, quando se constatar:

I - o suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - a efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

III - a diferença entre o movimento tributável médio apurado em sistema especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à prestação de serviços, na escrita fiscal e contábil, quando existente essa;

V - a efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

VI - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

VII - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, assim como a manutenção, no passivo, de obrigações cuja exigibilidade não seja comprovada;

VIII - a existência de valores registrados em máquina registradora, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º. Não perdurará a presunção mencionada nos incisos I, II, e VI quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º. Não produzirá os efeitos previstos no § 1º a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das prestações e de que

sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exibir seus livros e documentos para exame.

Seção XVI Infrações e Penalidades

Subseção I Infrações por falta de Recolhimento do Imposto

Art. 155. Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade solidária ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal:

a) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a multa prevista neste artigo será exigida em dobro quando o responsável houver retido o imposto e deixado de recolhê-lo nos prazos fixados nesta Lei Complementar.

Art. 156. Deixar de submeter, total ou parcialmente, prestação de serviço tributável à incidência do imposto:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será ampliada para:

I - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 10% (dez por cento) do valor do imposto, quando a prestação estiver consignada em documento fiscal:

a) com numeração ou seriação repetida;

b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;

c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na prestação;

d) que descreva de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação do serviço;

e) de outro contribuinte ou empresa fictícia, dolosamente constituída para este fim;

f) indicando tratamento tributário vinculado à destinação do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

Art. 157. Submeter tardiamente prestação de serviço tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio sujeito passivo, ou devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

I - Multa de 2% (dois por cento) do valor do imposto.

Art. 158. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento fiscal relativo à prestação de serviço tributável:

II - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor Fiscal de Referência

do Município - VFR

Subseção II

Infrações Relativas a Documentos e Livros Fiscais

Art. 159. Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

I - Multa de 5% (cinco por cento) do Valor de Referencia Fiscal - VFR, por documento fiscal.

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Art. 160. Prestar serviços sem emissão de documento fiscal ou cupom, constatada por qualquer meio:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

Art. 161. Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

I - Multa de 10% (dez por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

Subseção III

Infrações Relativas ao Cadastro e à Entrega de Informações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal

Art. 162. Iniciar atividade sem prévia inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

Art. 163. Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

I - Multa de 15% (quinze por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

Art. 164. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

§ 1º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de requisição, com prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 2º. O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelos agentes do fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

Subseção IV

Outras Infrações

Art. 165. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscal:

I - Multa de 25% (vinte e cinco por cento) do Valor de Referencia

Fiscal.

Art. 166. Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade específica capitulada nesta Lei:

I - Multa de 20% (vinte por cento) do Valor de Referencia Fiscal.

TÍTULO V

DAS TAXAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 167. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§ 1º. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regule a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos coletivos ou individuais.

§ 2º. Considera-se regular o exercício do poder de polícia, quando desempenhado pela repartição competente, nos limites da Lei aplicável, com observância do processo legal e tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

§ 3º. Os serviços públicos a que se refere o caput deste artigo, consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando usufruídos por ele a qualquer título;

b) potencialmente, quando sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específico, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis, por parte de cada um de seus usuários.

Art. 168. Para efeito de instituição, lançamento, cobrança e aplicação de penalidades de taxas, consideram-se compreendidas ao âmbito de atribuições do Município, aquelas que, pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica dos Municípios e pelas normas gerais com elas compatíveis, que a ele competem, salvo se houver disposição especial em contrário.

Art. 169. A incidência da taxa e sua cobrança independem:

I - da existência do estabelecimento fixo;

II - do efetivo ou contínuo exercício da atividade para a qual tenha sido requerido o licenciamento;

III - da expedição da autorização, desde que seja efetivo o exercício da atividade para a qual tenha sido aquela requerida;

IV - do resultado financeiro da atividade exercida; e

V - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar relativa ao exercício da atividade.

Art. 170. As taxas que integram o sistema tributário municipal classificam-se:

I - Taxas decorrentes do efetivo e regular exercício do Poder de Polícia Administrativa e Fiscal;

II - Taxas Decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição.

CAPÍTULO II

TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

Art. 171. Pelo exercício regular do poder de polícia incorre as seguintes taxas:

a) Taxa de Licença Para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

b) Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE;

c) Horário Especial de Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres;

d) Taxa de Licença para Exercício de Atividade de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante;

e) Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade;

f) Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal;

g) Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares.

II - Taxas decorrentes da Utilização Efetiva ou Potencial de Serviços Públicos Divisíveis, Prestados aos Contribuintes ou Postos à sua Disposição:

a) Taxa dos Serviços Públicos de Coleta, Remoção e Tratamento, Destinação ou Disposição de Resíduos Sólidos.

CAPÍTULO III

TAXA DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 172. A Taxa de Licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres dentre as atividades arroladas no CNAE e no detalhamento das suas subclasses, é devida por qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da instalação e localização de quaisquer estabelecimentos ou exercício de atividades no Município.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art 173. A incidência e o pagamento da Taxa independe:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais.

Seção II

Do Contribuinte

Art. 174. Contribuinte da Taxa de Licença são todas as pessoas físicas ou jurídicas que vierem a se instalar ou exercer atividades no Município.

Art. 175. A Taxa de Licença é devida no início da atividade e quando da transferência de local ou do ramo de atividade, pelas diligências para verificar as condições para a instalação e localização do estabelecimento em face das normas urbanísticas e de polícia administrativa, sendo indivisível quanto à sua cobrança.

Parágrafo único. A transferência de local ou alteração do ramo de atividade acarretará a incidência da taxa à razão de 50 % do seu valor anual.

Art. 176 Os contribuintes inscrever-se-ão na repartição fiscal antes de iniciarem suas atividades.

§ 1º. Antes da inscrição municipal, os interessados poderão efetuar consulta prévia, através de requerimento enviado pela rede mundial de computadores no endereço eletrônico <http://www.trezeilias.sc.gov.br> ou protocolado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, onde deverá constar:

I - o endereço completo de seu interesse; e

II - a atividade desejada e os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

§ 2º. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado:

I - da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido; e

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção da licença de Instalação e Localização, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 3º. Ao requerer a licença, através de formulário próprio ou por meio eletrônico, o contribuinte fornecerá ao órgão competente do Município, além dos elementos e informações necessárias à sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal:

I - quando pessoas físicas deverão entregar cópia da cédula de identidade (RG), CPF e a cópia de um comprovante de endereço; e

II - quando pessoas jurídicas deverão entregar cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)

MF), contrato social e suas alterações, ou declaração de micro-empendedor individual (MEI) e a cópia do carnê do IPTU para comprovação de endereço.

§ 4º. Para todo e qualquer estabelecimento haverá uma inscrição distinta.

§ 5º. Não haverá casos de transferência de sociedade simples, dentro do Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, procedendo-se ao cancelamento da inscrição anterior e a posterior abertura de nova inscrição.

Art. 177. Será concedido um Alvará de Licença de Instalação e Localização Provisório para os micros empreendedores individuais, as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e microempendedor individual (MEI), que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, desde que se submetam às exigências desta Lei Complementar, da lei específica e seus regulamentos e subsidiariamente, das Leis Complementares federais nº 123/2003, nº 127/2008, nº 128/2008 e nº 147/2014, juntamente com as exigências e procedimentos contidos no sistema REGIN, consoante convênio firmado com a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC).

Art. 178. No caso de emissão do Alvará de Instalação e Localização Provisório a que se refere o artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas as regras instituídas nesta Lei e em regulamento.

Parágrafo único. O Alvará referido no caput deste artigo terá validade para o respectivo exercício e permite o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato do registro.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 179. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e, recolhida quando da inscrição do estabelecimento no Cadastro Mobiliário cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos em concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença para Instalação e Localização será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

Seção IV Do Lançamento

Art. 180. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

Seção V Do Pagamento

Art. 181. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia administrativa fiscal não serão objeto de parcelamento.

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

Seção VI Das Isenções

Art. 182. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

CAPÍTULO IV TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO CNAE

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 183. A Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades codificadas no CNAE tem como fato gerador o exercício do poder de polícia, consubstanciado na vigilância constante dos estabelecimentos e atividades licenciadas para efeito de verificação, quando necessário ou por constatação fiscal de rotina, do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submetem.

Parágrafo único. Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, prestação de serviços em geral, extração e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas, culturais ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 184. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais.

Seção II Do Contribuinte

Art. 185. O Contribuinte da Taxa Licença de Fiscalização para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE são todas as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem atividades no Município.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 186. A taxa será calculada de acordo com a Tabela I, do Anexo IV desta Lei, considerando-se, sempre, a atividade principal, e recolhida anualmente em razão da Fiscalização para Funcionamento do estabelecimento, lançado de ofício conforme dados existentes no Cadastro Mobiliário e devidamente confrontado pelo fisco, cujo cálculo segue a forma de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, cujo valor para cada contribuinte decorre da aplicação dos percentuais previstos na concomitância e linearmente de acordo com a seção em que a atividade estiver inserida na tabela do CNAE e verticalmente de acordo com o porte da empresa, multiplicado pelo Valor de Referência Fiscal.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização para Funcionamento será utilizada a nomenclatura e seções constantes na tabela do CNAE Fiscal 2.1.

Seção IV Do Lançamento

Art. 187. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal, ou apuradas pelo fisco.

Parágrafo único. Constitui obrigação do contribuinte informar ao Fisco qualquer alteração contratual.

Seção V Do Pagamento

Art. 188. As taxas serão devidas e arrecadadas antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser decretado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º. As taxas do poder de polícia não serão objeto de parcelamento.

§ 2º. O mero pagamento da taxa não configura, por si só, a autorização ou o licenciamento pretendido, sendo necessário o cumprimento das determinações das legislações próprias para a respectiva concessão.

Seção VI Das Isenções

Art. 189. São isentos de todas as taxas de licença, os órgãos municipais, estaduais e federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, inclusive suas autarquias e fundações.

CAPÍTULO V TAXA DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES COM ATIVIDADES CODIFICADAS NO DO CNAE

Seção I Fato Gerador e Incidência

Art. 190. A Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE tem como fato gerador a atuação do Fisco Municipal na fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimentos em horário especial mediante prévia licença do Município.

Art. 191. O fato gerador da Taxa ocorre a partir do deferimento do pleito para o funcionamento em horário especial.

Art. 192. A Taxa não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas quando o serviço é prestado junto ao estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

Seção II Do Contribuinte

Art. 193. Contribuinte é qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade de indústria, do comércio, da prestação de serviços ou a qualquer outra atividade que exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, em horário especial

mediante prévia fiscalização do Órgão Competente do Município.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 194. A base de cálculo da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será determinada através de rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica, em razão da antecipação ou prorrogação do horário de atuação, segundo o fixada na Tabela I do Anexo IV desta lei.

Seção IV Do Lançamento

Art. 195. Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE será lançada, de ofício pela autoridade administrativa competente, em consonância com o que estabelece a Tabela prevista no artigo anterior.

Seção V Do Pagamento

Art. 196 O pagamento da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE deverá ser feito na forma e prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção VI Das Isenções

Art. 197. São isentos da Taxa de Licença de Fiscalização de Funcionamento em Horário Especial de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, Agronegócio e Congêneres com Atividades Codificadas no CNAE, observado o que estabelece a arts. 161 e 162 da Lei nº 1605, de 28 de dezembro de 2007 - Código de Posturas:

I - impressão e distribuição de jornais;

II - serviços de transportes coletivos;

III - entidades de assistência social e demais associações civis sem fins lucrativos;

IV - hotéis, pensões, creches e congêneres;

V - hospitais, ambulatórios de análises clínicas e eletricidade médica, consultórios médicos e congêneres;

VI - farmácias e drogarias;

VII - agência funerária;

VIII - cinema;

IX - serviço telefônico;

X - serviço de vigilância e segurança;

XI - radiodifusão e telecomunicação;

XII - serviços de guinchos;

XIII - postos de gasolina e de lubrificação e borracharias;

XIV - fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás; e

XV - quaisquer estabelecimentos localizados na parte interna do Terminal Rodoviário.

Parágrafo único. Os microempreendedores individuais - MEI estão isentas do pagamento da taxa referida nesta Seção no ano de início de suas atividades.

CAPÍTULO VI

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 198. A Taxa de Licença para Exercício de Atividade Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão do exercício de atividade eventual ou temporária no Município, consoante cálculo e rateio, divisível, proporcional e diferenciado do custo da respectiva atividade pública específica.

Art. 199. Nenhuma atividade de caráter eventual ou temporário poderá ser exercida sem prévia licença outorgada pela administração pública e sem o pagamento da referida taxa.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares e comemorações em locais autorizados pelo Poder Público Municipal.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m² (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

Seção II

Do Contribuinte

Art. 200. O Exercício de Atividade Comércio Eventual ou Ambulante só poderá ser praticada no Município, desde que:

I - o interessado atenda os requisitos estabelecidos em regulamento próprio e dentro das normas da Lei nº 1.605/2007, Código de Postura do Município.

II - não tornar-se inconveniente, nem prejudicial ao comércio regularmente estabelecido; e

III - pagamento antecipado das taxas e emolumentos devidos.

§ 1º. Considera-se comércio ambulante o exercido individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização fixa, com característica eminentemente não sedentária, realizado eventualmente

em determinadas épocas, notadamente nas de festejos populares.

§ 2º. Considera-se comércio experimental o exercido individualmente com estabelecimento, instalações e localização fixa, com metragem inferior a 12m² (doze metros quadrados) e desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento, sejam adequadas a espécie de atividade a ser exercida observados os requisitos da legislação do Município.

§ 3º. Cabe ao Município regulamentar por lei específica, o comércio ambulante e experimental, especialmente no que se refere ao número de autorizações a serem concedidas, ao horário por tipo de atividade, à delimitação dos locais de funcionamento, aos critérios de autorização e à definição das mercadorias comerciáveis.

§ 4º. É considerado também Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante a atividade exercida em instalações removíveis colocadas nas vias e logradouros públicos como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados.

Seção III

Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 201. A Taxa de que trata este Capítulo será cobrada por ocasião da outorga da respectiva Licença, de acordo com a Tabela III do Anexo IV deste Código.

Art. 202. Respondem pela Taxa de Licença de Atividade Eventual, Experimental ou Ambulante as mercadorias encontradas em poder do obrigado ao porte da licença.

Seção IV

Do Pagamento

Art. 203. A taxa de licença para o Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante deverá ser paga antecipadamente à concessão da licença, com percentuais incidentes sobre a VFR (Valor Fiscal de Referência Fiscal) do Município, conforme a tabela citada no artigo 201 deste Código.

Seção V

Das Isenções

Art. 204. Estão isentos da taxa de licença de Comércio Eventual, Experimental ou Ambulante os portadores de deficiência física, assim considerados os que atendam as especificações constantes no regulamento da atividade.

CAPÍTULO VII

TAXA DE LICENÇA PARA PROPAGANDA E PUBLICIDADE

Seção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 205. A Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade tem como fato gerador o exercício do poder de polícia da Administração Pública Municipal, de vigilância em razão da exploração, utilização ou veiculação dos meios de publicidade de qualquer tipo e por qualquer instrumento, nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos locais de audibilidade, visibilidade ou acesso ao público.

Parágrafo único. Para efeito de incidência da taxa, considera-se publicidade, toda e qualquer divulgação de mensagens de natureza publicitária ou comercial, mensagens indicativas ou representativas de nomes, marcas, símbolos, produtos ou estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, indicativos de atividades, inclusive aqueles fixados em veículos de transporte e mobiliários em geral.

Art. 206. São considerados veículos de publicidade sujeitos à taxa:

I - os letreiros,

II - os anúncios publicitários em forma de outdoors, painéis, faixas, banners, balões, som, panfletagem.

Art. 207. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - na data do início da veiculação da publicidade;

II - na data em que se der qualquer alteração;

III - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes, em se tratando de publicidade realizada por intermédio de instrumentos ou suportes de caráter permanente.

Parágrafo único. Considera-se permanente toda veiculação publicitária que pelas suas características, destinação ou intuito de exibição, seja de duração superior a 90 (noventa) dias.

Art. 208. A incidência e o pagamento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município;

III - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias.

Seção II Do Contribuinte

Art. 209. O Contribuinte fica obrigado ao recolhimento da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade é a pessoa física ou jurídica que explora a atividade de publicidade.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 210. A taxa será calculada em consonância com os dados constantes do Cadastro Mobiliário, aplicando-se para tanto a Tabela IV do Anexo IV deste Código.

Seção IV Do Lançamento

Art. 211. As taxas serão lançadas de ofício pela autoridade competente, com base nas informações prestadas pelo contribuinte, constantes no Cadastro de Atividades ou apuradas pelo fisco.

Seção V Do Pagamento

Art. 212 A taxa será devida e arrecadada antes da autorização ou licenciamento pretendido e, quando periódicas, de acordo com as disposições contidas em calendário fiscal a ser expedido por decreto baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 213. A Taxa de Licença para Publicidade será paga de acordo com a tabela determinada pelo artigo 210 desta Lei Complementar e recolhida ao Erário Municipal na forma e prazos regulamentares.

§ 1º. Sofrerão acréscimo de 20% da taxa os anúncios de qualquer

natureza referentes a bebidas alcoólicas e fumo.

§ 2º. O lançamento da taxa, a critério da Administração, poderá ser efetuado juntamente com outros tributos.

Seção VI Das Isenções

Art. 214. Ficam isentos da Taxa de Licença para Propaganda e Publicidade:

I - os indicativos de órgãos públicos da administração direta e indireta;

II - hospitais, ambulatórios, casas de saúde e prontos-socorros;

III - os indicativos, nos locais de construção, do responsável técnico pela obra, contendo as especificações exigidas pelo CREA, o número do processo de acompanhamento e o número do Alvará de Licença, nos termos da legislação própria;

IV - as indicações de profissional liberal fixadas nas respectivas residências, escritórios ou consultórios;

V - as tabuletas indicativas de sítio, granjas ou fazendas;

VI - os nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias, que nas condições legais e regulamentares, se responsabilizem, gratuitamente, pela manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou pela conservação, sem ônus para o Município, de parques, jardins, logradouros públicos, ou ainda, o plantio e proteção de árvores;

VII - as campanhas de utilidade pública e avisos elucidativos destinados exclusivamente à orientação do público, bem como aqueles que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que desprovidos de qualquer legenda, dísticos ou desenhos de valor publicitário;

VIII - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de radiodifusão, televisão e cinemas;

IX - os cartazes destinados a fins patrióticos, religiosos, beneficentes ou desportivos;

X - os anúncios destinados à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

XI - os indicativos localizados no imóvel do próprio estabelecimento, interna ou externamente, e que sirvam como identificador de seu nome e de suas atividades ou produtos.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI, a isenção da Taxa de Licença para Publicidade restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixadas nos cestos, em placas, letreiros ou grades, de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 1,0 m² (um metro quadrado), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante, nos termos da legislação de posturas aplicável.

CAPÍTULO VIII TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 215. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e bem-estar da população, tem como fato gerador a

fiscalização dos estabelecimentos, atividades, habitações, produtos, embalagens, utensílios e quaisquer equipamentos, para efeito de verificação do cumprimento da legislação sanitária a que se submetem.

Parágrafo único. A cobrança da taxa de que trata o caput obedecerá o aqui disposto, cumulativamente com a legislação específica.

Seção II Do Contribuinte

Art. 216. O contribuinte da taxa é qualquer pessoa física ou jurídica, que se dedique à indústria, ao comércio, à prestação de serviços ou a qualquer outra atividade relacionada à saúde, constante na lista do artigo 218, só poderá exercer suas atividades, em caráter permanente ou temporário, mediante prévia licença do Município e pagamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal.

§ 1º. Considera-se temporária a atividade que é exercida em determinados períodos do ano, especialmente durante festividades ou comemorações, em instalações precárias ou removíveis, como balcões, barracas, mesas e similares, assim como em veículos.

§ 2º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida pelas atividades incluídas no campo de atuação da Vigilância Sanitária, definidas nas normas regulamentadoras.

Art. 217. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será concedida conforme regulamentação da Vigilância Sanitária.

§ 1º. Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento.

§ 2º. A licença poderá ser cassada a qualquer tempo, desde que deixem de existir as condições que legitimaram a concessão da licença ou quando o contribuinte, mesmo após a aplicação das penalidades cabíveis, não cumprir as determinações do Município para regularizar a situação do estabelecimento.

§ 3º. As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverá ser fixado em local visível ao público e de fácil acesso à fiscalização.

§ 4º. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é anual e será recolhida de uma única vez, antes dos atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município.

Art. 218. A Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal é devida de acordo com a Tabela V, do Anexo IV editada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, através do Serviço de Vigilância Sanitária, de conformidade com as normas de saúde em Vigilância Sanitária.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 219. A base de cálculo da taxa de abertura e das renovações é o custo estimado da realização das vistorias e demais serviços administrativos, conforme definido na Tabela V, do Anexo IV mencionada no artigo 218.

§ 1º. Os estabelecimentos que exercerem mais de uma atividade prevista na lista do artigo 218 recolherão a taxa de maior valor.

§ 2º. Na solicitação de segunda via do alvará deverá ser recolhido o valor da taxa estabelecida na Tabela I, do Anexo VII desta Lei Complementar.

Seção IV Do Lançamento

Art. 220. O lançamento da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal está vinculada à Tabela V, do Anexo IV que dispõe sobre os Valores dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, mencionada no caput do artigo anterior e presente nesta Seção.

§ 1º. O pagamento da taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º. A Taxa prevista no caput deste artigo será paga, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM emitido mecânica ou eletronicamente, pelo Setor de Tributação, na Tesouraria da Prefeitura Municipal e/ou agência bancária autorizada.

§ 3º. Atos não previstos na Tabela V, do Anexo IV desta Lei terão por base a Tabela II, dos Atos de Saúde, Anexo Único da Lei Estadual 13.236, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 221. Os estabelecimentos que mantiverem mais que uma das atividades enquadradas em qualquer um dos itens da Tabela dos Atos de Vigilância Sanitária, pagarão a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal sobre uma única atividade, contudo, o valor será a da atividade principal desenvolvida.

CAPÍTULO IX TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 222. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares tem como fato gerador o exercício do poder de polícia de fiscalização de obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, edículas ou muros, assim como o arruamento e loteamentos e/ou execução de urbanização em terrenos particulares, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra no Município.

Parágrafo único. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Art. 223. Nenhuma construção, reconstrução, reforma com acréscimo, demolição ou obra e instalações de qualquer natureza poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à municipalidade, nos termos da legislação específica, e pagamento da taxa devida.

Seção II Do Contribuinte

Art. 224. Contribuinte da Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares é o proprietário, detentor de domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóvel em que se realizarem obras de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios, bem como de instalações elétricas e mecânicas ou qualquer obra.

Seção III Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 225. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares será cobrada de conformidade com a Tabela VI do Anexo IV deste Código, conforme cálculo e rateio do custo da respectiva atividade pública específica.

Parágrafo único. A taxa não incidirá sobre as obras e instalações

cuja execução não implicar em outorga de autorização pelo Município, nos termos da legislação específica.

Seção IV Do Lançamento

Art. 226. O lançamento da Taxa será em razão do que for requerido, efetuado de ofício pela autoridade competente, em nome do contribuinte.

Seção V Do Pagamento

Art. 227. O pagamento da Taxa deverá ser feito na forma e prazos definidos em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 228. O pagamento da Taxa não implica no reconhecimento, pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da obra.

Seção VI Das Isenções

Art. 229. São isentos da Taxa:

I - as obras realizadas em imóveis de propriedade da União, do Estado e de suas autarquia e fundações, os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso do Município;

II - a construção de muros de arrimo ou de muralhas de sustentação, quando no alinhamento da via pública;

III - a limpeza ou pintura interna ou externa, de edifícios, casas, muros e/ou grades.

CAPÍTULO X TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DIVISÍVEIS, PRESTADOS AOS CONTRIBUINTES OU POSTOS À SUA DISPOSIÇÃO

Seção Única

TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 230. A taxa de coleta de resíduos sólidos tem por fato gerador a prestação, pelo Município, do serviço da coleta, transporte e destinação final de lixo e resíduos domiciliares, com a utilização efetiva ou potencial do serviço público prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço que impõe.

§ 1º. Entende-se por resíduos sólidos as matérias insolúveis, imprestáveis oriundos das residências, empresas e outras instituições, que possam prejudicar a saúde pública.

§ 2º. O fato gerador considera-se ocorrido no dia 1º de janeiro de cada exercício;

Subseção II Do Contribuinte

Art. 231. São contribuintes da taxa os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis localizados nas áreas atendidas pelo serviço.

Art. 232. O tributo de que trata este artigo será lançado com base no Cadastro Imobiliário do Município e incidirá sobre cada uma das propriedades prediais urbanas beneficiadas pelo serviço.

Subseção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 233. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos terá como base de cálculo o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e será rateado entre os contribuintes, de acordo com:

I - a frequência da prestação dos serviços;

II - a natureza da ocupação e utilização dos imóveis.

Parágrafo único. A natureza da ocupação e utilização dos imóveis a que se refere o inciso II será definida como unidade residencial, comércio e serviços, industrial, agropecuária ou demais estabelecimentos não enquadrados nos anteriores, conforme o discriminado na Tabela Única do Anexo V desta Lei Complementar.

Art. 234. O cálculo da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será feita por metro quadrado da edificação, conforme o Cadastro Imobiliário do Município, a qual se aplicará o percentual do Valor de Referência Fiscal - VRF.

Subseção IV Do Lançamento

Art. 235. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será lançada de ofício pela autoridade competente e cobrada junto e em concomitância com o IPTU.

Subseção V Do Pagamento

Art. 236. A taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos será devida e arrecadada nos prazos definidos em calendário fiscal a ser expedido por Decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Subseção VI Das Isenções

Art. 237. São isentos:

I - da taxa dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento, destinação ou disposição de resíduos sólidos os mesmos contribuintes que forem considerados isentos do IPTU, na forma do artigo 47 desta Lei Complementar;

TÍTULO VI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 238. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 239. Precederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, a publicação em edital, dos seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - delimitação da área de influência, demonstrando as áreas beneficiadas e a relação dos imóveis nela compreendidos, com sua respectiva avaliação, realizada por Comissão nomeada por ato do Chefe do Executivo;

V - a divisão da área de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - o número total de imóveis beneficiados, situados nas zonas de influência da obra.

§ 1º. A avaliação dos imóveis a que se refere o inciso IV será procedida levando-se em conta a situação do imóvel confrontante, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios, usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º. É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, desde que o faça até 30 (trinta) dias após a publicação dos mesmos.

Seção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 240. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente realização de obras públicas e terá como limite máximo o total da despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor de que a obra resultar em cada imóvel beneficiado.

Art. 241. Ocorre a incidência da Contribuição de Melhoria sempre que houver valorização de imóveis, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas realizadas pelo Município, inclusive quando resultante de convênio com a União ou o com o Estado, e suas entidades:

I - abertura, alargamento, pavimentação, arborização, iluminação, esgotos pluviais e outros melhoramentos em vias e logradouros públicos;

II - colocação de paralelepípedos, asfalto, lajotas ou qualquer outro tipo de materiais utilizável no revestimento ou calçamento de vias e logradouros;

III - colocação de meios-fios, guias de sarjetas, caixas, bocas de lobo, rede pluvial e demais equipamentos e instalações complementares;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos pluviais e sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral, ou de suprimento de gás, funiculares, ascensores e instalações de comodidade pública;

V - proteção contra secas, inundações, erosão e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive

desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

VIII - realização de passeios públicos.

Seção II Do Contribuinte

Art. 242. Contribuinte do tributo é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Parágrafo único. Os imóveis em condomínio indiviso serão considerados de propriedade de um só condômino, cabendo a esse exigir, dos demais condôminos, a parte que lhes tocar.

Art. 243. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do tributo:

I - o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - o espólio, pelos débitos do "de cujus", existentes à data da abertura da sucessão;

III - o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do "de cujus" existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV - a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V - a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existente à data da transação.

Seção III Da Base de Cálculo e do Valor

Art. 244. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes de correção monetária.

Art. 245. Em função da localização, os imóveis serão classificados em zonas de influência, através de Decreto do Poder Executivo:

I - com 100% (cem por cento), se uma única for a zona de influência;

II - com 64% (sessenta e quatro por cento) e 36% (trinta e seis por cento), se duas forem as zonas de influência;

III - com 58%, 28% e 14% (cinquenta e oito, vinte e oito e quatorze por cento), se três forem as zonas de influência;

IV - em percentagens variáveis para cada caso, se mais de três forem as zonas de influência.

Art. 246. A fórmula de cálculo da contribuição de melhoria será o valor total da obra (VO) a ser financiada pelo valor do tributo, dividido pela soma do total de valorização dos imóveis beneficiados (TV), cujo resultado será o coeficiente de cálculo (CC). O valor de cada contribuição de melhoria será a valorização individual do imóvel multiplicada pelo coeficiente de cálculo (CC).

Parágrafo único. No caso de mais de uma zona de influência, o valor será proporcional à percentagem do artigo 245.

Art. 247. A contribuição será estabelecida através de seu montante global, cujo valor poderá ser objeto de parcelamento mensal.

Art. 248. A contribuição terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Seção IV Do Lançamento

Art. 249. Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos.

Art. 250. Compete à Secretaria de Administração e Finanças lançar a Contribuição de Melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição responsável pela execução da obra ou melhoramento.

Art. 251. Efetuado o lançamento da contribuição, os proprietários dos imóveis serão notificados, diretamente ou por edital, do:

I - ao montante do crédito fiscal, com os elementos que integram o respectivo cálculo;

II - o custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - o prazo e a forma para pagamento e os vencimentos da Contribuição de Melhoria;

IV - o prazo para impugnação do lançamento da Contribuição de Melhoria;

V - a divisão da zona de influência em faixas correspondentes aos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis, se for o caso;

VI - a individualização, com base na área territorial dos imóveis localizados em cada faixa relativa à zona de influência;

VII - os fatores relativos e individuais de valorização de cada imóvel, a serem verificados mediante nova avaliação efetuada por comissão nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo;

VIII - o plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 252. Somente o titular da propriedade, do domínio útil e da posse de imóvel a ser atingido pela obra poderá apresentar a impugnação de qualquer dos elementos constantes no edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único. Aplica-se à contestação prevista neste artigo o rito indicado na lei processual tributária, no que couber.

Art. 253. A notificação de lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I - identificação do contribuinte e valor da Contribuição de Melhoria cobrada;

II - prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para reclamação.

Art. 254. Os titulares dos imóveis relacionados, discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - cálculo dos índices atribuídos;

III - valor da Contribuição de Melhoria;

IV - número de prestações.

§ 1º. A impugnação deverá ser dirigida ao Chefe do Poder Executivo do Município, através de petição fundamentada.

§ 2º. O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 3º. Da decisão da autoridade lançadora caberá reclamação na forma disciplinada neste Código.

Art. 255. As impugnações, reclamações e recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, tampouco, terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

Seção V Das Isenções

Art. 256. São isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria:

I - o imóvel edificado de propriedade de Conselhos Comunitários e Associações de Moradores, desde que previamente declarados de utilidade pública;

II - o imóvel residencial único do proprietário que comprove possuir rendimento familiar per capita de até ¼ do salário mínimo vigente e cuja edificação não seja superior a 75 m² (setenta e cinco metros quadrados).

III - o imóvel não edificado, localizado em área especial tal como aeroviária, de preservação permanente e faixa de domínio.

Parágrafo único. A isenção concedida no inciso III cessará quando, por qualquer motivo, a localização do imóvel deixar de ser considerada como área especial.

Seção VI Do Pagamento

Art. 257. A cobrança da Contribuição de Melhoria será iniciada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento.

Parágrafo único. O contribuinte será cientificado do lançamento:

I - pessoalmente, pela aposição de assinatura na cópia do aviso

de lançamento;

II - pelo correio, com aviso de recepção;

III - por Edital afixado na Prefeitura Municipal e publicado no veículo oficial quando inviável a notificação pessoal.

Art. 258. O contribuinte poderá recolher, dentro do prazo estabelecido no artigo 257 acima, a contribuição lançada, obtendo-se desconto de 10% sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte.

§ 1º. Os pagamentos parcelados da Contribuição de Melhoria devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias contados da data de publicação do Edital, podendo o parcelamento ser em:

I - até 12 (doze) pagamentos mensais e sucessivos, sem acréscimo, sobre o valor total da contribuição a ser paga pelo contribuinte neste parcelamento;

II - em até 36 (trinta e seis) pagamentos mensais e sucessivos, com a incidência de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação pessoal do lançamento ou publicação do Edital de notificação dos interessados, não tendo sido requerido o parcelamento, o débito será considerado vencido e passível de lançamento em dívida ativa.

§ 3º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a 15% (quinze por cento) da VFR (unidade de referência) do Município para os contribuintes pessoa física e 50% (cinquenta por cento) do VFR do Município em caso de pessoa jurídica.

§ 4º. Havendo pedido de recurso e/ou revisão de lançamentos de contribuição de melhoria, o contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da decisão administrativa para efetuar o competente pagamento.

§ 5º. O processo administrativo de impugnação será regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 259. Não se aplicará a forma de pagamento descrita no artigo 258, ao contribuinte de baixa renda, assim considerado aquele que:

I - for proprietário de um único imóvel e o use como sua residência;

II - possuir apenas uma fonte de renda familiar, e que esta seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes;

III - que a metragem do terreno situado em conjunto habitacional tenha área de no máximo 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

§ 1º. Para o contribuinte que se enquadrar nas situações acima elencadas, o parcelamento da contribuição se dará da seguinte forma:

I - em até 48 (quarenta e oito) pagamentos mensais e sucessivos, sem incidência de juros, fixando o vencimento da primeira parcela em até 60 (sessenta) dias da data de publicação do Edital e as demais parcelas mensais, consecutivas e sucessivamente.

§ 2º. Para efeitos do parcelamento previsto no § 1º deste artigo, o valor de cada parcela não poderá resultar num valor inferior a

10% (dez por cento) do VFR do Município para os contribuintes pessoa física.

Seção VII Disposições Finais

Art. 260. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênio com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

TÍTULO VII DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 261. Fica instituída no Município a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, prevista no artigo 149/A da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º. O serviço previsto no "caput" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

§ 2º. Entende-se por iluminação pública aquele que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia elétrica e que sirva as vias e logradouros públicos.

Seção II Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 262. É fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Seção III Do Contribuinte

Art. 263. Sujeito passivo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território no Município.

Seção IV Da Base de Cálculo

Art. 264. A base de cálculo da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP é o valor mensal do consumo total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Parágrafo único. Os reajustes autorizados pela ANEEL e efetivamente aplicados pela concessionária de energia elétrica serão considerados para efeitos da composição da base de cálculo.

Seção V Das Alíquotas

Art. 265. As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme o Anexo VI, Tabelas I, II e III, que são partes integrante desta Lei.

Seção VI Das Isenções

Art. 266. Estão isentos da contribuição:

I - os consumidores da classe residencial com consumo de até 30 (trinta) kW/h;

II - todos os contribuintes cadastrados na concessionária de energia elétrica como consumidores rurais, independente do total de kW/h consumido;

III - igrejas e templos;

IV - clubes sociais e centros comunitários.

Seção VII Do Lançamento e Pagamento

Art. 267. A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º. O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º. O convênio ou contrato a que se refere o "caput" deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados.

§ 3º. O montante devido e não pago da COSIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 4º. Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no artigo 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 5º. Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Seção VIII Das Disposições Finais

Art. 268. Aplicam-se à COSIP, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e as da Legislação Tributária Municipal, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 269. As tabelas constantes do ANEXO VI e parte integrante desta Lei vigorarão observando-se os seguintes critérios:

I - cobrança por faixa de consumo diferenciadas por classes;

II - revisão das classes e faixas de consumo.

Art. 270. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC.

LIVRO II NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 271. A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

CAPÍTULO II DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 272. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

I - tratando-se de pessoa natural, o lugar onde reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontre a sede habitual de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas;

§ 1o. Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§ 2o. A fiscalização tributária recusará o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

Art. 273. O domicílio tributário será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à fazenda pública municipal.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 274. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

CAPÍTULO IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 275. Toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário Municipal de quaisquer dos tributos municipais, para cada

um de seus estabelecimentos, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito, escritório inclusive de contato, show room, posto de atendimento de qualquer natureza, endereço de correspondência, endereço de terceiro onde atua economicamente, ainda que temporariamente, inclusive condomínio edilício, obra de construção civil ou qualquer outra, independente da denominação que vier a ser adotada, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades fixadas em regulamento.

Art. 276. A constituição do crédito tributário é efetuada através do lançamento tributário nas seguintes modalidades:

I - de ofício;

II - por declaração; e

III - por homologação.

Parágrafo único. Aplicam-se às modalidades de lançamento as normas gerais de direito tributário estabelecidas no Código Tributário Nacional.

Art. 277. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado; e

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Art. 278. A revisão de lançamento somente poderá ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública Municipal.

Seção II Das Modalidades de Extinção do Crédito Tributário

Art. 279. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

II - remissão;

III - a prescrição e a decadência;

IV - a conversão de depósito em renda;

V - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;

VI - a consignação em pagamento;

VII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

VIII - a decisão judicial passada em julgado; e

IX - a dação em pagamento de bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. A forma de extinção do crédito tributário é

subordinada às normas gerais de direito tributário disciplinadas no Código Tributário Nacional.

Art. 280. Fica a autoridade administrativa responsável pela Secretaria Municipal da Administração e Finanças autorizada a efetuar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, através de procedimento administrativo, nas condições e sob as garantias que estipular em regulamento, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis dispostas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Todo procedimento administrativo de compensação deverá ser acompanhado de planilha de cálculo elaborada por repartição competente e de exposição de motivos, para fins de auditoria interna ou externa.

Art. 281. O Responsável pela unidade administrativa de finanças poderá conceder, por despacho fundamentado, dando remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

II - ao erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III - à diminuta importância do crédito tributário;

IV - às considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso; e

V - às condições peculiares a determinada região do território da entidade tributante.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido.

CAPÍTULO V DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção Única Das Disposições Gerais

Art. 282. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; e

VI - o parcelamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

CAPÍTULO VI DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 283. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção; e

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Seção II Da Isenção

Art. 284. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita à determinada região do Município, em função de condições a ela peculiares.

Art. 285. A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte ao da publicação.

Art. 286. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei, regulamento ou contrato para sua concessão.

Parágrafo único. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, as disposições sobre concessão de moratória e parcelamento.

Seção III Da Anistia

Art. 287. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e, aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele; e

II - salvo disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 288. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral; e

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugada ou não com penalidades de outra natureza;

c) à determinada região do território do Município, em função de condições a ela peculiares; e

d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída, pela mesma lei, à autoridade administrativa.

Art. 289. A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do

preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 1º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele; e

II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§ 2º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da anistia e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 3º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Seção IV Da Atualização Monetária e Encargos Moratórios

Art. 290. Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, atuais e futuros, incluídas as multas de qualquer espécie, provenientes da impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, assim como, todos os valores apresentados nesta Lei Complementar, serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outro que venha a sucedê-lo.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput deste artigo, a Secretaria Municipal da Administração e Finanças fica autorizada a divulgar o procedimento para a atualização monetária, baseando-se, para o seu cálculo, nas respectivas normas regulamentares.

Art. 291. O crédito tributário e não-tributário não quitado até o seu vencimento fica sujeito à incidência de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, calculado sobre o valor corrigido, contados da data do vencimento do tributo;

II - multa moratória de 2% (dois por cento) do valor principal atualizado monetariamente;

§ 1º. As multas devidas, não proporcionais ao valor do tributo, serão também atualizadas.

§ 2º. A multa prevista no inciso II deste artigo será aplicada, sem prejuízo do pagamento do imposto devido.

Art. 292. Institui-se o Valor de Referência Fiscal - VRF com o valor de R\$ 695,11 (seiscentos e noventa e cinco reais e onze centavos) que será atualizada, anualmente, conforme disciplinado no caput, sendo sua utilização apenas para cálculos e procedimentos internos, inclusive atualização de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

§ 1º. O VRF será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou o que vier a substituí-lo, pela variação ocorrida a cada 12 (doze) meses, compreendendo o período de dezembro do ano anterior a novembro do ano em curso, para aplicação no exercício seguinte.

§ 2º. Todos os valores em reais constantes de leis de natureza tributária e não tributária do Município serão convertidos em Valor de Referência Fiscal - VRF a partir da entrada em vigor desta Lei

Complementar.

Art. 293. A atualização monetária estabelecida na forma do artigo 290 aplicar-se-á, inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o sujeito passivo houver depositado, em moeda, a importância questionada.

§ 1º. Na hipótese de depósito parcial, far-se-á a atualização da parcela não depositada.

§ 2º. O depósito elide, ainda, a aplicação da multa moratória, dos juros, ou de ambos, consoante seja efetuado antes do prazo fixado para a incidência da multa, dos juros, ou de ambos.

Art. 294. O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, em consonância com as disposições do artigo 291 desta Lei.

Parágrafo único. A atualização monetária do depósito cessará se o interessado deixar de comparecer à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua regular notificação, para receber a importância a ser devolvida.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 295. Este Título regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais da exigência do crédito tributário do Município decorrentes de impostos, taxas, contribuição de melhoria, penalidades e demais acréscimos, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade dos agentes fiscais.

Art. 296. A Administração Pública poderá promover, de ofício, inscrição, alterações de dados cadastrais ou cancelamento da inscrição, na forma regulamentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Seção I Da Ciência dos Atos e Decisões

Art. 297. A ciência dos atos e decisões far-se-á:

I - no auto de infração e imposição de multa ou notificação para recolhimento de débito verificado mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário ou onde se encontrar;

II - no processo ou expediente, mediante assinatura do interessado;

III - pessoalmente ou a representante, mandatário ou preposto, mediante recibo datado e assinado ou com menção da circunstância de que houve impossibilidade ou recusa de assinatura;

IV - por notificação com aviso de recebimento (AR), datado e firmado pelo destinatário ou alguém do seu domicílio ou onde se encontrar;

V - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

c) por edital na imprensa local, integral ou resumido, se desconhecido o domicílio tributário ou na impossibilidade do cumprimento dos incisos deste artigo.

§ 1º. Quando, em um mesmo processo, for interessado mais de um sujeito passivo, em relação a cada um deles serão atendidos os requisitos fixados nesta Seção para as intimações.

§ 2º. Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

Art. 298. A intimação presume-se feita:

I - quando pessoal, na data do recebimento mediante entrega de uma via, contra-recibo do interessado, em seu domicílio tributário, ou onde se encontrar;

II - quando por carta, na data do recibo de volta, e, se for essa omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III - se por meio eletrônico, 15 (quinze) dias contados da data registrada:

a) no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; ou

b) no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo;

IV - quando por edital na imprensa local, 30 (trinta) dias após a data da afixação ou da publicação.

Art. 299. Os despachos interlocutórios que não afetem a defesa do sujeito passivo independem de intimação.

Seção II Da Notificação de Lançamento

Art. 300. A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà, obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado e as características do imóvel, quando for o caso;

II - o valor do crédito tributário, sua natureza e o prazo para recolhimento e impugnação;

III - a disposição legal infringida, se for o caso, e o valor da penalidade; e

IV - a assinatura ou chancela do servidor autorizado, com a indicação do seu cargo ou função.

Art. 301. A notificação do lançamento será feita na forma do disposto no artigo 297 desta Lei Complementar.

TÍTULO III ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 302. A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua

aplicação.

Art. 303. O cumprimento da legislação tributária municipal será fiscalizado por servidores públicos nomeados para o exercício da função, na forma da lei.

Parágrafo único. A fiscalização sujeita todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal, e compreende o acesso ao domicílio tributário do fiscalizado, o exame de mercadorias, arquivos, livros e documentos fiscais, contábeis ou comerciais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ficando estes obrigados a exibí-los.

Art. 304. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou prestadores de serviços, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os comprovantes dos lançamentos neles efetuados e os comprovantes de recolhimento de tributos municipais deverão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram.

Art. 305. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documentem os procedimentos e fixará prazo para a conclusão daquelas.

§ 1º. Os termos a que se refere este artigo serão lavrados onde se verificar a fiscalização, ainda que aí não seja o domicílio tributário do fiscalizado nem sua residência, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º. O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, que será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período e, somente de forma excepcional, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço.

§ 3º. A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º. O disposto no § 3º não se aplica à fiscalização efetuada durante a prestação de serviço de transporte, em que é obrigatório o porte do documento fiscal que deverá ser apresentado incontinenti à autoridade fazendária.

§ 5º. O disposto no § 3º não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do imposto.

Art. 306. Os bens e documentos que constituam prova material da infração contra o sistema tributário do Município podem ser apreendidos, quer estejam em poder do infrator ou de terceiros.

§ 1º. A apreensão poderá ocorrer nos locais onde se exerçam as atividades tributáveis ou em trânsito.

§ 2º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 307. Da apreensão será lavrado termo em que conste:

I - local, dia e hora da apreensão;

II - identificação do detentor dos bens e documentos e das testemunhas, se houver;

III - descrição dos bens e documentos apreendidos;

IV - indicação do local onde ficarão depositados;

V - assinatura e identificação do depositário;

VI - assinatura e identificação do agente fiscal responsável pela apreensão.

§ 1º. O agente fiscal poderá designar depositário qualquer pessoa idônea, a municipalidade ou, excepcionalmente, o próprio infrator.

§ 2º. Cópia do termo de apreensão será entregue ao depositário e ao detentor dos bens e documentos apreendidos, contra recibo no original.

§ 3º. A apreensão de bens depende de autorização judicial.

Art. 308. Durante o processo de fiscalização, os documentos apreendidos poderão, a requerimento do interessado, ser-lhes devolvidos, a juízo da autoridade administrativa.

Parágrafo único. Ao final do processo de fiscalização, os documentos serão devolvidos ao contribuinte, salvo tratar-se de comprovação de fraude ou dolo.

Art. 309. Os bens apreendidos poderão ser restituídos a requerimento do interessado.

Art. 310. O prazo para retirada de bens apreendidos é de 60 (sessenta) dias a contar:

I - da decisão definitiva em processo administrativo ou judicial;

II - do deferimento de pedido de restituição.

Art. 311. Esgotado o prazo estabelecido sem manifestação do interessado, os bens serão levados à hasta pública ou a leilão sempre precedidos de publicação.

§ 1º. Os bens de fácil deterioração poderão ser levados à hasta pública ou a leilão, a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º. A juízo da autoridade administrativa, bens perecíveis de valor reduzido poderão ser entregues para consumo em instituição assistencial local, declarada de utilidade pública.

Art. 312. Até 30 (trinta) dias após a realização da venda em hasta pública ou do leilão de bens apreendidos, ao proprietário se reserva o direito de, em processo regular, pleitear do Município a restituição do valor que excedeu ao de todas as suas obrigações tributárias, acrescidas das despesas administrativas a que deu causa.

Art. 313. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivãos e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 314. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividade.

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo, além dos casos já previstos nesta Lei, os seguintes:

I - requisição de autoridade judiciária no interesse da Justiça;

II - solicitações de autoridade administrativa no interesse da administração pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§ 2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da administração pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§ 3º. Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Municipal;

III - parcelamento ou moratória.

Art. 315. Para atuar com maior precisão e segurança, a Fazenda Pública poderá:

I - trocar informações de natureza fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, bem como de outros Municípios, na forma que se estabelecer em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

II - requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 316. Ao descumprimento das obrigações constantes desta Seção, aplicam-se as penalidades previstas no artigo 343 deste Código, no que couber.

Seção II
Da Notificação do Lançamento

Art. 317. Do lançamento dos tributos municipais, o sujeito passivo será cientificado através de notificação.

Art. 318. A notificação de lançamento terá as características definidas em modelo oficial, será preenchida sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição do valor principal, da atualização monetária, da multa e juros devidos;

III - indicação da origem e natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - data da emissão, identificação e assinatura da autoridade notificante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início.

CAPÍTULO II DAS INTIMAÇÕES

Art. 319. As intimações ao sujeito passivo serão feitas por uma das seguintes formas:

I - pessoalmente, mediante assinatura do sujeito passivo, de seu representante legal ou de preposto idôneo;

II - por carta registrada com Aviso de Recebimento - AR;

III - por Edital de Notificação publicado no Diário Oficial dos Municípios, quando não for possível a intimação na forma dos incisos I e II.

§ 1º. Se o fiscalizado se recusar a receber o termo ou a exarar o recibo, a autoridade fiscal registrará o fato e a administração tributária poderá optar em encaminhar o termo via postal, mediante aviso de recebimento ou fazer a entrega pessoal, na presença de duas testemunhas, registrando o ocorrido.

§ 2º. Considera-se feita a intimação:

I - se pessoal, na data da assinatura;

II - se por carta, na data indicada pelo correio no Aviso de Recebimento - AR;

III - se por edital, 15 (quinze) dias após a data da efetiva circulação do Diário Oficial dos Municípios, se houver.

§ 3º. Tratando-se de intimação por carta com aviso de recebimento, é suficiente para comprovação da mesma, o recibo de entrega.

Art. 320. Aplica-se o disposto neste Capítulo a todas as intimações realizadas pela Administração Tributária, inclusive cientificação de termos, notificações e autos de infração, ressalvadas as disposições específicas.

CAPÍTULO III DA CONSULTA

Art. 321. Mediante petição escrita dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, poderão formular consulta sobre a interpretação de dispositivos da legislação tributária municipal:

I - o sujeito passivo;

II - os órgãos da administração pública;

III - as entidades representativas de categorias econômicas, sobre matéria de interesse comum de seus representados.

§ 1º. A resposta à consulta aproveita apenas a quem a formulou.

§ 2º. A resposta às consultas obedecerá aos critérios regulamentares, podendo a Secretaria Municipal da Fazenda determinar a instrução do processo com parecer fiscal;

§ 3º. Não será recebida consulta que verse sobre:

I - legislação tributária em tese;

II - fato definido em lei como crime ou contravenção;

III - matéria que tenha sido objeto de decisão proferida em processo contencioso administrativo em que o consulente tenha atuado como parte;

IV - matéria já tratada em consulta anteriormente formulada pelo próprio consulente, salvo em caso de alteração da legislação;

V - matéria que:

a) tenha motivado a lavratura de notificação fiscal contra o consulente;

b) seja objeto de medida de fiscalização já iniciada.

CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 322. A consulta, quando formulada pelo sujeito passivo:

I - suspende o prazo para pagamento do tributo, em relação ao fato objeto da consulta, até 30 (trinta) dias após a ciência da resposta;

II - impede, durante o prazo fixado no inciso I, o início de qualquer medida de fiscalização, com relação ao consulente, destinada à apuração de infrações referentes à matéria consultada.

CAPÍTULO V DÍVIDA ATIVA

Art. 323. Constitui dívida ativa municipal a proveniente de crédito, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou decisão final proferida em processo regular.

Art. 324. A inscrição será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito.

Parágrafo único. O Termo de Inscrição em Dívida Ativa e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 325. Sempre que os débitos não forem pagos em tempo hábil e não houver reclamação ou recurso pendente de apreciação pelas autoridades fazendárias, os mesmos deverão ser inscritos na dívida ativa municipal.

Parágrafo único. O aviso da inscrição em dívida ativa deverá ser comunicada ao sujeito passivo, ainda que no ato do lançamento.

Art. 326. Compete, privativamente, à Assessoria Jurídica do Município a cobrança judicial da dívida ativa municipal.

§ 1º. Recebida pelo titular da assessoria jurídica do Município a certidão de dívida ativa, cessa a competência do órgão fazendário para agir ou decidir a respeito do crédito respectivo, salvo nos casos em que houver autorização expressa.

§ 2º. Cumpre ao órgão fazendário cooperar com a Assessoria Jurídica do Município para garantir eficiência na cobrança judicial da dívida ativa, devendo prestar as informações solicitadas por esta ou pelo Poder Judiciário.

Art. 327. O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI - o número do processo administrativo, da notificação de lançamento ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro digital ou físico e a folha onde está a inscrição.

Art. 328. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art. 329. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade, tendo o efeito de prova pré-constituída.

§ 1º. A incidência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

CAPÍTULO VI CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 330. A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Parágrafo único. A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida em até 5 (cinco) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

Art. 331. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 332. As certidões emitidas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. As certidões previstas neste capítulo serão fornecidas independentemente do pagamento de taxa.

Art. 333. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.

Art. 334. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude que contenha erro contra a Fazenda Pública responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos, sem prejuízo dos danos que causar a terceiro.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

CAPÍTULO VII DO PARCELAMENTO

Seção I Disposições Gerais

Art. 335. Os débitos tributários para com a Fazenda Municipal poderão ser parcelados de acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo.

§ 1º. O débito a ser parcelado será atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei, até a data da formalização do parcelamento.

§ 2º. Ao montante apurado na forma do § 1º, serão aplicados juros simples de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada mês de parcelamento.

§ 3º. O atraso no pagamento de qualquer parcela importará na sua atualização monetária e fluência de juros pelos mesmos índices e forma previstos nesta Lei.

§ 4º. O inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas importará no imediato cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se a dívida aos valores originais e abatendo-se as parcelas pagas, atualizadas de acordo com o índice utilizado para atualização do tributo.

§ 5º. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) da VRF.

Art. 336. É permitido o reparcèlement mediante o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor na primeira parcela, e apresentação de garantia, conforme determinem as normas regulamentares.

§ 1º. O reparcèlement somente poderá ser concedido para débitos já inscritos em dívida ativa.

§ 2º. A dívida reparcêlada poderá ser dividida em até 6 (seis) prestações mensais, sendo vedada a aplicação de descontos.

Seção II Parcelamento Antes da Inscrição em Dívida Ativa

Art. 337. O parcelamento dos débitos tributários, antes da inscrição em dívida ativa, para com a Fazenda Municipal poderá ser concedido em até 6 (seis) parcelas mensais.

Parágrafo único. As parcelas deverão respeitar o valor mínimo fixado em normas regulamentares, economicamente viável para o Município.

Art. 338. É facultado ao contribuinte antecipar parcial ou totalmente o valor de parcelas vincendas, quando serão abatidos os valores previamente calculados a título de juros.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, serão antecipadas as parcelas, de forma decrescente, a partir da última vincenda.

Art. 339. Não serão objeto de redução as multas aplicadas por descumprimento de obrigação acessória.

Seção III Parcelamento Após a Inscrição em Dívida Ativa

Art. 340. O parcelamento dos débitos tributários para com a Fazenda Municipal após a inscrição em dívida ativa poderá ser concedido em até 6 (seis) meses.

Art. 341. O parcelamento dos débitos em fase de execução judicial obedecerá ao disposto nesta Seção II.

TÍTULO IV INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I INFRAÇÕES

Art. 342. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento por parte do sujeito passivo ou responsável, de obrigação tributária principal ou acessória, estabelecidas na legislação tributária municipal.

CAPÍTULO II PENALIDADES

Seção I Espécies de Penalidades

Art. 343. As infrações serão punidas com as seguintes penas:

I - multa;

II - cassação de sistemas ou controles especiais, estabelecidos em benefício do sujeito passivo.

§ 1º. As penalidades mencionadas neste artigo, serão disciplinadas e fixadas no capítulo que regulamenta cada tributo.

§ 2º. Sendo a lei omissa, a multa será de 2% do valor do tributo, devidamente atualizado, quando este não for recolhido dentro do prazo.

§ 3º. O descumprimento de qualquer obrigação acessória para a qual não haja previsão de penalidade específica implicará na aplicação de multa de 10% sobre a VRF, sem prejuízo da exigência do tributo com todos os acréscimos legais.

Seção II Da Proibição de Transacionar com o Município

Art. 344. Além das penalidades cominadas na Seção I, os contribuintes em débito com o Município não poderão:

I - participar de qualquer modalidade de licitação;

II - celebrar contratos ou termos de qualquer natureza em que for parte o Município ou seus órgãos de administração indireta;

Parágrafo único. No caso de contribuintes em débito com o Município e desde que haja requerimento expresso do sujeito passivo, fica o Secretário Municipal da Fazenda autorizado a efetuar a compensação com créditos próprios líquidos e certos.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO FISCAL PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

Seção I

Do Auto de Infração

Art. 345. Sempre que for constatado o não cumprimento de obrigação tributária acessória, será lavrado auto de infração.

Art. 346. O auto de infração terá as características definidas em modelo oficial, será preenchido sem rasuras ou emendas, e conterá:

I - nome, domicílio tributário ou endereço do sujeito passivo;

II - descrição clara e precisa da infração, com referência às circunstâncias pertinentes;

III - capitulação do fato, mediante citação expressa do dispositivo legal dado como infringido, e sua respectiva penalidade;

IV - data da emissão, identificação e assinatura do autuante;

V - intimação para pagamento ou impugnação, com indicação do respectivo prazo e data do seu início;

VI - a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto idôneo, ou registro, pelo notificante, das razões que o impediram.

§ 1º. O prazo para pagamento do auto de infração será de 30 (trinta) dias, contados do dia seguinte à data em que se considerar efetuada a intimação.

§ 2º. Quando da entrega do auto de infração ao autuado houver a recusa à colocação da assinatura por parte deste último, este fato constará no corpo do auto de infração, devendo o autuante proceder a entrega da mesma mediante a aposição da assinatura de duas testemunhas.

Seção II

Da Representação

Art. 347. Qualquer pessoa pode representar contra toda ação ou omissão que possa resultar em evasão de renda ou infração à legislação tributária do Município.

Art. 348. A autoridade que receber a representação determinará as providências necessárias para a completa verificação de sua procedência ou improcedência.

TÍTULO IV

DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 349. Este Título disciplina a fase contenciosa do processo de determinação e exigência do crédito tributário.

Art. 350. A fase contenciosa do processo inicia-se com a apresentação de reclamação, pelo sujeito passivo, contra:

I - auto de infração;

II - notificação de lançamento;

III - decisão em processo administrativo de revisão.

Art. 351. São competentes para julgar:

I - em primeira instância, a Unidade de Julgamento Singular;

II - em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 352. Os Julgadores de Processos Fiscais, os membros do Conselho Municipal de Contribuintes e o Representante da Fazenda Pública junto ao Conselho são impedidos de atuar em processos:

I - de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;

II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;

III - em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título;

IV - que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.

Art. 353. As autoridades julgadoras são incompetentes para declarar a inconstitucionalidade ou ilegalidade de lei, decreto ou normas complementares.

Parágrafo único. Os órgãos julgadores poderão apreciar a alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade reconhecida por entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 354. São nulos:

I - os atos e termos praticados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa;

III - os lançamentos cujos elementos sejam insuficientes para determinar a matéria tributável e o respectivo sujeito passivo.

§ 1º. A falta de intimação ou a intimação nula fica suprida pelo comparecimento do interessado, a partir do momento em que lhe sejam comunicados formalmente todos os elementos necessários à prática do ato.

§ 2º. A nulidade do ato só prejudica os posteriores que dele dependam diretamente ou sejam consequência.

§ 3º. A nulidade será declarada de ofício pela autoridade julgadora nas respectivas esferas de competência, que mencionará expressamente os atos por ela alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento do feito.

§ 4º. Sempre que possível, as irregularidades, incorreções ou omissões deverão ser sanadas de ofício ou mediante requerimento

da parte interessada, de modo a permitir o prosseguimento do feito.

Art. 355. Às partes interessadas é facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação do interessado.

Art. 356. Opera-se a desistência do litígio na esfera administrativa:

I - expressamente, por pedido do sujeito passivo;

II - tacitamente:

a) pelo pagamento ou pedido de parcelamento do crédito tributário discutido;

b) pela propositura de ação judicial relativa à matéria objeto do processo administrativo.

Parágrafo único. Os órgãos próprios da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ao tomarem conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no inciso II, comunicarão o fato ao órgão julgador, que determinará, de ofício, o arquivamento do processo.

CAPÍTULO II

DAS AUTORIDADES PROCESSUAIS

Seção I

Do Órgão Preparador

Art. 357. Compete ao Órgão Preparador organizar o processo na forma dos autos forenses.

§ 1º. O Órgão Preparador deverá verificar se a instrução do processo preenche os requisitos legais em todas as suas fases, corrigindo eventuais vícios e irregularidades, determinando as diligências que forem necessárias.

§ 2º. As intimações feitas para as finalidades previstas no § 1º deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual o processo subirá à autoridade competente para decisão ou despacho final.

§ 3º. Verificada a intempestividade da reclamação, o Órgão Preparador encaminhará o processo para decisão, independente de qualquer outra providência.

Seção II

Da Unidade de Julgamento Singular

Art. 358. A Unidade de Julgamento Singular é integrada por até 3 (três) Julgadores de Processos Fiscais, que atuam individual e independentemente, nomeados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e escolhidos entre os servidores municipais que atuam na área tributária e fiscal, bem como, na Assessoria Jurídica, de ilibada reputação e reconhecido saber jurídico tributário.

§ 1º. A critério do Secretário Municipal de Administração e Finanças, poderão ser nomeados julgadores ad hoc, sempre que o número de processos o justifique, atendidos os requisitos do caput.

§ 2º. Os Julgadores de Processos Fiscais, nomeados na forma deste artigo, receberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento básico do cargo acrescido das vantagens de natureza permanente.

Seção III

Do Conselho Municipal de Contribuintes

Art. 359. Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, competente para o julgamento de recursos administrativo-tributários em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes, instituído por esta Lei Complementar poderá ser formado, no máximo, por sete membros e no mínimo cinco, sendo neste caso composto por um Presidente, (4) quatro membros titulares e (4) quatro membros suplentes, das mesmas representações, sendo:

I - três representantes da Municipal de Administração e Finanças;

II - um representante indicados pela ASSETT;

III - um representante indicado pela CDL;

§ 1º. No caso de impedimento de qualquer dos membros do Conselho, deverá ser convocado seu suplente.

§ 2º. As sessões serão públicas em todas as suas fases, sendo que as sessões ordinárias serão realizadas mensalmente, em dia e hora a serem fixados pelo Presidente do Conselho, sempre em que houver matéria para apreciação e julgamento.

§ 3º. As decisões do Conselho Municipal de Contribuintes serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 360. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com os respectivos suplentes, para um período de até dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. No caso de vacância do cargo titular, assumirá imediatamente o suplente, que cumprirá o tempo restante do mandato.

§ 2º. No caso de vacância simultânea dos cargos titular e suplente, serão nomeados substitutos para o cumprimento do tempo restante do mandato, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º. Os representantes do Executivo poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.

§ 4º. As entidades representadas ou o executivo poderão substituir seus próprios representantes a qualquer tempo.

Art. 361. Os membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes, obrigatoriamente, deverão ter formação ou experiência comprovada nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e afins.

Art. 362. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes deverão preferencialmente possuírem formação de nível superior e dos contribuintes, com formação profissional, no mínimo de segundo grau, de ilibada reputação e reconhecido conhecimento em matéria tributária, sendo nomeados pelo Prefeito Municipal a partir de lista tríplice elaborada na forma do § 1º, para o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º. Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os Conselheiros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes elaborarão lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput deste artigo e que obtiverem na escolha, pelo menos, maioria simples dos votos dos Conselheiros titulares.

§ 2º. Recebida a lista tríplice, o Chefe do Poder Executivo escolherá o Presidente e o Vice-Presidente.

§ 3º. O Vice-Presidente substituirá o Presidente no caso de impedimento, suspeição e licença por prazo superior a 15 (quinze) dias,

e suceder-lhe-á na vacância, até o término do mandato.

§ 4º. Em caso de vacância do Presidente e do Vice-Presidente, no prazo de 30 (trinta) dias serão nomeados substitutos para cumprir o tempo restante dos mandatos, obedecidos os requisitos fixados neste artigo.

Art. 363. O Presidente do Conselho, além das previstas nesta Lei e no Regimento Interno do Conselho, terá as seguintes atribuições:

I - dirigir os trabalhos do Conselho, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;

II - representá-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;

III - comunicar à autoridade competente, de ofício, ou a requerimento de qualquer conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento no Conselho;

IV - presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate;

V - definir período de recesso do Conselho.

Art. 364. A falta de comparecimento de qualquer conselheiro a 3 (três) sessões consecutivas ou a 8 (oito) alternadas, durante cada ano, importará, salvo concessão de licença na forma prevista no Regimento Interno, em renúncia ao mandato, devendo o Presidente comunicar imediatamente o fato às respectivas representações para efeito de indicação de substituto, que completará o mandato.

Art. 365. O Conselho entrará em recesso anualmente por prazo não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, nele compreendido o período definido pelo Executivo Municipal como férias coletivas.

Art. 366. O Conselho terá uma secretaria com a organização e as atribuições que forem fixadas no seu Regimento Interno.

§ 1º. A secretaria do Conselho será exercida por um(a) secretário(a) nomeado(a) pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda, escolhido entre os servidores municipais, acumulando a função pertencente ao Órgão Preparador a que se refere a Seção I do Capítulo II deste Título.

§ 2º. Além de outras que lhe forem deferidas pelo Regimento Interno, é de competência exclusiva da Secretaria do Conselho:

I - secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;

II - dirigir o expediente da Secretaria;

III - encaminhar as decisões transitadas em julgado para o Ministério Público, Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores.

§ 3º. O secretário e o assistente, nomeado na forma do § 1º deste artigo perceberão gratificação mensal fixada por meio de ato do Chefe do Executivo Municipal, assim compreendido o vencimento acrescido das vantagens de natureza permanente.

Art. 367. O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes fará jus a subsídio, cujo valor será fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento que presidir, limitado a cinco sessões remuneradas por mês.

§ 1º. Os subsídios fixados neste artigo serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais.

§ 2º. Os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes farão jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento em que funcionarem como titular.

Seção IV

Da Representação da Fazenda Municipal

Art. 368. A representação da Fazenda Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes será exercida, no julgamento de cada processo, por Advogado lotado e com exercício na Assessoria jurídica do Município, designado pelo seu titular.

§ 1º. Compete ao representante da Fazenda, além de outras atribuições previstas em Lei e no Regimento Interno do Conselho:

I - a defesa do interesse público, da legalidade e da preservação da ordem jurídica;

II - fazer-se presente nas sessões de julgamento, ordinárias e extraordinárias, podendo usar da palavra;

III - representar a Assessoria jurídica do Município e ao Secretário de Administração e Finanças sobre quaisquer irregularidades verificadas nos processos, em detrimento da Fazenda Pública ou dos contribuintes, bem como apresentar sugestões de medidas legislativas e providências administrativas que julgar úteis ao aperfeiçoamento dos serviços de exação fiscal.

§ 2º. O assessor jurídico designado na forma deste artigo fará jus ao subsídio fixado por ato do Chefe do Executivo Municipal, por sessão de julgamento quem que funcionar.

Art. 369. É indispensável a presença do titular da Assessoria jurídica do Município em qualquer sessão de julgamento, sob pena de nulidade da mesma.

Parágrafo único. O titular da Assessoria Jurídica do Município será intimado pessoalmente de todos os atos processuais.

CAPÍTULO III

DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 370. A reclamação será apresentada por petição escrita à Unidade de Julgamento Singular, via setor de expediente da Prefeitura, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua, e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.

§ 1º. Inexistindo quaisquer dos requisitos formais previstos na legislação, será o autor intimado para regularizar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

§ 2º. Nenhuma taxa, preço público de expediente, depósito prévio ou valor de qualquer outra natureza poderá ser exigido para o oferecimento da reclamação.

Art. 371. A reclamação terá efeito suspensivo e poderá ser apresentada no prazo de 30 (trinta) dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.

§ 1º. Mesmo perempta, a reclamação será encaminhada à Unidade de Julgamento Singular, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

§ 2º. A apresentação de reclamação à autoridade incompetente não induzirá preempção ou caducidade, devendo ser encaminhada,

de ofício, a quem de direito.

Art. 372. O processo recebido pelo órgão preparador será remetido à autoridade notificante para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar as informações, juntar os documentos necessários à defesa do ato praticado, além de requerer perícias ou diligências que julgar necessárias.

Art. 373. Instruído o processo, será distribuído ao Julgador de Processos Fiscais, que proferirá decisão, observando o seguinte:

I - a decisão deverá ser precedida de relatório, o qual será uma síntese de todo o processo;

II - todas as questões levantadas na reclamação deverão ser analisadas;

III - serão decididas primeiro as preliminares e depois o mérito;

IV - deverá ser pronunciado o provimento ou desprovimento da reclamação;

V - a decisão deverá ser fundamentada, expondo as razões do provimento ou desprovimento;

VI - deverão ser expressos os efeitos da decisão e o prazo para seu cumprimento ou interposição de recurso.

Parágrafo único. O Julgador de Processos Fiscais poderá baixar o processo em diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Seção I Dos Recursos

Art. 374. São facultados os seguintes recursos perante o Conselho Municipal de Contribuintes:

I - recurso ordinário;

II - pedido de esclarecimento;

III - pedido de reconsideração.

Seção II Do Recurso Ordinário

Art. 375. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão:

I - pelo sujeito passivo;

II - pelo Julgador de Processos Fiscais, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública e de valor excedente a 5 (cinco) Valor de Referência Fiscal - VRF;

§ 1º. O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o Julgador de Processos Fiscais não o tenha interposto, terá o recurso por havido, se presentes os seus pressupostos.

§ 2º. Mesmo perempto, será o recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes, sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário impugnado.

§ 3º. A decisão que anular, por vício formal, o lançamento efetuado, não estará sujeita ao reexame necessário previsto no inciso II deste artigo.

§ 4º. Do recurso em face de decisão que não conhecer da reclamação apresentada, o Conselho Municipal de Contribuintes apreciará exclusivamente as causas que motivaram o não conhecimento.

§ 5º. Reformada a decisão nos termos do § 4º, os autos serão remetidos à Unidade de Julgamento Singular para apreciação do mérito.

Art. 376. Durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo, pessoalmente ou através de seu procurador, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, permitidas réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 377. Cada Conselheiro pode, durante a sessão:

I - pedir vistas do processo;

II - propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 378. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho o voto de desempate.

Art. 379. A tramitação do processo no Conselho Municipal de Contribuintes far-se-á de acordo com as normas do seu Regimento Interno, observado o seguinte:

I - será dado vista do processo ao Representante da Fazenda, que deverá manifestar-se sobre a matéria, por escrito;

II - os processos serão distribuídos por sorteio, ao relator;

III - o relator ou o Representante da Fazenda poderão solicitar ao Presidente as diligências que julgarem necessárias;

IV - as pautas de julgamento serão afixadas no hall de entrada da Prefeitura, com a intimação obrigatória do contribuinte na forma do artigo 298 desta Lei Complementar, observando-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º. As partes poderão apresentar razões e documentos suplementares até a publicação da pauta de julgamento.

§ 2º. Da apresentação de razões e documentos na forma do § 1º, será dada oportunidade à parte contrária, para manifestar-se por escrito, querendo.

Seção III Do Pedido de Esclarecimento

Art. 380. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:

I - for omissa, contraditória ou obscura;

II - deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.

§ 1º. O relator levará a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente à do seu recebimento, dispensada a prévia publicação de pauta.

§ 2º. Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.

CAPÍTULO V DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 381. O titular da Assessoria Jurídica do Município, o Secretário Municipal da Fazenda ou o sujeito passivo poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da cientificação do sujeito passivo, interpor pedido, apenas com efeito devolutivo, visando a reconsideração de decisão de mérito não unânime do Conselho Municipal de Contribuintes, proferida em recurso ordinário de que não caiba mais recurso.

§ 1º. A decisão de mérito poderá ser reconsiderada pelo Conselho Municipal de Contribuintes quando:

I - violar literal disposição de lei;

II - for contrária à prova dos autos;

III - contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

IV - se basear em prova cuja falsidade seja demonstrada no pedido de reconsideração;

V - for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo;

VI - fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.

§ 2º. Não cabe pedido de reconsideração de decisão que anulou lançamento por erro formal.

§ 3º. No processo e julgamento do pedido de reconsideração, aplicar-se-ão, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.

§ 4º. Fica assegurado ao Município o direito de recorrer ao Poder Judiciário contra decisão de pedido de reconsideração interposto na forma deste artigo.

CAPÍTULO VI DAS DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

Art. 382. O órgão julgador determinará, de ofício ou a requerimento, a realização de diligências ou perícias, quando entender necessárias, designando desde logo o perito e o prazo para a entrega do laudo.

§ 1º. O requerimento de diligência ou perícia deve indicar os motivos que a justifiquem e serão realizadas na forma prevista em regulamento, correndo por conta do requerente o seu custo.

§ 2º. Deferida a perícia, o sujeito passivo e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 383. Será indeferida a realização de perícia ou diligência quando:

I - forem considerados suficientes os elementos presentes nos autos para a formação do convencimento;

II - seja destinada a apurar fatos vinculados à escrituração comercial ou fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e que possam ser juntados aos autos;

II - a prova do fato não depender de conhecimento técnico especializado;

IV - a verificação for impraticável;

V - requerida em segunda instância e não provada a ocorrência de fato novo.

§ 1º. A decisão que indeferir o pedido de diligência ou de perícia deverá ser fundamentada, especificando as razões do indeferimento.

§ 2º. Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe apreciar pedido de revisão da decisão que indeferir, em primeira instância, a diligência ou a perícia.

§ 3º. O pedido a que se refere o § 2º será apreciado na forma determinada pelo Regimento Interno do Conselho.

CAPÍTULO VII DA EFICÁCIA DAS DECISÕES

Art. 384. São definitivas as decisões:

I - de primeira instância quando esgotado o prazo para recurso voluntário;

II - de segunda instância quando não caiba mais recurso ou, quando cabível, não tenha sido tempestivamente proposto.

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de primeira instância, na parte que não for objeto de recurso ordinário ou que não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 385. O prazo para cumprimento das decisões definitivas será de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar efetuada a intimação do sujeito passivo.

Parágrafo único. Na falta de disposição expressa na legislação tributária, o prazo para cumprimento de despacho será de 05 (cinco) dias contados da data em que se considere cientificado aquele que o deva cumprir.

TÍTULO VI DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 386. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e fixar preços e/ou tarifas públicas inerentes a serviços, ações e fornecimentos públicos não submetidos à disciplina jurídica dos tributos, através de decreto, para obter o ressarcimento da prestação de serviços, devendo as respectivas importâncias ser recolhidas através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM ou com Código de Barras ou equivalente:

I - pelos serviços de natureza industrial, comercial e civil, prestados pelo Município em caráter de empresa e passíveis de serem explorados por empresas privadas;

II - pela prestação de alinhamento de ruas, avaliação de propriedade imobiliária e prestação de serviços diversos;

III - pelo uso de bens do domínio municipal e de logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo, sem prejuízo da cobrança de taxa de licença; e

IV - pela exploração de serviço público municipal sob o regime de

concessão ou permissão.

Art. 387. Os serviços públicos municipais, quando concedidos, terão os critérios de fixação de preços ou tarifas públicas estabelecidos no ato da sua concessão.

Art. 388. Os preços ou tarifas públicas se constituem:

I - dos serviços de natureza industrial, comercial e civil prestados pelo Município, em caráter de empresa e suscetíveis de serem explorados por empresas privadas:

- a) transportes coletivos;
- b) execução de muros e passeios públicos;
- c) roçada e limpeza, inclusive retirada de entulhos de terreno;
- d) escavações, aterro, terraplenagem, inclusive os destinados à regularização de loteamentos;
- e) mercados e entrepostos; e
- f) coleta, remoção e destinação de resíduos diversos.

II - da utilização de serviço público municipal como contraprestação de caráter individual ou de unidade de:

- a) fornecimento de arquivos digitais e semelhantes;
- b) fornecimento de alimentação ou vacinas a animais apreendidos ou não;
- c) prestação de serviços técnicos de demarcação e marcação de áreas de terrenos e prestação de serviços diversos;
- d) fornecimento de guias de recolhimento, formulários, confecção de protocolos, serviços de expediente e outros atos administrativos de interesse particular do contribuinte;
- e) produtos e serviços decorrentes da base de dados geográficos em meio analógico e digital; e
- f) outros serviços.

III - do uso de bem ou serviço público, a qualquer título, os que:

- a) utilizarem áreas pertencentes ao Município;
- b) utilizarem áreas de domínio público; e
- c) utilizarem espaços de propriedade exclusivamente municipal a título de débito ou guarda de animais, objetos, mercadoria e veículos apreendidos;
- d) a remuneração dos custos dos Serviços Funerários e Cemitério Municipal será obtida através de preço público, conforme tabela em anexo;

IV - pela prestação de serviços a terceiros pela municipalidade através de veículos e máquinas, cujos valores serão fixados anualmente por ato do Chefe do Executivo.

Art. 389. O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de utilidades produzidas ou do uso das instalações de bens públicos, em razão da exploração direta de serviços municipais, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo aplica-se também, nos casos de outras infrações, praticadas pelos consumidores ou usuários, previstas em normas de polícia administrativa ou regulamento específico.

Art. 390. Aplicam-se aos preços ou tarifas públicas, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições da presente Lei Complementar com relação aos tributos.

Art. 391. Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, acréscimos moratórios, pagamento, parcelamento de débitos, restituição, fiscalização, domicílio, obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, quando cabível, as mesmas disposições relativas aos tributos.

Art. 392. Ficam estabelecida as Tabelas de Valores constantes do Anexo VII para a cobrança dos Preços Públicos inerentes aos:

- a) Tabela I - Serviços de Expediente Diversos;
- b) Tabela II - Serviços Inerentes ao Cemitério Municipal; e

Art. 393. As taxas inerentes ao Cemitério Municipal elencadas no Anexo VII, deverão ser pagas em até 05 (cinco) dias úteis após a execução do serviço.

Parágrafo único. Ficam isentos do pagamento das Taxas inerentes ao Cemitério Municipal as pessoas cadastradas junto à Assistência Social do Município.

Art. 394. Findo o prazo estipulado para quitação do valor inerente aos Preços Públicos aqui previsto e não efetivado o seu pagamento, será a dívida inscrita em Dívida Ativa pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme prazos e formas previstos no artigo 323 e seguintes deste Código Tributário do Município.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 395. A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei Complementar sem qualificação, abrange a Fazenda Pública do Município.

Art. 396. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município pode celebrar convênios com estabelecimentos bancários, financeiros, e outras empresas públicas, visando facilitar o pagamento de tributos através de agências situadas no território do Município ou fora dele.

Art. 397. Para manutenção dos serviços de arrecadação, fiscalização, registro, controle e distribuição de parcela do ICMS pertencente aos Municípios, o Município pode celebrar convênios com o Estado de Santa Catarina, se assim interessar às duas partes.

Art. 398. Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Verificada no Município a existência de situação anormal declarada como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, poderá prorrogar ou suspender os prazos previstos neste Código.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º deste artigo não acarretará na restituição de quantia paga a título de tributo ou acréscimo legal recolhido antes do início de vigência do ato de prorrogação ou suspensão, ou de tributo recolhido dentro do período de vigência do ato, mas realizado antes do prazo final nele estabelecido.

Art. 399. Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças autorizada a promover campanhas de incentivos à arrecadação municipal, por meio de formas julgadas técnica e economicamente viáveis, inclusive com a premiação de contribuintes e consumidores estimulados ao cumprimento a legislação fiscal.

Art. 400. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sempre que julgar necessário, pode imprimir e distribuir ou providenciar para que sejam impressos e distribuídos modelos de declarações e documentos ou por meio eletrônico, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança, informações e recolhimento de tributos municipais.

Art. 401. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

Art. 402. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e contribuição de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 403. A cobrança dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos no Calendário Anual de Tributos Municipais aprovado por Decreto, sempre até o último dia útil do exercício anterior.

Art. 404. Consideram-se integrantes e inseparáveis da presente Lei Complementar os Anexos e suas respectivas Tabelas que a acompanham.

Art. 405. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Orgânica do Município e observado o disposto nesta Lei Complementar que deverá ser interpretada em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 406. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar convênios com a União, Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos e Entidades de Representação Classista, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

Parágrafo único. A Secretaria da Administração e Finanças orientará a aplicação da presente Lei Complementar expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

Art. 407. Nos termos do disposto no inciso I do artigo 157, da Constituição Federal, o produto da arrecadação do Imposto da União sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente, na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, deve ser recolhido diretamente ao Tesouro do Município:

I - por todos os órgãos públicos de qualquer Poder Municipal;

II - pelas autarquias municipais;

III - pelas fundações instituídas pelo Município.

Art. 408. Ficam adotadas, pelo Município, todas as normas e definições pertinentes e inerentes:

I - ao simples nacional estabelecidas pelas leis complementares, decretos federais, portarias, resoluções, instruções normativas e recomendações do Comitê Gestor do Simples Nacional e da Secretaria Executiva do Comitê Gestor do simples Nacional;

II - a utilização da Codificação do CNAE - Código Nacional de Atividades Econômicas e Sociais, versão 2.1, que atribui a nomenclatura padrão e uniforme das mais diferentes atividades empresariais praticadas e sujeitas às taxas de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres.

III - do REGIN - Registro Mercantil Integrado quanto a expedição de Alvarás de licença para Instalação e Localização de Estabelecimentos, bem como, quanto a taxa de Fiscalização de Funcionamento de Estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de Serviços e congêneres;

IV - REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócio.

Art. 409. O Valor de Referência Fiscal - VRF servirá de base de cálculo de tributos e penalidades e parâmetro de quantificação e atualização de débito pendente e corresponde, para efeito de atualização, à data de 1º de janeiro de cada ano posterior à edição desta Lei.

§ 1º. A partir de 1º de janeiro de 2016 Valor de Referência Fiscal - VRF atualizado, anualmente, pelo IPCA - Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acumulado nos últimos doze (12) meses, ou por outro índice que, eventualmente, venha a substituí-lo.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos tributos que já tenham a sua forma de atualização prevista nesta Lei.

Art. 410. Os casos omissos à presente Lei, desde que não especificados, serão interpretados em conformidade com a legislação tributária e administrativa vigente, com os princípios gerais do Direito Público, da analogia, da equidade e dos pareceres normativos Municipal ou supletivamente pelos princípios gerais do Direito Privado, assim como, através de processo administrativo devidamente fundamentado.

Art. 411. O Poder Executivo expedirá, por decreto, consolidação, em texto único do presente Código relativo às leis posteriores que lhe modificarem a redação, repetindo-se esta providência até 31 de janeiro de cada ano, em conformidade com o art. 212 do Código Tributário Nacional.

Art. 412. O Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, dentro de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei Complementar, a regulamentação, no que houver pertinência, relativa a cada um dos tributos, preços público e tarifas.

Art. 413. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 414. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 415. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 01, de 31 de dezembro de 2002; a Lei Complementar nº 02, de 16 de dezembro de 1991; a Lei Complementar nº 03, de 08 de dezembro de 2003; a Lei Complementar nº 013, de 22 de dezembro de 2005; a Lei Complementar nº 035, de 08 de abril de 2014; a Lei Complementar nº 62, de 18 de outubro de 2013; a Lei Complementar nº 65, de 17 de dezembro de 2013; a Lei Complementar nº 66, de 17 de dezembro de 2013 e mais a Lei nº 984, 13 de dezembro de 1994; a Lei nº 1062, 13 de março de 1997; a Lei nº 1101/97, 13 de maio de 1997; a Lei nº 1143, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 1146, de 16 de dezembro de 1997; a Lei nº 1163, 17 de março de 1997; a Lei nº 1280, 19 de agosto de 1999; a Lei nº 1403, 19 de dezembro de 2000; a Lei nº 1604, de 20 de dezembro de 2007; a Lei nº 1671, de 10 de março de 2010 e a Lei nº 1782, de 18 de setembro de 2013.

Treze Tílias, em 30 de dezembro de 2014.

Mauro Dresch
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TABELA I

PLANTA DE VALORES GENÉRICOS PARA A COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		
SETOR	TERRENOS URBANOS LOCALIZADOS NAS RUAS:	VALOR DO M2 (R\$)
"I-A"	Tirol A; Ministro João Cleophas; Prefeito José Waldomiro Silva; Anita Garibaldi-A; Monsenhor João Reitmeier; Carlos Gomes; Antonio Carlos Konder Reis-A; Rudolf Rofner; Leoberto Leal; Notburga Reiter; Videira-A; João Miterer; Oscar Rodrigues da Nova; Johann Anrain; Presidente Kennedy.	24,45
"I-B"	Antonio Carlos Konder Reis-B; Gisela Thaler; Bráilio Celestino de Oliveira; José Bonifácio; Dos Pioneiros-A; São Vicente de Paula-A; Gardina Knolseisen e Tirol-B.	19,39
"I-C"	Anita Garibaldi-B; Jacob Reiter; Frei Belmiro Bron-dani; Oscar Von Hohenbruch; Gaspar Coutinho; Videira-B.	17,67
"II-A"	29 de Abril; Ijair Pessin; Anton Altenburger; Ivo D' Aquino; Antonio Carlos Konder Reis-C; Jacob Käffer; Antonio Concatto; João Belarmino Grando; Caçador; João Constante Piaia; Caron; José Kandler; Dos Imigrantes; Lúcia Klotz; Dos Passeios; Rudolf Margreiter; Dos Pioneiros-B; São Vicente de Paula-B; Edvino Behrend; Três Barras; Francisco Lindner; Hubert Felder; Franz Point; Rodovia dos Pioneiros; Frederico Gregório Koroll; Pedro Caron; Fredolino Rambo; August Felder; Fritz Kafmann; Armando Vitor Torri; Gabriela Grander e Ernest Klotz.	15,96
"II-B"	Alpina; Da Independência; André Pernlochner; Da Liberdade; Antonio Carlos Konder Reis-D; Dileto A. Dalla Costa; Felix Schwertner; João Schöll; Margarete Volk; Ministro Andreas Thaler e Thomas Kranz.	12,34
"II-C"	13 DE Outubro; Berta Schöll; Dos Pioneiros-C; Ivo D' Aquino-B; Luiz Grubber; Luzerna; Hubert Felder; Travessa José N.Bhon.	9,06
"III-A"	Circular-A.	8,79
"III-B"	Jacob Ebert; Karl Unterberger e Geog Anrain.	7,74
"III-C"	André Gwiggner; Circular-B; Dona Rosina; Ludwig Brugger; Peter Gwiggner; Divino F. Ansiliero; Josef Unterberger; Hebert Felder; Henrique Packer; Ferdinando Knolseisen; Severino Caron; Antonio Pattis e Maria Hass.	5,59

"IV"	I - Terrenos localizados no Loteamento Pôr do Sol;	5,83
	II - Terrenos localizados no Loteamento Bem Morar;	
	III - Terrenos do Distrito Industrial.	

TABELA II

VALOR DO METRO QUADRADO (M2) DA ÁREA CONSTRUÍDA APLICADO NO CÁLCULO PARA EFEITO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU		
TIPO	DESTINAÇÃO DE USO	VALOR DO M2 (R\$)
I	construção residencial/comercial em alvenaria	70,91
		53,15
II	construção residencial/ comercial mista	
III	construção residencial/ comercia em madeira	35,42
IV	galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	17,64
O valor mínimo por Inscrição para cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU será de		52,84

ANEXO II

TABELA I

ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	ALÍQUOTAS S/BASE DE CÁLCULO
I	Unidade imobiliária constituída por terreno sem construção, murado.	1,3%
II	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/comercial em alvenaria	1,0%
III	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercial mista	
IV	Unidade imobiliária constituída por terreno construção residencial/ comercia em madeira	
V	Unidade imobiliária constituída por terreno galpões industriais, comerciais e de prestação de serviços	

ANEXO III

TABELA ÚNICA

LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTAS S/O PREÇO DO SERVIÇO	ALÍQUOTAS FIXAS: % S/O VRF (POR ANO)
1. Serviços de informática e congêneres.		
1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.	2%	20%
1.02 Programação.	2%	20%
1.03 Processamento de dados e congêneres	2%	20%
1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	2%	20%
1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	2%	20%
1.06 Assessoria e consultoria em informática.	2%	20%
1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	2%	20%
1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	2%	20%
2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	2%	15%
3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	2%	15%
3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	2%	10%
3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	2%	10%
3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	2%	10%
4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01 Medicina e biomedicina.	2%	20%
4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	2%	20%
4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	2%	
4.04 Instrumentação cirúrgica.	2%	20%
4.05 Acupuntura.	2%	20%
4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	2%	20%
4.07 Serviços farmacêuticos.	2%	20%

4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	2%	20%
4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	2%	20%
4.10 Nutrição.	2%	20%
4.11 Obstetrícia.	2%	20%
4.12 Odontologia.	2%	20%
4.13 Ortopédica.	2%	20%
4.14 Próteses sob encomenda.	2%	20%
4.15 Psicanálise.	2%	20%
4.16 Psicologia.	2%	20%
4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	2%	
4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	2%	
4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	2%	
4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	2%	
5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 Medicina veterinária e zootecnia.	2%	20%
5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	2%	
5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.	2%	20%
5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	2%	20%
5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	2%	
5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	2%	20%
5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	2%	
5.08 Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	2%	20%
5.09 Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	2%	
6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	2%	10%
6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	2%	10%
6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	2%	10%
6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	2%	10%
6.05 Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	2%	10%

7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	2%	20%
7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	2%	20%
7.04 Demolição.	2%	10%
7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	2%	15%
7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	2%	10%
7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	2%	10%
7.08 Calafetação.	2%	10%
7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	2%	10%
7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	2%	10%
7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	2%	10%
7.12 Controle e tratamento de efluentes de Qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	2%	10%
7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	2%	10%
7.14 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	2%	10%
7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	2%	10%
7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	2%	10%
7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	2%	20%

7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	2%	20%
7.19 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	2%	20%
7.20 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	2%	10%
8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2%	20%
8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%	20%
9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	2%	15%
9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	2%	10%
9.03 Guias de turismo.	2%	10%
10 Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	2%	15%
10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	2%	15%
10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	2%	15%
10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	2%	15%
10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	2%	15%
10.06 Agenciamento marítimo.	2%	15%
10.07 Agenciamento de notícias.	2%	15%
10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	2%	15%
10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	2%	15%
10.10 Distribuição de bens de terceiros.	2%	15%

11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	2%	10%
11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	2%	10%
11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.	2%	10%
11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	2%	10%
12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01 Espetáculos teatrais.	2%	15%
12.02 Exibições cinematográficas.	2%	15%
12.03 Espetáculos circenses.	2%	15%
12.04 Programas de auditório.	2%	15%
12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	2%	15%
12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.	2%	15%
12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	15%
12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	15%
12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	2%	15%
12.10 Corridas e competições de animais	2%	10%
12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	2%	10%
12.12 Execução de música	2%	15%
12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	2%	10%
12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	2%	15%
12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	2%	15%
12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	2%	15%
12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	2%	15%
13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	2%	15%
13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	2%	10%
13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização	2%	10%
13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia, fotolitografia	2%	10%
14 Serviços relativos a bens de terceiros		

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.02 Assistência técnica	2%	10%
14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%	10%
14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%	10%
14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	2%	10%
14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%	10%
14.07 Colocação de molduras e congêneres.	2%	10%
14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%	10%
14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%	10%
14.10 Tinturaria e lavanderia.	2%	10%
14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%	10%
14.12 Funilaria e lanternagem.	2%	10%
14.13 Carpintaria e serralheria.	2%	10%
15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	2%	20%
15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	2%	20%
15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	2%	20%
15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	2%	20%
15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	2%	20%

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	2%	20%
15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	2%	20%
15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	2%	20%
15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	2%	20%
15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	2%	20%
15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	2%	20%
15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	2%	20%
15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	2%	20%
15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	2%	20%

15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	2%	20%
15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	2%	20%
15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	2%	20%
15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	2%	20%
16 Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.	2%	10%
17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	2%	20%
17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	2%	10%
17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	2%	10%
17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	2%	10%
17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	2%	10%
17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	2%	15%
17.07 Franquia (franchising).	2%	10%
17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	2%	20%
17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	2%	10%
17.10 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	2%	10%
17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	2%	15%
17.12 Leilão e congêneres.	2%	10%
17.13 Advocacia.	2%	20%

17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	2%	20%
17.15 Auditoria.	2%	20%
17.16 Análise de Organização e Métodos.	2%	20%
17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	2%	20%
17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	2%	20%
17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	2%	20%
17.20 Estatística.	2%	20%
17.21 Cobrança em geral.	2%	20%
17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	2%	20%
17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	2%	20%
18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	2%	20%
19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	2%	10%
20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de Qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	2%	10%
20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	2%	10%
20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	2%	10%
21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	2%	20%
22 - Serviços de exploração de rodovia.		

22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	2%	15%
23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	2%	20%
24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.		
24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	2%	10%
25 - Serviços funerários.		
25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	2%	10%
25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	2%	10%
25.03 Planos ou convênio funerários.	2%	10%
25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	2%	10%
26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.		
26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	2%	10%
27 Serviços de assistência social.		
27.01 Serviços de assistência social.	2%	20%
28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	2%	15%
29 Serviços de biblioteconomia.		
29.01 Serviços de biblioteconomia.	2%	20%
30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.	2%	20%
31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	2%	15%
32 Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 Serviços de desenhos técnicos.	2%	15%
33 Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01 Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	2%	15%
34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		

34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	2%	15%
35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	2%	20%
36 Serviços de meteorologia.		
36.01 Serviços de meteorologia.	2%	15%
37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	2%	15%
38 Serviços de museologia.		
38.01 Serviços de museologia.	2%	15%
39 Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	2%	15%
40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 Obras de arte sob encomenda.	2%	10%

ANEXO IV

TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO E REGULAR EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FISCAL

TABELA I

		TAXAS DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)				TAXAS DE LICENÇA DE FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS (ATIVIDADES CNAE)			
CÓDIGO	DENOMINAÇÃO DAS ATIVIDADES CONFORME CNAE	Autônomo/MEI	ME	EPP	De-mais em-presas	Autônomo/MEI	ME	EPP	De-mais em-presas
Seção A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção B	Indústrias extrativas	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%
Seção C	Indústrias de transformação	40%	60%	70%	80%	35%	50%	60%	65%
Seção D	Eletricidade e gás	30%	40%	60%	70%	25%	35%	55%	65%

Seção E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	30%	40%	50%	60%	25%	35%	40%	50%
Seção F	Construção	50%	60%	70%	70%	45%	55%	65%	65%
Seção G	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção H	Transporte, armazenagem e correio	50%	60%	70%	75%	45%	55%	65%	70%
Seção I	Alojamento e alimentação	45%	55%	65%	75%	40%	50%	60%	70%
Seção J	Informação e comunicação	40%	50%	55%	60%	35%	45%	50%	55%
Seção K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	80%	90%	100%	110%	75%	85%	95%	100%
Seção L	Atividades imobiliárias	70%	80%	90%	100%	65%	75%	85%	95%
Seção M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção N	Atividades administrativas e serviços complementares	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%

Seção O	Administração pública, defesa e segurança social	20%	30%	40%	50%	15%	25%	35%	45%
Seção P	Educação	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção Q	Saúde humana e serviços sociais	40%	50%	60%	70%	35%	45%	55%	65%
Seção R	Artes, cultura, esporte e recreação	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção S	Outras atividades de serviços	55%	65%	75%	75%	50%	60%	70%	70%
Seção T	Serviços domésticos	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%
Seção U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	35%	40%	50%	60%	30%	35%	45%	55%

TABELA II
HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGRONEGÓCIO E CONGÊNERES

CÓD.	DENOMINAÇÃO	HORÁRIO	VALOR EM % DA TABELA I - ANUAL
I	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Antecipação	20%
II	Todas as Atividades previstas na Tabela I do Anexo VI	Prorrogação	30%

TABELA III

TAXA DE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO EVENTUAL, EXPERIMENTAL OU AMBULANTE			
CÓD.	ATIVIDADES	ALÍQUOTA	PERÍODO
I	Gêneros alimentícios em geral com uso de cesta, isopor ou similar portátil.	25%	Diário
		90%	Mês
		250%	Anual
II	Gêneros alimentícios em geral com uso de carrinho ou outro equipamento similar	50%	Diário
		150%	Mês
		400%	Anual
III	Gêneros alimentícios em geral com uso de veículo automotor ou similar	60%	Diário
		200%	Mês
		500%	Anual

IV	Demais comércios sem ponto fixo	100%	Diário
		250%	Mês
		400%	Anual
VI	Demais comércios com ponto fixo	400%	Diário
		400%	Mês
		600%	Anual
VII	Venda de veículos automotores	300%	Diário
		700%	Mês
		1000%	Anual

TABELA IV

TAXA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
CÓD.	ESPÉCIE / DESCRIÇÃO	Percentual s/a VFR		
		Diário	Mensal	Anual
I	Na parte interna ou externa de veículos, qualquer espécie ou quantidade, por veículo	1%	10%	100%
II	Em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, quando instalada em veículos para fins de publicidade e divulgação, por veículo	1%	10%	100%
III	Em balões, bolas, boia flutuante e similares, com exposição terrestre, por m2	1%	10%	100%
II	Em relógio digital, por unidade	1%	10%	100%
V	Em tabuletas e similares, colocadas em terrenos, tapumes, platibandas, andaimes, muros, paredes, terraços e jardins, em locais permitidos pelo Município ou com autorização do proprietário, por unidade	1%	10%	100%
VI	Em mobiliário urbano como bancos, campos de esporte, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer via ou logradouro público, inclusive rodovia, estrada e caminho federal, estadual e municipal, por unidade	1%	10%	100%
VII	Por meio de galhardete, estandarte, toldo e similares, por unidade	1%	10%	100%
VIII	Do tipo letreiro, em torre de caixa d'água, muro e correlatos, por unidade	1%	10%	100%
IX	Do tipo letreiro, em tapume, por unidade	1%	10%	100%
X	Por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos	1%	10%	100%
XI	Através de placas, painel, tabuleta ou similares, colocados em área particular, por unidade	1%	10%	100%
XII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XIII	Através de outdoor e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%

XVI	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas particulares, por unidade	1%	10%	100%
XVII	Por meio de painel luminoso do tipo back-light ou front-light e similares, colocados em áreas públicas, por unidade	1%	10%	100%
XVIII	Através de anúncios, letreiros, programas, painéis, tabuletas, emblemas, placas, dísticos e avisos, colocados ou afixados em estabelecimentos ou não, destinados à divulgação de qualquer ramo de negócio ou atividade, não especificados nos itens anteriores, por unidade	1%	10%	100%
XIX	Através de bandas, shows, conjuntos musicais e similares	1%	10%	100%
XX	Por serviços de alto-falantes e congêneres, quando permitido, no interior de estabelecimentos de atividades econômicas, por aparelho	1%	10%	100%
XXI	Em anúncio sob a forma de cartaz ou folhetos distribuídos pelos correios, em mãos ou em domicílio	1%	10%	100%
Observação: Qualquer fração deve ser arredondada para um inteiro estatisticamente				

TABELA VI

TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL VALORES DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
1. Alvará Sanitário Anual (Por Atividade Desenvolvida)			
1.1	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS		
1.1.1	Maior Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR	
1.1.1.01	Doces/produtos de confeitaria (c/creme)	30	
1.1.1.02	Massas Frescas	30	
1.1.1.03	Panificação (fabricação/Distribuição)	30	
1.1.1.04	Produtos congelados	30	
1.1.1.05	Produtos dietéticos	30	
1.1.1.06	Refeições Industriais	30	
1.1.1.07	Sorvetes e similares	30	
1.1.1.08	Congêneres	30	
1.1.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR	
1.1.2.01	Aditivos	25	
1.1.2.02	Água Mineral	25	
1.1.2.03	Amido e derivados	25	
1.1.2.04	Bebidas alcoólicas, sucos e outras	25	
1.1.2.05	Biscoitos e bolachas	25	
1.1.2.06	Cacau, chocolates e sucedâneos	25	
1.1.2.07	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	25	
1.1.2.08	Condimentos, molhos e especiarias	25	
1.1.2.09	Confeitos, caramelos, bombons e similares	25	
1.1.2.10	Desidratadora de vegetais e ervateiras	25	
1.1.2.11	Farinhas (moinhos) e similares	25	
1.1.2.12	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	25	
1.1.2.13	Gelo	25	

1.1.2.14	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ref./envasadoras)	25
1.1.2.15	Marmeladas, doces e xaropes	25
1.1.2.16	Massas Secas	25
1.1.2.17	Salgadinhos/batata frita empacotada	25
1.1.2.18	Salgadinhos e frituras	25
1.1.2.19	Tempero à base de sal	25
1.1.2.20	Congêneres	25
1.2	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	Percentual s/a VFR
1.1.2	Menor Risco Epidemiológico	
1.2.1.01	Açougue	15
1.2.1.02	Assadora de aves e outros tipos de carnes	15
1.2.1.03	Cantina Escolar	10
1.2.1.04	Casa de carnes	15
1.2.1.05	Casa de frios (laticínios e embutidos)	15
1.2.1.06	Casa de sucos/caldo de cana e similares	15
1.2.1.07	Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis	20
1.2.1.08	Confeitaria	15
1.2.1.09	Cozinha de Escolas	10
1.2.1.10	Cozinha de Clube/hotel/motel/creche/boate/similares	15
1.2.1.11	Cozinha de lactários/hospitais/maternidades/casas de saúde	10
1.2.1.12	Feira livre/comércio ambulante/(C/venda carne/pescados, outros)	20
1.2.1.13	Lanchonete/café colonial e petiscarias	15
1.2.1.14	Supermercado	20
1.2.1.15	Mercado/Minimercado	15
1.2.1.16	Mercearia/armazém (única atividade)	15
1.2.1.17	Padaria/panificadora	15
1.2.1.18	Pastelaria	15
1.2.1.19	Peixaria (pescados e frutos do mar)	20
1.2.1.20	Pizzaria	15
1.2.1.21	Produtos congelados	15
1.2.1.22	Restaurante/buffet/churrascaria	15
1.2.1.23	Sorveteria e/ou posto de venda	15
1.2.1.24	Congêneres	15
1.2.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.2.2.01	Bar/boate/uisqueria	10
1.2.2.02	Bomboniere	10
1.2.2.03	Café	10
1.2.2.04	Depósito de bebidas	10
1.2.2.05	Depósito de frutas e verdura	10
1.2.2.06	Depósito de produtos não-perecíveis	10
1.2.2.07	Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias	10
1.2.2.08	Feira-livre/comércio amb.Alimentos não perecíveis	10
1.2.2.09	Quitanda, frutas e verduras	10
1.2.2.10	Venda ambulante (carrinho pipoca/milho/sanduíche, etc)	10
1.2.2.11	Comércio atacadista de produtos não perecíveis	10
1.2.2.12	Congêneres	10
1.3	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.3.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.3.1.01	Agrotóxicos	10
1.3.1.02	Comércio/distribuidora de medicamentos	10

1.3.1.03	Comércio/distribuidora de produtos laboratoriais	10
1.3.1.04	Comércio/distribuidora de produtos médico/hospitalares	10
1.3.1.05	Comércio/distribuidora de produtos odontológicos	10
1.3.1.06	Comércio/distribuidora de produtos veterinários	10
1.3.1.07	Comércio/distribuidora de saneantes/domissanitários	10
1.3.1.08	Produtos químicos	10
1.3.1.09	Congêneres	10
1.3.1.10	Estabelecimentos comerciais e/ou de distribuição e/ou transporte de produtos veterinários e/ou agrotóxicos*	10
1.3.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.3.2.01	Alimentação animal (ração/supletivos)	10
1.3.2.02	Com./distribuidora de cosméticos, perfumes, produtos de higiene	10
1.3.2.03	Embalagens	10
1.3.2.04	Equipamentos/instrumentos agrícolas, ferragens, etc.	10
1.3.2.05	Equipamentos/instrumentos laboratoriais	10
1.3.2.06	Equipamentos/instrumentos médicos hospitalares	10
1.3.2.07	Equipamentos/instrumentos odontológicos	10
1.3.2.08	Fertilizantes/corretivos	10
1.3.2.09	Prótese (ortop./estética/auditiva, etc.)	10
1.3.2.10	Sementes/selecionadas/mudas	10
1.3.2.11	Congêneres	10
1.4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.4.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.4.1.01	Ambulatório médico	15
1.4.1.02	Ambulatório odontológico	15
1.4.1.03	Ambulatório veterinário	10
1.4.1.04	Ambulatório de enfermagem	15
1.4.1.05	Clínica médica	30
1.4.1.06	Clínica veterinária	15
1.4.1.07	Policlínica	30
1.4.1.08	Pronto socorro	10
1.4.1.09	Serviço de nutrição e dietética	10
1.4.1.10	Unidade sanitária	isento
1.4.1.11	Radiologia médica (por equipamento)	25
1.4.1.12	Radiologia odontológica (por equipamento)	10
1.4.1.13	Farmácia (alopática)	30
1.4.1.14	Farmácia (homeopática)	30
1.4.1.15	Drogaria	30
1.4.1.16	Posto de medicamentos	10
1.4.1.17	Dispensário de medicamentos	10
1.4.1.18	Ervanária	15
1.4.1.19	Unidade volante de comércio farmacêutico	10
1.4.1.20	Farmácia privativa (hospital/clínica/assoc., etc)	30
1.4.1.21	Laboratório de análises clínicas	15
1.4.1.22	Laboratório de análises bromatológicas	30
1.4.1.23	Laboratório de anatomia e patologia	30
1.4.1.24	Laboratório de controle qualidade ind. Farmacêutica	30
1.4.1.25	Laboratório químico –toxicológico	30
1.4.1.26	Posto de coleta de material de laboratório	10
1.4.1.27	Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (por unidade móvel)	15

1.4.1.28	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	10
1.4.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.4.2.01	Clínica de Fisioterapia e/ou reabilitação	15
1.4.2.02	Clínica de psicoterapia/desintoxicação	15
1.4.2.03	Clínica de psicanálise	15
1.4.2.04	Clínica de odontologia	15
1.4.2.09	Consultório médico	10
1.4.2.10	Consultório nutricional	10
1.4.2.11	Consultório odontológico	10
1.4.2.12	Consultório de psicanálise/psicologia	10
1.4.2.13	Consultório veterinário	10
1.4.2.14	Estabelecimento de massagem	10
1.4.2.15	Laboratório de ótica	10
1.4.2.16	Ótica	10
1.4.2.17	Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue)	10
1.4.2.18	Estabelecimento saúde de propriedade da união, estado e município	Isento
		10
1.4.2.19	Congêneres	
1.5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	Percentual s/a VFR
1.5.1	Maior Risco Epidemiológico	
1.5.1.01	Asilo e similares	15
1.5.1.02	Desinsetizadora e/ou desratizadora	15
1.5.1.03	Escola de natação e similares	15
1.5.1.04	Estação hidromineral/termal/climatério	25
1.5.1.05	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, estab. Pré-escolar jardim de infância, salvo estabelecimentos públicos	10
1.5.1.06	Estabelecimento de ensino 1º, 2º, 3º graus e similares	10
1.5.1.07	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	10
1.5.1.08	Piscina coletiva	15
1.5.1.09	Sauna	15
1.5.1.10	Estabelecimento de propriedade da união, estado, município e asilos	Isento
1.5.1.11	Congêneres	15
1.5.2	Menor Risco Epidemiológico	Percentual s/a VFR
1.5.2.01	Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários	10
1.5.2.02	Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares	10
1.5.2.03	Agência bancária e similares	10
1.5.2.04	Barbearia	10
1.5.2.05	Camping	5
1.5.2.06	Casa de espetáculos (dicoteca/baile, similares)	5
1.5.2.07	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	10
1.5.2.08	Cemitério/necrotério/Capela	5
1.5.2.09	Cinema/auditório/teatro	10
1.5.2.10	Circo/rodeio/hípica/parque de diversão	7
1.5.2.11	Comércio geral (eletrodoméstico, calçado, tecido, disco, vestuário, etc)	10
1.5.2.12	Escritório em geral	5
1.5.2.13	Estação de tratamento de água para abastecimento público	20
1.5.2.14	Estação de tratamento de esgoto	20
1.5.2.15	Estética facial/maquiagem	10

1.5.2.16	Floricultura/plantas/mudas	10
1.5.2.17	Garagem/estacionamento coberto	5
1.5.2.18	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	0,8
1.5.2.19	Igrejas e similares	Isento
1.5.2.20	Lavanderia	10
1.5.2.21	Motel (hospedagem) (por cômodo)	2
1.5.2.22	Oficina/consertos em geral	10
1.5.2.23	Orfanato/patronato	15
1.5.2.24	Pensão (por cômodo)	0,8
1.5.2.25	Posto de combustível/lubrificante	10
1.5.2.26	Salão de beleza/manicura/cabeleireiro	10
1.5.2.27	Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos	10
1.5.2.28	Serviços de lavagem de veículos	10
1.5.2.29	Serviço de limpeza de fossa	10
1.5.2.30	Serviços de limpeza/desinfecção de poço/caixa d'água	10
1.5.2.31	Transportadora de produtos perecíveis (por veículo)	5
1.5.2.32	Transporte coletivo (terrestre e aéreo)	10
1.5.2.33	Indústrias de Móveis e outros	10
1.5.2.34	Estabelecimento de propriedade da união, estado município	Isento
1.5.2.35	Congêneres	10
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
2.1	DIVERSOS	Percentual s/a VFR
2.1.1	Menor Risco Epidemiológico	
2.1.1.01	Habite-se	3,2%
3	PENALIDADES	
3.1	MULTAS E JUROS	
3.1.1	Taxas Diversas	Percentual s/a VFR
3.1.1.01	Início de atividade sem alvará	50%
3.1.1.02	Renovação de alvará sanitário fora do prazo	2% multa e 1% juros ao mês

TABELA VI

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES PARTICULARES		
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	Percentual s/a VFR
I	Construção:	
	Casas e edifícios até dois pavimentos, por m² de área construída	0,15%
	Casas e edifícios com mais de dois pavimentos, por m² de área construída	0,15%
	Dependências em prédios residenciais, por m² de área construída	0,15%
	Dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m² de área construída	0,15%
	Barracões, galpões e similares, por m² de área construída	0,10%
	Fachadas e muros, por metro linear	0,20%
	Marqueses, cobertos, tapumes e telheiros, por metro linear	0,20%
	Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m²	0,10%

II	Loteamentos, arruamentos, desmembramentos e remembramentos:	
	Com área até 10.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m²	0,002%
	Com área superior a 10.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m²	0,002%
III	Quaisquer outras obras não especificadas nesta tabela:	
	Por metro linear	0,20%
	Por metro quadrado	0,10%

ANEXO V

DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TABELA ÚNICA

TAXA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA, REMOÇÃO E TRATAMENTO, DESTINAÇÃO OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,12% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,11% por metro quadrado
III	Industrial	0,10% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,09% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,08% por metro quadrado

NATUREZA DA OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS		PERCENTUAL S/A VFR
I	Unidades residenciais	0,020% por metro quadrado
II	Comércio e serviços	0,017% por metro quadrado
III	Industrial	0,010% por metro quadrado
IV	Agropecuária	0,010% por metro quadrado
V	Demais estabelecimentos não enquadrados em nenhum dos incisos anteriores	0,010% por metro quadrado

ANEXO VI

DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

TABELA I

I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	Isento
31	a	50 kwh	0,79
51	a	100 kwh	2,11
101	a	200 kwh	3,30
201	a	350 kwh	5,94
351	a	500 kwh	8,50
501	a	1000 kwh	11,88
Acima	de	1000 kwh	23,76

TABELA II

I - CONSUMIDORES COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	30 kwh	3,96
31	a	50 kwh	5,80
51	a	100 kwh	8,50
101	a	200 kwh	9,90
201	a	350 kwh	10,75
351	a	500 kwh	12,55
501	a	750 kwh	14,34
751	a	1000 kwh	17,02
1001	a	1500 kwh	22,40
Acima	de	1500 kwh	26,88

TABELA III

III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS			
FAIXA DE CONSUMO			PERCENTUAL
0 (zero)	a	2000 kwh	26,90
2001	a	5000 kwh	52,80
5001	a	10000 kwh	85,10
10001	a	50000 kwh	112,00
Acima	de	50000 kwh	134,40

ANEXO VII

DOS PREÇOS E TARIFAS PÚBLICAS

TABELA I

SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS		
CÓDIGO	TARÍFA DE SERVIÇOS DE EXPEDIENTE DIVERSOS	PERCENTUAL S/O VFR
I	Fotocópia comum de documentos diversos (por página)	0,05%
II	Taxa de expediente	3,2%
III	Serviços burocráticos, postos à disposição do contribuinte no seu exclusivo interesse;	3,2%
IV	Buscas em arquivos do Município	2%
V	Certidões, Declarações e Outros. (Por documento)	1%
VI	Atestados e Anotações (Por documento)	1%
VII	Emissão de alvarás, atestados, certidões e segundas vias de quaisquer documentos	3,2%
VIII	Alterações cadastrais e reemissão de documentos/alvará	3,2%
XIX	Análise de projetos de construção:	
	a) até 100 m ²	6%
	b) pelo que exceder, por 50 m ² ou fração	3%
X	Expedição de Habite-se	3,2%
XI	Preenchimento e emissão de guia para ITBI	3,2%
XII	Pedido de averbação de imóveis	3,2%
XIII	Pedido de baixa de alvará	3,2%
XIV	Certidão de demolição	3,2%
XV	Vistoria de quaisquer natureza	3%
XVI	Numeração e/ou Renumeração de Imóveis (por imóvel)	4%
XVII	Serviço de alinhamento de ruas	3,2%
XVIII	Loteamento, desmembramento e condomínio	8%

XIX	Aprensão e depósito de bens, armazenagem (por dia ou fração).	
	a) Pelo primeiro dia	30%
	b) Por dia subsequente	2%
XX	Aprensão e Guarda de animais (por cabeça, por dia)	
	a) Pelo primeiro dia	20%
	b) Por dia subsequente	3%
	c) Vacina	10%
XXI	Uso de bens de domínio Municipal	110%
XXII	Outros serviços não previstos nos incisos anteriores	1,5%

TABELA II

PREÇO PÚBLICO DOS SERVIÇOS INERENTES AO CEMITÉRIO MUNICIPAL		
CÓDIGO	PREÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO	PERCENTUAL S/O VFR
I	Perpetuidade de sepultura	40%
II	Entrada de ossada no cemitério	20%
III	Retirada de ossada do cemitério	15%
IV	Remoção de ossada no interior do cemitério	10%
V	Ocupação da casa mortuária por velório	10%
VI	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal de 04 (quatro) anos do falecimento	25%
VII	Exumação a requerimento de pessoa habilitada decorrido o lapso temporal do falecimento:	
	Infante antes do prazo (4 anos);	20%
	Adulto antes do prazo (4 anos);	30%
	Adulto/infante após vencido prazo.	25%

LEI COMPLEMENTAR 81 USO 23

LEI COMPLEMENTAR Nº 81/2015

INCLUI O "USO 23" NO ARTIGO 46 DA LEI COMPLEMENTAR 023/2007 QUE INSTITUIU O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE A NOVA CONDIÇÃO DE USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 46 da Lei Complementar 023/2007 passa a vigorar acrescido do "USO 23, com a seguinte redação:

"Art. 46. Ficam assim classificados e relacionados os usos da sede do Município de Treze Tílias, quanto as atividades:

[...]

XXVI - USO 23 - ADEQUAÇÕES - Atividade com Condição Permissível

- a) Atividade de fabricação de produtos artesanais de origem animal;
- b) Fabricação de cervejas, chopes e bebidas destiladas artesanais.

Art. 2º. Fica incluída na "Tabela ZET - Zona de Expansão Turística", dentro do quadro "PERMISSÍVEIS" o "USO 23 - ADEQUAÇÕES", conforme anexo I desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias aos 10 de março de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e Publicada a presente lei complementar no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

ANEXO I
"TABELA ZET - ZONA DE EXPANSÃO TURÍSTICA"

ZONEAMENTO URBANO		ZET - ZONA DE EXPANSÃO TURÍSTICA					
MAPA ZONA		TESTADA E ÁREA MÍNIMA	RECUOS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	GABARITO	TAXA DE PERMEABILIDADE
		A = 360,00 m ² T = 12,00 m	Comercial Frontal = Livre Residencial Frontal = 5,00m Lat/Fundos = 1,50m	COM= 70% RES= 70%	IA Mínimo = 0,7 IA Básico = 3,0 IA Máximo = 3,7	Térreo mais 3 Pavimentos	TP= 20%
OBJETIVO: Tem por objetivo incentivar a Expansão das Atividades Turísticas, Comércio e Prestação de Serviços, nos corredores demarcados com faixa de 30m para cada lado.							
PROPOSTA DE USOS							
PERMITIDOS				PERMISSÍVEIS			
USO 1 - Residencial Unifamiliar USO 2 - Residencial Multifamiliar USO 4 - Comércio Vicinal USO 5 A - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 1 USO 5 B - Comércio Varejista e Prestação de Serviços 2 USO 9 - Comércio de Veículos Leves USO 16 A - Recreação e Lazer Especial 1 USO 16 B - Recreação e Lazer Especial 2 USO 18 - Hotéis e Pousadas USO 20 - Atividades de Nível de Incômodo 1				USO 6 - Comércio Atacadista USO 7 - Comércio e Serviços Especiais USO 8 - Para Veículos USO 12 A - Institucional Especial 1 USO 12 B - Institucional Especial 2 USO 14 - *Religiosos USO 17 - *Atividades Noturnas USO 19 - *Motéis USO 23 - Adequações			
OBSERVAÇÕES: Nesta Zona será implantado o Programa de Incentivo para Construção em Estilo Austríaco, conforme Lei Regulamentar, para residências unifamiliares, sendo obrigatória para as outras construções. * Para estas Atividades serão exigidos estudos de Impacto de Vizinhança. Nesta Zona será implantado Passeio Padronizado conforme Lei Regulamentar. Nesta Zona será implantado Imposto Progressivo no Tempo. Nesta Zona a altura máxima das construções será h= 18,00m, até a cumeeira, conforme Lei.							

PORTARIA N 028/2015

PORTARIA Nº 028/15 DE 13 DE MARÇO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Sra. NEIVA DALLA COSTA SBARDELLA, CPF nº 560.203.849-34, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo comissionado de DIRETORA DE ENSINO, conforme portaria de nomeação nº 013/13 de 02 de janeiro de 2013, retornando ao seu cargo concursado de Professora.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor no dia 16 de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 02/2015 - EXONERA DE CARGO EM COMISSÃO, DÁ POSSE E EXERCÍCIO PARA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO**

PORTARIA Nº 02 DE 18 DE MARÇO DE 2015

EXONERA DE CARGO EM COMISSÃO, D POSSE E EXERCÍCIO PARA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GUSTAVO ADOLFO GSCHWENDTNER, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Treze Tílias, nos uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno - Resolução nº 02/2012, RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Assessor Jurídico a Sra. Verônica Sommer da Silva, contratada por meio da Portaria nº 01/2013.

Art. 2º. Dar posse, nos termos do art. 20 da Lei Complementar nº 40/2011, em virtude de aprovação em concurso público oriundo do Edital nº001/2014, à Sra. Verônica Sommer da Silva, no cargo de Advogada da Câmara de Vereadores de Treze Tílias, nesta data.

Art. 3º. Nos termos do § 2º, do art. 22 da Lei Complementar nº 40/2011, dar exercício, à servidora Verônica Sommer da Silva, a partir desta data, para o desempenho das atribuições do cargo de Advogada da Câmara de Vereadores de Treze Tílias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Paulo Sérgio Falchetti, 18 de março de 2015.
GUSTAVO ADOLFO GSCHWENDTNER
Presidente da Mesa Diretora

Trombudo Central**PREFEITURA****DECRETO 019/15**

DECRETO 019/15 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA ÁREA DE TERRAS DE NECESSIDADE E UTILIDADE PÚBLICA.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 182 § 3º da Constituição Federal, pelo artigo 83 da Lei Orgânica Municipal de 03 de abril de 1990 e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações posteriores.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1130/97 de 14 de Outubro de 1997;

CONSIDERANDO, a exigência documental expressa pelo Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de necessidade e utilidade pública a área de terras no perímetro urbano, sito a Rua Getúlio Vargas, Bairro Cidade Alta, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 3.507, de propriedade de RENATA PROCHNOW, com área total de 286,64 m² (duzentos e oitenta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), confrontando-se a Frente com a Rua Getúlio Vargas em 14,12 metros + 19,70 metros + 8,53 metros, nos Fundos com o Viaduto Hermínio Prada em 4,50 metros, do Lado Esquerdo com área remanescente em 16,47 metros e do Lado Direito com área remanescente em 21,22 metros.

Art. 2º - A declaração de necessidade e utilidade pública de que trata o Art. 1º do presente Decreto, se destinará a fins de abertura e alargamento de rua pública.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Março de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita em Exercício de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALVARO MELCHIORETTO
Secretário do Planejamento Urbano

PORTARIA 183/15

PORTARIA 183/15 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE DIÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1845 de 29 de Julho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) referente a ½ (meia diária), para custeio de alimentação ao servidor público municipal Sr. ALVARO MELCHIORETTO, que estará em audiência na Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina - SPU e no DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral, no dia 17 de Março do corrente ano, no Município de Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de Março de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita em Exercício de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Tunápolis**PREFEITURA****2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 28/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 28/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 00.456.865/0001-67, inscrição estadual nº 253.086.027, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 28/2013.

Considerando o Contrato Administrativo nº 28/2013 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 04 de abril de 2013, proveniente do processo licitatório nº 38/2013 - pregão presencial nº 32/2013, em que consta como objeto a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários para o Município de Tunápolis - SC.

Considerando que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (9) do Fundo Municipal da Saúde (7, 33) da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a BETHA SISTEMAS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE:

O reajuste aplicado foi pelo índice do IGP-M (FGV) acumulado nos últimos 12 meses, no percentual de 3,8499%, sendo que o mesmo ocorreu partir da data-base do contrato, ou seja, proporcionalmente aos dias de contrato que excedem ao décimo segundo mês da contratação e integram o novo ano contratual, conforme exposto abaixo:

Prefeitura Municipal:

Descrição da nota	Valor Atual R\$	Sem Reajuste R\$		Com Reajuste R\$		Total da Nota de Abril/2015	Reajustado R\$
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Licitações e Compras	397,04	3	39,70	27	371,09	410,79	412,33
Contabilidade Pública	788,72	3	78,87	27	737,18	816,05	819,08
Fly e-Nota	246,81	3	24,68	27	230,68	255,36	256,31
Almoxarifado	236,08	3	23,61	27	220,65	244,26	245,17
Faturamento de Água e Esgoto	327,29	3	32,13	27	305,90	338,03	339,89
Folha de Pagamento	751,16	3	75,12	27	702,07	777,19	780,08
Controle de Frotas	284,37	3	28,44	27	265,79	294,23	295,32

Patrimônio Público	236,08	3	23,61	27	220,65	244,26	245,17
Planejamento	371,29	3	37,13	27	347,03	384,16	385,58
Tesouraria	198,52	3	19,85	27	185,55	205,40	206,16
Tributação	536,54	3	53,65	27	501,48	555,13	557,20
Educação							
Módulo Secretaria	348,75	3	34,88	27	325,96	360,84	362,18
Fly Transparência	139,50	3	13,95	27	130,38	144,33	144,87

Fundo Municipal de Saúde

Descrição da nota	Valor Atual R\$	Sem Reajuste R\$		Com Reajuste R\$		Total da Nota de Abril/2015	Reajustado R\$
		Dias	Valor	Dias	Valor		
Licitações e Compras	150,23	3	15,02	27	140,41	155,43	156,01
Contabilidade Pública	332,66	3	33,27	27	310,92	344,19	345,47
Tesouraria	150,23	3	15,02	27	140,41	155,43	156,01

Horas técnicas	Valor atual	Valor reajustado
Suporte	R\$ 64,39	R\$ 66,87

Deslocamento e estadia	Valor atual	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,64	R\$ 0,66
Estadia	R\$ 118,04	R\$ 122,58

Cláusula Segunda - Da Vigência

O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com término em 04/04/2016, considerando que termo passa a vigorar a partir do dia 03/04/2015.

Cláusula Terceira - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 17 de março de 2015.

Volmir Pedro Lawisch
Prefeito Municipal em Exercício

Ernesto Muniz de Souza Jr
Betha Sistemas Ltda
Contratada

Daniela Ramos Silva
Betha Sistemas Ltda
Contratada

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo Municipal da Saúde

TESTEMUNHAS

Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 17/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal em Exercício Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, e de outro lado a empresa TRANSPORTES MATHEUS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Estrada Geral Interior, no Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.313.588/0001-45, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 17/2013.

Considerando o contrato administrativo nº 17/2013 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de setembro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº 11/2013 e Pregão 09/2013 - PMT, referente a contratação de empresas para a prestação de serviços de transporte escolar de alunos matriculados nas escolas Municipais e Estaduais, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a 200 (duzentos) dias letivos, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado a TRANSPORTES MATHEUS LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO REAJUSTE, VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o reajuste de 6,70% (seis, virgula setenta por cento) passando o valor por Km rodado à R\$ 3,83 (três reais e oitenta e três centavos) conforme requerimento baseado na Resolução nº 011/2014 do Departamento de Transportes e Terminais -DETER,SC (Rodoviário II).

Item	Quant	Und	Especificação	Preço unit atual	Valor reajustado
2	17.000,00	Km	Trajetos com veículo com capacidade mínima de 08 passageiros. Saindo da Escola Até Arno Shoenberger Milton Wilges, retornando até Leronado Babick, passando pela linha Wirth até o Paulo Schoorr, subindo pelo morro do facão até o Mário Baumgratz, subindo pelo Paulo Baumgratz por São José até o Milton Ruhoff, passando na propriedade de Egídio Kothe. Percurso total ida e volta nos três períodos do Trajeto, aproximado de 75 Km diários.	2,28	2,43

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas

permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 18 de março de 2015.

Volmir Pedro Lawisch Transportes Matheus Ltda
Prefeito em exercício Contratada(o)

Testemunhas:

1) _____ 2) _____
Cleverson Inácio Kerkoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259-60

LEI 1215/2015

LEI Nº 1215/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a efetuar despesas com a coleta do esgoto sanitário para uma Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários devidamente habilitada e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com o custo do transporte de até 02 (dois) metros cúbicos por família anualmente, do esgoto sanitário, das fossas que ainda não estão ligadas à rede coletora de esgoto, para ser encaminhado para uma Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário.

Art. 2º O Município deverá lançar licitação pública para contratar empresa devidamente licenciada do ramo para efetuar a coleta e o transporte do material recolhido para uma Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, ficando ao encargo do proprietário o custo do excedente a 02 m³ (dois metros cúbicos) anualmente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a auxiliar com máquinas e confecção de Projeto, sem ônus aos proprietários, para a plena adequação das habitações que estiverem em desconformidade com a legislação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua regulamentação o que deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias após sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
18 de Março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

Edital de Pregão Presencial nº 08/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para

o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a Contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos institucionais do Fundo Municipal da Saúde, para o ano de 2015.

Entrega dos envelopes até às 14h30min do dia 30 de Março de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Videira

PREFEITURA

ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TP Nº 03/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, diante da apresentação da documentação dentro do prazo concedido a empresa Palazzo Construtora Ltda ME, torna pública a data de 20 de Março de 2015 às 10:00 horas para a abertura do envelope contendo a proposta da única empresa participante no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PRESTAR SERVIÇO DE PINTURA NOS EQUIPAMENTOS (BRINQUEDOS) DE LAZER DA CIDADE DA CRIANÇA E NA PASSARELA SOBRE O RIO DO PEIXE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

Videira, 17 de março de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 11.786/15

DECRETO Nº 11.786/15, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.642/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4135/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.642/15, que nomeou PABLO PERAZZOLI, para exercer o cargo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.787/15

DECRETO Nº 11.787/15, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº

002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá Carregadeira, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 13 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.788/15

DECRETO Nº 11.788/15, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Determina a formação da Equipe Técnica e da Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4161/2015;

DECRETA

Art. 1º Fica formada a Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

- I - Fladenice Zuleica Bruch;
- II - Lucimar Salete Vincenzi;
- III - Maria Angélica Vanz;
- IV - José Carlos de Oliveira;
- V - Magali Beatriz Augusto;
- VI - Valdenice Maria Schneider;
- VII - Roberta Aparecida Martinez;
- VIII - Marco André Serighelli;
- IX - Camila Regina Rostirola.

Art. 2º Fica formada a Equipe de Coordenação do Plano Municipal de Educação, assim constituída:

- I - Tânia Regina Cesco;
- II - Cátia Baraúna;
- III - Velânia Lazzari;
- IV - Rosangela Comerlato;
- V - Dirceu Paulo Moscon;
- VI - Marco André Serighelli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.354/14.

Videira, 13 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.789/15

DECRETO Nº 11.789/15, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Designa secretário para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município, bem como no art. 95, da Lei Complementar nº 129/12;

DECRETA

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal de Finanças, ALEXANDRE GANASINI, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Administração, no período de 16 de março de 2015 até 20 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.790/15

DECRETO Nº 11.790/15, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.615/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4222/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.615/15, que nomeou NILSON JOSÉ DE OLIVERIO, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.791/15

DECRETO Nº 11.791/15, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Declarar a Nulidade e a Revogação da Portaria nº 789/09, de 21 de julho de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais de acordo com as disposto no art. 72, IX, da Lei Orgânica Municipal, à vista do que consta nos Autos nº 079.09.006575-0, bem como amparado pela Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

Considerando que em 2008 a Administração Municipal, através da Portaria nº 1.942/08, procedeu a nomeação da senhora SUZANA DE FÁTIMA SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância;

Considerando que em 2009, tendo em vista o Processo Administrativo nº 3.073/09, a Administração Municipal, através da Portaria nº 789/09, tornou sem efeito a nomeação da senhora SUZANA DE FÁTIMA SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância;

Considerando o Memorando nº 063/15, de 16 de março de 2015, da Procuradoria Jurídica cientificando sobre a obrigatoriedade do Município de Videira em cumprir a sentença prolatada nos Autos nº 079.09.006575-0, o qual impõe através de Decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça (Acórdão - Apelação Cível nº 2012.033915-9), seja decretada a nulidade do ato que desfez a nomeação de Suzana de Fátima Souza, para o cargo de Agente Operacional de Vigilância;

Considerando que, nos termos do art. 53, da Lei nº 9784/99, a administração pode e deve rever os seus próprios atos, incluindo-se os referentes aos servidores municipais,

Considerando, a lisura e a transparência de todos os atos administrativos da Administração Municipal, sempre obedecendo aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Considerando a anuência do Procurador Geral do Município e o deferimento do Prefeito Municipal;

RESOLVE

Art. 1º Declarar nula e revogar a Portaria nº 789/09, de 21 de julho de 2009, a qual tornou sem efeito a nomeação da senhora SUZANA DE FÁTIMA SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretária de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.792/15

DECRETO Nº 11.792/15, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/2014, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 30.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 130.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 220.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 30.000,00

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 130.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 220.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PE 05/2014 - PMV - EMPRESA: CONCORDIA SISTEMAS LTDA

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE SISTEMA DE PROJEÇÃO DE IMAGENS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa CONCORDIA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.055.328/0001-29, apresentou os laudos técnicos das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PE 05/2014 - PMV, conforme segue:

LOTE 05			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
07.	Sistema de projeção de imagens, com tecnologia LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, XGA 1.024x768, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de 3.300 ANSI LUMENS; contraste de 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 3.000 horas em alto brilho e 6.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 60" a 117" (de 1,60m até 2,96m); uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor de 24bits, 16.7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 16W; compatibilidade de vídeo com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo (NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Vídeo, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA (Retorno para monitor); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Garantia: 12 meses contra defeitos de fabricação	Epson	Aprovada

Dessa forma, após conferência, APROVAMOS, os laudos técnicos apresentados tempestivamente pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2014- PMV, pela apresentação das amostras físicas e laudos técnicos anexos.

Videira/SC, 16 de março de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

Jose Carlos de Oliveira
Assessor de Informática

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA DO PE 05/2014 - PMV - EMPRESA: ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa **ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 97.466.593/0001-18, apresentou os laudos técnicos, conforme previsto no edital e nas marcas citadas abaixo:

LOTE 1			
Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
01.	<p>QUADRO PARA PROSPECÇÃO DE CONTEÚDO PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA, especificação: Espaço para projeção de imagens com no mínimo 1.800 x 1.350mm, diagonal mínima de 79", com resolução mínima de 1,5m; composta por material de BP revestido com laminado melamínico acetinado de baixa absorção de luminosidade, na cor branca, com tecnologia de digitalização através de película de infra-vermelho mais ultrassom; Dispositivo de interface com botão semelhante ao de mouse (botão direito) e um botão para acionamento de caixa de ferramenta interativa. Com ponta de teflon, que substitui o botão esquerdo do mouse; possui capacidade de interação com Sistema Interativo e paleta de ferramentas através de tecnologia baseada em sistema de ultrassom; Conexão com o computador efetuada através de cabo USB; Receptor de interface em formato longitudinal com captação de sinal de infra-vermelho, e capacidade de captação de sinal de até 123" na diagonal; Softwares de controle composto de ferramenta de interatividade configurável (tamanho e transparência) que permite, no mínimo, as seguintes seleções: entra caneta, entra borracha, marca texto; permite também a anotação sobreposta à qualquer programa instalado no microcomputador; capacidade de reconhecimento de escrita manual em letra de forma ou manuscrita, em qualquer software instalado no microcomputador, que possua um campo de texto editável; permite a mudança de cores e espessuras sem a necessidade da troca da caneta; permite salvar as telas, no mínimo, nos seguintes formatos: HTML, PDF, JPEG, BMP, TIF, EMF, PPT e PPS; permite mover, alterar tamanho ou rotacionar objetos; provê recurso de escurecimento parcial da tela, visando mostrar gradualmente o conteúdo a ser visualizado; permite a importação de arquivos em formato PPS/PPT, XLS e DOC, com imagens de fundo; sustenta uma conferência para, no mínimo, 25 conexões simultâneas via internet e 10 pontos via rede local. todo o pacote de software possui versão compatível com a língua portuguesa; O software deverá possuir recursos para a criação de uma área centralizadora para a organização de atalhos para programas e arquivos mais utilizados pelo usuário. O Software deverá permitir a acessibilidade à paleta de ferramentas interativas, em qualquer posição da tela de projeção, através de um clique de mouse; Unidade de processamento composta por mother-board integrada diretamente na estrutura do quadro contendo, no mínimo, processador com arquitetura de núcleo duplo de, no mínimo, 1,6GHZ, memória RAM de 04GB padrão SODIMM, unidade de armazenamento com, no mínimo, 320GB, com adaptador gráfico de vídeo com resolução HDMI de 1600x1200 e 1080i x 720, interface de rede 10/100/1000; Porta HDMI de 1080i x 720p; 02 portas USB externas; Porta serial RS232; leitor de cartão tipo SD; Interface de áudio analógico com saída para caixas acústicas e entrada para microfone; disco rígido padrão SATA de 160GB; fonte de alimentação de 12V / 5ª, com sistema de conexão sem fio instalado.; Compatível com os sistemas operacionais Microsoft Win2000, Windows XP, Vista, Seven e as distribuições Linux Fedora e Ubuntu. Sistema operacional baseado em plataforma gráfica, instalado e compatível com o software de interface do quadro. Deverá permitir a acessibilidade às portas USB e a conexão com o microfone; Haste para fixação de projetor multimídia, confeccionado de forma retrátil com, no mínimo, 05 pontos de retratibilidade; Suporte para projetor com regulagem de angulação executado em chapa de aço com parede 1,2mm medindo aproximadamente 335x245mm, com flange com 04 furos passantes para fixação em teto/parede; Sistema de projeção de imagens, com tecnologia DLP ou LCD padrão UST, resolução nativa de, no mínimo, SVGA 800x600, sendo suportado até UXGA 1600x1200; luminosidade de, no mínimo 2.500 ANSI LUMENS; contraste de, no mínimo 3000:1; funções second start e instant off – liga em 05 segundos e desliga instantaneamente o projetor, não sendo necessário aguardar o resfriamento da lâmpada; lâmpada com vida útil de, no mínimo, 2.000 horas em alto brilho e 3.000 horas em baixo brilho; tamanho da tela de projeção de 27" a 300"; uniformidade de brilho de 90%; reprodução de cor mínima de 24bits, 16,7 milhões de cores; 02 auto-falantes de 5W; compatibilidade de vídeo mínima com NTSC / PAL-M / SECAM; resolução de vídeo (NTSC / PAL-M / PAL-N / SECAM / HDTV); conexões de entrada: VGA, Vídeo composto, S-Video, Vídeo componente, áudio, HDMI; Saída: VGA (Retorno para monitor); tensão de alimentação 110/220V automático; maleta para transporte; controle remoto. Suporte metálico para lousa branca, com medida total de 2100x1195mm; quadro superior confeccionado em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm), medindo 1195x1350mm, contendo 12 orelhas de balde em aço estampado chapa 14 25x35mm, fixados a estrutura através de solda pelo processo MIG; porta – canetas confeccionado em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm) recortada, formando sulco para suporte de canetas, medindo 800x72,6mm; suporte para os pés inferiores confeccionados em chapa de metalon 30x90mm (chapa 1,2mm), medindo 1195 x 650mm; em suas extremidades devem ser afixados tubos oblongos de 25x60mm (chapa 1,5mm) para os pés medindo 855mm de comprimento, curvados de forma a garantir estabilidade a todo o conjunto; mão – francesa para reforço de união entre o quadro de suporte e os pés, medindo 120x240x1,8"mm; 04 sapatas de apoio tipo quack medindo 90x15,0mm; painel de fechamento confeccionado em chapa de metalon estampado (perfurado) medindo 1135x410mm (chapa 1,2mm); suporte estrutural confeccionado em chapa de metalon medindo 32x93x32x290mm para apoio do painel de fechamento ao suporte para os pés, contendo 06 parafusos com furo expansivo para rosca tipo M6; acabamento das peças metálicas através de banho desengraxante a quente, por meio de imersão e tratamento anti-ferruginoso de proteção; pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, polimerizada em estufa a 120°C, com espessura mínima de película aplicada a 40microns; os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. O licitante vencedor deverá efetuar curso de capacitação ao uso dos equipamentos ofertados, para público composto por turma de 20 pessoas, num total de 03 encontros, com 04 horas cada, em datas e horários a serem estabelecidos em comum acordo entre a Secretaria de Educação e a empresa vencedora da licitação. Na oportunidade, deverá ser disponibilizado aos participantes material de apoio; O escopo do curso de capacitação deverá conter, no mínimo: Ementa aos professores; Apresentação das características com enfoque técnico; Apresentação das características com enfoque de usuário; Procedimentos para instalação física; Procedimentos para instalação de softwares; Cuidados no uso; O uso de ferramentas básicas; O uso de ferramentas avançadas.</p>	Ergo Mobili	Aprovada

Dessa forma, após conferência, **APROVAMOS**, os laudos técnicos apresentados tempestivamente pela empresa acima citada, alusivo ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2014- PMV, pela apresentação das amostras físicas e laudos técnicos anexos.

Videira/SC, 16 de fevereiro de 2015.

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

Jose Carlos de Oliveira
Assessor de Informática

LEI Nº 3.212/15

LEI Nº 3.212/15, DE 11 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira a Câmara de Dirigentes Lojistas de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira a Câmara de Dirigentes Lojistas de Videira, nos termos da minuta do Termo de cooperação anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente Lei é a cooperação financeira do Município para promover a decoração de páscoa nos principais centros e logradouros públicos da cidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício.

§ 1º O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

§ 2º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

LEI Nº 3.211/15

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor WILMAR CARELLI, e CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VIDEIRA, entidade civil, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 83.400.036/0001-90, declarado de Utilidade Pública pela Lei nº 61/86, neste ato representado por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos dias do mês de de 2015, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a CAMARA DE DIRETORES LOJISTAS DE VIDEIRA, resolvem, nos termos

da Lei nº 3.212/15, celebrar o presente Termo de Cooperação, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é a cooperação do Município para promover a decoração de páscoa nos principais centros e logradouros públicos da cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;

II - repassar o valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos em parcela única, no decorrer do presente exercício;

II- manter, sob sua custódia, o material de decoração para sua reutilização nos anos seguintes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VIDEIRA

I- realizar a compra do material necessário, promover sua colocação, manutenção e retirada final;

II- após a retirada, entregar o material de decoração ao Município, para futuras reutilizações;

III - Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente termo entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente termo de cooperação.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Termo de Cooperação, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 20 .

MUNICÍPIO DE VIDEIRA WILMAR CARELLI Prefeito Municipal	CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE VIDEIRA Presidente
--	---

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

PORTARIA Nº 0186/15

PORTARIA nº 0186/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4118/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória - CEVI, por Otimiza Cursos Ltda, no dia 23 de abril de 2015, a partir das 19h30min, a fim de realizar a cerimônia de formatura do curso de fotografia, bem como o hall de entrada do CEVI, entre os dias 23 a 30 de abril para exposição das fotos dos alunos ao público.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 084/15.

Videira, 13 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0187/15

PORTARIA nº 0187/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4178/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Igreja do Evangelho Quadrangular, no dia 03 de abril de 2015, das 16h00min às 22h00min, a fim de realizar a noite gospel em comemoração da Sexta Feira Santa.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 35/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 01/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Março 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 36/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS EM CAMINHÃO PRANCHA, PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 09/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Março 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo de qualificação técnica do edital de Pregão Presencial nº 34/2015-PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO TENDO COMO ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, permanecendo a mesma data de abertura, 30 de Março do corrente ano às 09:00 horas, a qual atende o disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital

retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, COM ÁREA DE 29,78 M². INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 16 de Abril de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 17 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 01 2015

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS FEVEREIRO/2015

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	292.091,73
1.2 - ITBI	303.796,61
1.3 - ISS	1.280.213,35
1.5 - IRRF	179.713,77
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	101.183,56
1.7 - Multas e Juros de Impostos	58.519,92
1.8 SOMA	2.215.518,94
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	4.037.137,54
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) - 20%	0,00
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	6.191.752,10
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	108.919,37
1.14 - Cota-Parte do ITR - 20%	392,65
1.15 - Cota-Parte do IPVA - 20%	745.293,47
1.16 - Cota-Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	11.083.495,13
1.18 TOTAL	13.299.014,07

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	3.324.753,52
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	3.313.437,95
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	32.493,63
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	712.111,09
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	600.075,49
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	60.107,88
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	903.313,52
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	80.218,58
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	350.639,28

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	3.324.753,52	2.415.361,41	-909.392,11
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		1.406.102,85	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		1.009.258,56	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	3.345.931,58	2.005.549,50	-1.340.382,08
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	2.007.558,95	1.743.711,76	-263.847,19
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	1.338.372,63	261.837,74	-1.076.534,89
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.563.496,89	79.883,20	-1.483.613,69
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	430.857,86	0,00	-430.857,86

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	9,67%	-15,33%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	52,11%	-7,89%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	7,83%	-32,57%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	3.313.437,95	2.216.698,64	1.096.739,31

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 13 de março de 2015.

Maria Angélica Vanz
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 012/2015

Processo de Licitação 012/2015
Modalidade: Pregão 007/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS: BALLET CLÁSSICO, DANÇA DE RUA E DANÇA CRIATIVA COM A MELHOR IDADE, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 30 de Março de 2015 em sessão pública, na mesma dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 17 de Março de 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 058/2015

PORTARIANº 058/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
REDUZIR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: WAGNER DE BRITO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratado pela Portaria 020/2015, de 03 de fevereiro de 2015, passando de 35 (trinta e cinco) para 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, a partir de 17 de março de 2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE MARÇO DE 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 059/2015

PORTARIANº 059/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Municipal, Edital nº 001/2015, homologado no dia 06 de março de 2015,

Nome: WAGNER DE BRITO
Cargo: PROFESSOR NÍVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, na CME - Comissão Municipal de Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE MARÇO DE 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____ .
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 060/2015

PORTARIANº 060/2015

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 008/2015, de 09/03/2015, do CMDCA de Vitor Meireles, resolve:

NOMEAR:

Os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial para a Eleição Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público para Conselheiro Tutelar.

MÁRCIO JOSÉ PAVANELLO - Representante Jurídico

ROSANE VIEIRA - Representante do Departamento de Recursos Humanos

JUAREZ LIMA VARELA - Presidente do CMDCA

ELVIRA KAMMER - Vice-Presidente do CMDCA

DARIO MONTAGNA - Membro titular do CMDCA

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE MARÇO DE 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xavantina

PREFEITURA

LRF - RREO 1º BIMESTRE - 2015

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.275.420,00	19.275.420,00	2.730.114,03	14,16	2.730.114,03	14,16
	18.400.420,00	18.400.420,00	2.690.954,03	14,62	2.690.954,03	14,62
RECEITAS CORRENTES	989.320,00	989.320,00	120.215,04	12,15	120.215,04	12,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	914.320,00	914.320,00	96.884,79	10,60	96.884,79	10,60
IMPOSTOS	75.000,00	75.000,00	23.330,25	31,11	23.330,25	31,11
TAXAS	70.000,00	70.000,00	12.035,76	17,19	12.035,76	17,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	12.035,76	17,19	12.035,76	17,19
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	18.996,99	11,17	18.996,99	11,17
RECEITA PATRIMONIAL	150.000,00	150.000,00	17.594,87	11,73	17.594,87	11,73
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	20.000,00	20.000,00	1.402,12	7,01	1.402,12	7,01
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	260.000,00	260.000,00	7.668,44	2,95	7.668,44	2,95
RECEITA DE SERVIÇOS	16.790.100,00	16.790.100,00	2.493.396,48	14,85	2.493.396,48	14,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.547.100,00	16.547.100,00	2.492.255,81	15,06	2.492.255,81	15,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	243.000,00	243.000,00	1.140,67	0,47	1.140,67	0,47
Transf. de Conv.	121.000,00	121.000,00	38.641,32	31,93	38.641,32	31,93
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.000,00	9.000,00	2.026,56	22,52	2.026,56	22,52
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	2.350,59	0,00	2.350,59	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	19.030,14	19,03	19.030,14	19,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	15.234,03	126,95	15.234,03	126,95
RECEITAS DIVERSAS	875.000,00	875.000,00	39.160,00	4,48	39.160,00	4,48
RECEITAS DE CAPITAL	375.000,00	375.000,00	39.160,00	10,44	39.160,00	10,44
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	39.160,00	0,00	39.160,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	375.000,00	375.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	430.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.275.420,00	19.275.420,00	2.730.114,03	14,16	2.730.114,03	14,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.275.420,00	19.275.420,00	2.730.114,03	14,16	2.730.114,03	14,16
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.275.420,00	19.275.420,00	2.730.114,03	14,16	2.730.114,03	14,16
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	121.618,64	—	—	84.500,00	—
Superávit Financeiro	—	121.618,64	—	—	84.500,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.425.420,00	806.758,17	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42	2.605.706,17	2.605.706,17	13,55
DESPESAS CORRENTES	16.125.420,00	0,00	16.125.420,00	5.949.781,70	5.949.781,70	2.318.490,73	2.318.490,73	14,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.206.200,00	0,00	7.206.200,00	1.110.886,13	1.110.886,13	1.033.964,81	1.033.964,81	14,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.914.220,00	0,00	8.914.220,00	4.838.895,57	4.838.895,57	1.284.525,92	1.284.525,92	14,41
DESPESAS DE CAPITAL	2.285.000,00	806.758,17	3.091.758,17	1.188.636,72	1.188.636,72	287.215,44	287.215,44	9,29
INVESTIMENTOS	2.018.000,00	806.758,17	2.824.758,17	921.969,85	921.969,85	242.771,00	242.771,00	8,59
Amortização da Dívida	267.000,00	0,00	267.000,00	266.666,87	266.666,87	44.444,44	44.444,44	16,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.425.420,00	806.758,17	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42	2.605.706,17	2.605.706,17	13,55

Continua 2/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.425.420,00	806.758,17	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42		2.605.706,17	2.605.706,17	13,55	16.626.472,00
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—		—	124.407,86	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.425.420,00	806.758,17	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42		2.605.706,17	2.730.114,03	14,20	16.626.472,00

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	926.320,00	926.320,00	102.444,67	11,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	10.190,90	16,98
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	67.173,72	14,60
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	214.320,00	214.320,00	19.520,17	9,11
Dívida Ativa dos Impostos	10.000,00	10.000,00	5.160,44	51,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.000,00	2.000,00	399,44	19,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.824.000,00	15.824.000,00	2.608.737,52	16,49
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	18,35
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	12,41	1,24
Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	51.699,25	8,62
Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	1.322.782,46	15,56
Cota-Parte IPI-Exportação	123.000,00	123.000,00	23.102,12	18,78
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.750.320,00	16.750.320,00	2.711.182,19	16,19

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	5.245,34	
Provenientes da União	0,00	0,00	5.156,77	
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	88,57	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	510.000,00	510.000,00	934,98	0,18
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	510.000,00	510.000,00	6.180,32	1,21

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.492.000,00	3.492.000,00	1.325.993,37	37,97	560.189,63	16,04
Pessoal e Encargos Sociais	1.853.000,00	1.853.000,00	315.528,54	17,03	311.282,66	16,80
Outras Despesas Correntes	1.639.000,00	1.639.000,00	1.010.464,83	61,65	248.906,97	15,19
DESPESAS DE CAPITAL	711.000,00	711.000,00	103.692,30	14,58	0,00	0,00
Investimentos	711.000,00	711.000,00	103.692,30	14,58	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	711.000,00	711.000,00	103.692,30	14,58	0,00	0,00
Investimentos	711.000,00	711.000,00	103.692,30	14,58	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.203.000,00	4.203.000,00	1.429.685,67	34,02	560.189,63	13,33
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/Vf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.585.000,00	1.585.000,00	210.298,56	14,71	89.934,21	16,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.585.000,00	1.585.000,00	210.298,56	14,71	89.934,21	16,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.585.000,00	1.585.000,00	210.298,56	14,71	89.934,21	16,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.618.000,00	2.618.000,00	1.219.387,11	85,29	470.255,42	83,95
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,35
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/10]6						63.578,09

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
0,00	0,00		0,00	
0,00	0,00		0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				
SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.530.000,00	3.530.000,00	886.183,23	61,98	429.460,93	76,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	654.000,00	654.000,00	540.262,44	37,79	130.728,70	23,34
Vigilância Sanitária	19.000,00	19.000,00	3.240,00	0,23	0,00	0,00
TOTAL	4.203.000,00	4.203.000,00	1.429.685,67	100,00	560.189,63	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.425.420,00	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42	2.605.706,17	2.605.706,17	100,00	13,55
Administração	1.919.320,00	1.919.320,00	667.561,69	667.561,69	254.565,98	254.565,98	9,77	13,26
Administração Geral	1.919.320,00	1.919.320,00	667.561,69	667.561,69	254.565,98	254.565,98	9,77	13,26
Assistência Social	900.000,00	900.000,00	133.267,94	133.267,94	38.871,40	38.871,40	1,49	4,32
Assistência ao Idoso	226.000,00	226.000,00	15.242,32	15.242,32	13.476,65	13.476,65	0,52	5,96
Assistência à Criança e ao Adolescente	207.000,00	207.000,00	61.431,08	61.431,08	13.101,56	13.101,56	0,50	6,33
Assistência Comunitária	467.000,00	467.000,00	56.594,54	56.594,54	12.293,19	12.293,19	0,47	2,63
Saúde	4.203.000,00	4.203.000,00	1.429.685,67	1.429.685,67	560.189,63	560.189,63	21,50	13,33
Atenção Básica	3.530.000,00	3.530.000,00	886.183,23	886.183,23	429.460,93	429.460,93	16,48	12,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	654.000,00	654.000,00	540.262,44	540.262,44	130.728,70	130.728,70	5,02	19,99
Vigilância Sanitária	19.000,00	19.000,00	3.240,00	3.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	3.610.900,00	3.640.900,00	1.547.131,54	1.547.131,54	284.442,46	284.442,46	10,92	7,81
Ensino Fundamental	2.760.000,00	2.790.000,00	1.161.275,32	1.161.275,32	230.992,83	230.992,83	8,86	8,28
Ensino Médio	142.000,00	142.000,00	132.620,00	132.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	160.000,00	160.000,00	146.360,00	146.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	543.000,00	543.000,00	106.876,22	106.876,22	53.449,63	53.449,63	2,05	9,84
Educação de Jovens e Adultos	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	30.000,00	30.000,00	11.250,00	11.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	11.250,00	11.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	520.000,00	1.011.700,00	884.971,10	884.971,10	50.331,49	50.331,49	1,93	4,97
Infra-Estrutura Urbana	105.000,00	596.700,00	491.700,00	491.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	415.000,00	415.000,00	393.271,10	393.271,10	50.331,49	50.331,49	1,93	12,13
Agricultura	1.949.200,00	2.234.258,17	774.721,76	774.721,76	303.049,15	303.049,15	11,63	13,56
Extensão Rural	1.949.200,00	2.234.258,17	774.721,76	774.721,76	303.049,15	303.049,15	11,63	13,56
Indústria	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.522.500,00	3.522.500,00	958.949,54	958.949,54	666.652,17	666.652,17	25,58	18,93
Transporte Rodoviário	3.522.500,00	3.522.500,00	958.949,54	958.949,54	666.652,17	666.652,17	25,58	18,93
Desporto e Lazer	603.000,00	603.000,00	262.103,73	262.103,73	216.556,87	216.556,87	8,31	35,91
Desporto Comunitário	203.000,00	203.000,00	42.239,87	42.239,87	16.693,01	16.693,01	0,64	8,22
Lazer	400.000,00	400.000,00	219.863,86	219.863,86	199.863,86	199.863,86	7,67	49,97

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.425.420,00	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42	2.605.706,17	2.605.706,17	100,00	13,55
Encargos Especiais	927.500,00	927.500,00	468.775,45	468.775,45	231.047,02	231.047,02	8,87	24,91
Serviço da Dívida Interna	272.000,00	272.000,00	266.666,87	266.666,87	44.444,44	44.444,44	1,71	16,34
Outros Encargos Especiais	655.500,00	655.500,00	202.108,58	202.108,58	186.602,58	186.602,58	7,16	28,47
TOTAL (III) = (I + II)	18.425.420,00	19.232.178,17	7.138.418,42	7.138.418,42	2.605.706,17	2.605.706,17	100,00	13,55

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	926.320,00	926.320,00	102.444,67	102.444,67	11,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	192.000,00	192.000,00	5.559,88	5.559,88	2,90
1.1.1- IPTU	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	10.000,00	10.000,00	5.160,44	5.160,44	51,60
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	399,44	399,44	19,97
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	10.190,90	10.190,90	16,98
1.2.1- ITBI	60.000,00	60.000,00	10.190,90	10.190,90	16,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	460.000,00	460.000,00	67.173,72	67.173,72	14,60
1.3.1- ISS	460.000,00	460.000,00	67.173,72	67.173,72	14,60
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	214.320,00	214.320,00	19.520,17	19.520,17	9,11
1.4.1- IRRF	214.320,00	214.320,00	19.520,17	19.520,17	9,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.864.000,00	15.864.000,00	2.608.737,52	2.608.737,52	16,44
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	1.322.782,46	1.322.782,46	15,56
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	123.000,00	123.000,00	23.102,12	23.102,12	18,78
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	12,41	12,41	1,24
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	51.699,25	51.699,25	8,62
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.790.320,00	16.790.320,00	2.711.182,19	2.711.182,19	16,15
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	215.000,00	215.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	642.000,00	642.000,00	59.710,26	59.710,26	9,30
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	857.000,00	857.000,00	59.710,26	59.710,26	6,97
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.172.800,00	3.172.800,00	519.366,66	519.366,66	16,37
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	242.228,19	242.228,19	18,35
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	262.278,15	262.278,15	15,43
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.600,00	24.600,00	4.620,43	4.620,43	18,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	2,47	2,47	1,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	120.000,00	120.000,00	10.237,42	10.237,42	8,53
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.388.000,00	1.388.000,00	203.061,04	203.061,04	14,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.388.000,00	1.388.000,00	202.170,47	202.170,47	14,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	890,57	890,57	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.784.800,00	-1.784.800,00	-317.196,19	-317.196,19	17,77
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.261.000,00	1.261.000,00	116.283,47	116.283,47	9,22
13.1- Com Educação Infantil	368.000,00	368.000,00	38.441,02	38.441,02	10,45
13.2- Com Ensino Fundamental	893.000,00	893.000,00	77.842,45	77.842,45	8,72
14- OUTRAS DESPESAS	127.000,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	127.000,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.388.000,00	1.388.000,00	116.283,47	116.283,47	8,38
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					116.283,47
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					57,27
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					42,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					20.207,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.197.580,00	4.197.580,00	677.795,55	677.795,55	16,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	518.000,00	518.000,00	53.449,63	53.449,63	10,32
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.455.000,00	2.455.000,00	227.644,09	227.644,09	9,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.020.000,00	1.020.000,00	77.842,45	77.842,45	7,63
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.435.000,00	1.435.000,00	149.801,64	149.801,64	10,44
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.973.000,00	2.973.000,00	281.093,72	281.093,72	9,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-317.196,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					890,57
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					20.207,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-296.097,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					577.191,67
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,29
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	497.900,00	497.900,00	3.348,74	3.348,74	0,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	637.900,00	637.900,00	3.348,74	3.348,74	0,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.610.900,00	3.610.900,00	284.442,46	284.442,46	7,88

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		20.207,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		202.170,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		96.863,32	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		96.863,32	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		890,57	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		126.405,39	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 20.207,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 021/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2015
HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2015

CONTRATADOS: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CONCORDIA CNPJ: 03.904.960/0001-74 VALOR: 37.000,00 (TRINTA E SETE MIL REAIS)
GILMAR JOSE SCATOLIN, CPF: 684.745.559-49 - VALOR: 19.999,98(DEZENOVE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS COM NOVENTA E OITO CENTAVOS)
CLAUDIMAR LUIZ SCATOLIN, CPF: 589.818.109-15 - 19.999,98(DEZENOVE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS COM NOVENTA E OITO CENTAVOS)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 76.999,96 (SETENTA E SEIS MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS COM NOVENTA E SEIS CENTAVOS)
VIGÊNCIA: 31/12/2015
FUNDAMENTO: Art. 24, CAPUT, Lei de Licitações.

XAXIM, 17/03/2015
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 033/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 061/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 033/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cortinas, para o (CEIM) Emília Varnier, através da Secretaria de Educação e Cultura. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 30 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 17 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 034/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 062/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para contratação de serviço/horas Máquina (Rolo Compactador), com indicador de vibração por minuto, raspador de aço - kit patas, cinta com patas para rolo liso, com peso operacional mínimo de 10.500 kg, capacidade mínima de compactação mínima ou igual a 30.000 Kg, ano de fabricação mínimo ou igual 2012. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 31 de março de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 17 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito Municipal

DECRETO 025/2015 SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETO Nº. 025/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 372.896,98 (trezentos e setenta e dois mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.19	2.066,10

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.017 – Ampliação da Rede Física de Educação Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.37	139.904,72

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	03.64	30.926,16

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	03.31	200.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do SUPERAVIT Financeiro na antiga fonte 01.62 sendo atual 01.37, antiga fonte 01.24 sendo atual 01.64 e na antiga fonte 01.53 sendo atual 01.31, conforme repasse do FNDE, Convenio CASAN e Convenio Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 12 de janeiro de 2015.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO 026/2015 SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETO Nº. 026/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 11.709.925,03 (onze milhões, setecentos e nove mil novecentos e vinte e cinco reais e três centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.011 – Saneamento Geral
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	8.954.607,48

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.009 – Obras de Infraestrutura Urbana
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	896.833,87

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.008 – Pavimentação de Ruas e Passeios
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.83	1.150.242,35

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	1.006 – Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.32	255.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	1.002 – Ampliação da Rede Física da Saúde
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.38	150.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.31	303.241,33

Art. 2º - O Crédito aberto por este decreto ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na antiga fonte 01.24 ocorrerá na fonte 01.34, conforme propostas de repasse de convênios Federais e, por conta do provável excesso de arrecadação na fonte 0183, conforme propostas de repasse de Operação de Credito junto ao BADESC e, na fonte 01,89.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 12 de janeiro de 2015.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

DECRETO 027/2015 SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETO Nº. 027/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.01	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.01	60.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	100.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.01	100.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.01	60.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 12 de janeiro de 2015.

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO 086/2015 SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETO Nº. 086/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências".

LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 59.000,00(cinquenta e nove mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.19	44.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulações de despesas nas seguintes programações de despesas:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.19	44.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 13 de fevereiro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro

Procurador Geral do Município

Decreto 123

DECRETO Nº. 123/2015

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PROCON MUNICIPAL DE XAXIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1. Fica estabelecido que, a partir do dia 23 de março de 2015, o PROCON Municipal de Xaxim passará a ter horário de funcionamento/atendimento ao público, das 12:30 horas às 18:30 horas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Xaxim, 17 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro

Procurador-geral do Município.

Decreto 124

DECRETO Nº 124/2015.

DEFINE MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DOS TÁXIS NO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM - ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e, Considerando, lei municipal 3993/14.

Considerando, decreto 112/15.

Considerando, decreto 119/15

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade adotar um modelo que identificasse e padronizasse a identidade os veículos destinados a serviço de taxi do município de xaxim.

DECRETA:

Art. 1º. O adesivo deverá ser nas cores verde amazonas e branca,

tendo 12 cm de largura, conforme anexo único deste decreto.
Art. 2º. O adesivo deve ser aplicado em ambas as laterais do veículo, na altura das maçanetas ou ainda, até 5cm (cinco centímetros) acima ou abaixo das maçanetas.
Art. 3º. Na parte frontal deverá ser adesivado no mínimo 5cm (cinco centímetros) e no máximo 30cm (trinta centímetros) acima do início do capô, devendo ter a inscrição Táxi.
Art. 4º. O número deverá ser colocado acima do adesivo lateral em ambos os lados, próximo a coluna dianteira do veículo conforme modelo em anexo.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 17 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

Decreto 125

DECRETO Nº. 125/2015.
Nomeia servidor em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Lei Complementar Nº. 081, de 20 de julho de 2011 e demais alterações; Lei Complementar Nº 082, de 29 de julho de 2011 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada pelo presente Decreto, a Sra. LEIRES DOS SANTOS BRISOLA PARIZOTTO, CPF: 034.307.029-73, a partir da presente data, no cargo de GERENTE DE PROJETOS EDUCACIONAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETOS 087/2015 SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETO Nº. 087/2015

"Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4025/2014 de 13 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 499.999,00 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.014 – Ampliação da Frota Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
4.4.90.00.00	01.34	499.999,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este decreto ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação na antiga fonte 01.24 ocorrerá na fonte 01.34, conforme propostas de repasse de convênios Federais repasse nº 1.021.984-62/2014MDA/CAIXA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 13 de fevereiro de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

Associações

AMESC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015

Edital de Convocação 02/2015
REUNIÃO DE TRABALHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE - AMESC, senhor ANTONIO JOÃO DE FAVE-RI - Prefeito do Município de Jacinto Machado - SC, no uso das suas atribuições que lhe conferem o art. 9º do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram a AMESC, para Reunião de Trabalho que realizar-se-á no dia 31 de março de 2015 (terça-feira), às 17h nas dependências da AMESC, sito a Rua Giacomo Mazzuco, nº 33, Cidade Alta, Araranguá - SC, tendo a seguinte ordem do dia:

- Programa "Saúde Fiscal dos Municípios";
- Prodec/Fadesc;
- XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios;
- Situação da rizicultura e encaminhamentos;
- Planejamento das ações da Amesc para o exercício de 2015.

Araranguá, 17 de Março de 2015.
Antonio João de Faveri
Presidente da Amesc

AMOSC

EXTRATO EDITAL COMBUSTÍVEL 2015

Estado de Santa Catarina
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SC - AMOSC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 2/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 2/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 30 de Março de 2015.
Sessão Publica : 09:00 horas do dia 30 de Março de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Getulio Vargas, 571-S, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3319-3232.

CHAPECÓ, 18 de Março de 2015
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
PRESIDENTE

EXTRATO EDITAL MATERIAL DE EXPEDIENTE 2015

Estado de Santa Catarina
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SC - AMOSC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 1/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 1/2015
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
Entrega dos Envelopes : 10:00 horas do dia 30 de Março de 2015.
Sessão Publica : 10:00 horas do dia 30 de Março de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Getulio Vargas, 571-S, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3319-3232.

CHAPECÓ, 18 de Março de 2015
JOSÉ CLAUDIO CARAMORI
PRESIDENTE

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - COLECOM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - COLECOM

O coordenador do COLEGIADO DE COMUNICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, ONERIS LOPES, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para a reunião.

Data: 01 de abril de 2015 (quarta-feira)

Hora: 9h às 16h

Local: Sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, (Rua Cândido Ramos, 250 - Bairro Capoeiras) - Florianópolis/SC.

Ordem do dia:

1. Avaliação do 1º Seminário Catarinense de Comunicação Municipal;
2. Definição da data, local, temas e palestrantes do 2º Seminário Catarinense de Comunicação Municipal;
3. Definição de Plano de Trabalho para 2015 e definição do calendário de reuniões do COLECOM;
4. Cartilha de Assessoria de Comunicação Municipal;
5. Padronização do Regimento do COLECOM com os demais Colegiados;
6. Mobilização dos Colegiados Regionais;
7. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 16 de março de 2015.
ONERIS LOPES
Coordenador do COLECOM

Consórcios

ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 006/2015

PORTARIA/Diretor Geral nº 06/2015

Delega competência à Coordenadora de Contabilidade, Sra. Clarice Terezinha Lenz, para, em conjunto com o Diretor Geral, praticar o exercício de atos bancários em nome da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40 e seus incisos do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, RESOLVE:

Art. 1º É delegada competência à Coordenadora de Contabilidade, Sra. Clarice Terezinha Lenz (Matrícula/ARIS n. 6-0/1), para praticar, em conjunto com o Diretor Geral, os seguintes atos relativos à conta corrente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS: emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talões de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar/contrarordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar transferências "por meio eletrônico", efetuar pagamentos "por meio eletrônico", efetuar transferências, "exceto por meio eletrônico (demais)", efetuar pagamentos "exceto por meio eletrônico (demais)", liberar arquivos de pagamentos no ger. financeiro/aasp, efetuar transferência p/ mesma titularidade- meio eletrônico, consultar obrigações do debito direto autorizado - dda.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria/Diretor Geral nº 15/2011.

Florianópolis, 10 de março de 2015.

Adir Faccio
DIRETOR-GERAL

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0006_2015

Resolução n. 0006/2015.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 034 de 17 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2015, crédito adicional suplementar no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação:

01.00 – Consórcio Público

01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA
--

04.122.0001.2.002 – Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas		
---	--	--

3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.0300 (12)	R\$	30.000,00
---	-----	-----------

Total	R\$	30.000,00
-------	-----	-----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta do provável excesso de arrecadação apurado na rubrica abaixo relacionada.

4.1.7.2.3.37.00.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos - 0.1.00.0300	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2015.

ALCIR JOSÉ BODANESE
Prefeito de Rio das Antas
Presidente do CIMCATARINA

CIMVI

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/009 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE REJEITOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CARACTERÍSTICAS DOMICILIARES NO ATERRO SANITÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/009

CONTRATANTE: Ottmar Klug - Empresário Individual

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Prestação de serviços de disposição final ambientalmente adequada de rejeitos de resíduos sólidos com características domiciliares no Aterro Sanitário

VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por tonelada.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos

Timbó, 11 de março de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente

CIS NORDESTE**REGIMENTO INTERNO CISNORDESTE/SC****REGIMENTO INTERNO**

O Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, em reunião realizada no dia 10 de março de 2015, na cidade de Joinville aprovou e eu, Presidente do CISNORDESTE/SC, publico o presente Regimento Interno, em atendimento ao disposto no art. 23, II, do Contrato de Consórcio e à Lei Federal nº 11.107/05.

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, designado pela sigla CISNORDESTE/SC, é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, de natureza autárquica, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107 de 6 de abril de 2005, do Contrato de Consórcio Público, pelo presente Regimento Interno e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 2º Entende-se por Regimento Interno, para os efeitos de operacionalização e execução de ações e atividades inerentes ao CISNORDESTE/SC, a regulamentação de seus dispositivos legais, do Contrato de Consórcio Público e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO II**ENTES CONSORCIADOS**

Art. 3º O CISNORDESTE/SC é constituído pelos municípios subscritores do Contrato de Consórcio Público, após regular ratificação legal do respectivo Protocolo de Intenções.

Art. 4º A contratação deste consórcio pelos entes federativos deve observar as regras previstas no artigo 2º do Contrato de Consórcio Público, devendo ser publicado o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público sempre que houver ingresso ou exclusão de ente federativo, produzindo efeitos a partir da data da publicação.

CAPÍTULO III**ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS**

Art. 5º A estrutura do CISNORDESTE/SC é a definida no artigo 16 do Contrato de Consórcio Público, representada nos termos do organograma disposto no Anexo I.

Art. 6º Os órgãos componentes da estrutura do CISNORDESTE/SC deliberarão sobre suas competências mediante decisão tomada por maioria simples de votos dos consorciados presentes, salvo quando exigida maioria qualificada pelo Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo Único: Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

Art. 7º O Colegiado de Saúde elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Colegiado, com mandato de um ano, permitida a reeleição por mais um período.

§ 1º Na hipótese de alteração do Presidente do Colegiado de Saúde decorrente da substituição do Secretário Municipal de Saúde do município consorciado, far-se-á nova eleição para conclusão do mandato.

§ 2º É facultado ao Secretário Municipal de Saúde indicar substituto ou representante, definitivo ou provisório, para compor o Colegiado de Saúde do CISNORDESTE/SC, devendo a indicação recair sobre agente público vinculado à respectiva Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV**REUNIÕES**

Art. 8º O procedimento de convocação da Assembleia Geral é aquele estabelecido no Contrato de Consórcio Público.

Art. 9º A convocação para realização de reunião do Conselho

Administrativo será efetuada pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, devendo ser publicada no órgão oficial de publicações com antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião.

Parágrafo único. A reunião do Conselho Administrativo terá início somente quando houver a presença da maioria de seus membros.

Art. 10. A convocação para realização de reunião do Conselho Fiscal será efetuada pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, devendo ser publicada no órgão oficial com antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião.

Parágrafo único. A reunião do Conselho Fiscal terá início somente quando houver a presença da maioria de seus membros.

Art. 11. O Conselho Fiscal, por seu Presidente ou por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho Administrativo ou o Diretor Executivo para prestar esclarecimentos sobre a escrituração contábil ou os atos de gestão financeira do CISNORDESTE/SC.

Art. 12. A titularidade da representação dos entes consorciados na Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal compete ao Chefe do Poder Executivo do ente consorciado.

Parágrafo único. No caso de ausência do Chefe do Poder Executivo, poderá o mesmo ser representado pelo vice-prefeito com direito a voz e voto.

Art. 13. Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz e voto quando estiverem na qualidade de substitutos do Chefe do Poder Executivo, e somente com direito a voz quando não estiverem na qualidade de substitutos.

Art. 14. A Assembleia Geral e as reuniões dos conselhos poderão se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

§ 1º Poderá ser utilizada a forma virtual das reuniões para qualquer deliberação do Conselho Fiscal, do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral, exceto para deliberar sobre a alteração do Contrato de Consórcio Público ou para eleger os membros dos conselhos.

§ 2º As reuniões virtuais, convocadas nos prazos estabelecidos no Contrato de Consórcio e neste Regimento Interno, deverão ser precedidas, com antecedência mínima de cinco dias úteis, dos documentos e demais informações necessárias à tomada de decisão pelos membros

convocados e deverão permitir o registro dos votos por um prazo mínimo de dois dias úteis, contados a partir do início da reunião virtual.

CAPÍTULO V**REGIME JURÍDICO DE TRABALHO****Seção I****Introdução**

Art. 15. O Regime Jurídico de Trabalho dos empregados do CISNORDESTE/SC é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social e regidos, subsidiariamente, pelo que estabelece o Contrato de Consórcio Público e este Regimento Interno.

§ 1º Aos empregos públicos aplicam-se as vedações e exceções previstas na Constituição Federal quanto ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 2º Aos empregados do CISNORDESTE/SC são assegurados os direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3º Os empregados do CISNORDESTE/SC não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º Os empregados do CISNORDESTE/SC não têm estabilidade no serviço público, mas a demissão dos empregados do quadro permanente do CISNORDESTE/SC dependerá de motivação prévia, respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Seção II

Conceitos

Art. 16. Para fins deste Regimento Interno, considera-se:

I - Quadro de empregados: Conjunto de empregos em comissão e permanentes integrantes da estrutura do CISNORDESTE/SC;

II - Emprego Público: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao empregado, com denominação própria, em número de vagas determinado e remuneração previamente estabelecida, para admissão em caráter permanente ou em comissão ou para contratação temporária, de acordo com a área de atuação e formação profissional;

III - Emprego em comissão: Emprego de livre admissão e demissão, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos;

IV - Emprego permanente: Emprego cuja admissão se dá em caráter permanente, mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado às funções técnicas do CISNORDESTE/SC;

V - Emprego temporário: Emprego cuja contratação se dá em caráter temporário, mediante contratação por prazo determinado, destinado a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas no Contrato de Consórcio Público;

VI - Remuneração: Salário do emprego, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas no Contrato de Consórcio Público, neste Regimento Interno ou em Resolução;

VII - Salário: Retribuição pecuniária básica pelo exercício de emprego, com valor mensal, forma de reajuste e aumento real fixados no Contrato de Consórcio Público, neste Regimento Interno e nas Convenções Coletivas de Trabalho;

VIII - Referência Salarial: Graduação salarial ascendente de 01 (um) a 120 (cento e vinte), com intervalos graduais entre uma referência e outra, estabelecida na tabela de referências salariais constante no Contrato de Consórcio Público e atualizadas por resolução;

IX - Promoção Funcional: Deslocamento do empregado de uma referência salarial para outra dentro do mesmo emprego, nos termos do Contrato de Consórcio Público e deste Regimento Interno;

X - Vaga: Emprego desocupado definitivamente ou provisoriamente, ou emprego novo criado e ainda não preenchido.

Seção III**Quadro de Empregados**

Art. 17. Os empregos em comissão e permanentes do quadro de pessoal obedecem à descrição estabelecida no Contrato de Consórcio Público, incluindo sua denominação, referência salarial inicial, número de vagas, carga horária semanal e atribuições.

Seção IV**Ingresso**

Art. 18. São requisitos básicos para ingresso no quadro de pessoal do CISNORDESTE/SC:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;

V - os requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;

VI - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - aptidão física e mental;

VIII - afastamento de qualquer outro cargo, emprego ou função pública, salvo quando houver compatibilidade legal.

§ 1º No caso de extinção do emprego público, o empregado terá rescindido automaticamente seu contrato de trabalho, não possuindo direito à disponibilidade remunerada ou aproveitamento em qualquer outro emprego público do CISNORDESTE/SC ou dos entes consorciados.

§ 2º A contratação para emprego permanente depende de prévia seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 19. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em mais de uma etapa, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado em edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 20. Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, o Presidente do CISNORDESTE/SC designará Comissão Especial composta de 03 (três) empregados.

Parágrafo único. Poderá ser contratada instituição especializada ou instituição de ensino, para a elaboração das provas e aplicação do concurso público.

Art. 21. Observar-se-ão, na realização do concurso público, as normas constitucionais e as resoluções do CISNORDESTE/SC a respeito do tema.

Seção V**Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público**

Art. 22. Para fins de contratação temporária, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública ou de estado de emergência;

II - a vacância do emprego permanente, até a admissão de novo empregado aprovado em concurso público;

III - os casos de licença ou afastamento do exercício de emprego permanente, desde que reste comprovada a necessidade de substituição do empregado licenciado ou afastado.

Parágrafo Único. A duração do contrato temporário será limitada a um ano, vedada a prorrogação, ressalvados os casos de estabilidade legal

Art. 23. A seleção de pessoal a ser contratado temporariamente será feita mediante processo seletivo simplificado, divulgado por meio de edital.

Parágrafo único. A contratação de empregado temporário prescindirá do processo seletivo nos casos em que não for possível aguardar sua realização, mediante justificativa.

Art. 24. As contratações temporárias somente poderão ocorrer quando houver suficiência de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Presidente do CISNORDESTE/SC.

Art. 25. A remuneração do empregado temporário será fixada em importância equivalente à referência salarial inicial para o respectivo emprego, inclusive quanto às vantagens pecuniárias.

Art. 26. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;

II - por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;

III - por iniciativa do CISNORDESTE/SC, antes do término do prazo contratual.

§ 1º A extinção do contrato, no caso do inciso II, deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

§ 2º A extinção do contrato nos termos do inciso III deste artigo somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do salário que lhe caberia referente ao restante do contrato temporário.

Seção VI**Vacância**

Art. 27. A vacância do emprego decorrerá do implemento de condições legalmente estabelecidas, inclusive:

I - aposentadoria;

II - falecimento;

III - despedida ou demissão;

IV - término do prazo contratual ou rescisão antecipada do contrato, nos casos de contratação temporária;

V - contratação ou posse em outro emprego, função ou cargo público, em qualquer esfera da Administração Pública direta ou indireta, que implique acumulação ilegal de função pública.

§ 1º A despedida será aplicada ao empregado, a bem do serviço público, em virtude de:

I - sentença judicial transitada em julgado;

II - não satisfação das condições do contrato de experiência ou insuficiência de desempenho constatada na avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa e contraditório, bem como o inequívoco conhecimento do empregado quanto aos padrões mínimos exigidos para continuidade da relação de emprego

III - prática de falta grave, passível de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, desde que esta reste comprovada em processo administrativo disciplinar com garantia do direito de ampla defesa e contraditório, nos termos da legislação trabalhista;

IV - razões de interesse público, devidamente motivadas, sem prejuízo das indenizações previstas na legislação trabalhista.

V - prática de crime contra a administração pública ou improbidade administrativa.

§ 2º A demissão dar-se-á a pedido do empregado.

CAPÍTULO VI REMUNERAÇÃO

Seção I

Salários

Art. 28. Os valores dos salários dos empregos são os constantes no Contrato de Consórcio Público, assegurada a revisão geral anual. Parágrafo único. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da jornada de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com a redução proporcional da remuneração

Art. 29. O ingresso no CISNORDESTE/SC dar-se-á na referência inicial do emprego para o qual o empregado foi concursado e contratado.

Seção II

Vantagens

Art. 30. Além do salário, poderão ser pagos ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - adicionais previstos em leis ou resoluções.

IV - Hora aula para os profissionais definidos por meio de resolução

§ 1º As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para nenhum efeito.

§ 2º As vantagens pecuniárias da mesma espécie não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários.

Subseção I

Indenizações

Art. 31. Conceder-se-ão as seguintes indenizações aos empregados do consórcio:

I - a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do CISNORDESTE/SC. II - a título de deslocamento, ao empregado que deslocar-se a serviço do consórcio utilizando-se de veículo próprio, totalmente segurado, a ser regulamentada por Resolução expedida pelo Presidente do CISNORDESTE/SC.

Parágrafo único. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias originalmente cobertas

por diárias.

Art. 32. O adiantamento de despesas, consiste na entrega de numerário ao empregado responsável pela realização da despesa, deverá ser requerido formalmente pelo interessado em até um dia útil anterior ao da entrega do numerário, cujo requerimento deverá ser aprovado pelo Diretor Executivo.

Art. 33. Será concedido vale transporte, na forma da legislação federal, ao empregado que o requerer, para deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

Subseção II

Auxílios Pecuniários

Art. 34. Será concedido ao empregado com carga horária semanal superior a 20 horas, o auxílio alimentação, a ser regulamentado por Resolução expedida pelo Presidente do CISNORDESTE/SC.

Art. 35. A Assembleia Geral poderá aprovar a concessão aos empregados, com a participação financeira destes, de auxílio para o custeio de plano de saúde.

Art. 36. Ao empregado público permanente a que tenha sido delegada função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de emprego público diverso, respeitada a qualificação mínima, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário do emprego público correspondente à função delegada.

§ 1º Cessada a função de direção, chefia, assessoramento, ou atribuição específica de outro emprego público, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação ou direito adquirido.

§ 2º É vedada a acumulação de gratificação prevista neste artigo.

Art. 37. Aos empregados do CISNORDESTE/SC poderá ser concedida a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário base do emprego público.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance das metas de desempenho funcional, dentro de cada período de seis meses, consoante critérios a serem estabelecidos em ato do Conselho Administrativo do consórcio público e homologado pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em regulamento, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do empregado público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no caput deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o empregado público tenha auferido avaliação insu-
ficiente em Avaliação Periódica de Desempenho.

Subseção III

Adicionais Previstos em Lei

Art. 38. Além do salário e das demais vantagens previstas neste Regimento Interno, serão pagas aos empregados os seguintes adicionais, na forma estabelecida na legislação trabalhista:

I - décimo terceiro salário;

II - adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno.

Seção III

Promoção Funcional

Art. 39. Conceder-se-á promoção funcional dos empregados públicos em função do tempo de serviço e em função de nova titulação, consubstanciada em progressão vertical na tabela de referências salariais.

§1º A progressão vertical por tempo de serviço, designada de

triênio, será concedida à razão de duas referências salariais a cada três anos de efetivo exercício do emprego público, contados da data de admissão.

§ 2º A progressão vertical por nova titulação decorre da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, aplicando-se de modo cumulativo, com observância dos seguintes critérios: I - progressão de uma referência salarial para cada curso de capacitação ou extensão, de nível superior ou médio, com um mínimo de 80 (oitenta) horas/aula, limitados a três progressões e desde que reconhecida a pertinência do curso para o desempenho das atividades do empregado;

II - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de nível superior, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o emprego que ocupa e seja pertinente às atribuições desse emprego;

III - progressão de duas referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de especialização ou equivalente, correlato com o emprego que ocupa;

IV - progressão de quatro referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de mestrado, correlato com o emprego que ocupa;

V - progressão de cinco referências salariais no emprego, por uma única vez, por ter concluído curso de pós-graduação, em nível de doutorado, correlato com o emprego que ocupa.

§ 3º Para as progressões definidas nos incisos II a V deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), não sendo considerados títulos aqueles constantes como requisitos para a admissão no emprego público.

§ 4º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte ao protocolo da solicitação da progressão por nova titulação, mediante comprovação por meio da expedição do respectivo título, pelo empregado público, da nova titulação auferida, podendo ser averbadas as titulações obtidas antes do ingresso no emprego público, vedado o pagamento retroativo.

§ 5º É vedada a progressão por nova titulação do empregado durante os primeiros 90 dias de exercício do emprego, considerados como de avaliação na função.

§ 6º É vedada nova progressão por titulação no interstício de dois anos.

§ 7º O empregado aprovado em concurso público para novo emprego do quadro de pessoal perceberá a remuneração estabelecida para a referência salarial inicial do novo emprego, mantidas as referências salariais adquiridas por promoção funcional devida em função de tempo de serviço e em função de nova titulação.

§ 8º Fica instituída bolsa estudo aos empregados para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação, no valor de 30% do custo do curso, limitados a um curso de graduação ou de pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu, por empregado, além de outro curso, de extensão, de até 360 (trezentas e sessenta) horas, hipótese em que o empregado requerente fica obrigado a manter o vínculo trabalhista com o consórcio por tempo mínimo equivalente a 2/3 (dois terços) do tempo gasto para concluir o curso, contado a partir do término deste, admitido, no caso de demissão do empregado, a seu pedido, o reembolso proporcional das despesas realizadas.

§ 9º A requisição da bolsa de estudo pelo empregado deverá vir acompanhada da documentação pertinente à demonstração dos custos do curso, devendo ser celebrado Termo de Compromisso no qual o beneficiário da bolsa anuirá com as condições definidas no parágrafo anterior.

Seção IV

Revisão e Aumento da Remuneração

Art. 40. Será concedida revisão geral anual de salários aos empregados públicos do CISNORDESTE/SC, sempre no mês de maio de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do índice

Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV

§ 1º A aplicação da revisão geral anual de salários, nos termos do caput, está condicionada à expedição de Resolução do Presidente do CISNORDESTE/SC.

§ 2º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais constante no Contrato de Consórcio e neste Regimento Interno.

Art. 41. A Assembleia Geral poderá conceder aumento real dos salários dos empregados do CISNORDESTE/SC, única e exclusivamente com o objetivo de revisar os salários para adequá-los à realidade do mercado.

§ 1º Entende-se por realidade de mercado, a média salarial paga aos empregados que exerçam atividades semelhantes às aquelas previstas no Anexo II, considerando-se a carga horária e a área de abrangência da região do município em que estiver sediado.

§ 2º O aumento real da remuneração poderá ser concedido em percentuais diferenciados para cada categoria de empregados públicos.

§ 3º O aumento real da remuneração poderá ser concedido de acordo com definição da Convenção Coletiva de Trabalho.

CAPÍTULO VII

REGIME DISCIPLINAR

Seção I

Deveres

Art. 42. São deveres do empregado, além das obrigações impostas pela legislação trabalhista:

I - respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto;

II - acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, Diretor Executivo ou superior hierárquico, ressalvadas aquelas que não guardem relação com o serviço público ou que sejam manifestamente ilegais;

III - desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre os objetivos do CISNORDESTE/SC e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, servidores dos municípios consorciados, prestadores de serviço e sociedade em geral, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu relacionamento com os representantes dos municípios consorciados ou com os usuários dos serviços prestados pelo CISNORDESTE/SC;

VII - comunicar ao superior imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao CISNORDESTE/SC.

VIII - oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, ou que sobreponham assuntos de ordem pessoal aos interesses do CISNORDESTE/SC.

XI - portar-se de modo probo, respeitando os princípios e regras do ordenamento jurídico dirigidas à Administração Pública.

Art. 43. O empregado pode ser responsabilizado por:

I - sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do CISNORDESTE/SC, dos municípios consorciados, dos usuários dos serviços prestados pelo Consórcio, ou daqueles por este contratados, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

Seção II

Proibições

Art. 44. Ao empregado é especialmente proibido:

I - referir-se de modo depreciativo aos superiores, bem como aos colegas e representantes dos municípios, sendo admitida a crítica construtiva;

II - promover, nas dependências do CISNORDESTE/SC, manifestação de apreço ou desprezo a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - receber propinas, comissões ou vantagens de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - fornecer informações que possam comprometer ou responsabilizar o CISNORDESTE/SC ou os municípios consorciados;

V - executar, durante o expediente, serviços estranhos para os quais fora contratado, sendo, também, proibido o uso de material do CISNORDESTE/SC para fins particulares;

VI - retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do CISNORDESTE/SC para fins particulares ou para terceiros, com cobrança de honorários;

VIII - ocupar concomitantemente ao emprego do CISNORDESTE/SC qualquer cargo, emprego ou função remunerada no serviço público, salvo se houver compatibilidade legal;

IX - prestar serviços particulares aos entes consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem;

Art. 45. A prática de qualquer uma das proibições constantes no artigo precedente sujeita o infrator à aplicação das penalidades disciplinares previstas neste Regimento Interno, o que deverá ser apurado em sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme a gravidade da infração.

Art. 46. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e penal.

§ 1º A reparação de eventual prejuízo será feita mediante desconto na folha de pagamento, podendo ser parcelada.

§ 2º Quando necessário, o CISNORDESTE/SC deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo CISNORDESTE/SC e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas.

Seção III

Penalidades

Art. 47. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - despedida.

§ 1º A pena de advertência será aplicada verbalmente ou por escrito pelo Diretor Executivo ou pelo Presidente, conforme o caso, quando o empregado deixar de cumprir seus deveres.

§ 2º A pena de suspensão ocorre quando houver dolo na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência dolosa ou culposa na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido advertido.

§ 3º A pena de suspensão, aplicada pelo Diretor Executivo, deve ser progressiva em períodos de 03 (três), 07 (sete) e 15 (quinze dias), e importará no desconto proporcional do salário, não computando-se o tempo de serviço para qualquer efeito

§ 4º A pena de despedida deve ser aplicada nos casos definidos no § 1º do art. 27 deste Regimento Interno.

§ 5º A aplicação das penas de suspensão ou despedida, decorrerá

de sindicância, observando-se ao devido processo legal e garantido, ao interessado, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 48. Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o CISNORDESTE/SC ou para terceiros, além das circunstâncias agravantes e atenuantes

§ 1º As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 1,66% da referência salarial do empregado por dia de suspensão, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

Seção IV

Faltas e Descontos

Art. 49. As faltas do empregado ao serviço são consideradas justificadas, abonadas ou injustificadas.

§ 1º São faltas justificadas aquelas previstas em lei, as quais deverão ser devidamente comprovadas por meio documental, sem prejuízo de sua remuneração.

§ 2º Falta injustificada é a ausência, chegada tardia ou saída antecipada intencional ao serviço ou sem motivo amparado em Lei, a qual ocasiona o desconto do dia ou período não trabalhado, bem como dos dias de repouso semanal remunerado.

§ 3º As faltas decorrentes de chegadas tardias ou saídas antecipadas poderão ser abonadas pelo Diretor Executivo, a pedido do empregado, mediante compensação de horas extraordinárias.

§ 4º As faltas ao serviço que não estão previstas em lei, podem ser abonadas pelo Diretor Executivo, se devidamente comprovadas por meio documental.

CAPÍTULO VIII

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Art. 50. O CISNORDESTE/SC deve promover constante treinamento e desenvolvimento dos seus empregados por si ou através de órgãos ou técnicos especializados de outras instituições.

Art. 51. A participação dos empregados em cursos, reuniões, palestras, encontros ou quaisquer outras atividades de treinamento é obrigatória, quando estes forem realizados durante o horário de trabalho do empregado e quando a determinação proceder do Presidente do CISNORDESTE/SC ou do Diretor Executivo, salvo motivos justificados, comunicados previamente e por escrito.

Parágrafo único. Quando a participação nas atividades citadas no caput deste artigo não provier de determinação do Presidente do CISNORDESTE/SC ou Diretor Executivo, o empregado deve solicitar a devida autorização.

CAPÍTULO IX

AVALIÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Art. 52. A Avaliação Periódica de Desempenho de todos os empregados será realizada anualmente através de comissão permanente, formada por 3 (três) empregados, preferencialmente do quadro permanente, nomeada pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, para mandatos de 2 (dois) anos, renováveis por igual período. A avaliação será realizada mediante a aplicação de questionário, observando-se os seguintes critérios:

I - eficiência;

II - responsabilidade;

III - assiduidade;

IV - pontualidade;

V - relacionamento e conduta pessoal; e

VI - penalidades disciplinares.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos no caput deste artigo varia de 0 (zero) a 10 (dez), correspondendo respectivamente a:

I - ótimo 10 e 9

II - bom - 8 e 7

III - regular - 6 e 5

IV - insatisfatório - abaixo de 5

§ 2º Para fins de realização da avaliação de desempenho, serão utilizadas as fichas de avaliação constantes no Anexo III.

§ 3º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o empregado alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

CAPÍTULO X**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR****Seção I****Disposições Gerais**

Art. 53. Aquele que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do CISNORDESTE/SC é obrigado a comunicar ao Diretor Executivo para que este promova a apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º As denúncias serão objeto de apuração, desde que conttenham a identificação do denunciante.

§ 2º Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 54. A sindicância é procedimento administrativo apto a elucidar fatos e irregularidades que envolvam os interesses do CISNORDESTE/SC, podendo resultar em:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

§ 1º O prazo para conclusão da sindicância não excederá 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º Sempre que a irregularidade praticada pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de despedida, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar

Seção II**Do Afastamento Preventivo**

Art. 55. Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Seção III**Do Processo Disciplinar**

Art. 56. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego que ocupe.

§ 1º O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, que indicará, dentre eles, o seu presidente e respectivo secretário.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurados o sigilo necessário à elucidação dos fatos.

§ 4º O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 30 (trinta) dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 5º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 6º Será assegurado transporte aos membros da comissão, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 7º As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 57. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.
II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

Subseção I**Do Inquérito**

Art. 58. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em lei.

§ 1º Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução, nos casos em que o processo administrativo disciplinar houver sido precedido de sindicância.

§ 2º Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, ou importar ato de improbidade administrativa, o Diretor Executivo ou Presidente, conforme o caso, encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 59. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 1º É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 3º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 4º As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 5º Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 6º O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 7º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 8º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 60. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos no artigo anterior.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultado, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 61. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 62. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados

e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de aposição de sua ciência na cópia do mandado citatório, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do CISNORDESTE/SC.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu o ato de citação, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Art. 63. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 1º Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão oficial de publicação do CISNORDESTE/SC, para apresentar defesa.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da publicação do edital.

Art. 64. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um defensor dativo, que deverá ser empregado público do quadro permanente, com escolaridade igual ou superior à do indiciado, arcando com seus honorários.

Art. 65. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido ao Conselho Administrativo, para julgamento.

Subseção II

Do Julgamento

Art. 66. No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, o Presidente do CISNORDESTE/SC proferirá a decisão do Conselho Administrativo.

Art. 67. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, o Conselho Administrativo poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º Verificada a ocorrência de vício insanável, o Conselho Administrativo declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 3º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 68. O empregado que responder a processo disciplinar só poderá requerer sua demissão após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único: Acaso o processo administrativo ultrapasse o prazo máximo de 80 (oitenta) dias para conclusão, não se aplica o disposto no caput.

Subseção III

Da Revisão do Processo

Art.69. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art.70. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 71. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 72. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do CISNORDESTE/SC, que, se autorizar a revisão, encaminhará constituição de comissão, na forma do § 1º do art. 56.

Art. 73. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 74. A comissão revisora terá 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 75. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 76. O julgamento caberá ao Conselho Administrativo.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, podendo o Conselho Administrativo determinar a realização de novas diligências.

Art. 77. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XI

ESTÁGIO

Art. 78. O programa de estágio não obrigatório no âmbito do CISNORDESTE/SC destina-se a estudantes de educação superior e ensino médio, regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público ou particular, legalmente reconhecidos, mediante prévia assinatura de convênio com as instituições de ensino.

Art. 79. As vagas destinadas ao programa de estágio ficam limitadas em 50% (cinquenta por cento) do total de empregados em exercício no CISNORDESTE/SC.

Art.80. A distribuição das vagas de estágio será autorizada pelo Presidente do CISNORDESTE/SC, nos termos de resolução que relacionará os cursos superiores ao quadro de empregos e regulamentará o processo seletivo e o de acompanhamento do estágio.

Parágrafo único. O processo seletivo para ingresso no programa de estágio deverá ser constituído exclusivamente pela análise de desempenho acadêmico, conforme critérios a serem regulados por meio de Resolução.

Art.81. O estagiário somente poderá iniciar suas atividades após a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio por parte:

I - do estudante ou do seu representante legal quando relativamente incapaz;

II - da instituição de ensino;

III - do supervisor de estágio; e

IV - do CISNORDESTE/SC.

Art. 82. O estágio terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez.

Art.83. A jornada de atividade em estágio será de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais e de, no máximo, 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, em período compatível com o expediente do CISNORDESTE/SC e com o horário escolar.

Art.84. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: Nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1 (um) ano, os dias de recesso previstos no caput serão

concedidos proporcionalmente.

Art. 85. Ao estagiário de nível superior e de nível médio será concedido auxílio financeiro mensal definida por resolução do Conselho Administrativo,

Art. 86. Sendo comprovada a utilização de transporte público oneroso pelo estagiário, será devido auxílio-transporte mensal.

Art. 87. Caberá ao CISNORDESTE/SC a contratação de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

Parágrafo Único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Art. 88. Por ocasião do desligamento do estagiário, ser-lhe-á entregue termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 89. Os prazos previstos neste regimento, salvo disposição expressa em contrário, computar-se-ão a partir do primeiro dia útil subsequente ao da realização do ato, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, prorrogando-se até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que não haja expediente no CISNORDESTE/SC.

Art. 90. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 10 de março de 2015.

José Chaves

Presidente do CISNORDESTE/SC

Prefeito de Garuva

Anexo I

Organograma do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC

Anexo II

Quadro de Empregos Públicos do CISNORDESTE/SC

Denominação	Nº de Vagas	Tipo	Sigla	Referência salarial inicial	Salário Inicial	Carga horária semanal
Diretor Executivo	1	Em comissão	CDE	75	7.896,72	40h
Assessor Jurídico	1	Em comissão	CAJ	30	2.417,85	20h
Coordenador Administrativo e Financeiro	1	Em comissão	CAF	48	4.320,47	40h
Coordenador de Assistência à Saúde	1	Em comissão	CAS	48	4.320,47	40h
Gerente Financeiro	1	Em comissão	CGG	30	2.417,85	40h
Gerente de Controle e Avaliação	1	Em comissão	CGC	30	2.417,85	40h
Gerente Assistencial	1	Em comissão	CGA	30	2.417,85	40h
Gerente de Regulação	1	Em comissão	CGR	30	2.417,85	40h

Contador	1	Permanente	PCN	30	2.417,85	20h
Técnico em Contabilidade	1	Permanente	PTC	30	2.417,85	40h
Controlador Interno	1	Permanente	PCI	30	2.417,85	20h
Apoio Logístico	1	Permanente	AL	10	1.051,80	40h
Auxiliar Administrativo	3	Permanente	PAX	15	1.310,73	40h
Médico	10	Permanente	PM	50	4.583,59	20h
Assistente Administrativo	2	Permanente	AAD	20	1.633,41	40h
Enfermeiro	5	Permanente	PE	40	3.410,62	40h
Farmacêutico	2	Permanente	PF	40	3.410,62	40h
Técnico em Enfermagem	10	Permanente	PTE	20	1.633,41	40h
Administrador	1	Permanente	PA	40	3.410,62	40h
Videofonista	10	Permanente	PVF	20	1.633,41	30h
Zelador	1	Permanente	PZ	5	824,11	40h
Motorista	1	Permanente	PMT	20	1.633,41	40h

Anexo III

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO							
NOME: _____							
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO: _____							
PERÍODO DA AVALIAÇÃO: ____/____/____ A ____/____/____							
ANEXAR CÓPIAS DE CERTIFICADOS DE CURSOS REALIZADOS NO PERÍODO							
Estabelecer uma nota de 0 a 10 para cada fator							
CRITÉRIOS						AUTO AVALIAÇÃO	AVALIAÇÃO CHEFIA IMEDIATA
1 - EFICIÊNCIA							
FATOR 1.1 - CONHECIMENTO DO TRABALHO - Considerar o grau de domínio e compreensão das atribuições que desenvolve							
FATOR 1.2 - INICIATIVA E CRIATIVIDADE - Considerar a capacidade de lidar com situações fora da rotina e a habilidade para criar e desenvolver novas ideias, percebendo, interpretando e discernindo aspectos importantes no desenvolvimento do trabalho							
FATOR 1.3 - QUALIDADE DO TRABALHO - Considerar o grau de desempenho, organização e segurança com que o trabalho é realizado							

FATOR 1.4 - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - Considerar a habilidade de programar atividades, propor e selecionar métodos adequados para execução e cumprir prazos.		
2 - RESPONSABILIDADE		
FATOR 2.1 - RESPONSABILIDADE - Considerar a seriedade e a credibilidade na realização dos trabalho.		
3 - ASSIDUIDADE		
FATOR 3.1 - ASSISUIDADE - Considerar o comparecimento e a permanência no local de trabalho.		
4 - PONTUALIDADE		
FATOR 4.1 - PONTUALIDADE - Considerar o cumprimento do horário de trabalho estabelecido		

CRITÉRIOS	AUTO AVALIAÇÃO	AVALIAÇÃO CHEFIA IMEDIATA
-----------	----------------	---------------------------

5 - RELACIONAMENTO PESSOAL		
FATOR 5.1 - RELACIONAMENTO PESSOAL - Considerar a forma pelo qual se relaciona com os colegas de trabalho e usuários do serviço.		
FATOR 5.2 - COOPERAÇÃO - Considerar a disponibilidade de colaborar com o grupo de trabalho, tendo em vista as necessidades do setor.		
6 - PENALIDADES DISCIPLINARES		
FATOR 6.1 - PENALIDADES DISCIPLINARES - Considerar o número, recorrência e gravidade das penalidades disciplinares aplicadas (quanto menor o numero maior a pontuação da avaliação).		
Avaliado, se achar necessário, justifique a pontuação estabelecida para cada fator: _____		

Avaliado, relacionar os fatores que impactaram positiva ou negativamente no seu desempenho:		

Avaliador, se achar necessário, justifique a pontuação estabelecida para cada fator: _____		

Concorda com sua avaliação? () Sim () Não		

Justifique: _____

Em ____/____/____ Assinatura Avalia- do _____
Em ____/____/____ Assinatura Avaliador _____
Em ____/____/____ Assinatura Diretor Executivo _____

--